

João Carvalho | Maria José Fernandes | Pedro Camões | Susana Jorge



Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses

2016

Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2016



Universidade do Minho
Centro de Investigação em Ciência Política

Ficha Técnica

Autores

João Baptista da Costa Carvalho, Coordenador

Maria José da Silva Fernandes

Pedro Jorge Sobral Camões

Susana Margarida Faustino Jorge

Colaboradores

Ana Teixeira e Ana Rita Abreu, Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade do IPCA

Edição

Ordem dos Contabilistas Certificados, julho 2017

Capa e paginação

Duarte Camacho, Ordem dos Contabilistas Certificados

Impressão: SIG – Sociedade Industrial Gráfica, LDA

ISSN: 2182-5564

Depósito Legal: 429455/17

Índice de abreviaturas

ATU – Apoio Transitório de Urgência

CCF – Conselho de Coordenação Financeira

CRP – Constituição da República Portuguesa

DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais

Dim – Dimensão

EBITDA – *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*

EEL – Entidades Empresariais Locais

FAM – Fundo de Apoio Municipal

FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro

IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis

IMT – Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis

INE – Instituto Nacional de Estatística

IUC – Imposto Único de Circulação

LCPA – Leis dos Compromissos e Pagamentos em Atraso

LFL – Lei das Finanças Locais

M€ – Milhões de euros

MLP – Médio e Longo Prazo

NCP – Norma de Contabilidade Pública

NCRF – Norma Contabilística de Relato Financeiro

PAEF – Programa de Assistência Económica e Financeira

PAEL – Programa de Apoio à Economia Local

PAM – Programa de Ajustamento Municipal

PIB – Produto Interno Bruto

PMP – Prazo Médio de Pagamentos

POC – Plano Oficial de Contabilidade

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

PPTH – Programa Pagar a Tempo e Horas

PREDE – Programa de Regularização Extraordinária das Dívidas do Estado

RAA – Região Autónoma dos Açores

RAM – Região Autónoma da Madeira

RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais

SEE – Setor Empresarial do Estado

SEL – Setor Empresarial Local

SMS – Serviços Municipalizados

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

SPA – Setor Público Administrativo

Agradecimentos

Para a publicação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, publicação de carácter anual, editada desde 2005, muito tem contribuído a colaboração e apoio de um conjunto de individualidades e entidades, que de diversas formas se têm associado a este projeto, e a quem os autores entendem manifestar publicamente o seu reconhecimento e agradecimento, nomeadamente:

- Ao Presidente do Tribunal de Contas, Juiz Conselheiro Vítor Caldeira;
- À Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados, Filomena Moreira;
- Ao Vice-Presidente do Tribunal de Contas, Juiz Conselheiro Ernesto Cunha;
- Ao Diretor-Geral do Tribunal de Contas, Juiz Conselheiro José Tavares;
- Ao Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, Fernando Flor de Lima;
- À Subdiretora-Geral da Secção Regional da Madeira do Tri-

bunal de Contas, Mafalda Morbey;

- Aos Presidentes e Responsáveis Financeiros das Câmaras Municipais que enviaram as contas para o Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do IPCA;
- À colaboradora do CICF do IPCA, Ana Rita Abreu;
- Ao colaborador do Departamento de Comunicação e Imagem da OCC, Duarte Camacho.

Entendemos ser nosso dever de continuar a realçar o papel fundamental da Ordem dos Contabilistas Certificados em todo este processo, no suporte financeiro para a recolha de dados, publicação e distribuição do anuário, permitindo a continuação de um projeto que consideramos de extrema relevância para a evolução da investigação da Contabilidade Pública em geral, e da Contabilidade das Autarquias Locais em especial.

O coordenador do Anuário Financeiro
João Baptista da Costa Carvalho

Índice

CAPÍTULO 1. O SETOR LOCAL E OS MUNICÍPIOS PORTUGUESES	21
1.1. O Setor Local	21
1.2. Freguesias	21
1.3. Municípios	22
1.4. Caracterização geral e importância financeira dos Municípios portugueses no contexto europeu	26
1.5. Grupos Municipais	28
1.6. Alterações Administrativas versus Finanças Locais	29
1.7. Independência financeira	31
CAPÍTULO 2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS	43
2.1. Introdução	43
2.2. Receitas Municipais	43
2.2.1. Execução global do Orçamento da Receita	44
2.2.2. Estrutura e Evolução da Receita Municipal	57
2.2.2.1. Estrutura e Evolução da Receita Municipal por capítulos económicos	57
2.2.2.2. Transferências recebidas	63
2.2.2.3. Receita Fiscal	66
2.2.2.4. Venda de bens e serviços e venda de bens duradouros	94
2.2.2.5. Passivos Financeiros (empréstimos obtidos)	98
2.3. Despesas Municipais	102
2.3.1. Classificação económica das Despesas	102
2.3.2. Execução global do Orçamento da Despesa	102
2.3.2.1. Evolução das diferentes componentes do Orçamento da Despesa	102
2.3.2.2. Grau de Execução do Orçamento da Despesa	107
2.3.3. Estrutura e Evolução da Despesa por classificação económica	110
2.3.4. Despesas por natureza económica	119
2.3.4.1. Despesas com Pessoal	119
2.3.4.2. Despesas pagas em Aquisições de Bens e Serviços Correntes	126
2.3.4.3. Despesas pagas com Investimentos (aquisição de bens duradouros)	129
2.3.4.4. Despesas com Transferências e Subsídios concedidos	134
2.3.4.5. Amortização de empréstimos: passivos financeiros	138
2.3.4.6. Despesas com juros e outros encargos financeiros	143
2.4. Situação Orçamental Global	149

2.4.1. Comparação da Receita Cobrada com a Despesa Realizada e Paga	149
2.4.2. Equilíbrio Orçamental	163
2.4.3. Saldos Orçamentais	168
CAPÍTULO 3. ANÁLISE FINANCEIRA, ECONÓMICA E PATRIMONIAL DOS MUNICÍPIOS	173
3.1. Introdução	173
3.2. Fiabilidade do Balanço e da Demonstração dos Resultados Líquidos	173
3.3. Ativo	175
3.4. Fundos Próprios (Património Líquido) e Proveitos diferidos	183
3.5. Passivo	184
3.5.1. Composição, estrutura e variação do passivo	185
3.5.2. O passivo exigível dos municípios – Dívidas a Pagar	197
3.5.3. Endividamento das Autarquia	205
3.5.3.1 Cálculo do limite da dívida total ao abrigo do disposto no Artigo 52.º, Lei 73/2013	205
3.5.3.2. Indicadores de alerta para o risco de incumprimento do Artigo 52.º, Lei 73/2013	207
3.5.4. Prazo Médio de Pagamentos	213
3.6. Custos, Proveitos e Resultados líquidos	221
3.6.1. Estrutura e evolução dos Custos	221
3.6.2. Estrutura e evolução dos Proveitos	223
3.6.3. Evolução dos Resultados Líquidos.	226
3.6.4. EBITDA	231
CAPÍTULO 4. SETOR EMPRESARIAL LOCAL	237
4.1. Setor Empresarial Local	239
4.1.1. Introdução	239
4.1.2. Grandes Agregados do Balanço das Entidades do SEL: Entidades Empresariais (EELs) e Empresas Municipais (EMs)	240
4.1.2.1. Estrutura e Evolução do Ativo não corrente	241
4.1.2.2. Estrutura e Evolução do Ativo Corrente	245
4.1.2.3. Estrutura e Evolução do Capital Próprio	248
4.1.2.4. Estrutura e Evolução do Passivo	249
4.1.3. Rendimentos, Gastos e Resultados	256
4.1.3.1. Evolução dos Rendimentos e Ganhos e dos Gastos e Perdas	256
4.1.3.2. Resultados líquidos	258
4.1.4. Dissolução de Empresas do SEL – aplicação do artigo 62º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto	261
4.2. Serviços Municipalizados	264
4.2.1. Ativo	265
4.2.2. Passivo	268
4.2.3. Proveitos, Custos e Resultados	271

4.2.3.1. Custos	271
4.2.3.2. Proveitos	273
4.2.3.3. Resultados	275
CAPÍTULO 5. RANKING GLOBAL	279
5.1. Enquadramento e Metodologia	279
5.2. Indicadores do Ranking Global	279
5.3. Ranking Global dos municípios	287
CAPÍTULO 6. RESUMO E CONCLUSÕES	293
1. Independência Financeira:	293
2. Orçamento e execução orçamental	293
3. Informação patrimonial e Resultados económicos	295
4. Setor empresarial Local (SEL)	297
5. Serviços Municipalizados	297
6. Ranking global	298
7. Limitações do Anuário	298
ANEXO I. DADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS DO MUNICÍPIOS, EMPRESAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS, 2016	299
ANEXO II. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA POR MUNICÍPIO (por ordem alfabética)	315

Índice de quadros, gráficos, rankings e figuras

Quadro 1.01 – Caracterização das regiões NUTS II considerando a dimensão dos municípios	26
Quadro 1.02 – Caracterização dos Municípios Portugueses em perspetiva comparada	26
Gráfico 1.02 – Distribuição das despesas locais por funções	27
Quadro 1.03 – Número de serviços municipalizados e Entidades do Setor Empresarial Local	28
Quadro 1.04 – Independência Financeira em 2016	36
Quadro 1.05 – Outros indicadores relevantes para os Municípios	37
Quadro 2.01 – Classificação económica da Receita orçamental municipal	44
Quadro 2.02 – Orçamento e Execução da Receita Total	44
Quadro 2.03 – Variação da Receita (em valores absolutos)	45
Quadro 2.04 – Taxas de Variação da Receita	45
Quadro 2.05 – Evolução da estrutura da Receita Cobrada em valor absoluto por natureza económica	57
Quadro 2.06 – Evolução da estrutura da Receita Cobrada em % por natureza económica	58
Quadro 2.07 – Variação da Receita cobrada por natureza económica entre 2006 e 2016 – valores absolutos	58
Quadro 2.08 – Variação da Receita cobrada por natureza económica entre 2006 e 2016 – taxa de variação	59
Quadro 2.09 – Evolução das principais receitas entre 2006 e 2016 – valor absoluto	60
Quadro 2.10 – Evolução das principais receitas entre 2006 e 2016 – valor percentual	60
Quadro 2.11 – Estrutura das Receitas Cobradas no ano de 2016 por grupos de municípios	62
Quadro 2.12 – Transferências Correntes e de Capital	63
Quadro 2.13 – Peso das Transferências Correntes e de Capital na Receita Total	63
Quadro 2.14 – Variação do volume de Transferências Correntes e de Capital	64
Quadro 2.15 – Taxa de variação do volume de Transferências Correntes e de Capital	64
Quadro 2.16 – Principais transferências recebidas pelos municípios	65
Quadro 2.17 – Variação das principais transferências recebidas pelos municípios	65
Quadro 2.18 – Evolução das componentes da receita fiscal cobrada entre 2006 e 2016	66
Quadro 2.19 – Diferença entre a receita fiscal orçada e cobrada em 2016	66
Quadro 2.20 – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos entre 2006 e 2016	70
Quadro 2.21 – Estrutura dos Impostos Diretos cobrados em 2016	71
Quadro 2.22 – Municípios que diminuiram a taxa de IMI aplicada em 2016 e o montante de IMI cobrado	74
Quadro 2.23 – Municípios que diminuiram a taxa de IMI aplicada em 2016 mas aumentaram o IMI cobrado	75
Quadro 2.24 – Número de municípios com descida de IMI e IMT	89
Quadro 2.25 – Classificação económica da Despesa municipal	102
Quadro 2.26 – Orçamento e Execução da Despesa Total	102
Quadro 2.27 – Variação da Despesa Orçada, Comprometida e Paga	103
Quadro 2.28 – Taxas de variação da Despesa Orçada, Comprometida e Paga	103

Quadro 2.29 – Diferentes Graus de Execução da Despesa Global Autárquica	107
Quadro 2.29. A – Diferentes Graus de Execução da Despesa para a globalidade dos Municípios dos Açores	109
Quadro 2.29. M – Diferentes Graus de Execução da Despesa para a globalidade dos Municípios da Madeira	109
Quadro 2.30 – Despesa Comprometida	111
Quadro 2.31 – Despesa Paga	112
Quadro 2.32 – Taxas de Variação dos Compromissos Assumidos	112
Quadro 2.33 – Taxas de Variação da Despesa Paga	113
Quadro 2.34 – Estrutura dos Compromissos Assumidos	113
Quadro 2.35 – Estrutura da Despesa Paga	114
Quadro 2.36 – Peso da Despesa Paga nos Compromissos Assumidos	114
Quadro 2.37 – Receita Liquidada, Receita Cobrada, Despesa Realizada e Despesa Paga nos exercícios de 2006 a 2016	150
Quadro 2.38 – Excesso da Despesa sobre a Receita	151
Quadro 2.39 – Indicadores da Despesa e da Receita	155
Quadro 2.40 – Indicadores da Despesa e Receita com base nos compromissos e liquidações	156
Quadro 2.41 – Equilíbrio orçamental	163
Quadro 2.42 – Saldos na Base de Caixa (recebimentos pagamentos)	169
Quadro 2.43 – Saldos na Base de Compromissos (liquidações versus compromissos)	170
Quadro 3.01 – Informação patrimonial e económica	174
Quadro 3.02 – Componentes do Ativo do Balanço	175
Quadro 3.03 – Componentes dos investimentos financeiros	179
Quadro 3.04 – Composição das Dívidas a Receber	179
Quadro 3.05 – Municípios com maior volume de Dívidas a Receber em 2016	180
Quadro 3.06 – Municípios com dívidas a receber relativas a empréstimos a terceiros	181
Quadro 3.07 – Disponibilidades e disponibilidades reais	183
Quadro 3.08 – Composição dos Fundos Próprios (Património Líquido)	183
Quadro 3.09 – Componentes do Passivo*	185
Quadro 3.10.A – Variação das Componentes do Passivo em valor absoluto	186
Quadro 3.10.B – Taxas de variação das componentes do Passivo	186
Quadro 3.11.A – Municípios que recorreram a Empréstimo de Apoio Transitório de Urgência (ATU)	188
Quadro 3.11.B – Municípios que recorreram a Empréstimos do Programa de Ajustamento Municipal (PAM)	188
Quadro 3.11.C – Empréstimos do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)	189
Quadro 3.11.D – Empréstimos do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas ao Estado (PREDE)	192
Quadro 3.11.E – Empréstimos do Programa Pagar a Tempo e Horas (PPTH)	194
Quadro 3.12 – Componentes da Dívida a pagar de Médio e Longo Prazo em 2015 e 2016	195
Quadro 3.13 – Municípios com valor em provisões para riscos e encargos superior a 5 milhões de euros	196
Quadro 3.14 – Limite à dívida total	207
Quadro 3.15 – Indicadores de sinalização de alerta precoce e de recuperação financeira	208
Quadro 3.16 – Indicadores de sinalização de alerta precoce e de recuperação financeira	209

Quadro 3.17 – Variação do PMP de 2008 a 2016	214
Quadro 3.18 – Evolução dos Custos, no período de 2006 a 2016	221
Quadro 3.19 – Evolução dos Proveitos, no período de 2006 a 2016	224
Quadro 3.20 – Evolução dos Resultados líquidos, no período de 2006 a 2015	226
Quadro 3.21 – Informação de custos, proveitos e resultados por dimensão dos municípios, em 2016	227
Quadro 3.22 – Evolução do indicador EBITDA	232
Quadro 4.01 – Entidades sem informação financeira disponível em 2016	239
Quadro 4.02 – Entidades que se dissolveram ou se fundiram em 2016	240
Quadro 4.03 – Número de Entidades do SEL, número das dissolvidas e número de fusões, entre 2011 e 2016	240
Quadro 4.04 – Ativo, Passivo e Capital Próprio das 174 entidades do SEL em 2016 e sua comparação com valores homólogos das 308 autarquias	241
Quadro 4.05 – Evolução do ACTIVO NÃO CORRENTE das Entidades Empresariais	242
Quadro 4.06 – Entidades que apresentam valores no "Ativos Fixos Tangíveis" superiores a 50 M€ em 2016	243
Quadro 4.07 – Entidades que apresentam valores no "Ativo Intangível" superiores a 20 M€ em 2016	243
Quadro 4.08 – Entidades com Participações Financeiras – MEP (Método de Equivalência Patrimonial) em 2016	243
Quadro 4.09 – Entidades com registo em Outras Participações Financeiras em 2016	244
Quadro 4.10 – Entidades com valores inscritos na rubrica "Acionistas/Sócios" entre 2011 e 2016	245
Quadro 4.11 – Evolução do ACTIVO CORRENTE das Entidades Empresariais	245
Quadro 4.12 – Entidades Empresariais com variações positivas superiores a 1M€ em Caixa e Depósitos bancários de 2015 para 2016	246
Quadro 4.13 – Entidades Empresariais com variações negativas superiores a 1M€ em dívidas de "Clientes", de 2015 para 2016	247
Quadro 4.14 – Evolução do Capital Próprio	248
Quadro 4.15 – Estrutura e variação do Passivo entre 2011 a 2016	250
Quadro 4.16 – Evolução do Passivo não corrente (médio e longo prazo) das Entidades Empresariais entre 2011 e 2016	250
Quadro 4.17 – Entidades que aumentaram os financiamentos obtidos de MLP entre 2015 e 2016	251
Quadro 4.18 – Evolução do PASSIVO CORRENTE das Entidades Empresariais	252
Quadro 4.19 – Entidades com maior diminuição na rubrica financiamentos obtidos de curto prazo entre 2015 e 2016	253
Quadro 4.20 – Evolução de Rendimentos e Gastos das Entidades Empresariais	257
Quadro 4.21 – Total dos Rendimentos e Gastos antes dos impostos das Entidades Empresariais	257
Quadro 4.22 – Evolução da situação económica das Entidades Empresariais	258
Quadro 4.23 – Resultados Operacionais do Setor Empresarial Local	258
Quadro 4.24 – Entidades em processo de dissolução	262
Quadro 4.25 – Número de entidades do SEL em incumprimento do n.º 1 do art.º 62º da Lei nº 50/2012	262
Quadro 4.26 – Entidades em incumprimento relativamente às quatro alíneas n.º 1 do art.º 62º da Lei nº 50/2012	263
Quadro 4.27 – Entidades cujas vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios (alínea a)	263
Quadro 4.28 – Entidades cujo peso dos subsídios à exploração é superior a 50% das suas receitas, nos últimos três anos (alínea b)	263
Quadro 4.29 – Entidades cujo resultado operacional, diminuído das amortizações e depreciações, foi negativo nos últimos 3 anos (alínea c)	263
Quadro 4.30 – Entidades com resultado líquido negativos nos últimos três anos (alínea d)	263
Quadro 4.31 – Mapa dos SMs e respetivas competências	264

Quadro 4.32 – Estrutura do ATIVO dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem, Peso do ativo municípios com SMS no total dos municípios	265
Quadro 4.33 – Evolução do ATIVO dos Serviços Municipalizados	266
Quadro 4.34 – Estrutura das Dívidas a Receber dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que corresponde	267
Quadro 4.35 – Evolução das Dívidas a Receber dos Serviços Municipalizados	267
Quadro 4.36 – Componentes do Passivo dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem	268
Quadro 4.37 – Evolução do Passivo dos Serviços Municipalizados	268
Quadro 4.38 – Passivo exigível dos Serviços Municipalizados	270
Quadro 4.39 – Estrutura dos custos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem	271
Quadro 4.40 – Evolução dos custos dos Serviços Municipalizados	272
Quadro 4.41 – Estrutura dos Proveitos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem	273
Quadro 4.42 – Evolução dos Proveitos dos Serviços Municipalizados	274
Quadro 4.43 – Informação sobre estrutura económica	275
Quadro 4.44 – Evolução da situação económica dos Serviços Municipalizados	276
Quadro 4.45 – Serviços Municipalizados com Resultados líquidos positivos	277
Quadro 4.46 – Serviços Municipalizados com Resultados líquidos negativos	278
Quadro 5.01 – Indicadores selecionados para ranking global da situação financeira dos municípios	280
Quadro 5.02 – municípios por intervalos no Prazo Médio de Pagamentos	284
Quadro 5.03 – Distribuição do número de municípios por intervalos de pontuação obtida para o Ranking Global	287
Quadro 5.04 – Distribuição dos municípios, por Distrito, na lista dos 100 melhor classificados globalmente	289
Gráfico 1.01 – Os Municípios Portugueses por dimensão e região NUTS II	23
Gráfico 1.02 – Distribuição das despesas locais por funções	27
Gráfico 1.03 – Evolução da Independência Financeira dos 308 Municípios ¹²	32
Gráfico 1.03.A – Evolução da Independência Financeira dos Municípios da R.A. dos Açores	33
Gráfico 1.03.M – Evolução da Independência Financeira dos Municípios da R.A. da Madeira	33
Gráfico 1.04 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Grande Dimensão	34
Gráfico 1.05 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Média Dimensão	34
Gráfico 1.06 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Pequena Dimensão	35
Gráfico 1.07 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios (2006 a 2016)	35
Gráfico 2.01 – Evolução das Receitas	45
Gráfico 2.01.A – Evolução das Receitas dos Municípios da R.A. dos Açores	47
Gráfico 2.01.M – Evolução das Receitas dos Municípios da R.A. da Madeira	47
Gráfico 2.02 – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita, entre 2006 e 2016	60
Gráfico 2.02.A – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos Municípios da R.A. dos Açores, entre 2006 e 2016	61
Gráfico 2.02.M – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos Municípios da R.A. da Madeira, entre 2006 e 2016	61
Gráfico 2.03 – Evolução das principais transferências recebidas pelos municípios	65
Gráfico 2.04 – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos entre 2006 e 2016	71
Gráfico 2.04.A – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da R.A. dos Açores entre 2006 e 2016	72

Gráfico 2.04.M – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da R.A. da Madeira entre 2006 e 2016	72
Gráfico 2.05 – Evolução da Despesa Municipal, nas suas diferentes fases, entre 2006 e 2016	104
Gráfico 2.05.A – Evolução da Despesa Municipal, nas suas diferentes fases, nos municípios da R.A. dos Açores, entre 2006 e 2016	105
Gráfico 2.05.M – Evolução da Despesa Municipal, nas suas diferentes fases, nos municípios da R.A. da Madeira, entre 2006 e 2016	105
Gráfico 2.06 – Taxas de Execução das Despesas – 2006 a 2016	108
Gráfico 2.06.A – Taxas de Execução das Despesas nos municípios da R.A. dos Açores – 2006 a 2016	109
Gráfico 2.06.M – Taxas de Execução das Despesas nos municípios da R.A. da Madeira – 2006 a 2016	110
Gráfico 2.07 – Estrutura da despesa paga em 2006 e 2016	119
Gráfico 2.08 – Evolução da Receita Liquidada, Receita Cobrada, Despesa Realizada e Despesa Paga, nos exercícios de 2006 a 2016	152
Gráfico 2.08.A – Evolução da Receita Liquidada, Receita Cobrada, Despesa Realizada e Despesa Paga, nos municípios da R.A. dos Açores, nos exercícios de 2006 a 2016	152
Gráfico 2.08.M – Evolução da Receita Liquidada, Receita Cobrada, Despesa Realizada e Despesa Paga, nos municípios da R.A. da Madeira, nos exercícios de 2006 a 2016	153
Gráfico 2.09 – Estrutura da Receita e da Despesa Paga e Despesa Realizada, em 2016	153
Gráfico 2.09.A – Estrutura da Receita e da Despesa Paga e Despesa Realizada nos municípios da R.A. dos Açores, 2016	154
Gráfico 2.09.M – Estrutura da Receita e da Despesa Paga e Despesa Realizada nos municípios da R.A. da Madeira, 2016	154
Gráfico 2.09 – Evolução do saldo global efetivo, na base de compromissos	171
Gráfico 2.09.A – Evolução do saldo global efetivo, na base de compromissos, nos municípios da R.A. dos Açores	171
Gráfico 2.09.M – Evolução do saldo global efetivo, na base de compromissos, nos municípios da R.A. da Madeira	172
Gráfico 3.01 – Estrutura do Ativo em 2016	176
Gráfico 3.02 – Evolução do valor das componentes dos Bens de Domínio Público	177
Gráfico 3.03 – Evolução do valor das componentes do Imobilizado Corpóreo	178
Gráfico 3.04 – Evolução do Passivo	186
Gráfico 3.05 – Número de Municípios com um Prazo Médio de Pagamentos superior a 90 dias	214
Gráfico 3.06 – Evolução das componentes dos Custos	222
Gráfico 3.07 – Estrutura dos Custos em 2016	222
Gráfico 3.08 – Evolução das componentes dos Proveitos	224
Gráfico 3.09 – Estrutura dos Proveitos em 2016	225
Gráfico 3.10 – Evolução dos Resultados Líquidos	227
Gráfico 3.11 – Evolução do EBITDA	232
Gráfico 4.01 – Evolução dos grandes agregados do Balanço do SEL	241
Gráfico 4.02 – Estrutura do Ativo – 2011 a 2016	242
Gráfico 4.03 – Estrutura do Capital Próprio entre 2011 e 2016	248
Gráfico 4.04 – Estrutura do Passivo – 2011 a 2016	249
Gráfico 4.05 – Estrutura do Ativo dos Serviços Municipalizados	265
Gráfico 4.06 – Evolução das componentes do Passivo dos Serviços Municipalizados	269
Gráfico 4.07 – Comparação da dívida e do ativo circulante, entre SMS e Municípios c/ SMS	270
Gráfico 4.08 – Estrutura dos Custos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem	271

Gráfico 4.09 – Evolução das componentes de Custos dos Serviços Municipalizados	272
Gráfico 4.10 – Estrutura dos Proveitos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem	273
Gráfico 4.11 – Evolução das componentes de Proveitos dos Serviços Municipalizados	275
Gráfico 4.12 – Evolução dos Resultados Líquidos	277
R1 – Municípios que apresentam maior Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais) – 2016	38
R2 – Municípios que apresentam menor Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais) – 2016	40
R2.A – Independência financeira (receitas próprias/receitas totais) dos Municípios da R.A. dos Açores – 2016	42
R2.M – Independência financeira (receitas próprias/receitas totais) dos Municípios da R.A. da Madeira – 2016	42
R3 – Municípios com grau de execução da receita cobrada igual ou inferior a 50%, em 2016*	49
R3.A – Grau de execução da receita cobrada em 2016 dos Municípios da R.A. dos Açores	50
R3.M – Grau de execução da receita cobrada em 2016 dos Municípios da R.A. da Madeira	51
R4 – Municípios com maior volume da receita cobrada, em 2016	52
R4.A – Volume da receita cobrada dos Municípios da R.A. dos Açores, em 2016	54
R4.M – Volume da receita cobrada dos Municípios da R.A. da Madeira, em 2016	55
R5 – Municípios com menor volume da receita cobrada, em 2016	56
R6 – Municípios que, em 2016, apresentaram maior peso de receitas provenientes de impostos e taxas na receita total cobrada	68
R6.A – Peso, em relação à receita total cobrada, de receitas de impostos e taxas nos Municípios da R.A. dos Açores, referenciado a 2016	69
R6.M – Peso, em relação à receita total cobrada, de receitas de impostos e taxas nos Municípios da R.A. da Madeira, referenciado a 2016	69
R7 – Municípios com maior receita cobrada de IMI, em 2016	76
R7.A – Receita cobrada de IMI dos Municípios da R.A. dos Açores, em 2016	77
R7.M – Receita cobrada de IMI dos Municípios da R.A. da Madeira, em 2016	78
R8 – Municípios com maior diminuição de IMI em 2016	79
R9 – Municípios com aumento de IMI em 2016	81
R10 – Municípios com menor receita cobrada de IMI em 2016	82
R11 – Municípios com maior receita cobrada de IMT em 2016	84
R11.A – Receita cobrada de IMT dos Municípios da R.A. dos Açores, em 2016	85
R11.M – Receita cobrada de IMT dos Municípios da R.A. da Madeira, em 2016	85
R12 – Municípios com menor receita cobrada de IMT, em 2016	86
R13 – Municípios com maior aumento de IMT em 2016	87
R14 – Municípios com maior diminuição de IMT em 2016	88
R15 – Municípios com maior receita cobrada de Derrama, em 2016	90
R16 – Municípios com menor receita cobrada de Derrama, em 2016	91
R17 – Municípios com maior receita cobrada de IUC, em 2016	92
R18 – Municípios com menor receita cobrada de IUC, em 2016	93
R19 – Municípios com maior volume da receita cobrada de venda de bens duradouros (ativos fixos), em 2016	95
R19.A – Volume da receita cobrada de venda de bens duradouros, em 2016, pelos municípios dos Açores	96
R19.M – Volume da receita cobrada de venda de bens duradouros, em 2016, pelos municípios da Madeira	96

R20 – Municípios com menor volume da receita cobrada de venda de bens duradouros, em 2016	97
R21 – Municípios com maior volume da receita cobrada de Passivos Financeiros (novos empréstimos bancários), em 2016	99
R21.A – Volume da receita cobrada de Passivos Financeiros, em 2016, pelos municípios dos Açores	100
R21.M – Volume da receita cobrada de Passivos Financeiros, em 2016, pelos municípios da Madeira	100
R22 – Municípios com menor volume da receita cobrada de Passivos Financeiros, em 2016	101
R23 – Municípios que apresentam maior volume de despesa paga em 2016	116
R24 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga em 2016	118
R25 – Municípios que apresentam maior peso dos pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais	120
R26 – Municípios que apresentam menor peso dos pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais	121
R27.A – Peso dos pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais dos municípios da R.A. dos Açores	123
R27.M – Peso dos pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais dos municípios da R.A. da Madeira	123
R28 – Municípios que apresentam maior volume de despesa paga em pessoal no ano de 2016	124
R29 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga ao pessoal em 2016	125
R30 – Municípios que apresentam maior volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços em 2016	127
R31 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços em 2016	128
R32 – Municípios que apresentam maior volume de investimentos pagos (aquisições assumidas de bens de capital) em 2016	130
R33 – Municípios que apresentam menor volume de investimentos pagos (aquisição de bens de capital) em 2016	131
R34 – Municípios com maior investimento pago no decénio 2006-2016	132
R35 – Municípios com menor investimento pago no decénio 2006-2016	133
R36 – Municípios que apresentam maior volume de despesas pagas com transferências correntes e de capital e subsídios em 2016	135
R37 – Municípios que apresentam menor volume de despesas pagas com transferências correntes e de capital e subsídios em 2016	136
R38 – Municípios que apresentam maior volume de despesas pagas com aquisição de bens de capital e em transferências de capital no total de 11 anos – período de 2006 a 2016.	137
R39 – Municípios que apresentam maior volume de pagamento de amortizações de empréstimos (passivos financeiros), em 2016	139
R39.A – Montante de amortizações paga (passivos financeiros) pelos municípios da R.A. dos Açores, em 2016	141
R39.M – Montante de amortizações paga (passivos financeiros) pelos municípios da R.A. da Madeira, em 2016	141
R40 – Municípios que apresentam menor volume de pagamentos de amortizações de empréstimos (passivos financeiros), em 2016	142
R41 – Municípios que apresentam maior volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2016	144
R42 – Municípios que apresentam menor volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2016	146
R43 – Municípios que apresentam maior volume de despesa paga em juros em valores acumulados desde 2006 ordenados pelo total	147
R44 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga em juros em valores acumulados desde 2006 ordenados pelo total	148
R45 – Municípios com maior diferença negativa entre o grau de execução de receitas liquidadas e o grau de execução de despesas comprometidas	157
R45.A – Diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de Despesas Comprometidas – municípios dos Açores	158
R45.M – Diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de Despesas Comprometidas – municípios da Madeira	158
R46 – Municípios com Grau de execução de Grau de execução de receitas liquidadas superior ou igual ao Despesas Comprometidas	159
R47 – Municípios com maior equilíbrio orçamental	164
R48 – Municípios com menor equilíbrio orçamental	166
R49 – Municípios em desequilíbrio orçamental admitido pelo art.º 40º da LFL, calculado nos termos do artigo 83º da mesma Lei	167

R50 – Municípios cujo saldo corrente deduzido das amortizações apresenta valor negativo superior a 5pp das receitas correntes	167
R51 – Municípios com menor passivo exigível, ordenados pelo valor de 2016	198
R52 – Municípios com maior Passivo Exigível (Dívida), ordenados pelo valor de 2016	199
R52.A – Passivo Exigível dos municípios da R.A. dos Açores, ordenados pelo valor de 2016	201
R52.M – Passivo Exigível dos municípios da R.A. da Madeira, ordenados pelo valor de 2016	201
R53 – Municípios com aumento do Passivo Exigível, em 2016 e taxa de variação entre 2006-2016	202
R54 – Municípios com maior diminuição do Passivo Exigível em 2016 e variações entre 2006-2016	203
R54.A – Variação do Passivo Exigível dos municípios da R.A. dos Açores em 2016	204
R54.M – Variação do Passivo Exigível dos municípios da R.A. da Madeira em 2016	205
R55 – Municípios com melhor índice de dívida total	210
R56 – Municípios com índice de dívida total superior a 1,5	211
R56.A – Índice de dívida total dos municípios da R.A. dos Açores	212
R56.M – Índice de dívida total dos municípios da R.A. da Madeira	213
R57 – Municípios com menor Prazo Médio de Pagamentos	216
R58 – Municípios com maior Prazo Médio de Pagamentos	217
R59 – Municípios que mais melhoraram o Prazo Médio de Pagamentos	219
R60 – Municípios que mais pioraram o Prazo Médio de Pagamentos	220
R61 – Municípios com Maiores Resultados líquidos (valores absolutos)	228
R62 – Municípios com Menores Resultados líquidos (valores absolutos)	229
R63 – Municípios com maior EBITDA em 2016	233
R64 – Municípios com menor EBITDA em 2016	234
R65 – Entidades do SEL com menor Passivo Exigível (dívidas) em 2016	254
R66 – Entidades do SEL com maior Passivo Exigível (dívidas) em 2016	255
R67 – Entidades com MELHORES Resultados líquidos em 2016	259
R68 – Entidades com PIORES Resultados líquidos, em 2016	260
R69.A – 20 municípios com melhor índice de liquidez	281
R69.B – 20 municípios com melhor Resultado Operacional	281
R69.C – 10 municípios com menor Peso do Passivo Exigível no Ativo	282
R69.D – 20 municípios com menor Passivo por habitante	282
R69.E – 20 municípios com melhor grau de cobertura das despesas	283
R69.F – 20 municípios com maior grau de execução do saldo efetivo, na ótica dos compromissos	284
R69.G – 20 municípios com menor índice de dívida total do município	285
R69.H – 20 municípios com melhor Grau de execução da despesa relativamente aos compromissos assumidos	286
R69.I – 20 municípios com maior índice de impostos por habitante	286
R70.A – Ranking Global dos municípios de grande dimensão integrados na lista dos 100 melhor classificados globalmente	287
R70.B – Ranking Global dos municípios de média dimensão pontos integrados na lista dos 100 melhor classificados globalmente	288
R70.C – Ranking Global dos municípios de pequena dimensão integrados na lista dos 100 melhor classificados globalmente	288
R71.A – Ranking Global dos municípios do Distrito de Aveiro com melhor pontuação global	290
R71.B – Ranking Global dos municípios do Distrito de Beja com melhor pontuação global	290

R71.C – Ranking Global dos municípios do Distrito de Braga com melhor pontuação global	290
R71.D – Ranking Global dos municípios do Distrito de Bragança melhor pontuação global	290
R71.E – Ranking Global dos municípios do Distrito de Castelo Branco com melhor pontuação global	290
R71.F – Ranking Global dos municípios do Distrito de Coimbra com melhor pontuação global	290
R71.G – Ranking Global dos municípios do Distrito de Évora com melhor pontuação global	290
R71.H – Ranking Global dos municípios do Distrito de Faro com melhor pontuação global	290
R71.I – Ranking Global dos municípios do Distrito de Guarda com melhor pontuação global	290
R71.J – Ranking Global dos municípios do Distrito de Leiria com melhor pontuação global	290
R71.K – Ranking Global dos municípios do Distrito de Lisboa com melhor pontuação global	291
R71.L – Ranking Global dos municípios do Distrito de Portalegre com melhor pontuação global	291
R71.M – Ranking Global dos municípios do Distrito de Porto com melhor pontuação global	291
R71.N – Ranking Global dos municípios do Distrito de Santarém com melhor pontuação global	291
R71.O – Ranking Global dos municípios do Distrito de Setúbal com melhor pontuação global	291
R71.P – Ranking Global dos municípios do Distrito de Viana do Castelo com melhor pontuação global	291
R71.Q – Ranking Global dos municípios do Distrito de Vila Real com melhor pontuação global	291
R71.R – Ranking Global dos municípios do Distrito de Viseu com melhor pontuação global	291
R71.S – Ranking Global dos municípios da R. A. Açores com melhor pontuação global	291
R71.T – Ranking Global dos municípios da Região Autónoma da Madeira com melhor pontuação global	291
Figura 1 – Distribuição dos municípios por dimensão, medida em nº de habitantes	24
Figura 2 – 100 municípios com melhor eficiência financeira	292

Introdução

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses agora publicado apresenta uma análise económica e financeira das contas dos 308 municípios relativas ao exercício económicos de 2016.

O Anuário continua a incluir uma análise detalhada do setor empresarial local (capítulo 4) e mais uma vez, com a preciosa colaboração do Tribunal de Contas e das próprias empresas, foi possível recolher informação relativamente à quase totalidade do Setor Local de 176 empresas.

Com esta publicação concretiza-se o décimo terceiro anuário financeiro dos Municípios Portugueses, completando o período de 2003 a 2016, envolvendo três mandatos dos órgãos eleitos.

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses resulta de um trabalho em equipa que envolve atualmente dois centros de investigação onde estão integrados os autores: o Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA) e o Centro de Investigação em Ciência Política (CICP) da Universidade do Minho.

Este 13.º Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2016 analisa as contas da totalidade dos municípios (308), de 174 empresas municipais (de um total de 176), e da totalidade dos serviços municipalizados (25).

Os dados foram obtidos através da consulta dos websites das entidades, onde nos termos da lei devem ser disponibilizados, e a consulta da plataforma do Tribunal de contas, que há vários anos colabora nesta publicação e cujo apoio tem sido fundamental.

O Anuário encontra-se organizado em seis capítulos.

No CAPÍTULO 1 apresenta-se o setor local, seguindo-se a caracterização geral dos municípios portugueses, sua tipologia, e efetua-se uma análise comparada do peso dos municípios portugueses com vários países da União Europeia. Neste capítulo é ainda apresentada a análise da independência financeira dos 308 municípios.

No CAPÍTULO 2 procede-se à análise da execução orçamental, apresentando-se um conjunto de rankings sobre a execução da despesa e da receita, estabelecendo-se, em alguns casos, comparações com os anos anteriores.

No CAPÍTULO 3 procede-se à análise da situação financeira, económica e patrimonial dos municípios apresentando-se a sua evolução nos últimos 10 anos. São também apresentados alguns rankings, estabelecendo-se, em alguns casos, comparações com o posicionamento em anos anteriores. É também analisado o limite à dívida total dos municípios, nos termos da legislação em vigor.

No CAPÍTULO 4 procede-se à análise da situação financeira, económica e patrimonial dos serviços municipalizados e das empresas do setor empresarial local, estabelecendo-se comparações com os anos de 2011 a 2016. É ainda apresentado o impacto da aplicação do artigo 62º da Lei 50/2012, de 31 de agosto ao período em análise.

No CAPÍTULO 5 é apresentado um ranking dos municípios melhor posicionados considerando a perspetiva da gestão acumulada, tendo sido utilizados 10 indicadores que resultaram na apresentação do Ranking Global.

No CAPÍTULO 6 apresentam-se as principais conclusões às contas dos municípios e do setor empresarial local para os exercícios económicos de 2016.

O presente documento termina com uma secção composta por dois anexos:

- ANEXO I – Dados económicos e financeiros do Municípios, Empresas Municipais e Serviços Municipalizados, 2016;
- ANEXO II – Evolução da situação financeira por município (entre 2006 a 2016), com a apresentação de um gráfico considerando diversas variáveis (orçamento, despesas comprometidas, receitas cobradas líquidas, dívidas a pagar totais e resultado operacional antes de amortizações e provisões).

CAPÍTULO 1

O SETOR LOCAL E OS MUNICÍPIOS PORTUGUESES

1.1. O Setor Local

O setor público português assegura a sua missão de produção, prestação e alocação de bens e serviços aos cidadãos através de vários subsetores, ou formas organizacionais, com diferentes enquadramentos jurídico-institucionais. O Setor Público Administrativo (SPA) – o Estado no sentido lato – corresponde à maior componente do setor público e assegura as funções de redistribuição de rendimentos, afetação de recursos e estabilização macroeconómica, através da provisão de bens e serviços públicos.

A organização democrática do Estado português compreende a existência de autarquias locais. O princípio da autonomia do poder local está consagrado no art.º 6.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), desenvolvendo-se as coordenadas em que aquele se materializa na parte respeitante à organização do poder político e sob a epígrafe "Poder Local". Assim, "*a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais*" (art.º 235.º), definindo-as como "*peças coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas*" (art.º 236.º), especificando ainda que, "*no continente, as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas*", enquanto "*as regiões autónomas compreendem freguesias e municípios*".

A atuação das autarquias locais rege-se, segundo o quadro de transferência de atribuições e competências (Lei nº 75/2013, de 12 de setembro), por um conjunto de princípios que garantem um considerável grau de autonomia na prossecução dos seus objetivos e na gestão dos seus recursos. A CRP preconiza, no seu art.º

6.º, o princípio da autonomia do poder local e a Carta Europeia de Autonomia Local define-o no art.º 3.º como a "*capacidade efetiva de as autarquias locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, e sob sua responsabilidade e no interesse das respetivas populações, uma parte importante dos assuntos públicos*". As autarquias locais são responsáveis, perante diversos destinatários, pela gestão dos recursos públicos locais, visando os interesses das respetivas populações.

1.2. Freguesias

A freguesia é a autarquia local de menor dimensão que, mediante órgãos representativos eleitos, visa a prossecução de interesses próprios da população residente numa subdivisão do concelho (circunscrição concelhia). Não obstante a sua grande importância histórica, a relevância do ponto de vista político, económico, administrativo e financeiro da freguesia não equivale à do município. A notoriedade da freguesia diminuiu muito com a reorganização administrativa territorial autárquica, aprovada pela Lei nº 22/2012, de 30 de maio, que, na verdade, resultou num processo de extinção e/ou fusão pela criação de uniões de freguesias, em que desapareceram cerca de mil das 4.159 até então existentes. Legalmente, "*a freguesia criada por efeito da agregação constitui uma nova pessoa coletiva territorial, dispõe de uma única sede e integra o património, os recursos humanos, os direitos e as obrigações das freguesias agregadas*" (art.º 9.º, nº2).

Assim, atualmente existem em Portugal 3.091 freguesias das quais 2.882 no Continente, 155 nos Açores e 54 na Madeira². As

¹ Considerando que as regiões administrativas ainda não foram criadas, as autarquias locais em Portugal Continental são compostas da mesma forma que nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, compreendendo apenas as freguesias e os municípios.

² <https://appls.portalautarquico.pt/portautarquico/Home.aspx>.

freguesias possuem atribuições nos seguintes domínios (art.º 7.º, n.º 2 do Anexo I à Lei n.º 75/2013³, de 12 de setembro):

- Equipamento rural e urbano;
- Abastecimento público;
- Educação;
- Cultura, tempos livres e desporto;
- Cuidados primários de saúde;
- Ação social;
- Proteção civil;
- Ambiente e salubridade;
- Desenvolvimento;
- Ordenamento rural e urbano;
- Proteção da comunidade.

A mesma lei (art.º 5.º) define que os órgãos de governo da freguesia são a Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia.

A Assembleia de Freguesia corresponde ao órgão deliberativo, ou seja, o órgão que toma as grandes decisões e define as orientações relativas à freguesia. Entre outras, compete-lhe acompanhar a atividade da Junta de Freguesia, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento e apreciar o relatório de atividades e os documentos de prestação de contas que refletem o comportamento financeiro do município (art.º 9.º).

A Junta de Freguesia é o órgão executivo da freguesia, isto é, o órgão responsável pela gestão corrente dos seus assuntos. Entre outras funções compete-lhe executar as deliberações do órgão deliberativo, elaborar e executar as opções do plano e a proposta de orçamento e elaborar e aprovar o relatório de atividades e os documentos de prestação de contas (art.º 16.º).

1.3. Municípios

Legalmente definidos como autarquias locais que visam a prossecução de interesses próprios da população residente na circunscrição concelhia mediante órgãos representativos por ela eleitos, os municípios adquiriram ao longo do tempo uma grande importância histórica, política, económica, administrativa, financeira e

jurídica, revelando-se de primordial importância no contexto das políticas públicas locais.

Atualmente os municípios possuem **atribuições** nos seguintes domínios (art.º 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):

- Equipamento rural e urbano;
- Energia;
- Transportes e comunicações;
- Educação;
- Património, cultura e ciência;
- Tempos livres e desporto;
- Saúde;
- Ação social;
- Habitação;
- Proteção civil;
- Ambiente e saneamento básico;
- Defesa do consumidor;
- Promoção do desenvolvimento;
- Ordenamento do território e urbanismo;
- Polícia municipal;
- Cooperação externa.

A definição destas atribuições tem subjacente a concretização de um conjunto de princípios de onde se releva o princípio da subsidiariedade (art.º 4º)⁴, ou seja, a prossecução das funções de interesse local pelo nível mais próximo da população que, naturalmente, conhece melhor os seus problemas e necessidades, o qual sustenta a crescente transferência de atribuições e competências da Administração Central para os municípios.

Nesse sentido, tendo em conta a organização dos municípios e o respetivo quadro de competências, a lei prevê a existência de órgãos locais próprios: a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal. A Assembleia Municipal constitui o órgão deliberativo do município, ou seja, o órgão que define as orientações do respetivo município. Entre outras, compete à Assembleia Municipal acompanhar a atividade da Câmara Municipal, aprovar as opções do plano e a

³ Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição,

⁴ Artigo 4.º – Princípios gerais – “A prossecução das atribuições e o exercício das competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais devem respeitar os princípios da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos e a intangibilidade das atribuições do Estado.”

proposta de orçamento, e apreciar o relatório de atividades e os documentos de prestação de contas que refletem o comportamento financeiro do município (art.º 25.º).

A **Câmara Municipal** é o órgão de execução das políticas públicas decididas pela Assembleia Municipal. Entre outras funções e para além de executar as deliberações do órgão deliberativo, elabora e executa as opções do plano e o orçamento e é responsável pela elaboração e apresentação à Assembleia Municipal do relatório de atividades e os documentos de prestação de contas (art.º 33.º). A Câmara Municipal é constituída pelo Presidente da Câmara e por Vereadores cujo número varia consoante o número de eleitores do respetivo município.

Analogamente ao que ocorre na Administração Central, na Administração Local coexiste um setor administrativo com outros subsectores, como os serviços municipalizados e, mais recentemente, o Setor Empresarial Local (SEL). Este último é composto essencialmente por empresas públicas municipais e intermunicipais que são sociedades comerciais de direito privado (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto).

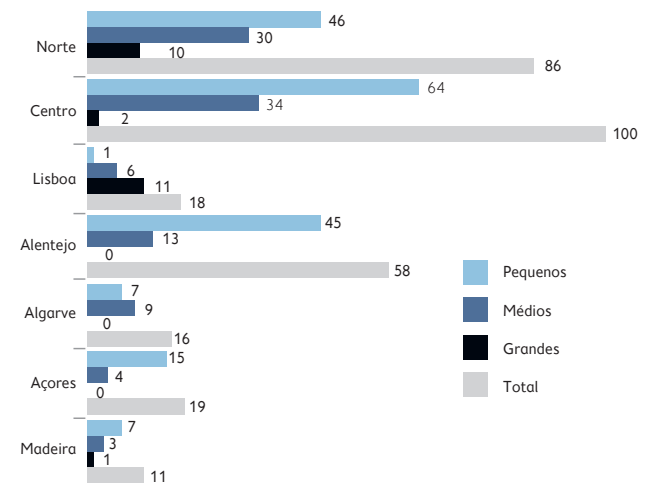
Atualmente, existem em Portugal 308 municípios dos quais 278 no Continente e 30 nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. O critério mais usado para classificar os municípios quanto à sua dimensão é ainda o que tem em conta o número de habitantes. Tal como nas edições anteriores, para efeitos das análises deste Anuário, os municípios portugueses são agrupados em três categorias distintas quanto à sua dimensão, medida em número de habitantes:

- Municípios Pequenos – com população inferior ou igual a 20 000 habitantes;
- Municípios Médios – com população superior a 20 000 habitantes e inferior ou igual a 100 000 habitantes;
- Municípios Grandes – com população superior a 100 000 habitantes.

Considerando esta categorização, o número de municípios portugueses em 2016 distribuiu-se da seguinte forma:

Pequenos < 20 000	Médios >20 000 <100 000	Grandes > 100 000
185 Municípios	99 Municípios	24 Municípios
Corvo (460habit.)		Lisboa (504 964 habit.)

Gráfico 1.01 – Os Municípios Portugueses, por dimensão e região NUTS II



Quadro 1.01 – Caracterização das regiões NUTS II, considerando a dimensão dos municípios

%	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Pequenos	53%	64%	6%	78%	44%	79%	64%
Médios	35%	34%	33%	22%	56%	21%	27%
Grandes	12%	2%	61%	0%	0%	0%	9%

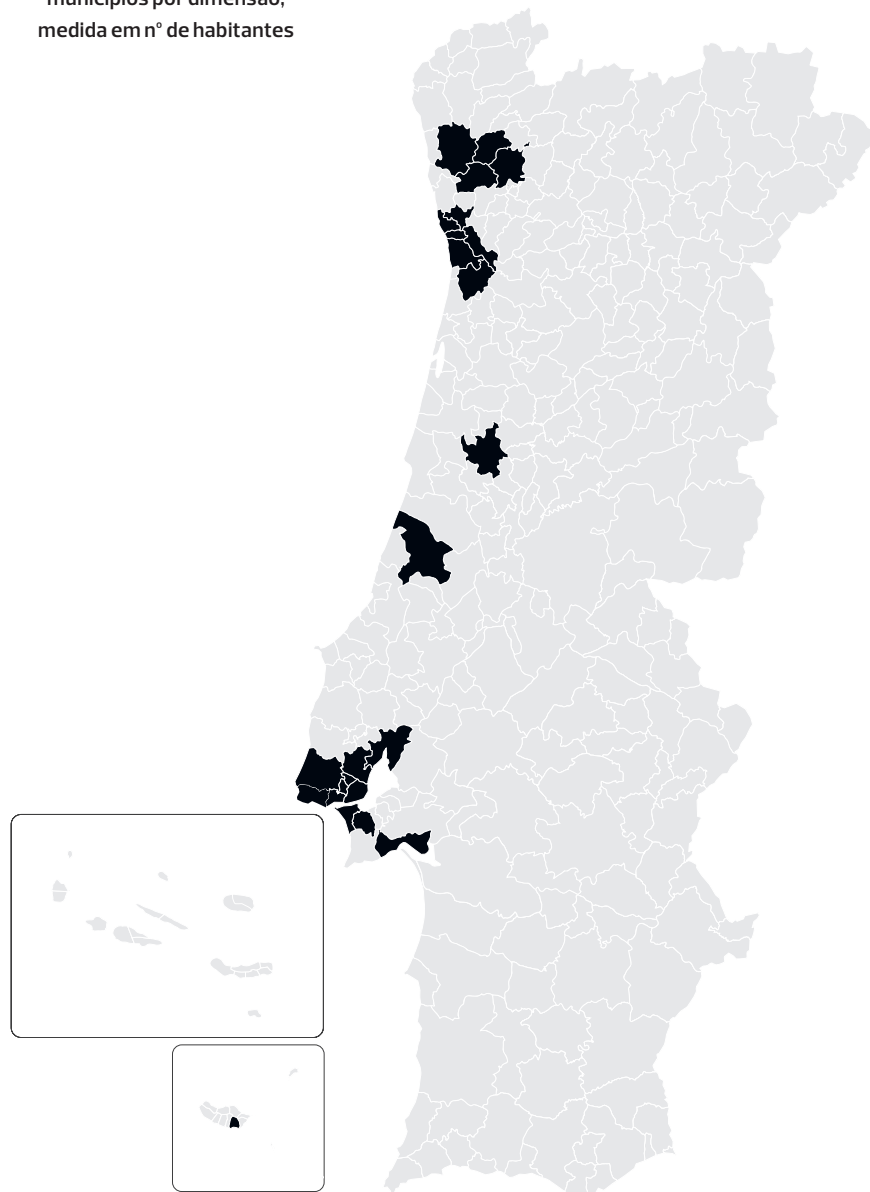
A análise conjunta dos Gráfico 1.01 e Quadro 1.01, permite verificar que é no Alentejo e nas ilhas que os municípios de pequena dimensão têm um maior peso relativo. De facto, 64% (7 em 11) dos municípios da Região Autónoma da Madeira e 79% (15 em 19) dos municípios da Região Autónoma dos Açores são pequenos, assim como 78% (45 em 58) dos municípios do Alentejo. A Região Centro concentra 64% (64 em 100) de pequenos municípios do total daquela região. Em contrapartida, na Região de Lisboa os pequenos municípios representam apenas 6% (1 em 18) dos municípios da região.

Na figura 1 apresenta-se a tipologia dos municípios distribuídos por todo o país.

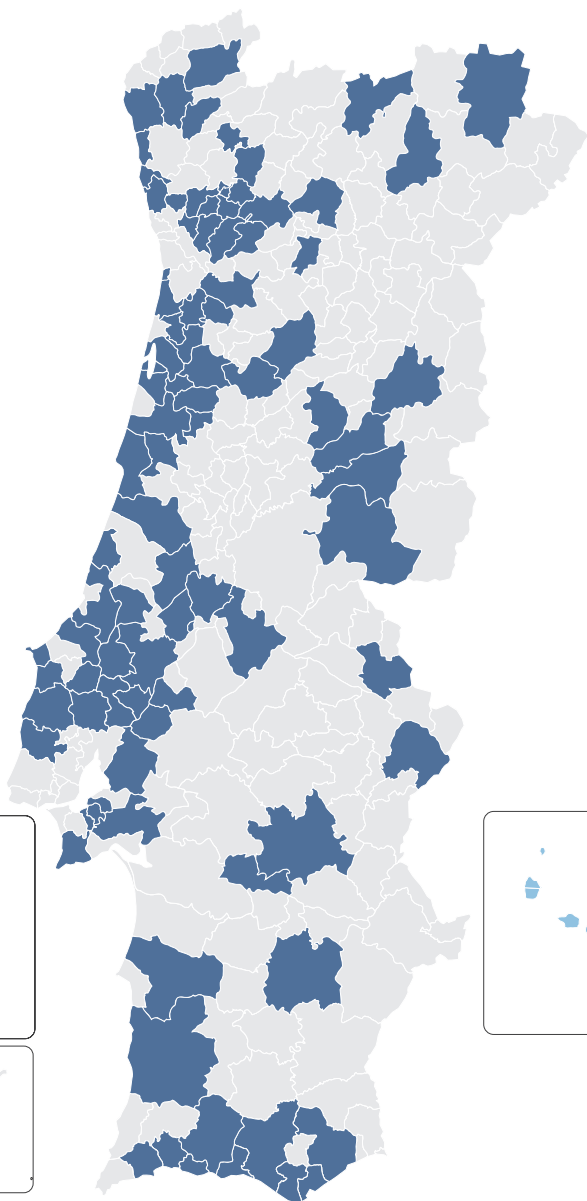
GRANDE DIMENSÃO
Mais de 100 000 habitantes

Abrantes	Cinfães	Monção	Santa Maria da Feira
Águeda	Coimbra	Monchique	Santa Marta de Penaguião
Aguiar da Beira	Condeixa-a-Nova	Mondim de Basto	Santana
Alandroal	Constância	Monforte	Santarém
Albergaria-a-Velha	Coruche	Montalegre	Santiago do Cacém
Albufeira	Corvo	Montemor-o-Novo	Santo Tirso
Alcácer do Sal	Covilhã	Montemor-o-Velho	São Brás de Alportel
Alcanena	Crato	Montijo	São João da Madeira
Alcobaça	Cuba	Mora	São João da Pesqueira
Alcochete	Elvas	Mortágua	São Pedro do Sul
Alcoutim	Entroncamento	Moura	São Roque do Pico
Alenquer	Espinho	Mourão	São Vicente
Alfândega da Fé	Esposende	Murça	Sardoal
Alijó	Estarreja	Murtosa	Sátão
Aljezur	Estremoz	Nazaré	Seia
Aljustrel	Évora	Nelas	Seixal
Almada	Fafe	Nisa	Sernancelhe
Almeida	Faro	Nordeste	Serpa
Almeirim	Felgueiras	Óbidos	Sertã
Almodôvar	Ferreira do Alentejo	Odemira	Sesimbra
Alpiarça	Ferreira do Zêzere	Odivelas	Setúbal
Alter do Chão	Figueira da Foz	Oeiras	Sever do Vouga
Alvalázere	Figueira de Castelo Rodrigo	Oleiros	Silves
Alvito	Figueiró dos Vinhos	Olhão	Sines
Amadora	Fornos de Algodres	Oliveira de Azeméis	Sintra
Amarante	Freixo de Espada à Cinta	Oliveira de Frades	Sobral de Monte Agraço
Amares	Fronteira	Oliveira do Bairro	Soure
Anadia	Funchal	Oliveira do Hospital	Sousel
Angra do Heroísmo	Fundão	Ourém	Tábua
Ansião	Gavião	Ourique	Tabuaço
Arcos de Valdevez	Góis	Ovar	Tarouca
Arganil	Golegã	Paços de Ferreira	Tavira
Armamar	Gondomar	Palmela	Terras de Bouro
Arouca	Gouveia	Pampilhosa da Serra	Tomar
Arraiolos	Grândola	Paredes	Tondela
Arronches	Guarda	Paredes de Coura	Torre de Moncorvo
Arruda dos Vinhos	Guimarães	Pedrógão Grande	Torres Novas
Aveiro	Horta	Penacova	Torres Vedras
Avis	Idanha-a-Nova	Penafiel	Trancoso
Azambuja	Ílhavo	Penalva do Castelo	Trofa
Baião	Lagoa (Algarve)	Penamacor	Vagos
Barcelos	Lagoa (R.A.A.)	Penedono	Vale de Cambra
Barrancos	Lagos	Penela	Valença
Barreiro	Lajes das Flores	Peniche	Vai longo
Batalha	Lajes do Pico	Peso da Régua	Valpaços
Beja	Lamego	Pinhel	Velas
Belmonte	Leiria	Pombal	Vendas Novas
Benavente	Lisboa	Ponta Delgada	Viana do Alentejo
Bombarral	Loulé	Ponta do Sol	Viana do Castelo
Borba	Loures	Ponte da Barca	Vidigueira
Botlicas	Lourinhã	Ponte de Lima	Vieira do Minho
Braga	Lousã	Ponte de Sor	Vila da Praia da Vitória
Bragança	Lousada	Portalegre	Vila de Rei
Cabeceiras de Basto	Mação	Portel	Vila do Bispo
Cadaval	Macedo de Cavaleiros	Portimão	Vila do Conde
Caldas da Rainha	Machico	Porto	Vila do Porto
Calheta (R. A. A.)	Madalena	Porto de Mós	Vila Flor
Calheta (R. A. M.)	Mafra	Porto Moniz	Vila Franca de Xira
Câmara de Lobos	Maia	Porto Santo	Vila Franca do Campo
Caminha	Mangualde	Póvoa de Lanhoso	Vila Nova da Barquinha
Campo Maior	Manteigas	Póvoa de Varzim	Vila Nova de Cerveira
Cantanhede	Marco de Canaveses	Povoação	Vila Nova de Famalicão
Carrazeda de Ansiães	Marinha Grande	Proença-a-Nova	Vila Nova de Foz Côa
Carregal do Sal	Marvão	Redondo	Vila Nova de Gaia
Cartaxo	Matosinhos	Reguengos de Monsaraz	Vila Nova de Paiva
Cascais	Mechhada	Resende	Vila Nova de Poiares
Castanheira de Pêra	Meda	Ribeira Brava	Vila Pouca de Aguiar
Castelo Branco	Melgaço	Ribeira de Pena	Vila Real
Castelo de Paiva	Mértola	Ribeira Grande	VR Santo António
Castelo de Vide	Mesão Frio	Rio Maior	Vila Velha de Ródão
Castro Daire	Mira	Sabrosa	Vila Verde
Castro Marim	Miranda do Corvo	Sabugal	Vila Viçosa
Castro Verde	Miranda do Douro	Salvaterra de Magos	Vimioso
Celorico da Beira	Mirandela	Santa Comba Dão	Vinhais
Celorico de Basto	Mogadouro	Santa Cruz	Viseu
Chamusca	Moimenta da Beira	Santa Cruz da Graciosa	Vizela
Chaves	Moita	Santa Cruz das Flores	Vouzela

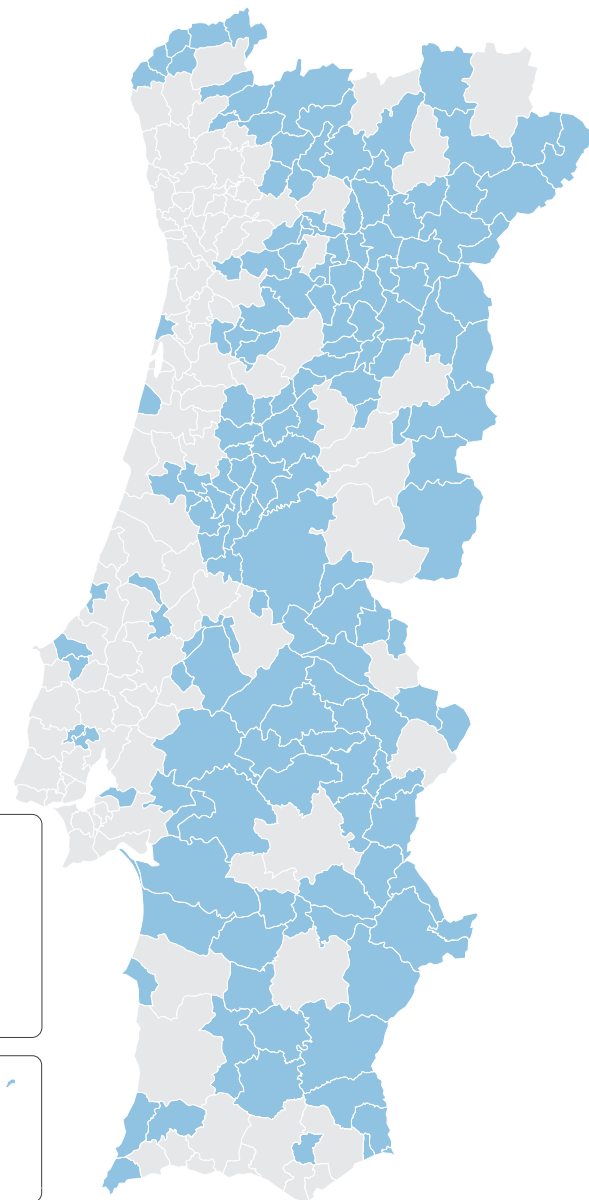
Figura 1 – Distribuição dos municípios por dimensão, medida em nº de habitantes



MÉDIA DIMENSÃO
Até 100 000 habitantes



PEQUENA DIMENSÃO
Até 20 000 habitantes



1.4. Caracterização geral e importância financeira dos Municípios portugueses no contexto europeu

Como se mostra no Quadro 1.02, a dimensão média dos municípios portugueses não é inferior à da maioria dos países euro-

peus. Em termos de população, a média portuguesa (33,4 mil habitantes) é aproximada aos valores da Grécia, Suécia e Holanda e apenas é largamente ultrapassada pelos da Dinamarca, Irlanda e Reino Unido.

Quadro 1.02 – Caracterização dos Municípios Portugueses em perspetiva comparada

País	População média	PIB per capita (\$)	Nº de Municípios	% Munic. ≤ 2000 habit.	% Munic. ≥ 20000 habit.	Despesa Munic. (% Despesa Pública)	Investimento Munic. (% Investimento Público)
Áustria	4 090	47 693	2 100	55%	1%	16,4%	29,6%
Bélgica	19 030	43 724	589	1%	26%	13,5%	34,2%
Alemanha	7 320	46 394	11 092	54%	6%	17,8%	35,7%
Espanha	5 605	33 638	8 119	72%	5%	13,4%	26,4%
Suíça	3 590	59 536	2 294	61%	2%	20,8%	30,0%
República Checa	1 640	31 188	6 258	89%	1%	27,4%	59,0%
Dinamarca	58 155	46 000	98	1%	93%	64,3%	41,5%
Estónia	6 165	28 113	213	54%	2%	24,1%	24,9%
Finlândia	17 530	40 666	313	14%	18%	41,1%	54,0%
França	1 855	39 357	35 885	86%	1%	20,5%	58,8%
Grécia	33 410	25 950	325	n.d.	n.d.	6,7%	17,9%
Hungria	3 125	25 061	3 178	76%	2%	15,8%	38,4%
Islândia	4 445	43 993	74	72%	4%	29,8%	40,4%
Irlanda	149 530	49 402	31	0%	100%	9,4%	37,3%
Itália	7 545	35 459	8 047	44%	6%	28,7%	54,9%
Luxemburgo	5 360	98 110	105	37%	3%	11,5%	38,6%
Holanda	43 540	48 256	390	1%	69%	30,1%	51,5%
Noruega	12 185	64 940	428	22%	13%	33,8%	40,5%
Polónia	15 530	24 952	2 478	1%	14%	32,0%	53,2%
Portugal	33 400	28 832	308	2%	41%	11,8%	45,9%
Eslováquia	1 850	28 327	2 927	85%	2%	16,1%	25,4%
Eslovénia	9 730	30 405	212	12%	8%	19,7%	53,9%
Suécia	33 890	45 298	290	0%	42%	49,1%	48,4%
Reino Unido	166 060	40 210	389	0%	100%	25,2%	35,5%
Média	26 858	41 896	156,9	35,0%	23,3%	26,6%	40,7%

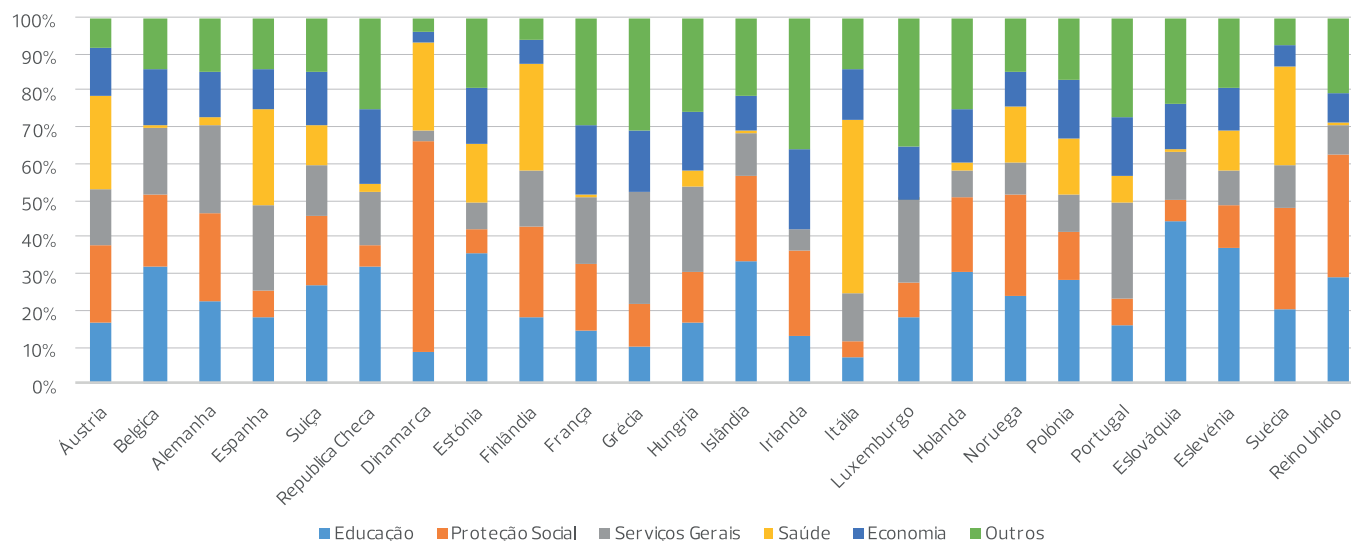
Fonte: SUBNATIONAL GOVERNMENTS IN OECD COUNTRIES: KEY DATA 2016 edition – Dados relativos a 2014

A análise do Quadro 1.02 salienta uma outra característica relevante da Administração Local portuguesa em perspetiva comparada: o elevado grau de centralização financeira do Setor Público Administrativo (duas últimas colunas). As despesas locais dos municípios portugueses correspondem apenas a 11,8% do total das despesas públicas, valores que são dos mais baixos quando comparados com a média europeia (26,6%). No que diz respeito ao peso do investimento local no total de investimento público, Portugal apresenta um valor superior (45,9%) à média europeia (40,7%), o que sugere claramente uma maior intervenção, face aos homólogos europeus, dos municípios portugueses nas atividades de investimento público.

O Gráfico 1.02 mostra a composição funcional das despesas locais do mesmo grupo de países, o que permite perceber as áreas

de atividade local com mais peso nas despesas locais. No que diz respeito à função de educação, cuja média europeia é cerca de um quarto das despesas locais (23%), o peso em Portugal é muito inferior (16%). De forma ainda mais acentuada, o mesmo se passa com as despesas em proteção social e saúde (18,2% e 11,2% de média europeia respetivamente), em que intervenção dos municípios portugueses é bastante reduzida (7,2% e 7,5% respetivamente). Ao invés, no caso das despesas relacionadas com as atividades económicas, o peso em Portugal (15,8%) é claramente superior à média (13,2%). Finalmente, quase dois terços das despesas municipais portuguesas são consumidos com funções gerais (25,9%) e outras (27,5%), ao contrário da média dos países europeus, em que o peso somado destas duas funções não atinge os 35%.

Gráfico 1.02 – Distribuição das despesas locais por funções



Fonte: SUBNATIONAL GOVERNMENTS IN OECD COUNTRIES: KEY DATA 2016 edition

1.5. Grupos Municipais

A tendência de reformas do setor público, no sentido de impor critérios de eficiência, implicou um conjunto de reconfigurações nas formas organizacionais de prestação de serviços públicos. Um dos aspetos mais salientes dessa tendência foi a transferência da prestação de bens e serviços para outras entidades do setor pú-

blico. Tal tendência também se verificou ao nível da Administração Local, com a profusão de atividades autárquicas transferidas para o SEL (Setor Empresarial Local). O Quadro 1.03 apresenta o número de autarquias que tinham, à data de 2016, constituído empresas municipais e/ou serviços municipalizados.

Quadro 1.03 – Número de serviços municipalizados e Entidades do Setor Empresarial Local

	Total	N° de municípios com:											
		Serviços Municipalizados*		Empresas Municipais						Empresas Intermunicipais			
		0 SMs	1 SM	0 EMs	1 EM	2 EMs	3 EMs	4 EMs	5 EMs	0 EIM's	1 EIM	2 EIMs	3 EIMs
Municípios Pequenos	185	184	1	151	29	3	1	1	0	90	64	25	6
Municípios Médios	99	83	16	59	20	15	3	2	0	34	46	13	6
Municípios Grandes	24	14	10	7	4	6	2	4	1	12	9	3	0
Total de municípios	308	281	27	217	53	24	6	7	1	136	119	41	12
Total de Empresas e SMs	201		25					152				24	

* Existem dois Serviços Intermunicipalizados pertencente aos municípios de Loures e Odivelas e Oeiras e Amadora

Pela análise do Quadro 1.03 verifica-se que, enquanto 53 municípios têm serviços descentralizados apenas numa empresa municipal, 38 municípios descentralizam em duas ou mais empresas municipais, sendo que apenas 8 municípios detêm 4 ou mais empresas. Ao mesmo tempo, 172 municípios participam pelo menos numa empresa intermunicipal (119 apenas numa, 41 em duas e 12 em três). No cômputo geral, dos que descentralizam, a maioria dos municípios tem apenas uma empresa municipal e, ou, participam em apenas uma empresa intermunicipal.

Ao invés, 217 municípios (151 pequenos, 59 médios e 7 grandes) não possuem empresas municipais, 136 municípios (90 pequenos, 34 médios e 12 grandes) não participam em empresas intermunicipais e uma larga maioria de municípios (281) não possuem serviços municipalizados (184 pequenos, 83 médios e 14 grandes).

A atual Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) impõe, no seu art.º 75º, que os municípios apresentem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo eles a

entidade mãe ou consolidante⁵. É ainda referido que o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, definindo-se controlo como o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais da outra entidade, a fim de beneficiar das suas atividades.

Do exposto, verificamos que em 2016 existiam 219 potenciais "grupos autárquicos", nos quais o município era a designada "entidade-mãe", isto ainda sem considerar a participação dos municípios em Fundações, Associações, cooperativas de interesse público e outras entidades de direito público ou privado, que não estejam incluídas no SEL.

O tema dos "Grupos Municipais" será retomado no Capítulo 4 deste Anuário, aquando da análise das contas do SEL.

⁵ À data de elaboração deste Anuário ainda não estavam disponíveis as Contas Consolidadas, pelo que as mesmas não serão aqui objeto de análise.

1.6. Alterações Administrativas versus Finanças Locais

No âmbito da implementação da designada Reforma da Administração Local, em 2012 foram introduzidas diversas reformas legais que alteraram significativamente o enquadramento financeiro, de controlo e de prestação de contas dos municípios portugueses. Algumas dessas alterações resultaram diretamente do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) a Portugal, em cujos memorandos de entendimento consta a menção explícita da necessidade de reorganizar as Administrações Local e Regional e a prestação de serviços da administração a nível local. Relativamente à Administração Local, o PAEF impunha um conjunto de compromissos que a seguir se resumem:

- Reduzir, em pelo menos 175 milhões de euros, as transferências para as Administrações Local e Regional, no âmbito do contributo deste subsector para a consolidação orçamental;
- Submeter à Assembleia da República uma proposta de revisão da Lei das Finanças Locais, com vista a promover a sua adaptação aos princípios e normas adotadas pela nova Lei do Enquadramento Orçamental, nomeadamente no que se refere (i) à inclusão de todas as entidades públicas relevantes no perímetro das Administrações Local e Regional; (ii) ao enquadramento plurianual das regras de despesa, saldos orçamentais e regras de endividamento, e de orçamentação de programas; e (iii) à interação com as funções do Conselho das Finanças Públicas;
- Preparar uma avaliação abrangente da estrutura de tarifas das empresas públicas, incluindo das do SEL, a fim de reduzir o grau de subsidiação, bem como rever o seu nível do serviço público prestado;
- Avaliar os planos em curso de redução de custos operacionais, até ao final de 2011, em pelo menos 15% em média face a 2009, propondo cortes específicos por empresa pública, incluindo nas do SEL, que sejam consistentes com uma avaliação económica e financeira realista;
- Aplicar limites de endividamento mais restritos ao Setor Empresarial do Estado (SEE), extensíveis ao SEL;
- Elaborar um plano para reforçar a governação do SEE e do SEL, de acordo com as melhores práticas internacionais, que inclua uma avaliação da função acionista, dotando o Ministério das Finanças e da Administração Pública de um papel decisivo quanto a questões de ordem financeira do SEE.

De salientar os seguintes diplomas com alterações legislativas de maior impacto na organização administrativa e do sistema financeiro dos municípios, no quadriénio 2012/2016:

- Lei n.º 22/2012, de 30 de maio – Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica;
- Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto – Aprova o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL);
- Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto – Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local;
- Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (*vulgo* Lei das Finanças Locais);
- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Regime Jurídico das Autarquias Locais, estatuto das Entidades Intermunicipais e da transferência de competências (*vulgo* Lei das Autarquias Locais);
- Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto – Aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal, regulamentando o Fundo de Apoio Municipal.
- Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro – Regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio de funções sociais.
- Lei n.º 69/2015, de 16/07, que procedeu à sua segunda alteração da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto (Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais) e na qual se refere que o disposto nos seus capítulos III e VI se aplica, com as devidas adaptações, às régies cooperativas, ou cooperativas de interesse público, em que as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º Assim passaram a partir de 2016 estas Cooperativas a fazer parte do SEL. Do ponto de vista da atividade financeira do setor público local, a mais importante reforma foi a publicação do Novo Regime Financeiro (Lei n.º 73/2013 – RFALEI), que revoga a Lei n.º 2/2007, e cujo objetivo é “ajustar o paradigma das receitas autárquicas à realidade atual, aumentar a exigência e transparência ao nível da prestação de contas, bem como dotar as finanças locais dos instrumentos necessários para garantir a efetiva coordenação entre a Administração Central e Local, contribuindo assim para o controlo orçamental e para a prevenção de situações de instabilidade fi-

nanceira" (Preâmbulo da Lei). O Novo Regime Financeiro aprovado em 2013 procura, assim, intervir fundamentalmente sobre o controlo e prevenção do desequilíbrio financeiro.

Dado que a autonomia financeira municipal deve ser exercida no contexto do equilíbrio financeiro global do setor público, os princípios constantes da Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro), passaram a estar também plasmados na nova LFL (art.º 3.º). Princípios: da estabilidade orçamental; da solidariedade nacional recíproca; da transparência orçamental; da equidade intergeracional; além dos princípios da legalidade, da tutela inspetiva, da autonomia financeira e da justa repartição dos recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais.

Neste âmbito, merece destaque ainda o princípio da coordenação entre finanças locais e finanças do Estado (art.º 11.º), a realizar através de um Conselho de Coordenação Financeira (CCF) (art.º 12.º), que prevê a audição dos municípios antes da preparação do Programa de Estabilidade e Crescimento e da Lei do Orçamento de Estado. Esta coordenação estabelece-se tendo por base um quadro orçamental plurianual (art.º 44.º) que defina os limites, elaborados numa base móvel e atualizados anualmente, para a despesa e as projeções da receita de cada município no médio prazo. Este documento deverá ser elaborado em "articulação com as Grandes Opções do Plano", submetido à Assembleia Municipal e ter natureza vinculativa.

O Novo Regime Financeiro introduz ainda mecanismos que se destinam a garantir o alerta precoce de desvios sinalizados por indicadores financeiros (art.º 56.º) e, se necessário, de recuperação financeira municipal (art.º 57.º). Entre outros instrumentos de regularização financeira, prevê-se a participação dos municípios num Fundo de Apoio Municipal (FAM), com contribuição obrigatória dos municípios (através do Fundo de Equilíbrio Financeiro – FEF), bem como do Governo Central, e que se traduz num mecanismo de solidariedade e coresponsabilidade financeira por parte da totalidade dos municípios.

Em 2012 foi também alterado o enquadramento do SEL. A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (alterada/aditada pelas Leis n.º 42/2016, de 28/12, Lei n.º 7-A/2016, de 30/03, Lei n.º 69/2015, de 16/07, e Lei n.º 53/2014, de 25/08) aprovou o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, revogando o an-

terior regime que datava de 2006⁶. Em termos gerais, é substancialmente alterada a configuração jurídica do SEL, passando a ser inserido na agora designada "atividade empresarial autárquica". O diploma legal atualmente ainda em vigor:

- i. Estabelece o regime geral aplicável aos serviços municipalizados;
- ii. Regula a atividade das empresas locais, que são genericamente as sociedades sujeitas à influência dominante dos municípios e das associações de municípios (ambos designados por "entidades públicas participantes"); e
- iii. Disciplina a aquisição e detenção de participações locais, que se traduzem nas participações sociais detidas pelas entidades públicas participantes noutras sociedades comerciais e, bem assim, a aquisição de outras participações, tais como em Fundações, em Cooperativas ou em Associações de direito privado.

Em primeiro lugar, introduz-se a imposição de significativos deveres de reporte de informação institucional e económico-financeira das entidades públicas participantes à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL). O incumprimento destes deveres de informação é sancionado com a retenção de 10% do duodécimo (sendo de 20% em caso de reincidência) das transferências correntes do Fundo Geral Municipal, no caso dos municípios, sendo sancionado com a suspensão imediata e automática das transferências financeiras do Estado, se o incumprimento for por parte de associações de municípios (art.ºs 42º e 44º).

Em segundo lugar, passam a estar sujeitos ao controlo prévio do Tribunal de Contas, quaisquer atos de constituição ou de participação em empresas locais, assim como de aquisição de participações sociais, pelas entidades públicas participantes. A fiscalização prévia do Tribunal de Contas incidirá, ainda, sobre quaisquer processos de fusão de empresas locais (art.ºs 54º e 56º).

Em terceiro lugar, passa a prever-se a possibilidade de integração de empresas locais em serviços municipalizados, assim como de fusão de empresas locais, bem como a mera internalização da atividade destas empresas nos serviços das respetivas entidades públicas participantes (art.ºs 64º e 65º).

Por último, destaca-se a criação de novas regras de dissolução

⁶ Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro.

das empresas locais, com a obrigatoriedade de extinção das mesmas, sempre que, nos últimos três anos: i) as respetivas vendas e prestações de serviços não cubram, pelo menos, 50% dos custos totais dos correspondentes exercícios; ii) o peso contributivo dos subsídios à exploração tenha sido superior a 50% das receitas; iii) o valor do resultado operacional subtraído do valor correspondente às amortizações e depreciações tenha sido negativo; ou ainda quando iv) o resultado líquido tenha sido negativo. O prazo para a deliberação de dissolução é de seis meses a contar da verificação de uma destas situações elencadas (art.º 62º).

Em alternativa à decisão de dissolução da empresa local, poderão as entidades públicas participantes alienar integralmente as respetivas participações detidas nas empresas locais. Quando se trate de meras participações locais, a alienação das participações, nos casos supra descritos, é obrigatória (art.º 66º).

A referida lei entrou em vigor a 1 de setembro de 2012, sendo que as entidades de natureza empresarial criadas ou constituídas ao abrigo de legislação anterior e sob a influência dominante das entidades públicas participantes, a par das sociedades comerciais participadas já existentes, ficaram obrigadas a adequar os seus estatutos no prazo de seis meses a contar daquele dia. É também de seis meses o prazo para as entidades públicas participantes determinarem a dissolução das empresas locais, ou, em alternativa, procederem à alienação integral das participações sociais que detenham nessas empresas, quando ocorram as circunstâncias enunciadas acima (art.º 62º)⁷.

1.7. Independência financeira⁸

No presente Anuário mantém-se a análise do **rácio que relaciona as receitas próprias** com as receitas totais para se aferir o grau de independência financeira dos municípios. **Considera-se que existe**

⁷ Não existe divulgada, até à data, qualquer avaliação sobre o nível de cumprimento destas diretrizes. Assim, apenas se pode concluir das alterações ocorridas, através da comparação entre as empresas existentes em 2016 e as existentes em 2012 (Capítulo 4 deste Anuário).

⁸ Este conceito não deve ser confundido com o de Autonomia Financeira, referido no art.º 6.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais. Autonomia financeira refere-se ao princípio de que os municípios dispõem de finanças e património próprio, cuja gestão compete aos seus órgãos.

independência financeira nos casos em que as receitas próprias⁹ representam, pelo menos, 50% das receitas totais.

Para melhor compreender a evolução deste indicador apresenta-se, de forma comparada para os onze anos compreendidos entre 2006 e 2016 e por grupos de municípios, o peso nas receitas totais das receitas próprias, das transferências e dos passivos financeiros. A análise é feita considerando os respetivos valores cobrados. O Gráfico 1.03 mostra que o valor médio do nível de independência financeira, nos termos apresentados neste Anuário, no período 2006 a 2016 foi de 35,3% para o universo dos municípios, tendo crescido em 2014 cerca de 4,5 pontos percentuais, estabilizado em 2015 e crescido aproximadamente 1,4 pontos percentuais em 2016. O ano de 2009 aparece assim como um ano crítico, já que as receitas próprias apresentam o valor mais baixo de todo o período considerado (e as transferências dos mais baixos), atingindo os passivos financeiros o valor mais elevado (cerca de 11%).

No que concerne aos municípios das Regiões Autónomas (Gráficos 1.03A e 1.03M), a sua independência financeira é relativamente baixa, dado predominarem os municípios de pequena dimensão. No período em análise, na R.A. dos Açores a média foi de 20,7% e na R.A. da Madeira foi de 30,7%. Em geral observa-se desde 2014 um crescimento da sua independência financeira, mais acentuado na R.A. dos Açores em 2016 (aproximadamente 3 pontos percentuais). Tal reforço aparece associado à redução das receitas de transferências (menos 3,5% na R.A. dos Açores em 2016) e sobretudo à redução das receitas de passivos financeiros (passando, na R.A. da Madeira, de 9,2% em 2013, para valores próximos de 0% em 2016).

Analisando a evolução deste indicador por grupos de municípios de acordo com a dimensão, verifica-se que as receitas próprias assumem um maior peso relativo **nos municípios de grande dimensão** (Gráfico 1.04)¹⁰; representando estas, no período de 2006 a 2016, um valor médio de 64,1% das receitas totais, isto é, mais 29

⁹ Tal como nas edições anteriores do Anuário, considera-se que receitas próprias do município são as receitas totais deduzidas das transferências e dos passivos financeiros.

¹⁰ Peso justificado pelo maior volume de receita fiscal auferida, nomeadamente, a proveniente do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT). Releva-se, ainda, o peso significativo, nos grandes municípios, do produto das cobranças das derramas lançadas sobre o lucro tributável das empresas (através do IRC).

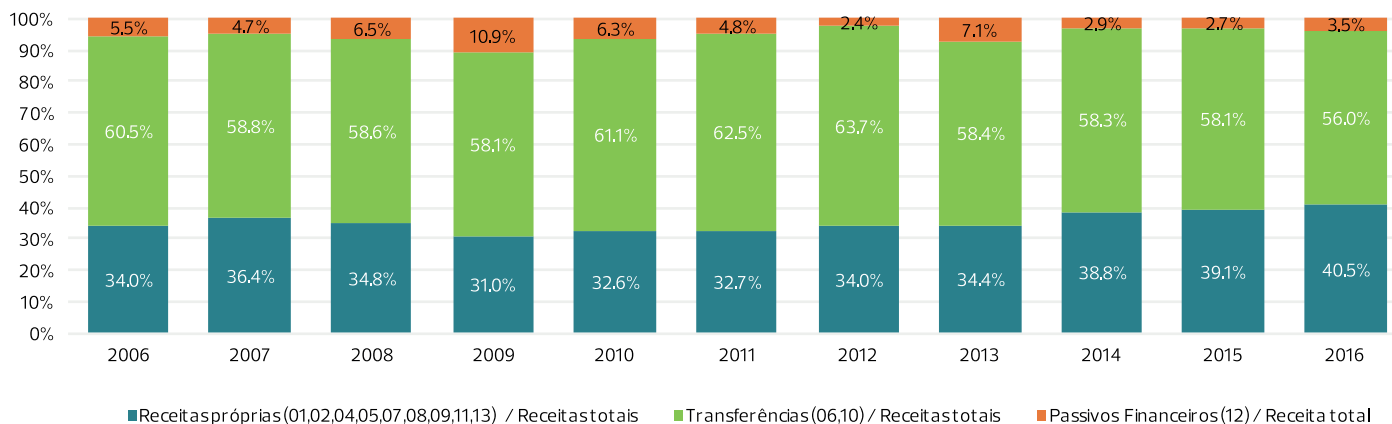
pontos percentuais do que a média global. O aumento de 5% do nível de independência financeira em 2014 e a ligeira tendência crescente até 2016, estão associados essencialmente à descida de receita proveniente de transferências e à diminuição das receitas creditícias, conforme se poderá constatar pela leitura dos dados apresentados no Capítulo 2 deste Anuário.

Nos **municípios de média dimensão** (Gráfico 1.05), neste período as transferências do Estado e as receitas próprias contribuíram quase em partes iguais para a receita total, com o peso médio, respetivamente, de 48,2% e 46,3%. Neste grupo de municípios, o aumento do peso das receitas próprias, de 9 pontos percentuais entre 2013 e 2016, esteve mais associado à descida das receitas creditícias, tendo, neste equilíbrio de pesos, influenciado menos a descida do montante de transferências do Estado.

Os recursos financeiros dos **municípios de pequena dimensão** (Gráfico 1.06) dependem significativamente das transferências recebidas através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)¹¹, as quais representaram neste período, em média, 69,3% das receitas totais.

O peso médio dos recursos próprios nas receitas totais foi apenas de 25,5%, o que representa apenas cerca de ¼ da totalidade dos recursos financeiros gerados, traduzindo uma independência financeira muito reduzida nesta categoria de municípios. Em 2016, este indicador de independência atingiu 31%, aumentando 1,2 pontos percentuais em relação a 2014, ano que se registou um crescimento de 3% face a 2013. As razões fundamentais do aumento de importância relativa das receitas próprias neste grupo de municípios, foram as mesmas que apontadas para a globalidade dos municípios: forte descida das transferências do Estado e diminuição do volume global dos empréstimos, nomeadamente de médio e longo prazo.

Gráfico 1.03 – Evolução da Independência Financeira dos 308 Municípios¹²



¹¹ Transferências do OE e provenientes da repartição dos recursos públicos entre o Estado e os municípios (nos termos do art.º 25.º da LFL, Lei nº 73/2013, de 3 de setembro), cujo objetivo, é exatamente providenciarem, através de subvenção criteriosa, o equilíbrio financeiro horizontal e vertical entre o exercício do poder central e dos poderes locais.

¹² Os valores percentuais são arredondados ao valor inteiro. Por essa razão, em alguns casos, a soma das três parcelas pode não ser igual a 100%.

Gráfico 1.03.A – Evolução da Independência Financeira dos Municípios da R.A. dos Açores

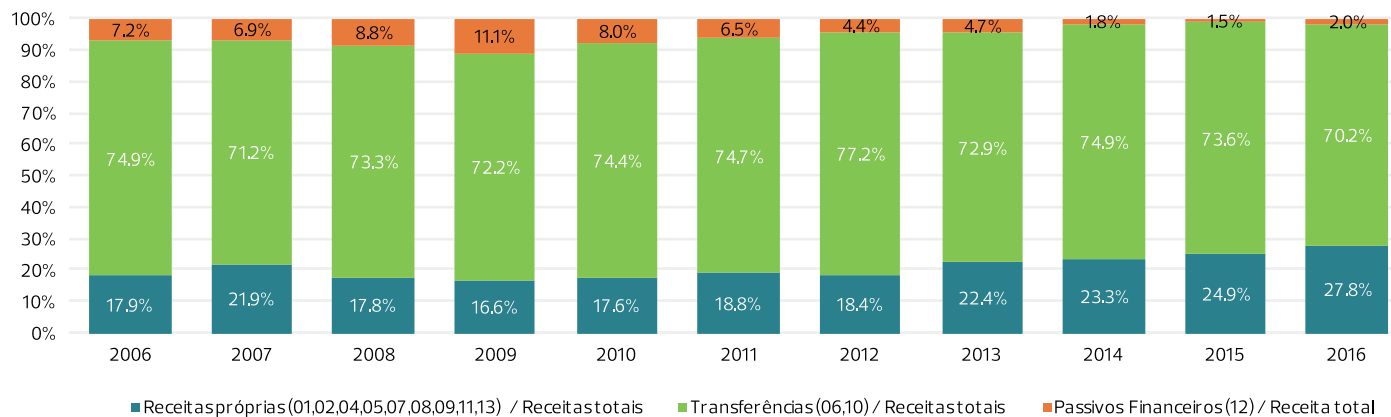


Gráfico 1.03.M – Evolução da Independência Financeira dos Municípios da R.A. da Madeira

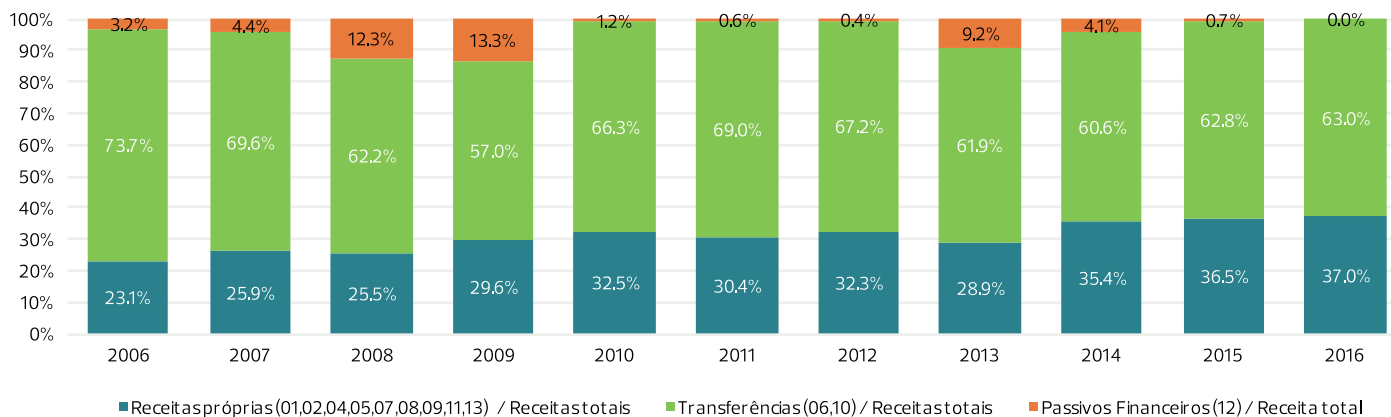


Gráfico 1.04 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Grande Dimensão

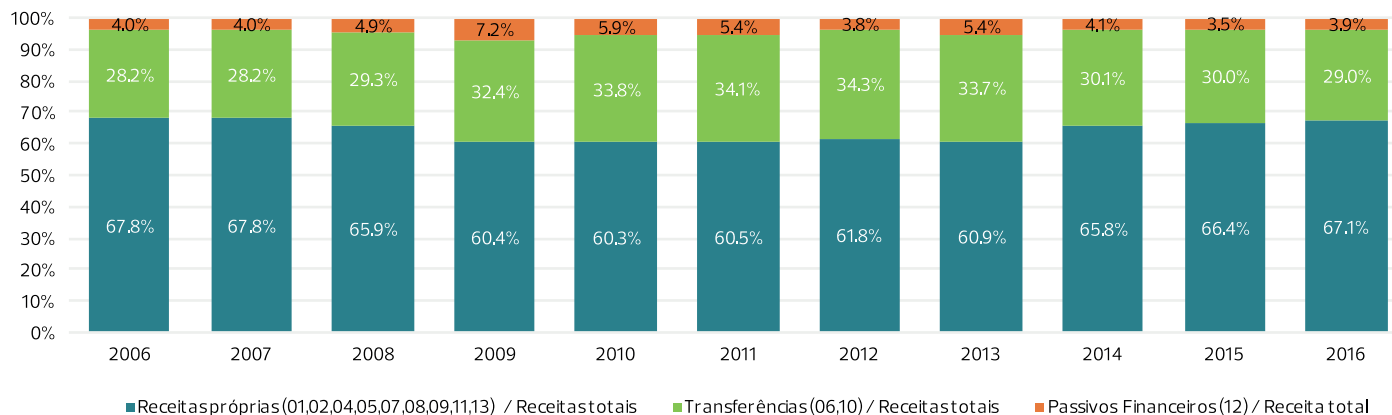


Gráfico 1.05 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Média Dimensão

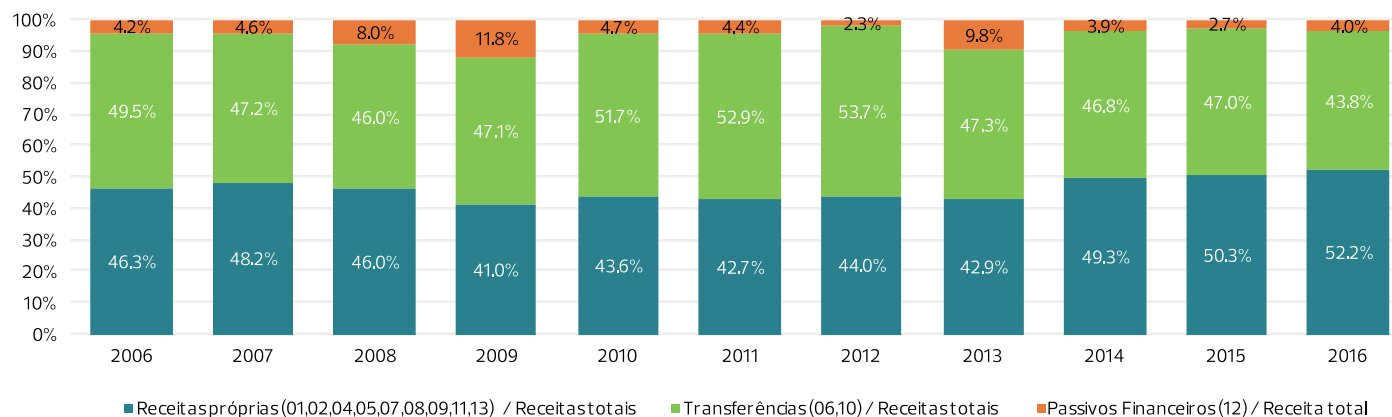
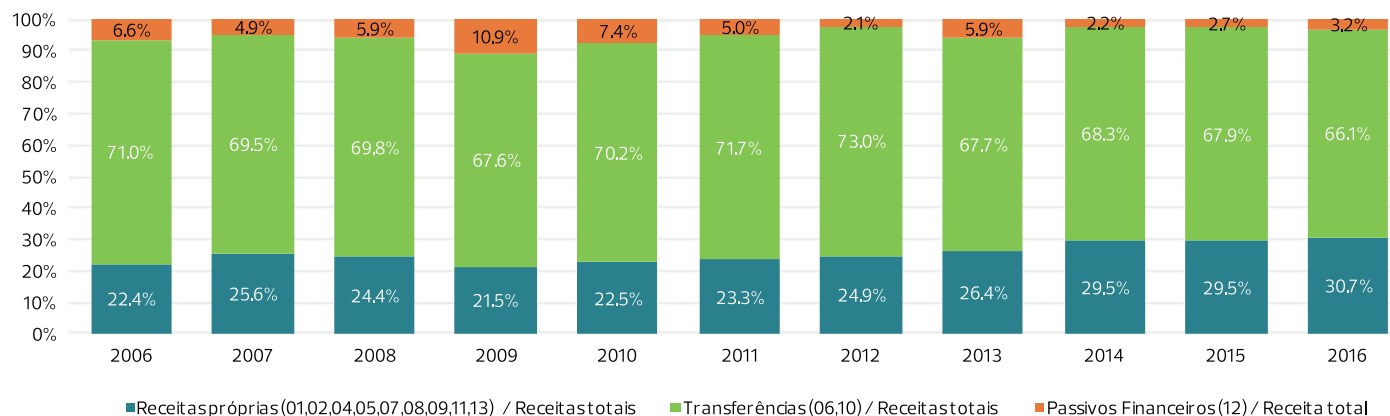


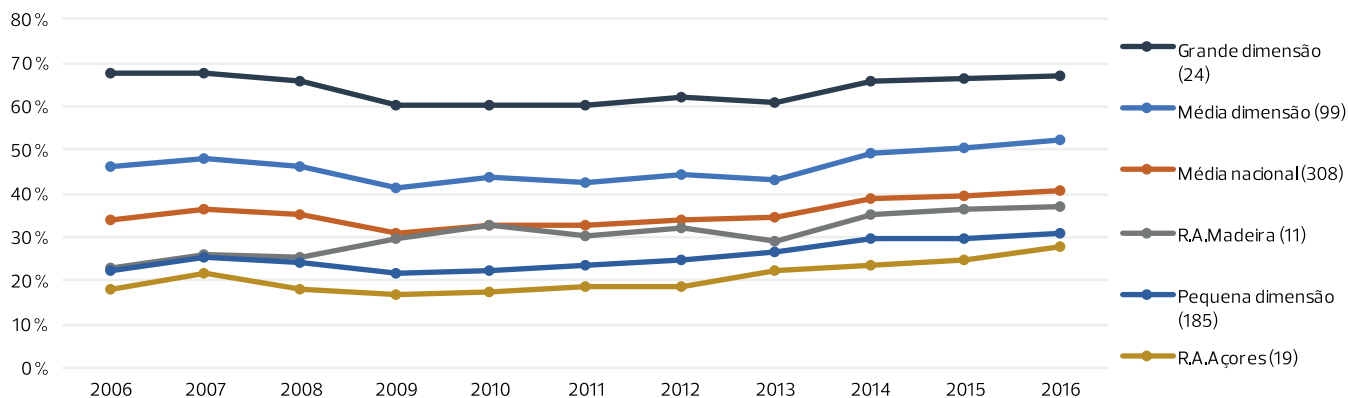
Gráfico 1.06 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Pequena Dimensão



Em 2016, o peso do recurso ao crédito (passivos financeiros) nas receitas totais da totalidade dos municípios aumentou ligeiramente para se situar no valor de 3,5%, isto após a diminuição de 4,2 pontos percentuais em 2014 face a 2013, o que corresponde a uma compensação quase total do aumento de cerca de 5% que se verificou em 2013 relativamente a 2012. O maior contributo para este aumento deveu-se principalmente ao grupo dos municípios de média dimensão.

O Gráfico 1.07 evidencia a evolução do peso relativo das receitas próprias na receita total autárquica no período de 2006 a 2016, por grupo de municípios. O valor do rácio médio da independência financeira cresce após 2013 devido, fundamentalmente, às razões já explicitadas de descida das transferências do Estado e à descida do montante utilizado (recebido como receita), no ano económico, de empréstimos de médio e longo-prazo.

Gráfico 1.07 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios (2006 a 2016)



Atentas às razões apresentadas para a variação global do indicador da independência financeira, no Quadro 1.04, descremina-se a amplitude de variação dos níveis de independência financeira em 2016.

Quadro 1.04 – Independência Financeira em 2016

	Pequenos	Médios	Grandes	Total
Nº de municípios existentes	185	99	24	308
Nº de municípios analisados	185	99	24	308
Receitas próprias (01,02,04,05,07,08,09,11,13)				
Receitas Totais (Receitas próprias + Transferências+ Passivos Financeiros)				
% Média dos 308 municípios	31%	52%	67%	41%
% Mínima	4%	26%	47%	4%
	Corvo	Praia da Vitória	Barcelos	
% Máxima	78%	89%	92%	92%
	Alcochete	Lagoa (Algarve)	Lisboa	
Transferências (06, 10)				
Receitas Totais (Receitas próprias + Transferências + Passivos Financeiros)				
Média dos 308 municípios	66%	44%	29%	56%
% Mínima	13%	11%	7%	7%
	Vila Real de Sto. António	Portimão	Lisboa	
% Máxima	96%	70%	53%	96%
	Corvo	Câmara de Lobos	Barcelos	
Passivos Financeiros (12)				
Receitas Totais (Receitas próprias + Transferências + Passivos Financeiros)				
% Média dos 308 municípios	3%	4%	4%	4%
% Mínima	0%	0%	0%	0%
% Máxima	71%	43%	26%	71%
	Alfândega da Fé	Évora	Seixal	

– Da análise conjunta do quadro anterior e do Quadro 1.05, verifica-se que em 2016 são 87 (74 em 2015) os municípios que apresentam uma independência financeira igual ou superior a 50%. Destes, 23 são municípios de grande dimensão, 48 de média dimensão e 16 de pequena dimensão.

– Em 2016 verificou-se um acréscimo no número de municípios

de média dimensão (+10), no número de municípios de pequena dimensão (+2) e no número de municípios de grande dimensão (+1) que apresentam independência financeira igual ou superior a 50%. Verifica-se uma diminuição do número de pequenos municípios (-6) com transferências superiores a 80% das receitas totais.

Quadro 1.05 – Outros indicadores relevantes para os Municípios

	Dimensão	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
N.º de municípios com receitas próprias superiores ou iguais a 50% das receitas totais	Pequenos	7	11	13	5	9	7	8	9	14	14	16
	Médios	36	44	41	27	30	28	29	29	35	38	48
	Grandes	22	22	20	17	17	19	22	19	22	22	23
	Total	65	77	74	49	56	54	59	57	71	74	87
N.º de municípios com receitas próprias inferiores a 20% das receitas totais	Pequenos	98	74	90	97	89	81	64	54	33	35	28
	Médios	1	2	1	5	3	4	2	3	0	0	0
	Grandes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	99	76	91	102	92	85	66	57	33	35	28
N.º de municípios que não recorreram a empréstimos bancários	Pequenos	43	55	53	42	61	82	99	102	134	130	124
	Médios	26	26	19	16	31	36	47	37	56	59	57
	Grandes	5	9	6	4	6	3	5	7	12	10	10
	Total	74	90	78	62	98	121	151	146	202	199	191
N.º de municípios com receitas provenientes das transferências, superiores a 80% da receita total	Pequenos	46	37	47	35	50	56	57	37	25	27	21
	Médios	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0
	Grandes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	47	38	48	35	50	57	57	37	25	27	21

A observação do Quadro 1.05 permite ainda confirmar, em relação ao ano económico de 2016, a estabilização dos indicadores do peso das receitas próprias e das transferências do Estado e da diminuição da utilização de empréstimos financeiros.

28 municípios (–7 do que em 2015) têm receitas próprias com níveis inferiores a 20% das receitas totais, sendo todos de pequena dimensão.

– Os municípios com maior dependência das transferências para equilíbrio do seu orçamento (valor superior a 80% das receitas totais) foram na sua totalidade (21) municípios de pequena dimensão.

– Em 2016 há menos 8 municípios que não recorreram a empréstimos bancários (–6 municípios de pequena dimensão, –2 municípios de média dimensão e o mesmo número de municípios de grande dimensão).

No *ranking* R1 são apresentados os 50 municípios com maior dependência financeira no ano de 2016, mostrando também o va-

lor do indicador para os dez anos anteriores. São municípios cujos recursos financeiros provêm mais das receitas próprias, onde os impostos e taxas têm papel central, e onde as transferências do Estado e empréstimos bancários se repercutem menos na estrutura da receita.

Ao confrontar este *ranking* com os apresentados no Capítulo 2, relativos à receita, nomeadamente R7, R8 e R11, verifica-se que se trata de municípios, essencialmente de grande e média dimensão, que apresentam maior peso das receitas fiscais na receita total municipal e ou apresentaram maior receita de IMI e IMT. São também municípios que, em 2016, ou viram as suas receitas de IMT e IMI aumentar de volume, ou as receitas provenientes das transferências do Estado e empréstimos bancários baixarem significativamente.

Em 2016, o município de Lisboa lidera o *ranking*, com o rácio de independência financeira de 91,7% (Oeiras em 2009, Vila Real de

Santo António em 2010, Albufeira em 2011, Lisboa em 2012, Oeiras novamente em 2013, Lagoa (Algarve) em 2014 e Albufeira em 2015).

Centrando a observação em 2016, verifica-se que 9 novos municípios entraram neste grupo de 50 (Figueira da Foz, Lourinhã, Nazaré, Peniche, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Torres Vedras, Vila Nova de Famalicão, Viseu) e outros 9 saíram do mes-

mo (Amadora, Barreiro, Castelo de Paiva, Grândola, Matosinhos, Portimão, Porto Santo, Seixal, Vila Nova de Gaia).

Pela observação do *ranking*, verificam-se outros municípios com variações significativas do valor deste indicador entre 2015 e 2016, dos quais se destacam: de forma positiva, Nazaré (+22,0%), Maia (+16,6%), Torres Vedras (+12,3%), Porto (+8,6%) e Póvoa de Varzim (+8,4%); de forma negativa, Vila Real de Santo António (-11,9%).

R1 – Municípios que apresentam maior Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais) – 2016

	Município	Dím.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1	Lisboa	G	87,1%	86,8%	86,2%	71,9%	86,3%	78,9%	88,8%	75,3%	83,1%	87,2%	91,7%
2	Lagoa (Algarve)	M	76,5%	79,9%	82,1%	78,8%	78,8%	81,6%	83,6%	73,3%	85,6%	88,2%	88,7%
3	Albufeira	M	85,8%	84,9%	85,6%	69,7%	76,9%	83,1%	84,7%	75,1%	81,2%	89,5%	88,2%
4	Lagos	M	74,7%	77,6%	83,4%	67,9%	75,8%	78,0%	83,5%	65,3%	85,1%	84,1%	86,9%
5	Cascais	G	79,1%	79,7%	79,5%	69,9%	70,2%	66,7%	65,2%	79,0%	81,5%	86,4%	84,7%
6	Porto	G	77,1%	77,6%	78,7%	72,2%	76,8%	75,5%	76,7%	77,7%	80,8%	75,9%	84,5%
7	Sesimbra	M	82,1%	85,2%	81,0%	73,2%	76,5%	71,3%	66,0%	57,3%	75,3%	80,8%	80,1%
8	Aveiro	M	65,4%	69,8%	33,4%	54,7%	76,2%	65,4%	67,9%	68,2%	60,4%	71,6%	78,8%
9	Loulé	M	75,2%	85,7%	81,7%	67,3%	66,6%	69,3%	68,6%	62,9%	82,3%	80,2%	78,5%
10	Alcochete	P	65,9%	71,3%	71,1%	56,5%	68,5%	55,4%	59,3%	67,0%	73,7%	76,6%	78,0%
11	Oeiras	G	79,2%	80,8%	74,8%	80,9%	81,4%	77,6%	79,7%	81,3%	84,1%	79,5%	77,3%
12	Funchal	G	62,8%	58,6%	61,6%	66,9%	66,5%	68,7%	67,0%	52,3%	72,9%	78,2%	77,0%
13	Maia	G	72,9%	71,7%	76,6%	61,8%	66,9%	69,2%	72,1%	72,0%	70,6%	60,1%	76,7%
14	Mafra	M	72,3%	82,2%	75,7%	75,9%	55,6%	68,4%	65,1%	60,8%	70,2%	72,9%	76,4%
15	Palmela	M	76,9%	77,9%	73,9%	60,1%	62,9%	70,2%	66,3%	69,1%	78,1%	78,7%	76,4%
16	Almada	G	72,6%	76,5%	71,8%	71,2%	64,8%	69,4%	68,7%	68,9%	74,8%	71,9%	76,2%
17	Faro	M	65,1%	67,6%	59,4%	52,6%	60,8%	67,8%	64,6%	63,6%	44,2%	71,5%	73,3%
18	Póvoa de Varzim	M	69,3%	73,0%	60,7%	53,2%	71,0%	68,2%	67,7%	56,7%	67,1%	64,5%	72,9%
19	Tavira	M	66,3%	69,5%	63,3%	56,7%	61,4%	56,6%	60,7%	58,1%	63,7%	66,1%	71,8%
20	Coimbra	G	67,8%	61,1%	65,9%	62,3%	60,0%	60,7%	55,7%	60,9%	72,5%	71,3%	69,8%
21	Setúbal	G	69,6%	74,0%	77,4%	75,0%	71,6%	68,4%	66,3%	70,2%	77,2%	67,3%	69,4%
22	V.R.Santo António	P	75,6%	68,4%	74,9%	60,2%	86,7%	77,9%	74,5%	69,4%	21,4%	81,1%	69,2%
23	Silves	M	54,3%	62,8%	66,8%	44,5%	57,8%	58,6%	60,9%	61,7%	64,5%	64,9%	68,6%
24	Sintra	G	67,3%	63,8%	64,9%	59,5%	45,5%	60,1%	63,3%	61,5%	66,8%	68,0%	68,5%
25	Castro Marim	P	42,5%	51,3%	45,9%	43,6%	62,1%	56,2%	61,5%	51,1%	55,9%	62,6%	68,1%
26	Vila do Conde	M	74,4%	72,5%	70,0%	49,2%	58,3%	53,9%	53,7%	35,3%	63,8%	65,1%	67,7%
27	Óbidos	P	67,9%	68,0%	72,1%	61,8%	58,8%	68,5%	72,6%	52,8%	65,9%	64,1%	67,6%
28	Santa Cruz	M	38,9%	48,0%	33,7%	53,6%	49,1%	52,8%	63,2%	57,3%	34,1%	60,6%	67,1%

Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
29	Loures	G	72,8%	76,5%	72,9%	54,7%	66,2%	63,4%	62,1%	62,8%	64,4%	63,4%	66,6%
30	Vila Franca de Xira	G	63,6%	67,6%	63,5%	62,8%	61,2%	58,5%	56,7%	58,3%	64,0%	68,9%	66,6%
31	Montijo	M	68,7%	66,8%	70,4%	57,3%	56,3%	59,0%	59,7%	58,8%	65,0%	65,0%	66,4%
32	Odivelas	G	67,7%	69,0%	64,7%	63,7%	56,6%	59,6%	62,1%	60,2%	67,2%	65,5%	66,1%
33	Marinha Grande	M	65,6%	66,4%	58,0%	63,6%	61,2%	62,0%	57,9%	55,8%	66,1%	68,1%	66,0%
34	Vila do Bispo	P	48,9%	58,7%	59,4%	42,8%	57,7%	53,6%	52,5%	57,6%	68,4%	65,8%	65,7%
35	Figueira da Foz	M	55,3%	64,1%	61,2%	46,3%	54,0%	32,0%	58,9%	55,5%	67,9%	57,8%	64,6%
36	Benavente	M	57,0%	72,1%	70,2%	55,0%	58,4%	57,3%	54,8%	62,6%	61,1%	62,5%	64,4%
37	Leiria	G	58,1%	64,2%	52,6%	49,1%	55,9%	58,0%	56,6%	61,0%	63,1%	65,0%	64,2%
38	Santa Maria da Feira	G	52,8%	51,5%	44,8%	44,0%	43,9%	46,5%	52,8%	41,1%	55,4%	57,5%	64,0%
39	Valongo	M	63,3%	62,2%	63,8%	47,8%	49,2%	56,2%	63,4%	41,3%	64,5%	65,1%	63,9%
40	Vila Nova Famalicão	G	57,4%	62,4%	62,5%	60,1%	55,3%	58,7%	61,3%	57,9%	63,0%	57,5%	63,1%
41	Caldas da Rainha	M	51,8%	52,0%	57,4%	43,6%	49,5%	54,1%	52,8%	56,2%	48,9%	59,0%	62,7%
42	São João da Madeira	M	69,8%	56,3%	56,0%	53,2%	43,5%	39,4%	43,8%	40,2%	51,9%	56,1%	62,4%
43	Ovar	M	58,4%	60,2%	54,7%	65,5%	63,2%	57,7%	47,5%	58,1%	64,9%	60,7%	62,2%
44	Torres Vedras	M	60,2%	60,4%	53,8%	51,0%	53,5%	42,9%	50,6%	56,9%	62,2%	49,8%	62,1%
45	Ílhavo	M	68,2%	70,9%	60,4%	54,9%	57,7%	41,2%	41,4%	65,2%	65,3%	62,5%	62,1%
46	Moita	M	50,4%	58,3%	49,7%	54,9%	57,4%	55,5%	56,2%	62,9%	55,8%	62,4%	61,4%
47	Lourinhã	M	59,5%	58,8%	53,7%	36,3%	51,6%	48,5%	52,5%	50,7%	59,7%	53,4%	61,2%
48	Peniche	M	46,4%	51,9%	53,8%	57,4%	58,6%	51,6%	51,1%	53,3%	59,2%	59,0%	60,6%
49	Viseu	M	50,5%	53,0%	56,7%	51,3%	40,0%	48,7%	50,0%	55,6%	62,3%	56,9%	60,2%
50	Nazaré	P	48,5%	61,5%	61,6%	32,5%	50,1%	62,1%	58,5%	60,5%	60,5%	37,6%	59,6%

No Ranking R2 figuram os 50 municípios com menor independência financeira, ou seja, com menos captação de receitas próprias, nomeadamente impostos e taxas, e mais dependentes das transferências do Estado ou de recurso a empréstimos bancários. Tratam-se de municípios de pequena dimensão com orçamentos pequenos, o que implica também que os empréstimos bancários, quando utilizados, apresentem peso relevante na estrutura da receita, pese embora em termos de volume tenham menor relevância. Desde 2008 este ranking tem sido liderado pelo Corvo, que apresenta em 2016 o valor de apenas 4,1% de independência financeira.

Face a alterações na estrutura da receita dos municípios, fruto do aumento de receitas próprias ou da diminuição drástica das recei-

tas creditícias ou, ainda, da variação no valor das transferências, de 2015 para 2016, saíram deste ranking 12 municípios e entraram outros 12. Saíram: Belmonte, Cinfães, Gavião, Idanha-a-Nova, Madalena, Mogadouro, Mourão, Oleiros, Paredes de Coura, Porto Moniz, Santa Marta de Penaguião, Vila Nova de Paiva. Entraram: Aguiar da Beira, Alandroal, Baião, Castelo de Vide, Celorico de Basto, Crato, Figueira de Castelo Rodrigo, Nisa, Pinhel, Sabrosa, Vieira do Minho, Vila Nova de Poiares.

Analisada a estrutura da receita dos municípios destacados neste ranking, verifica-se, ainda em 2016, que em alguns casos a independência financeira baixou abruptamente, designadamente em Vila Nova de Poiares, Alandroal, Celorico de Basto e Aguiar da Beira.

R2 – Municípios que apresentam menor Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais) – 2016

Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1 Corvo	P	4,0%	4,6%	4,8%	3,8%	2,0%	1,1%	1,2%	3,5%	2,8%	2,6%	4,1%
2 Alfândega da Fé	P	11,8%	11,3%	10,7%	7,8%	6,2%	17,6%	18,2%	8,7%	21,2%	10,1%	7,5%
3 Lajes das Flores	P	5,9%	5,2%	9,5%	5,0%	21,2%	12,8%	9,4%	8,3%	11,7%	9,6%	8,9%
4 Alandroal	P	15,8%	21,3%	16,7%	16,8%	8,5%	18,8%	15,1%	17,8%	20,2%	22,3%	10,3%
5 Pampilhosa da Serra	P	10,0%	11,8%	15,9%	8,0%	8,6%	7,8%	8,5%	10,1%	13,2%	10,2%	10,7%
6 Santa Cruz das Flores	P	2,5%	10,0%	7,0%	15,3%	7,2%	6,0%	8,9%	8,2%	6,5%	8,6%	11,0%
7 Alcoutim	P	14,4%	13,2%	7,6%	9,8%	10,1%	9,8%	10,9%	9,8%	10,4%	10,6%	11,5%
8 Barrancos	P	6,8%	5,9%	6,3%	4,8%	5,4%	8,7%	8,3%	9,2%	9,5%	8,7%	11,6%
9 Santana	P	7,3%	7,5%	13,1%	7,3%	13,2%	13,5%	12,7%	11,0%	13,4%	13,4%	12,3%
10 Penedono	P	11,9%	20,6%	16,9%	13,6%	12,6%	14,2%	14,7%	16,7%	14,3%	17,0%	15,4%
11 Vila de Rei	P	15,1%	13,6%	13,5%	10,0%	11,1%	9,5%	15,9%	16,1%	17,3%	16,7%	16,0%
12 Vila Nova de Poiares	P	56,2%	28,2%	30,9%	14,0%	20,9%	11,2%	23,4%	33,2%	39,6%	39,9%	16,2%
13 Ourique	P	19,1%	18,1%	16,3%	10,2%	11,7%	15,2%	16,0%	15,1%	19,3%	16,9%	16,3%
14 Vinhais	P	19,2%	9,8%	10,8%	11,2%	10,2%	12,7%	9,3%	16,5%	16,3%	15,4%	16,4%
15 Nordeste	P	18,5%	4,7%	5,3%	4,4%	5,6%	5,4%	4,8%	2,9%	7,4%	14,4%	16,8%
16 Monforte	P	10,0%	11,9%	10,9%	8,9%	11,7%	10,1%	10,6%	11,5%	15,6%	13,8%	17,0%
17 Vimioso	P	5,6%	6,0%	6,2%	7,1%	6,2%	13,0%	11,2%	13,9%	14,8%	14,4%	17,0%
18 Mértola	P	11,6%	11,7%	10,6%	8,9%	11,1%	10,3%	12,9%	14,4%	17,0%	18,3%	17,4%
19 Arronches	P	11,7%	15,0%	12,9%	13,8%	14,5%	12,3%	14,4%	18,2%	17,8%	13,7%	17,5%
20 Almodôvar	P	13,6%	15,1%	15,4%	10,3%	14,4%	15,9%	14,3%	15,7%	16,2%	18,6%	17,6%
21 Mondim de Basto	P	10,8%	10,4%	11,7%	10,3%	4,0%	10,9%	13,8%	15,8%	18,7%	18,1%	17,7%
22 Freixo de Espada à Cinta	P	11,7%	18,1%	8,9%	6,7%	8,0%	7,8%	9,8%	6,8%	13,7%	16,5%	17,9%
23 Portel	P	14,5%	15,1%	12,8%	15,7%	12,9%	16,2%	18,9%	16,5%	22,5%	19,5%	18,4%
24 Aguiar da Beira	P	10,9%	16,7%	17,7%	15,0%	22,1%	23,1%	21,1%	25,5%	26,0%	25,2%	18,5%
25 Carraceda de Ansiães	P	11,2%	16,5%	13,5%	9,2%	19,2%	14,7%	12,4%	16,9%	19,1%	16,9%	18,7%
26 São Vicente	P	5,6%	8,2%	6,9%	8,1%	12,8%	12,7%	11,1%	17,0%	18,2%	16,5%	19,0%
27 Figueira de Castelo Rodrigo	P	11,0%	13,0%	14,6%	12,3%	10,8%	13,5%	18,8%	19,6%	20,5%	23,1%	19,4%
28 Terras de Bouro	P	13,8%	13,8%	18,8%	14,6%	16,3%	16,9%	19,5%	22,0%	20,6%	20,2%	19,6%
29 Murça	P	13,5%	13,1%	12,2%	11,2%	10,2%	9,2%	15,8%	17,0%	23,5%	18,5%	20,2%
30 Avis	P	11,8%	17,3%	16,2%	16,1%	17,5%	15,7%	14,7%	20,4%	19,0%	20,3%	20,4%

Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
31	Fronteira	P	16,7%	33,0%	20,8%	24,4%	17,7%	14,3%	20,4%	16,6%	20,8%	21,1%	20,5%
32	Alvito	P	16,9%	18,7%	16,9%	11,9%	12,2%	12,5%	13,7%	18,0%	18,5%	18,7%	20,6%
33	Celorico de Basto	P	22,6%	22,1%	18,3%	20,3%	17,5%	17,7%	23,5%	26,9%	32,1%	29,1%	20,6%
34	Meda	P	11,9%	11,9%	10,9%	8,3%	11,9%	12,1%	19,0%	13,5%	22,5%	21,5%	20,9%
35	Manteigas	P	11,1%	14,1%	12,7%	20,2%	16,1%	19,0%	16,2%	17,6%	24,5%	18,6%	21,1%
36	Vila Flor	P	21,9%	18,3%	13,6%	19,5%	19,3%	16,4%	15,9%	18,6%	24,0%	19,6%	21,2%
37	Lajes do Pico	P	8,2%	10,8%	9,1%	13,0%	4,8%	14,0%	13,2%	9,1%	13,5%	21,7%	21,3%
38	Crato	P	11,1%	15,2%	18,1%	15,5%	18,6%	21,5%	16,8%	19,2%	24,3%	23,9%	21,4%
39	Nisa	P	16,6%	16,7%	14,5%	15,1%	18,6%	20,7%	21,6%	18,9%	20,0%	22,5%	21,5%
40	São Roque do Pico	P	9,0%	15,4%	13,6%	8,6%	9,7%	11,0%	17,0%	19,5%	22,1%	19,6%	21,5%
41	Trancoso	P	13,4%	21,5%	15,6%	16,7%	12,4%	15,5%	17,5%	15,0%	16,7%	20,7%	21,9%
42	Calheta (R. A. A.)	P	9,4%	7,8%	12,3%	5,8%	14,3%	15,9%	16,1%	19,6%	20,2%	18,6%	21,9%
43	Penamacor	P	13,1%	16,4%	12,9%	12,8%	15,1%	15,8%	18,1%	18,3%	18,8%	19,1%	22,0%
44	Monchique	P	19,4%	16,9%	20,9%	17,6%	18,9%	18,0%	18,9%	21,6%	21,7%	21,2%	22,1%
45	Vieira do Minho	P	18,1%	19,2%	16,5%	20,8%	15,5%	18,3%	15,9%	17,7%	24,9%	23,6%	22,4%
46	Baião	P	22,7%	21,8%	21,8%	19,5%	17,9%	22,9%	20,3%	21,6%	25,7%	29,7%	22,4%
47	Castelo de Vide	P	15,7%	22,9%	16,8%	19,3%	20,1%	21,3%	20,0%	22,9%	21,1%	22,1%	22,7%
48	Tabuaço	P	10,1%	10,3%	10,1%	8,9%	9,0%	10,4%	18,0%	22,7%	23,4%	20,6%	22,7%
49	Sabrosa	P	16,5%	18,3%	18,4%	10,8%	11,7%	21,0%	24,3%	27,0%	22,5%	22,8%	22,8%
50	Pinhel	P	13,5%	14,6%	15,5%	17,0%	17,0%	17,5%	20,5%	24,5%	24,8%	23,4%	22,9%

Relativamente à Região Autónoma dos Açores, o município com maior índice de independência financeira em 2016 foi Ponta Delgada (53,4%), que tem liderado o *ranking* desde 2008, com valores entre 39,7% (2008) e 53,4% (2016). O maior crescimento ocorreu no município de Angra do Heroísmo, com um aumento de 8,5 pontos percentuais em 2016 face a 2015.

Na Região Autónoma da Madeira, o líder do *ranking* em 2016 foi o Funchal (77,0%), que se mantém em primeiro lugar a nível de independência financeira da região desde 2014. De 2015 para 2016 a maior subida ocorreu em Santa Cruz, que aumentou a sua independência financeira em 6,5%, e maior descida foi apresentada por Porto Santo, que perdeu 10,1%.

R2.A – Independência financeira (receitas próprias/receitas totais) dos Municípios da R.A. dos Açores – 2016

Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1 Ponta Delgada	M	43,8%	49,0%	39,7%	50,4%	48,4%	49,9%	45,0%	49,3%	46,0%	50,2%	53,4%
2 Lagoa (R.A.A)	P	39,6%	42,3%	35,8%	27,1%	31,7%	25,2%	30,9%	38,4%	42,7%	45,2%	49,1%
3 Vila Franca do Campo	P	32,2%	44,4%	19,6%	32,2%	28,2%	11,3%	15,7%	30,9%	36,2%	35,5%	42,2%
4 Horta	P	21,9%	33,3%	29,8%	24,3%	29,1%	30,4%	32,8%	31,5%	29,3%	35,1%	40,6%
5 Ribeira Grande	M	23,3%	27,1%	20,6%	16,5%	19,7%	27,5%	25,4%	37,7%	37,4%	37,2%	39,3%
6 Angra do Heroísmo	M	24,3%	28,4%	24,6%	22,8%	22,2%	19,5%	29,6%	31,9%	32,7%	28,9%	37,4%
7 Vila do Porto	P	11,2%	17,0%	17,7%	13,2%	14,7%	16,8%	15,4%	20,9%	20,5%	26,2%	30,7%
8 Povoação	P	11,4%	46,7%	20,6%	17,0%	13,2%	31,1%	20,3%	28,9%	22,0%	26,7%	29,2%
9 Velas	P	13,8%	20,4%	15,0%	14,1%	12,3%	18,8%	15,7%	17,8%	24,0%	22,8%	26,7%
10 Vila da Praia da Vitória	M	30,8%	22,7%	25,8%	16,4%	20,9%	27,6%	16,6%	25,8%	29,8%	25,6%	26,1%
11 Madalena	P	10,8%	13,0%	14,0%	12,5%	17,6%	19,0%	19,8%	23,1%	19,4%	21,6%	24,8%
12 Santa Cruz da Graciosa	P	19,2%	12,6%	14,1%	13,9%	11,6%	13,2%	11,3%	18,3%	18,1%	23,2%	23,4%
13 Calheta (R. A. A.)	P	9,4%	7,8%	12,3%	5,8%	14,3%	15,9%	16,1%	19,6%	20,2%	18,6%	21,9%
14 São Roque do Pico	P	9,0%	15,4%	13,6%	8,6%	9,7%	11,0%	17,0%	19,5%	22,1%	19,6%	21,5%
15 Lajes do Pico	P	8,2%	10,8%	9,1%	13,0%	4,8%	14,0%	13,2%	9,1%	13,5%	21,7%	21,3%
16 Nordeste	P	18,5%	4,7%	5,3%	4,4%	5,6%	5,4%	4,8%	2,9%	7,4%	14,4%	16,8%
17 Santa Cruz das Flores	P	2,5%	10,0%	7,0%	15,3%	7,2%	6,0%	8,9%	8,2%	6,5%	8,6%	11,0%
18 Lajes das Flores	P	5,9%	5,2%	9,5%	5,0%	21,2%	12,8%	9,4%	8,3%	11,7%	9,6%	8,9%
19 Corvo	P	4,0%	4,6%	4,8%	3,8%	2,0%	1,1%	1,2%	3,5%	2,8%	2,6%	4,1%

R2.M – Independência financeira (receitas próprias/receitas totais) dos Municípios da R.A. da Madeira – 2016

Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1 Funchal	G	62,8%	58,6%	61,6%	66,9%	66,5%	68,7%	67,0%	52,3%	72,9%	78,2%	77,0%
2 Santa Cruz	M	38,9%	48,0%	33,7%	53,6%	49,1%	52,8%	63,2%	57,3%	34,1%	60,6%	67,1%
3 Porto Santo	P	34,5%	35,3%	55,1%	51,8%	54,2%	43,4%	53,7%	53,8%	61,4%	64,0%	53,9%
4 Machico	M	27,6%	31,9%	24,1%	37,7%	40,2%	29,6%	32,1%	30,1%	61,0%	32,7%	33,4%
5 Ponta do Sol	P	13,5%	24,1%	16,9%	21,6%	29,2%	25,5%	31,5%	28,9%	34,2%	27,1%	32,9%
6 Calheta (R. A. M.)	P	17,1%	23,2%	16,3%	22,5%	25,4%	20,2%	21,8%	20,4%	27,7%	27,3%	31,9%
7 Câmara de Lobos	M	25,7%	28,4%	27,3%	33,9%	35,0%	37,0%	27,0%	15,1%	23,4%	30,1%	29,5%
8 Ribeira Brava	P	15,0%	11,8%	15,4%	13,1%	24,2%	21,5%	20,9%	19,4%	20,8%	29,6%	26,4%
9 Porto Moniz	P	6,2%	8,3%	10,1%	9,4%	7,8%	9,8%	14,7%	12,8%	22,1%	21,9%	23,2%
10 São Vicente	P	5,6%	8,2%	6,9%	8,1%	12,8%	12,7%	11,1%	17,0%	18,2%	16,5%	19,0%
11 Santana	P	7,3%	7,5%	13,1%	7,3%	13,2%	13,5%	12,7%	11,0%	13,4%	13,4%	12,3%

CAPÍTULO 2

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS

2.1. Introdução

No presente capítulo pretende-se evidenciar a execução orçamental dos Municípios¹³, apresentando referenciais financeiros reportados a 2016 para o universo dos 308 Municípios portugueses. São analisadas as componentes orçamentais da receita e da despesa municipal, com relevância para as de maior peso na respetiva estrutura, apresentando-se a sua evolução, privilegiando-se para o efeito, o período entre 2006 e 2016.

Neste Anuário manteve-se, no essencial, a metodologia adotada nos últimos anuários pelo que, em relação à receita, se analisam a previsão orçamental, a liquidação¹⁴, a cobrança, bem como os saldos orçamentais.

Relativamente à despesa, os factos financeiros objeto de análise e de comparação são as despesas previstas¹⁵, os compromissos assumidos (no exercício e para exercícios futuros), os pagamentos efetuados e os compromissos assumidos por pagar.

Os montantes foram examinados globalmente para os 308 municípios e por natureza económica, tanto no que respeita à receita

como à despesa, com especial atenção para a respetiva estrutura e evolução, quer em termos absolutos quer em termos relativos. Sempre que possível é prestada informação organizada por agrupamentos de municípios de acordo com a sua dimensão, mantendo-se os critérios adotados nos anteriores anuários de subdivisão dos municípios em grupos de grande, média e pequena dimensão¹⁶. Também e sempre que a situação o justifique, se apresenta informação discriminada relativa a conjuntos de municípios hierarquizados de acordo com critério apresentado ou indicador disponível para análise.

Com as listagens hierarquizadas de municípios (*rankings*) relativas a rácios e indicadores da receita e despesa pretende-se, essencialmente, facilitar o conhecimento de diferentes problemáticas do sector municipal, em termos de gestão orçamental, através de elementos concretos e mais analíticos.

2.2. Receitas Municipais

A inscrição orçamental e contabilística da receita municipal obedece ao disposto no classificador económico apresentado no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, sendo agrupada de acordo com a sua natureza económica em receitas correntes, receitas de capital e outras receitas. Em cada um destes grupos a receita é classificada por capítulos, como se apresenta no Quadro 2.01.

¹³ A informação orçamental apresentada neste capítulo agrega apenas a atividade financeira desenvolvida pela estrutura administrativa dos municípios em sentido estrito, sem inclusão da atividade financeira do sector empresarial local e outras entidades afins. Num capítulo autónomo, Capítulo 4, constará num quadro geral, Anexo I, a informação económico-financeira, considerada mais relevante relativa aos municípios e suas participadas.

¹⁴ Corresponde à receita liquidada, reportando-se ao momento da constituição do direito a cobrar ou a receber (por regra, através de uma nota de liquidação ou de cobrança).

¹⁵ Mais correntemente referidas como Despesas Orçadas.

¹⁶ Conforme classificados no Capítulo 1 do presente Anuário.

Quadro 2.01 – Classificação económica da Receita orçamental municipal

Receitas correntes	Receitas de capital	Outras receitas
01 – Impostos diretos 02 – Impostos indiretos 04 – Taxas, multas e outras penalidades 05 – Rendimentos de propriedade 06 – Transferências correntes 07 – Venda de bens e serviços correntes 08 – Outras receitas correntes	09 – Venda de bens de investimento 10 – Transferências de capital 11 – Ativos Financeiros 12 – Passivos Financeiros 13 – Outras receitas de capital	15 – Reposições não abatidas nos pagamentos 16 – Saldo da gerência anterior

2.2.1. Execução global do Orçamento da Receita

No Quadro 2.02 apresentam-se os montantes globais de receita prevista, liquidada e cobrada pelo universo total dos municípios entre 2006 e 2016. A receita prevista corresponde à

receita prevista inicial acrescida das alterações orçamentais ao longo do ano, correspondendo, portanto, à previsão corrigida excepto o saldo de gerência anterior.

Quadro 2.02 – Orçamento e Execução da Receita Total¹⁷

Unidade: milhões de euros

Receitas	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Receitas previstas (a)	11123,6	11215,2	11572,3	13001,9	12995,1	12595,6	11674,3	10823,7	9323,9	8784,0	8802,2
Receitas liquidadas*(b)	7140,2	7599,2	7789,8	8291,3	7978,1	7887,7	7699,3	7769,7	7465,9	7525,0	7799,4
Receitas por cobrar no início do ano (c)	398,8	542,6	558,8	612,9	651,3	713,5	789,2	778,4	750,1	858,2	809,2
Receitas cobradas líquidas** (d)	7001,0	7541,6	7746,9	8198,0	7859,5	7771,6	7683,4	7774,8	7337,2	7518,4	7738,0
Diferença entre receita prevista e receita cobrada (a–d)	4122,6	3673,6	3825,4	4803,9	5135,6	4824,1	3990,8	3048,8	1986,8	1265,5	1064,2
Diferença entre receita prevista e a receita liquidada (a–b)	3983,4	3616,0	3782,5	4710,6	5017,0	4707,9	3789,0	3054,0	1858,0	1259,0	1002,8
Receita por cobrar no final do ano (b+c)–d	538,0	600,2	601,7	706,3	770,0	829,7	805,1	773,2	878,8	864,8	870,6
Receitas cobradas/(receitas liquidadas+receitas por cobrar no início do ano (d/(b+c))	92,9%	92,6%	92,8%	92,1%	91,1%	90,4%	90,5%	91,0%	89,3%	89,7%	89,9%
Receitas liquidadas/Receitas previstas (b/a)	64,2%	67,8%	67,3%	63,8%	61,4%	62,6%	66,0%	71,8%	80,1%	85,7%	88,6%
Grau de execução da receita cobrada do ano (d/a)	62,9%	67,2%	66,9%	63,1%	60,5%	61,7%	65,8%	71,8%	78,7%	85,6%	87,9%

* Deduzidas das liquidações anuladas

** Corresponde às receitas cobradas brutas deduzidas dos reembolsos e restituições.

Nos Quadros 2.03 e 2.04 apresentam-se as variações das receitas referidas acima para o período em análise.

¹⁷ Os valores apresentados para a receita prevista, liquidada e cobrada, não incluem o saldo de gerência anterior. Essa informação será incluída aquando da comparação entre a receita obtida e a despesa gasta.

Quadro 2.03 – Variação da Receita (em valores absolutos)

Unidade: milhões de euros

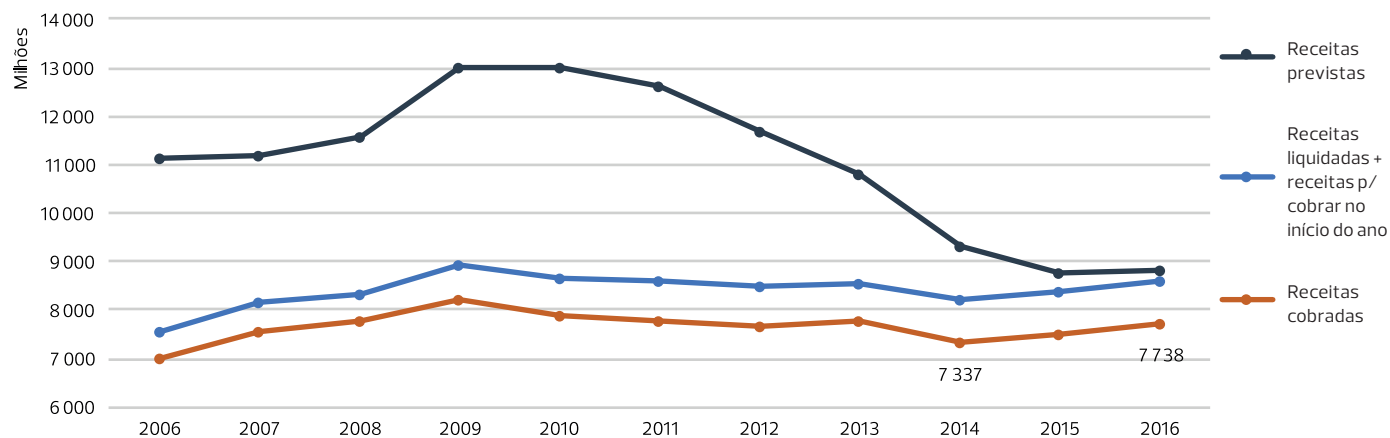
Variação das Receitas	2006-07	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16
Variação da Receitas previstas	91,6	357,1	1.429,6	-6,8	-399,4	-921,4	-850,6	-1.499,7	-540,0	18,2
Variação da Receitas liquidadas*	459,1	190,5	501,6	-313,2	-90,4	-188,4	70,3	-303,8	59,1	274,4
Variação da Receitas cobradas	540,6	205,2	451,1	-338,5	-87,9	-88,1	91,4	-437,7	181,3	219,6

* Deduzidas das anulações de liquidações.

Quadro 2.04 – Taxas de Variação da Receita

Taxas de Variação das Receitas	06-07	07-08	08-09	09-2010	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16
Variação da Receitas previstas	0,8%	3,2%	12,4%	-0,1%	-3,1%	-7,3%	-7,3%	-13,9%	-5,8%	0,2%
Variação da Receitas liquidadas	6,4%	2,5%	6,4%	-3,8%	-1,1%	-2,4%	0,9%	-3,9%	0,8%	3,6%
Variação da Receitas cobradas	7,7%	2,7%	5,8%	-4,1%	-1,1%	-1,1%	1,2%	-5,6%	2,5%	2,9%

O Gráfico 2.01 complementa a informação prestada nos quadros supra, permitindo uma melhor compreensão da evolução da receita prevista, liquidada e cobrada entre 2006 e 2016.

Gráfico 2.01 – Evolução das Receitas¹⁸¹⁸ Não incluem o saldo da gestão anterior.

Da observação dos quadros e gráficos anteriores pode-se concluir que no ano económico de 2016 os municípios, na sua globalidade, continuaram a apresentar melhoria no comportamento orçamental da receita, com realce para os seguintes indicadores:

– Em 2016, os montantes globais da receita liquidada líquida acrescido das receitas por cobrar no início do ano continuaram a aumentar, tendo sido apenas superado pelo montante homólogo de 2009 e 2010. Quanto à receita cobrada, embora superior à do biénio anterior, ficou ligeiramente aquém da cobrada em 2008, 2009, 2010 e 2013. No entanto, enquanto em 2009 a receita cobrada inclui 965 milhões de euros de receita proveniente de novos empréstimos, no caso de 2016 esse valor é de 388,3 milhões de euros.

– Na relação receita cobrada sobre a previsão da receita (grau de execução da receita prevista), o rácio é bem mais positivo comparado com os anos 2006 a 2009, sendo o ano de 2010 aquele que apresentou um orçamento mais inflacionado (rácio receitas cobradas/receitas previstas = 60,5%) e o ano de 2016 aquele que apresenta melhor relação entre receitas cobradas e receitas previstas (rácio receitas cobradas/receitas previstas 87,9%)¹⁹.

Também em 2016 se verifica o melhor rácio desde 2006 entre a receita prevista e a receita liquidada, cuja diferença é de 1.003 milhões de euros, representando um rácio de 88,6%, quando em 2010 essa diferença foi de 5.017 milhões de euros.

– **Estes indicadores reforçam o maior controlo orçamental exercido pelos municípios e um maior cumprimento pelas regras orçamentais da previsão da receita, pois de outra forma não seria possível reduzir, tão drasticamente, a diferença entre a receita prevista e a receita liquidada e arrecadada.** Esta diminuição drástica de excedente orçamental da receita, já iniciada em 2012, parece indiciar um novo período de vida na gestão financeira municipal, com maior atenção dada à sustentabilidade financeira e com esforço de redução de um dos principais fatores indutores do desequilíbrio da mesma – a inflação do orçamento.

Os Gráficos 2.01.A e 2.01.M mostram a evolução da receita orçada, liquidada e cobrada, no período entre 2006 e 2016, nas Regiões Autónomas, permitindo apreciar a evolução destes indicadores.

¹⁹ Este enorme combate à receita inflacionada terá como fundamentos: os sucessivos diplomas regulamentarem de controlo da receita, tanto ao nível de elaboração dos orçamentos como ao nível da sua execução, justificando-a com base nos critérios restritivos de acesso aos créditos bancários; a implementação da lei dos compromissos exigindo o apertado controlo dos mesmos e a melhoria significativa das práticas de gestão autárquica deliberadamente assumidas pelos Executivos. Na verdade, se por um lado, aqueles sucessivos diplomas regulamentares e as mais recentes alterações à Lei das Finanças Locais foram elementos dissuasores da inflação das receitas, pela inutilidade das mesmas e pelo reflexo negativo nos correspondentes indicadores de execução, a análise do comportamento financeiro das autarquias e a leitura dos seus relatórios e contas, permitem concluir pela vontade expressa dos Executivos Autárquicos em abandonar a prática antiga de orçamentos inflacionados e adequar a sua gestão económico-financeira às boas práticas de gestão pública, pese embora as fortes restrições ao crédito e a forte quebra de receita sentida nos últimos anos. No entanto, outro fator que pode contribuir para uma melhor relação entre o orçamento previsto e a receita cobrada prende-se com a possibilidade de se efetuarem ao longo do ano alterações ao orçamento da receita para mais ou para menos. Seria, por isso, interessante analisar o orçamento inicial, que infelizmente não se encontra disponível em muitas das contas dos municípios.

Gráfico 2.01.A – Evolução das Receitas dos Municípios da R.A. dos Açores

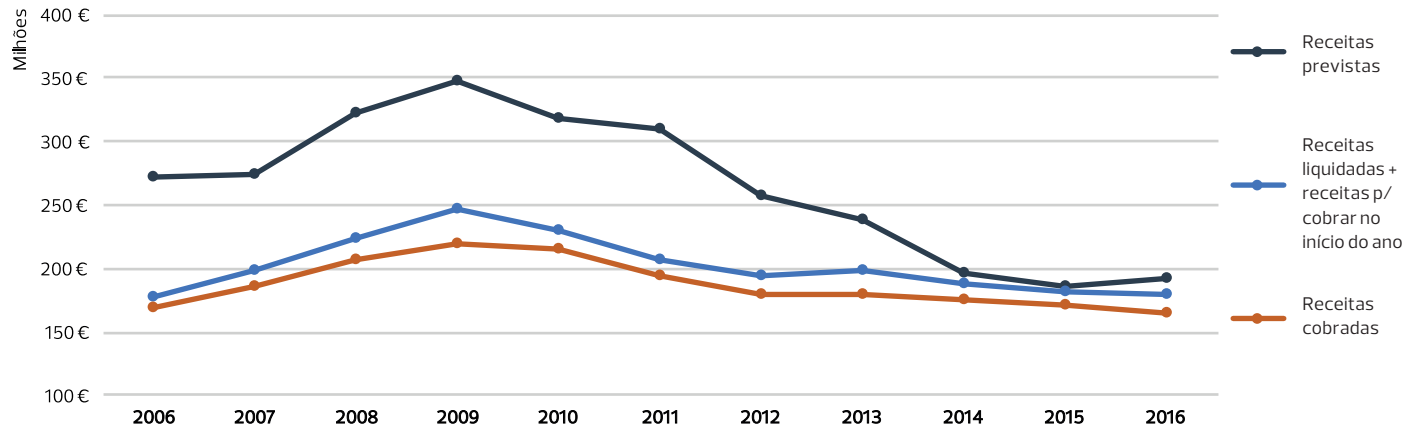
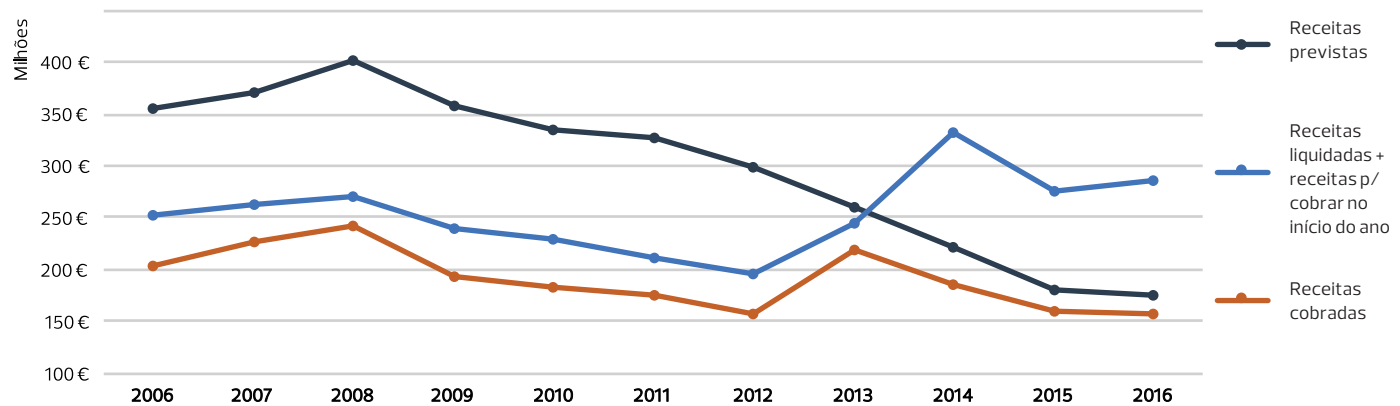


Gráfico 2.01.M – Evolução das Receitas dos Municípios da R.A. da Madeira



O Gráfico 2.01.A mostra a Região Autónoma dos Açores como um exemplo de ajustamento da previsão das receitas à real capacidade de cobrança e obtenção das mesmas²⁰, embora em 2015 essa relação tenha sido mais positiva comparando com 2016. Bons indicadores apresenta também a Região Autónoma da Ma-

²⁰ Isto no pressuposto que os municípios registam a liquidação no momento do direito a receber.

deira, pois o Gráfico 2.01.M é bem demonstrativo da continuidade de esforço dos municípios da Região em ajustar a previsão das receitas à capacidade de cobrança das mesmas. Anota-se que, devido ao facto de o município de Santa Cruz em 2014 não ter incluído na receita orçada a previsão das liquidações que efetuou a título de ocupação da via pública à Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. e ao Instituto de Águas da Madeira, a linha das liquidações no ano de 2014 excedesse extraordinariamente a linha das previsões

de receita. A situação manteve-se em 2015 e 2016, com as receitas liquidadas de montante superior às receitas orçadas, devido à transição para estes exercícios como receita por cobrar no início do ano²¹.

Pela análise do Relatório de Gestão do município de Santa Cruz de 2016, devido ao facto do Regulamento Municipal de Taxas se encontrar em revisão, não foram liquidadas as taxas municipais que o município se considera credor em relação à Empresa de Electricidade da Madeira S.A, por ocupação do domínio público, prevendo que as mesmas sejam cobradas em futuro próximo com alteração da estratégia de gestão municipal no âmbito da gestão da iluminação pública. Entende-se que o exposto justifica o ajustamento da receita global liquidada à receita orçada verificada em 2016 e plasmada no Gráfico 2.01.M.

Importará, nesta fase de acentuada mudança na gestão autárquica e prestes a iniciar-se outro ciclo de preparação e tratamento de informação económico-financeira que permitirá obter, seguramente, novos elementos informativos²², comparar a evolução dos principais indicadores orçamentais²³ da receita, nos últimos dez anos.

Sobre a evolução das receitas autárquicas entre 2006 e 2016, nomeadamente a orçamentação e a cobrança das mesmas:

– **O montante da Receita Prevista baixou 2,3 mil milhões de euros**, isto é -21% (em 2006 foi de 11,1 mil milhões de euros e em 2016 de 8,8 mil milhões de euros). Esta variação demonstra uma **enorme mudança estrutural na gestão económico-financeira das autarquias, ao adotarem uma política de não inflacionamento no momento de elaboração do orçamento das**

²¹ Devido ao valor elevado, as empresas recusaram-se a pagar e a situação em 31.12.2016 estava em análise, podendo esta receita vir a ser anulada ou reformulada de acordo com a nova tabela de taxas ainda em revisão.

²² Mais abrangentes que os atualmente obtidos, nomeadamente no que se refere à agregação de indicadores orçamentais provenientes de entidades que fazem parte do Grupo Autárquico, não dispõem de contabilidade orçamental e utilizam na sua gestão financeira uma contabilidade diversa do POCAL. A uniformização contabilística que vigorará a partir de 2018 com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) permitirá alcançar indicadores e comparabilidades até à data impossíveis de obter.

²³ Em relação aos indicadores atualmente existentes, é indiscutível a sua atualidade e fiabilidade na área orçamental, pese embora estejam limitados ao sector autárquico stricto sensu.

receitas e, conseqüentemente, uma maior aproximação entre a receita prevista e a realmente cobrada.

– **Em 2016 a receita cobrada foi de 7,7 mil milhões de euros aumentando 219,6 milhões de euros em relação a 2015.** Todavia manteve-se, ainda, inferior em 0,5 mil milhões de euros ao montante cobrado em 2009, máximo do período em análise.

– O grau médio de execução da receita²⁴ que em 2006 foi de apenas 62,9%, passou para 87,9% em 2016, apresentando, neste ano, o maior grau de execução da receita do período em análise. Assim, a **diferença entre a receita orçada e a receita cobrada baixou significativamente** passando de um diferencial de 4,1 mil milhões de euros em 2006 para 1,1 mil milhões de euros em 2016. Apesar do excedente de previsão de receita ainda ser elevado, esta grande diminuição do excedente da receita orçada sobre a cobrada, reflete bem a mudança positiva de critérios de gestão municipal.

– A **receita por cobrar**, em 2016 foi de 870,6 milhões de euros, contra 864,8 milhões de euros em 2015, representando a segunda maior receita por cobrar desde 2006 (a maior foi em 2014 com 878,8 M€).

– Reitera-se a importância que o **grau de execução da receita cobrada** assume na sustentabilidade financeira dos municípios. Não será de menosprezar o facto de a melhoria deste indicador se dever mais à diminuição dos montantes previsionais que ao aumento de volume de receita arrecadada pela globalidade dos municípios. Será, no nosso entender, legítimo concluir que **há uma mudança assinalável no comportamento dos municípios na área de gestão financeira, com uma franca melhoria nas práticas de elaboração dos orçamentos.**

– No entanto, apesar da média global de execução do orçamento da receita ter sido de 87,9% em 2016, importará apresentar a listagem dos municípios com grau de execução igual ou inferior a 50% da receita orçada (*Ranking R3*). Tais situações poderão traduzir uma maior dificuldade de cobertura da despesa e um aumento crítico da dívida de curto prazo. Apesar da melhoria global do grau de execução da receita cobrada em 2016, ainda

²⁴ Razão entre a receita cobrada e a receita orçada, excluindo deste cômputo os saldos da gerência anterior.

R3 – Municípios com grau de execução da receita cobrada igual ou inferior a 50%, em 2016*

Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1 Nazaré	P	40,6%	45,7%	38,7%	42,2%	34,4%	28,7%	29,6%	27,3%	22,7%	48,6%	30,6%
2 Paços de Ferreira	M	63,3%	64,2%	71,8%	67,1%	57,0%	62,2%	45,9%	68,5%	30,5%	42,2%	40,7%
3 Vila do Porto	P	89,6%	77,7%	72,9%	82,3%	86,4%	74,8%	92,5%	94,6%	99,4%	69,9%	42,0%
4 Portimão	M	58,1%	66,7%	59,2%	40,8%	28,2%	23,8%	20,7%	22,5%	24,5%	26,3%	42,3%
5 Celorico da Beira	P	41,0%	43,0%	39,6%	35,9%	55,4%	41,4%	44,5%	28,2%	28,1%	29,2%	44,6%
6 Ourique	P	32,7%	41,3%	43,0%	65,5%	43,2%	41,6%	49,8%	53,6%	49,0%	49,2%	46,4%

*Não incluem o saldo da gerência anterior.

assim, **em 2016 seis municípios ainda apresentaram uma execução da receita inferior a 50%** do valor orçado, embora um valor manifestamente inferior ao verificado em anos anteriores²⁵. Anota-se que desde 2011 não consta desta lista nenhum município de grande dimensão²⁶.

– Em relação a este *ranking* é de salientar que Nazaré foi o único município que sempre apresentou este rácio com valor inferior a 50%. Relativamente ao município de Vila do Porto, verifica-se em 2016 um elevado inflacionamento da previsão das receitas em Transferências de Capital e Passivos Financeiros, as quais ficaram por realizar, em cada uma das situações, aproximadamente 3,9 milhões de euros, apresentando taxas de execução das mesmas, respetivamente, de 8,1% e 0%.

Pese embora a urgente consolidação financeira do sector público seja uma necessidade reconhecida por todos e, por isso, o grau de execução da receita não se deva afastar dos 90% de realização, devendo tender para os 100%²⁷, não se pode deixar de fazer refe-

rência ao número de autarquias que têm aumentado a execução das suas cobranças para níveis superiores a 75%²⁸. Assim, em 2016 atingiram esse objetivo 273 Municípios (89%). Em 2015 tinham ultrapassado este rácio 265 Municípios (86%), em 2014 o número de municípios nesta situação foi de 220 (71%) sendo que em 2013, apenas 54% ultrapassaram este limiar. Em anos anteriores, este indicador apresentou níveis muito mais limitados: em 2012 apenas 31% dos municípios executaram mais de 75% da previsão das receitas e em 2011 só 19% dos municípios conseguiram atingir aquele nível de cobrança.

Da análise do grau de execução da receita dos **municípios açorianos** resulta o *Ranking* R3.A do qual se observa:

– Na Região dos Açores, dez dos dezanove municípios apresentam grau de execução igual ou superior a 90%. Cinco muni-

²⁵ Em 2015 estiveram nessa situação nove municípios, em 2014 dez municípios, dezasseis em 2013, quarenta e um em 2012 e em 2011 foram 52 municípios que apresentaram um nível de execução de receita inferior a 50%.

²⁶ Os municípios de grande dimensão que apresentaram um grau de execução da receita inferior a 50% foram: Leiria em 2006 (43,2%) e V.N Gaia em 2006 (47,8%), em 2009 (46,4%) e em 2010 (40,3%).

²⁷ Reportado, essencialmente à receita liquidada.

²⁸ A conjugação da nova Lei e Enquadramento Orçamental, Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, com a implementação do novo SNC-AP, nomeadamente as normas NCP 26 e NCP 27, permitirão um maior controlo das dotações orçamentais e uma mensuração dos custos e avaliação dos resultados que se refletirão na orçamentação dos anos subsequentes. Por outro, a obrigatoriedade de orçamentos plurianuais para a receita como para a despesa, obrigará a maior rigor na estimativa da receita, o que implicará maior grau de execução da mesma. De igual modo, o controlo dos sinais de alerta previstos na nova Lei das Finanças Locais e o cumprimento da regra de equilíbrio orçamental nela exigida, complementam o quadro de controlo orçamental que ajustará as dotações orçamentais da receita aprovadas pelos órgãos legislativos aos recursos realmente disponíveis, e aos possíveis de obter, de acordo com os quadros macroeconómicos previstos para o país que, em cada caso, deverão ser ratificados de acordo com a região em que se localiza o município em causa.

cípios açorianos continuam a apresentar graus de execução de execução da receita inferior a 80%. O balanço deste indicador para a generalidade dos municípios açorianos, revela uma boa performance financeira da Região ao nível do controlo e execução das receitas.

– Sobre o município de Vila do Porto com um grau de execução de apenas 42%, a análise das respetivas contas permitiu concluir que este facto se deveu à fraca execução das receitas de transferências de capital e de passivos financeiros previstos que não foram executados, conforme já anotado a propósito da análise do *Ranking* 3.

R3.A – Grau de execução da receita cobrada em 2016 dos Municípios da R. A. dos Açores

Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1 Calheta (R. A. A.)	P	41,6%	48,6%	35,4%	79,4%	76,3%	75,8%	81,7%	50,9%	98,6%	101,6%	106,1%
2 Vila Franca do Campo	P	46,0%	45,3%	59,9%	57,5%	52,3%	48,5%	76,7%	90,0%	86,4%	101,1%	98,6%
3 Velas	P	67,1%	60,0%	61,4%	60,7%	56,9%	71,6%	73,5%	88,4%	100,7%	104,8%	96,1%
4 Lagoa (R.A.A)	P	64,9%	69,1%	64,6%	62,1%	57,2%	71,3%	77,6%	83,1%	86,8%	93,9%	95,6%
5 Nordeste	P	58,3%	52,1%	48,9%	41,6%	42,6%	31,6%	40,4%	77,2%	104,8%	99,7%	95,1%
6 Povoação	P	58,9%	87,7%	50,9%	52,0%	67,4%	70,1%	61,5%	75,1%	76,7%	81,1%	94,4%
7 São Roque do Pico	P	75,2%	66,6%	56,7%	59,6%	68,6%	64,8%	58,9%	62,2%	100,4%	97,5%	92,7%
8 Ribeira Grande	M	50,9%	59,7%	57,9%	63,8%	66,0%	59,5%	68,7%	91,4%	106,6%	102,3%	92,7%
9 Ponta Delgada	M	62,4%	72,4%	74,9%	76,6%	66,7%	64,0%	70,9%	73,2%	91,2%	93,9%	91,5%
10 Angra do Heroísmo	M	65,3%	77,8%	65,2%	54,5%	73,0%	76,1%	79,9%	83,5%	84,3%	96,0%	90,4%
11 Praia da Vitória	M	82,7%	84,0%	74,7%	55,3%	73,7%	69,9%	68,6%	82,9%	89,2%	91,7%	86,6%
12 Lajes das Flores	P	62,0%	76,5%	83,3%	62,0%	94,0%	80,5%	60,1%	52,4%	79,5%	85,5%	85,4%
13 Santa Cruz das Flores	P	77,3%	93,3%	84,9%	62,6%	83,3%	99,1%	89,2%	70,0%	88,8%	89,5%	83,9%
14 Santa Cruz da Graciosa	P	49,0%	75,6%	80,6%	74,1%	76,1%	72,8%	79,5%	68,8%	91,2%	89,6%	83,1%
15 Madalena	P	66,6%	79,1%	66,2%	75,9%	62,7%	54,9%	56,2%	62,0%	69,4%	78,1%	76,4%
16 Lajes do Pico	P	63,0%	66,1%	56,2%	34,9%	73,3%	57,8%	50,6%	82,3%	71,5%	83,5%	76,2%
17 Corvo	P	65,0%	66,9%	66,2%	77,6%	70,4%	72,7%	79,4%	63,7%	97,0%	83,8%	74,5%
18 Horta	P	74,1%	71,0%	78,5%	69,5%	68,3%	65,3%	69,1%	67,2%	83,3%	82,6%	71,3%
19 Vila do Porto	P	89,6%	77,7%	72,9%	82,3%	86,4%	74,8%	92,5%	94,6%	99,4%	69,9%	42,0%
Grau de execução Receita - Açores		62,5%	67,8%	64,3%	63,0%	67,1%	62,8%	69,5%	76,0%	89,0%	92,2%	85,6%
Grau de execução Receita - Nacional		62,9%	67,2%	66,9%	63,1%	60,5%	61,7%	65,8%	71,8%	78,7%	85,6%	87,9%

Relativamente aos municípios da região da Madeira apresenta-se quadro homólogo com o grau de execução das receitas – *Ranking* R3.M.

R3.M – Grau de execução da receita cobrada em 2016 dos Municípios da R.A. da Madeira

Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1 Machico	M	54,2%	54,4%	64,7%	46,1%	46,2%	46,5%	36,1%	89,9%	93,6%	92,4%	96,7%
2 Porto Santo	P	48,3%	82,5%	61,8%	44,7%	36,1%	55,8%	52,0%	84,9%	99,1%	106,0%	96,0%
3 Santa Cruz	M	54,8%	53,3%	62,9%	47,4%	47,3%	44,5%	47,1%	74,1%	64,8%	74,9%	95,0%
4 São Vicente	P	62,0%	61,1%	52,3%	52,4%	51,8%	47,2%	54,0%	56,6%	70,5%	94,1%	94,5%
5 Funchal	G	64,1%	75,2%	70,1%	68,5%	72,8%	71,8%	66,9%	97,4%	88,7%	88,4%	93,9%
6 Ribeira Brava	P	68,2%	51,9%	39,8%	46,9%	32,0%	30,5%	37,3%	50,2%	63,3%	83,9%	90,3%
7 Santana	P	63,9%	76,7%	72,9%	81,3%	57,2%	52,2%	64,1%	83,0%	102,0%	102,4%	89,0%
8 Porto Moniz	P	44,8%	36,9%	35,5%	33,2%	50,7%	57,2%	52,3%	94,3%	91,3%	99,8%	84,4%
9 Ponta do Sol	P	62,1%	44,8%	64,1%	51,0%	51,7%	65,3%	75,9%	96,4%	98,6%	93,5%	80,4%
10 Câmara de Lobos	M	49,8%	49,5%	52,8%	40,3%	41,4%	34,4%	34,0%	74,0%	101,6%	82,6%	79,0%
11 Calheta (R. A. M.)	P	38,4%	52,7%	54,7%	46,7%	48,0%	46,8%	46,7%	73,9%	89,6%	98,4%	63,9%
Grau de execução Receita – Madeira		57,4%	61,3%	60,2%	54,2%	54,3%	53,1%	53,0%	84,5%	83,3%	88,2%	89,2%
Grau de execução Receita – Nacional		62,9%	67,2%	66,9%	63,1%	60,5%	61,7%	65,8%	71,8%	78,7%	85,6%	87,9%

Da observação do *Ranking* R3.M releva-se:

– **A taxa média de execução do orçamento da receita, em 2016, para municípios da Região Autónoma da Madeira (RAM) foi de 89,2%**, apresentando um comportamento médio de 1% ao verificado em 2015 e superior à média das execuções apresentadas pelos municípios na sua globalidade.

– Anota-se a existência de apenas um município –Calheta– a executar menos que 75% da receita prevista, devendo-se tal situação à execução das receitas previstas para transferências de capital de apenas 13,7%.

Antes de se passar para a análise da estrutura da receita desagregando-a pelas suas diferentes componentes orçamentais, dada a forte discrepância do montante de receita recebida entre os municípios de grande dimensão e os restantes, bem como o elevado diferencial entre o município de Lisboa e os outros municípios, apresenta-se o *Ranking* R4 relativo aos 35 municípios com maior volume de receita cobrada em 2016, com informação comparativa com os anos anteriores. Nesta listagem encontram-se todos os municípios de grande dimensão.

Reportando ao *Ranking* R4 e relativamente ao ano de 2016, poder-se-á observar que:

– A amplitude da receita recebida entre o primeiro e o trigésimo quinto município foi de mais de 608 milhões de euros. O trigésimo quinto município deste *ranking* – Município de Santarém – recebeu 7,7% da receita cobrada por Lisboa. Anota-se que a população residente de Santarém representa 11,4% da população residente de Lisboa.

– A diferença de receita cobrada entre o primeiro município (Lisboa) e o segundo (Porto) do *ranking* foi superior a 436 milhões de euros. Mais se verifica que as receitas cobradas pelo município do Porto correspondem a 33,9% das receitas cobradas por Lisboa, sendo que a população residente no Porto corresponde a 43,4% da população residente em Lisboa.

– A receita de Lisboa correspondeu a 8,5% da receita global dos municípios.

– Cerca de 89% dos municípios portugueses (273 municípios) auferiram uma receita inferior a 7,7% da receita do município de Lisboa.

R4 – Municípios com maior volume da receita cobrada²⁹, em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17			Δ 15–16 %
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1 Lisboa	G	570 444 921	554 807 046	528 448 107	669 602 387	600 698 240	579 701 291	832 666 402	546 365 853	623 142 075	710 672 378	659 639 515	-7,2%
2 Porto	G	192 260 121	199 337 978	198 578 614	204 290 585	193 838 411	190 929 393	164 847 332	189 546 233	176 337 104	169 516 522	223 596 824	31,9%
3 VN Gaia	G	117 779 650	170 265 141	141 079 572	138 828 159	119 690 440	133 914 620	123 619 408	138 673 073	129 121 724	123 231 383	162 967 720	32,2%
4 Cascais	G	143 172 030	148 980 778	145 129 468	142 716 141	159 762 402	153 953 892	142 244 106	129 649 858	143 391 161	149 473 597	160 779 651	7,6%
5 Sintra	G	134 012 234	166 903 062	142 231 815	152 564 279	201 524 211	160 095 417	167 535 394	157 458 501	147 526 734	155 295 805	158 331 191	2,0%
6 Oeiras	G	121 047 506	124 541 306	135 191 666	130 106 832	113 261 373	111 162 197	109 570 322	107 509 349	116 634 387	119 639 044	127 621 156	6,7%
7 Matosinhos	G	84 109 765	85 533 463	95 040 902	107 260 324	105 491 076	117 087 294	110 137 105	101 641 884	86 592 708	108 244 567	121 813 021	12,5%
8 Seixal	G	70 853 376	80 793 452	92 444 556	82 570 434	81 606 977	74 581 783	79 245 204	80 835 117	110 988 443	81 133 474	119 995 532	47,9%
9 Loulé	M	90 874 915	106 783 087	98 619 778	105 059 899	97 991 915	89 377 818	91 120 229	111 290 200	95 727 486	105 481 768	112 091 586	6,3%
10 Loures	G	93 104 072	118 591 431	119 859 086	128 572 351	107 313 332	103 021 209	109 517 801	104 454 727	100 216 564	104 619 446	104 996 997	0,4%
11 VN Famalicão	G	64 714 758	72 229 440	76 698 456	78 322 402	82 949 392	82 439 666	86 571 160	63 124 314	71 988 888	71 680 267	88 620 604	23,6%
12 Coimbra	G	81 654 818	94 165 790	86 571 821	96 230 562	88 310 921	97 785 788	94 017 940	87 122 861	78 971 387	77 996 805	87 200 186	11,8%
13 Braga	G	69 650 692	76 107 191	80 946 856	96 847 915	92 572 702	87 573 099	84 166 068	99 302 205	86 282 035	85 646 061	84 357 269	-1,5%
14 Guimarães	G	65 425 717	68 185 284	70 228 478	83 238 717	85 554 241	101 099 635	91 654 325	78 095 383	76 515 936	86 156 289	84 355 525	-2,1%
15 Setúbal	G	55 425 289	62 083 617	64 488 214	62 419 209	57 809 844	61 968 623	66 324 518	63 932 384	64 507 413	81 429 935	83 277 495	2,3%
16 Portimão	M	43 488 715	51 786 717	59 445 409	56 410 806	46 740 761	45 596 590	38 730 473	42 996 870	45 033 466	51 033 342	82 670 958	62,0%
17 Almada	G	74 839 926	80 868 147	79 355 981	76 217 778	88 612 752	82 854 306	78 593 908	77 445 956	76 922 784	83 085 546	81 532 714	-1,9%
18 Amadora	G	92 619 164	80 030 126	80 992 275	87 620 203	84 784 404	90 626 292	84 526 479	74 200 232	77 341 786	76 357 139	78 728 326	3,1%
19 Albufeira	M	62 953 700	78 431 293	73 443 721	76 463 197	61 213 140	58 974 432	61 037 177	78 750 705	79 429 527	87 033 773	78 340 890	-10,0%
20 Évora	M	45 078 613	46 801 426	41 467 006	56 243 670	48 550 582	41 796 828	40 973 200	64 651 456	49 456 439	42 155 818	75 066 928	78,1%
21 Funchal	G	81 003 340	94 284 401	91 245 473	78 650 681	83 147 721	77 748 406	74 229 100	112 045 280	72 875 418	70 363 786	73 141 379	3,9%
22 Leiria	G	54 671 925	60 437 522	75 197 755	68 262 538	57 562 353	61 070 182	57 981 088	60 475 151	63 505 479	64 474 204	69 461 292	7,7%
23 Maia	G	62 531 989	85 575 806	77 279 694	77 407 007	68 355 866	61 814 950	61 200 579	55 655 128	55 563 240	74 488 712	66 584 618	-10,6%
24 Gondomar	G	84 410 144	60 577 165	74 550 180	81 796 116	72 476 247	86 729 131	70 390 999	77 240 134	58 023 031	63 815 799	65 472 443	2,6%
25 Odivelas	G	53 523 372	63 223 761	57 737 666	63 311 077	69 343 358	64 281 981	61 892 911	57 892 182	65 176 852	65 748 421	64 396 095	-2,1%
26 S M Feira	G	54 961 996	59 362 879	72 325 127	68 511 958	61 896 612	63 978 681	57 386 848	76 760 634	63 821 043	58 896 465	59 289 187	0,7%
27 VF Xira	G	58 500 133	71 365 638	70 573 092	66 487 758	69 433 941	69 109 435	67 718 373	64 142 072	59 538 460	54 441 425	57 632 774	5,9%
28 Mafra	M	50 918 633	53 220 624	47 606 916	53 300 862	55 236 080	49 095 697	50 240 535	47 542 538	51 999 270	56 340 133	57 506 914	2,1%
29 V. Castelo	M	42 440 586	47 761 670	50 425 389	55 259 419	54 048 327	54 695 299	50 757 348	55 543 588	48 329 520	61 076 345	55 354 154	-9,4%
30 Aveiro	M	45 316 597	46 600 406	75 856 521	57 740 719	46 797 981	39 058 422	40 175 129	42 909 858	48 046 087	52 805 662	54 039 391	2,3%
31 Barcelos	G	54 275 001	54 747 558	54 383 745	52 931 857	59 373 748	53 357 653	56 165 224	60 971 630	59 187 087	54 261 876	52 688 127	-2,9%
32 Paredes	M	36 388 227	35 653 506	45 035 343	52 291 618	44 924 378	62 155 994	51 763 983	74 479 865	43 368 997	45 282 790	52 582 860	16,1%
33 Barreiro	M	33 831 967	35 224 932	43 051 026	39 578 001	40 272 245	35 269 100	36 215 913	50 902 363	41 282 038	37 848 133	51 786 221	36,8%
34 Guarda	M	30 033 462	28 902 366	34 646 658	48 940 473	29 568 981	33 686 183	29 538 541	42 584 169	28 213 342	38 084 105	50 909 415	33,7%
35 Santarém	M	35 596 022	35 765 142	44 286 759	62 859 011	38 592 178	38 397 354	37 246 462	64 768 976	45 839 937	36 634 452	50 747 532	38,5%

²⁹ Não inclui saldos de gerências anteriores.

Da análise do *ranking* supra pode-se, ainda, concluir:

- Dos 35 municípios elencados, 9 apresentaram decréscimo de receita cobrada em relação a 2015, sendo que também 9 destes 35 apresentaram um aumento de receita superior a 20% relativamente ao ano anterior. Também se conclui que a maioria dos municípios deste *ranking* apresentaram aumento de receita, situação que em alguns casos reflete numa melhoria de situação económico-financeiro dos municípios, mas noutros casos este aumento deve-se sobretudo ao recurso a novos empréstimos bancários.
- Anota-se, em particular, a subida extraordinária em termos relativos, das receitas cobradas em 2016 de 3 municípios devido a: (i) no caso do Seixal, ao acréscimo de 8,8 M€ de venda de bens e serviços e à contração de empréstimos financeiros no valor de 31,3 M€; (ii) no caso de Portimão à contração de empréstimos financeiros num montante de 33,2 M€; e (iii) no caso de Évora também à contração de passivos financeiros no montante de 32,5 M€.
- Sobre o aumento em valor absoluto, interessa referir o acréscimo de receita obtido pelos municípios do Porto (+54M€) e de Vila Nova de Gaia (+39,7M€). O primeiro devido essencialmente ao aumento do volume de receita de IMT (+8,1M€), de Derrama (+9,7M€), de Rendimentos de Propriedade (+11,9M€) e de um aumento de receita extraordinária registada em Outras receitas de capital (+28,7M€) que, de acordo com o Relatório de Gestão do município do Porto, registam o pagamento pelo Estado em cumprimento do acordo com o município do Porto. Quanto ao município de Vila Nova de Gaia, o aumento de receita deveu-se ao aumento da receita creditícia (novos empréstimos) em +33,5 M€.
- Por outro lado, 3 Municípios apresentaram uma diminuição significativa de receita, quer em valor quer em termos percentuais, igual ou superior a 10%: Lisboa³⁰ com -7,2% (-51 M€); Albufeira com -10% (-8,7M€); e Maia com -10,6% (-7,9 M€). A diminuição das receitas cobradas pelo município de Lisboa de-

veu-se essencialmente à quebra de venda de bens de investimento, valor excepcionalmente baixo em 2016, ao arrecadar-se 22,8M€ contra 72,7M€ recebido em 2015, bem como à diminuição de utilização de empréstimos financeiros em 39,4 M€, relativamente a 2015. Quanto à variação negativa da receita do município de Albufeira, a mesma resultou da descida do valor de Impostos Diretos em -12,5M€. Quanto ao município da Maia, a descida de receita resultou da diminuição da utilização de receita creditícia no montante de -9,2M€ em relação a 2015. Seguindo a metodologia adotada já no último Anuário apresenta-se autonomamente a situação equivalente dos municípios das Regiões Autónomas.

³⁰ No Anuário de 2015 apontaram-se as principais origens do extraordinário aumento de receita do Município de Lisboa em 2015, relevando-se para o efeito o acréscimo de receita em impostos diretos (+70,7M€); venda de Bens de Investimento (+31,5M€) e utilização do PREDE no montante de 44,9 M€.

R4.A – Volume da receita cobrada³¹ dos Municípios da R.A. dos Açores, em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			Δ 15-16 %
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1 P. Delgada	M	31996353	35951581	40665605	42904296	35689580	33147869	33694117	31748683	34236559	33108780	31749454	-4,1%
2 R. Grande	M	16913707	23937606	28007872	32471637	29062571	21460188	20386492	17795784	18629750	20382617	19996674	-1,9%
3 A. Heroísmo	M	16368769	19328027	18391288	17766888	21468923	19098785	16878471	17363073	17296146	19404607	17186013	-11,4%
4 Praia da Vitória	M	13379663	14119986	16968019	17696566	23608549	14195835	11383376	12207504	10409738	11523037	12068128	4,7%
5 Horta	P	12675543	9963445	11235993	13349415	10914913	10562819	9193258	10319075	11639617	10433501	9975866	-4,4%
6 Lagoa (RAA)	P	8494175	9173377	13687420	12906117	11932821	13586149	11266521	9441816	9589844	9918050	9924215	0,1%
7 Vila Franca Campo	P	8217076	9257466	18052595	8130274	7145897	21528256	21664464	9517390	8652197	9211891	8050211	-12,6%
8 Madalena	P	6652382	7592558	7750984	8851625	6200271	5910486	5317535	6923218	7192593	6870391	7248784	5,5%
9 Velas	P	5709408	5906845	6226326	6504304	6471109	5682203	5300271	5061339	5650309	6030869	6090414	1,0%
10 Povoação	P	5888988	8697590	5444255	6075509	7181076	7447351	5015673	5796545	6511186	5978985	6034548	0,9%
11 Vila do Porto	P	7959970	4885398	5290482	7052794	5135706	4875758	5155353	4817965	5502319	5422055	5606820	3,4%
12 Lajes do Pico	P	5677330	5660092	6430949	5196457	12686312	5232151	5845914	9991931	7105046	5628008	5296504	-5,9%
13 Nordeste	P	8017781	7319274	5699928	6774162	6793037	5116734	5666058	15888935	8273802	5159304	5289012	2,5%
14 Calheta (RAA)	P	4906519	6561635	5348421	11100366	4674843	4094239	3853750	4057999	4751019	5525414	4607713	-16,6%
15 S. Roque Pico	P	4118530	4170252	4508568	7316243	7747663	6139237	3980574	4161828	4027472	4493405	4537790	1,0%
16 S. Cruz Graciosa	P	3565040	5036929	4389904	4836117	5413398	5555483	5331475	4649323	4757998	3868861	3891615	0,6%
17 Lajes Flores	P	2826520	3115098	3910560	5453166	6473194	3344670	3633699	4995508	5031119	2995512	2980556	-0,5%
18 S. Cruz Flores	P	4670651	3187045	2714472	3292258	3787483	3650257	2777221	3259363	4108749	2963327	2687459	-9,3%
19 Corvo	P	1890091	1888255	1871189	1660471	1732211	3225308	2474129	2436674	1996330	1937375	1833187	-5,4%
Total – Açores		169928495	185752458	206594830	219338664	214119555	193853775	178818351	180433956	175361794	170855989	165054962	
Total – Nacional		7001043074	7541600000	7746900000	8198000000	7859462354	7771565135	7683442512	7774842857	7337170660	7518439313	7737998774	
Açores/Total Nacional (%)		2,43%	2,46%	2,67%	2,68%	2,72%	2,49%	2,33%	2,32%	2,39%	2,27%	2,13%	

Da análise ao quadro do *Ranking R4.A*, verifica-se:

- Na totalidade, a receita dos municípios dos Açores baixou 5,8 milhões de euros (-3,4%), sendo que em 2015 já tinha apresentado uma descida de 4,5 milhões de euros (-2,6%).
- Todavia, houve municípios cujas receitas baixaram mais do que 10%, como aconteceu aos seguintes municípios: Calheta (-16,6%), Vila Franca do Campo (-12,6%), e Angra do Heroísmo (-11,4%). Pela análise das respetivas contas, verifica-se que a diminuição de receita em relação ao ano anterior ocorreu, em todas estas situações, devido à descida do valor de transferências de capital, respetivamente de -0,9 M€; -1,3 M€ e -3 M€.
- Já os municípios de Madalena, Praia da Vitória, Vila do Porto

e Nordeste apresentam taxas de crescimento da receita, respetivamente, de +5,5%, +4,7%, +3,4% e +2,5%. No caso dos municípios de Madalena e de Vila do Porto, este aumento é conseqüente do aumento de passivos financeiros (contração de novos empréstimos), enquanto o município de Vila do Porto aumentou as suas receitas de uma forma geral, e de forma mais significativa em “outras receitas correntes e de capital”³². Por sua vez, o aumento das receitas cobradas do município do Nordeste, está associado a uma maior cobrança de “outras receitas de capital” e também da “venda de bens de investimento” (duradouros).

³² “Outras receitas correntes, outras receitas de capital, outras despesas”, deviam ser contas residuais e, se o valor fosse significativo, justificaria ser explicado nas notas aos mapas de execução orçamental, situação que nem sempre se verifica.

³¹ Não inclui saldo das gerências anteriores.

R4.M – Volume da receita cobrada³³ dos Municípios da R.A. da Madeira, em 2016

Unidades: euros

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			Δ 15-16 %
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1 Funchal	G	81003 340	94 284 401	91245 473	78 650 681	83147721	77748 406	74 229 100	112 045 280	72 875 418	70 363 786	73 141 379	3,9%
2 Santa Cruz	M	19786 009	21866 542	32905 549	19 885 038	19 813 548	17 515 589	17 220 539	18 344 290	32 902 855	20 236 621	19 056 181	-5,8%
3 Câmara de Lobos	M	20 256 357	21777 763	26 498 020	18 282 193	18 651019	13 852 328	11960 007	23 488 586	16 142 877	12 772 572	11 411 363	-10,7%
4 Calheta (R A M)	P	9 864 879	12 270 398	15 384 436	8 550 408	9 081274	10 502 044	9 687 450	13 907 407	10 535 260	11 812 304	9 656 879	-18,2%
5 Machico	M	15 275 602	14 621183	21 334 697	12 520 729	11992 574	14 474 197	10 877 578	11 091147	16 282 812	9 442 406	9 152 818	-3,1%
6 Ribeira Brava	P	12 812 343	15 898 025	14 388 602	16 138 936	8 581231	9 360 217	7 169 777	8 822 929	8 599 404	6 764 956	7 021 408	3,8%
7 Santana	P	11 474 181	11 125 218	8 154 256	12 310 656	7 068 672	7 061092	6 222 041	6 619 184	6 961512	6 278 542	6 119 752	-2,5%
8 Ponta do Sol	P	8 991726	7 140 472	10 031233	6 921284	6 838 762	7 130 649	5 479 942	6 243 218	5 428 654	7 058 393	6 118 376	-13,3%
9 São Vicente	P	9 902 003	8 743 875	9 079 052	10 104 417	5 769 083	5 714 182	6 766 456	5 432 329	5 361290	6 081231	5 353 158	-12,0%
10 Porto Moniz	P	6 879 085	7 319 113	5 577 956	5 443 128	6 435 301	5 501838	4 488 553	5 451984	4 649 765	4 849 741	4 811 824	-0,8%
11 Porto Santo	P	7 611504	11 857 682	7 207 271	5 430 597	4 810 763	5 512 045	4 315 548	8 641 445	4 841989	4 785 945	4 345 608	-9,2%
Total – Madeira		203 857 029	226 904 669	241 806 545	194 238 068	182 189 947	174 372 586	158 416 994	220 087 800	184 581 837	160 446 496	156 188 746	-2,7%
Total – Nacional		7 001 043 074	7 541 600 000	7 746 900 000	8 198 000 000	7 859 462 354	7 771 565 135	7 683 442 512	7 774 842 857	7 337 170 660	7 518 439 313	7 737 998 774	2,9%
Madeira/Total nacional (%)		2,91%	3,01%	3,12%	2,37%	2,32%	2,24%	2,06%	2,83%	2,52%	2,13%	2,02%	--

Quanto ao *Ranking* R4.M relativo à Região da Madeira haverá a referir:

- A receita global dos municípios da Madeira baixou em 4,3 milhões de euros (-2,7%), sendo que em 2015 já tinha apresentado uma descida de 24,1 milhões de euros (-13,1%)³⁴.
- Em 2016, concorreram para a descida de receita nove municípios madeirenses, sendo que quatro deles de forma mais significativa: Calheta (-18,2% de receita), Ponta do Sol (-13,3% de receita), São Vicente (-12% de receita) e Câmara de Lobos (-10,7% de receita). Também, em relação a estes municípios a principal causa de descida da receita deveu-se à diminuição do valor das Transferências de Capital respetivamente em -1,9M€; -1M€; -0,8 M€ e -0,9M€. No caso do município de Câmara de Lobos, a diminuição da receita deveu-se ainda à descida de impostos diretos no montante de 347 mil euros.

Apresentam-se no *ranking* R5 os 35 municípios com menor volume de receita arrecadada em 2016, com referência aos montantes arrecadados nos dez anos anteriores.

Como se poderá verificar são todos municípios de pequena dimensão, sendo que o município que auferiu menor receita (Corvo) cobrou um montante que representou apenas 0,02% do montante coletado pelo maior município do País (Lisboa).

Anota-se que 17 municípios constantes deste *ranking* apresentaram, em 2016, diminuição de receita. As descidas mais significativas em termos percentuais foram protagonizadas por municípios das Regiões Autónomas, já objeto de referência em parágrafos anteriores. Contudo, regista-se também a descida de receita do município de Manteigas, que apresentou um decréscimo de 32,3%, devido à ausência de utilização de empréstimos financeiros, receita que em 2015 representou 2,5 milhões de euros.

³³ Não inclui saldo das gerências anteriores.

³⁴ Situação explicada no Anuário de 2015.

R5 – Municípios com menor volume da receita cobrada³⁵, em 2016

Unidades: euros

Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17			Δ 15–16 %
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1 Corvo	P	1890 091	1888 255	1871189	1660 471	1732 211	3 225 308	2 474 129	2 436 674	1996 330	1937 375	1 833 187	-5,4%
2 Santa Cruz das Flores	P	4 670 651	3 187 045	2 714 472	3 292 258	3 787 483	3 650 257	2 777 221	3 259 363	4 108 749	2 963 327	2 687 459	-9,3%
3 Lajes das Flores	P	2 826 520	3 115 098	3 910 560	5 453 166	6 473 194	3 344 670	3 633 699	4 995 508	5 031 119	2 995 512	2 980 556	-0,5%
4 Santa Cruz da Graciosa	P	3 565 040	5 036 929	4 389 904	4 836 117	5 413 398	5 555 483	5 331 475	4 649 323	4 757 998	3 868 861	3 891 615	0,6%
5 Barrancos	P	3 721 547	5 169 724	4 616 334	5 459 700	5 070 890	4 018 765	3 571 423	3 735 480	3 522 046	3 760 321	3 954 952	5,2%
6 Porto Santo	P	7 611 504	11 857 682	7 207 271	5 430 597	4 810 763	5 512 045	4 315 548	8 641 445	4 841 989	4 785 945	4 345 608	-9,2%
7 São Roque do Pico	P	4 118 530	4 170 252	4 508 568	7 316 243	7 747 663	6 139 237	3 980 574	4 161 828	4 027 472	4 493 405	4 537 790	1,0%
8 Calheta (R. A. A.)	P	4 906 519	6 561 635	5 348 421	11 100 366	4 674 843	4 094 239	3 853 570	4 057 999	4 751 019	5 525 414	4 607 713	-16,6%
9 Castanheira de Pera	P	5 720 742	4 885 707	5 277 855	4 648 745	4 613 140	8 045 361	8 825 154	4 324 786	4 372 517	4 565 782	4 789 443	4,9%
10 Porto Moniz	P	6 879 085	7 319 113	5 577 956	5 443 128	6 435 301	5 501 838	4 488 553	5 451 984	4 649 765	4 849 741	4 811 824	-0,8%
11 Alvito	P	3 942 578	4 008 312	4 675 893	5 470 263	4 875 876	5 814 518	4 614 460	4 255 170	4 240 368	4 466 326	4 989 585	11,7%
12 Mesão Frio	P	5 323 057	5 016 365	4 585 237	5 631 423	11 737 501	6 227 663	6 703 842	5 272 943	4 936 438	5 204 366	4 991 318	-4,1%
13 Fronteira	P	6 462 202	6 033 069	6 057 902	5 456 359	5 501 315	6 694 000	5 036 169	5 382 803	5 238 131	4 744 481	5 284 370	11,4%
14 Nordeste	P	8 017 781	7 319 274	5 699 928	6 774 162	6 793 037	5 116 734	5 666 058	15 888 935	8 273 802	5 159 304	5 289 012	2,5%
15 Lajes do Pico	P	5 677 330	5 660 092	6 430 949	5 196 457	12 686 312	5 232 151	5 845 914	9 991 931	7 105 046	5 628 008	5 296 504	-5,9%
16 São Vicente	P	9 902 003	8 743 875	9 079 052	10 104 417	5 769 083	5 714 182	6 766 456	5 432 329	5 361 290	6 081 231	5 353 158	-12,0%
17 Pedrógão Grande	P	5 380 820	4 943 101	7 422 255	6 602 035	5 857 701	7 552 753	6 590 592	5 391 756	5 864 007	5 538 342	5 391 036	-2,7%
18 Mourão	P	5 804 317	5 275 961	5 843 056	11 240 757	5 679 307	4 651 168	4 840 155	6 314 851	5 216 331	5 329 835	5 438 367	2,0%
19 Manteigas	P	6 115 735	5 585 929	6 685 940	6 876 084	6 461 330	5 409 101	5 997 370	5 914 082	5 508 470	8 053 996	5 450 233	-32,3%
20 Marvão	P	5 102 665	5 088 062	6 269 269	6 080 112	5 806 644	7 246 552	5 736 877	4 979 928	4 905 966	4 907 469	5 598 729	14,1%
21 Penedono	P	5 166 089	5 389 307	5 217 609	5 537 497	5 585 694	6 511 136	5 249 414	5 641 789	6 158 095	5 310 597	5 602 792	5,5%
22 Vila do Porto	P	7 959 970	4 885 398	5 290 482	7 052 794	5 135 706	4 875 758	5 155 353	4 817 965	5 502 319	5 422 055	5 606 820	3,4%
23 Cuba	P	5 482 216	4 827 581	5 916 207	6 157 248	6 160 196	6 055 557	6 027 925	5 037 066	4 904 064	5 815 323	5 676 279	-2,4%
24 Constância	P	6 588 777	5 766 656	5 620 133	5 904 846	7 063 577	6 797 557	7 510 150	6 225 364	5 091 034	5 345 900	5 739 846	7,4%
25 Castelo de Vide	P	6 356 402	5 183 688	5 924 874	5 567 254	5 570 177	6 134 772	5 971 015	5 491 663	6 183 475	5 744 243	5 784 022	0,7%
26 Fornos de Algodres	P	Si	6 427 945	7 418 678	6 689 876	40 089 622	7 100 310	5 794 570	6 241 513	5 405 984	5 757 730	5 798 113	0,7%
27 Vila de Rei	P	6 466 449	5 690 591	6 506 404	7 333 360	6 025 904	7 715 221	5 207 575	5 084 308	5 205 686	5 479 296	5 894 840	7,6%
28 Alter do Chão	P	6 972 460	6 929 543	6 339 769	6 896 572	5 769 605	7 439 703	7 483 201	5 773 928	5 876 246	6 135 963	5 989 207	-2,4%
29 Arronches	P	5 803 736	5 184 359	6 856 552	6 762 336	5 991 635	6 840 696	5 500 774	5 438 472	5 711 708	6 569 663	6 016 893	-8,4%
30 Povoação	P	5 888 988	8 697 590	5 444 255	6 075 509	7 181 076	7 447 351	5 015 673	5 796 545	6 511 186	5 978 985	6 034 548	0,9%
31 Monforte	P	5 482 739	5 494 764	6 407 570	7 750 549	5 673 278	6 388 276	5 488 490	5 923 579	5 386 874	5 672 819	6 085 968	7,3%
32 Velas	P	5 709 408	5 906 845	6 226 326	6 504 304	6 471 109	5 682 203	5 300 271	5 061 339	5 650 309	6 030 869	6 090 414	1,0%
33 Ponta do Sol	P	8 991 726	7 140 472	10 031 233	6 921 284	6 838 762	7 130 649	5 479 942	6 243 218	5 428 654	7 058 393	6 118 376	-13,3%
34 Santana	P	11 474 181	11 125 218	8 154 256	12 310 656	7 068 672	7 061 092	6 222 041	6 619 184	6 961 512	6 278 542	6 119 752	-2,5%
35 Vila Nova de Paiva	P	5 814 859	6 370 857	6 521 185	6 210 109	6 751 690	6 758 603	6 583 956	7 093 141	6 248 838	7 179 404	6 131 281	-14,6%

³⁵ Não inclui saldos de gerências anteriores.

2.2.2. Estrutura e Evolução da Receita Municipal

2.2.2.1. Estrutura e Evolução da Receita Municipal, por capítulos económicos

Neste ponto pretende-se observar o comportamento das diferentes rubricas orçamentais, por natureza económica, tendo em atenção o seu peso no cômputo total da receita autárquica, taxas de variação mais significativas e pontos de inflexão nos montantes arrecadados das receitas mais significativas.

Os Quadros 2.05 e 2.06. apresentam a receita cobrada entre 2006 e 2016, por rubricas económicas e o respetivo peso na receita total. Nos Quadros 2.07 e 2.08. apresentam-se as correspondentes variações dos montantes de receita cobrada para o mesmo período.

Quadro 2.05 – Evolução da estrutura da Receita Cobrada, em valor absoluto, por natureza económica

Unidade: milhões de euros

Receitas	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Impostos e taxas	2 500,2	2 878,6	2 739,1	2 537,6	2 560,4	2 482,0	2 425,7	2 452,1	2 716,5	2 876,4	2 995,0
Rendimentos de propriedade	159,9	189,9	238,7	252,2	258,4	259,5	266,3	250,2	271,1	253,5	295,0
Transferências correntes	1 577,5	1 843,2	1 960,9	2 182,0	2 228,9	2 137,3	2 071,8	2 393,5	2 411,9	2 501,8	2 551,5
Vendas de bens e serviços	664,9	692,1	724,2	709,4	710,2	704,7	738,6	749,8	752,2	809,6	861,1
Outras receitas correntes	52,5	49,7	67,1	64,6	67,0	62,0	62,0	62,3	63,1	75,1	73,3
Total receitas correntes	4 955,0	5 653,4	5 730,0	5 745,8	5 824,8	5 645,6	5 564,3	5 907,9	6 214,8	6 516,4	6 775,9
Venda de bens duradouros	211,4	143,7	134,9	92,1	117,1	84,2	68,8	52,1	81,2	108,4	67,5
Transferências de capital	1 506,7	1 298,0	1 289,1	1 323,8	1 359,7	1 522,6	1 512,3	977,4	604,7	585,8	426,1
Ativos financeiros	15,0	43,0	33,6	31,8	10,8	14,0	18,6	15,7	5,1	11,5	26,0
Passivos financeiros	278,4	357,4	528,8	965,0	516,4	474,3	220,1	776,3	392,8	263,7	388,3
Outras receitas de capital	28,8	34,3	19,0	33,5	21,5	17,8	290,4	32,0	29,8	22,5	48,6
Total receitas de capital	2 040,2	1 876,5	2 005,3	2 446,2	2 025,5	2 112,9	2 110,2	1 853,5	1 113,6	991,9	956,4
Reposições ã abatidas aos pagamentos	5,8	11,7	11,6	6,0	9,2	13,1	9,0	13,5	8,8	10,1	5,7
Receita total	7 001,0	7 541,6	7 746,9	8 198,0	7 859,5	7 771,6	7 683,4	7 774,8	7 337,2	7 518,4	7 738,0
Receita total efetiva	6 707,6	7 141,2	7 184,5	7 201,1	7 332,3	7 283,2	7 444,7	6 982,8	6 939,3	7 243,2	7 323,7
Receita total efetiva – Açores	167,9	157,7	179,9	192,2	193,8	171,9	161,3	166,7	171,8	167,0	159,9
Receita total efetiva – Madeira	214,1	197,7	204,4	165,5	176,0	169,5	154,8	176,7	169,9	158,9	155,9

Quadro 2.06 – Evolução da estrutura da Receita Cobrada, em %, por natureza económica

Receitas	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Impostos e taxas	35,7%	38,2%	35,4%	31,0%	32,6%	31,9%	31,6%	31,5%	37,0%	38,3%	38,7%
Rendimentos de propriedade	2,3%	2,5%	3,1%	3,1%	3,3%	3,3%	3,5%	3,2%	3,7%	3,4%	3,8%
Transferências correntes	22,5%	24,4%	25,3%	26,6%	28,4%	27,5%	27,0%	30,8%	32,9%	33,3%	33,0%
Vendas de bens e serviços	9,5%	9,2%	9,3%	8,7%	9,0%	9,1%	9,6%	9,6%	10,3%	10,8%	11,1%
Outras receitas correntes	0,8%	0,7%	0,9%	0,8%	0,9%	0,8%	0,8%	0,8%	0,9%	1,0%	0,9%
Total receitas correntes	70,8%	75,0%	74,0%	70,1%	74,1%	72,6%	72,4%	76,0%	84,7%	86,7%	87,6%
Venda de bens duradouros	3,0%	1,9%	1,7%	1,1%	1,5%	1,1%	0,9%	0,7%	1,1%	1,4%	0,9%
Transferências de capital	21,5%	17,2%	16,6%	16,1%	17,3%	19,6%	19,7%	12,6%	8,2%	7,8%	5,5%
Ativos financeiros	0,2%	0,6%	0,4%	0,4%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,1%	0,2%	0,3%
Passivos financeiros	4,0%	4,7%	6,8%	11,8%	6,6%	6,1%	2,9%	10,0%	5,4%	3,5%	5,0%
Outras receitas de capital	0,4%	0,5%	0,2%	0,4%	0,3%	0,2%	3,8%	0,4%	0,4%	0,3%	0,6%
Total receitas de capital	29,1%	24,9%	25,9%	29,8%	25,8%	27,2%	27,5%	23,8%	15,2%	13,2%	12,4%
Reposições ñ abatidas aos pagamentos	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%
Receita total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Receita total efetiva	95,8%	94,7%	92,7%	87,8%	93,3%	93,7%	96,9%	89,8%	94,6%	96,3%	94,6%

Quadro 2.07 – Variação da Receita cobrada por natureza económica, entre 2006 e 2016 – valores absolutos

Unidade: milhões de euros

Receitas	Variação da receita em M€									
	06–07	07–08	08–09	09–10	10–11	11–12	12–13	13–14	14–15	15–16
Impostos e taxas	378,3	-139,5	-201,5	22,8	-78,4	-56,3	26,4	264,4	159,9	118,6
Rendimentos de propriedade	29,9	48,8	13,5	6,2	1,2	6,8	-16,1	20,9	-17,6	41,5
Transferências correntes	265,7	117,7	221,1	46,8	-91,6	-65,5	321,7	18,5	89,9	49,8
Vendas de bens e serviços	27,2	32,1	-14,8	0,8	-5,5	33,8	11,2	2,4	57,4	51,4
Outras receitas correntes	-2,9	17,4	-2,5	2,4	-4,9	-0,1	0,4	0,8	12,0	-1,9
Total receitas correntes	698,4	76,6	15,8	79,0	-179,2	-81,3	343,6	306,9	301,7	259,4
Venda de bens duradouros	-67,7	-8,8	-42,8	25,0	-32,9	-15,4	-16,7	29,1	27,2	-40,9
Transferências de capital	-208,6	-9,0	34,7	35,9	162,9	-10,3	-534,9	-372,6	-18,9	-159,7
Ativos financeiros	28,0	-9,4	-1,8	-21,0	3,2	4,6	-2,9	-10,7	6,5	14,4
Passivos financeiros	79,0	171,3	436,3	-448,7	-42,1	-254,2	556,2	-383,5	-129,1	124,6
Outras receitas de capital	5,6	-15,4	14,5	-12,0	-3,7	272,6	-258,5	-2,2	-7,3	26,1
Total receitas de capital	-163,7	128,8	440,9	-420,7	87,4	-2,7	-256,7	-739,9	-121,7	-35,5
Reposições ñ abatidas aos pagamentos	5,9	-0,1	-5,6	3,2	3,9	-4,1	4,6	-4,7	1,2	-4,4
Total	540,6	205,2	451,1	-338,5	-87,9	-88,1	91,4	-437,7	181,3	219,6
Receita total efetiva	433,6	43,3	16,6	131,2	-49,0	161,5	-461,9	-43,5	303,9	80,5

Quadro 2.08 – Variação da Receita cobrada, por natureza económica, entre 2006 e 2016 – taxa de variação

Receitas	Taxa de variação da receita									
	06-07	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16
Impostos e taxas	15,1%	-4,8%	-7,4%	0,9%	-3,1%	-2,3%	1,1%	10,8%	5,9%	4,1%
Rendimentos de propriedade	18,7%	25,7%	5,6%	2,5%	0,4%	2,6%	-6,1%	8,3%	-6,5%	16,4%
Transferências correntes	16,8%	6,4%	11,3%	2,1%	-4,1%	-3,1%	15,5%	0,8%	3,7%	2,0%
Vendas de bens e serviços	4,1%	4,6%	-2,0%	0,1%	-0,8%	4,8%	1,5%	0,3%	7,6%	6,4%
Outras receitas correntes	-5,5%	35,1%	-3,8%	3,7%	-7,3%	-0,1%	0,6%	1,2%	19,1%	-2,5%
Total receitas correntes	14,1%	1,4%	0,3%	1,4%	-3,1%	-1,4%	6,2%	5,2%	4,9%	4,0%
Venda de bens duradouros	-32,0%	-6,1%	-31,7%	27,1%	-28,1%	-18,3%	-24,2%	55,8%	33,5%	-37,8%
Transferências de capital	-13,8%	-0,7%	2,7%	2,7%	12,0%	-0,7%	-35,4%	-38,1%	-3,1%	-27,3%
Ativos financeiros	187,0%	-21,8%	-5,3%	-66,0%	29,9%	32,9%	-15,6%	-67,9%	127,8%	125,3%
Passivos financeiros	28,4%	47,9%	82,5%	-46,5%	-8,2%	-53,6%	252,7%	-49,4%	-32,9%	47,3%
Outras receitas de capital	19,3%	-44,7%	76,3%	-35,7%	-17,1%	1529,8%	-89,0%	-6,9%	-24,5%	116,3%
Total receitas de capital	-8,0%	6,9%	22,0%	-17,2%	4,3%	-0,1%	-12,2%	-39,9%	-10,9%	-3,6%
Reposições ã abatidas aos pagamentos	101,7%	-1,1%	-48,1%	52,8%	42,6%	-31,6%	50,8%	-34,5%	14,1%	-43,6%
Total	7,7%	2,7%	5,8%	-4,1%	-1,1%	-1,1%	1,2%	-5,6%	2,5%	2,9%
Receita total efetiva	6,5%	0,6%	0,2%	1,8%	-0,7%	2,2%	-6,2%	-0,6%	4,4%	1,1%

Da observação dos quadros antecedentes conclui-se:

- Em 2016 o **aumento verificado de 219,6 milhões de euros no total da receita cobrada resultou essencialmente do incremento do recurso a empréstimos (Passivos Financeiros)** em +124,6 milhões de euros, em relação a 2015, representando 57% do valor total do aumento das receitas cobradas e **do acréscimo do volume de impostos e taxas** em + 118,6 milhões de euros.
- Em 2016, em relação ao ano transato, verificou-se um **aumento de receita corrente** em +259,5 milhões de euros e **uma diminuição das receitas de capital** de 35,5 milhões de euros.
- A **receita efetiva** em 2016 representou 94,6% da receita total quando em 2015 foi de 96,3%. Assim, **embora a receita efetiva**

tenha aumentado 1,1%, em 2016, constata-se uma **diminuição do seu peso relativo na receita total, devido fundamentalmente ao aumento do peso dos passivos financeiros (empréstimos utilizados) como referido supra.**

O comportamento das **receitas na sua globalidade** compreender-se-á melhor pela análise mais particularizada das suas componentes económicas.

Principais grandes grupos de receita

Agregando as receitas correntes e de capital da mesma natureza económica, obtém-se os seguintes dois quadros evolutivos das diferentes tipologias de receita e da estrutura das mesmas.

Quadro 2.09 – Evolução das principais receitas, entre 2006 e 2016 – valor absoluto

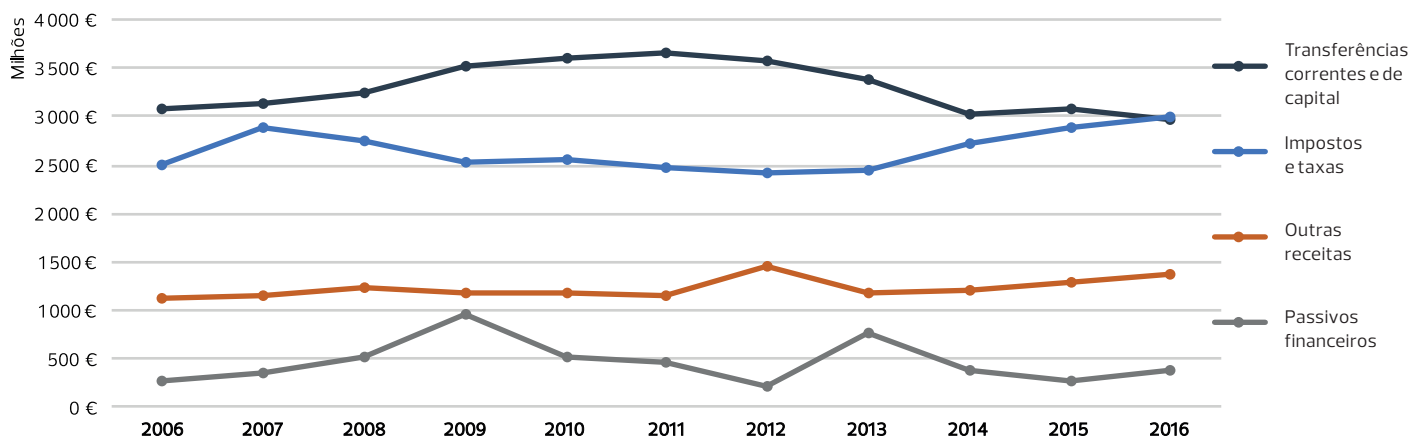
Unidade: milhões de euros

Receitas	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			Variação 15-16 %
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Receitas Fiscais	2 500,2	2 878,6	2 739,1	2 537,6	2 560,4	2 482,0	2 425,7	2 452,1	2 716,5	2 876,4	2 995,0	4,1%
Transferências Totais	3 084,1	3 141,3	3 250,0	3 505,8	3 588,6	3 659,9	3 584,0	3 370,9	3 016,7	3 087,6	2 977,7	-3,6%
Passivos Financeiros	278,4	357,4	528,8	965,0	516,4	474,3	220,1	776,3	392,8	263,7	388,3	47,3%
Outras Receitas	1 138,3	1 164,4	1 229,0	1 189,5	1 194,1	1 155,4	1 453,6	1 175,6	1 211,2	1 290,7	1 377,1	6,7%
Total	7 001,0	7 541,6	7 746,9	8 198,0	7 859,5	7 771,6	7 683,4	7 774,8	7 337,2	7 518,4	7 738,0	2,9%

Quadro 2.10 – Evolução das principais receitas, entre 2006 e 2016 – valor percentual

Receitas	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			Variação 15-16
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Receitas Fiscais	35,7%	38,2%	35,4%	31,0%	32,6%	31,9%	31,6%	31,5%	37,0%	38,3%	38,7%	0,4%
Transferências Totais	44,1%	41,7%	42,0%	42,8%	45,7%	47,1%	46,6%	43,4%	41,1%	41,1%	38,5%	-2,6%
Passivos Financeiros	4,0%	4,7%	6,8%	11,8%	6,6%	6,1%	2,9%	10,0%	5,4%	3,5%	5,0%	1,5%
Outras Receitas	16,3%	15,4%	15,9%	14,5%	15,2%	14,9%	18,9%	15,1%	16,5%	17,2%	17,8%	0,6%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	--

Gráfico 2.02 – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita, entre 2006 e 2016



Da observação dos Quadros 2.09 e 2.10 e do Gráfico 2.02 anteriores, constata-se que em **2016, pela primeira vez desde 2006, as receitas provenientes de Impostos e Taxas são superiores às provenientes de Transferências Correntes e de Capital**, as quais cresceram bastante entre 2006 e 2011, ano a partir do qual apresentaram sucessivas descidas, a mais acentuada em 2014, que se traduziram na perda significativa de receita para os municípios entre 2011 e 2016, de -682 M€.

Por outro lado, desde 2013 que se anota um **aumento progressivo do montante arrecadado de impostos em taxas**, o qual representou em 2016 um acréscimo de 23,5% em relação a 2012, ano de in-

flexão, e o maior volume verificado desde 2006.

O peso dos passivos financeiros (**empréstimos obtidos**) na receita total, que apresentou índices elevados em 2009 e 2013, em **2016 aumenta 1,5%**, embora representando, em termos absolutos, metade dos passivos financeiros de 2013. No entanto, em cada um dos anos em apreço, o volume de empréstimos utilizados pelo conjunto dos municípios foi sempre inferior ao volume arrecadado de qualquer outro dos três grupos agregados de receita municipal considerados. Seguindo o procedimento de Anúários anteriores, apresenta-se, desagregada por natureza económica, a receita das Regiões Autónomas, através dos Gráficos 2.02.A e 2.02.M.

Gráfico 2.02.A – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos Municípios da R.A. dos Açores, entre 2006 e 2016

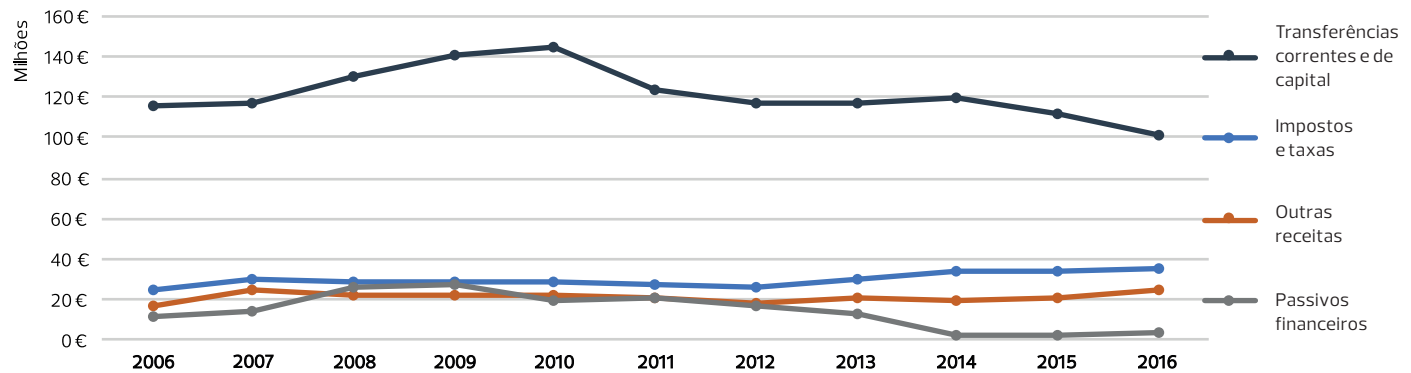
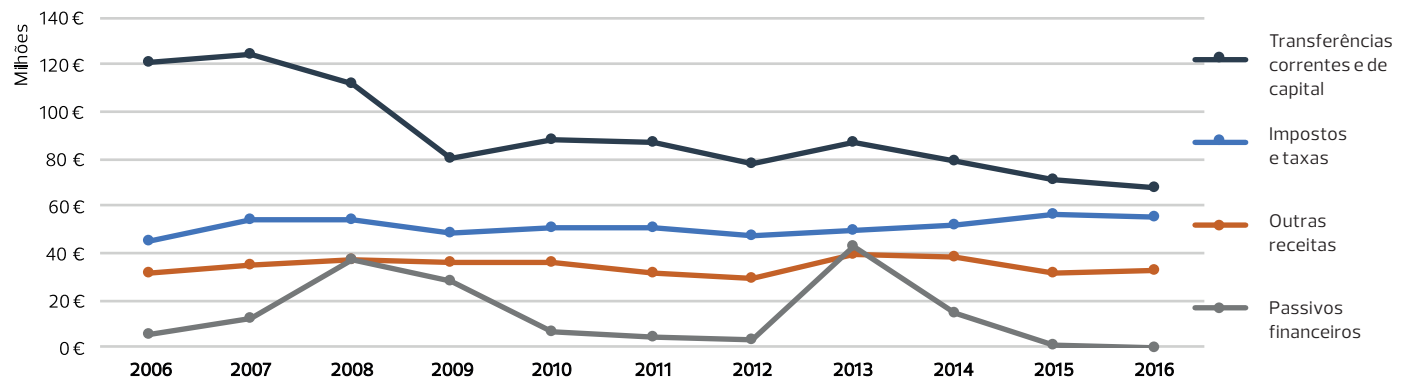


Gráfico 2.02.M – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos Municípios da R.A. da Madeira, entre 2006 e 2016



Os Gráficos 2.02.A e 2.02.M mostram a similitude da evolução das componentes da receita das Regiões Autónomas, com a evolução apresentada pelos municípios em geral, nomeadamente:

- Diminuição das transferências do Orçamento de Estado, quer nos municípios dos Açores, quer nos da Madeira.
- Manutenção das receitas fiscais próprias da Região.
- Diminuição dos empréstimos bancários na Região da Madeira e manutenção de níveis reduzidos de utilização nos Açores.

A variação das transferências e da receita fiscal será particularizada nas alíneas seguintes e a análise dos financiamentos efetuar-se-á no Capítulo 3, aquando da análise do endividamento. Dedicar-se-á, ainda, uma alínea no presente capítulo à receita proveniente da venda de bens e serviços correntes e de capital. O Quadro 2.11 mostra o peso da receita de cada rúbrica económica na receita cobrada em cada grupo de municípios, revelando a importância que cada natureza de despesa reveste para cada grupo em particular.

Quadro 2.11 – Estrutura das Receitas Cobradas no ano de 2016, por grupos de municípios

Unidade: milhões de euros

Receitas	Pequenos		Médios		Grandes		Total	
Nº de municípios	185		99		24		308	
Impostos e taxas	301,7	16,2%	1082,2	36,8%	1611,0	54,9%	2995,0	38,7%
Rendimentos de propriedade	74,5	4,0%	110,0	3,7%	110,5	3,8%	295,0	3,8%
Transferências correntes	981,1	52,8%	975,1	33,1%	595,3	20,3%	2551,5	33,0%
Vendas de bens e serviços	191,0	10,3%	374,5	12,7%	295,6	10,1%	861,1	11,1%
Outras receitas correntes	16,8	0,9%	18,9	0,6%	37,6	1,3%	73,3	0,9%
Total de Receitas Correntes	1565,2	84,3%	2560,7	87,0%	2650,0	90,2%	6775,9	87,6%
Venda de bens de investimento	13,1	0,7%	17,3	0,6%	37,1	1,3%	67,5	0,9%
Transferências de capital	177,8	9,6%	174,3	5,9%	74,1	2,5%	426,1	5,5%
Ativos financeiros	1,5	0,1%	8,1	0,3%	16,3	0,6%	26,0	0,3%
Passivos financeiros	93,7	5,0%	173,3	5,9%	121,3	4,1%	388,3	5,0%
Outras receitas de capital	5,0	0,3%	8,0	0,3%	35,5	1,2%	48,6	0,6%
Total de Receitas de Capital	291,2	15,7%	381,0	12,9%	284,2	9,7%	956,4	12,4%
Reposições não abatidas aos pagamentos	1,4	0,1%	2,0	0,1%	2,3	0,1%	5,7	0,1%
Total de Receitas	1857,7	100%	2943,8	100%	2936,5	100%	7738,0	100%
% sobre total	24%		38%		38%		100%	
Saldo da Gerência anterior	128,1		287,7		313,4		729,1	
Total	1985,8		3231,5		3249,8		8467,1	

Analisando os dados constantes do Quadro 2.11, verifica-se que, da receita total autárquica em 2016:

- Os 24 maiores municípios obtiveram 38%;
- Os 99 municípios de média dimensão obtiveram 38%; e
- Os 185 municípios de pequena dimensão obtiveram 24%.

Analisando no mesmo Quadro 2.11 a estrutura da receita cobrada, conclui-se para 2016:

- A principal fonte de receita dos municípios de pequena dimensão³⁶ proveio das transferências correntes e de capital que, no seu conjunto, representaram, 62,4% da receita cobrada. Para estes municípios a receita fiscal representou, apenas, 16,2% do valor total arrecadado.
- Embora para os **municípios de média dimensão**, o conjunto das **transferências** tenha representado o maior volume de receita arrecadada (39%), o volume de **impostos e taxas** foi já muito representativo contribuindo para 36,8% das cobranças efetuadas.
- Relativamente aos **municípios de grande dimensão**, foram as receitas resultantes da coleta de **impostos e taxas** que mais contribuíram para a receita cobrada ao representarem 54,9% da mesma. Logo a seguir, foi o montante global das transferências que apresentou maior peso na receita total, representando 22,8% da mesma.

- Tanto no conjunto dos **municípios de pequena dimensão** como nos **de média dimensão**, o volume de empréstimos bancários utilizados esteve sensivelmente ao nível da receita de rendimentos de propriedade.
- A Venda de Bens e Serviços correntes teve maior representatividade nos municípios de média dimensão, ao contribuir para a receita total em 12,7% do valor da mesma³⁷. O peso desta receita nos municípios de pequena dimensão e de grande dimensão foi sensivelmente o mesmo – 10,3% no primeiro caso e 10,1% no segundo.

2.2.2.2. Transferências recebidas

Os Quadros 2.12 e 2.13 permitem analisar a repartição das transferências entre correntes e de capital nos orçamentos municipais e respetivo peso na receita total recebida.

Quadro 2.12 – Transferências Correntes e de Capital

Unidade: milhões de euros

Receitas	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17		
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
06 – Transferências correntes	1577,5	1843,2	1960,9	2182,0	2228,9	2137,3	2071,8	2393,5	2411,9	2.501,8	2.551,5
10 – Transferências de capital	1506,7	1298,0	1289,1	1323,8	1359,7	1522,6	1512,3	977,4	604,7	585,8	426,1
Total de transferências	3084,1	3141,3	3250,0	3505,8	3588,6	3659,9	3584,0	3370,9	3016,7	3.087,6	2.977,7
Receita Total	7001,0	7541,6	7746,9	8198,0	7859,5	7771,6	7683,4	7774,8	7337,2	7.518,4	7.738,0

Quadro 2.13 – Peso das Transferências Correntes e de Capital, na Receita Total

Receitas	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17		
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
06 – Transferências correntes	22,5%	24,4%	25,3%	26,6%	28,4%	27,5%	27,0%	30,8%	32,9%	33,3%	33,0%
10 – Transferências de capital	21,5%	17,2%	16,6%	16,1%	17,3%	19,6%	19,7%	12,6%	8,2%	7,8%	5,5%
Total de transferências	44,1%	41,7%	42,0%	42,8%	45,7%	47,1%	46,6%	43,4%	41,1%	41,1%	38,5%
Receita Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

³⁶ Quase se pode afirmar que são a principal receita dos municípios de pequena dimensão, face à constância do peso das transferências ao longo dos anos em que se foram realizando este Anuário. Tal evidência é também mostrada pela análise do indicador de independência financeira, apresentada no Capítulo 1.

³⁷ Não tem sido avaliado no Anuário, por falta de informação homóloga, situação que se prevê seja ultrapassada com a implementação do SNC-AP, o impacto das receitas transferidas das autarquias para as empresas municipais ou para empresas afins, com a transferência de competências ou concessão das mesmas na área de prestação de serviços, pelo que não se pode concluir sobre o volume total de receita produzida pela oferta de serviços garantidos pelo município, independentemente da forma organizacional como os executa – diretamente ou externalizados.

Os Quadros 2.14 e 2.15 mostram a variação das transferências correntes e de capital e termos absolutos e relativos

Quadro 2.14 – Variação do volume de Transferências Correntes e de Capital

Unidade: milhões de euros

Receitas	Variação da receita em M€									
	06-07	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16
06 – Transferências correntes	265,7	117,7	221,1	46,8	-91,6	-65,5	321,7	18,5	89,9	49,8
10 – Transferências de capital	-208,6	-9,0	34,7	35,9	162,9	-10,3	-534,9	-372,6	-18,9	-159,7
Total transferências	57,1	108,8	255,8	82,8	71,3	-75,9	-213,2	-354,2	70,9	-109,9

Quadro 2.15 – Taxa de variação do volume de Transferências Correntes e de Capital

Receitas	Taxa de variação da receita									
	06-07	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16
06 – Transferências correntes	16,8%	6,4%	11,3%	2,1%	-4,1%	-3,1%	15,5%	0,8%	3,7%	2,0%
10 – Transferências de capital	-13,8%	-0,7%	2,7%	2,7%	12,0%	-0,7%	-35,4%	-38,1%	-3,1%	-27,3%
Total transferências	1,9%	3,5%	7,9%	2,4%	2,0%	-2,1%	-5,9%	-10,5%	2,4%	-3,6%

Os quadros supra permitem as seguintes observações:

– Numa análise global da estrutura da receita municipal, importa referir o elevado peso das transferências. Entre 2006 e 2013 representaram, em média, 44% da receita total dos municípios, evidenciando a considerável dependência financeira destes em relação às mesmas. Qualquer alteração do seu valor influenciará de forma relevante o desenvolvimento das políticas públicas locais, planeadas e aprovadas pelos órgãos executivos municipais. A partir de 2014 o peso das transferências diminuiu, em relação àquela média, cerca de 3,3%, sendo o ano de 2016 aquele que apresenta menor peso das transferências em relação às receitas totais (38,5%)

– Entre 2006 e 2016 o volume de transferências³⁸ recebidas pelos municípios apresentou variações consideráveis atingindo o valor mais elevado em 2011 (3,7 mil milhões de euros). Em 2016 o montante recebido foi inferior a 3 mil milhões de euros, ou seja, menos 682,2 milhões de euros (-19%) que em 2011 e menos 110 milhões de euros (-3,6%) que em 2015.

Sendo as **transferências** essencialmente compostas por **transfe-**

rências do Orçamento de Estado (OE) e por Fundos Comunitários, entende-se pertinente apresentar o desdobramento destas duas componentes, analisando também a sua evolução e respetivas taxas de variação.

O Quadro 2.16 mostra a evolução das Transferências do Orçamento de Estado e as Comunitárias entre 2008³⁹ e 2016, sendo que o mapa subsequente, Quadro 2.17, mostra as respetivas variações.

³⁸ Incluindo transferências comunitárias.

³⁹ Não se dispõe de informação desagregada para os anos de 2006 e 2007.

Quadro 2.16 – Principais transferências recebidas pelos municípios

Unidade: milhões de euros

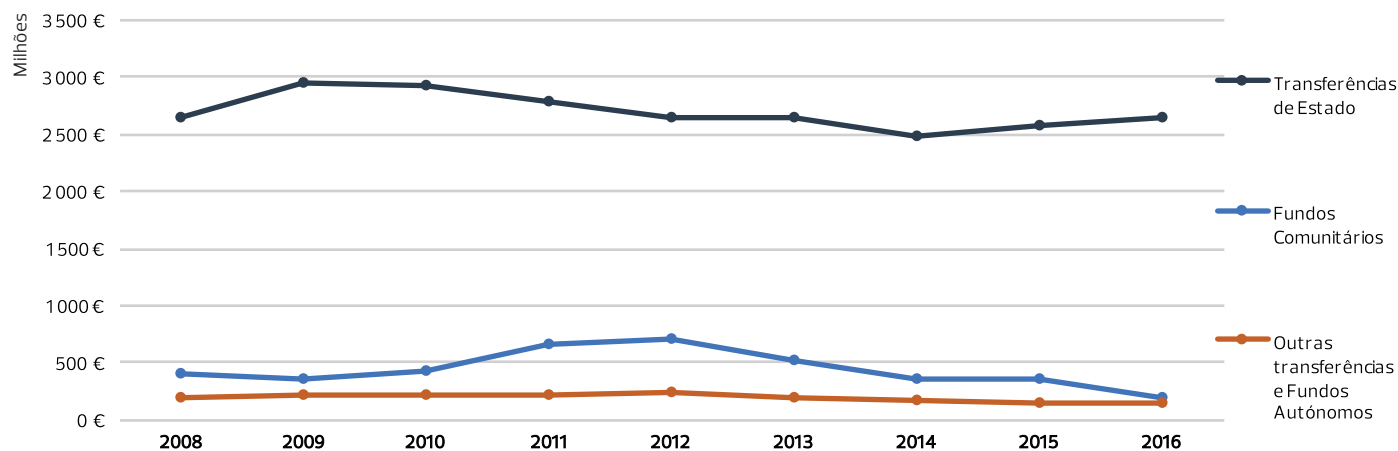
Transferências Totais*	Montantes Recebidos (M€)								
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Transferências do Estado	2 649,5	2 945,0	2 938,6	2 779,0	2 644,0	2 650,6	2 477,0	2 574,2	2 637,0
Fundos Comunitários	399,1	350,2	434,0	653,5	707,9	530,2	357,1	354,6	195,9
Fundos Autónomos	74,4	88,4	84,8	77,1	66,5	64,1	72,3	58,0	56,6
Outras transferências	127,0	122,3	131,3	150,1	165,6	126	110,3	100,8	88,1
Total Transferências	3 250,0	3 505,8	3 588,6	3 659,9	3 584,0	3 370,9	3 016,7	3 087,6	2 977,7

* Cada subcapítulo inclui receitas correntes e de capital.

Quadro 2.17 – Variação das principais transferências recebidas pelos municípios

Transferências totais	Variação da receita em M€								Taxa de variação da receita							
	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16
Transferências do Estado	295,5	-6,4	-159,3	-135,2	6,5	-173,5	97,2	62,9	11,2%	-0,2%	-5,4%	-4,9%	0,2%	-6,5%	3,9%	2,4%
Fundos Comunitários	-48,9	83,8	219,5	54,4	-177,8	-173,1	-2,5	-158,7	-12,3%	23,9%	50,6%	8,3%	-25,1%	-32,6%	-0,7%	-44,8%
Fundos Autónomos	14,0	-3,6	-7,7	-10,6	-2,4	8,2	-14,2	-1,4	18,8%	-4,1%	-9,1%	-13,7%	-3,6%	12,8%	-19,7%	-2,4%
Outras transferências	-4,7	9,0	18,8	15,5	-28,4	-26,9	-9,5	-12,7	-3,7%	7,3%	14,3%	10,3%	-17,1%	-19,6%	-8,6%	-12,6%

Gráfico 2.03 – Evolução das principais transferências recebidas pelos municípios



Em relação aos quadros e gráfico supra pode-se concluir:

- As **transferências do Orçamento de Estado** (OE) na sua globalidade apresentaram uma forte descida em 2011 (-5,4%), em 2012 (-4,9%) e em 2014 (-6,5%). Em 2015 apresentaram um crescimento de 3,9% e em 2016 um novo crescimento de 2,4%.
- As transferências provenientes dos Fundos Comunitários, que baixaram em 2013 e 2014, respetivamente -25,1% e -32,6%, em 2015 continuaram a baixar, embora a uma taxa muito inferior (-0,7%). **Em 2016 os municípios tiveram a menor receita de Fundos comunitários, desde 2006**, totalizando apenas 196 milhões de euros, contra 355 milhões de euros em 2015 e 708 milhões de euros em 2012.
- As restantes transferências provenientes essencialmente de Fundos Autónomos e que estarão associadas ao desenvolvimento de projetos municipais subsidiários das competências do Estado, diminuíram em 2016 em 2,14% revelando as dificuldades de transferência de verbas da administração central para a local com vista à promoção da descentralização das funções do Estado.

Trata-se de uma receita cujo peso no total das transferências entre 2008 e 2016 representou, em média 2,1%.

2.2.2.3. Receita Fiscal

Sendo a Receita Fiscal, a segunda maior categoria de receita autárquica para a globalidade dos municípios e, em alguns casos, mesmo a maior receita, importará verificar também como se comportam as suas principais variáveis, sendo que, em pontos subsequentes deste Anuário procederemos à análise da evolução dos impostos diretos que mais contribuem financeiramente para a atividade municipal, dando destaque especial ao IMI e IMT.

O Quadro 2.18, a seguir apresentado, mostra a evolução das receitas fiscais desagregadas pelas suas três componentes: impostos diretos⁴⁰; impostos indiretos⁴¹ e taxas multas e outras penalidades. O Quadro 2.19 realça o valor da diferença entre o montante orçado e o cobrado, em 2016, nas três rubricas económicas que compõem a receita fiscal.

Quadro 2.18 – Evolução das componentes da receita fiscal cobrada entre 2006 e 2016

Unidade: milhões de euros

Receitas	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			Variação 15-16 (%)
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Impostos diretos	2 059,2	2 400,3	2 278,8	2.167,9	2.177,5	2.113,7	2.088,9	2.144,5	2 424,2	2.566,0	2.664,1	3,8%
Impostos indiretos	208,0	240,2	229,5	162,5	158,4	134,1	134,9	128,0	107,1	121,6	118,8	-2,3%
Taxas, multas e outras penalidades	233,0	238,1	230,7	207,2	224,5	234,2	201,9	179,6	185,1	188,7	212,0	12,3%
Total	2 500,2	2 878,6	2 739,1	2.537,6	2.560,4	2.482,0	2.425,7	2.452,1	2 716,5	2.876,4	2.995,0	4,1%

Quadro 2.19 – Diferença entre a receita fiscal orçada e cobrada em 2016

Unidade: milhões de euros

Receita fiscal	Receita prevista	Receita cobrada	Diferença	Grau de execução
Impostos diretos	2.495,1	2.664,1	169,1	106,8%
Impostos indiretos	128,1	118,8	-9,2	92,8%
Taxas, multas e outras penalidades	216,6	212,0	-4,5	97,9%
Total	2.839,7	2.995,0	155,3	105,5%

⁴⁰ Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Único de Circulação (IUC), Impostos Municipais sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT), Derrama, Impostos abolidos e Impostos diretos diversos.

⁴¹ Impostos indiretos específicos das autarquias locais tais como relativos a mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação da via pública, canídeos, publicidade, saneamento, utilização da rede viária municipal e arrendamento urbano.

- Em relação aos impostos diretos, verifica-se que a coleta foi superior ao valor orçado⁴², sendo irrelevante nos outros impostos autárquicos, o montante de receita prevista e não cobrada.
 - Embora as Taxas, multas e outras penalidades apresentem uma orçamentação superior à coleta em 2016, é de relevar que a coleta deste tipo de receita apresentou um aumento de 12,3%, verificando-se o contrário quanto aos impostos indiretos – cobrados a entidades empresariais ou outras de natureza coletiva – com uma ligeira diminuição.
 - Os **impostos diretos** que já tinham apresentado um aumento de 13% em 2014, e 5,8% em 2015, voltaram a crescer 3,8% em 2016, passando para uma coleta global de 2,7 mil milhões de euros.
 - Observando o peso da **receita fiscal no quadro global da receita municipal** verifica-se que entre 2006 e 2015 contribuiu, em média, para 34,3% da receita municipal. Contudo, esse contributo, **em 2016, passou para 38,7% da receita total.**
 - **Em relação a 2006, as receitas fiscais das autarquias cresceram 19,8%.** Em 2006 o valor coletado foi de 2,5 mil milhões de euros, isto é, menos 495 milhões de euros que em 2016.
 - Mais se verificou que neste período em análise, só entre 2009 e 2013 as receitas fiscais apresentaram uma quebra na coleta em relação a 2008, sendo que, a mesma, só teve relevância em termos e valor absoluto em 2009. Nesse ano, esta receita baixou 201,5 milhões de euros (-7,4%).
- O *Ranking* R6 hierarquiza os 35 municípios que, em 2016, apresentaram maior peso das receitas provenientes de impostos, taxas e licenças na receita total cobrada.

Do *Ranking* R6, há que anotar o seguinte:

- O município de Cascais continua a ser o município com maior independência financeira de natureza fiscal face às receitas provenientes de transferências ou de recursos a empréstimos⁴³.
- O município de Lisboa voltou a ter uma independência financeira de natureza fiscal superior a 65% tal como se tinha verificado em 2007, 2008 e 2010.
- Em 2016, o número de municípios cujas receitas fiscais ultrapassaram o peso de 50% nas receitas totais diminuiu para 24, tendo o seu cômputo sido de 28 em 2015, de 23 em 2014 e 13 em 2013.

Os quadros seguintes mostram, para nas Regiões Autónomas, o peso da coleta dos impostos na restante receita autárquica. A *Ranking* R6.A refere-se aos municípios Açorianos e o *Ranking* R6.M, aos municípios Madeirenses.

- Em relação aos **municípios dos Açores**, verifica-se que a receita municipal, na sua generalidade, depende muito pouco das receitas de impostos e taxas, pois o peso destas, só no município de Ponta Delgada se aproximou, em 2016, do índice nacional, que é de 38,7%. O peso da receita de impostos, em todos os restantes municípios desta Região, ficou bastante aquém do peso médio nacional.
- Relativamente aos **municípios da Madeira**, ao contrário de 2015, em 2016 nenhum município ultrapassou o peso de 50% do valor de impostos no total da receita arrecadada. No município de Santa Cruz aumentou bastante esta representatividade a partir de 2015, passando do nível de 20,9% em 2014 para 38,7% em 2015 e para 44,2% em 2016.

⁴² Situação verificada nos anos anteriores devido à conjugação das regras de orçamentação impostas pelo POCAL e pela reforma do sistema do IMI.

⁴³ Sobre a independência financeira total, ou seja incluindo não só as receitas fiscais como outras receitas do município, ver capítulo 1.

R6 – Municípios que, em 2016, apresentaram maior peso de receitas provenientes de impostos e taxas na receita total cobrada

	Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1	Cascais	G	66,9%	71,5%	71,3%	61,3%	61,1%	57,9%	57,4%	70,1%	75,7%	81,2%	79,5%
2	Lisboa	G	59,2%	69,2%	69,8%	57,2%	68,5%	63,4%	42,0%	52,8%	58,5%	58,8%	68,4%
3	Maia	G	62,0%	54,4%	58,4%	53,6%	56,0%	57,9%	62,2%	61,2%	59,9%	51,6%	66,2%
4	Loulé	M	63,4%	74,2%	67,3%	55,0%	54,1%	55,8%	55,2%	51,6%	68,7%	67,7%	63,5%
5	Aveiro	M	48,8%	51,4%	28,6%	32,5%	43,2%	53,2%	48,4%	48,8%	46,5%	51,9%	62,7%
6	Faro	M	48,2%	53,4%	45,6%	39,6%	51,7%	45,0%	53,0%	51,6%	38,1%	57,1%	62,2%
7	Lagos	M	55,9%	57,3%	61,3%	40,4%	44,5%	50,5%	54,3%	42,2%	58,5%	57,9%	59,8%
8	Oeiras	G	65,8%	69,1%	61,2%	69,3%	66,5%	66,0%	61,6%	67,7%	67,7%	62,9%	59,2%
9	Sintra	G	64,8%	59,7%	61,3%	55,6%	43,6%	54,7%	50,8%	53,5%	56,7%	59,8%	58,5%
10	Coimbra	G	47,1%	44,6%	47,6%	45,0%	48,7%	45,5%	43,9%	49,7%	57,8%	58,8%	58,2%
11	Tavira	M	55,4%	58,7%	51,8%	35,7%	50,1%	40,7%	47,5%	45,5%	51,3%	51,9%	56,8%
12	Almada	G	58,0%	56,2%	54,6%	51,0%	45,7%	49,4%	52,1%	51,7%	55,7%	53,8%	56,8%
13	Mafra	M	50,8%	59,3%	58,2%	41,5%	41,7%	44,9%	45,1%	42,4%	51,4%	53,6%	55,3%
14	Lagoa (Algarve)	M	53,0%	57,7%	54,8%	49,4%	51,5%	53,5%	52,6%	41,3%	50,7%	55,7%	53,3%
15	Porto	G	54,4%	59,8%	60,9%	51,4%	55,2%	54,2%	56,9%	51,6%	61,9%	58,7%	52,8%
16	Nazaré	P	44,1%	52,2%	53,1%	20,4%	34,5%	36,5%	34,5%	36,6%	48,4%	26,9%	52,6%
17	Palmela	M	60,4%	61,6%	59,1%	43,2%	46,4%	48,6%	45,5%	48,9%	55,6%	54,7%	52,3%
18	Odivelas	G	62,8%	58,0%	57,0%	55,6%	49,8%	51,8%	48,4%	53,2%	49,5%	52,2%	52,1%
19	Vila do Conde	M	43,7%	48,0%	44,6%	36,7%	36,0%	42,8%	37,8%	25,1%	50,4%	52,6%	51,7%
20	Setúbal	G	50,4%	56,1%	56,8%	51,8%	48,8%	45,9%	46,1%	52,6%	58,8%	52,0%	51,6%
21	Loures	G	61,3%	62,6%	58,8%	43,5%	53,1%	48,4%	44,6%	45,4%	48,5%	47,9%	51,6%
22	Albufeira	M	60,4%	67,0%	63,7%	49,2%	47,8%	48,8%	46,3%	43,6%	52,6%	60,3%	51,0%
23	Braga	G	50,6%	54,1%	49,9%	41,3%	41,0%	43,7%	42,5%	37,6%	43,0%	45,5%	50,7%
24	Figueira da Foz	M	41,7%	45,4%	43,0%	34,8%	42,6%	24,6%	46,0%	40,3%	51,3%	45,7%	50,6%
25	Montijo	M	58,7%	58,7%	59,7%	42,2%	47,7%	47,9%	50,1%	48,5%	49,6%	49,1%	49,9%
26	Porto Santo	P	26,0%	28,5%	44,1%	39,7%	44,8%	37,1%	51,5%	28,7%	58,2%	61,2%	49,7%
27	Alcochete	P	49,5%	52,7%	53,9%	39,0%	48,9%	35,8%	37,5%	44,4%	46,6%	54,5%	49,4%
28	Trofa	M	41,1%	31,8%	35,7%	34,4%	35,3%	31,9%	33,8%	17,0%	30,6%	43,4%	49,3%
29	Benavente	M	42,9%	47,0%	52,6%	40,9%	45,1%	39,9%	39,2%	46,5%	46,4%	47,3%	49,0%
30	Caldas da Rainha	M	39,5%	42,3%	44,0%	33,0%	40,3%	43,6%	41,9%	44,1%	39,5%	44,4%	48,9%
31	Leiria	G	47,1%	52,7%	40,0%	39,1%	44,1%	43,7%	44,6%	46,8%	50,0%	50,4%	48,7%
32	Ovar	M	44,2%	46,7%	41,6%	36,4%	30,7%	31,6%	32,3%	39,8%	51,2%	44,3%	47,7%
33	Olhão	M	40,1%	28,0%	42,1%	27,4%	34,1%	33,0%	36,3%	34,8%	41,0%	45,2%	47,5%
34	Santa Maria da Feira	G	45,0%	42,4%	37,5%	31,0%	34,5%	37,1%	41,1%	32,6%	41,1%	44,1%	47,0%
35	Sesimbra	M	51,7%	56,8%	50,1%	47,4%	48,7%	41,8%	36,5%	33,0%	45,1%	48,1%	46,9%

R6.A – Peso, em relação à receita total cobrada, de receitas de impostos e taxas nos Municípios da R.A. dos Açores, referenciado a 2016

Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1 Ponta Delgada	M	36,0%	37,4%	29,1%	32,5%	36,4%	38,2%	33,4%	38,0%	37,9%	38,3%	37,4%
2 Vila Franca do Campo	P	16,5%	14,0%	11,9%	17,3%	13,8%	5,8%	5,8%	17,7%	21,5%	21,9%	27,1%
3 Angra do Heroísmo	M	17,1%	15,4%	17,7%	16,7%	15,2%	15,0%	21,1%	19,2%	21,7%	20,7%	26,6%
4 Horta	P	12,1%	18,1%	17,5%	13,4%	15,1%	16,4%	17,7%	17,4%	18,2%	21,2%	24,7%
5 Lagoa (R. A. A.)	P	23,6%	27,6%	13,0%	14,5%	15,9%	12,1%	15,1%	19,1%	18,7%	19,5%	22,6%
6 Praia da Vitória	M	12,1%	11,7%	9,2%	8,8%	6,8%	11,8%	12,7%	15,4%	22,0%	20,5%	18,4%
7 Ribeira Grande	M	9,2%	14,1%	10,0%	7,8%	9,3%	11,8%	9,0%	16,3%	16,7%	16,6%	15,6%
8 Povoação	P	4,9%	7,0%	9,8%	8,2%	5,7%	5,7%	8,7%	11,9%	10,9%	11,7%	15,1%
9 Santa Cruz da Graciosa	P	7,0%	5,7%	6,1%	5,9%	5,6%	6,7%	5,5%	10,3%	11,6%	15,3%	14,6%
10 Madalena	P	5,4%	5,7%	5,2%	5,3%	7,6%	8,1%	8,7%	9,4%	10,2%	11,8%	13,6%
11 Nordeste	P	2,2%	3,0%	4,7%	3,6%	3,5%	4,9%	4,6%	2,6%	6,9%	13,0%	12,6%
12 Vila do Porto	P	5,4%	6,6%	8,9%	5,4%	6,3%	8,3%	7,6%	12,2%	11,8%	13,0%	12,4%
13 São Roque do Pico	P	4,6%	6,1%	5,9%	4,6%	3,9%	4,6%	7,4%	10,3%	12,5%	10,6%	12,4%
14 Calheta (R. A. A.)	P	3,5%	3,2%	4,7%	2,0%	5,6%	5,7%	7,2%	10,7%	11,4%	10,6%	10,7%
15 Velas	P	5,3%	6,9%	5,5%	5,8%	5,9%	7,2%	6,3%	9,5%	9,3%	10,5%	8,7%
16 Lajes do Pico	P	2,6%	3,7%	2,9%	4,9%	1,4%	5,5%	4,0%	3,9%	6,4%	8,4%	8,3%
17 Santa Cruz das Flores	P	2,0%	3,4%	5,3%	4,8%	5,3%	5,2%	6,0%	5,7%	5,4%	6,7%	7,1%
18 Lajes das Flores	P	1,5%	1,6%	1,7%	1,2%	1,3%	2,8%	2,0%	2,9%	2,8%	5,4%	5,1%
19 Corvo	P	0,3%	1,1%	0,8%	0,6%	0,8%	0,5%	0,6%	1,2%	1,3%	1,4%	1,4%

R6.M – Peso, em relação à receita total cobrada, de receitas de impostos e taxas nos Municípios da R.A. da Madeira, referenciado a 2016

Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1 Porto Santo	P	26,0%	28,5%	44,1%	39,7%	44,8%	37,1%	51,5%	28,7%	58,2%	61,2%	49,7%
2 Funchal	G	35,3%	34,5%	35,4%	37,5%	38,9%	43,2%	38,3%	26,5%	42,6%	47,6%	45,7%
3 Santa Cruz	M	26,3%	31,1%	20,3%	31,6%	29,9%	32,6%	37,1%	36,2%	20,9%	38,7%	44,2%
4 Câmara de Lobos	M	14,3%	16,3%	15,4%	17,8%	19,1%	18,9%	22,6%	12,3%	19,2%	25,5%	25,3%
5 Machico	M	16,4%	17,4%	13,5%	19,9%	19,8%	16,6%	25,8%	25,9%	13,9%	23,4%	24,7%
6 Ponta do Sol	P	8,6%	12,4%	10,2%	13,3%	17,8%	15,1%	19,6%	15,7%	21,0%	16,7%	21,0%
7 Ribeira Brava	P	9,2%	6,1%	7,9%	6,4%	12,6%	11,5%	14,2%	14,6%	15,0%	21,9%	19,1%
8 Calheta (R. A. M.)	P	11,8%	18,7%	12,5%	15,8%	13,0%	13,1%	13,7%	11,3%	16,0%	16,4%	18,5%
9 São Vicente	P	4,2%	6,6%	5,2%	4,2%	8,2%	8,3%	7,5%	12,1%	13,4%	12,4%	13,6%
10 Santana	P	4,8%	5,4%	9,0%	4,5%	9,1%	8,0%	11,5%	10,3%	11,1%	12,5%	11,3%
11 Porto Moniz	P	3,8%	5,7%	4,1%	3,0%	2,8%	3,3%	4,6%	4,9%	7,7%	7,8%	7,2%

Face ao peso que nas receitas autárquicas é imputável aos **impostos diretos**, apresenta-se no Quadro 2.20 a evolução da cobrança de cada uma das suas componentes entre 2006 e 2016.

Quadro 2.20 – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos entre 2006 e 2016

Unidade: milhões de euros

Impostos diretos	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			Var. 15-16 %
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis)	856,0	973,8	1081,6	1049,9	1108,4	1167,9	1229,2	1297,3	1467,1	1533,2	1487,9	-2,9%
IUC (Imposto Único de Circulação)	132,4	138,1	139,0	160,8	170,2	183,8	207,9	258,5	248,5	240,5	244,5	1,7%
IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis)	649,0	881,2	763,4	610,0	616,1	501,5	385,9	379,3	487,7	583,0	655,5	12,4%
Derrama	281,6	312,7	250,5	320,1	267,9	251,7	261,2	205,7	212,3	208,4	275,0	32,0%
Impostos abolidos	138,7	91,8	40,4	23,2	13,5	7,3	3,4	3,2	8,1	0,8	0,8	6,0%
Impostos diretos diversos	1,7	2,6	3,8	3,9	1,7	1,1	0,7	0,5	0,6	0,1	0,3	161,3%
Total Impostos diretos (a)	2 059,3	2 400,3	2 278,8	2 167,9	2 177,8	2 113,2	2 088,3	2 144,5	2 424,2	2 566,0	2 664,1	3,8%
IMT/ IMI	75,8%	90,5%	70,6%	58,1%	55,6%	42,9%	31,4%	29,2%	33,2%	38,0%	44,1%	
IMI / Total Impostos Diretos	41,6%	40,6%	47,5%	48,4%	50,9%	55,3%	58,9%	60,5%	60,5%	59,7%	55,9%	
IMT / Total Impostos Diretos	31,5%	36,7%	33,5%	28,1%	28,3%	23,7%	18,5%	17,7%	20,1%	22,7%	24,6%	
(IUC + IMT + Derrama + outros) / Total Impostos Diretos	58,4%	59,4%	52,5%	51,6%	49,1%	44,7%	41,1%	39,5%	39,5%	40,3%	44,1%	
Total Impostos indiretos e taxas (b)	441,0	478,3	460,3	369,7	382,9	368,3	336,8	307,6	292,3	310,4	330,9	6,6%
Total Impostos e taxas (c=a+b)	2 500,2	2 878,5	2 739,1	2 537,6	2 560,7	2 481,6	2 425,1	2 452,1	2 716,5	2 876,4	2 995,0	4,1%
IMI / Total de Impostos e taxas	34,2%	33,8%	39,5%	41,4%	43,3%	47,1%	50,7%	52,9%	54,0%	53,3%	49,7%	
IMT / Total de Impostos e taxas	26,0%	30,6%	27,9%	24,0%	24,1%	20,2%	15,9%	15,5%	18,0%	20,3%	21,9%	
(IUC + IMT + Derrama + outros) / Total Impostos e taxas	48,1%	49,6%	43,7%	44,1%	41,8%	38,1%	35,4%	34,6%	35,2%	35,9%	39,3%	

No Quadro 2.21 apresenta-se, apenas para o ano de 2016, o peso destas componentes no total da receita fiscal para cada grupo de municípios. Deste quadro retém-se:

- A forte representatividade do **IMI** nos municípios de pequena e média dimensão, atingindo o peso respetivo de 63,5% e de 62,5%. Embora o peso do IMI no total da receita fiscal tivesse sido inferior nos municípios de grande dimensão, ainda assim representou metade da mesma (49,8%);
- O maior peso do **IMT** nos municípios grande dimensão;
- A fraca representatividade da **Derrama**, nos municípios de pequena dimensão.

Quadro 2.21 – Estrutura dos Impostos Diretos cobrados em 2016

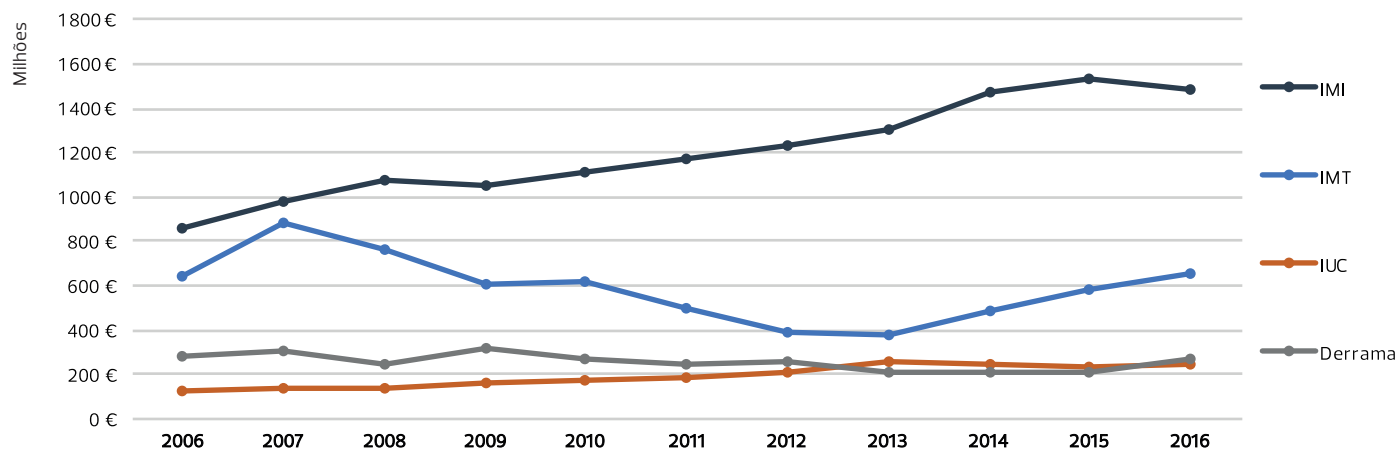
Impostos cobrados	Pequenos	Médios	Grandes	Total
IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis)	63,5%	62,6%	49,8%	55,9%
IUC (Imposto Único de Circulação)	12,2%	9,6%	8,3%	9,2%
IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis)	18,6%	20,5%	28,5%	24,6%
Derrama	5,7%	7,3%	13,3%	10,3%
Total	100%	100%	100%	100%

A importância da receita dos Impostos Diretos leva a que se apresente também o Gráfico 2.04, que permitirá uma melhor percepção da evolução destas receitas. O traçado das linhas deste gráfico ilustra:

- O crescimento do **IMI** entre 2010 e 2015 e uma ligeira descida em 2016 (-2,9%);
- A descida acentuada do **IMT** entre 2007 e 2013 e a sua ligeira recuperação a partir de 2014 com reforço dessa tendência em 2016 ao apresentar um aumento de 12,4%;

- O aumento do **IUC** e a sua recuperação em 2014 e 2015, registando uma subida de 1,7% em 2016 face ao ano anterior;
- As diferentes flutuações da **Derrama** com descida em 2013 e 2015, mas com forte subida em 2016 (+32%).
- Observando a evolução destas receitas, em geral, entre 2006 e 2016, verifica-se que o montante de IMI cresceu 73,8% (+632M€) e o de IUC 84,7% (+112,2 M€).

Gráfico 2.04 – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos entre 2006 e 2016



Relativamente às Regiões Autónomas, a evolução das receitas fiscais apresentou, com exceção do IMI, tendências diversas às verificadas no Continente, e mesmo entre as duas regiões. Estas situações são ilustradas nos Gráficos 2.04.A e 2.04.M.

Gráfico 2.04.A – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da R.A. dos Açores entre 2006 e 2016

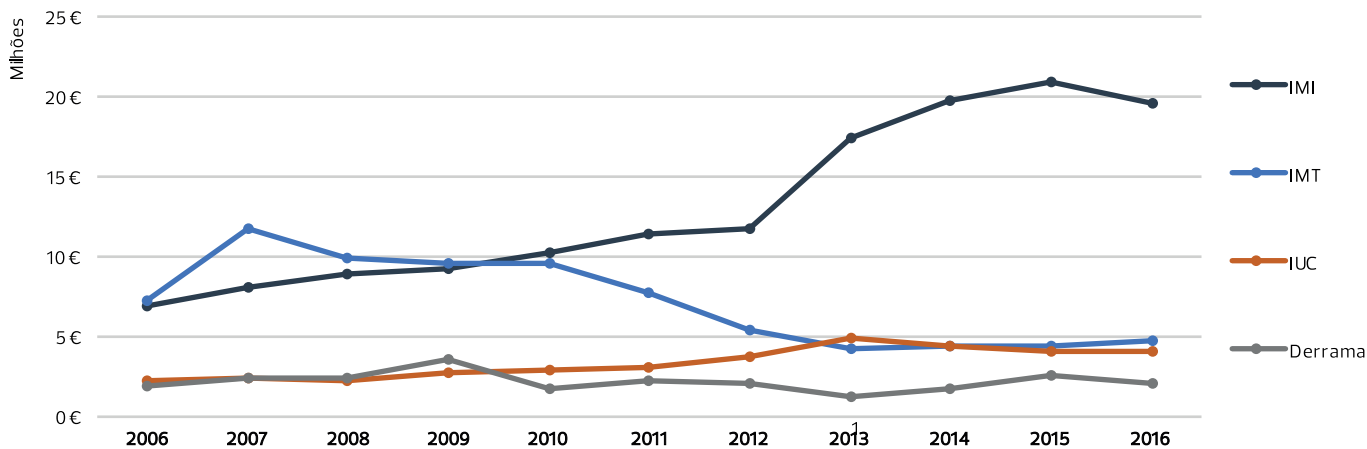
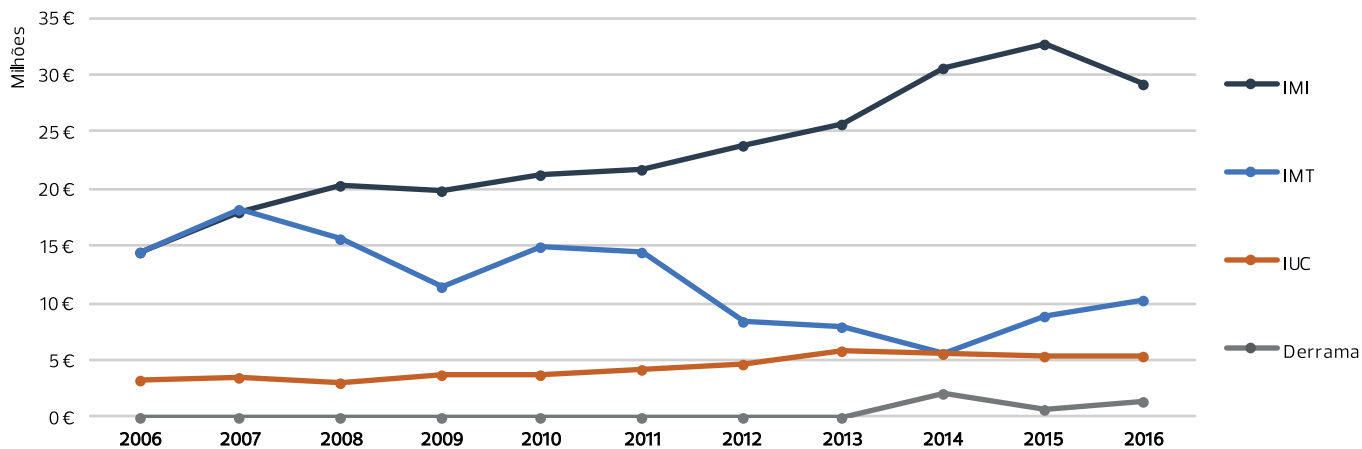


Gráfico 2.04.M – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da R.A. da Madeira entre 2006 e 2016



Da observação dos gráficos anteriores pode-se concluir em relação ao ano económico de 2016, para as Regiões Autónomas:

- O montante de **IMI** em ambas as regiões cresceu continuamente⁴⁴ entre 2006 e 2015, **diminuindo pela primeira vez em 2016**. Na Região dos Açores desceu 6,2% (-1,3 M€) e na Região da Madeira desceu 12,2% (-3,5 M€).
- A coleta de **IMT voltou a crescer em ambas as regiões, mas muito mais significativamente na Região da Madeira** (+18,2%, +1,6 M€), pois a subida verificada no conjunto dos municípios dos Açores é muito pouco significativa em termos absolutos (+8,9%, +0,4M€).
- Quanto à **Derrama**, o seu valor **voltou a descer na Região dos Açores** (-19,2%, -0,5M€) depois duma ligeira subida verificada em 2014 e 2015; **na Madeira cresceu significativamente** em termos relativos (+133,3%), traduzindo um aumento líquido de +0,8M€
- A receita do **IUC** manteve-se estável tanto na Madeira como nos Açores.

Da observação dos quadros antecedentes, analisa-se agora, com mais em pormenor, a evolução das cobranças dos diferentes impostos diretos (IMI, IMT, IUC e Derrama):

IMI: Impostos sobre Imóveis

Conforme informação do Quadro 2.19, verifica-se que o valor do IMI cresceu 73,8%%, entre 2006 e 2016, embora tenha apresentado neste último ano, uma pequena redução em relação a 2015 (-2.9%). Esta redução poderá resultar dos dois seguintes motivos, individual ou cumulativamente:

- Pedidos dos proprietários para revisão do valor do IMI aplicado ao Imóvel;
- Redução por parte dos municípios do valor das taxas a aplicar, no intervalo permitido por Lei (entre 0,3% e 0,45%)⁴⁵;
- Reduções da taxa relacionadas com as condições do agregado familiar.

⁴⁴ Excepto em 2009 que teve uma pequena redução em relação a 2008.

⁴⁵ Pelo artigo 112.º do Código do IMI (CIMI), as taxas do IMI em 2017, a fixar pelos municípios, devem estar compreendidas entre os seguintes intervalos: 0,3% a 0,45% para prédios urbanos (o diploma foi alterado em 2016; a taxa máxima anterior era 0,5%). Para prédios rústicos mantém-se a taxa única de 0,8%.

Relativamente ao motivo referido em a), não se dispõe, para este Anuário, de informação do impacto na redução (ou aumento) do valor do IMI em 2016.

Da análise do comportamento dos municípios relativamente ao valor da taxa de IMI a aplicar em 2016, bem como a variação do montante de IMI cobrado, verifica-se:

- 264 Municípios não diminuíram o valor da taxa aplicada de IMI em 2016. No entanto, destes, 223 municípios apresentaram diminuição do montante cobrado.
 - Apenas 44 municípios decidiram baixar a taxa de IMI a aplicar em 2016, dos quais 42 apresentaram, também, diminuição do valor total cobrado (Quadro 2.22).
 - Apenas dois dos municípios que decidiram fazer baixar a taxa de IMI, apresentaram aumento do valor desta coleta (Quadro 2.23).
 - Face aos dados expostos, pode-se concluir que embora haja uma correlação forte entre a descida da coleta global de IMI e a descida do correspondente valor da taxa aplicada, haverá outras razões que condicionam negativamente o montante arrecadado da coleta fazendo-o baixar.
- O Quadro 2.22 apresenta os municípios que reduziram a receita do IMI em 2016 e que simultaneamente diminuíram a taxa de cobrança desta coleta para esse mesmo ano. No Quadro 2.23 apresenta-se a lista dos municípios que, apesar de terem reduzido a taxa de cobrança do IMI, obtiveram maior montante desta receita fiscal em 2016.

Quadro 2.22 – Municípios que diminuíram a taxa de IMI aplicada em 2016 e o montante de IMI cobrado

Unidade: euros

Município	Dimensão	IMI cobrado			Taxa de IMI (prédios urbanos)		
		2015	2016	Varição 15-16 (%)	2014	2015	Varição 14-15 (%)
1 Porto Santo	P	2 395 552	1 545 436	-35,5%	0,50%	0,30%	-40,00%
2 Albufeira	M	30 078 750	22 498 979	-25,2%	0,50%	0,35%	-30,00%
3 Vidigueira	P	439 107	358 642	-18,3%	0,40%	0,35%	-12,50%
4 Mesão Frio	P	272 570	218 167	-20,0%	0,50%	0,45%	-10,00%
5 Vila do Conde	M	15 671 515	14 318 173	-8,6%	0,50%	0,45%	-10,00%
6 Oliveira do Bairro	M	2 932 537	2 693 672	-8,1%	0,33%	0,30%	-7,69%
7 Aljezur	P	1745 856	1713 550	-1,9%	0,40%	0,37%	-7,50%
8 Constância	P	378 424	334 997	-11,5%	0,40%	0,37%	-7,50%
9 Lousada	M	2 836 680	2 642 402	-6,8%	0,35%	0,33%	-7,14%
10 Sardoal	P	316 093	275 444	-12,9%	0,35%	0,33%	-7,14%
11 Palmela	M	12 947 665	12 174 877	-6,0%	0,43%	0,40%	-6,98%
12 Mértola	P	498 212	432 066	-13,3%	0,40%	0,38%	-6,25%
13 Cabeceiras de Basto	P	1064 885	878 523	-17,5%	0,34%	0,32%	-5,88%
14 Alcanena	P	2 082 332	1 904 278	-8,6%	0,45%	0,43%	-5,56%
15 Redondo	P	818 665	562 888	-31,2%	0,45%	0,43%	-5,56%
16 Entroncamento	M	2 539 679	2 444 559	-3,7%	0,38%	0,36%	-5,26%
17 Sintra	G	52 882 244	49 471 491	-6,4%	0,39%	0,37%	-5,13%
18 Figueiró dos Vinhos	P	692 796	594 255	-14,2%	0,40%	0,38%	-5,00%
19 Lagos	M	13 657 097	12 808 637	-6,2%	0,40%	0,38%	-5,00%
20 São João da Madeira	M	3 167 607	2 917 477	-7,9%	0,37%	0,35%	-4,32%
21 Bragança	M	4 481 060	4 184 513	-6,6%	0,32%	0,31%	-3,13%
22 Mondim de Basto	P	510 425	453 710	-11,1%	0,32%	0,31%	-3,13%
23 Funchal	G	17 928 257	16 531 684	-7,8%	0,33%	0,32%	-3,03%
24 Odemira	M	3 303 804	3 056 907	-7,5%	0,34%	0,33%	-2,94%
25 Câmara de Lobos	M	2 223 324	1 921 174	-13,6%	0,35%	0,34%	-2,86%
26 Peniche	M	4 137 376	3 833 700	-7,3%	0,35%	0,34%	-2,86%
27 Serpa	P	942 481	805 164	-14,6%	0,35%	0,34%	-2,86%
28 Ponte da Barca	P	1 176 485	950 744	-19,2%	0,36%	0,35%	-2,78%
29 Amadora	G	22 308 794	19 369 133	-13,2%	0,37%	0,36%	-2,70%
30 Lagoa (Algarve)	M	9 317 819	9 088 894	-2,5%	0,37%	0,36%	-2,70%
31 Almada	G	30 965 540	30 177 894	-2,5%	0,38%	0,37%	-2,63%
32 Benavente	M	4 612 991	4 454 805	-3,4%	0,38%	0,37%	-2,63%
33 Loulé	M	35 033 212	34 201 269	-2,4%	0,39%	0,38%	-2,56%
34 Moita	M	6 988 076	6 625 958	-5,2%	0,40%	0,39%	-2,50%
35 Tavira	M	7 880 777	7 511 887	-4,7%	0,40%	0,39%	-2,50%
36 Torres Novas	M	4 417 751	4 213 598	-4,6%	0,40%	0,39%	-2,50%
37 Vila Nova de Gaia	G	43 861 125	43 307 581	-1,3%	0,46%	0,45%	-2,17%
38 Loures	G	28 856 260	28 322 809	-1,8%	0,40%	0,39%	-1,52%
39 Celorico de Basto	P	1 246 259	1 136 236	-8,8%	0,34%	0,33%	-1,49%
40 Sobral de Monte Agraço	P	1 071 179	1 028 969	-3,9%	0,40%	0,40%	-1,25%
41 Seixal	G	27 210 264	26 771 110	-1,6%	0,42%	0,41%	-1,20%
42 Cantanhede	M	5 335 161	4 946 056	-7,3%	0,39%	0,38%	-0,78%

Quadro 2.23 – Municípios que diminuíram a taxa de IMI aplicada em 2016, mas aumentaram o IMI cobrado

Unidade: euros

	Município	Dimensão	IMI cobrado			Taxa de IMI (prédios urbanos)		
			2015	2016	Variação 15-16 (%)	2014	2015	Variação 14-15 (%)
1	Óbidos	P	3 045 612	3 126 461	2,7%	0,38%	0,36%	-4,00%
2	Maia	G	21255 304	21313 443	0,3%	0,40%	0,39%	-1,27%

Dos quadros 2.22 e 2.23 anota-se o seguinte:

– Não existe um padrão de comportamento que relacione a redução da taxa de IMI com a descida o montante global desta coleta, verificando-se uma grande variedade de situações: há municípios em que a taxa de diminuição da receita em 2016 é muito superior à variação da taxa de coleta e outros em que acontece o inverso

– Todavia, só 11 municípios do grupo de 42 municípios que reduziram o valor da taxa do IMI apresentaram uma redução da coleta percentualmente inferior.

– **A grande maioria dos municípios que reduziram o valor da taxa do IMI, apresentou uma taxa de diminuição do montante global do IMI superior à variação da taxa aplicada à coleta.** Em alguns dos casos, bastante superior, como aconteceu, nomeadamente nos municípios de Redondo, Ponte da Barca, Cabeceiras de Bastos, Serpa, Câmara de Lobos, Mesão Frio e Amadora.

– Dos 44 municípios que reduziram a taxa de IMI, 38,6% foram municípios de pequena dimensão e 43,2% municípios de média dimensão.

– **Dos 24 grandes municípios, apenas 8 (33,3%) reduziram o valor da taxa do IMI e destes, só um, o município da Maia, apresentou, mesmo assim aumento total desta receita.**

Face ao peso do IMI nas receitas municipais, apresentam-se no *Ranking R7* os 35 municípios com maior volume desta receita em 2016, apresentando-se, para cada caso, o peso do IMI na receita total do município.

Do *Ranking (R7)* de 35 municípios com maior coleta de IMI, pode-se concluir, para 2016:

– Em média, para este conjunto de municípios, o valor do IMI representou 27,7% da receita total por eles auferida, enquanto a média nacional deste rácio é de 19,2%. Neste *ranking*, em termos de peso do IMI na receita total, foram exceção os municípios de Lisboa para quem o montante do IMI apenas representou 17,3% da receita total, Vila Nova de Famalicão que apresenta o peso homólogo de 16,1%, e Porto com o peso de 19,7%.

– Anote-se que há municípios, neste *ranking*, para os quais a receita do IMI representou um valor muito significativo dos recursos auferidos. Aveiro, Almada e Faro são municípios para os quais a coleta de IMI representou, respetivamente, 39,4%, 37% e 36,1% da receita total. São, por isso, municípios com uma estrutura financeira excepcionalmente sensível à variação desta coleta. Será de realçar que o município de Amadora, apresentado no Quadro 2.22 como sendo um dos municípios de grande dimensão que reduziu a taxa de IMI em 2,7%, apresentou uma diminuição do montante arrecadado de IMI de -13,2%.

– Em 2015, no *ranking* homólogo ao em apreço, só dois municípios apresentaram descida de IMI: Loulé recebendo -1,2% e Coimbra com uma diminuição de 5,8%. No presente *ranking* relativo a 2016 apresentam descida do IMI, 23 municípios eventualmente pelas razões já expostas.

– Para além dos municípios referidos nos pontos anteriores não se pode deixar de apontar **municípios que apresentaram um aumento relevante de IMI, em termos absolutos.** Em 2016, neste *ranking* esteve nesta situação o município de Aveiro com +3,75 milhões de euros, que representou um aumento de 21,4%. Os *Rankings R7.A* e *R7.M* ilustram a variação da coleta do IMI nos municípios das Regiões Autónomas, entre 2006 e 2016.

R7 – Municípios com maior receita cobrada de IMI, em 2016

Unidade: euros

Município	D.im.	IMI											IMI / Rec. total
		Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 2014–2017			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1 Lisboa	G	74 998 512	84 471 307	99 780 693	101 507 452	104 660 321	109 860 845	114 914 839	96 782 528	111 363 292	115 934 000	114 082 470	17,3%
2 Cascais	G	29 991 344	37 080 483	42 006 657	35 104 226	41 138 667	41 824 274	45 668 005	44 835 552	49 016 545	51 206 707	50 350 728	31,3%
3 Sintra	G	35 596 888	41 813 989	41 908 666	42 979 344	46 697 127	48 442 202	50 129 686	46 489 974	51 222 122	52 882 244	49 471 491	31,2%
4 Porto	G	34 211 954	39 402 947	45 153 973	39 763 922	42 691 507	42 116 783	45 278 777	41 884 041	43 683 996	43 740 075	43 965 030	19,7%
5 Vila Nova de Gaia	G	25 027 617	29 848 046	33 354 344	30 837 957	32 702 835	34 798 078	37 692 279	39 377 409	42 649 734	43 861 125	43 307 581	26,6%
6 Loulé	M	21 193 553	26 725 736	25 098 993	25 445 391	26 498 629	26 397 730	30 364 677	31 911 875	35 467 328	35 033 212	34 201 269	30,5%
7 Oeiras	G	22 673 504	24 905 226	27 118 813	26 740 266	28 118 775	30 015 085	31 671 424	28 376 284	31 207 701	32 016 641	31 892 724	25,0%
8 Almada	G	16 550 376	19 282 318	21 388 159	22 255 714	24 163 983	24 639 564	25 680 561	26 131 182	29 888 182	30 965 540	30 177 894	37,0%
9 Matosinhos	G	17 664 917	19 865 251	21 330 894	20 670 614	22 299 327	23 217 305	24 619 612	23 208 186	25 403 752	29 395 815	29 577 790	24,3%
10 Loures	G	19 263 473	22 812 998	27 011 369	23 926 445	26 084 067	27 064 278	28 191 235	26 007 911	28 099 453	28 856 260	28 322 809	27,0%
11 Coimbra	G	14 928 200	17 281 809	19 382 156	20 774 716	22 261 426	24 377 807	24 304 745	25 591 139	29 303 163	27 594 885	27 994 287	32,1%
12 Seixal	G	12 404 114	14 766 441	16 908 105	17 297 807	18 454 661	19 490 933	20 934 099	21 815 951	25 123 060	27 210 264	26 771 110	22,3%
13 Setúbal	G	10 993 216	12 961 735	15 030 680	14 314 476	14 194 649	15 639 409	16 295 559	21 124 407	24 432 208	25 288 844	25 538 648	30,7%
14 Portimão	M	12 898 645	14 595 396	16 111 331	13 889 328	14 069 339	15 618 630	16 580 026	20 519 868	22 877 006	24 149 499	24 316 747	29,4%
15 Albufeira	M	14 115 223	17 271 507	18 368 852	19 821 059	18 377 385	18 129 852	18 658 220	24 044 301	27 634 778	30 078 750	22 498 979	28,7%
16 Braga	G	14 501 986	16 174 167	17 637 509	17 462 569	18 490 034	19 724 557	19 301 464	21 286 505	21 502 723	22 046 011	21 956 281	26,0%
17 Maia	G	14 266 919	16 006 038	17 823 969	16 375 193	17 978 038	19 105 995	20 945 767	18 749 527	20 913 802	21 255 304	21 313 443	32,0%
18 Aveiro	M	7 697 879	8 074 478	9 162 457	8 417 520	8 774 438	9 704 525	9 989 687	10 739 371	12 641 404	17 546 028	21 301 080	39,4%
19 Guimarães	G	10 609 519	12 312 726	13 342 821	12 986 916	14 131 554	15 600 068	15 936 301	16 956 747	18 732 620	19 505 172	19 462 597	23,1%
20 Odivelas	G	12 782 944	14 079 437	16 798 420	16 444 871	16 942 149	17 516 397	18 200 936	17 698 544	18 739 498	20 057 927	19 411 934	30,1%
21 Amadora	G	15 466 436	16 847 740	19 173 866	17 815 107	19 296 332	19 549 027	20 675 979	18 221 646	19 598 954	22 308 794	19 369 133	24,6%
22 Leiria	G	9 447 565	10 917 679	12 257 886	11 885 242	11 968 815	12 961 418	13 751 723	16 239 882	18 881 520	19 705 079	19 335 588	27,8%
23 Mafra	M	7 098 329	8 500 401	9 464 422	8 903 078	9 775 602	10 658 465	11 437 138	9 919 905	16 508 352	19 331 890	19 010 904	33,1%
24 Sta. Maria da Feira	G	10 022 368	11 124 459	12 338 471	11 341 176	12 137 580	12 975 905	13 702 197	14 738 595	16 503 040	16 860 431	16 882 116	28,5%
25 Funchal	G	9 110 500	11 103 568	11 930 012	11 901 406	12 612 381	12 901 520	14 205 367	14 513 013	16 829 263	17 928 257	16 531 684	22,6%
26 Vila Franca de Xira	G	11 387 472	12 830 646	15 198 327	13 864 731	14 441 375	15 054 480	16 387 047	13 027 698	13 739 996	14 443 811	14 524 970	25,2%
27 Vila do Conde	M	7 024 103	7 806 127	8 685 138	7 911 404	8 247 618	8 642 201	9 127 070	12 076 142	14 577 336	15 671 515	14 318 173	30,1%
28 Gondomar	G	12 482 202	12 844 386	14 462 936	13 777 143	14 783 110	15 486 336	15 838 409	14 574 783	13 984 104	14 253 724	14 290 736	21,8%
29 V. Nova Famalicão	G	7 485 939	8 090 506	8 779 145	9 773 569	10 391 139	11 042 787	12 023 115	12 211 576	13 811 358	14 488 695	14 284 462	16,1%
30 Faro	M	6 446 158	6 771 047	7 639 697	8 298 354	8 635 287	9 934 121	10 273 009	9 958 005	13 213 650	13 993 742	14 113 472	36,1%
31 Sesimbra	M	6 451 527	7 079 562	7 886 539	8 006 951	8 488 929	8 877 510	9 333 955	10 311 204	12 130 421	12 967 250	13 161 459	30,7%
32 Lagos	M	8 179 524	7 919 264	8 695 947	8 409 395	8 783 690	10 075 547	11 039 297	11 777 374	13 115 462	13 657 097	12 808 637	26,7%
33 Torres Vedras	M	5 742 212	6 403 177	7 001 341	6 656 732	7 546 045	7 955 194	9 345 394	10 547 662	12 345 472	13 390 864	12 797 059	26,9%
34 Viseu	M	6 650 440	7 037 624	9 931 426	9 162 907	8 770 272	10 068 514	10 189 372	12 085 108	12 276 878	12 777 084	12 558 576	25,8%
35 Palmela	M	6 554 611	7 926 752	8 674 890	8 293 540	8 273 936	8 951 376	8 939 030	10 989 435	12 866 198	12 947 665	12 174 877	30,0%
Total nacional		855 967 952	973 805 519	1 081 645 560	1 049 886 444	1 108 420 954	1 167 882 783	1 229 170 885	1 297 300 949	1 467 060 887	1 533 173 843	1 487 946 582	19,2%

R7.A – Receita cobrada de IMI dos Municípios da R.A. dos Açores, em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	IMI											IMI / Rec. total	
		Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 2014–2017				
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
1	Ponta Delgada	M	2 874 042	3 700 949	4 112 068	4 206 673	4 927 407	5 264 034	5 281 957	6 678 746	7 089 651	7 094 669	6 740 522	21,2%
2	Angra do Heroísmo	M	925 572	832 799	944 921	1 018 937	1 135 771	1 175 041	1 237 897	2 100 163	2 322 612	2 438 505	2 278 614	13,3%
3	Ribeira Grande	M	432 625	629 227	648 335	659 479	648 194	805 658	872 283	1 536 470	1 838 000	1 933 246	1 793 762	9,0%
4	V. Franca Campo	P	240 427	337 012	383 788	380 296	345 579	591 916	652 178	1 080 781	1 178 963	1 425 647	1 431 658	17,8%
5	Praia da Vitória	M	554 777	420 069	459 740	480 922	541 763	593 216	632 155	1 126 690	1 354 210	1 457 394	1 340 158	11,1%
6	Lagoa (R.A.A)	P	579 389	639 524	593 318	614 868	718 196	715 574	734 137	952 076	1 154 929	1 259 824	1 230 135	12,4%
7	Horta	P	510 622	604 843	693 674	677 393	726 792	785 477	831 749	1 059 428	1 201 277	1 272 170	1 205 932	12,1%
8	Nordeste	P	70 435	66 009	74 018	86 575	90 782	99 102	102 911	234 827	416 017	509 569	494 915	9,4%
9	Madalena	P	121 404	127 610	152 173	163 419	194 435	210 178	209 650	420 255	401 552	530 653	491 690	6,8%
10	Povoação	P	111 290	124 885	137 553	171 261	153 583	174 595	188 659	387 278	465 266	494 323	470 879	7,8%
11	Vila do Porto	P	79 500	120 657	152 253	194 030	133 705	175 040	203 598	330 576	422 255	454 294	393 978	7,0%
12	Sta. Cruz Graciosa	P	60 998	108 642	78 743	97 437	111 752	160 038	133 520	309 385	368 748	402 611	348 841	9,0%
13	Calheta (R. A. A.)	P	24 053	88 331	84 026	108 549	116 563	124 071	159 557	290 287	395 920	420 284	346 709	7,5%
14	São Roque do Pico	P	85 699	117 820	142 133	165 450	117 081	133 217	142 188	258 232	296 637	314 037	282 757	6,2%
15	Velas	P	125 710	142 634	132 348	145 268	113 964	179 050	179 436	260 919	305 453	323 169	282 487	4,6%
16	Lajes do Pico	P	47 944	55 831	59 288	66 663	77 530	180 576	124 839	262 092	312 080	348 496	277 780	5,2%
17	Sta. Cruz Flores	P	40 091	39 942	43 992	48 591	51 256	59 400	62 825	111 873	127 420	130 928	119 721	4,5%
18	Lajes das Flores	P	14 305	19 192	21 972	24 789	29 372	31 595	34 194	83 579	98 633	100 822	75 891	2,5%
19	Corvo	P	3 132	5 715	6 505	6 286	6 320	6 355	8 753	16 036	16 311	16 367	13 203	0,7%
IMI Total – Açores			6 902 014	8 181 691	8 920 847	9 316 885	10 240 043	11 464 132	11 792 486	17 499 692	19 765 934	20 927 009	19 619 632	11,9%
IMI Total – Nacional			855 967 952	973 805 519	1 081 645 560	1 049 886 444	1 108 420 954	1 167 882 783	1 229 170 885	1 304 513 761	1 467 060 887	1 533 173 843	1 487 946 582	19,2%
% IMI Açores/IMI total			0,81%	0,84%	0,82%	0,89%	0,92%	0,98%	0,96%	1,34%	1,35%	1,36%	1,32%	--

R7.M – Receita cobrada de IMI dos Municípios da R.A. da Madeira, em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	IMI											IMI / Rec. total
		Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 2014–2017			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1 Funchal	G	9 110 500	11 103 568	11 930 012	11 901 406	12 612 381	12 901 520	14 205 367	14 513 013	16 829 263	17 928 257	16 531 684	22,6%
2 Santa Cruz	M	1 598 054	1 968 374	2 613 469	2 524 286	2 595 435	2 916 293	3 273 161	3 277 296	4 111 432	4 558 287	4 240 488	22,3%
3 Câmara de Lobos	M	1 053 815	1 247 192	1 737 176	1 500 161	1 451 405	1 384 948	1 452 891	1 708 983	2 116 570	2 223 324	1 921 174	16,8%
4 Machico	M	870 112	902 407	918 106	1 012 624	1 043 760	1 100 375	1 297 069	1 588 475	1 683 370	1 688 938	1 568 355	17,1%
5 Porto Santo	P	633 147	1 083 538	1 450 696	1 211 513	1 345 702	1 308 842	1 326 218	1 871 528	2 178 770	2 395 552	1 545 436	35,6%
6 Calheta (R. A. M.)	P	356 371	366 999	420 040	487 130	5 415 547	610 863	628 146	809 514	986 771	1 021 061	908 083	9,4%
7 Ribeira Brava	P	338 321	430 925	401 563	405 532	478 031	496 425	439 928	619 702	790 608	872 029	760 315	10,8%
8 Ponta do Sol	P	229 993	287 739	379 063	325 099	515 757	417 630	430 641	455 784	645 174	700 794	566 663	9,3%
9 São Vicente	P	134 656	162 022	184 411	175 855	182 912	208 132	239 631	360 921	473 985	486 038	424 814	7,9%
10 Santana	P	198 561	256 556	276 673	295 088	327 635	315 233	393 046	435 626	520 927	537 129	423 624	6,9%
11 Porto Moniz	P	48 389	51 011	48 757	65 058	68 407	80 531	79 698	154 526	237 936	260 799	232 261	4,8%
IMI Total – Madeira		14 571 919	17 860 330	20 359 966	19 903 751	21 162 972	21 740 790	23 765 797	25 795 368	30 574 807	32 672 208	29 122 897	18,6%
IMI Total – Nacional		855 967 952	973 805 519	1 081 645 560	1 049 886 444	1 108 420 954	1 167 882 783	1 229 170 885	1 304 513 761	1 467 060 887	1 533 173 843	1 487 946 582	19,2%
% IMI Madeira/IMI total		1,70%	1,83%	1,88%	1,90%	1,91%	1,86%	1,93%	1,98%	2,08%	2,13%	1,96%	--

Sobre a hierarquização dos municípios das Regiões Autónomas relativamente à coleta do IMI, refira-se:

– Tal como se verificou a nível nacional, apenas 1 dos 19 municípios dos Açores apresentaram crescimento da receita do IMI. Tratou-se do município de Vila Franca do Camo com um aumento de +6.011 euros. Todos os restantes apresentaram decréscimo, sendo de salientar a forte descida da coleta nos seguintes municípios: Lajes das Flores (-24,7%), Lajes do Pico (-20,3%) e Corvo (-19,3%). Nenhum dos 19 municípios reduziu a taxa do IMI aplicável a 2016.

– Por sua vez, no caso dos municípios da Região Autónoma da Madeira, todos os 11 municípios apresentaram diminuição da receita do IMI, sendo de destacar: Porto Santo (-35,5%), Santana (-21,1%) e Ponta do Sol (-19,1%). Três destes municípios reduziram a taxa do IMI aplicável a 2016.

Face ao reconhecimento do impacto negativo na gestão financeira dos municípios na descida da coleta do IMI, apresenta-se uma lis-

tagem – *Ranking R8* – com os municípios que apresentaram maior decréscimo em 2016. Em anos anteriores o *ranking* homólogo tem apresentado a totalidade dos municípios nestas circunstâncias. Todavia, dado que em 2016 esse número foi de 265 municípios, primeira grande descida do montante global desta receita, optou-se por hierarquizar os 35 municípios com maior quebra nesta receita. Em 2015 a totalidade de municípios que apresentaram descida do valor do IMI foram de 44 e em 2014 apenas foram referenciados nesta situação 13 municípios. Anota-se, contudo, que em 2016 há valores de descida pouco significativa em relação ao volume total de receita arrecadada, em muitos dos 265 municípios.

R8 – Municípios com maior diminuição de IMI em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	IMI											Δ 15-16 (M€)	
		Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
1	Albufeira	M	14 115 223	17 271 507	18 368 852	19 821 059	18 377 385	18 129 852	18 658 220	24 044 301	27 634 778	30 078 750	22 498 979	-7 579 772
2	Sintra	G	35 596 888	41 813 989	41 908 666	42 979 344	46 697 127	48 442 202	50 129 686	46 489 974	51 222 122	52 882 244	49 471 491	-3 410 753
3	Amadora	G	15 466 436	16 847 740	19 173 866	17 815 107	19 296 332	19 549 027	20 675 979	18 221 646	19 598 954	22 308 794	19 369 133	-2 939 661
4	Lisboa	G	74 998 512	84 471 307	99 780 693	101 507 452	104 660 321	109 860 845	114 914 839	96 782 528	111 363 292	115 934 000	114 082 470	-1 851 530
5	Funchal	G	9 110 500	11 103 568	11 930 012	11 901 406	12 612 381	12 901 520	14 205 367	14 513 013	16 829 263	17 928 257	16 531 684	-1 396 573
6	Vila do Conde	M	7 024 103	7 806 127	8 685 138	7 911 404	8 247 618	8 642 201	9 127 070	12 076 142	14 577 336	15 671 515	14 318 173	-1 353 342
7	Cascais	G	29 991 344	37 080 483	42 006 657	35 104 226	41 138 667	41 824 274	45 668 005	44 835 552	49 016 545	51 206 707	50 350 728	-855 979
8	Porto Santo	P	633 147	1 083 538	1 450 696	1 211 513	1 345 702	1 308 842	1 326 218	1 871 528	2 178 770	2 395 552	1 545 436	-850 116
9	Lagos	M	8 179 524	7 919 264	8 695 947	8 409 395	8 783 690	10 075 547	11 039 297	11 777 374	13 115 462	13 657 097	12 808 637	-848 460
10	Loulé	M	21 193 553	26 725 736	25 098 993	25 445 391	26 498 629	26 397 730	30 364 677	31 911 875	35 467 328	35 033 212	34 201 269	-831 943
11	Almada	G	16 550 376	19 282 318	21 388 159	22 255 714	24 163 983	24 639 564	25 680 561	26 131 182	29 888 182	30 965 540	30 177 894	-787 647
12	Palmela	M	6 554 611	7 926 752	8 674 890	8 293 540	8 273 936	8 951 376	8 939 030	10 989 435	12 866 198	12 947 665	12 174 877	-772 788
13	Pombal	M	2 843 148	3 533 897	3 771 930	4 203 556	4 151 466	4 371 930	4 526 822	5 791 943	6 523 803	6 467 984	5 814 601	-653 383
14	Odivelas	G	12 782 944	14 079 437	16 798 420	16 444 871	16 942 149	17 516 397	18 200 936	17 698 544	18 739 498	20 057 927	19 411 934	-645 993
15	Barcelos	G	5 215 856	5 786 323	6 463 983	6 231 534	6 313 512	6 643 004	6 639 501	8 385 094	9 044 248	9 220 428	8 621 503	-598 925
16	Torres Vedras	M	5 742 212	6 403 177	7 001 341	6 656 732	7 546 045	7 955 194	9 345 394	10 547 662	12 345 472	13 390 864	12 797 059	-593 805
17	Vila Nova de Gaia	G	25 027 617	29 848 046	33 354 344	30 837 957	32 702 835	34 798 078	37 692 279	39 377 409	42 649 734	43 861 125	43 307 581	-553 544
18	Loures	G	19 263 473	22 812 998	27 011 369	23 926 445	26 084 067	27 064 278	28 191 235	26 007 911	28 099 453	28 856 260	28 322 809	-533 452
19	Guarda	M	3 053 611	3 601 886	4 317 919	3 784 754	4 255 690	4 258 599	4 500 656	5 298 625	5 943 692	7 299 288	6 859 373	-439 915
20	Seixal	G	12 404 114	14 766 441	16 908 105	17 297 807	18 454 661	19 490 933	20 934 099	21 815 951	25 123 060	27 210 264	26 771 110	-439 154
21	Monção	P	688 947	766 777	848 924	782 723	838 548	899 439	1 020 923	1 211 024	1 329 233	1 578 414	1 186 934	-391 480
22	Figueira da Foz	M	6 050 244	6 528 623	7 115 714	6 963 648	7 463 432	7 779 221	8 114 501	9 868 999	11 882 061	12 476 859	12 086 006	-390 852
23	Cantanhede	M	2 471 173	2 531 540	2 822 301	2 858 469	3 192 799	3 310 007	3 562 429	4 406 882	5 140 773	5 335 161	4 946 056	-389 105
24	V. Pouca de Aguiar	P	366 251	411 419	423 933	408 088	417 805	468 406	489 830	780 064	956 288	1 263 926	886 455	-377 471
25	Leiria	G	9 447 565	10 917 679	12 257 886	11 885 242	11 968 815	12 961 418	13 751 723	16 239 882	18 881 520	19 705 079	19 335 588	-369 491
26	Tavira	M	4 425 700	5 167 133	5 650 555	5 127 275	5 501 347	5 819 620	6 064 023	6 819 966	7 402 574	7 880 777	7 511 887	-368 889
27	Moita	M	3 445 999	4 038 789	4 634 509	4 822 879	5 439 739	5 444 845	5 378 860	6 163 144	6 980 645	6 988 076	6 625 958	-362 118
28	Ponta Delgada	M	2 874 042	3 700 949	4 112 068	4 206 673	4 927 407	5 264 034	5 281 957	6 678 746	7 089 651	7 094 669	6 740 522	-354 148
29	Viana do Castelo	M	6 845 732	8 309 494	9 378 194	8 431 104	8 621 663	8 794 549	9 228 746	9 997 611	11 155 354	11 675 371	11 333 334	-342 037
30	Chaves	M	1 732 378	2 089 729	2 309 213	2 325 419	2 435 949	2 742 652	2 669 623	3 130 778	3 556 186	4 227 211	3 900 671	-326 540
31	Mafra	M	7 098 329	8 500 401	9 464 422	8 903 078	9 775 602	10 658 465	11 437 138	9 919 905	16 508 352	19 331 890	19 010 904	-320 986
32	Santa Cruz	M	1 598 054	1 968 374	2 613 469	2 524 286	2 595 435	2 916 293	3 273 161	3 277 296	4 111 432	4 558 287	4 240 488	-317 799
33	Trofa	M	1 974 900	2 209 364	2 622 182	2 551 932	2 688 626	2 978 526	3 120 898	4 476 206	5 630 712	6 158 682	5 846 166	-312 516
34	Azambuja	M	1 524 219	1 649 668	1 766 799	1 828 998	2 033 749	2 051 749	1 984 429	2 678 829	2 888 222	2 929 944	2 626 267	-303 677
35	Peniche	M	2 833 169	2 957 247	3 204 497	3 178 685	3 330 580	3 508 008	3 638 854	3 592 483	4 047 203	4 137 376	3 833 700	-303 676

Tendo em atenção a análise já apresentada sobre o comportamento da receita proveniente do IMI no geral dos municípios, em relação ao *Ranking* R8 pouco haverá para salientar para além do que é observável na própria listagem hierarquizada dos municípios com maior de redução do IMI, a não ser que:

- A descida do valor do IMI no município de Albufeira foi bastante relevante em termos absolutos, ao totalizar mais de 7,6 milhões de euros e representando uma diminuição de 25,2%.
- Apresentaram, ainda, descidas de receita do IMI em montante superior a 1M€ os seguintes municípios: Sintra (-3,4M€), Amadora (-2,9M€), Lisboa (-1,8M€) Funchal (-1,4 M€) e Vila do Conde (-1,3 M€).
- Outros três municípios (Vila Pouca de Aguiar, Monção e Porto Santo) apresentaram uma descida superior a 20% da coleta do IMI, respetivamente -29,9%, -24,8% e -35,5%, o que se terá repercutido, necessariamente, na sua atividade autárquica.

O *Ranking* R9 hierarquiza os 44 municípios que apresentaram aumento de IMI em 2016. Sobre este, há que referenciar o excepcional aumento de receita de IMI apresentada pelo município de Aveiro (+3,7M€, +21,4%) e o extraordinário acréscimo relativo apresentado pelo município de Cinfães, com o aumento desta receita em +60.4% (+0.6M€), valor que necessitaria de uma justificação, mas tal não se encontra nas notas aos mapas de execução orçamental do respetivo município.

No *Ranking* R10, a seguir apresentado, listam-se os 35 municípios com menor receita cobrada de IMI em 2016.

- São municípios de pequena dimensão, com uma receita de IMI inferior a meio milhão de euros e cujo peso médio, na sua receita total (excluindo Corvo), foi de apenas 4,5%.
- Para além destes 35 municípios com uma receita de IMI inferior a 1 M€, existem mais 89 municípios, totalizando assim 124 municípios nesta situação.
- Apenas um dos municípios elencados apresentou, em 2016, uma subida de receita de IMI: Mourão com +36,7% (+84 mil euros).

R9 – Municípios com aumento de IMI em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	IMI										Δ 15-16 (M€)	
		Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		2016
1 Aveiro	M	7 697 879	8 074 478	9 162 457	8 417 520	8 774 438	9 704 525	9 989 687	10 739 371	12 641 404	17 546 028	21 301 080	3 755 052
2 Sines	P	1 520 388	1 850 202	1 996 294	1 787 873	1 924 464	1 904 435	1 958 559	1 943 038	2 271 141	2 215 727	2 813 109	597 383
3 Cinfães	P	386 857	483 558	505 265	391 220	408 706	439 200	486 061	764 995	942 722	969 856	1 555 470	585 614
4 Grândola	P	1 628 583	2 266 392	2 741 890	2 304 368	2 454 561	2 650 038	2 855 537	3 220 384	3 324 841	3 313 297	3 816 183	502 885
5 Montemor-o-Velho	M	959 530	1 152 144	1 183 905	1 253 514	1 381 322	1 527 164	1 622 321	2 130 943	2 601 007	2 760 212	3 204 240	444 028
6 Coimbra	G	14 928 200	17 281 809	19 382 156	20 774 716	22 261 426	24 377 807	24 304 745	25 591 139	29 303 163	27 594 885	27 994 287	399 402
7 Mortágua	P	353 926	469 449	421 030	421 047	435 306	599 507	664 690	867 476	1 014 416	809 256	1 165 523	356 267
8 Felgueiras	M	3 611 985	3 363 732	3 590 739	3 441 549	3 647 247	3 584 949	3 795 274	3 520 654	3 820 102	3 913 682	4 243 136	329 454
9 Melgaço	P	311 459	431 388	449 201	387 872	400 353	514 118	505 337	915 437	1 077 912	1 034 000	1 337 135	303 135
10 Setúbal	G	10 993 216	12 961 735	15 030 680	14 314 476	14 194 649	15 639 409	16 295 559	21 124 407	24 432 208	25 288 844	25 538 648	249 804
11 Castro Marim	P	1 720 704	1 853 661	2 141 835	2 175 051	2 139 747	2 106 599	2 229 260	2 469 050	2 732 394	2 939 158	3 186 118	246 960
12 Montijo	M	4 614 566	5 191 567	5 596 117	4 759 877	5 333 035	5 410 169	5 773 664	7 154 272	7 677 448	7 970 184	8 208 141	237 956
13 Oleiros	P	138 002	182 586	184 563	216 888	188 980	198 049	205 977	349 963	466 430	391 189	621 931	230 742
14 Porto	G	34 211 954	39 402 947	45 153 973	39 763 922	42 691 507	42 116 783	45 278 777	41 884 041	43 683 996	43 740 075	43 965 030	224 955
15 Fafe	M	2 515 081	3 104 797	3 210 538	3 123 975	3 242 140	3 455 314	3 607 765	4 268 360	3 941 940	4 212 500	4 421 475	208 975
16 Barreiro	M	5 025 951	5 606 096	6 149 943	6 640 626	7 251 245	7 811 922	8 140 807	8 470 252	10 391 412	10 585 371	10 787 284	201 913
17 Vila Real Sto. António	P	2 966 080	3 831 382	3 989 399	4 193 464	4 731 920	4 912 073	5 023 721	6 408 742	7 328 771	7 636 981	7 832 052	195 071
18 Sesimbra	M	6 451 527	7 079 562	7 886 539	8 006 951	8 488 929	8 877 510	9 333 955	10 311 204	12 130 421	12 967 250	13 161 459	194 209
19 Matosinhos	G	17 664 917	19 865 251	21 330 894	20 670 614	22 299 327	23 217 305	24 619 612	23 208 186	25 403 752	29 395 815	29 577 790	181 975
20 Penamacor	P	225 927	201 783	207 867	217 126	205 597	237 628	238 492	411 970	433 567	443 208	610 814	167 607
21 Portimão	M	12 898 645	14 595 396	16 111 331	13 889 328	14 069 339	15 618 630	16 580 026	20 519 868	22 877 006	24 149 499	24 316 747	167 248
22 Castanheira de Pêra	P	141 901	165 805	149 152	174 100	178 774	188 052	201 543	343 183	408 102	421 894	586 587	164 693
23 Paredes	M	4 249 457	5 251 004	5 618 519	5 329 099	5 673 117	5 832 383	6 036 143	6 251 610	7 057 584	8 916 707	9 066 813	150 106
24 Faro	M	6 446 158	6 771 047	7 639 697	8 298 354	8 635 287	9 934 121	10 273 009	9 958 005	13 213 650	13 993 742	14 113 472	119 730
25 Celorico da Beira	P	231 315	433 886	461 209	478 238	504 716	555 962	559 486	749 582	923 936	957 133	1 063 844	106 711
26 Santo Tirso	M	3 375 842	3 485 812	3 952 937	3 999 127	4 275 504	4 368 464	4 696 778	5 590 623	6 612 059	6 940 382	7 036 886	96 504
27 Mourão	P	138 142	169 264	152 557	149 347	137 245	151 281	167 481	201 350	218 790	227 990	311 721	83 731
28 Vila Franca de Xira	G	11 387 472	12 830 646	15 198 327	13 864 731	14 441 375	15 054 480	16 387 047	13 027 698	13 739 996	14 443 811	14 524 970	81 159
29 Óbidos	P	1 772 819	1 899 571	1 901 670	2 092 166	2 241 998	2 456 577	2 437 597	2 675 843	2 913 648	3 045 612	3 126 461	80 849
30 Mogadouro	P	188 843	198 437	222 215	241 524	258 721	272 804	278 122	607 850	678 704	699 228	772 404	73 176
31 Vizela	M	1 189 444	1 254 914	1 381 669	1 552 164	1 442 795	1 503 876	1 581 290	1 960 377	2 661 453	2 861 370	2 934 427	73 057
32 Alcochete	P	2 011 256	1 872 132	2 106 008	1 904 711	2 409 713	2 213 767	2 251 975	2 763 734	3 266 717	3 794 568	3 858 540	63 972
33 Penafiel	M	3 033 318	3 377 293	3 646 990	3 407 356	3 709 217	3 817 516	4 448 731	4 377 511	4 885 288	4 978 957	5 038 298	59 341
34 Maia	G	14 266 919	16 006 038	17 823 969	16 375 193	17 978 038	19 105 995	20 945 767	18 749 527	20 913 802	21 255 304	21 313 443	58 138
35 Reguengos Monsaraz	P	758 562	741 329	804 044	734 137	782 207	849 396	891 022	1 041 337	1 315 464	1 235 321	1 286 489	51 168
36 Gondomar	G	12 482 202	12 844 386	14 462 936	13 777 143	14 783 110	15 486 336	15 838 409	14 574 783	13 984 104	14 253 724	14 290 736	37 011
37 Vila Velha de Ródão	P	174 069	204 039	208 719	210 800	218 975	219 047	237 026	351 808	381 523	390 543	416 982	26 439
38 Santa Maria da Feira	G	10 022 368	11 124 459	12 338 471	11 341 176	12 137 580	12 975 905	13 702 197	14 738 595	16 503 040	16 860 431	16 882 116	21 685
39 Trancoso	P	403 963	358 253	365 138	416 129	435 643	445 190	463 729	655 994	723 617	773 397	789 535	16 138
40 Ílhavo	M	3 555 716	3 904 989	4 549 258	4 013 665	4 259 698	4 437 721	4 694 887	5 792 107	7 254 756	7 834 907	7 843 131	8 225
41 Lourinhã	M	1 815 199	1 951 177	2 576 226	2 634 886	2 803 433	2 940 816	3 043 073	3 573 103	4 145 278	4 234 571	4 240 705	6 134
42 Vila Franca do Campo	P	240 427	337 012	383 788	380 296	345 579	591 916	652 178	1 080 781	1 178 963	1 425 647	1 431 658	6 011
43 Terras de Bouro	P	0	223 326	233 773	248 552	257 965	259 993	312 961	420 116	478 388	484 034	487 329	3 295

R10 – Municípios com menor receita cobrada de IMI em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	IMI										IMI / Rec. total	
		Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 2014–2017			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		2016
1 Corvo	P	3 132	5 715	6 505	6 286	6 320	6 355	8 753	16 036	16 311	16 367	13 203	0,7%
2 Lajes das Flores	P	14 305	19 192	21 972	24 789	29 372	31 595	34 194	83 579	98 633	100 822	75 891	2,5%
3 Barrancos	P	31 045	46 777	38 178	49 730	38 186	40 305	40 345	94 652	104 240	108 138	98 045	2,5%
4 Sta. Cruz das Flores	P	40 091	39 942	43 992	48 591	51 256	59 400	62 825	111 873	127 420	130 928	119 721	4,5%
5 Arronches	P	123 637	137 758	126 645	143 659	119 014	129 799	131 200	169 574	180 414	185 411	164 246	2,7%
6 Alcoutim	P	201 650	191 006	187 598	208 360	222 049	231 613	241 616	228 822	242 699	254 804	166 047	2,2%
7 Alvito	P	61 388	76 422	94 112	87 839	98 111	102 444	105 724	166 221	192 283	200 168	195 235	3,9%
8 Mesão Frio	P	92 691	117 134	127 173	153 421	153 328	151 639	156 394	195 104	209 386	272 570	218 167	4,4%
9 Monforte	P	116 792	115 767	88 824	86 627	86 265	97 802	91 229	186 001	196 186	230 712	221 610	3,6%
10 Fronteira	P	109 653	141 286	170 085	158 298	180 432	190 047	196 706	223 771	251 232	241 907	222 776	4,2%
11 Porto Moniz	P	48 389	51 011	48 757	65 058	68 407	80 531	79 698	154 526	237 936	260 799	232 261	4,8%
12 Penedono	P	50 541	59 871	66 804	81 681	81 804	100 237	89 224	229 728	256 464	266 013	236 044	4,2%
13 Cuba	P	143 168	150 482	175 191	204 304	196 697	209 887	221 127	235 159	255 357	262 717	241 833	4,3%
14 Avis	P	192 796	202 626	207 803	230 908	221 383	239 268	238 050	268 395	277 727	279 456	242 483	3,2%
15 Manteigas	P	75 382	115 927	108 108	119 779	132 714	132 828	128 369	241 628	279 008	292 530	267 649	4,9%
16 Crato	P	162 303	174 761	219 756	244 517	155 764	167 259	138 589	256 994	289 647	300 465	269 122	3,6%
17 Sardoal	P	168 370	200 399	232 427	229 469	237 318	241 627	250 054	308 245	310 036	316 093	275 444	4,1%
18 Vila de Rei	P	107 681	107 955	106 439	135 731	138 488	142 787	172 701	279 887	290 849	303 771	277 420	4,7%
19 Lajes do Pico	P	47 944	55 831	59 288	66 663	77 530	180 576	124 839	262 092	312 080	348 496	277 780	5,2%
20 Alter do Chão	P	184 343	183 214	194 499	207 000	228 735	240 539	238 963	276 831	293 443	298 038	278 062	4,6%
21 Marvão	P	114 184	152 664	168 993	195 201	180 885	154 059	194 982	265 456	294 648	301 021	279 666	5,0%
22 Velas	P	125 710	142 634	132 348	145 268	113 964	179 050	179 436	260 919	305 453	323 169	282 487	4,6%
23 São Roque do Pico	P	85 699	117 820	142 133	165 450	117 081	133 217	142 188	258 232	296 637	314 037	282 757	6,2%
24 Gavião	P	149 458	178 288	218 757	203 964	208 392	216 696	224 113	281 320	302 354	296 161	285 927	4,5%
25 Sta. Marta Penaguião	P	187 914	202 987	211 185	201 986	214 302	231 626	243 093	389 421	347 747	349 196	296 579	4,3%
26 Murça	P	268 426	316 151	278 332	232 605	223 944	244 506	253 586	327 826	361 567	373 658	298 174	4,7%
27 Vimioso	P	82 890	101 442	108 322	122 660	123 006	139 889	142 480	330 856	357 631	361 272	298 284	3,5%
28 Mourão	P	138 142	169 264	152 557	149 347	137 245	151 281	167 481	201 350	218 790	227 990	311 721	5,7%
29 Portel	P	179 345	197 853	261 954	255 940	246 209	254 842	245 592	324 400	348 553	359 658	314 231	3,3%
30 Castelo de Vide	P	178 708	216 965	208 466	208 611	213 400	228 042	267 487	297 526	328 952	342 364	320 646	5,5%
31 Mora	P	219 691	216 496	233 471	212 810	210 208	242 156	241 157	317 679	348 751	353 653	321 338	4,6%
32 Pampilhosa da Serra	P	136 513	162 340	176 277	204 018	205 477	228 426	229 569	373 477	423 411	391 567	332 547	3,3%
33 Constância	P	252 618	254 224	282 347	265 911	287 245	308 348	299 868	258 662	272 623	378 424	334 997	5,8%
34 Calheta (R. A. A.)	P	24 053	88 331	84 026	108 549	116 563	124 071	159 557	290 287	395 920	420 284	346 709	7,5%
35 Sta. Cruz da Graciosa	P	60 998	108 642	78 743	97 437	111 752	160 038	133 520	309 385	368 748	402 611	348 841	9,0%

IMT – Imposto sobre transações de Imóveis

Embora o volume de IMT tenha aumentado apenas 1% entre 2006 e 2016, continua a ser uma receita relevante para os municípios, nomeadamente para os municípios de grande dimensão, ao representar, em média em 2016, 28,5% do montante de impostos diretos cobrados e 25,2% do total da receita fiscal autárquica.

Assim, sendo o IMT outra das receitas fiscais com impacto significativo na receita municipal, apresentam-se de seguida quadros e *rankings* com a seguinte informação que se considera relevante assinalar.

– Verifica-se que, embora este lote de municípios corresponda aos que apresentaram maior volume de receita de IMT, a mesma, em média, em 2016 representou apenas 8,5% da receita total. Um peso manifestamente inferior ao apresentado pela receita de IMI (19,2%).

– Em 2016, dos 35 municípios com maior receita de IMT, só três – Albufeira, Setúbal e Lagoa (Algarve) – apresentaram descida da mesma, sendo que essa descida foi bastante representativa no município de Albufeira (-28,8%, correspondendo a cerca de -5,1M€).

– A excecionalidade do município de Lisboa não pode deixar de ser aqui assinalada, pois apresentou um volume de receita que representa 27% do total de IMT cobrado a nível nacional. Mais se anota, que depois do extraordinário aumento de IMT que Lisboa apresentou em 2015 (46,2%, +55,2 M€), continuou a apresentar crescimento desta receita em 2016, ainda que ligeiro (+1,9%, + 3,4M€).

– O aumento significativo de IMT, para a totalidade dos municípios, no ano de 2016 (+12,4%), encontra-se refletido neste *ranking* ao verificar-se que 32 dos 35 municípios elencados apresentaram taxas de crescimento do IMT e que destes, 18 apresentaram taxas de crescimento do IMT superiores a 20%, sendo que cinco deles apresentaram crescimento superior a 50%. A saber: Maia (+89%, +4,1M€), Olhão (+83,2%, +2,2M€), Silves (+74,8%, +1,9M€), Aveiro (+70,3%, +2,1M€) e Guimarães (+52,3%, +1,9M€)

Os *Rankings* R11.A e R11.M permitem ver como variaram as receitas de IMT dos municípios de cada uma das Regiões Autónomas, sendo que o valor total desta receita determinou a forma da curva

atrás apresentada nos Gráficos 2.04, com uma subida ligeira nos Açores de +8% (+0,4M€) e um crescimento mais acentuado na Madeira, traduzido em +17,3% isto é +1,5 M€.

Os *rankings* R11.A e R11.M, referentes à evolução do IMT nas Regiões Autónomas, permitem concluir:

– Nos **Açores**, 6 municípios apresentaram decréscimo de receita de IMT, sendo de relevar a diminuição relativa verificada nos municípios da Calheta (-50,8%) e Velas (-35,9%). Em termos de montante, o decréscimo mais significativo foi o verificado na Ribeira Grande (-91,7M€). Os restantes 13 municípios Açorianos apresentaram crescimento do IMT, contribuindo para o aumento global desta receita na Região, sendo de referir três municípios que apresentaram taxas de crescimento superior a 50%: Povoação (+87,9%), Lajes do Pico (+74,1%) e Lajes das Flores (+55,4%).

– Em relação aos municípios da **Madeira**, anota-se o aumento global da receita de IMT em 1,5M€, tendo apenas dois municípios apresentado taxas de crescimento negativas: Câmara dos Lobos (-16,5%) e Calheta (-10,7%). Os restantes municípios madeirenses aumentaram significativamente o seu volume de receita de IMT, com subidas percentuais bastante relevantes dos seguintes municípios: Ponta do Sol (+241%), Santa Cruz (+70,2%) e São Vicente (+49,3%).

No *Ranking* R12 apresentam-se os 35 municípios, a nível nacional, com menor cobrança de IMT em 2016, sendo todos municípios de pequena dimensão.

Importará ainda, para melhor conhecimento sobre a evolução desta receita fiscal, apresentar os *Rankings* R13 e R14, que hierarquizam os 35 primeiros municípios respetivamente com maior aumento e maior descida de IMT.

Ambos os *rankings* exprimem o que foi já referido sobre a variação da coleta de IMT na análise associada aos quadros de municípios respetivamente com maior e menor coleta desta receita fiscal.

R11 – Municípios com maior receita cobrada de IMT em 2016

Unidade: euros

Município	Dím.	IMT										IMT / Rec. total	
		Mandato 2006-2009				Mandato 2010-201				Mandato 2014-2017			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		2016
1 Lisboa	G	88 311738	108 452 369	111 800 123	90 871592	100 214 768	86 171239	62 977 020	70 299 382	119 373 175	174 508 596	177 906 151	27,0%
2 Cascais	G	35 108 188	40 389 237	34 790 231	30 451137	36 487 844	30 945 600	17 341612	21974 950	32 304 094	40 987 996	43 905 818	27,3%
3 Porto	G	24 606 472	27 266 133	21 687 209	21 244 815	30 011321	23 831732	18 354 224	19 379 598	31 433 398	26 145 320	34 330 079	15,4%
4 Loulé	M	27 565 761	46 559 457	34 849 063	26 612 401	20 561954	16 756 549	12 658 328	16 067 544	21 996 208	25 804 936	29 601 467	26,4%
5 Sintra	G	19 714 939	24 571652	19 198 511	13 359 251	16 012 707	10 077 943	8 958 727	12 503 016	11 130 201	14 289 693	15 580 918	9,8%
6 Oeiras	G	18 069 784	26 024 888	23 299 520	28 760 142	17 038 355	11 565 083	8 599 763	7 846 639	22 309 700	12 443 476	13 225 749	10,4%
7 Albufeira	M	12 703 467	26 637 067	21 363 241	12 214 448	8 156 207	7 646 737	5 619 023	5 820 095	9 173 408	17 808 068	12 676 285	16,2%
8 Lagos	M	12 982 328	17 223 999	14 286 361	7 578 293	6 623 672	4 975 358	5 650 021	4 958 230	7 379 083	9 028 693	11 071 491	23,1%
9 Vila Nova de Gaia	G	12 508 986	17 068 155	9 802 930	12 704 278	13 666 370	11 143 366	6 155 843	7 218 703	7 050 266	9 205 187	10 590 596	6,5%
10 Coimbra	G	10 359 483	12 678 526	11 006 584	9 820 063	9 318 844	8 104 170	6 620 486	6 838 587	7 186 105	6 201 261	9 143 480	10,5%
11 Loures	G	17 020 390	23 189 571	19 158 622	15 054 601	13 661 145	9 491 880	6 878 707	6 559 549	8 765 870	8 021 707	9 063 339	8,6%
12 Maia	G	8 468 503	12 207 406	7 878 298	6 072 411	5 889 920	4 610 306	4 557 612	3 365 476	2 784 297	4 711 048	8 903 318	13,4%
13 Matosinhos	G	13 223 566	14 745 671	14 992 605	7 635 603	10 116 175	8 740 257	7 646 927	4 418 524	4 640 808	6 639 469	8 687 251	7,1%
14 Braga	G	7 332 541	12 015 470	9 448 859	9 571 038	8 816 146	7 773 343	5 805 864	6 116 182	5 121 598	6 101 040	8 162 521	9,7%
15 Setúbal	G	7 112 204	10 247 095	8 918 410	8 452 478	6 228 319	4 201 597	4 737 137	2 903 077	3 300 884	8 872 922	7 592 020	9,1%
16 Lagoa (Algarve)	M	7 396 527	11 899 734	8 496 113	4 739 615	5 444 065	4 086 713	5 829 393	3 631 845	4 774 288	8 313 366	7 575 091	22,3%
17 Funchal	G	9 156 343	10 229 413	8 581 836	7 025 127	11 020 635	11 391 654	5 003 944	5 470 556	3 617 029	6 448 338	6 897 034	9,4%
18 Almada	G	9 865 484	14 052 895	9 843 446	7 776 880	7 973 305	6 754 363	5 144 343	5 846 959	4 918 637	6 265 744	6 841 665	8,4%
19 Tavira	M	6 344 721	8 252 728	5 709 142	4 254 764	6 137 045	2 082 200	2 838 242	2 517 369	3 201 475	4 311 076	6 336 831	23,0%
20 Portimão	M	8 449 753	15 325 603	11 245 350	6 977 503	6 810 761	6 703 328	4 172 835	3 887 343	3 627 159	5 495 571	6 326 172	7,7%
21 Seixal	G	8 448 477	11 172 589	9 371 242	6 395 657	7 199 900	4 786 389	3 487 992	7 036 226	3 150 812	4 315 472	6 129 445	5,1%
22 Odivelas	G	10 076 521	12 511 510	9 206 977	8 331 548	9 343 234	5 291 686	3 343 941	3 405 046	4 926 068	5 516 979	5 765 878	9,0%
23 Guimarães	G	4 076 561	6 995 730	7 664 315	6 594 514	5 583 612	4 084 173	3 676 223	2 633 597	3 331 594	3 725 203	5 674 782	6,7%
24 Amadora	G	12 013 204	10 089 319	11 928 458	7 292 385	4 914 906	2 949 903	5 967 185	2 906 478	4 223 829	5 046 829	5 474 104	7,0%
25 Aveiro	M	4 710 819	6 819 234	5 550 515	4 316 288	5 233 471	4 442 137	3 816 310	3 218 922	2 788 612	3 034 417	5 169 004	9,6%
26 Olhão	M	3 462 138	4 685 275	3 722 691	2 463 616	4 478 818	2 102 130	1 895 434	1 723 926	1 792 122	2 610 847	4 781 835	18,1%
27 Faro	M	5 086 302	6 760 663	5 619 930	3 866 335	3 368 891	3 931 683	2 617 330	1 874 408	4 055 857	3 287 791	4 734 842	12,1%
28 Vila Franca de Xira	G	6 740 630	10 119 722	9 849 139	5 787 493	8 731 740	4 397 404	3 558 597	4 055 508	4 230 796	4 103 762	4 643 662	8,1%
29 Leiria	G	4 201 103	9 099 516	6 953 756	5 279 962	5 342 565	5 447 770	3 716 014	3 119 808	3 622 634	4 057 815	4 601 070	6,6%
30 Silves	M	4 340 085	6 731 508	6 069 256	4 681 756	3 059 674	2 487 989	2 455 057	2 020 630	2 472 686	2 538 539	4 438 628	13,2%
31 Vila do Conde	M	5 423 027	9 034 978	5 954 830	5 419 362	5 494 817	8 564 304	2 911 985	3 628 624	3 632 728	3 393 067	4 299 648	9,0%
32 Mafra	M	7 904 900	9 899 858	7 730 208	5 638 385	6 231 604	4 151 611	3 576 049	2 287 755	2 248 741	3 115 582	4 294 397	7,5%
33 V. Nova Famalicão	G	3 259 703	5 063 089	6 034 276	4 672 095	4 650 382	4 025 621	3 126 223	2 462 125	2 857 780	3 375 620	4 141 385	4,7%
34 Palmela	M	5 322 613	5 848 282	5 914 363	5 936 000	5 730 523	2 491 787	2 992 628	3 355 855	3 476 877	2 728 342	3 450 915	8,5%
35 Sesimbra	M	4 945 841	7 387 388	5 565 961	4 057 685	6 861 900	3 292 223	2 364 111	3 376 598	3 207 611	3 135 047	3 347 320	7,8%

R11.A – Receita cobrada de IMT dos Municípios da R.A. dos Açores, em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	IMT											IMT / Rec. total	
		Mandato 2006–2009				Mandato 2010–201				Mandato 2014–2017				
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
1	Ponta Delgada	M	2 674 033	4 797 013	3 709 956	4 431 148	4 413 114	3 656 656	2 152 944	2 107 998	2 024 265	1 597 912	1 691 510	5,3%
2	Ribeira Grande	M	830 378	1 749 230	1 322 055	939 370	1 230 346	974 949	222 728	564 878	457 527	691 590	599 889	3,0%
3	Angra do Heroísmo	M	1 022 877	1 065 819	1 205 594	922 941	1 132 084	732 784	1 342 719	0	251 111	487 541	591 401	3,4%
4	Lagoa (R.A.A)	P	686 447	1 321 319	671 127	784 618	597 093	466 972	519 486	443 156	244 431	266 197	389 172	3,9%
5	Horta	P	290 410	564 195	555 162	438 259	414 314	332 228	165 671	125 561	213 206	190 294	244 985	2,5%
6	Praia da Vitória	M	586 985	732 328	636 434	614 770	527 526	530 967	253 032	177 309	300 395	232 369	214 325	1,8%
7	Vila Franca Campo	P	387 495	360 572	614 823	338 926	223 090	208 070	223 177	203 198	181 436	188 141	179 647	2,2%
8	Povoação	P	60 280	315 393	267 790	199 101	124 899	104 301	105 940	150 810	115 182	86 798	163 104	2,7%
9	Madalena	P	95 580	170 579	136 266	196 747	156 316	149 808	114 968	62 101	172 754	111 899	140 776	1,9%
10	Vila do Porto	P	241 269	74 489	180 485	85 575	75 140	109 771	45 899	62 967	67 446	98 255	119 533	2,1%
11	Velas	P	86 933	151 265	101 850	128 051	161 116	131 474	41 812	81 180	57 782	180 126	115 481	1,9%
12	Nordeste	P	56 117	85 290	133 531	82 831	92 132	71 846	57 573	76 115	77 303	84 308	79 724	1,5%
13	São Roque do Pico	P	42 595	72 596	58 193	110 182	120 117	79 433	66 354	52 968	98 465	65 219	74 800	1,6%
14	Lajes do Pico	P	31 813	86 227	34 747	126 842	37 256	46 474	26 650	26 437	53 912	39 950	69 547	1,3%
15	Sta. Cruz Graciosa	P	77 137	97 103	92 962	81 053	76 888	92 474	41 912	21 214	35 674	42 398	60 581	1,6%
16	Lajes das Flores	P	12 906	14 781	25 363	19 671	20 847	35 171	14 023	24 960	9 168	29 385	45 673	1,5%
17	Calheta (R. A. A.)	P	77 952	60 351	112 100	50 125	70 230	29 090	28 858	42 287	39 610	73 897	36 321	0,8%
18	Sta. Cruz das Flores	P	28 671	40 879	72 949	77 076	79 049	85 463	20 128	14 699	39 991	20 364	23 889	0,9%
19	Corvo	P	585	4 823	472	174	2 532	5 167	0	3 979	530	298	3 775	0,2%
Total IMT – Açores			7 290 463	11 764 250	9 931 860	9 627 459	9 554 090	7 843 099	5 443 873	4 241 816	4 440 186	4 486 941	4 844 133	11,9%
Total IMT – Nacional			649 029 795	881 232 327	763 434 309	610 005 785	616 055 318	501 482 081	385 928 552	379 290 884	487 672 328	582 994 666	655 463 007	8,5%
% Açores/Total Nacional			1,12%	1,33%	1,30%	1,58%	1,55%	1,56%	1,41%	1,12%	0,91%	0,77%	0,74%	--

R11.M – Receita cobrada de IMT dos Municípios da R.A. da Madeira, em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	IMT											IMT / Rec. total	
		Mandato 2006–2009				Mandato 2010–201				Mandato 2014–2017				
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
1	Funchal	G	9 156 343	10 229 413	8 581 836	7 025 127	11 020 635	11 391 654	5 003 944	5 470 556	3 617 029	6 448 338	6 897 034	9,4%
2	Santa Cruz	M	1 907 943	2 480 182	2 259 117	1 982 962	1 578 651	919 842	963 469	624 728	681 254	967 851	1 647 432	8,6%
3	Calheta (R. A. M.)	P	460 624	1 532 179	1 155 721	536 359	390 105	472 159	234 303	336 231	281 021	492 778	440 284	4,6%
4	Porto Santo	P	692 935	1 685 413	1 129 379	575 123	396 005	446 411	627 259	337 599	340 857	240 656	306 096	7,0%
5	Ponta do Sol	P	324 618	281 496	357 060	244 972	263 195	191 908	167 151	98 445	91 300	68 833	234 734	3,8%
6	Câmara de Lobos	M	611 024	686 404	871 577	429 615	417 090	228 608	275 508	224 552	250 911	271 258	226 446	2,0%
7	Ribeira Brava	P	588 849	272 481	253 352	257 877	206 016	192 377	188 521	151 298	113 714	215 983	220 969	3,1%
8	Machico	M	484 378	666 349	680 683	230 324	320 956	425 394	877 006	583 174	92 509	0	209 363	2,3%
9	São Vicente	P	120 036	239 494	110 378	67 516	98 590	63 956	58 210	55 641	55 472	84 844	126 695	2,4%
10	Santana	P	182 256	188 276	203 928	110 178	137 410	73 104	61 359	35 263	50 743	33 434	40 222	0,7%
11	Porto Moniz	P	35 450	32 599	55 976	27 015	33 641	25 901	46 649	35 727	11 266	17 666	19 092	0,4%
Total IMT municípios Madeira			14 564 457	18 294 286	15 659 007	11 487 067	14 862 294	14 431 315	8 503 378	7 953 214	5 586 076	8 841 641	10 368 368	18,6%
Total IMT nacional			649 029 795	881 232 327	763 434 309	610 005 785	616 055 318	501 482 081	385 928 552	379 290 884	487 672 328	582 994 666	655 463 007	8,5%
% Madeira/Total Nacional			2,24%	2,08%	2,05%	1,88%	2,41%	2,88%	2,20%	2,10%	1,15%	1,52%	1,58%	--

R12 – Municípios com menor receita cobrada de IMT, em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	IMT											IMT / Rec. total	
		Mandato 2006-2009				Mandato 2010-201				Mandato 2014-2017				
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
1	Alter do Chão	P	87 506	121993	116 854	128 374	56 522	126 288	287 851	84 429	95 783	0	0,0%	
2	Corvo	P	585	4 823	472	174	2 532	5 167	0	3 979	530	298	3 775	0,2%
3	Barrancos	P	26 604	59 260	63 098	12 855	10 666	20 637	5 510	28 808	9 198	6 684	6 509	0,2%
4	Porto Moniz	P	35 450	32 599	55 976	27 015	33 641	25 901	46 649	35 727	11 266	17 666	19 092	0,4%
5	Manteigas	P	28 782	23 419	18 913	23 088	26 943	54 606	22 295	19 752	56 687	38 160	23 195	0,4%
6	Sta. Cruz das Flores	P	28 671	40 879	72 949	77 076	79 049	85 463	20 128	14 699	39 991	20 364	23 889	0,9%
7	Sardoal	P	87 751	89 840	93 412	81 005	53 580	92 751	126 021	66 068	67 294	33 782	26 472	0,4%
8	Calheta (R. A. A.)	P	77 952	60 351	112 100	50 125	70 230	29 090	28 858	42 287	39 610	73 897	36 321	0,8%
9	Santana	P	182 256	188 276	203 928	110 178	137 410	73 104	61 359	35 263	50 743	33 434	40 222	0,7%
10	Pampilhosa da Serra	P	146 765	78 763	158 645	77 102	55 060	84 348	58 907	26 133	28 561	34 460	41 012	0,4%
11	Castanheira de Pera	P	49 744	50 114	35 900	50 407	36 687	43 003	25 257	31 737	67 947	46 115	41 821	0,9%
12	Oleiros	P	42 197	77 604	63 465	110 224	68 881	54 012	44 992	34 665	40 222	62 633	41 973	0,5%
13	Vimioso	P	25 269	64 882	64 738	23 656	28 596	81 450	24 976	39 530	24 671	73 389	44 231	0,5%
14	Penedono	P	33 598	70 175	51 152	41 115	42 003	71 713	30 057	48 866	15 498	30 879	44 423	0,8%
15	Boticas	P	43 445	99 900	98 874	63 547	100 947	78 688	49 048	29 496	62 316	42 931	44 553	0,5%
16	Lajes das Flores	P	12 906	14 781	25 363	19 671	20 847	35 171	14 023	24 960	9 168	29 385	45 673	1,5%
17	Mesão Frio	P	44 833	216 039	80 438	136 579	226 055	115 312	43 112	132 948	30 442	47 391	46 719	0,9%
18	Vila de Rei	P	66 152	64 340	53 409	90 760	57 221	60 252	37 640	35 232	31 756	42 027	47 575	0,8%
19	Murça	P	0	0	9 302	91 095	76 925	91 742	45 379	82 747	50 222	33 122	51 443	0,8%
20	Góis	P	29 248	79 455	108 504	126 048	88 354	64 233	67 162	53 580	66 436	64 612	54 056	0,7%
21	Vila Nova de Paiva	P	61 524	56 381	80 659	48 634	75 102	59 096	38 589	89 690	37 097	51 215	55 807	0,9%
22	Vinhais	P	59 150	179 281	93 449	66 776	71 201	50 109	41 304	42 151	58 056	40 225	56 563	0,5%
23	Aguiar da Beira	P	60 692	68 961	69 881	73 193	83 973	59 776	90 651	48 328	40 185	60 637	56 974	0,6%
24	Sta. Cruz da Graciosa	P	77 137	97 103	92 962	81 053	76 888	92 474	41 912	21 214	35 674	42 398	60 581	1,6%
25	Alcoutim	P	44 502	124 148	38 234	41 099	63 101	44 219	22 615	23 981	40 722	54 086	63 281	0,8%
26	Monforte	P	27 465	130 184	211 348	77 836	145 359	124 753	58 278	51 720	200 524	57 806	63 836	1,0%
27	Sernancelhe	P	89 901	47 728	110 380	80 001	44 093	54 448	41 279	65 062	67 317	34 849	65 290	0,8%
28	Fornos de Algodres	P	0	94 047	90 724	62 996	54 630	89 915	67 595	48 104	35 160	82 850	66 294	1,1%
29	Penamacor	P	46 139	106 210	92 612	62 689	112 085	187 174	268 332	80 156	78 849	76 094	67 532	0,7%
30	Mondim de Basto	P	97 826	99 882	118 987	74 947	67 308	94 805	68 194	114 329	42 954	114 627	68 054	0,8%
31	Lajes do Pico	P	31 813	86 227	34 747	126 842	37 256	46 474	26 650	26 437	53 912	39 950	69 547	1,3%
32	Proença-a-Nova	P	72 001	117 635	144 088	147 711	101 369	109 809	61 891	61 136	54 661	71 961	72 299	0,8%
33	Ribeira de Pena	P	52 904	104 268	117 527	78 966	62 721	78 810	68 189	67 176	50 835	70 357	73 737	0,5%
34	Penela	P	162 310	222 900	214 119	64 569	31 780	102 263	331 629	44 411	66 303	66 239	74 187	1,2%
35	São Roque do Pico	P	42 595	72 596	58 193	110 182	120 117	79 433	66 354	52 968	98 465	65 219	74 800	1,6%

R13 – Municípios com maior aumento de IMT em 2016

Unidade: euros

	Município	Dim.	IMT										Variação 15-16	
			Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017			
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		2016
1	Porto	G	24 606 472	27 266 133	21 687 209	21 244 815	30 011 321	23 831 732	18 354 224	19 379 598	31 433 398	26 145 320	34 330 079	8 184 759
2	Maia	G	8 468 503	12 207 406	7 878 298	6 072 411	5 889 920	4 610 306	4 557 612	3 365 476	2 784 297	4 711 048	8 903 318	4 192 270
3	Loulé	M	27 565 761	46 559 457	34 849 063	26 612 401	20 561 954	16 756 549	12 658 328	16 067 544	21 996 208	25 804 936	29 601 467	3 796 531
4	Lisboa	G	88 311 738	108 452 369	111 800 123	90 871 592	100 214 768	86 171 239	62 977 020	70 299 382	119 373 175	174 508 596	177 906 151	3 397 555
5	Coimbra	G	10 359 483	12 678 526	11 006 584	9 820 063	9 318 844	8 104 170	6 620 486	6 838 587	7 186 105	6 201 261	9 143 480	2 942 219
6	Cascais	G	35 108 188	40 389 237	34 790 231	30 451 137	36 487 844	30 945 600	17 341 612	21 974 950	32 304 094	40 987 996	43 905 818	2 917 822
7	Olhão	M	3 462 138	4 685 275	3 722 691	2 463 616	4 478 818	2 102 130	1 895 434	1 723 926	1 792 122	2 610 847	4 781 835	2 170 988
8	Aveiro	M	4 710 819	6 819 234	5 550 515	4 316 288	5 233 471	4 442 137	3 816 310	3 218 922	2 788 612	3 034 417	5 169 004	2 134 587
9	Braga	G	7 332 541	12 015 470	9 448 859	9 571 038	8 816 146	7 773 343	5 805 864	6 116 182	5 121 598	6 101 040	8 162 521	2 061 482
10	Matosinhos	G	13 223 566	14 745 671	14 992 605	7 635 603	10 116 175	8 740 257	7 646 927	4 418 524	4 640 808	6 639 469	8 687 251	2 047 782
11	Lagos	M	12 982 328	17 223 999	14 286 361	7 578 293	6 623 672	4 975 358	5 650 021	4 958 230	7 379 083	9 028 693	11 071 491	2 042 798
12	Tavira	M	6 344 721	8 252 728	5 709 142	4 254 764	6 137 045	2 082 200	2 838 242	2 517 369	3 201 475	4 311 076	6 336 831	2 025 755
13	Guimarães	G	4 076 561	6 995 730	7 664 315	6 594 514	5 583 612	4 084 173	3 676 223	2 633 597	3 331 594	3 725 203	5 674 782	1 949 580
14	Silves	M	4 340 085	6 731 508	6 069 256	4 681 756	3 059 674	2 487 989	2 455 057	2 020 630	2 472 686	2 538 539	4 438 628	1 900 089
15	Seixal	G	8 448 477	11 172 589	9 371 242	6 395 657	7 199 900	4 786 389	3 487 992	7 036 226	3 150 812	4 315 472	6 129 445	1 813 973
16	Beja	M	1 782 788	2 880 790	1 932 745	2 418 713	1 623 551	1 334 683	862 937	881 788	1 656 425	789 147	2 390 319	1 601 172
17	Faro	M	5 086 302	6 760 663	5 619 930	3 866 335	3 368 891	3 931 683	2 617 330	1 874 408	4 055 857	3 287 791	4 734 842	1 447 051
18	Vila Nova de Gaia	G	12 508 986	17 068 155	9 802 930	12 704 278	13 666 370	11 143 366	6 155 843	7 218 703	7 050 266	9 205 187	10 590 596	1 385 408
19	Sintra	G	19 714 939	24 571 652	19 198 511	13 359 251	16 012 707	10 077 943	8 958 727	12 503 016	11 130 201	14 289 693	15 580 918	1 291 225
20	Mafra	M	7 904 900	9 899 858	7 730 208	5 638 385	6 231 604	4 151 611	3 576 049	2 287 755	2 248 741	3 115 582	4 294 397	1 178 815
21	Loures	G	17 020 390	23 189 571	19 158 622	15 054 601	13 661 145	9 491 880	6 878 707	6 559 549	8 765 870	8 021 707	9 063 339	1 041 632
22	Castelo Branco	M	2 503 241	2 955 009	2 372 699	1 764 695	1 819 030	1 324 130	1 998 864	1 400 671	1 131 913	1 371 725	2 285 486	913 761
23	Vila do Conde	M	5 423 027	9 034 978	5 954 830	5 419 362	5 494 817	8 564 304	2 911 985	3 628 624	3 632 728	3 393 067	4 299 648	906 581
24	Évora	M	4 333 937	5 723 716	3 841 652	2 157 058	2 725 351	2 308 923	1 967 870	2 006 988	1 473 696	2 011 399	2 911 104	899 705
25	Odemira	M	1 668 743	3 124 196	1 698 321	1 042 039	944 878	1 051 747	1 409 262	609 180	1 131 307	859 632	1 756 936	897 304
26	Vila Velha Ródão	P	35 620	70 936	42 013	65 168	41 078	206 400	168 591	140 139	96 098	56 641	948 985	892 344
27	Portimão	M	8 449 753	15 325 603	11 245 350	6 977 503	6 810 761	6 703 328	4 172 835	3 887 343	3 627 159	5 495 571	6 326 172	830 600
28	Guarda	M	961 043	1 435 687	1 417 144	915 406	785 436	766 904	856 324	647 182	730 910	666 857	1 458 868	792 011
29	Oeiras	G	18 069 784	26 024 888	23 299 520	28 760 142	17 038 355	11 565 083	8 599 763	7 846 639	22 309 700	12 443 476	13 225 749	782 273
30	V. Nova Famalicão	G	3 259 703	5 063 089	6 034 276	4 672 095	4 650 382	4 025 621	3 126 223	2 462 125	2 857 780	3 375 620	4 141 385	765 764
31	Vila Real	M	1 640 602	1 933 663	1 838 184	1 366 737	1 676 395	936 235	940 692	660 045	773 322	992 675	1 726 633	733 958
32	Palmela	M	5 322 613	5 848 282	5 914 363	5 936 000	5 730 523	2 491 787	2 992 628	3 355 855	3 476 877	2 728 342	3 450 915	722 573
33	Benavente	M	2 584 930	3 694 404	3 686 501	2 681 206	2 199 833	1 772 681	1 166 859	2 062 153	1 483 379	824 528	1 537 056	712 527
34	Montijo	M	4 103 912	5 304 372	4 376 626	2 597 522	4 683 840	2 679 070	3 339 152	1 854 727	1 604 462	1 293 835	2 005 547	711 712
35	Santa Cruz	M	1 907 943	2 480 182	2 259 117	1 982 962	1 578 651	919 842	963 469	624 728	681 254	967 851	1 647 432	679 580

R14 – Municípios com maior diminuição de IMT em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	IMT											Variação 15-16	
		Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
1	Albufeira	M	12 703 467	26 637 067	21 363 241	12 214 448	8 156 207	7 646 737	5 619 023	5 820 095	9 173 408	17 808 068	12 676 285	-5 131 783
2	Setúbal	G	7 112 204	10 247 095	8 918 410	8 452 478	6 228 319	4 201 597	4 737 137	2 903 077	3 300 884	8 872 922	7 592 020	-1 280 903
3	Lagoa (Algarve)	M	7 396 527	11 899 734	8 496 113	4 739 615	5 444 065	4 086 713	5 829 393	3 631 845	4 774 288	8 313 366	7 575 091	-738 275
4	Vila do Bispo	P	2 331 622	3 620 063	2 567 118	1 192 303	1 791 222	1 318 271	6 467 229	829 825	2 239 619	1 714 541	1 041 112	-673 429
5	Vila Verde	M	922 916	1 341 578	998 962	1 125 514	1 056 262	1 064 412	595 749	636 371	821 631	1 328 786	692 374	-636 412
6	Moita	M	1 976 750	2 355 717	2 401 092	1 339 404	2 224 164	1 300 016	1 073 706	2 126 214	772 849	1 087 057	665 223	-421 833
7	Vila Nova Cerveira	P	587 620	565 450	426 823	420 070	223 694	261 552	147 483	163 438	138 970	595 423	219 233	-376 190
8	Vagos	M	927 002	1 429 069	1 083 501	1 164 216	1 296 961	756 366	493 396	739 410	443 151	792 782	422 582	-370 200
9	Vizela	M	604 071	744 603	768 506	256 659	664 608	429 246	412 300	219 869	382 169	820 547	458 040	-362 508
10	Anadia	M	1 438 444	1 137 699	1 057 880	588 354	672 437	571 876	378 919	393 251	341 664	782 987	429 017	-353 971
11	Pombal	M	1 713 209	2 296 987	2 293 444	1 637 951	1 888 782	1 782 116	1 186 558	711 851	1 416 216	1 580 591	1 228 043	-352 548
12	Grândola	P	933 656	1 673 860	3 230 870	6 177 798	2 125 046	1 422 803	2 169 090	3 357 559	4 754 862	3 499 610	3 172 112	-327 498
13	Salvaterra Magos	M	444 500	1 189 098	840 000	851 687	653 859	454 589	256 132	313 216	254 203	762 715	438 716	-323 999
14	Portalegre	M	733 696	1 096 964	930 183	772 893	1 054 950	514 853	719 803	205 906	283 216	740 766	444 035	-296 731
15	Óbidos	P	2 993 640	6 640 594	5 318 061	4 501 383	2 267 188	1 862 262	1 655 407	1 389 483	3 081 835	1 555 738	1 260 688	-295 049
16	Lamego	M	778 993	1 001 616	1 215 177	651 295	534 324	394 654	662 001	916 741	452 582	857 489	603 606	-253 883
17	Sines	P	663 131	2 051 451	1 373 727	1 074 219	1 487 659	945 087	507 903	650 847	602 335	898 826	660 487	-238 340
18	Mealhada	M	640 475	865 977	534 181	491 173	404 687	292 492	401 589	292 068	311 622	504 310	283 678	-220 632
19	Entroncamento	M	882 187	1 962 309	1 392 420	784 818	1 149 333	667 789	886 052	605 743	144 327	702 838	491 616	-211 222
20	Monção	P	376 018	711 784	776 946	583 749	598 880	352 905	279 749	317 857	366 615	649 872	443 682	-206 190
21	São João Madeira	M	1 202 445	1 376 283	1 013 463	685 410	827 064	673 717	587 745	724 474	497 628	687 132	492 125	-195 008
22	Abrantes	M	939 378	2 423 427	2 189 032	1 052 760	878 560	1 008 038	640 735	646 811	531 380	711 257	520 582	-190 676
23	Alcochete	P	2 433 300	2 038 837	2 523 477	2 451 634	2 716 577	984 365	576 649	959 750	642 702	1 489 827	1 299 582	-190 245
24	Lousã	P	601 338	482 719	451 446	499 534	554 845	269 601	347 458	67 735	175 301	378 444	191 761	-186 683
25	Chaves	M	1 132 670	1 451 015	2 299 650	1 612 633	1 215 342	1 014 096	894 105	737 990	465 226	895 649	728 625	-167 024
26	Tondela	M	626 182	753 364	1 102 648	1 102 648	823 153	760 134	320 978	385 660	238 837	751 317	593 981	-157 336
27	Aljustrel	P	320 913	1 164 974	544 790	201 311	196 934	272 406	536 700	116 171	215 256	297 130	140 060	-157 070
28	Amares	P	449 926	592 921	378 402	436 848	375 095	422 945	289 144	269 818	276 322	417 991	293 877	-124 114
29	Alcácer do Sal	P	1 256 714	1 953 824	2 146 272	954 705	534 254	701 320	434 761	1 674 911	595 360	1 296 062	1 178 417	-117 645
30	Mira	P	194 507	627 485	529 311	410 647	318 363	253 184	142 066	307 572	241 052	318 771	201 271	-117 501
31	Ansião	P	301 586	348 599	341 892	319 869	172 667	274 525	337 153	133 068	236 906	353 297	259 018	-94 279
32	Bombarral	P	468 613	727 494	612 550	400 689	220 496	324 333	204 837	325 899	376 322	370 766	278 788	-91 978
33	Ribeira Grande	M	830 378	1 749 230	1 322 055	939 370	1 230 346	974 949	222 728	564 878	457 527	691 590	599 889	-91 701
34	Ponte de Sor	P	342 180	721 263	640 129	848 995	622 002	271 523	137 205	145 246	350 085	312 244	235 024	-77 220
35	Fafe	M	1 032 718	1 313 568	1 400 467	1 010 586	1 354 647	1 058 267	721 463	638 344	605 466	884 039	808 578	-75 461

A título de conclusão sobre a variação das duas principais receitas fiscais – IMI e IMT – apresenta-se o Quadro 2.24 com o número de municípios que apresentaram, entre 2007 e 2016, descida da coleta de IMI, IMT e descida conjugada destas duas receitas.

Quadro 2.24 – Número de municípios com descida de IMI e IMT

	Número de municípios									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Com diminuição do IMI	27	40	143	76	23	49	31	13	44	265
Com diminuição do IMT	40	198	221	161	188	228	180	152	121	93
Com diminuição conjugada do IMI e IMT	4	27	109	19	17	36	19	6	16	78

Do Quadro 2.24 constata-se que:

- Em 2016, o **aumento do número de municípios que apresentaram descida da receita de IMI** foi extraordinariamente elevado, ou seja, +221 municípios apresentaram descida do valor total desta coleta em relação a 2015.
- Em contrapartida, em 2016 diminuiu em 23,1% o número de municípios (-28 municípios) que apresentaram descida de receita de IMT. O número de municípios afetados pela descida desta receita foi o menor dos verificados entre 2008 e 2016, tendo esse número sido inferior apenas em 2007.
- Em 2016 verificou-se +62 municípios que, em relação a 2015, sofreram, em simultâneo, a descida do IMI e do IMT.
- Concluindo, 86% dos municípios apresentaram em 2016 descida do montante de IMI; 30,2% apresentaram descida da coleta do IMT e 25,3% dos municípios sofreram o impacto da simultaneidade de descida do IMI e do IMT.

IUC (Imposto único de circulação) e Derrama

No que se refere à coleta do IUC e da Derrama, verifica-se que o seu peso médio na receita fiscal dos municípios entre 2006 e 2016 foi respetivamente de 8,5% e de 11,5%. Em 2016 o peso do IUC na receita fiscal foi de 9,2% e o peso da Derrama foi de 10,3% (Gráfico 2.04).

Observando a evolução destas receitas, constata-se que o montante cobrado de IUC cresceu progressivamente até 2013, baixou em 2014 e 2015 e voltou a apresentar um crescimento, ainda que ligeiro em 2016 (+1,7%).

Quanto à Derrama foi sofrendo ligeiras flutuações entre 2006 e

2012, apresentando uma descida considerável em 2013, e novamente ligeiras flutuações entre 2014 e 2015. Em 2016 apresentou um crescimento de 32%.

Face ao exposto e verificando-se que ambas as receitas estão muito associadas à atividade económica dos municípios, poder-se-á dizer que o seu crescimento em 2016 estará relacionado com a melhoria da situação económica do país e dos municípios em relação a 2015.

Por fim anota-se que 103 municípios não apresentaram em 2016 qualquer valor de Derrama.

Reportado a 2016, apresentam-se o *Ranking R15* com os 35 municípios que receberam maior valor de Derrama e o *Ranking R16* com os municípios que receberam menos valor de Derrama.

Também reportado a 2016, apresentam-se o *Ranking R17* com os 35 municípios com maior coleta de IUC e o *Ranking R18* com os municípios que menor valor de IUC receberam.

R15 – Municípios com maior receita cobrada de Derrama, em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	DERRAMA											Variação 15-16	
		Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
1	Lisboa	G	81 223 509	100 070 454	78 522 248	114 599 859	113 947 355	72 302 326	93 374 749	55 173 667	59 611 292	57 471 495	67 483 751	17,4%
2	Porto	G	13 930 350	16 717 283	15 409 892	18 371 334	14 668 310	14 094 445	10 346 662	16 654 349	15 069 432	11 102 356	20 860 133	87,9%
3	Oeiras	G	19 515 090	18 706 222	15 942 113	20 468 800	14 769 874	15 418 320	13 820 447	22 185 870	10 976 819	15 342 152	15 338 002	0,0%
4	Maia	G	7 478 910	6 824 218	7 548 801	10 404 754	6 450 484	5 076 979	5 604 062	5 315 095	3 752 412	6 365 321	7 959 509	25,0%
5	Sintra	G	12 382 219	13 157 948	7 740 459	9 914 464	8 397 695	5 835 709	6 011 969	6 751 699	4 446 280	8 541 423	7 867 446	-7,9%
6	V. Nova Famalicão	G	3 474 448	3 779 070	2 641 503	3 371 326	1 327 595	5 918 772	10 233 817	0	6 754 339	0	6 089 191	--
7	Loures	G	7 354 818	7 613 126	6 067 339	5 649 869	7 657 245	5 096 311	4 833 561	4 596 574	2 939 362	4 071 446	5 924 182	45,5%
8	Vila Nova de Gaia	G	5 188 645	6 268 499	5 079 779	4 501 033	4 839 491	5 192 776	4 552 420	3 868 402	4 652 993	4 656 326	5 779 980	24,1%
9	Cascais	G	5 917 218	5 209 933	9 457 874	6 009 077	4 412 883	0	0	0	2 387 455	1 500 879	5 494 596	266,1%
10	Coimbra	G	3 004 695	3 367 099	2 608 468	3 864 079	3 068 650	3 862 064	3 139 381	2 368 437	1 736 080	1 214 317	5 240 206	331,5%
11	Braga	G	3 674 434	4 087 102	2 607 317	4 283 088	3 200 901	3 759 727	3 804 487	2 774 041	3 502 429	4 009 208	4 953 554	23,6%
12	Matosinhos	G	8 090 511	9 153 966	4 896 796	10 717 516	8 107 357	5 749 285	7 500 403	5 249 751	4 572 732	5 484 004	4 619 528	-15,8%
13	Guimarães	G	2 237 908	1 634 016	1 428 400	2 227 414	1 979 858	2 157 916	2 142 678	1 973 542	2 590 761	2 983 420	3 991 282	33,8%
14	Leiria	G	4 723 241	4 041 534	3 498 786	3 815 050	2 739 590	3 087 427	2 732 435	2 612 160	3 095 854	3 188 557	3 966 028	24,4%
15	Setúbal	G	2 594 694	3 658 962	4 105 712	3 764 801	2 202 992	3 989 160	3 974 790	3 691 339	4 438 972	2 152 930	3 545 717	64,7%
16	Sta. Maria da Feira	G	2 802 063	2 482 517	2 419 116	3 381 010	1 400 173	2 164 993	2 114 327	2 563 203	2 884 026	2 380 400	3 426 340	43,9%
17	Viana do Castelo	M	1 253 115	1 297 236	528 442	2 662 977	1 275 437	2 957 880	2 319 138	2 850 664	2 513 837	2 475 863	3 269 542	32,1%
18	Aveiro	M	3 745 789	3 723 462	3 159 652	2 468 195	2 305 395	2 863 021	2 418 083	2 317 453	2 014 812	2 764 569	2 958 770	7,0%
19	Almada	G	2 534 140	2 933 496	982 881	2 611 686	2 262 735	3 852 373	3 586 010	1 948 383	2 095 668	1 760 826	2 846 752	61,7%
20	Figueira da Foz	M	2 228 264	2 501 640	2 220 563	3 634 375	1 125 583	3 873 462	4 719 017	1 438 661	1 403 270	2 439 564	2 839 057	16,4%
21	Vila Franca de Xira	G	4 500 050	4 302 174	2 030 910	5 287 467	1 432 298	2 241 205	2 029 488	2 023 496	2 146 469	2 448 014	2 780 404	13,6%
22	Amadora	G	6 343 436	5 700 850	2 148 424	4 863 765	3 882 160	5 472 051	3 050 493	2 339 952	1 990 585	2 596 479	2 764 502	6,5%
23	Gondomar	G	2 637 393	2 805 503	1 647 355	2 154 130	1 804 307	2 640 518	2 280 350	2 090 434	1 667 001	1 479 886	2 393 428	61,7%
24	Palmela	M	5 065 967	3 321 204	3 540 683	2 947 976	1 815 467	2 357 515	2 993 097	2 346 285	2 278 903	2 836 669	2 256 597	-20,4%
25	Torres Vedras	M	1 272 754	1 550 729	1 656 575	1 666 275	1 104 003	1 141 035	1 097 698	886 510	1 709 726	503 970	2 185 713	333,7%
26	Viseu	M	1 798 075	1 906 150	1 952 846	1 062 120	2 105 845	2 889 199	3 232 495	1 684 449	2 638 917	1 346 950	2 134 092	58,4%
27	Faro	M	2 036 840	2 215 570	1 188 866	2 508 108	1 243 704	1 544 085	1 816 131	754 807	1 334 817	1 205 153	2 085 452	73,0%
28	Vila do Conde	M	2 436 760	2 855 139	1 500 394	2 273 567	442 916	2 092 799	1 853 015	1 153 155	2 118 112	1 894 872	1 996 649	5,4%
29	Sines	P	1 758 019	3 145 808	2 347 907	2 202 364	3 901 936	2 542 598	2 803 797	3 633 977	0	0	1 984 107	--
30	Marinha Grande	M	965 260	885 370	1 250 855	1 020 097	927 158	1 158 111	1 119 106	915 893	1 300 307	1 976 446	1 778 733	-10,0%
31	Barcelos	G	836 418	724 876	874 079	1 098 382	55 067	2 103	810 628	917 399	1 247 456	1 500 793	1 686 675	12,4%
32	Oliveira Azeméis	M	1 662 127	1 716 072	855 417	1 129 553	700 860	1 267 901	953 775	951 538	1 100 408	1 261 171	1 590 185	26,1%
33	Santo Tirso	M	1 156 187	1 306 186	603 364	1 276 891	939 774	1 188 579	982 836	1 134 099	1 160 751	1 122 949	1 566 162	39,5%
34	Trofa	M	764 928	969 257	1 396 539	1 184 177	750 029	964 621	834 445	783 511	1 221 322	1 371 851	1 518 062	10,7%
35	Loulé	M	0	0	0	0	0	906 758	1 108 334	845 276	835 842	1 320 857	1 494 752	13,2%

R16 – Municípios com menor receita cobrada de Derrama⁴⁶, em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	DERRAMA											Variação 15-16	
		Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
1	Castelo de Vide	P	95	11723	13 809	9 843	9 554	22 197	12 521	9 892	26 335	29 211	119	-99,6%
2	Vila Nova da Barquinha	P	0	0	24 181	10 633	0	0	0	16 005	13 363	555	940	69,4%
3	Marvão	P	16 445	10 641	12 504	11 426	662	458	3 464	2 506	3 825	3 649	5 109	40,0%
4	Vieira do Minho	P	798	0	0	2 747	0	75 579	84 849	86 005	50 423	0	5 846	--
5	Alter do Chão	P	16 911	15 574	925	43 711	13 351	19 138	8 209	4 457	6 238	8 092	6 307	-22,1%
6	Portalegre	M	435 359	348 896	89 403	171 102	190 035	346 426	169 023	79 628	114 085	16 560	6 849	-58,6%
7	Nordeste	P	0	0	0	0	0	4 504	4 730	13 069	4 842	4 889	7 809	59,7%
8	Pinhel	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7 927	--
9	Vila de Rei	P	0	0	0	0	0	4 591	6 253	8 044	5 149	1 020	8 027	687,4%
10	Fronteira	P	19 363	0	18 691	17 337	7 185	22 005	16 436	11 541	8 659	10 780	9 703	-10,0%
11	Castanheira de Pera	P	0	0	0	0	0	12 961	11 039	10 207	9 640	13 866	15 197	9,6%
12	Murtosa	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12 006	16 789	39,8%
13	Povoação	P	12 947	15 449	2 356	39 910	10 528	20 624	13 027	15 725	4 551	9 757	19 521	100,1%
14	Freixo Espada à Cinta	P	0	0	0	0	0	0	21 392	11 213	24 780	17 976	22 094	22,9%
15	Sousel	P	0	0	15 131	816	0	9 708	8 329	10 511	10 270	13 333	22 498	68,7%
16	São João da Pesqueira	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	89 572	22 929	-74,4%
17	Fundão	M	0	0	9 816	49 329	38 863	31 127	20 816	13 414	35 935	17 615	23 103	31,2%
18	Sardoal	P	0	0	0	0	0	23 153	9 948	8 969	16 629	17 664	26 535	50,2%
19	Fornos de Algodres	P	0	0	40 174	24 470	30 523	32 533	23 589	5 280	20 787	20 972	26 954	28,5%
20	Avis	P	0	0	38 468	54 392	52 952	40 103	68 546	40 640	25 796	26 121	28 975	10,9%
21	Viana do Alentejo	P	17 745	14 074	23 514	20 682	14 834	27 490	21 340	15 308	17 308	17 981	29 018	61,4%
22	Vidigueira	P	0	0	0	0	0	0	34 497	14 465	20 896	17 671	29 682	68,0%
23	Calheta (R. A. A.)	P	0	0	0	0	13 198	13 342	12 073	9 253	20 806	10 003	30 952	209,4%
24	Pedrogão Grande	P	0	0	0	0	0	0	55 368	35 073	30 018	0	31 553	--
25	Alandroal	P	34 411	25 930	30 692	40 892	10 754	43 848	22 105	27 365	30 496	27 638	33 353	20,7%
26	Ourique	P	716	1 971	10 991	1 511	0	0	0	19 849	25 334	30 126	33 690	11,8%
27	Ribeira de Pena	P	0	0	0	0	0	0	0	0	29 054	61 835	34 290	-44,5%
28	Mourão	P	8 983	14 862	0	45 939	4 064	11 159	9 761	3 087	20 607	22 325	34 887	56,3%
29	Ferreira do Zêzere	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	36 824	--
30	Mealhada	M	326 769	348 110	773 333	767 831	239 359	241 486	183 224	164 816	15 677	36 241	37 737	4,1%
31	Borba	P	2 500	0	0	0	0	30 120	33 203	29 677	46 869	39 408	42 182	7,0%
32	Figueira Castelo Rodrigo	P	0	0	0	0	0	58 415	41 781	14 058	57 462	66 844	44 066	-34,1%
33	Golegã	P	44 601	31 842	35 012	21 466	25 308	63 574	40 390	36 747	37 534	34 779	44 136	26,9%
34	Armamar	P	0	0	0	25 988	25 411	25 889	24 433	31 087	121 970	86 742	44 994	-48,1%
35	Tabuaço	P	0	0	0	0	0	0	15 392	16 633	28 319	26 925	45 510	69,0%

⁴⁶ Anote-se que 103 Municípios não cobram derrama.

R17 – Municípios com maior receita cobrada de IUC, em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	IUC										Variação 15-16		
		Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		2016	
1	Lisboa	G	12 281 572	12 469 680	11 652 654	13 059 661	13 716 277	14 555 684	15 846 624	19 434 189	18 730 547	17 927 774	18 179 130	1,4%
2	Oeiras	G	4 348 243	4 703 265	5 801 041	7 133 457	7 810 584	8 826 210	9 275 219	10 735 838	10 903 529	11 860 076	12 073 793	1,8%
3	Sintra	G	5 289 943	5 411 047	5 312 176	6 217 023	6 667 724	7 446 314	8 261 409	10 096 148	10 226 286	10 121 033	10 458 914	3,3%
4	Vila Nova e Gaia	G	3 741 014	3 931 015	3 865 630	4 425 120	4 647 859	4 976 581	5 651 218	7 299 496	7 536 385	7 234 436	7 112 130	-1,7%
5	Cascais	G	3 402 850	3 590 945	3 436 702	3 897 679	4 086 160	4 386 327	5 118 006	6 422 512	6 121 292	5 808 788	5 884 859	1,3%
6	Porto	G	3 756 596	3 841 335	3 638 400	4 102 192	4 243 750	4 506 697	5 023 923	6 488 934	6 279 762	5 627 328	5 781 375	2,7%
7	Loures	G	3 045 787	2 766 514	3 223 151	3 462 205	3 402 978	3 732 854	4 080 825	4 912 457	5 216 453	5 025 128	4 789 743	-4,7%
8	Braga	G	1 457 746	1 367 871	2 249 265	2 649 957	2 818 279	3 105 318	3 531 567	4 440 130	4 300 411	4 227 296	4 262 227	0,8%
9	Matosinhos	G	2 374 595	2 536 600	2 539 921	2 836 090	2 978 085	3 211 135	3 576 708	4 330 668	3 858 920	3 693 859	3 720 845	0,7%
10	Amadora	G	2 283 870	2 323 477	2 328 694	2 636 267	2 736 283	2 896 382	3 182 465	3 616 589	3 286 605	3 183 052	3 508 277	10,2%
11	Guimarães	G	1 773 998	1 668 373	1 837 779	2 102 119	2 237 779	2 415 157	2 773 101	3 582 685	3 527 256	3 374 818	3 433 827	1,7%
12	Almada	G	2 231 320	2 333 354	2 201 522	2 477 738	2 585 121	2 747 547	3 060 963	3 818 337	3 590 068	3 401 329	3 412 275	0,3%
13	Coimbra	G	1 908 035	2 034 162	1 928 776	2 217 299	2 362 573	2 612 083	2 914 375	3 740 260	3 568 091	3 403 451	3 388 886	-0,4%
14	Leiria	G	1 713 778	1 796 664	1 802 598	2 081 156	2 247 814	2 523 298	2 933 413	3 655 925	3 360 317	3 257 436	3 355 254	3,0%
15	Seixal	G	2 011 846	2 122 561	2 022 487	2 286 287	2 412 712	2 555 900	2 904 456	3 569 982	3 402 793	3 277 680	3 304 356	0,8%
16	Maia	G	1 853 498	1 946 463	1 880 483	2 127 162	2 243 175	2 398 317	2 722 852	3 382 185	3 192 792	3 068 351	3 128 533	2,0%
17	Gondomar	G	1 816 824	1 889 828	1 852 877	2 095 811	2 223 429	2 366 163	2 682 856	3 400 533	3 105 452	3 022 722	3 082 219	2,0%
18	Sta. Maria Feira	G	1 648 505	1 768 822	1 758 852	1 977 471	2 109 673	2 284 220	2 634 518	3 291 748	3 034 906	2 989 599	3 077 477	2,9%
19	V.N.Famalicão	G	1 531 562	1 514 094	1 625 962	1 890 808	2 009 073	2 158 501	2 469 565	3 120 258	3 087 219	3 003 415	3 043 968	1,4%
20	Odivelas	G	1 689 935	1 693 006	1 706 092	1 942 446	2 055 761	2 207 432	2 485 741	3 108 963	3 027 498	2 874 353	2 905 070	1,1%
21	Setúbal	G	1 668 228	1 765 057	1 728 675	1 971 004	2 058 016	2 162 330	2 401 948	3 004 186	2 970 806	2 847 258	2 790 038	-2,0%
22	Vila Franca Xira	G	1 682 229	1 783 123	1 740 853	1 958 229	2 049 897	2 180 422	2 392 891	2 921 697	2 821 583	2 711 165	2 736 098	0,9%
23	Barcelos	G	1 332 111	1 336 288	1 450 352	1 687 255	1 781 299	1 914 219	2 198 239	2 683 408	2 583 604	2 528 875	2 624 871	3,8%
24	Funchal	G	1 646 674	1 729 065	1 551 719	1 787 140	1 861 337	2 012 393	2 217 266	2 718 990	2 716 742	2 609 780	2 526 054	-3,2%
25	Loulé	M	1 241 797	1 160 946	1 332 439	1 538 799	1 608 186	1 678 642	1 955 118	2 463 440	2 326 955	2 176 362	2 267 610	4,2%
26	Viseu	M	1 167 060	1 223 083	1 256 347	1 449 896	1 555 561	1 724 478	1 963 571	2 376 104	2 208 610	2 155 140	2 224 983	3,2%
27	Viana Castelo	M	1 049 383	1 125 636	1 135 965	1 309 470	1 385 098	1 505 961	1 722 251	2 070 849	1 990 897	1 921 838	1 941 957	1,0%
28	Mafra	M	968 176	1 043 619	1 045 050	1 214 637	1 321 058	1 421 758	1 649 817	2 027 960	1 951 400	1 901 054	1 934 838	1,8%
29	Faro	M	1 096 379	852 516	1 177 520	1 339 712	1 404 250	1 517 438	1 710 739	2 145 281	2 103 578	1 987 148	1 933 400	-2,7%
30	Azambuja	M	277 023	298 959	654 439	689 824	671 295	665 543	648 152	911 610	1 627 948	1 779 173	1 909 295	7,3%
31	Aveiro	M	1 047 033	956 827	1 118 464	1 294 328	1 369 759	1 466 606	1 639 929	1 981 087	1 893 011	1 832 082	1 876 617	2,4%
32	Valongo	M	1 016 624	1 075 759	1 050 424	1 194 078	1 252 528	1 356 985	1 552 007	1 992 196	1 817 550	1 760 827	1 805 600	2,5%
33	Torres Vedras	M	921 348	990 863	1 011 084	1 186 071	1 241 492	1 349 838	1 537 174	1 877 694	1 779 796	1 717 648	1 739 367	1,3%
34	Vila do Conde	M	898 992	953 647	928 314	1 076 161	1 145 742	1 235 874	1 424 769	1 821 781	1 702 233	1 652 763	1 679 754	1,6%
35	Paredes	M	819 088	859 886	863 142	999 206	992 272	1 245 319	1 328 341	1 739 012	1 611 261	1 565 977	1 626 461	3,9%

R18 – Municípios com menor receita cobrada de IUC, em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	IUC											Variação 15-16	
		Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
1	Corvo	P	1548	1172	2260	3248	2853	3133	5152	8823	8108	7125	6673	-6,3%
2	Barrancos	P	15336	17261	15553	17920	19452	20403	25779	31262	26011	23890	25449	6,5%
3	Lajes das Flores	P	11226	12039	14144	15073	21401	17103	20714	33864	30659	28975	29004	0,1%
4	Alvito	P	20442	21849	21644	25599	26122	28187	34008	45406	39973	36334	36496	0,4%
5	Porto Moniz	P	19267	20186	17274	22551	23196	26886	32919	41378	39620	37573	37155	-1,1%
6	Mourão	P	24770	26120	25078	25472	31108	30996	36152	46932	42836	39521	37542	-5,0%
7	Santa Cruz das Flores	P	19613	22537	25337	29499	29807	28611	37074	46244	40870	40617	39954	-1,6%
8	Alcoutim	P	21340	22998	24507	27234	29573	31446	33737	50498	41974	40941	40412	-1,3%
9	Vila de Rei	P	23091	24708	25747	30167	34499	36309	44053	48038	46325	45586	46478	2,0%
10	Monforte	P	26713	28989	26737	31446	33642	37072	39759	53756	45573	45998	46774	1,7%
11	Vila Velha de Ródão	P	25558	27126	26946	27907	33240	36097	41636	53431	46547	45054	48716	8,1%
12	Alter do Chão	P	33231	32617	29839	36719	35644	47752	49813	62590	56249	52662	50047	-5,0%
13	Arronches	P	28351	29998	29512	34208	36029	38297	47074	58795	54951	53231	52567	-1,2%
14	Castanheira de Pera	P	27895	30653	31172	37268	38280	39793	46198	64311	58881	50576	53024	4,8%
15	Penedono	P	24864	26593	28824	32525	34763	37013	48611	56770	57807	53672	53118	-1,0%
16	Fronteira	P	31516	32597	31923	38224	41436	42680	53151	63454	60899	52845	53505	1,2%
17	Freixo de Espada à Cinta	P	24601	27251	28007	32224	30331	36572	41396	59028	56488	0	53885	--
18	Pampilhosa da Serra	P	29556	31566	30811	36536	38780	41588	50004	60205	56382	55486	54995	-0,9%
19	Crato	P	35245	36539	34119	38419	41031	44106	51569	66865	56629	56253	55027	-2,2%
20	Gavião	P	23231	27556	26746	34255	38445	40487	43437	57544	56742	52406	56661	8,1%
21	Manteigas	P	30356	32719	31678	38283	41399	45228	49111	56638	57361	57141	57431	0,5%
22	Marvão	P	34095	36350	35541	40725	43479	42361	51394	70149	57228	61088	57572	-5,8%
23	Nordeste	P	27235	30725	28838	34111	36979	39521	48545	69256	56499	55950	57946	3,6%
24	Sardoal	P	35201	38575	39205	47663	49568	55801	59898	75181	72145	66036	58843	-10,9%
25	Castelo de Vide	P	35899	37950	36348	39264	42372	44786	49141	69102	61416	60644	60229	-0,7%
26	Calheta (R. A. A.)	P	27377	31439	27994	37158	40278	45303	57039	70407	66351	61273	60383	-1,5%
27	Mesão Frio	P	38308	39684	37970	45659	48172	48989	55078	73690	64456	65094	67320	3,4%
28	Oleiros	P	34740	36452	37493	44307	46213	50675	57380	73498	77948	69540	70391	1,2%
29	Cuba	P	40545	41170	39653	46443	50862	54776	59629	82629	73161	68983	71557	3,7%
30	Góis	P	32782	37906	37424	43866	47653	49724	56083	82344	74961	71378	71775	0,6%
31	Pedrógão Grande	P	34129	39016	36057	44821	46737	49976	62844	82943	72842	72028	73418	1,9%
32	Constância	P	43645	46725	44665	51060	55759	60140	69559	83753	85207	80501	73433	-8,8%
33	Lajes do Pico	P	31805	35097	34243	40477	45886	48804	69509	89923	77214	70223	74005	5,4%
34	Santa Cruz da Graciosa	P	37770	6489	40507	48072	49802	50887	69341	93402	86940	81687	75817	-7,2%
35	Vimioso	P	33478	36911	36928	44209	46710	52396	72016	85458	84979	78927	76211	-3,4%

2.2.2.4. Venda de bens e serviços, e venda de bens duradouros

– Outra receita autárquica com significado material no total cobrado pelos municípios é a que resulta do conjunto da venda de bens e serviços⁴⁷ e da venda de bens duradouros. Logo a seguir às transferências e às receitas fiscais, esta categoria de receita autárquica constitui o montante arrecadado com maior significado, apresentando um valor total superior ao dos passivos financeiros (Quadros 2.09 e 2.10).

– Em 2016 o conjunto do valor destas duas rubricas orçamentais cresceu 1,1% e passou a representar 12% da receita total, graças à venda de 861,1 milhões de euros de bens e serviços e à venda de 67,5 milhões de euros de bens duradouros (ativos fixos).

– Embora a componente essencial no conjunto destas duas receitas, seja a venda de bens e serviços, será de referir, tanto relativamente ao ano de 2014 como ao ano de 2015, o crescimento da venda de bens de investimento, respetivamente em 55,8% e 33,5%. No entanto, em 2016, a venda de bens de investimento, ao descer 68,1%, atingiu o segundo valor mais baixo desta receita desde 2006 (o montante mais reduzido de receita de bens de investimento tinha ocorrido em 2013, com 52,1 M€). Até 2014, com exceção do ano de 2010, a venda de bens duradouros tinha apresentado, sempre, decréscimo de valor voltando a verificar-se esta situação em 2016.

– Será de salientar que a venda de bens e serviços correntes, embora sendo a receita mais elevada no conjunto destas duas receitas, tem apresentado pouca variação não refletindo o crescimento da produção de bens e serviços que os municípios prestam, cada vez mais, às populações. Infere-se como razão para este facto, a transferência deste setor de negócio para as empresas municipais ou afins. Efetivamente, sabendo-se o forte investimento autárquico em equipamentos produtores de serviços, nomeadamente na área da cultura, desporto e lazer,

⁴⁷ Anota-se que, estando esta análise centrada nos municípios e por isso na produção de bens e serviços realizados pelos serviços municipais, não se reflete nesta estrutura da receita o valor da produção e venda de bens e serviços realizados pelas estruturas municipais desconcentradas, isto é, pelo sector empresarial local ou serviços municipalizados.

deveriam estar refletidos no orçamento autárquico, rendimentos financeiros mais elevados que adviriam do funcionamento desses equipamentos⁴⁸.

– Mais se refere que 60 municípios não apresentaram em 2016 qualquer registo de receita proveniente da Venda de Bens Duradouros.

Os *Rankings R19* e *R20* apresentam respetivamente os municípios com maior e menor volume de receitas referentes a venda de bens de capital. Não se apresentam idênticos quadros para venda de bens e serviços correntes uma vez que, em vários municípios, muitas dessas receitas estão sob a responsabilidade de empresas ou serviços municipalizados.

Em particular o município de Idanha-a-Nova apresenta receita em bens duradouros de 9 euros em 2015 e 9 euros em 2016. De acordo com os mapas de execução da receita de 2015 e de 2016, 9€ refere-se à venda de terrenos a sociedades e quase-sociedades não financeiras. Entendemos que pelo valor tão reduzido e repetido em dois anos consecutivos, mereceria justificação no anexo às demonstrações orçamentais.

Os *Rankings R19.A* e *R19.M* apresentam o volume de receitas de recursos a venda de bens de capital dos municípios dos Açores e da Madeira.

⁴⁸ Volta-se a reafirmar o facto de, para os sucessivos anuários, não ter sido possível isolar e avaliar o impacto que, para o todo do grupo municipal, poderia ter um aumento de receita adveniente do funcionamento de equipamento cultural, desportivo e de lazer.

R19 – Municípios com maior volume da receita cobrada de venda de bens duradouros (ativos fixos), em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			Total 2006 a 2016	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
1	Lisboa	G	95151934	13911951	7447330	7974107	23515807	14794713	28991270	14823787	46283250	72717796	22855069	348467014
2	Porto	G	15277452	2376454	4555134	11580674	8503557	9499682	2083564	11609308	9009247	4172605	4164103	82831781
3	Vila Nova de Gaia	G	2942033	335069	12487340	7862694	139486	401023	91388	231392	34886	220367	3812193	28557871
4	Vila Real Sto. António	P	4117376	1510470	248586	2114718	30263088	1987077	373859	46403	288426	81259	3632913	44664174
5	Estarreja	M	261580	2998187	936218	1735505	756848	665818	24195	45909	337070	152284	2243622	10157235
6	Viana do Castelo	M	269794	4141108	2347553	356227	228362	356131	1978681	1013498	309885	247030	1943847	13192117
7	São João da Madeira	M	6548223	409228	1333946	459778	326920	442741	208836	91808	4613	72910	1421718	11320721
8	Oliveira de Azeméis	M	60230	591620	560105	26585	7538	1565	223002	99734	70380	41097	1279322	2961177
9	Mafra	M	1400150	1729955	411429	419220	7404	1920	36973	1700	806101	2100	1112376	5929328
10	Seixal	G	36725	96577	82502	1808700	110790	987850	3000	0	109133	900000	900000	5035276
11	Leiria	G	131447	2742	4213	0	0	1030	16813	304291	276455	163000	767466	1667457
12	Amares	P	0	0	0	11750	38254	0	0	0	0	0	699920	749924
13	V. Nova Famalicão	G	473802	433242	481870	510542	255000	20420	61460	29000	51002	63851	673840	3054029
14	Oeiras	G	2662537	1751189	4186018	699561	1086551	310609	258380	93744	233971	479601	652875	12415036
15	Santa Maria da Feira	G	487249	289077	516129	419576	1341068	623334	363600	426907	700802	697356	617193	6482289
16	Penafiel	M	0	164315	576452	117257	25188	105150	50420	8500	315500	0	607343	1970125
17	Matosinhos	G	6075	69820	14700	4608300	51582	221420	1544	5746	10491	23047	599074	5611799
18	Figueira da Foz	M	1713226	3683859	1394235	1062732	259425	141280	346007	461764	1005579	180493	561217	10809817
19	Sintra	G	739301	3552559	228773	1228988	348228	1614564	167959	492418	373275	571273	506047	9823385
20	Óbidos	P	276026	487626	113460	0	124800	0	164050	15772	23657	0	487549	1692940
21	Espinho	M	0	0	53875	53875	17952	0	0	0	0	124697	481021	731420
22	Fundão	M	1502888	884544	950479	205032	491649	37858	222061	41665	123441	7768	445000	4912384
23	Oliveira do Bairro	M	1304672	432016	812306	698282	964396	584054	148698	187500	438796	605223	417481	6593423
24	Cascais	G	978566	2499351	264430	656112	1407815	2168770	631913	727115	291200	460855	403965	10490093
25	Porto de Mós	M	56693	268022	127412	329677	105775	162687	15905	60820	164288	215188	340317	1846784
26	Marvão	P	675	6250	23786	443561	47808	280050	28500	19926	5477	18310	334556	1208898
27	Moura	P	61479	5927	26110	6729	22033	4336	0	33136	0	0	327138	486888
28	Cantanhede	M	2103909	1392911	930810	986613	70084	87416	579375	192118	66336	96000	313378	6818950
29	Mortágua	P	4709	3655	8538	3842	71284	221843	10486	54027	14269	19697	312191	724539
30	Póvoa de Varzim	M	834459	346432	10975	148283	14000	514600	8418	0	36377	55265	310138	2278946
31	Praia da Vitória	M	0	734128	2188723	996950	2937265	1745000	240116	1027400	585601	211301	297501	10963984
32	Tondela	M	12915	44613	122097	122097	13130	15188	21330	64700	12592	815	288502	717979
33	Castro Daire	P	34173	13725	18420	29292	22281	7000	20925	0	8205	20430	283415	457866
34	São Pedro do Sul	P	167552	0	11526630	0	0	12210	323119	82009	362137	93964	279169	12846789
35	Sernancelhe	P	57053	16905	13560	201186	40774	49759	2350	0	55925	36303	277723	751537

R19.A – Volume da receita cobrada de venda de bens duradouros, em 2016, pelos municípios dos Açores

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17			Total 2006 a 2016
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1 Praia da Vitória	M	0	734 128	2 188 723	996 950	2 937 265	1 745 000	240 116	1 027 400	585 601	211 301	297 501	10 963 984
2 Povoação	P	0	0	0	2 000	850	947 250	1 460	447 950	173 175	182 400	183 845	1 938 930
3 Angra do Heroísmo	M	82 712	1 281 284	299 983	334 452	475 411	0	100 955	56 595	120 295	0	114 459	2 866 147
4 Madalena	P	10 487	79 993	18 875	35 457	20 971	19 281	5 481	351 896	34 574	20 246	59 847	657 108
5 Ribeira Grande	M	24 210	17 798	42 717	25 926	142 668	20 444	38 682	38 201	18 875	50 080	58 096	477 697
6 Nordeste	P	9 534	270	0	0	73 283	122	41	14 995	0	0	47 500	145 744
7 Lajes do Pico	P	0	0	0	250	0	1 325	0	0	5 688	182 113	9 450	198 825
8 Ponta Delgada	M	115 210	1 641 427	879 286	4 716 826	12 951	4 770	5 465	3 478	3 731	3 877	8 162	7 395 183
9 Calheta (R. A. A.)	P	5 503	3 482	2 749	2 224	3 032	2 421	2 275	1 908	5 738	3 505	3 707	36 544
10 Horta	P	29 389	50 152	25 291	20 107	23 812	42 884	9 733	10 011	6 035	375	1 912	219 700
11 Lagoa (R.A.A)	P	8 605	21 616	1 692 990	62 000	330 096	57 861	11 584	34 602	6 120	68 770	28	2 294 271
12 Vila Franca Campo	P	444 486	1 722 383	262 267	32 856	46 340	0	963 846	69 793	50 000	0	0	3 591 971
13 Velas	P	97 927	75 142	174 384	148 346	0	143 958	70 000	0	0	0	0	709 757
14 Sta. Cruz das Flores	P	2 463	181 500	11 288	302 882	39 340	0	0	0	12 700	0	0	550 172
15 Lajes das Flores	P	0	0	0	0	0	29 500	42 500	109 500	261 111	0	0	442 611
16 Vila do Porto	P	3 565	19 228	0	0	20 988	0	6 960	0	0	0	0	50 740
17 Sta Cruz da Graciosa	P	800	0	0	0	0	10 100	0	4 593	0	0	0	15 493
18 São Roque do Pico	P	0	2 500	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2 500
19 Corvo	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

R19.M – Volume da receita cobrada de venda de bens duradouros, em 2016, pelos municípios da Madeira

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17			Total 2006 a 2016
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1 Funchal	G	868 358	88 163	120 080	121 058	46 347	132 136	52 677	0	29 257	0	87 853	1 545 929
2 Câmara de Lobos	M	23	0	0	0	9 000	17 041	4 071	39 145	6 482	14 303	19 478	109 544
3 Santana	P	18 705	11 223	18 705	6 482	7 000	17 620	3 500	0	3 500	0	3 550	90 285
4 Porto Moniz	P	0	0	0	8 535	566	8 014	0	0	0	605	1 815	19 535
5 Porto Santo	P	182 383	103 691	41 304	12 080	2 610	0	0	0	0	0	0	342 067
6 Calheta (R. A. M.)	P	0	50 000	0	0	0	0	0	129 837	0	0	0	179 837
7 Santa Cruz	M	150	0	0	55 300	17 811	18 827	56 480	1 650	6 128	0	0	156 346
8 São Vicente	P	1 450	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 450
9 Machico	M	0	0	0	1 100	0	0	0	0	0	0	0	1 100
10 Ponta do Sol	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11 Ribeira Brava	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

R20 – Municípios com menor volume da receita cobrada de venda de bens duradouros⁴⁹, em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17			Total 2006 a 2016	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
1	Idanha-a-Nova	P	385 804	109 961	28 202	5 602	73 566	27 165	22 882	0	17	9	9	653 218
2	Lagoa (R.A.A.)	P	8 605	21616	1692 990	62 000	330 096	57 861	11584	34 602	6 120	68 770	28	2 294 271
3	Coimbra	G	1766 758	1366 937	542 153	1572 148	1347 151	3 297 764	61704	5 985	18 749	369 640	35	10 349 023
4	Gavião	P	127	0	5	52 591	1421	552 062	19 289	9 500	10 390	11864	153	657 401
5	Covilhã	M	984 491	635 104	208 617	225 088	21097	340 989	58 596	160 000	546 730	146 818	170	3 327 701
6	Mora	P	49 117	21161	17 380	22 560	79 013	41477	10 232	5 826	613	12 234	225	259 838
7	Benavente	M	36 254	246 206	1 310	29 423	25 440	3 462	825	26 071	1 341	4 830	295	375 456
8	Cartaxo	M	49 835	73 023	870 492	18 961	17 472	52 557	2 120	0	147	12 444	469	1 097 520
9	Tarouca	P	7 600	0	17 570	0	0	1 750	0	11536	123 000	6 640	500	168 596
10	Vila Viçosa	P	199 544	281449	342 703	501192	218 459	13 831	14 756	36 492	17 683	27 580	562	1654 250
11	Penacova	P	10 434	34 492	0	14 430	0	83 050	86 642	7 774	15 693	38 341	750	291606
12	Alcanena	P	30 800	3 547	127 542	38 660	26 160	7 930	0	27 675	15 508	1967	916	280 704
13	Salvaterra de Magos	M	6 915	6 312	3 251	25 461	5 112	13 878	145 392	2 313	4 160	2 214	966	215 975
14	Azambuja	M	662 738	989 819	5 907 826	73 976	1423 814	0	149 193	0	0	200	1230	9 208 796
15	Castanheira de Pera	P	3 250	181065	414 926	93 610	101956	6 545	3 904	12 009	1442	6 533	1446	826 685
16	Porto Moniz	P	0	0	0	8 535	566	8 014	0	0	0	605	1815	19 535
17	Sesimbra	M	202 067	831505	1050 500	60 966	170	54 525	15 198	86 122	52 513	112 022	1869	2 467 457
18	Horta	P	29 389	50 152	25 291	20 107	23 812	42 884	9 733	10 011	6 035	375	1912	219 700
19	Nazaré	P	4 356	2 500	0	1650 000	288 700	511831	100 000	264 000	246 515	1702 764	2 032	4 772 698
20	Mação	P	83 883	16 925	50 881	6 865	2 474	58	0	11 446	14	0	2 153	174 699
21	Fornos de Algodres	P	0	72 214	270 412	83 274	208 739	1 243	10 650	6	870	14	2 750	650 172
22	Santana	P	18 705	11223	18 705	6 482	7 000	17 620	3 500	0	3 500	0	3 550	90 285
23	Amarante	M	80 814	837 427	81061	49 501	153 154	282 700	155 481	98 086	59 050	7 591	3 618	1808 483
24	Calheta (R. A. A.)	P	5 503	3 482	2 749	2 224	3 032	2 421	2 275	1 908	5 738	3 505	3 707	36 544
25	Condeixa-a-Nova	P	163 735	402 028	13 354	14 989	106 819	4 500	0	30	3 795	59	3 995	713 303
26	Chamusca	P	27 608	150 677	123 882	9 681	196 260	87 039	14 209	18 730	23 092	27 703	4 081	682 963
27	Montemor-o-Novo	P	0	66	21038	5 759	4 288	361	6 074	49 430	31 369	53 625	4 293	176 302
28	Vila Velha de Ródão	P	47 801	97 514	59 551	40 767	545 274	265 884	102 926	12 671	5 053	12 437	4 329	1194 205
29	Almeirim	M	219 264	123 458	74 283	80 349	52 748	22 577	20 267	2 210	38 953	158 871	4 423	797 404
30	VN Cerveira	P	174 208	235 819	249 666	464 280	63 800	10 083	40 000	0	12 900	38 339	4 510	1 293 604
31	Vagos	M	1552 160	1728 941	2 324 346	289 899	44 906	24 088	58 452	337 636	94 849	53 537	4 800	6 513 616
32	Sardoal	P	66	29	12 549	2 860	0	8 611	3 375	0	3 126	0	4 810	35 426
33	Mogadouro	P	504 262	395 247	11069	5 030	44 260	16 167	11 475	9 219	6 200	17 400	4 849	1 025 179
34	Barrancos	P	0	0	629	4 579	13 738	2 998	2 873	2 719	0	0	4 913	32 449
35	Arganil	P	0	31750	72 431	171667	15 750	111810	0	67 431	163 386	0	5 121	639 345

⁴⁹ Não contam para a elaboração deste ranking 60 municípios que não apresentaram receita cobrada na respetiva rubrica orçamental.

2.2.2.5. Passivos Financeiros (empréstimos obtidos)

Relativamente a outra componente da receita autárquica – as receitas creditícias, vulgo **passivos financeiros**, que durante um longo período de anos apresentou elevado peso nas receitas totais das autarquias portuguesas, apenas se apresentam, agora, breves referências uma vez que será um tema a explorar aquando da análise do endividamento no Capítulo 3 deste Anuário. Assim:

– **Em 2016, o recurso a novos empréstimos (passivos financeiros) no montante de 388,3 milhões de euros, aumentaram 124,6 milhões de euros (+47,3%)** relativamente a 2015. No entanto, representaram apenas 40% do valor utilizado em 2009, ano em que esta receita apresentou o valor mais alto.

– O montante utilizado de empréstimos financeiros tinha iniciado uma descida abrupta em 2010 com -46,5% de financiamento bancário, prosseguindo nos anos subsequentes o decréscimo de utilização de receitas creditícias com a seguinte cadência: em 2012 com -53,6%; em 2014 com -49,4% e em 2015 com -32,9%.

– Mais se refere que **191 municípios, em 2016, não apresentaram qualquer valor de receitas creditícias, ou seja, não recorreram a novos empréstimos**. Face ao número elevado de municípios que prescindiram ou não puderam utilizar empréstimos financeiros, os mesmos não constam do *ranking* que hierarquiza os municípios com menor volume de utilização de empréstimos bancários.

Os *Rankings R21 e R22* apresentam respetivamente os municípios com maior e menor volume de receitas referentes a recurso a novos empréstimos bancários.

Os *Rankings R21.A e R21.M* apresenta o volume de receitas de recursos a empréstimos bancários dos municípios dos Açores e da Madeira.

R21 – Municípios com maior volume da receita cobrada de Passivos Financeiros (novos empréstimos bancários), em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1	Vila Nova de Gaia	G	2 871 166	4 167 816	5 203 845	10 434 975	8 778 607	8 425 320	9 280 389	24 647 957	14 420 165	7 946 706	41 406 880
2	Portimão	M	1 616 055	2 160 208	10 901 238	10 840 541	3 000 000	0	0	0	0	0	33 234 497
3	Évora	M	2 668 399	3 500 000	2 550 000	15 589 921	5 061 000	2 570 000	2 545 000	28 583 099	8 683 275	0	32 500 000
4	Seixal	G	0	0	12 000 000	5 000 000	0	4 000 000	0	0	33 334 459	0	31 296 162
5	Guarda	M	5 281 315	454 253	3 654 275	18 965 060	590 958	922 347	1 145 318	13 954 235	193 778	8 200 000	19 327 551
6	Alfândega da Fé	P	1 157 913	1 189 047	540 000	4 508 788	9 780 000	600 000	200 000	17 166 674	1 077 812	11 879 406	18 742 702
7	Matosinhos	G	0	295 251	1 953 729	6 454 140	7 392 748	10 787 873	6 306 714	3 134 116	2 845 225	6 541 538	14 276 572
8	Santarém	M	3 553 653	1 410 987	2 100 000	25 100 000	2 180 000	2 150 000	2 150 000	29 949 737	9 568 411	802 829	13 704 875
9	Paredes	M	0	0	1 300 000	11 508 333	2 000 000	10 519 367	1 247 714	22 088 491	2 400 349	2 800 000	12 204 046
10	Barreiro	M	0	0	6 000 000	1 952 238	0	0	8 1866	10 201 380	163 732	0	11 651 035
11	Alandroal	P	806 950	651 549	1 159 825	645 000	10 295 000	601 220	400 000	570 000	570 000	0	11 425 000
12	Vila Nova de Poiares	P	889 987	358 000	450 000	4 595 658	970 700	8 490 189	200 000	390 000	675 364	529 165	11 423 784
13	Setúbal	G	3 000 000	0	0	0	34 694	1 750 000	72 247	1 000 000	0	12 500 000	10 000 000
14	Colorico de Basto	P	550 000	950 000	2 532 116	2 511 493	6 025 070	6 752 700	0	0	0	0	9 347 292
15	Lisboa	G	4 963 586	1 172 357	0	112 194 485	0	43 137 500	8 990 000	59 000 000	60 730 348	46 686 135	7 320 213
16	Chaves	M	2 803 524	453 719	4 053 073	18 48 386	15 28 003	12 000 000	1 333 333	8 652 817	14 508 995	1 700 000	6 253 821
17	VRS António	P	603 569	0	3 045 000	4 413 516	1 460 586	1 092 727	0	0	57 563 627	0	5 541 756
18	Vieira do Minho	P	565 000	232 000	779 000	47 000	1 753 000	202 000	623 000	3 056 978	500 000	2 000 000	4 965 461
19	Loures	G	0	0	6 940 635	11 670 780	12 000 000	4 761 159	8 135 219	6 000 000	6 000 000	6 908 943	4 715 370
20	Vila Verde	M	0	0	0	0	0	185 284	0	14 306 056	0	100 000	4 429 598
21	Braga	G	0	0	4 000 000	9 508 129	6 865 000	3 000 000	3 000 000	5 000 000	8 000 000	5 000 000	4 000 000
22	Viana do Castelo	M	2 016 763	694 596	5 601 388	4 885 990	4 632 407	5 418 161	633 681	5 359 410	2 600 000	6 240 185	3 702 961
23	Coimbra	G	4 525 053	14 436 644	3 500 000	9 711 326	10 622 476	10 461 000	13 009 582	6 751 199	1 548 801	437 063	3 556 264
24	Cartaxo	M	4 102 996	1 000 000	13 970 022	760 000	775 000	740 000	0	0	10 600 746	8 350 905	3 278 532
25	Mangualde	P	1 365 573	630 126	254 650	4 190 228	0	464 839	0	6 643 648	0	0	3 138 677
26	Vila Nova Famalicão	G	3 610 960	2 609 247	2 362 486	6 502 606	6 267 191	5 640 877	4 050 225	3 963 106	4 933 816	5 634 104	2 653 298
27	Azambuja	M	1 681 646	225 936	2 947 199	2 345 000	0	0	0	3 139 294	0	0	2 578 706
28	Torres Vedras	M	644 377	2 280 000	5 287 954	4 555 276	3 946 791	10 183 854	3 583 197	2 100 000	2 400 000	5 300 000	2 500 000
29	Amarante	M	0	830 000	525 000	1 533 850	2 853 162	2 051 246	1 323 412	825 401	0	500 000	2 355 670
30	Fafe	M	755 588	1 034 164	1 888 869	1 711 000	0	0	0	0	2 442 675	435 500	2 235 783
31	Vendas Novas	P	0	490 000	103 000	1 417 000	730 000	500 000	462 000	2 000 000	0	0	1 866 518
32	Fundão	M	4 445 357	7 087 860	6 599 020	10 676 698	2 117 500	1 857 249	1 461 676	48 270 699	0	0	1 740 000
33	Sesimbra	M	0	0	1 039 811	4 780 782	2 773 736	3 473 185	5 553 902	11 854 117	2 525 710	1 400 000	1 716 265
34	Estremoz	P	0	1 148 730	0	0	1 563 946	0	390 375	2 710 733	0	0	1 700 000
35	Ribeira Grande	M	870 661	2 892 707	1 103 269	5 857 738	2 204 381	1 136 500	2 782 759	668 893	241 000	1 152 001	1 638 094
Total Nacional			278 424 132	357 439 964	528 762 576	965 041 421	516 388 596	474 284 842	220 067 120	776 259 719	392 800 398	263 690 221	388 290 065

R21.A – Volume da receita cobrada de Passivos Financeiros, em 2016, pelos municípios dos Açores

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1	Ribeira Grande	M	870 661	2 892 707	1 103 269	5 857 738	2 204 381	1 136 500	2 782 759	668 893	241 000	1 152 001	1 638 094
2	Praia da Vitória	M	1 709 492	309 000	1 776 938	2 204 676	2 392 871	1 803 500	1 367 334	1 086 000	240 000	850 000	1 550 000
3	Madalena	P	684 895	1 603 403	1 200 000	0	142 332	0	0	430 000	0	603 000	1 130 000
4	Lajes do Pico	P	556 369	0	1 74 572	0	5 758 698	0	0	0	200 000	100 000	25 000
5	Lagoa (R.A.A)	P	250 000	300 000	2 220 175	590 000	1 071 690	400 000	400 000	400 000	400 000	400 000	0
6	Nordeste	P	840 884	1 778 226	391 244	423 000	511 276	0	0	10 490 442	1 520 987	0	0
7	Lajes das Flores	P	100 000	200 760	0	999 331	0	0	0	0	300 000	0	0
8	São Roque do Pico	P	582 969	389 217	375 104	1 932 102	1 774 912	501 960	0	28 172	0	0	0
9	Vila Franca Campo	P	416 000	416 000	9 920 000	0	0	14 357 651	11 534 168	0	0	0	0
10	Ponta Delgada	M	1 570 023	2 496 672	4 744 239	3 021 000	1 661 000	697 200	650 200	0	0	0	0
11	Horta	P	2 198 908	605 514	1 636 616	1 682 207	665 000	1 023 978	0	0	0	0	0
12	Angra do Heroísmo	M	611 748	2 448 200	2 007 615	1 767 615	2 041 229	978 814	0	0	0	0	0
13	Sta Cruz da Graciosa	P	0	0	0	700 000	800 000	500 000	0	0	0	0	0
14	Sta. Cruz das Flores	P	320 000	0	0	209 134	0	91 280	0	0	0	0	0
15	Povoação	P	367 157	0	20 000	535 586	455 000	0	0	0	0	0	0
16	Velas	P	378 000	378 000	368 000	386 000	265 000	0	0	0	0	0	0
17	Calheta (R. A. A.)	P	300 000	300 000	300 000	6 320 205	112 970	0	0	0	0	0	0
18	Vila do Porto	P	0	0	0	210 000	0	0	0	0	0	0	0
19	Corvo	P	214 092	210 210	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total dos Açores			11 971 197	14 327 908	26 237 772	26 838 594	19 856 359	21 490 882	16 734 461	13 103 508	2 901 987	3 105 001	4 343 094
Total Nacional			278 424 132	357 439 964	528 762 576	965 041 421	516 388 596	474 284 842	220 067 120	776 259 719	392 800 398	263 690 221	388 290 065
% Açores/Nacional			4,30%	4,01%	4,96%	2,78%	3,85%	4,53%	7,60%	1,69%	0,74%	1,18%	1,12%

R21.M – Volume da receita cobrada de Passivos Financeiros, em 2016, pelos municípios da Madeira

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1	Funchal	G	2 600 750	7 863 349	12 972 626	11 881 999	4 886 641	4 871 183	3 576 584	3 191 797	0	0	293 809
2	Santa Cruz	M	0	52 508	5 672 101	90 146	447 172	0	0	0	14 674 908	1 556 310	0
3	Câmara de Lobos	M	188 524	1 050 415	4 000 000	750 000	900 000	0	0	5 815 459	0	0	0
4	Calheta (R. A. M.)	P	0	0	6 120 521	0	0	0	0	4 232 882	0	0	0
5	Porto Santo	P	0	1 077 403	0	0	0	0	0	1 471 209	0	0	0
6	Ribeira Brava	P	396 260	454 945	632 806	6 723 972	0	0	0	0	0	0	0
7	Santana	P	864 196	1 605 215	0	4 900 000	0	0	0	0	0	0	0
8	São Vicente	P	323 638	271 728	180 781	4 000 000	0	0	0	0	0	0	0
9	Ponta do Sol	P	217 742	0	270 000	180 000	0	0	0	0	0	0	0
10	Porto Moniz	P	612 714	426 767	366 859	170 451	0	0	0	0	0	0	0
11	Machico	M	904 965	0	7 197 097	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Madeira			6 108 790	12 802 330	37 412 792	28 696 568	6 233 813	4 871 183	3 576 584	43 430 346	14 674 908	1 556 310	293 809
Total Nacional			278 424 132	357 439 964	528 762 576	965 041 421	516 388 596	474 284 842	220 067 120	776 259 719	392 800 398	263 690 221	388 290 065
% Madeira/Nacional			2,19%	3,58%	7,08%	2,97%	1,21%	1,03%	1,63%	5,59%	3,74%	0,59%	0,08%

R22 – Municípios com menor volume da receita cobrada de Passivos Financeiros⁵⁰, em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1	Esposende	M	624 399	400 000	635 000	2 599 000	2 610 000	850 000	400 000	0	0	0	5 000
2	Lajes do Pico	P	556 369	0	174 572	0	5 758 698	0	0	0	200 000	100 000	25 000
3	Condeixa-a-Nova	P	195 248	232 702	0	692 000	479 160	700 000	200 000	208 500	590 000	300 000	50 705
4	Campo Maior	P	0	370 099	125 901	0	0	0	0	0	0	0	56 040
5	Sernancelhe	P	801 140	293 271	474 941	0	0	0	0	0	0	0	62 300
6	Santo Tirso	M	1 029 545	974 090	2 086 059	5 663 027	1 778 879	1 144 246	498 189	3 495 503	1 062 424	0	86 792
7	Almada	G	714 298	0	2 511 779	0	8 000 000	5 000 000	1 800 000	1 900 000	0	3 437 064	91 304
8	Benavente	M	508 279	0	255 186	1 260 027	464 863	750 000	750 000	250 000	0	0	100 000
9	Borba	P	1 012 169	482 756	2 215 000	3 645 214	350 000	260 000	150 000	4 986 116	250 000	200 000	100 000
10	Vimioso	P	239 557	938 914	1 067 691	0	1 124 087	0	0	0	0	662 579	109 725
11	Vila Franca de Xira	G	3 109 008	4 756 765	5 520 741	2 924 918	1 387 745	984 478	3 008 715	912 528	249 530	0	111 761
12	Fronteira	P	659 736	0	0	0	0	0	0	0	0	0	140 000
13	Moura	P	1 212 740	944 100	1 250 000	1 000 000	0	450 000	1 678 001	755 656	0	990 000	150 000
14	Miranda do Douro	P	1 341 624	0	0	3 890 000	0	700 000	650 000	4 380 801	0	0	169 271
15	Paredes de Coura	P	868 616	451 000	872 968	0	540 000	1 209 651	533 161	3 081 120	600 000	600 000	180 421
16	Baião	P	0	0	650 000	2 350 000	1 065 000	0	365 000	230 000	0	0	200 000
17	Almeirim	M	1 850 034	21 500	1 414 432	1 206 151	1 617 831	0	695 309	687 703	0	0	240 000
18	Mesão Frio	P	906 024	53 000	150 000	761 023	4 700 000	315 628	200 000	200 000	200 000	250 000	250 000
19	Moimenta da Beira	P	807 898	326 803	1 132 554	5 288 861	750 000	275 000	800 000	2 247 492	1 294 995	0	250 000
20	Vidigueira	P	561 806	791 359	303 035	487 574	0	120 000	240 120	0	0	656 723	250 000
21	Funchal	G	2 600 750	7 863 349	12 972 626	11 881 999	4 886 641	4 871 183	3 576 584	3 191 797	0	0	293 809
22	Vila de Rei	P	546 096	63 059	440 283	897 439	256 288	511 122	0	0	0	0	299 724
23	Caminha	P	988 143	1 279 634	600 000	2 500 000	1 645 000	1 212 500	0	2 281 969	0	266 165	309 314
24	Santiago do Cacém	M	1 575 367	1 995 094	1 347 868	5 450 159	329 365	465 693	809 544	0	0	0	314 112
25	Terras de Bouro	P	893 860	1 359 137	70 783	1 106 492	300 000	200 165	200 000	0	0	200 000	324 000
26	Vouzela	P	742 806	0	7 000 000	1 102 500	248 514	0	0	0	0	0	324 800
27	Armamar	P	0	0	645 000	540 000	505 000	450 000	0	1 372 994	748 000	385 000	350 000
28	Crato	P	3 003 636	890 656	0	0	0	0	200 000	0	0	0	350 000
29	Ponte da Barca	P	1 737 308	750 000	245 000	1 728 334	1 239 166	950 000	602 123	1 291 752	802 123	732 123	362 176
30	Alvito	P	0	0	379 945	0	0	0	0	0	0	0	400 000
31	Ourique	P	524 000	0	0	2 979 471	441 445	321 000	300 000	300 000	275 000	400 000	400 000
32	Tarouca	P	1 543 537	595 732	455 513	959 271	6 500 000	0	216 944	86 804	335 000	675 000	400 000
33	Vagos	M	0	628 694	321 306	1 905 000	0	500 000	650 000	3 951 943	500 000	400 000	400 000
34	Arruda dos Vinhos	P	1 412 384	496 706	880 000	2 290 162	873 545	1 221 689	647 849	3 127 711	110 000	0	424 562
35	Avis	P	1 132 768	665 000	947 375	932 400	867 100	540 000	665 313	560 000	0	150 000	450 000

⁵⁰ Não contam neste *Ranking* os 191 municípios que não apresentaram, em 2016, qualquer valor de receita creditícia, ou seja, 62% dos municípios.

2.3. Despesas Municipais

2.3.1. Classificação económica das Despesas

Com o presente ponto deste capítulo pretende-se analisar e comparar informação disponível sobre a execução e evolução da despesa global no universo dos 308 municípios, bem como a situação de cada rubrica da classificação económica e sua variação, considerando o período entre 2006 e 2016, distando 11 anos do ano económico em apreço e correspondendo a 3 mandatos consecutivos (2006–2009; 2010–2013; 2014–2017). Comparam-se os valores de 2016 com 2015, apreciando a evolução dos diversos indicadores e componentes orçamentais e sempre que se considere pertinente, individualizam-se situações de municípios que ilustrem a influência nas dinâmicas em apreço, ou resultem das mesmas.

À semelhança do que se fez para o ponto 2.2 – Receitas Municipais, e seguindo a metodologia dos anteriores Anuários, apresentam-se listagens hierarquizadas (rankings) de municípios para cada tipo de despesa municipal, de modo a evidenciar as contribuições⁵¹ mais ou menos representativas para cada situação em análise.

A análise particularizada das despesas incidirá sobre o agrupamento das mesmas, por natureza económica, em despesas

correntes e despesas de capital, segundo a denominação exigida no classificador legal.

Quadro 2.25 – Classificação económica da Despesa municipal

Despesas correntes	Despesas de capital
01 – Despesas com o pessoal	07 – Aquisição de bens de capital
02 – Aquisições de bens e serviços	08 – Transferências de capital
03 – Juros e outros encargos	09 – Ativos Financeiros
04 – Transferências correntes	10 – Passivos Financeiros
05 – Subsídios	11 – Outras receitas de capital
06 – Outras despesas correntes	

2.3.2. Execução global do Orçamento da Despesa

2.3.2.1. Evolução das diferentes componentes do Orçamento da Despesa

O Quadro 2.26 apresenta a evolução da despesa global municipal entre 2006 e 2016 nas suas diferentes fases. Os quadros subsequentes 2.27 e 2.28 completam esta informação com as taxas de variação da despesa orçada, comprometida e paga, bem como os valores absolutos dessa variação.

Quadro 2.26 – Orçamento e Execução da Despesa Total

Unidade: milhões de euros

Despesas		Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17		
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
(a)	Despesas previstas	11 309,9	11 439,3	11 898,3	13 237,5	13 187,6	12 832,9	11 991,2	11 225,5	9 817,1	9 402,2	9 710,5
(b)	Compromissos do exercício*	9 320,4	9 581,9	10 051,4	11 135,0	10 699,6	10 481,6	9 804,9	9 403,6	8 512,1	8 219,4	8 458,8
(c)	Despesas pagas no exercício	6 992,1	7 410,3	7 875,9	8 358,1	7 872,0	7 720,2	7 587,1	7 698,6	7 218,8	7 230,9	7 466,4
(d)=(b-c)	Compromissos do exercício por pagar	2 328,3	2 171,6	2 175,5	2 776,9	2 827,5	2 761,4	2 217,8	1 705,0	1 293,2	988,5	992,4
(e)	Compromisso a pagar em exercícios futuros**	1 601,8	1 655,3	1 891,7	2 927,3	3 167,9	4 042,8	4 912,8	5 810,2	6 153,1	6 796,6	8 396,1
(b)-(a)	Grau de execução da despesa comprometida	82,4%	83,8%	84,5%	84,1%	81,1%	81,7%	81,8%	83,8%	86,7%	87,4%	87,1%
(c)/(d)	Grau de execução da despesa paga em relação aos compromissos	75,0%	77,3%	78,4%	75,1%	73,6%	73,7%	77,4%	81,9%	84,8%	88,0%	88,3%
(c)/(a)	Grau de execução da despesa paga em relação à despesa prevista	61,8%	64,8%	66,2%	63,1%	59,7%	60,2%	63,3%	68,6%	73,5%	76,9%	76,9%

* De acordo com o POCAL, deverão incluir os compromissos não pagos que transitaram de exercícios anteriores.

** Compromissos assumidos no exercício, mas que só se executam nos exercícios seguintes. Não constituem dívida, mas apenas encargos assumidos decorrentes de compromissos contratuais ainda não faturados.

⁵¹ Normalmente referenciam-se os primeiros 35 municípios para cada situação em apreço

Quadro 2.27 – Variação da Despesa Orçada, Comprometida e Paga

Despesas	Variação da despesa (milhões de euros)									
	06-07	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16
Despesas previstas (a)	129,3	459,0	1339,2	-49,9	-354,7	-841,6	-765,8	-1408,4	-414,9	308,3
Compromissos do exercício (b)	261,5	469,5	1083,6	-435,4	-218,0	-676,7	-401,3	-891,6	-292,6	239,4
Despesas pagas no exercício(c)	418,2	465,6	482,2	-486,0	-151,9	-133,1	111,6	-479,8	12,0	235,5
Compromissos do exercício por pagar (d)	-156,7	3,9	601,5	50,6	-66,1	-543,6	-512,8	-411,7	-304,7	3,8
Compromisso a pagar em exercícios futuros (e)	53,5	236,5	1035,5	240,6	874,9	870,0	897,5	342,9	643,5	1599,5

Quadro 2.28 – Taxas de variação da Despesa Orçada, Comprometida e Paga

Despesas	Variação da despesa (%)									
	06-07	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16
Despesas previstas	1,1%	4,0%	11,3%	-0,4%	-2,7%	-6,6%	-6,4%	-12,5%	-4,2%	3,3%
Compromissos do exercício (despesa realizada)	2,8%	4,9%	10,8%	-3,9%	-2,0%	-6,5%	-4,1%	-9,5%	-3,4%	2,9%
Despesas pagas no exercício	6,0%	6,3%	6,1%	-5,8%	-1,9%	-1,7%	1,5%	-6,2%	0,2%	3,3%
Compromissos do exercício por pagar*	-6,7%	0,2%	27,6%	1,8%	-2,3%	-19,7%	-23,1%	-24,1%	-23,6%	0,4%
Compromissos para exercícios futuros	3,3%	14,3%	54,7%	8,2%	27,6%	21,5%	18,3%	5,9%	10,5%	23,5%

* Compromissos que se previa fossem pagos no exercício e que não se pagaram.

Da observação dos três quadros anteriores pode-se concluir:

- Num espaço de 11 anos o volume de despesa orçada baixou 14,1%, passando do montante de 11,3 mil milhões de euros em 2006 para 9,7 mil milhões de euros em 2016⁵², embora tenha aumentado em relação a 2015 no montante de 308,3 milhões de euros.
- A descida de valor de despesa orçada começou a concretizar-se a partir de 2010 apresentando a sua maior redução em 2014 e o seu valor mais baixo em 2015. Anota-se que nos últimos onze anos a despesa orçada apresentou o maior valor em 2009, com uma orçamentação de 13,2 mil milhões de euros, superior em 27% (+3,5 mil milhões de euros) ao valor orçado em 2016.
- O montante de compromissos assumidos⁵³ em 2016 representou um valor 9,2% inferior ao assumido em 2006, mas superior a 2015 em 2,9%. O setor autárquico assumiu o menor volume de despesa em 2015 ao realizar apenas 8,2 milhões de euros de compromissos contra os 9,3 milhões de euros verificados

em 2006 e os 8,4 milhões de euros verificados em 2016.

- Também de anotar a flagrante diferença entre os compromissos por pagar apresentados em 2006 e em 2016. No período de 11 anos este indicador de despesa baixou 57,4%. Em 2006 o montante apresentado era de 2,3 mil milhões de euros e em 2016 foi de apenas 992,4 milhões de euros, isto é, -1,3 mil milhões de euros. Embora o valor apresentado seja, ainda, relativamente elevado face à frágil capacidade financeira da maior parte dos municípios, a constatação de uma forte diminuição de encargos a pagar, não só traduz um maior rigor de registo contabilístico dos contratos e de outros compromissos assumidos como, uma gestão mais cuidadosa de assunção de encargos procurando garantir a sua cobertura financeira e um maior enquadramento da despesa pública quanto à sua eficácia e eficiência⁵⁴.
- Em 2016 o volume da **despesa paga** no total de 7,46 mil milhões de euros, embora apresentando um aumento (+3,3%) em relação a 2015, manteve-se, ainda, aquém da média anual de

⁵² A diminuição da receita atuou diretamente sobre a orçamentação da despesa fazendo baixar drasticamente a sua previsão desde 2010.

⁵³ Despesa realizada

⁵⁴ Não se pode deixar de associar a descida significativa do montante de compromissos do exercício por pagar à significativa diminuição dos compromissos do exercício, demonstrada nos quadros e gráficos deste capítulo

pagamentos efetuados entre 2006 e 2013 (7,7 mil milhões de euros).

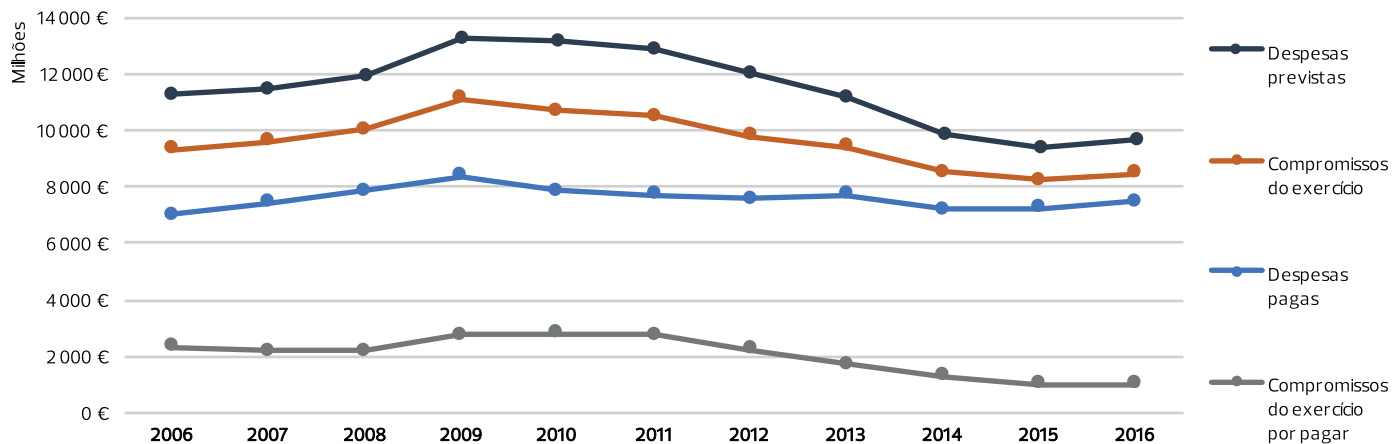
– Comparando, ainda, a evolução dos pagamentos efetuados pelos municípios entre 2006 e 2016, constata-se que neste ano, pese embora os encargos por pagar tivessem diminuído significativamente, apenas se verificou um acréscimo de pagamentos de 6,8% (+474 mil euros) em relação a 2006.

– A análise da evolução dos orçamentos de despesa e compromissos assumidos entre 2006 e 2016, pode-se concluir que, ao fim destes 11 anos, os Municípios apresentam mais serviço público desenvolvendo mais competências com menor volume de despesa. A articulação que a gestão municipal vem realizand-

do de situações tendencialmente opostas, como a diminuição do volume de compromissos, a diminuição dos encargos a pagar e a progressiva intensificação das políticas públicas municipais, com maior quantidade e variedade de serviços prestados às populações é indutiva do exercício de um modelo ou modelos de maior eficiência e eficácia da atividade autárquica.

O Gráfico que se segue permite visualizar a **evolução dos diferentes contadores da despesa, no período de 11 anos mostrando a descida da orçamentação, dos compromissos assumidos e dos compromissos por pagar a par de uma, ainda que ligeira, subida de pagamentos em 2016.**

Gráfico 2.05 – Evolução da Despesa Municipal, nas suas diferentes fases, entre 2006 e 2016



Especificando a análise para os municípios das Regiões Autónomas apresentam-se os Gráficos 2.05. A e 2.05.M que mostram a evolução das diversas componentes da despesa

Gráfico 2.05.A – Evolução da Despesa Municipal, nas suas diferentes fases, nos municípios da R.A. dos Açores, entre 2006 e 2016

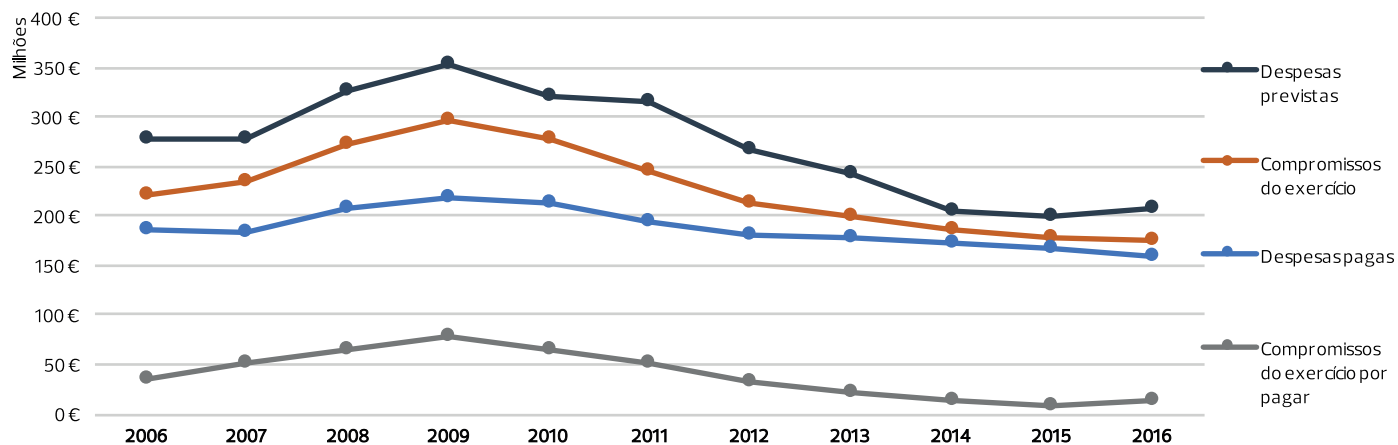
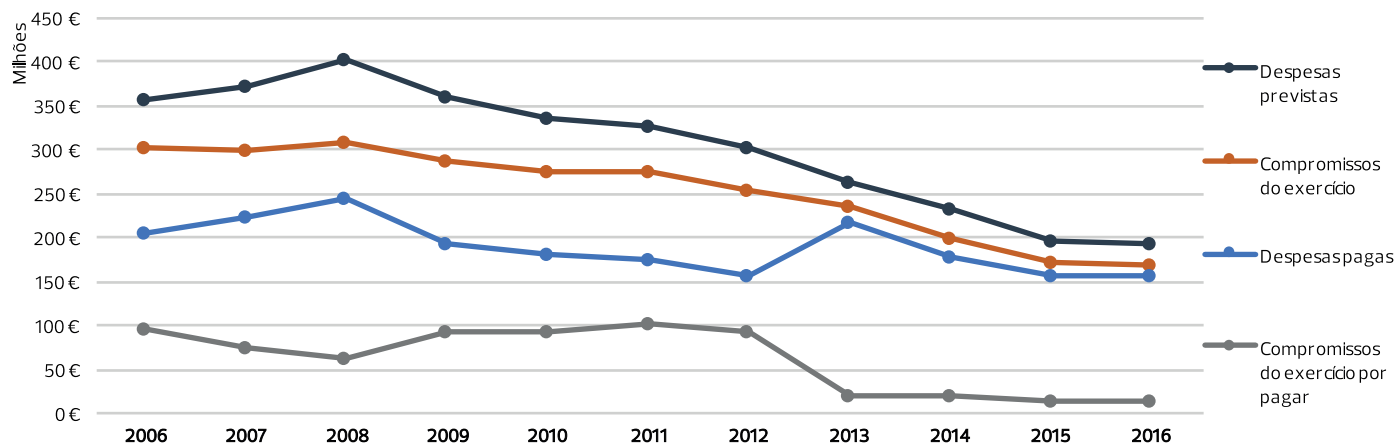


Gráfico 2.05.M – Evolução da Despesa Municipal, nas suas diferentes fases, nos municípios da R.A. da Madeira, entre 2006 e 2016



Pela observação dos gráficos e quadros antecedentes constata-se o seguinte:

a) Em relação a todos os municípios portugueses:

– Na globalidade dos **municípios a despesa orçada desceu significativamente entre 2009 e 2015, aumentando ligeiramente em 2016 (+3,3%).**

– **A evolução dos compromissos assumidos** acompanhou a evolução da despesa orçada, com diminuição progressiva dos seus montantes entre 2009 e 2015 (-26,2%) e com **ligeiro acréscimo em 2016 (+2,9%)**. O ano de 2015 tinha apresentado o menor valor de compromissos assumidos desde 2006 (8.219,4 milhões de euros), sendo que o ano económico de 2009 foi o que apresentou maior valor de encargos assumidos (11.135 milhões de euros), neste período de onze anos.

– Mais se verifica pelo registo das curvas das diferentes fases da despesa, que os cortes sucessivos na realização das mesmas, fizeram com que a partir de 2014, o montante de compromissos assumidos se aproximasse bastante do valor da despesa orçada, originando uma diminuição drástica do montante de encargos por pagar, os quais entre 2006 e 2016 baixaram 57,4%, sendo que no estrito período entre 2009 e 2016 diminuíram 64,3%.

– De igual modo, é de relevar o comportamento da **despesa paga**, verificando-se um **notável esforço, no triénio 2014 a 2016, de aproximação do valor dos pagamentos ao montante de compromissos. Em 2016 os municípios pagaram 88,3% dos compromissos assumidos, o que corresponde ao melhor rácio desde 2006.**

b) Em relação ao comportamento financeiro dos municípios da R.A.A:

– Na globalidade dos municípios, em 2016 a **despesa orçada aumentou (+4,8%)**. Todavia, como é visível pelo gráfico correspondente, os montantes orçamentados apresentaram uma diminuição progressiva desde 2010, tendo a maior descida sido verificada em 2014 e o valor mais baixo atingido em 2015.

– O montante de **compromissos assumidos** continuou a diminuir em 2016, apresentando um decréscimo de -1,6% em relação a 2015 e uma diminuição de -21,1% em relação a 2006. Mais

se anota a significativa descida em 41,2% do montante comprometido no ano de 2009 (ano económico com maior valor de encargos assumidos).

– Os cortes sucessivos na realização de despesa fizeram com que, a partir de 2014, o montante de compromissos assumidos se aproximasse bastante do valor da despesa orçada, provocando uma **ligeira subida em 2016 em relação a 2015**. Não se pode deixar de anotar a variação dos encargos por pagar entre 2009 e 2016, na Região dos Açores que baixaram, nesse período, cerca de 80,9%.

– De igual modo, é de relevar o comportamento da **despesa paga**, verificando-se um notável esforço, no **triénio 2014 a 2016, de aproximação do valor dos pagamentos ao montante de compromissos**, sem prejuízo de um pequeno ligeiro aumento dessa diferença entre o valor comprometido e o valor realmente pago. De facto a despesa paga passou de 94,6% dos montantes assumidos em 2015 para 91,5% em 2016.

c) Reportando a análise ao gráfico relativo ao comportamento financeiro dos municípios da R.A.M., constata-se:

– Uma descida substancial dos montantes da **despesa orçada** a partir de 2009 **tendo-se verificado o menor volume de despesa orçada em 2016**. Entre 2008 e 2016 a orçamentação da despesa baixou 52,4%, sendo que a descida em 2016 foi de -1,8% em relação a 2015.

– Uma grande diminuição da despesa assumida, -44% (-133,2 M€) entre 2006 e 2016, com maior descida em 2014 (-15,6%) e em 2015 (-13,1%), como se confirma pelos traçados das respetivas curvas do gráfico 2.05M. **O ano de 2016 foi o que apresentou menor valor de compromissos assumidos** (169,6 milhões de euros contra 173,7 milhões de euros em 2015).

– Relativamente ao comportamento dos **pagamentos**, na globalidade dos municípios da Madeira, verificou-se um acréscimo do valor dos mesmos em 2013 (+37%), sendo que a descida detetada nos anos posteriores de 2014, 2015 e 2016 se deveu, essencialmente, à descida dos correspondentes montantes de compromissos, verificando-se que o montante dos compromissos por pagar desceu 15,1% em relação a 2015 e 86,2% em relação a 2006.

2.3.2.2. Grau de Execução do Orçamento da Despesa

Importa neste ponto do Anuário e no seguimento da análise do comportamento dos três tipos de despesas orçamental-orçada, compromissada e paga, avaliar o grau de execução de cada um deles⁵⁵, antes de se passar à análise discriminada da despesa por natureza económica.

No Quadro 2.29 destacam-se os correspondentes graus de execução da despesa considerando respetivamente o peso da despesa assumida e da despesa paga na despesa orçada nos anos económicos entre 2006 e 2016.

Nos Quadros 2.29.A e 2.29.M apresenta-se a informação homóloga ao quadro 2.28 para as regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

No Gráfico 2.06 visualiza-se a evolução dos graus de execução das diferentes fases da despesa nos últimos anos considerando o universo dos municípios. Observação homóloga se pode fazer nos Gráficos 2.06.A e 2.06.M relativamente à evolução dos graus de execução da despesa respetivamente para os municípios Açorianos e Madeirenses.

Quadro 2.29 – Diferentes Graus de Execução da Despesa Global Autárquica

		Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17		
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Grau de execução da despesa	Compromissos do exercício / Despesa prevista	82,4%	83,8%	84,5%	84,1%	81,1%	81,7%	81,8%	83,8%	86,7%	87,4%	87,1%
	Despesa paga / Despesa prevista	61,8%	64,8%	66,2%	63,1%	59,7%	60,2%	63,3%	68,6%	73,5%	76,9%	76,9%
	Despesa paga / Despesa comprometida	75,0%	77,3%	78,4%	75,1%	73,6%	73,7%	77,4%	81,9%	84,8%	88,0%	88,3%

⁵⁵ Apesar de os mapas de controlo da despesa aprovados com o POCAL e que constam da documentação da prestação de contas dos municípios, referenciarem o grau de execução da despesa, ao peso da despesa paga na despesa orçada, é nosso entendimento, dado o elevado nível de inflacionamento dos orçamentos municipais, que será mais razoável e que traduzirá melhor a realidade financeira dos municípios, determinar e comparar outros dois tipos de grau de execução da despesa: (i) peso despesa paga na despesa comprometida e (ii) peso da despesa comprometida na despesa orçada.

Da observação do quadro anterior há a realçar:

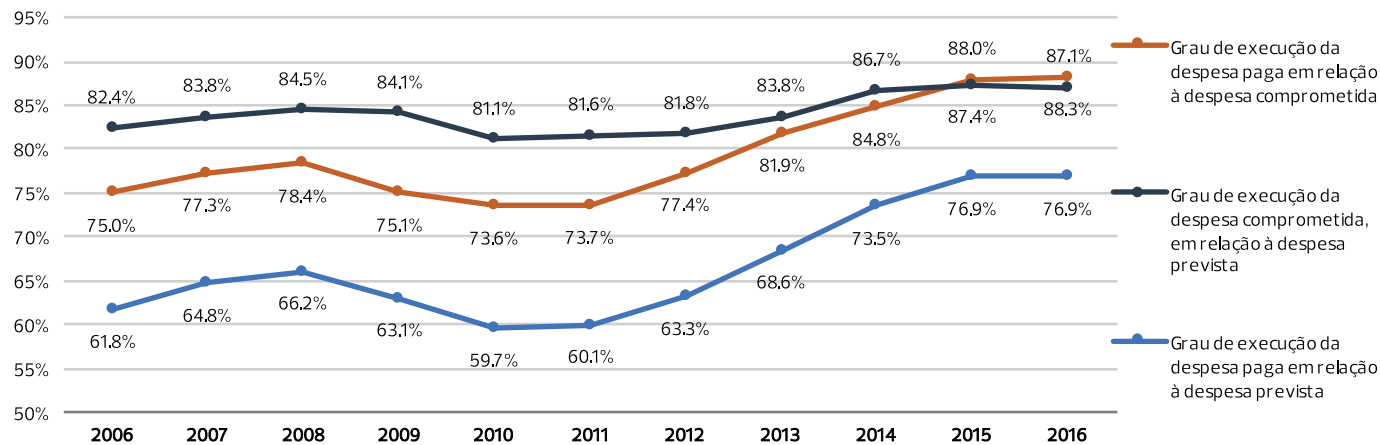
– O peso da despesa paga na despesa prevista (grau de execução da despesa paga⁵⁶) cresceu 15,1%, entre 2006 e 2016, fruto essencialmente da deflação do orçamento de despesa e da descida dos encargos assumidos pois o montante de despesa paga apenas cresceu, no mesmo período, 6,8pp.

– De assinalar, entre 2006 e 2016, o aumento em 13,2pp do peso das **despesas pagas** nos compromissos assumidos. Efetivamente em 2006 só foram pagos 75% dos encargos assumidos enquanto em 2016 foram pagos 88,3% dos mesmos. Apesar desta grande melhoria de performance financeira das autarquias, **ainda ficaram por pagar 11% dos compromissos assumidos** em 2016 os quais se traduziram em dívida comercial.

– Pode-se ainda concluir que ao executar-se em termos de **compromissos** 87,1% do orçamento, em 2016, ficou por compromissar 12,9% do mesmo. Em bom rigor, para respeitar as disponibilidades financeiras decorrentes da receita cobrada, o conjunto dos municípios só deveriam compromissar 79,7% do montante orçado.

O Gráfico infra mostra a evolução favorável do grau da execução da despesa paga tanto em relação aos compromissos assumidos como em relação à despesa orçada e ilustra bem as conclusões registadas com a análise dos quadros anteriores

Gráfico 2.06 – Taxas de Execução das Despesas – 2006 a 2016



⁵⁶ Nos termos solicitados nos mapas de execução orçamental do POCAL.

Os Quadros seguintes (2.29.A e 2.29.B) mostram comportamento dos diferentes graus de execução da despesa nas Regiões Autónomas.

Quadro 2.29. A – Diferentes Graus de Execução da Despesa para a globalidade dos Municípios dos Açores

Grau de execução da despesa		Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17		
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Grau de execução da despesa	Compromissos do exercício / Despesa prevista	80,0%	84,3%	83,2%	84,0%	86,8%	77,9%	80,5%	81,7%	90,0%	89,4%	83,9%
	Despesa paga / Despesa prevista	66,9%	66,2%	63,3%	62,0%	66,2%	61,5%	68,5%	72,8%	83,4%	84,6%	76,7%
	Despesa paga / Despesa comprometida	83,7%	78,6%	76,2%	73,8%	76,3%	78,9%	85,1%	89,1%	92,7%	94,6%	91,5%

Quadro 2.29. M – Diferentes Graus de Execução da Despesa para a globalidade dos Municípios da Madeira

Grau de execução da despesa		Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17		
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Grau de execução da despesa	Compromissos do exercício / Despesa prevista	84,9%	80,5%	76,5%	80,1%	81,6%	83,9%	83,5%	90,0%	86,2%	88,6%	88,1%
	Despesa paga / Despesa prevista	57,8%	60,2%	60,7%	54,2%	53,6%	53,1%	52,2%	82,4%	76,7%	80,6%	81,2%
	Despesa paga / Despesa comprometida	68,0%	74,8%	79,3%	67,7%	65,7%	63,2%	62,5%	91,5%	89,0%	91,0%	92,1%

– Na **Região dos Açores**, o nível de pagamento dos compromissos ser de 91,5%, sendo que **a generalidade dos municípios apresenta um grau de execução das despesas 3,2pp superior à média dos municípios do Continente**, passando a barreira dos 90%.

– Verifica-se um **excelente grau de execução das despesas na Região da Madeira** com os municípios a pagarem, em média,

92,1% da despesa comprometida.

A observação dos Gráficos 2.06.A e 2.06.M reforçam o **esforço das regiões autónomas em ajustarem a despesa ao nível de receita cobrada, face ao elevado grau de pagamento dos encargos assumidos.**

Gráfico 2.06.A – Taxas de Execução das Despesas nos municípios da R.A. dos Açores – 2006 a 2016

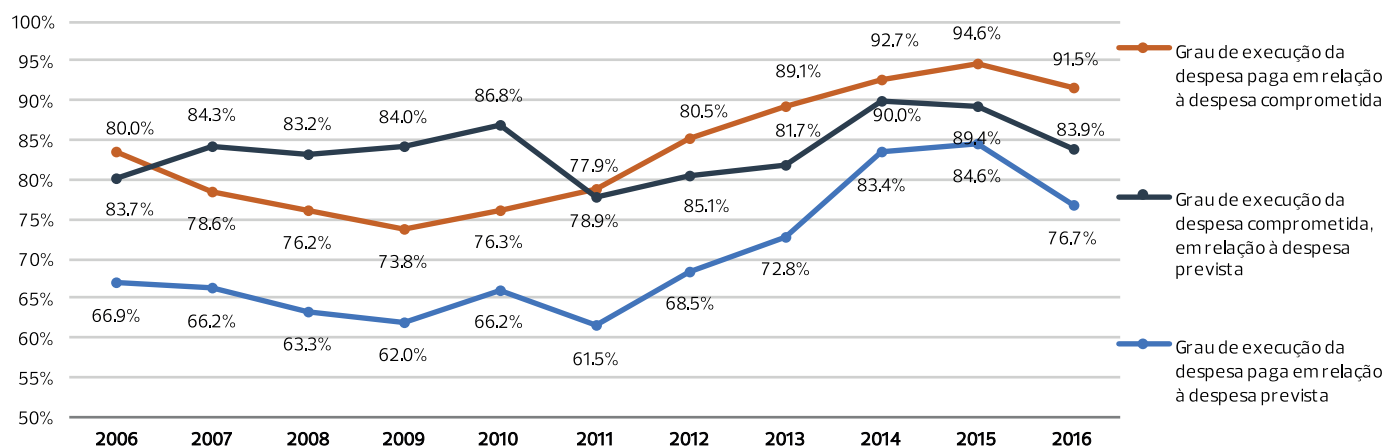
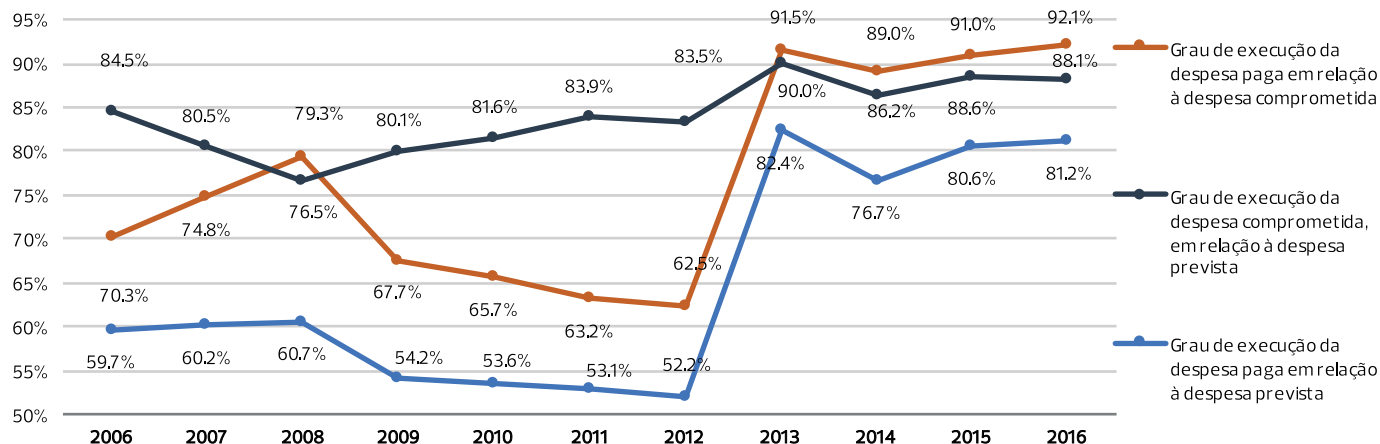


Gráfico 2.06.M – Taxas de Execução das Despesas nos municípios da R.A. da Madeira – 2006 a 2016



2.3.3. Estrutura e Evolução da Despesa, por classificação económica

Neste ponto apresenta-se a evolução da despesa municipal entre 2006 e 2016, por rubrica económica e nas suas diferentes fases de execução: despesa compromissada ou compromissos do exercício⁵⁷,

⁵⁷ De acordo com o ponto 2.6.1 do POCAL, com o encerramento das contas, deve-se-lhe fazer transitar para “Compromissos – exercícios futuros”, os compromissos assumidos no ano que não se concretizaram, isto é, que não originaram obrigações. Acontece que nem sempre esta operação é realizada, o que implica manterem-se no mapa de execução da despesa compromissos que não são do ano económico em causa, mas de anos económicos seguintes. Esta incorreção no registo orçamental da despesa, embora não altere o volume dos compromissos assumidos, falseia a informação relativa ao montante em dívida no fim do ano e também o valor da despesa realizada, conforme a definimos no início deste Anuário. Verifica-se, ainda, que não se tem forma de, com a informação constante nos Mapas de Execução Orçamental, detetar este erro ou omissão, pois a fase de registo da obrigação (com a receção das faturas), não se reflete na contabilidade orçamental, mas sim na patrimonial e de custos. Ora, será o total da faturação recebida no ano acrescida da transitada dos anos anteriores, por pagar, que constituirá o volume de despesa realizada (compromissos realmente assumidos, para o ano económico em questão). Esta situação ficará sanada com a implementação do SNCAP que inclui nos mapas de execução da despesa informação das obrigações. Só a confrontação dos compromissos por pagar refletidos no Mapa de Execução Orçamental, com o passivo de curto prazo expresso no Balanço, permitirá concluir sobre a materialidade e fiabilidade da informação constante dos Mapas de Execução Orçamental e sobre compromissos assumidos para o exercício e não pagos. Acontece, porém, que, face à natureza informativa do Balanço, no passivo constarão, também, montantes que não representarão dívida orçamental. Estão nesta situação, entre outros, os valores de terceiros à guarda dos municípios, cuja contrapartida se encontra registada no ativo, em disponibilidades. São valores que não podem ser

despesa paga⁵⁸ e compromissos por pagar.

Nos Quadros 2.30 e 2.31 apresenta-se a evolução da despesa compromissada e da despesa paga por rubrica de classificação económica e nos Quadro 2.32 e 2.33 são apresentadas as

considerados como dívida do município, pese embora o seu registo como passivo nos respetivos Balanços municipais. São exemplo desta situação: as garantias de clientes ou fornecedores, cauções e os impostos retidos a favor do Estado. Expurgando-se do passivo de curto prazo estas situações, poder-se-á obter a análise da conformidade da informação prestada nos mapas orçamentais, com a informação prestada em Balanço. Contudo, para a elaboração deste Anuário e das edições anteriores, não tem sido possível obter informação que permita destacar do Balanço, o passivo que não se reflete em dívida orçamental, pelo que não se pode testar a realização, cabal, das operações orçamentais, de final do período. Assim, optou-se por considerar o montante apresentado na coluna de “Compromissos assumidos e não pagos” no Mapa de Execução Orçamental, como o provável valor máximo de dívida orçamental de curto prazo. Contudo, não se poderá deixar de anotar que há capítulos económicos relativamente aos quais os compromissos por pagar deveriam ser zero. São eles: Despesas com Pessoal; Ativos Financeiros e Passivos Financeiros. A existência de compromissos por pagar nestas situações, estará claramente associada à falta de regularização contabilística dos saldos das contas de encargos provisionalmente assumidos, que não se concretizaram. Não será fácil admitir-se que um município possa deixar de liquidar os montantes contratualizados de amortizações de empréstimos, ou que, no fim do ano económico, mantenha remunerações, suplementos ou outras despesas com pessoal em dívida.

⁵⁸ O total da despesa paga para cada ano refere-se à soma das despesas pagas do exercício e das despesas pagas de compromissos dos exercícios anteriores que transitaram para este ano.

correspondentes taxas de variação dos compromissos assumidos e da despesa paga, permitindo observar quais as rubricas económicas mais sujeitas a variação.

No Quadros 2.34 e 2.35 apresentam-se a estrutura dos compromissos assumidos e da despesa paga e no Quadro 2.36 o peso da despesa paga nos compromissos assumidos.

A análise conjunta dos quadros antecedentes permite verificar, por natureza económica, quais as despesas autárquicas mais representativas na despesa total, constatando-se que o seu peso se altera conforme se trate da estrutura de despesas assumidas

ou da estrutura de despesas pagas. Essa mesma alteração ocorre quando se observa a desagregação por natureza económica da despesa orçada.

Mas será a comparação do peso diversificado que as principais rubricas económicas podem assumir na estrutura da despesa, conforme se esteja perante os compromissos ou perante os pagamentos, que interessará observar.

As referências que se consideraram pertinentes após a leitura dos quadros que se seguem constam no final da sua apresentação.

Quadro 2.30 – Despesa Comprometida

Unidade: milhões de euros

Despesas comprometidas	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 14-17		
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
01 – Despesas com pessoal	2 059,8	2 094,7	2 184,3	2 429,4	2 485,7	2 396,1	2 124,7	2 276,4	2 252,5	2 238,5	2 270,6
02 – Aquisição de bens e serviços	1 910,4	2 126,4	2 323,7	2 517,2	2 507,7	2 606,3	2 602,1	2 635,6	2 528,2	2 460,3	2 555,6
03 – Juros e outros encargos	141,3	203,8	244,6	218,4	134,1	186,7	192,1	165,4	171,2	141,5	121,8
04 – Transferências correntes	454,0	524,6	550,2	597,2	583,3	570,3	548,1	568,3	574,5	590,1	635,7
05 – Subsídios	146,1	151,5	171,7	208,5	225,8	238,8	223,2	195,5	158,2	94,7	87,0
06 – Outras despesas correntes	113,5	105,5	130,3	132,5	114,8	112,8	110,4	115,8	109,1	106,2	138,0
Total de despesas correntes	4 825,0	5 206,5	5 604,8	6 103,2	6 051,3	6 111,1	5 800,7	5 957,0	5 793,8	5 631,2	5 808,5
07 – Aquisição de bens de capital	3 633,9	3 460,8	3 496,4	3 832,0	3 443,7	3 187,7	2 614,0	2 354,3	1 663,9	1 524,3	1 479,6
08 – Transferências de capital	425,9	445,0	500,8	547,9	497,7	464,6	390,4	362,1	280,9	253,3	288,3
09 – Ativos financeiros	45,7	36,6	37,7	53,8	40,6	42,9	34,1	30,4	31,4	73,0	57,1
10 – Passivos financeiros	349,6	400,3	357,5	466,0	582,6	626,3	905,9	666,9	704,0	704,4	788,9
11 – Outras despesas de capital	40,1	32,7	54,2	132,0	83,6	49,0	59,8	33,0	38,0	33,2	36,4
Total de despesas de capital	4 495,3	4 375,4	4 446,6	5 031,8	4 648,2	4 370,5	4 004,2	3 446,7	2 718,2	2 588,2	2 650,3
Total da Despesa	9 320,4	9 581,9	10 051,4	11 135,0	10 699,6	10 481,6	9 804,9	9 403,6	8 512,1	8 219,4	8 458,8
Total municípios R.A. Açores	221,9	234,9	271,6	298,0	279,0	246,5	214,0	199,0	185,6	177,9	175,1
Total municípios R.A. Madeira	302,9	299,1	309,5	287,9	274,8	275,6	252,9	236,9	199,8	173,7	169,6

Quadro 2.31 – Despesa Paga

Unidade: milhões de euros

Despesas pagas	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17		
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
01 – Despesas com pessoal	2 029,8	2 073,5	2 154,5	2 398,9	2 451,2	2 365,0	2 089,7	2 246,9	2 227,4	2 216,5	2 252,1
02 – Aquisição de bens e serviços	1 419,3	1 627,0	1 782,5	1 855,0	1 731,1	1 789,4	1 852,3	2 060,0	2 037,9	2 052,3	2 171,2
03 – Juros e outros encargos	128,5	181,5	224,8	192,0	104,7	141,5	148,5	127,1	131,8	112,0	100,7
04 – Transferências correntes	420,0	482,0	506,5	537,4	500,0	477,8	467,6	494,4	526,6	549,1	599,3
05 – Subsídios	117,7	133,6	143,8	157,3	149,0	163,5	149,2	117,5	101,7	74,3	76,0
06 – Outras despesas correntes	105,7	95,3	120,7	119,0	101,2	95,5	93,4	101,3	97,0	93,6	126,5
Total de despesas correntes	4 220,9	4 592,9	4 932,6	5 259,6	5 037,2	5 032,7	4 800,8	5 147,2	5 122,4	5 097,7	5 325,7
07 – Aquisição de bens de capital	1 993,0	1 986,8	2 089,5	2 063,9	1 782,3	1 670,2	1 535,6	1 597,4	1 140,5	1 175,9	1 053,6
08 – Transferências de capital	355,7	375,4	425,6	432,1	369,2	335,2	284,6	279,3	221,5	204,5	247,6
09 – Ativos financeiros	39,3	32,6	31,2	42,9	38,3	30,1	20,6	11,9	18,6	58,0	53,2
10 – Passivos financeiros	344,1	395,7	353,3	459,5	577,2	615,0	890,3	634,2	679,1	666,0	751,8
11 – Outras despesas de capital	39,1	26,8	43,7	100,0	67,8	37,0	55,1	28,7	36,7	28,7	34,5
Total de despesas de capital	2 771,2	2 817,4	2 943,3	3 098,5	2 834,8	2 687,5	2 786,2	2 551,4	2 096,4	2 133,1	2 140,7
Total da Despesa prevista	6 992,1	7 410,3	7 875,9	8 358,1	7 872,0	7 720,2	7 587,1	7 698,6	7 218,8	7 230,9	7 466,4
Total municípios R.A. Açores	185,6	184,5	206,9	219,8	212,8	194,5	182,1	177,4	172,1	168,4	160,1
Total municípios R.A. Madeira	206,0	223,6	245,4	194,9	180,5	174,3	158,2	216,8	177,8	158,0	156,3

Quadro 2.32 – Taxas de Variação dos Compromissos Assumidos

Despesas	Variação dos Compromissos Assumidos (%)									
	06–07	07–08	08–09	09–10	10–11	11–12	12–13	13–14	14–15	15–16
01 – Despesas com pessoal	1,7%	4,3%	11,2%	2,3%	-3,6%	-11,3%	7,1%	-1,0%	-0,6%	1,4%
02 – Aquisição de bens e serviços	11,3%	9,3%	8,3%	-0,4%	3,9%	-0,2%	1,3%	-4,1%	-2,7%	3,9%
03 – Juros e outros encargos	44,3%	20,0%	-10,7%	-38,6%	39,2%	2,9%	-13,9%	3,5%	-17,4%	-13,9%
04 – Transferências correntes	15,5%	4,9%	8,6%	-2,3%	-2,2%	-3,9%	3,7%	1,1%	2,7%	7,7%
05 – Subsídios	3,7%	13,3%	21,4%	8,3%	5,8%	-6,5%	-12,4%	-19,1%	-40,2%	-8,1%
06 – Outras despesas correntes	-7,1%	23,6%	1,7%	-13,4%	-1,7%	-2,1%	4,8%	-5,7%	-2,7%	30,0%
Total de variação de despesas correntes	7,9%	7,6%	8,9%	-0,9%	1,0%	-5,1%	2,7%	-2,7%	-2,8%	3,1%
07 – Aquisição de bens de capital	-4,8%	1,0%	9,6%	-10,1%	-7,4%	-18,0%	-9,9%	-29,3%	-8,4%	-2,9%
08 – Transferências de capital	4,5%	12,6%	9,4%	-9,2%	-6,7%	-16,0%	-7,2%	-22,4%	-9,8%	13,8%
09 – Ativos financeiros	-20,1%	3,0%	42,9%	-24,6%	5,8%	-20,6%	-10,8%	3,4%	132,3%	-21,8%
10 – Passivos financeiros	14,5%	-10,7%	30,4%	25,0%	7,5%	44,6%	-26,4%	5,6%	0,1%	12,0%
11 – Outras despesas de capital	-18,4%	65,4%	143,6%	-36,6%	-41,4%	22,0%	-44,8%	15,1%	-12,7%	9,9%
Total de variação das despesas de capital	-2,7%	1,6%	13,2%	-7,6%	-6,0%	-8,4%	-13,9%	-21,1%	-4,8%	2,4%
Total da variação dos compromissos assumidos	2,8%	4,9%	10,8%	-3,9%	-2,0%	-6,5%	-4,1%	-9,5%	-3,4%	2,9%
Total municípios R.A. Açores	5,9%	15,6%	9,7%	-6,4%	-11,6%	-13,2%	-7,0%	-6,7%	-4,1%	-1,6%
Total municípios R.A. Madeira	-1,3%	3,5%	-7,0%	-4,5%	0,3%	-8,2%	-6,3%	-15,6%	-13,1%	-2,4%

Quadro 2.33 – Taxas de Variação da Despesa Paga

Despesas	Variação dos Compromissos Assumidos (%)									
	06-07	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16
01 – Despesas com pessoal	2,2%	3,9%	11,3%	2,2%	-3,5%	-11,6%	7,5%	-0,9%	-0,5%	1,6%
02 – Aquisição de bens e serviços	14,6%	9,6%	4,1%	-6,7%	3,4%	3,5%	11,2%	-1,1%	0,7%	5,8%
03 – Juros e outros encargos	41,2%	23,9%	-14,6%	-45,5%	35,2%	4,9%	-14,4%	3,7%	-15,0%	-10,1%
04 – Transferências correntes	14,8%	5,1%	6,1%	-7,0%	-4,4%	-2,1%	5,7%	6,5%	4,3%	9,1%
05 – Subsídios	13,6%	7,6%	9,4%	-5,2%	9,7%	-8,7%	-21,3%	-13,5%	-26,9%	2,2%
06 – Outras despesas correntes	-9,9%	26,6%	-1,4%	-14,9%	-5,7%	-2,1%	8,5%	-4,3%	-3,5%	35,2%
Total de variação de despesas correntes	8,8%	7,4%	6,6%	-4,2%	-0,1%	-4,6%	7,2%	-0,5%	-0,5%	4,5%
07 – Aquisição de bens de capital	-0,3%	5,2%	-1,2%	-13,6%	-6,3%	-8,1%	4,0%	-28,6%	3,1%	-10,4%
08 – Transferências de capital	5,5%	13,4%	1,5%	-14,6%	-9,2%	-15,1%	-1,9%	-20,7%	-7,7%	21,1%
09 – Ativos financeiros	-17,1%	-4,3%	37,6%	-10,8%	-21,4%	-31,5%	-42,1%	56,2%	211,2%	-8,4%
10 – Passivos financeiros	15,0%	-10,7%	30,1%	25,6%	6,6%	44,8%	-28,8%	7,1%	-1,9%	12,9%
11 – Outras despesas de capital	-31,5%	63,2%	128,6%	-32,2%	-45,4%	48,8%	-48,0%	28,2%	-21,8%	20,0%
Total de variação das despesas de capital	1,7%	4,5%	5,3%	-8,5%	-5,2%	3,7%	-8,4%	-17,8%	1,8%	0,4%
Total da variação dos das despesas pagas	6,0%	6,3%	6,1%	-5,8%	-1,9%	-1,7%	1,5%	-6,2%	0,2%	3,3%
Total municípios R.A. Açores	-0,6%	12,1%	6,2%	-3,2%	-8,6%	-6,4%	-2,6%	-3,0%	-2,1%	-4,9%
Total municípios R.A. Madeira	8,5%	9,7%	-20,6%	-7,4%	-3,4%	-9,2%	37,0%	-18,0%	-11,1%	-1,1%

Quadro 2.34 – Estrutura dos Compromissos Assumidos

Despesas	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 14-17		
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
01 – Despesas com pessoal	22,1%	21,9%	21,7%	21,8%	23,2%	22,9%	21,7%	24,2%	26,5%	27,2%	26,8%
02 – Aquisição de bens e serviços	20,5%	22,2%	23,1%	22,6%	23,4%	24,9%	26,5%	28,0%	29,7%	29,9%	30,2%
03 – Juros e outros encargos	1,5%	2,1%	2,4%	2,0%	1,3%	1,8%	2,0%	1,8%	2,0%	1,7%	1,4%
04 – Transferências correntes	4,9%	5,5%	5,5%	5,4%	5,5%	5,4%	5,6%	6,0%	6,7%	7,2%	7,5%
05 – Subsídios	1,6%	1,6%	1,7%	1,9%	2,1%	2,3%	2,3%	2,1%	1,9%	1,2%	1,0%
06 – Outras despesas correntes	1,2%	1,1%	1,3%	1,2%	1,1%	1,1%	1,1%	1,2%	1,3%	1,3%	1,6%
Total de despesas correntes	51,8%	54,3%	55,8%	54,8%	56,6%	58,3%	59,2%	63,3%	68,1%	68,5%	68,7%
07 – Aquisição de bens de capital	39,0%	36,1%	34,8%	34,4%	32,2%	30,4%	26,7%	25,0%	19,5%	18,5%	17,5%
08 – Transferências de capital	4,6%	4,6%	5,0%	4,9%	4,7%	4,4%	4,0%	3,9%	3,3%	3,1%	3,4%
09 – Ativos financeiros	0,5%	0,4%	0,4%	0,5%	0,4%	0,4%	0,3%	0,3%	0,4%	0,9%	0,7%
10 – Passivos financeiros	3,8%	4,2%	3,6%	4,2%	5,4%	6,0%	9,2%	7,1%	8,3%	8,6%	9,3%
11 – Outras despesas de capital	0,4%	0,3%	0,5%	1,2%	0,8%	0,5%	0,6%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%
Total de despesas de capital	48,2%	45,7%	44,2%	45,2%	43,4%	41,7%	40,8%	36,7%	31,9%	31,5%	31,3%
Total da Despesa	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Quadro 2.35 – Estrutura da Despesa Paga

DESPESAS	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17		
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
01 – Despesas com pessoal	29,0%	28,0%	27,4%	28,7%	31,1%	30,6%	27,5%	29,2%	30,9%	30,7%	30,2%
02 – Aquisição de bens e serviços	20,3%	22,0%	22,6%	22,2%	22,0%	23,2%	24,4%	26,8%	28,2%	28,4%	29,1%
03 – Juros e outros encargos	1,8%	2,4%	2,9%	2,3%	1,3%	1,8%	2,0%	1,7%	1,8%	1,5%	1,3%
04 – Transferências correntes	6,0%	6,5%	6,4%	6,4%	6,4%	6,2%	6,2%	6,4%	7,3%	7,6%	8,0%
05 – Subsídios	1,7%	1,8%	1,8%	1,9%	1,9%	2,1%	2,0%	1,5%	1,4%	1,0%	1,0%
06 – Outras despesas correntes	1,5%	1,3%	1,5%	1,4%	1,3%	1,2%	1,2%	1,3%	1,3%	1,3%	1,7%
Total de despesas correntes	60,4%	62,0%	62,6%	62,9%	64,0%	65,2%	63,3%	66,9%	71,0%	70,5%	71,3%
07 – Aquisição de bens de capital	28,5%	26,8%	26,5%	24,7%	22,6%	21,6%	20,2%	20,7%	15,8%	16,3%	14,1%
08 – Transferências de capital	5,1%	5,1%	5,4%	5,2%	4,7%	4,3%	3,8%	3,6%	3,1%	2,8%	3,3%
09 – Ativos financeiros	0,6%	0,4%	0,4%	0,5%	0,5%	0,4%	0,3%	0,2%	0,3%	0,8%	0,7%
10 – Passivos financeiros	4,9%	5,3%	4,5%	5,5%	7,3%	8,0%	11,7%	8,2%	9,4%	9,2%	10,1%
11 – Outras despesas de capital	0,6%	0,4%	0,6%	1,2%	0,9%	0,5%	0,7%	0,4%	0,5%	0,4%	0,5%
Total de despesas de capital	39,6%	38,0%	37,4%	37,1%	36,0%	34,8%	36,7%	33,1%	29,0%	29,5%	28,7%
Total da Despesa	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Quadro 2.36 – Peso da Despesa Paga nos Compromissos Assumidos

DESPESAS	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17		
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
01 – Despesas com pessoal	98,5%	99,0%	98,6%	98,7%	98,6%	98,7%	98,4%	98,7%	98,9%	99,0%	99,2%
02 – Aquisição de bens e serviços	74,3%	76,5%	76,7%	73,7%	69,0%	68,7%	71,2%	78,2%	80,6%	83,4%	85,0%
03 – Juros e outros encargos	90,9%	89,0%	91,9%	87,9%	78,1%	75,8%	77,3%	76,8%	77,0%	79,2%	82,7%
04 – Transferências correntes	92,5%	91,9%	92,1%	90,0%	85,7%	83,8%	85,3%	87,0%	91,7%	93,0%	94,3%
05 – Subsídios	80,5%	88,2%	83,7%	75,4%	66,0%	68,5%	66,8%	60,1%	64,3%	78,5%	87,3%
06 – Outras despesas correntes	93,1%	90,3%	92,6%	89,8%	88,2%	84,6%	84,6%	87,5%	88,9%	88,1%	91,6%
Total de despesas correntes	87,5%	88,2%	88,0%	86,2%	83,2%	82,4%	82,8%	86,4%	88,4%	90,5%	91,7%
07 – Aquisição de bens de capital	54,8%	57,4%	59,8%	53,9%	51,8%	52,4%	58,7%	67,9%	68,5%	77,1%	71,2%
08 – Transferências de capital	83,5%	84,4%	85,0%	78,9%	74,2%	72,1%	72,9%	77,1%	78,8%	80,7%	85,9%
09 – Ativos financeiros	86,0%	89,2%	82,9%	79,8%	94,4%	70,1%	60,5%	39,3%	59,3%	79,5%	93,2%
10 – Passivos financeiros	98,4%	98,9%	98,8%	98,6%	99,1%	98,2%	98,3%	95,1%	96,5%	94,6%	95,3%
11 – Outras despesas de capital	97,5%	81,9%	80,8%	75,8%	81,1%	75,5%	92,2%	86,8%	96,7%	86,6%	94,6%
Total de despesas de capital	61,6%	64,4%	66,2%	61,6%	61,0%	61,5%	69,6%	74,0%	77,1%	82,4%	80,8%
Total do peso da Despesa paga	75,0%	77,3%	78,4%	75,1%	73,6%	73,7%	77,4%	81,9%	84,8%	88,0%	88,3%
Total municípios R. A. Açores	83,7%	78,6%	76,2%	73,8%	76,3%	78,9%	85,1%	89,1%	92,7%	94,6%	91,5%
Total municípios R. A. Madeira	68,0%	74,8%	79,3%	67,7%	65,7%	63,2%	62,5%	91,5%	89,0%	91,0%	92,1%

Da observação dos quadros anteriores pode-se afirmar:

– Conforme quadro 2.34, a **estrutura da despesa assumida** apresentou uma relevante alteração a partir de 2013. Entre 2006 e 2012 a despesa assumida repartiu-se, em média, entre 55,8% de despesa corrente e 44,2% de despesa de capital. **Em 2016, 68,7% dos consumos orçamentais foram para despesas correntes e apenas 31,3% para despesas de Capital, sendo a maior diferença verificada desde 2006.**

– Conforme quadro 2.35, a **estrutura da despesa paga**, considerando a sua natureza económica, tem sido sempre diferente da estrutura da despesa assumida. Esta diferença deveu-se ao facto de, em sede de pagamentos, os municípios na sua generalidade, privilegiarem a liquidação de despesas de certa natureza (despesas com pessoal, amortizações de empréstimos e juros, por exemplo) em detrimento de outras, nomeadamente despesas de aquisição de bens de capital.

– Em 2006 as despesas pagas de investimento autárquico (aquisições de bens de capital) representaram 28,5% do total das despesas pagas. Este rácio foi decrescendo progressivamente, desde 2006, atingindo o valor mais baixo em 2016 ao posicionar-se em 14,1%. Concorreu, essencialmente, para esta situação, o decréscimo significativo das despesas em investimento

– Observando o Quadro 2.36 – Peso da Despesa Paga nos Compromissos Assumidos, verifica-se que em 2016 foram pagos 88,3% dos encargos assumidos tendo sido pagos 91,7% de encargos corrente e 80,8% de encargos de capital, quando entre 2006 e 2013 as médias homólogas de pagamentos foram respetivamente de 85,6% e 65%. Isto é, fruto da melhor gestão financeira das autarquias⁵⁹ foi possível aumentar significativamente a percentagem de pagamento dos encargos, tanto correntes como de capital.

– Pela análise das contas dos municípios verifica-se que apenas 46,4% dos mesmos (143 municípios) apresentaram acréscimo de volume e despesa paga.

– Observando, ainda, a estrutura do peso dos pagamentos nas despesas compromissadas verifica-se que embora todas

as despesas, independentemente da sua natureza económica, apresentem maior índice de pagamento, há duas despesas que têm sido preteridas em termos de pagamento: despesas de investimento e subsídios. Efetivamente, em 2016 só foi pago 71,2% da despesa de investimento⁶⁰ e 87,3% do montante assumido em subsídios⁶¹.

– A consolidação da alteração de estrutura financeira dos municípios relativa à assunção de compromissos afirmou-se em 2014 e foi reforçada em 2015 e 2016, com uma muito maior descida da despesa em investimentos. Os compromissos assumidos nesta rubrica orçamental em 2015 e 2016 foram sucessivamente de 1,52 mil milhões de euros e de 1,48 mil milhões de euros. O investimento desde 2013 deixa de ser a rubrica de maior consumo de compromissos e os encargos com aquisição de bens e serviços passam a liderar a despesa municipal, cujo volume de compromissos, em 2016, subiu para 2,55 mil milhões de euros. Como segunda despesa em volume de compromissos surgem as despesas com pessoal, com uma subida de valor de 32 M€ em 2016, apresentando o montante de encargos de 2,27 mil milhões de euros.

Continuando a manter a metodologia adotada em anteriores Anuários apresenta-se de seguida uma listagem hierarquizada dos municípios com maior volume de despesa paga em 2016 (*Ranking* R23) e os municípios com menor volume de despesa paga nesse mesmo ano (*Ranking* R24). Nestes *rankings* apresenta-se o peso dos pagamentos na despesa compromissada.

⁶⁰ O diferencial não pago, a não ser que haja erro de contabilização ou de determinação do saldo de encerramento das contas, traduzirá sempre a dívida comercial das autarquias.

⁶¹ De acordo com a legislação em vigor, os subsídios não realizados até ao final do ano económico, não se transformam em dívida pois as autorizações do executivo para este tipo de despesa vigoram apenas para o ano económico em causa, salvo se essa autorização foi sustentada por contratos em que se preveja a plurianualidade desses subsídios e a parte não realizada se transfira para o ano subsequente. Mesmo assim não será dívida, mas sim encargos a transitar para anos futuros. Outras rubricas também deveriam ser consideradas pagas a 100% pois, das mesmas não pode resultar dívida. Trata-se de rubrica de juros, amortização de passivos financeiros e pessoal.

⁵⁹ Com penalização para os investimentos

R23 – Municípios que apresentam maior volume de despesa paga em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17			Despesa paga / Despesa comp.
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1 Lisboa	G	583 720 364	547 241 378	544 570 816	634 009 913	629 990 505	582 668 079	833 555 985	544 333 264	640 000 249	597 776 675	686 603 489	91,5%
2 Porto	G	191 839 923	199 683 900	197 273 297	205 355 942	194 885 588	186 010 713	154 672 864	182 352 337	154 654 855	165 833 768	206 781 960	92,2%
3 Cascais	G	134 836 201	132 901 755	142 212 438	171 523 744	160 038 388	153 972 020	141 882 806	130 063 830	143 460 719	149 543 257	158 069 764	91,0%
4 Vila Nova de Gaia	G	120 602 323	169 105 444	150 044 609	143 679 193	127 412 701	134 698 499	126 902 668	137 387 666	130 861 596	123 091 075	151 371 984	85,5%
5 Sintra	G	137 734 645	166 551 008	146 184 811	153 659 583	175 789 531	161 373 341	181 601 800	148 000 070	122 911 236	147 463 011	139 715 780	89,9%
6 Matosinhos	G	86 483 914	89 179 736	102 594 668	105 509 011	105 759 257	120 281 151	108 847 800	98 465 019	88 661 754	101 835 239	116 948 414	89,8%
7 Oeiras	G	123 822 407	123 786 547	135 745 181	129 788 341	114 936 238	110 331 788	103 392 070	103 054 125	108 812 708	106 311 161	115 171 511	89,0%
8 Seixal	G	69 775 714	80 674 481	92 500 408	84 134 180	80 041 502	74 579 870	79 191 317	79 998 309	108 617 095	75 637 901	112 198 606	95,5%
9 Loures	G	102 488 371	111 641 781	126 739 350	139 419 312	109 005 823	105 109 265	110 933 432	106 117 064	102 581 278	102 014 152	102 042 252	89,2%
10 Loulé	M	93 175 288	97 974 380	105 963 608	124 077 451	99 370 567	91 172 451	91 444 929	102 097 314	92 128 839	86 472 174	91 051 312	88,9%
11 Almada	G	73 757 367	77 298 602	85 539 635	104 487 165	76 401 482	73 857 052	78 070 954	75 228 442	73 367 924	82 705 206	89 639 915	94,9%
12 Setúbal	G	55 992 618	60 043 950	65 352 626	62 990 607	60 950 900	61 248 139	67 301 022	62 182 369	65 613 320	77 652 513	88 118 335	76,1%
13 Braga	G	75 231 538	76 597 420	81 768 686	96 565 226	92 487 656	84 297 180	87 260 723	99 120 469	87 136 871	85 429 759	82 452 326	89,7%
14 Guimarães	G	67 441 931	68 435 407	69 734 486	84 566 282	85 682 636	101 745 628	92 687 224	63 003 509	72 794 510	78 567 063	80 568 122	86,8%
15 V. Nova de Famalicão	G	64 479 172	69 089 512	77 898 598	81 399 773	82 903 524	82 490 543	81 378 872	68 334 360	68 684 935	69 415 464	78 957 364	90,8%
16 Coimbra	G	81 940 914	96 214 353	87 843 523	97 426 760	88 262 956	99 067 893	93 242 765	83 769 203	71 173 341	77 545 590	78 577 699	81,0%
17 Portimão	M	43 562 744	51 863 561	59 527 807	56 446 036	46 484 109	45 774 935	39 617 629	43 572 561	44 867 790	51 790 945	77 628 844	88,9%
18 Amadora	G	70 214 450	71 824 783	73 422 220	91 914 751	85 751 307	88 405 219	76 573 653	79 962 825	74 619 402	70 301 881	75 305 777	89,9%
19 Évora	M	45 156 018	46 694 789	41 580 295	56 126 588	48 669 972	41 566 242	41 177 584	60 553 851	52 513 859	42 295 243	72 783 156	87,9%
20 Funchal	G	81 942 559	94 727 015	91 253 752	78 792 627	82 576 492	77 237 983	73 869 441	110 516 842	74 125 736	70 579 811	71 760 032	93,8%
21 Odivelas	G	51 386 308	60 937 176	60 646 064	63 914 878	70 913 477	63 741 311	61 136 415	56 548 832	64 417 082	63 114 143	64 545 787	88,9%
22 Gondomar	G	77 441 250	64 787 666	76 216 647	84 719 562	72 797 475	87 121 552	71 458 616	72 242 287	63 157 168	63 484 060	63 811 529	91,6%
23 Albufeira	M	60 787 733	69 410 288	81 422 104	94 608 265	61 885 069	59 972 026	62 070 568	73 586 868	77 834 083	59 662 600	63 017 046	87,9%
24 Maia	G	62 487 254	86 305 490	75 510 429	81 532 558	70 015 526	62 102 736	56 388 539	56 266 483	59 462 432	67 135 282	62 364 844	93,9%
25 Leiria	G	56 955 170	60 074 652	74 456 361	66 864 550	61 220 266	62 750 261	55 773 101	55 212 680	57 243 922	54 140 383	57 753 974	88,8%
26 Vila Franca de Xira	G	58 157 462	58 857 255	70 895 604	70 072 116	71 440 592	61 709 934	59 526 537	69 873 884	59 116 731	55 296 775	56 319 401	95,7%
27 Mafra	M	51 740 782	53 548 625	53 613 441	53 369 999	56 185 280	49 996 431	52 901 528	50 777 593	52 140 609	50 934 263	55 925 359	94,9%
28 Viana do Castelo	M	42 625 278	47 629 230	49 716 992	56 242 717	53 935 671	55 118 426	51 017 454	55 761 648	48 617 066	61 142 316	55 680 024	85,3%
29 Santa Maria da Feira	G	54 314 499	59 921 546	72 404 675	69 245 328	62 141 024	63 577 773	57 673 932	74 566 864	57 422 776	51 719 491	54 890 524	85,3%
30 Paredes	M	34 224 333	36 963 160	45 272 611	51 298 958	43 239 692	61 667 908	53 509 820	75 207 388	42 974 068	45 914 706	57 181 821	84,7%
31 Barreiro	M	36 388 510	35 707 949	42 882 299	39 439 030	40 582 992	35 632 416	36 427 715	50 825 446	40 716 672	38 130 924	50 565 341	92,7%
32 Santarém	M	36 083 533	35 620 905	44 194 651	63 308 771	38 493 942	39 207 996	37 245 118	62 460 051	47 226 145	35 020 511	49 394 794	91,2%
33 Guarda	M	30 321 732	29 192 066	35 010 694	49 240 416	29 702 254	33 860 515	29 615 877	41 707 406	28 374 879	36 400 659	49 127 741	92,9%
34 Aveiro	M	44 650 727	48 040 248	69 846 858	57 556 362	49 995 308	44 262 156	40 897 204	39 931 518	44 831 326	48 268 605	48 477 741	63,7%
35 Barcelos	G	55 012 615	55 194 125	55 045 878	55 233 260	58 899 452	54 118 752	56 082 948	61 285 264	58 579 955	51 733 847	47 571 519	91,2%

Da observação do *ranking* R23 permite-se referir:

– A maior parte dos 35 municípios elencados no *ranking* R23 aumentaram o seu volume de pagamentos em 2016, acompanhando a tendência verificada na análise global que se efetuou à evolução das diferentes fases da despesa onde se verificou que, em termos absolutos globais, a despesa paga aumentou 6,8% em 2016.

– Os municípios de Lisboa e Porto foram os que mais contribuíram para o aumento do pagamento das despesas municipais ao apresentarem um volume de acréscimo de despesas pagas respetivamente de +88,8 M€ (+14,9%) e +40,9 M€ (+24,7%)

– Será ainda de anotar em relação ao *ranking* em apreço os municípios que apresentam acréscimos de pagamentos superiores a 30%. Estão nesta situação os seguintes municípios: Seixal com +36,6 M€ (+48,3%); Portimão com +25,8 M€ (+49,9%); Évora com + 30,5 M€ (+72,1%); Barreiro com +12,4 M€ (+32,6%); Santarém com +14,3 M€ (+41%) e Guarda com 12,7 M€ (+35%)

– Apenas cinco municípios do *ranking* em apreço apresentaram descida do volume de pagamentos: Sintra com -5,3% (-7,7 M€); Viana do Castelo com -8,9% (-5,5 M€); Maia com -7,1% (-4,8 M€); Barcelos com -8% (-4,2 M€) e Braga com -3,5% (-2,9 M€). Analisando-se as contas de todos os municípios verifica-se que 165 municípios apresentaram descida de montante global de pagamentos em 2016

– É de relevar o facto de 21 destes 35 municípios terem apresentado taxas superiores a 89% de pagamento das despesas compromissadas. Esta situação confirma a estratégia das autarquias em fazer diminuir a sua dívida comercial ou, pelo menos, não a deixar acumular como tinha acontecido em anos anteriores.

– Como complemento à informação prestada em R25 anota-se que **168 municípios apresentaram uma taxa de pagamento dos compromissos superior a 90%**. No ponto 2.3.2 deste capítulo constatou-se que a taxa média de pagamento das despesas comprometidas, em 2016, foi de 88,3%.

No *ranking* R24, na continuidade de anteriores anuários, apresenta-se a listagem ordenada, referente ao ano 2016, dos municípios com menor volume de despesa paga, bem como a **taxa de paga-**

mento das despesas comprometidas sabendo-se que a média da mesma em 2016 foi de 88,3%.

– Da listagem de municípios com menor volume de pagamentos (R.24) constam exclusivamente municípios de pequena dimensão. Destes 35 municípios, 25 apresentaram taxas de pagamento de compromissos superiores a 90%, sendo muitas delas superiores a 95%. Trata-se de uma excelente performance financeira.

– Da listagem em apreço, 17 municípios aumentaram os montantes de pagamentos, destacando-se o município de Santana com um aumento de 1,025 milhões de euros e o município de Porto Moniz com um aumento de 1,017 milhões de euros. As descidas de pagamentos de 18 municípios devem-se à conjugação, na maior parte dos casos, da diminuição dos encargos do exercício com a diminuição de receita.

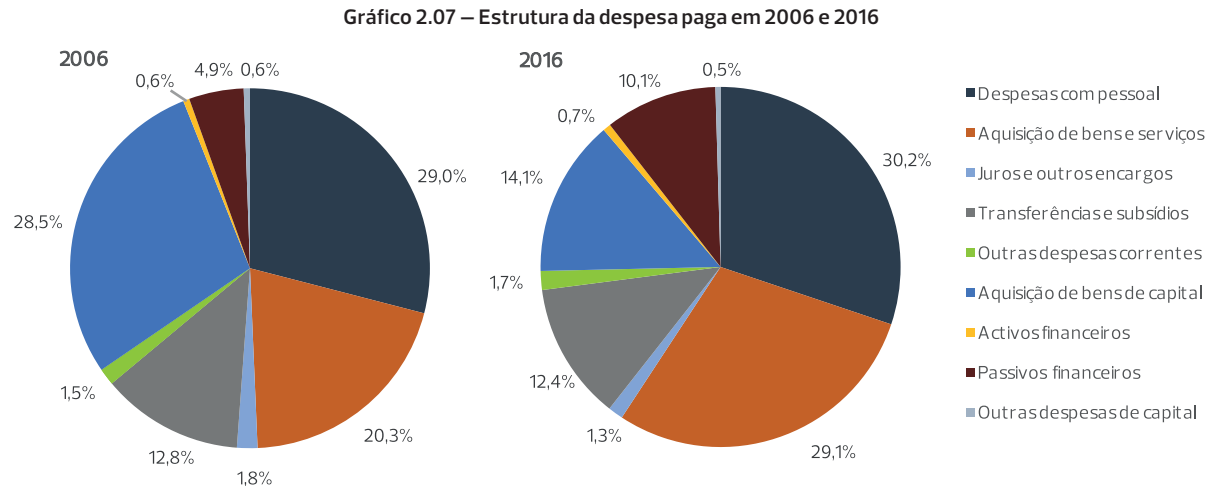
R24 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17			Despesa paga / Despesa comp.
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1 Corvo	P	1825251	1755993	2132975	1601319	1761175	3185036	2414276	2474895	1776445	1747264	2241675	95,9%
2 Santa Cruz Flores	P	4454696	3341657	2632755	2854535	3900849	3520595	2862650	3312676	4188648	2396829	2503069	91,4%
3 Lajes das Flores	P	2938925	3221106	3725067	5524760	5793828	3654866	4131905	5247235	4991107	3003143	3044636	95,4%
4 Sta. Cruz Graciosa	P	4767184	5387467	4371919	4598067	5743750	5469515	5417787	4607162	4483071	3985410	3468880	86,9%
5 Barrancos	P	3700884	5049503	4766559	5495838	5060418	3951156	3589018	3709953	3639534	3593952	3620990	95,5%
6 Calheta (R. A. A.)	P	5073412	6225188	5634475	10647246	4377843	3919653	4319646	4125360	4527920	4896569	3915880	99,2%
7 Alvito	P	3928382	3982865	4956397	4962015	5365868	6082718	4321163	3959208	4102362	4029334	4296576	95,4%
8 Penedono	P	4405613	4521177	4991043	5114352	5108044	6028132	5608589	7111583	6303731	6667952	4335307	97,4%
9 Castanheira Pera	P	5970065	4878986	5150004	4827274	4586038	7039137	9278024	3553614	4654603	4737879	4377599	98,1%
10 São Roque do Pico	P	4117408	4013275	4315508	7388925	7363291	6442781	4315947	4054507	4058980	4494659	4409248	90,7%
11 Porto Santo	P	7399124	11217069	7238033	6169232	5012665	5433171	4356998	7659415	3699143	6021483	4458656	96,1%
12 Vila do Porto	P	7997806	4839807	5102364	6978276	5293541	5067344	5202181	4482194	5585594	5085226	4873077	81,3%
13 Pedrógão Grande	P	5633989	6490445	7431462	6613887	5774834	7485776	5753589	6183940	5927544	4603951	4884742	86,4%
14 Mesão Frio	P	5146201	5062345	4743863	5611288	11299331	6726834	6694172	5293468	4989859	5203729	4939075	84,6%
15 Velas	P	5712145	5894859	6241595	6490053	6486157	5729818	5087254	4501878	4439284	5357741	4963511	92,6%
16 Arronches	P	4642095	4096956	6849039	8306388	5474568	5355920	4729588	4783425	5150062	6669097	5020352	61,0%
17 Porto Moniz	P	7236612	7020694	6022705	5134498	6675839	5365746	4222016	5098198	3800325	4029324	5046681	85,5%
18 Nordeste	P	7932924	7423024	5625635	6836088	6704198	5195610	5666138	15729068	6928266	5393405	5221020	94,6%
19 Manteigas	P	6115671	5593175	6675366	6886142	6464577	5411626	5796949	5977429	5118927	8447249	5224956	93,7%
20 Fronteira	P	6389115	5500201	6420487	5370031	5948729	6382840	5207342	5442780	5353374	4712681	5238378	92,6%
21 Mourão	P	5617973	5013209	5941951	10826377	6091724	4880531	4686399	6394302	5016501	5204673	5281068	74,4%
22 Lajes do Pico	P	5654164	5698107	6441087	5228775	10961196	6004637	6719575	10077631	7030978	5740522	5300504	91,4%
23 São Vicente	P	9911673	8484691	9258997	10164425	5833511	5688135	6610178	5527174	5314665	6213136	5330530	93,9%
24 Marvão	P	5189933	5187248	5569467	5394822	6051102	7008975	4673052	5531365	5108976	5108794	5374395	95,0%
25 Vila de Rei	P	6367251	5744217	6592430	7344307	6013123	7442026	5362081	5151826	4710062	5392838	5398284	92,3%
26 Constância	P	5869609	5279867	6057801	6782788	7067686	7230482	7674792	6213879	5207011	5286483	5434678	95,1%
27 Castelo de Vide	P	6174576	5435410	5508156	5794674	5419105	5551642	6020702	6015318	5915153	5373842	5550742	97,3%
28 Cuba	P	5463567	4773688	6111485	5973505	6412022	5845003	6200673	4957802	4952975	5790391	5560030	90,3%
29 Alter do Chão	P	7099948	6898178	6102377	6642396	5884979	7623864	7592155	5476291	6219273	5939502	5751395	91,1%
30 Vila Nova de Paiva	P	5758350	6260511	6669576	6141272	6464982	7000874	6716650	6630635	6170742	7446507	5755520	89,8%
31 Fornos de Algodres	P	SI	6403907	7486031	6574590	40049969	7312672	5723508	6305757	5439094	5579781	5820135	97,3%
32 Povoação	P	5904619	8490258	5572545	6113983	7132448	7521755	5082970	5551173	6767580	5956385	5831810	89,1%
33 Santana	P	10953381	10194544	9267920	12445807	6939567	7582997	6228480	6644990	6395436	4845776	5870881	94,2%
34 Monforte	P	5468627	5424651	6412569	7792234	5681033	6151826	5726633	5931464	5303638	5777081	6088721	98,6%
35 Ponta do Sol	P	8998150	7346652	9869380	7011915	6622128	7316602	5546372	5720402	4919199	6074302	6105614	88,8%

2.3.4. Despesas por natureza económica

A estrutura da despesa municipal, considerando o peso das diferentes rubricas na despesa global e sua evolução entre 2006 e 2016, foi o tema central do ponto anterior – ponto 2.3.3– deste Anuário. O gráfico seguinte sintetiza a estrutura da despesa paga em 2006 e em 2016.



Passar-se-á, agora, a apresentar com maior detalhe particularidades relativas às principais rubricas económicas da despesa municipal, especialmente um conjunto de *rankings* que relacionarão os municípios com as mesmas.

As rubricas económicas que pela sua materialidade se entendeu analisar autonomamente são: Despesas com Pessoal, Despesas em Aquisições de Bens e Serviços Correntes e Despesas de Investimentos.

Pelo significado económico que revestem apresentam-se, também, detalhadas as seguintes despesas: Despesas com Transferências e Subsídios, Despesas com juros e outros encargos financeiros e Amortização de empréstimos – Passivos Financeiros

2.3.4.1. Despesas com Pessoal

Tendo em atenção a natureza desta despesa da qual não poderá resultar encargos por pagar no final do ano económico, analisar-se-á, fundamentalmente, esta despesa na ótica dos pagamentos. Como se pôde observar pelo quadro 2.31, as Despesas com Pessoal foram a rubrica de despesa com maior volume de paga-

mentos. Mais se verifica que, depois da queda abrupta das despesas com pessoal em 2012, face aos cortes nos salários e nos subsídios da função pública, a mesma apresentou uma subida em 2013 devido à reposição do subsídio de Natal. Em 2014 e em 2015, esta despesa voltou a apresentar sucessivas descidas, respetivamente -0,9% e -0,5% (ver quadro 2.32). Já em 2016, as despesas com pessoal aumentaram ligeiramente em 1,6% (+35,6 M€), e o número de trabalhadores aumentou 1.385 entre 2015 e 2016⁶².

Seguindo a tradição dos anuários anteriores, apresentam-se *Rankings* com posicionamento dos municípios quanto à despesa paga com pessoal. Os *rankings* R25 e R26 apresentam, respetivamente, os 35 municípios com maior e menor peso das despesas pagas a pessoal na despesa total. Apresentam-se *rankings* homólogos para as Regiões Autónomas.

⁶² A fonte de informação do número de trabalhadores foi a DGAL para o número de trabalhadores de 2015 e anteriores, e o portal de Transparência para o número de trabalhadores de 2016, cuja fonte para o n.º de trabalhadores é igualmente a DGAL. O número de trabalhadores inclui pessoal do Quadro, autarcas (presidente e vereadores), pessoal em comissão de serviço e trabalhadores sem vínculo.

R25 – Municípios que apresentam maior peso dos pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais⁶³

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 14-17			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1	Mourão	P	43,1%	50,8%	45,0%	42,4%	51,7%	57,6%	55,0%	42,8%	60,4%	55,4%	52,3%
2	Montijo	M	43,0%	39,7%	41,9%	50,2%	42,3%	52,4%	47,8%	51,5%	52,7%	51,7%	52,2%
3	Porto Santo	P	24,0%	15,4%	23,1%	27,6%	34,6%	28,1%	29,8%	23,3%	57,4%	33,9%	50,6%
4	Barrancos	P	57,1%	38,4%	41,3%	38,6%	42,9%	52,6%	51,3%	51,9%	50,2%	51,4%	50,3%
5	Alcochete	P	49,8%	50,4%	51,5%	48,2%	51,8%	55,4%	49,8%	52,9%	54,6%	48,5%	49,3%
6	Alcácer do Sal	P	40,8%	37,4%	35,1%	39,7%	38,3%	35,8%	34,2%	35,7%	44,0%	44,2%	47,5%
7	Ferreira do Alentejo	P	38,7%	38,3%	36,3%	40,0%	40,0%	44,3%	41,2%	42,4%	43,1%	46,1%	47,2%
8	Redondo	P	38,7%	47,0%	40,5%	37,8%	41,6%	40,5%	43,9%	50,5%	48,4%	45,5%	47,1%
9	Alvito	P	48,2%	45,3%	37,9%	42,0%	39,6%	35,3%	45,4%	51,0%	48,4%	50,5%	46,9%
10	Sardoal	P	54,4%	52,5%	48,6%	39,3%	54,4%	55,5%	47,1%	45,9%	48,1%	44,4%	46,7%
11	Ourique	P	45,9%	46,1%	48,7%	39,7%	52,2%	45,4%	41,0%	40,5%	40,3%	40,3%	44,7%
12	Avis	P	41,2%	40,4%	41,5%	46,2%	40,2%	41,9%	38,3%	40,7%	45,5%	42,4%	44,4%
13	Moita	M	45,4%	46,1%	50,3%	53,4%	47,1%	45,7%	44,4%	45,6%	46,1%	45,0%	44,3%
14	Tarouca	P	26,4%	34,4%	32,5%	40,4%	27,5%	36,3%	39,9%	47,9%	46,0%	42,8%	44,3%
15	Alter do Chão	P	30,2%	33,4%	38,8%	38,9%	43,9%	35,5%	31,9%	47,8%	42,5%	43,0%	43,9%
16	Castelo de Vide	P	43,2%	48,7%	49,0%	49,0%	52,6%	44,6%	38,2%	41,0%	40,3%	43,7%	43,8%
17	Resende	P	31,4%	28,5%	34,1%	28,4%	35,4%	34,6%	34,3%	41,8%	44,2%	41,1%	43,6%
18	São Pedro do Sul	P	39,1%	36,8%	25,0%	39,0%	38,6%	44,9%	41,6%	33,4%	38,2%	41,9%	43,4%
19	Grândola	P	37,8%	42,5%	39,0%	40,8%	31,1%	43,5%	44,1%	43,6%	44,4%	47,5%	43,1%
20	Vidigueira	P	34,7%	37,7%	38,6%	33,7%	30,0%	35,1%	35,3%	44,7%	44,3%	33,1%	42,9%
21	Sousel	P	24,8%	36,2%	35,2%	35,3%	39,4%	34,6%	31,3%	30,5%	25,9%	30,0%	42,4%
22	Serpa	P	36,9%	38,2%	35,7%	34,3%	29,7%	30,2%	31,7%	40,9%	44,6%	35,9%	42,4%
23	Palmela	M	41,7%	43,6%	39,9%	37,3%	45,4%	45,7%	39,8%	45,4%	46,1%	43,0%	42,3%
24	Tomar	M	28,9%	29,7%	30,6%	26,6%	33,4%	27,6%	31,7%	39,0%	38,5%	39,9%	41,9%
25	Entroncamento	M	33,4%	32,0%	35,3%	28,8%	31,4%	35,0%	27,7%	28,1%	33,0%	32,7%	41,7%
26	Terras de Bouro	P	23,5%	23,8%	29,5%	33,6%	38,5%	37,2%	35,2%	41,7%	43,0%	42,8%	41,7%
27	Campo Maior	P	44,1%	42,5%	42,6%	45,2%	54,5%	42,7%	39,1%	32,3%	25,9%	30,9%	41,6%
28	Calheta (R. A. A.)	P	33,7%	25,8%	27,9%	28,6%	42,4%	44,4%	36,5%	41,9%	37,4%	33,7%	41,6%
29	Nisa	P	35,1%	36,3%	28,3%	34,1%	39,4%	32,3%	32,7%	33,8%	35,0%	37,6%	41,5%
30	Funchal	G	34,0%	29,9%	31,7%	39,6%	37,5%	38,6%	39,2%	28,2%	41,0%	41,5%	41,4%
31	Monforte	P	43,7%	47,8%	40,8%	36,2%	48,9%	43,2%	42,5%	44,3%	47,0%	42,6%	41,1%
32	Portel	P	40,9%	42,7%	34,0%	34,9%	42,0%	43,7%	35,7%	31,8%	42,0%	41,1%	41,0%
33	Mesão Frio	P	33,0%	37,6%	43,0%	40,3%	24,4%	29,2%	26,4%	35,2%	40,1%	38,4%	40,9%
34	Sesimbra	M	40,3%	39,5%	43,2%	40,6%	46,7%	45,6%	36,8%	35,3%	40,5%	41,4%	40,8%
35	Alenquer	M	23,7%	27,8%	32,0%	38,1%	39,4%	38,1%	37,7%	42,0%	37,7%	40,6%	40,6%

⁶³ Não estão consideradas as despesas homólogas das empresas municipais e serviços municipalizados, mas apenas as despesas com pessoal da estrutura dos serviços municipais.

R26 – Municípios que apresentam menor peso dos pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1	Alfândega da Fé	P	28,2%	25,9%	26,4%	22,3%	16,6%	31,3%	27,8%	10,9%	31,7%	13,0%	10,9%
2	Vila Nova de Poiares	P	25,4%	30,7%	37,7%	25,4%	32,0%	19,1%	26,0%	36,1%	34,3%	29,8%	11,4%
3	Belmonte	P	20,5%	18,8%	17,3%	14,9%	15,3%	18,4%	17,2%	15,6%	18,8%	16,0%	14,7%
4	Alandroal	P	27,8%	33,1%	31,6%	40,4%	22,6%	37,3%	34,3%	38,7%	37,5%	33,6%	15,3%
5	Castelo Branco	M	15,2%	14,2%	8,7%	16,5%	18,7%	17,6%	13,4%	12,4%	20,4%	20,7%	16,8%
6	Vieira do Minho	P	25,2%	25,7%	20,6%	27,2%	28,4%	23,7%	16,7%	18,3%	21,7%	21,7%	17,8%
7	Nazaré	P	38,3%	43,1%	46,8%	28,1%	42,9%	42,0%	32,7%	25,7%	25,7%	12,9%	18,1%
8	Lagoa (Algarve)	M	24,6%	22,6%	21,1%	29,2%	27,5%	27,0%	22,5%	23,8%	25,5%	21,5%	18,4%
9	Portimão	M	26,2%	22,9%	20,5%	27,7%	33,8%	34,5%	33,2%	33,3%	31,2%	28,2%	19,5%
10	Pombal	M	20,6%	18,7%	19,5%	20,1%	17,8%	17,4%	16,7%	13,4%	17,1%	19,6%	19,7%
11	Guarda	M	25,4%	29,0%	26,5%	20,2%	34,8%	30,0%	29,6%	22,5%	32,2%	26,2%	19,8%
12	Penamacor	P	21,2%	23,1%	22,6%	20,9%	22,7%	20,5%	19,0%	26,6%	23,8%	17,3%	20,3%
13	Celorico de Basto	P	29,4%	25,4%	26,1%	30,6%	22,4%	20,1%	25,2%	30,7%	35,1%	30,9%	20,5%
14	Calheta (R. A. M.)	P	21,2%	20,6%	12,8%	25,2%	24,6%	22,2%	19,0%	18,6%	26,4%	25,1%	20,5%
15	Ansião	P	23,8%	16,4%	13,0%	23,8%	23,9%	20,3%	18,9%	16,1%	22,6%	21,4%	20,5%
16	São João da Pesqueira	P	12,9%	13,4%	13,9%	12,4%	14,2%	18,1%	16,7%	18,1%	16,1%	17,0%	20,9%
17	Leiria	G	22,6%	21,6%	17,7%	20,2%	22,9%	20,5%	19,9%	21,9%	21,5%	22,7%	21,0%
18	Alljô	P	33,6%	26,5%	24,6%	20,2%	32,3%	27,6%	28,2%	28,3%	13,2%	19,9%	21,1%
19	Seia	M	23,1%	25,5%	23,8%	24,8%	27,8%	10,2%	22,0%	24,5%	24,2%	25,5%	21,3%
20	Bragança	M	23,9%	20,6%	20,0%	17,7%	20,0%	21,4%	17,3%	18,7%	25,8%	23,4%	21,3%
21	Alvaiázere	P	20,7%	21,5%	21,0%	23,6%	18,8%	16,3%	15,6%	15,9%	19,9%	14,2%	21,4%
22	Mogadouro	P	17,0%	20,9%	24,3%	21,1%	23,8%	17,0%	16,2%	23,6%	22,3%	17,0%	21,4%
23	Covilhã	M	17,2%	8,9%	14,0%	21,3%	21,6%	21,6%	18,0%	18,1%	24,2%	21,8%	21,6%
24	Corvo	P	42,8%	46,5%	36,2%	43,9%	35,7%	18,3%	21,7%	20,7%	27,8%	27,5%	21,8%
25	Fundão	M	20,2%	16,4%	18,1%	17,0%	21,4%	18,3%	17,1%	8,4%	23,0%	21,7%	21,8%
26	Chaves	M	25,5%	26,8%	25,5%	29,6%	30,8%	29,7%	26,0%	24,6%	17,6%	23,5%	22,1%
27	Arcos de Valdevez	M	15,1%	16,2%	14,0%	15,6%	21,4%	24,1%	21,0%	24,0%	23,5%	22,6%	22,2%
28	Ribeira de Pena	P	24,5%	25,7%	26,7%	27,9%	29,0%	32,3%	26,4%	24,2%	26,0%	29,7%	22,2%
29	Ourém	M	18,2%	16,5%	17,4%	14,9%	23,8%	21,1%	16,6%	18,6%	21,3%	23,6%	22,5%
30	Lamego	M	22,1%	18,1%	14,3%	16,9%	21,2%	18,4%	16,0%	11,5%	21,3%	17,6%	22,8%
31	Penacova	P	22,2%	21,9%	21,8%	18,7%	22,2%	25,3%	21,7%	24,7%	22,0%	21,1%	22,8%
32	Ribeira Brava	P	12,8%	10,4%	12,0%	11,3%	23,2%	17,2%	20,7%	16,5%	19,1%	23,8%	22,9%
33	Caldas da Rainha	M	17,9%	16,0%	17,3%	16,7%	19,3%	22,9%	23,5%	23,4%	19,6%	21,6%	22,9%
34	Cantanhede	M	23,1%	22,6%	23,0%	27,6%	19,7%	27,8%	24,7%	24,5%	25,4%	21,3%	23,0%
35	Arouca	M	20,0%	18,5%	18,2%	22,0%	18,7%	21,9%	15,9%	21,1%	23,4%	19,9%	23,1%

Da listagem R25 salienta-se o seguinte:

- Todos estes 35 municípios apresentaram um peso médio de despesas com pessoal bastante superior ao peso médio de 30,2% determinado para 2016, revelando uma elevada concentração de despesa nesta rubrica económica.
- Considerando o universo total dos municípios, verificou-se que, em 2016, 51% dos mesmos (158) apresentaram um peso médio de pagamentos de encargos com pessoal superior a 30,2% da despesa total paga.
- Poderá ser preocupante, para o desenvolvimento da atividade municipal nos diversos domínios das suas competências, a situação dos municípios que afetam mais de metade dos seus recursos financeiros a despesas com pessoal. Estiveram nesta situação em 2016, os quatro primeiros municípios elencados no *ranking* R25.

Do *Ranking* R26 apresentado supra resulta a seguinte apreciação relativamente ao ano económico de 2016:

- Apenas um dos 35 municípios com menor peso de despesa com pessoal é de grande dimensão. Trata-se do município de Leira cujo peso das despesas com pessoal foi de 21,0%.
- Em 11 municípios portugueses as despesas com pessoal foram inferiores a 20% da despesa total, sendo que para três destes municípios, todos de pequena dimensão, essa despesa foi menor que 15% da despesa total.

Nos quadros seguintes R27.A e R27.M apresentam-se hierarquizados os municípios por ordem crescente do peso da despesa com pessoal, respetivamente nas Regiões dos Açores e da Madeira.

Da observação aos *Rankings* R27.A e R27.M conclui-se em relação ao ano de 2016:

- O peso médio dos encargos com pessoal nas despesas totais dos municípios foi de 30,9% na R.A.A. e de 31,4% na R.A.M. Todavia, se na Região Autónoma dos Açores o peso das despesas com pessoal variou aproximadamente entre 21,8% e 41,6% e na Região da Madeira variou entre 20,5% e 50,6%.
- Onze dos municípios Açorianos e cinco Madeirenses apresentaram um peso da despesa com pessoal na despesa total, superior à média global de 30,2% verificada em 2016.

Apresentam-se, de seguida, os *Rankings* (R28 e R29) dos 35 municípios com maior e menor volume de despesa com pessoal paga

em 2016, considerando o universo total dos municípios.

Da observação do Quadro R28 releva-se em relação ao ano de 2016:

- Oito destes 35 municípios apresentaram aumento relevante de despesa com pessoal: Oeiras com +5,9 M€; Cascais com +5,1 M€; Vila Nova de Famalicão com +3,55 M€; Lisboa com +3,0 M€; Porto com +2,9 M€; Matosinhos com +2,5 M€; Sintra com 1,64 M€; e Amadora com +1,57 M€. Se compararmos este aumento com a variação do número de trabalhadores, verifica-se que esse aumento de despesas com pessoal, em vários municípios e como se pode ver pelo quadro anterior, tem uma relação direta com o aumento do número de trabalhadores.

- Lisboa com um volume de pagamentos a pessoal de 216,3 M€, apresentou um aumento desta despesa de 3 M€ (+1,4%) e o número de trabalhadores aumentou 1,1%. À semelhança das outras despesas o município de Lisboa distancia-se significativamente das despesas homólogas dos restantes municípios de grande dimensão. Anota-se que o segundo município da lista – o município do Porto – apresentou um montante de encargos com pessoal de 61,4 M€, isto é, 28,4% da despesa homóloga paga por Lisboa. Em 2016 a despesa com pessoal do município de Lisboa representou 9,6% do total pago pelo setor autárquico nesta rubrica orçamental.

Relativamente ao *ranking* R29 que apresenta os 35 municípios com **menor volume de encargos com pessoal**, verifica-se:

- São todos municípios de pequena dimensão, sendo que 20 deles apresentaram descida de encargos com pessoal. O aumento do montante de encargos com pessoal apresentado pelos restantes 15 municípios foi pouco relevante em termos absolutos, salientando-se, contudo, os aumentos relativos dos municípios de São João da Pesqueira e Santana que diminuíram o número de trabalhadores respetivamente, em -18,1% e em -3,3% e Sernancelhe que aumentou em +6% o número de trabalhadores.

R27.A – Peso dos pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais dos municípios da R.A. dos Açores

	Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17		
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1	Corvo	P	42,8%	46,5%	36,2%	43,9%	35,7%	18,3%	21,7%	20,7%	27,8%	27,5%	21,8%
2	Ribeira Grande	M	27,2%	20,0%	16,0%	14,0%	16,7%	23,2%	21,6%	26,9%	29,6%	23,1%	23,6%
3	São Roque do Pico	P	24,1%	23,1%	24,8%	13,4%	13,9%	16,1%	21,7%	27,0%	28,5%	23,2%	24,4%
4	Nordeste	P	22,2%	23,2%	31,7%	27,2%	27,1%	32,2%	26,7%	9,8%	21,7%	25,8%	25,9%
5	Angra do Heroísmo	M	24,4%	22,2%	23,4%	23,3%	20,8%	23,1%	20,6%	31,0%	26,6%	24,4%	26,8%
6	Praia da Vitória	M	29,3%	25,1%	20,1%	20,1%	15,4%	24,7%	27,0%	28,8%	31,2%	29,0%	27,0%
7	Lagoa (R.A.A)	P	25,9%	24,3%	17,3%	19,7%	22,0%	17,6%	19,1%	24,9%	28,3%	26,6%	27,3%
8	Madalena	P	23,2%	21,5%	23,3%	20,7%	30,8%	31,7%	33,5%	31,2%	31,5%	31,5%	29,6%
9	Vila Franca do Campo	P	26,6%	24,1%	14,0%	28,5%	34,9%	12,1%	9,7%	23,3%	26,9%	25,7%	30,4%
10	Lajes do Pico	P	27,1%	27,6%	24,0%	30,4%	16,3%	24,4%	19,3%	16,8%	24,6%	28,5%	30,5%
11	Velas	P	32,3%	28,7%	28,2%	26,9%	27,7%	29,0%	27,0%	34,2%	35,6%	29,8%	30,7%
12	Lajes das Flores	P	31,8%	28,4%	26,0%	17,3%	17,8%	29,7%	25,0%	19,7%	22,1%	37,1%	31,7%
13	Santa Cruz da Graciosa	P	26,5%	22,7%	28,8%	27,9%	22,9%	21,6%	19,8%	25,1%	25,9%	28,0%	32,1%
14	Horta	P	25,1%	36,6%	32,3%	27,0%	31,7%	33,0%	33,7%	33,8%	29,4%	31,9%	32,6%
15	Vila do Porto	P	23,1%	39,7%	37,0%	28,7%	35,7%	35,0%	31,1%	39,4%	31,9%	36,8%	36,5%
16	Ponta Delgada	M	28,7%	26,8%	24,5%	24,3%	31,7%	32,3%	29,9%	35,5%	34,8%	36,0%	37,8%
17	Santa Cruz das Flores	P	18,2%	24,9%	33,9%	32,9%	27,1%	32,2%	34,9%	33,2%	24,1%	40,4%	37,9%
18	Povoação	P	33,2%	23,9%	38,2%	36,4%	32,1%	32,0%	49,3%	46,0%	40,7%	33,9%	38,5%
19	Calheta (R. A. A.)	P	33,7%	25,8%	27,9%	28,6%	42,4%	44,4%	36,5%	41,9%	37,4%	33,7%	41,6%

R27.M – Peso dos pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais dos municípios da R.A. da Madeira

	Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17		
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1	Calheta (R. A. M.)	P	21,2%	20,6%	12,8%	25,2%	24,6%	22,2%	19,0%	18,6%	26,4%	25,1%	20,5%
2	Ribeira Brava	P	12,8%	10,4%	12,0%	11,3%	23,2%	17,2%	20,7%	16,5%	19,1%	23,8%	22,9%
3	Porto Moniz	P	15,3%	Si	18,5%	24,3%	17,9%	22,4%	25,3%	22,8%	33,0%	30,2%	24,7%
4	São Vicente	P	12,2%	15,8%	14,7%	13,6%	25,4%	24,7%	17,9%	23,5%	24,2%	20,6%	24,7%
5	Ponta do Sol	P	16,4%	20,2%	16,3%	24,2%	26,2%	22,2%	25,5%	27,6%	31,0%	24,8%	25,0%
6	Santana	P	15,7%	16,5%	18,2%	14,5%	26,3%	21,2%	21,2%	22,1%	22,4%	32,2%	28,5%
7	Câmara de Lobos	M	19,3%	18,6%	16,0%	25,1%	23,4%	29,5%	29,6%	15,4%	28,0%	26,8%	31,2%
8	Santa Cruz	M	30,4%	28,2%	19,6%	34,4%	35,1%	36,5%	36,4%	36,0%	20,2%	31,2%	36,6%
9	Machico	M	24,1%	25,6%	18,1%	31,7%	33,7%	27,1%	29,1%	31,7%	21,3%	40,6%	39,2%
10	Funchal	G	34,0%	29,9%	31,7%	39,6%	37,5%	38,6%	39,2%	28,2%	41,0%	41,5%	41,4%
11	Porto Santo	P	24,0%	15,4%	23,1%	27,6%	34,6%	28,1%	29,8%	23,3%	57,4%	33,9%	50,6%

R28 – Municípios que apresentam maior volume de despesa paga em pessoal no ano de 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17			Varia. 15–16	Nº trabalh.	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		2015	2016
1 Lisboa	G	254 291 961	242 851 693	240 428 199	256 441 320	255 372 940	242 755 702	208 623 845	227 899 869	216 512 163	213 264 687	216 259 993	1,4%	7 406	7 489
2 Porto	G	65 739 194	65 353 711	65 597 491	63 055 103	61 045 501	58 249 917	50 567 299	56 993 588	56 303 553	58 505 841	61 392 672	4,9%	2 945	2 896
3 Sintra	G	33 014 542	32 935 719	34 011 116	35 156 858	46 255 384	45 289 295	41 065 997	43 622 288	45 871 474	47 471 815	49 116 802	3,5%	2 871	2 893
4 Oeiras	G	32 329 835	32 449 898	33 338 006	34 868 100	34 931 602	34 361 676	30 822 274	33 460 085	33 125 802	34 650 282	40 594 366	17,2%	2 307	2 328
5 Loures	G	30 135 420	30 453 179	31 683 955	40 045 125	40 387 084	38 172 285	34 940 433	38 272 874	38 008 151	38 666 786	38 829 142	0,4%	2 083	2 083
6 Cascais	G	30 566 847	30 496 769	31 676 931	33 451 607	34 299 528	33 138 642	29 242 029	31 525 130	32 494 974	32 331 722	37 454 229	15,8%	1 436	1 829
7 Vila Nova de Gaia	G	30 670 229	29 931 323	30 606 215	31 127 441	32 207 564	33 146 276	29 458 504	33 177 657	34 354 474	35 123 005	36 445 219	3,8%	1 896	1 849
8 Seixal	G	29 765 774	31 779 789	33 429 777	34 501 567	35 467 413	35 604 507	30 395 964	32 664 712	32 811 186	32 827 140	32 434 828	-1,2%	1 528	1 557
9 Matosinhos	G	18 994 156	20 131 254	24 160 793	32 168 406	32 660 589	31 147 123	28 300 088	29 748 856	29 702 028	29 687 470	32 198 538	8,5%	1 881	1 867
10 Almada	G	26 064 546	26 476 115	26 516 150	28 531 622	28 984 188	27 958 489	25 021 957	27 639 772	28 169 770	29 833 061	30 940 505	3,7%	1 516	1 594
11 Funchal	G	27 847 914	28 288 363	28 940 558	31 231 103	31 005 139	29 822 565	28 947 972	31 180 527	30 407 728	29 270 676	29 731 966	1,6%	1 603	1 582
12 Amadora	G	22 105 465	22 600 396	22 426 130	28 804 424	28 825 565	28 008 606	24 805 860	26 947 613	26 644 145	27 249 877	28 824 511	5,8%	1 692	1 700
13 Loulé	M	21 595 408	22 634 496	24 522 409	26 849 182	29 960 895	28 902 427	25 552 196	25 897 673	25 771 146	26 027 320	25 645 104	-1,5%	1 482	1 529
14 Coimbra	G	28 993 926	29 512 120	29 261 552	29 407 120	30 092 982	28 282 050	25 108 042	26 615 284	26 111 049	25 737 994	25 627 032	-0,4%	1 231	1 224
15 Setúbal	G	25 153 885	26 351 616	26 738 600	27 404 227	26 688 588	26 114 814	22 919 094	25 073 071	24 222 936	25 121 947	25 454 595	1,3%	1 266	1 270
16 Braga	G	17 708 700	19 073 422	19 380 342	26 069 234	27 095 643	26 211 997	23 648 923	25 186 802	24 503 120	23 723 998	24 790 603	4,5%	1 400	1 437
17 V. Nova Famalicão	G	17 047 662	17 537 018	18 120 930	19 145 557	19 512 800	18 733 411	16 265 023	17 509 951	18 039 739	19 977 548	23 531 355	17,8%	1 291	1 404
18 Guimarães	G	15 673 418	16 261 455	17 045 957	24 109 933	24 485 256	25 014 198	22 696 154	23 474 583	23 350 740	22 895 238	23 459 014	2,5%	1 510	1 585
19 Odivelas	G	18 046 367	18 522 939	19 496 408	19 733 142	23 113 696	22 760 094	21 147 636	22 652 739	22 733 104	23 642 979	22 385 431	-5,3%	1 167	1 178
20 Gondomar	G	15 461 318	16 436 262	17 188 346	23 398 362	24 758 445	25 183 764	24 254 927	23 769 940	22 214 723	22 666 666	22 333 468	-1,5%	1 567	1 499
21 Albufeira	M	17 225 655	18 040 983	18 750 522	22 516 606	23 375 044	22 749 447	19 779 010	20 860 863	20 124 778	19 859 464	19 736 348	-0,6%	1 090	1 083
22 Maia	G	15 119 813	16 116 900	17 760 639	18 867 993	19 295 370	19 373 082	17 575 332	19 098 164	18 567 367	18 535 977	18 868 519	1,8%	994	985
23 Évora	M	14 290 608	15 061 910	15 416 156	18 835 495	20 419 703	19 050 623	16 879 562	18 020 985	18 166 398	17 711 101	17 744 882	0,2%	1 021	992
24 Palmela	M	17 389 470	17 462 365	18 310 610	20 007 486	19 562 922	18 281 770	16 347 521	18 416 307	17 606 604	17 265 660	17 479 719	1,2%	900	902
25 Sesimbra	M	14 680 004	15 780 704	17 361 973	18 046 176	18 766 838	17 683 894	15 760 272	19 042 086	17 414 285	16 724 431	17 064 715	2,0%	858	872
26 Vila Franca de Xira	G	15 631 930	16 083 569	17 339 857	18 442 810	18 257 801	17 072 464	14 831 475	16 279 784	16 306 625	16 264 790	16 581 776	1,9%	790	835
27 Viana do Castelo	M	10 751 204	11 131 053	11 705 378	15 204 092	16 173 109	16 883 363	14 845 260	16 016 733	15 793 297	15 869 957	16 394 959	3,3%	852	921
28 Vila do Conde	M	15 776 033	14 983 058	15 466 803	18 670 816	17 451 301	17 529 929	15 700 288	18 028 995	15 614 976	15 283 219	15 866 761	3,8%	1 061	1 116
29 Portimão	M	11 398 957	11 883 504	12 181 038	15 656 349	15 713 844	15 780 331	13 152 074	14 489 922	14 009 673	14 627 444	15 171 035	3,7%	856	843
30 Barreiro	M	15 085 263	15 188 435	15 304 581	15 970 920	16 505 508	15 549 317	13 800 040	16 705 341	14 642 960	14 239 909	14 706 546	3,3%	663	722
31 Mafra	M	10 020 076	10 260 846	10 991 442	12 347 104	14 454 464	14 463 606	13 552 392	14 364 693	13 929 910	14 055 555	14 484 161	3,0%	908	921
32 Moita	M	13 393 872	13 385 450	16 955 357	14 820 388	14 305 220	13 816 971	13 148 463	13 936 007	13 950 877	13 888 064	13 806 286	-0,6%	720	705
33 Santarém	M	10 632 814	11 010 882	13 393 394	14 882 585	15 175 490	14 027 288	12 784 889	14 257 268	13 938 809	13 701 242	13 739 948	0,3%	741	738
34 Sta. Maria da Feira	G	11 448 670	12 335 721	14 373 418	15 869 889	16 035 225	15 451 775	11 889 146	13 985 525	13 831 434	13 801 191	13 606 220	-1,4%	781	774
35 Aveiro	M	11 509 967	12 128 709	13 983 194	12 186 529	11 845 639	12 042 461	10 190 742	11 377 959	11 709 865	12 899 822	13 424 812	4,1%	631	590

R29 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga ao pessoal em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17			Varia. 15–16	N° trab.		
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		2015	2016	
1	Corvo	P	781412	816 375	772 319	702 501	628 278	581778	522 768	511744	493 276	481035	488 269	1,5%	27	27
2	Sta. Cruz das Flores	P	808 672	830 678	893 080	937 852	1056 277	1135 170	1000 115	1100 754	1010 373	968 094	948 177	-2,1%	51	53
3	Lajes das Flores	P	934 773	914 443	969 132	956 754	1030 038	1085 234	1034 086	1033 572	1102 795	1113 489	963 737	-13,4%	47	49
4	São Roque do Pico	P	992 457	927 546	1072 101	991542	1025 053	1039 671	938 406	1094 686	1156 062	1040 696	1075 474	3,3%	50	52
5	Sta. Cruz Graciosa	P	1 263 117	1 220 353	1 261 237	1 283 903	1 317 601	1 179 384	1 075 305	1 155 502	1 160 977	1 116 069	1 112 886	-0,3%	57	57
6	Belmonte	P	1 225 322	1 157 928	1 152 457	1 194 382	1 233 241	1 188 363	972 664	1 029 865	1 148 520	1 123 877	1 126 518	0,2%	52	57
7	Porto Moniz	P	1 106 317	1 087 651	1 116 728	1 247 754	1 196 202	1 200 440	1 066 589	1 164 688	1 255 543	1 215 396	1 244 649	2,4%	66	66
8	Castanheira Pera	P	1 700 415	1 674 098	1 623 045	1 602 004	1 529 680	1 638 218	1 336 878	1 428 271	1 371 009	1 316 919	1 270 719	-3,5%	70	69
9	Manteigas	P	1 576 566	1 503 887	1 504 442	1 586 887	1 477 923	1 410 486	1 217 600	1 433 558	1 300 145	1 304 790	1 281 624	-1,8%	63	65
10	Penedono	P	1 357 998	1 374 051	1 404 882	1 448 174	1 529 711	1 522 888	1 424 391	1 677 001	1 669 857	1 455 933	1 311 846	-9,9%	78	81
11	São Vicente	P	1 208 441	1 340 996	1 363 695	1 378 059	1 483 839	1 404 194	1 184 472	1 297 266	1 287 078	1 279 222	1 318 610	3,1%	64	66
12	Nordeste	P	1 761 612	1 723 681	1 784 813	1 859 706	1 818 260	1 673 403	1 515 060	1 540 762	1 505 856	1 391 709	1 351 345	-2,9%	76	76
13	Pedrógão Grande	P	1 682 494	1 698 853	1 720 929	1 927 778	1 991 745	1 818 738	1 521 923	1 575 605	1 433 592	1 442 871	1 423 638	-1,3%	77	82
14	Velas	P	1 846 065	1 694 657	1 757 998	1 745 254	1 798 025	1 661 166	1 373 489	1 541 250	1 581 875	1 596 176	1 523 132	-4,6%	80	79
15	Ponta do Sol	P	1 476 527	1 484 766	1 604 988	1 694 430	1 736 952	1 623 824	1 414 507	1 577 338	1 524 456	1 504 900	1 527 316	1,5%	79	82
16	Alvaiázere	P	1 457 105	1 710 407	1 662 378	1 902 709	1 785 425	1 627 854	1 508 164	1 608 990	1 541 059	1 458 588	1 536 753	5,4%	91	89
17	Ribeira Brava	P	1 635 723	1 651 271	1 716 367	1 833 093	1 910 347	1 675 162	1 473 241	1 473 691	1 591 994	1 698 809	1 591 347	-6,3%	86	88
18	Lajes do Pico	P	1 534 994	1 571 615	1 546 672	1 588 823	1 781 572	1 462 193	1 296 556	1 697 714	1 729 303	1 638 591	1 617 461	-1,3%	83	88
19	Calheta (R. A. A.)	P	1 712 193	1 606 757	1 573 124	3 043 227	1 854 045	1 741 342	1 575 204	1 730 067	1 693 438	1 651 451	1 627 711	-1,4%	96	103
20	Marvão	P	1 946 500	1 913 442	1 956 346	2 064 463	2 091 489	1 905 403	1 630 015	1 757 230	1 736 929	1 639 610	1 669 393	1,8%	92	96
21	Santana	P	1 716 080	1 681 731	1 689 107	1 810 189	1 826 319	1 607 598	1 320 598	1 468 916	1 431 385	1 559 163	1 675 202	7,4%	90	87
22	Fronteira	P	1 518 690	1 622 973	1 642 811	1 686 168	1 781 764	1 684 564	1 512 868	1 617 032	1 654 836	1 689 243	1 676 895	-0,7%	81	89
23	Murtosa	P	1 970 406	1 948 561	1 944 268	2 167 169	1 997 283	1 777 789	1 529 814	1 649 845	1 734 600	1 750 778	1 690 455	-3,4%	73	74
24	Fornos de Algodres	P	Si	1 559 206	1 743 350	1 862 133	2 131 489	1 720 458	1 567 948	1 717 392	1 730 587	1 774 666	1 708 656	-3,7%	91	91
25	Vila do Porto	P	1 843 967	1 920 815	1 886 024	1 999 456	1 889 190	1 771 464	1 616 642	1 767 309	1 782 401	1 870 830	1 778 776	-4,9%	96	89
26	Barrancos	P	2 113 636	1 941 363	1 968 772	2 119 777	2 169 383	2 076 578	1 840 869	1 924 514	1 827 295	1 846 856	1 821 807	-1,4%	90	90
27	Arronches	P	1 304 803	1 385 508	1 595 360	1 931 729	1 890 857	1 704 073	1 557 864	1 763 010	1 790 710	1 766 276	1 847 754	4,6%	93	101
28	Penamacor	P	2 118 290	2 287 809	2 216 659	2 293 754	2 236 940	2 091 247	1 844 804	2 038 044	2 041 741	1 894 715	1 861 223	-1,8%	94	92
29	Penalva do Castelo	P	1 836 484	1 876 603	1 920 068	2 075 681	2 099 582	2 150 013	1 842 673	2 071 947	2 250 644	1 920 559	1 874 529	-2,4%	103	94
30	S. João Pesqueira	P	1 240 942	1 297 525	1 286 234	1 381 978	1 622 590	1 807 604	1 608 048	1 696 805	1 690 135	1 578 821	1 898 389	20,2%	72	59
31	Sernancelhe	P	1 794 321	1 759 334	1 777 015	1 988 503	1 781 049	1 760 530	1 507 066	1 647 531	1 727 674	1 820 626	1 938 512	6,5%	84	89
32	Constância	P	1 786 017	1 826 660	1 918 333	2 058 686	2 111 829	2 094 052	1 912 775	2 107 421	2 110 978	1 877 761	1 946 616	3,7%	102	99
33	Aguiar da Beira	P	1 779 363	1 817 779	1 872 086	1 925 715	1 978 975	1 865 634	1 658 053	1 804 810	1 975 710	1 933 848	1 951 242	0,9%	95	98
34	Penela	P	1 929 694	1 979 352	2 041 981	2 102 630	2 017 550	2 036 481	1 908 785	1 941 754	1 921 622	1 937 005	1 955 444	1,0%	102	108
35	Tabuaço	P	2 192 765	2 392 259	2 389 177	3 056 944	3 207 802	2 671 543	2 411 517	2 189 013	2 143 317	1 977 994	1 970 395	-0,4%	97	98

2.3.4.2. Despesas pagas em Aquisições de Bens e Serviços Correntes

Em relação à despesa paga com aquisição de bens e serviços correntes entende-se por bem salientar relativamente a esta despesa:

– Pela observação dos quadros apresentados no ponto 2.3.3 deste capítulo constata-se que a **despesa com aquisição de bens e serviços correntes** tem sido a que, desde 2013, apresenta maior volume de **encargos assumidos**, pese embora em 2014 e 2015, o mesmo, tivesse baixado sucessivamente, 4,1% e 2,7%. **Em 2016 volta a aumentar em 3,9% o montante global de encargos com aquisição de bens e serviços.**

– Em 2016, o peso da **despesa paga** com aquisição de bens e serviços no total da despesa autárquica foi de 29,1% ao apresentar o valor total de 2.171,2 M€. Este montante correspondeu a 85% dos encargos assumidos nesta rubrica orçamental e representou a maior cobertura financeira desta despesa desde 2006. Contudo, ficaram ainda por pagar 384,4 M€ de compromissos assumidos em 2016 e que se previam pagar nesse ano.

– Em 2016, **99 municípios apresentaram diminuição de encargos pagos com aquisição de bens e serviços.**

Apresentam-se de seguida os *Rankings* (R30 e R31) dos 35 municípios com maior e menor volume de **despesa paga** em aquisição de bens e serviços correntes, em 2016.

– Os encargos assumidos por Lisboa, em 2016, representaram 6% do total dos encargos assumidos e pagos, nesta rubrica orçamental, pelo setor autárquico municipal⁶⁴.

– Relativamente à listagem destes 35 municípios com maior despesa paga em aquisição de bens e serviços correntes, apontam-se 11 municípios com crescimento desta despesa acima dos 10%, relevando-se aqui os que apresentaram volume significativo de crescimento: Évora com +27,9 M€ (+302,1%), Portimão com +10,4 M€ (+79,1%) e Seixal com +5,9 M€ (+32,2%). O comportamento do município de Évora, no que se refere aos pagamentos desta despesa apresenta-se particularmente peculiar pois ao longo destes onze anos tem alternado quebras

com aumentos significativos. Todavia a variação em 2016 foi indiscutivelmente a maior, apesar de 2015 ter apresentado em relação a 2014 uma descida de 50,4% e o aumento de 2016, poder traduzir em parte uma retoma de pagamentos de encargos assumidos em anos anteriores.

– É ainda de relevar a descida de despesa, nesta rubrica orçamental, apresentada por Amadora (-3,03 M€), Lagos (-2,83 M€) e Vila Franca de Xira (-2,56 M€)

No *Ranking* R31 são ordenados por ordem crescente de valor os municípios com menor volume de encargos pagos em aquisição de bens e serviços.

Da observação do *Ranking* R31 anota-se:

– Dos 35 municípios com menor volume de encargos em aquisição de bens e serviços correntes, apenas consta um município de média dimensão (Praia da Vitória). Todos os restantes são municípios de pequena dimensão.

– Dos dez municípios, constantes desta listagem, que apresentaram descida de encargos, chama-se a atenção para o município de Porto Santo que apresentou uma descida de 46,5% equivalente a -937 mil euros, estando esta diminuição associada principalmente à aquisição de serviços de locação de edifícios, que em 2015 foi de 1,04 milhões de euros e em 2016 foi nula.

– Os restantes 25 municípios apresentaram acréscimo de despesa sendo de assinalar o aumento demonstrado pelo município de Velas (+30,4%, +309 mil euros) associado a um aumento de 191 mil euros de aquisição de bens e de 118 mil euros de aquisição de serviços, de Povoação (+32%+200 mil euros) devido essencialmente ao aumento da aquisição de serviços de 197 mil euros.

⁶⁴ De referir que Lisboa representa 4,9% da população de Portugal.

R30 – Municípios que apresentam maior volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços em 2016⁶⁵

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17			Varia. 15–16
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1 Lisboa	G	73 509 796	105 232 445	114 519 931	117 000 558	120 990 740	108 197 506	94 850 551	97 684 851	132 540 525	125 467 340	130 998 622	4,4%
2 Cascais	G	54 063 923	40 793 291	45 842 997	52 282 385	47 603 601	52 023 664	52 278 428	50 071 593	63 928 827	75 430 371	76 611 800	1,6%
3 Porto	G	26 697 714	35 271 571	38 653 897	40 145 826	40 297 529	44 996 314	44 892 315	47 549 064	46 679 683	49 670 454	50 164 905	1,0%
4 Sintra	G	17 017 256	17 871 102	21 049 957	19 158 887	18 282 617	23 271 604	38 834 864	27 291 651	33 719 888	37 490 917	41 914 090	11,8%
5 Vila Nova de Gaia	G	24 687 506	28 481 042	28 618 028	35 242 226	26 240 544	28 186 002	25 608 770	27 782 026	33 891 438	35 872 846	38 029 361	6,0%
6 Évora	M	7 581 584	11 211 736	9 275 064	17 494 726	8 732 520	8 984 675	8 653 752	20 052 998	18 597 762	9 229 674	37 112 876	302,1%
7 Loures	G	23 928 322	29 266 760	33 307 187	32 291 460	30 597 332	29 603 917	32 994 814	32 691 192	32 103 516	33 562 202	34 416 002	2,5%
8 Loulé	M	27 317 435	29 977 705	32 126 830	32 726 935	27 913 191	21 933 759	32 327 744	36 293 632	26 582 007	31 052 854	33 174 258	6,8%
9 Oeiras	G	27 252 542	31 044 435	34 041 433	42 443 089	35 011 670	36 038 385	37 087 552	32 476 257	29 998 859	33 128 240	31 122 444	-6,1%
10 Matosinhos	G	22 976 694	26 364 358	26 719 941	28 026 387	23 786 484	30 254 772	30 875 162	27 992 347	25 465 525	27 704 793	28 549 885	3,1%
11 Almada	G	19 935 053	21 687 085	21 441 366	22 078 536	20 105 041	19 917 357	20 358 587	21 060 963	21 682 918	22 916 313	26 367 032	15,1%
12 V. Nova Famalicão	G	16 341 960	17 010 4,02	18 374 809	18 683 053	20 297 187	21 984 047	22 185 448	20 993 386	23 005 147	23 304 862	26 253 061	12,7%
13 Setúbal	G	10 402 844	13 105 583	15 161 711	15 132 873	11 298 441	12 191 058	14 978 880	13 268 149	21 944 676	24 772 094	24 855 058	0,3%
14 Albufeira	M	24 880 894	27 637 466	34 080 485	25 650 944	20 210 023	21 775 547	29 110 963	41 937 555	28 316 961	23 415 487	24 769 315	5,8%
15 Seixal	G	5 182 945	7 977 167	11 007 909	8 778 087	10 063 915	6 657 430	12 036 674	26 648 239	33 322 494	18 387 545	24 301 658	32,2%
16 Portimão	M	10 379 556	13 702 297	13 474 806	16 234 655	13 177 460	10 644 279	8 120 870	6 718 117	6 451 206	13 157 355	23 565 553	79,1%
17 Odivelas	G	11 136 020	15 029 680	13 957 416	15 197 408	15 767 234	14 254 621	17 617 944	15 234 031	23 897 826	23 184 552	23 296 749	0,5%
18 Funchal	G	18 472 399	20 029 326	30 102 946	18 041 447	15 946 793	15 528 317	12 335 191	38 970 292	23 147 048	21 991 455	23 145 568	5,2%
19 Gondomar	G	13 460 810	15 078 948	15 645 428	15 664 004	17 637 077	17 554 458	17 887 358	19 332 549	19 795 448	21 722 937	22 679 518	4,4%
20 Mafra	M	11 394 884	13 298 916	14 392 332	18 206 069	17 507 224	17 736 072	18 157 741	15 168 603	21 843 672	19 750 656	21 143 967	7,1%
21 Coimbra	G	15 492 292	20 287 695	17 894 632	19 633 378	22 405 578	22 283 886	22 119 771	20 560 384	19 851 752	18 177 734	20 934 065	15,2%
22 Guimarães	G	12 188 146	13 664 240	14 833 151	15 667 675	16 523 405	18 818 200	17 065 630	16 804 865	18 508 094	18 501 631	20 596 830	11,3%
23 Amadora	G	25 174 125	23 662 522	26 214 686	27 601 405	27 184 293	31 678 763	29 094 175	31 166 574	27 494 953	22 845 748	19 810 292	-13,3%
24 Braga	G	8 194 023	8 531 922	10 239 692	11 471 519	12 145 318	14 186 682	15 207 769	16 679 315	17 076 189	18 815 809	18 693 350	-0,7%
25 Lagos	M	15 313 404	15 723 695	16 738 640	11 442 962	10 242 589	12 603 542	15 104 217	20 775 564	17 811 452	20 182 394	17 349 742	-14,0%
26 Vila Franca de Xira	G	12 203 821	13 643 794	14 760 431	15 743 726	16 697 205	16 263 744	18 659 481	18 125 536	18 433 820	19 413 671	16 848 492	-13,2%
27 Leiria	G	10 533 783	13 734 784	16 637 436	16 471 426	13 803 438	16 675 843	17 294 244	16 204 834	14 605 739	15 120 854	16 690 174	10,4%
28 Maia	G	12 139 750	13 617 531	14 750 282	17 481 406	14 359 108	15 382 071	15 832 493	13 942 798	15 434 196	16 281 316	16 280 697	0,0%
29 Sta. Maria da Feira	G	13 290 150	12 819 951	17 399 050	14 973 968	13 072 221	16 359 547	18 264 616	24 286 084	17 205 445	16 528 195	15 855 837	-4,1%
30 Lagoa (Algarve)	M	11 100 267	13 043 913	14 060 099	9 148 915	9 974 873	12 526 170	15 171 466	15 915 859	12 066 053	12 752 200	15 322 233	20,2%
31 Viseu	M	6 874 219	8 029 251	9 691 907	11 815 610	10 865 543	10 397 048	11 313 516	11 632 428	12 381 933	13 528 481	15 201 798	12,4%
32 Santo Tirso	M	6 333 130	6 320 233	7 411 343	8 135 379	8 251 154	7 842 055	7 872 758	6 949 990	9 461 373	15 266 674	14 436 182	-5,4%
33 Palmela	M	12 395 379	11 670 338	13 282 061	13 998 483	9 778 726	11 432 809	12 601 775	13 398 125	13 219 782	15 066 469	14 234 116	-5,5%
34 Vila do Conde	M	14 258 193	17 728 712	17 299 625	18 584 134	14 273 795	14 974 158	13 372 362	26 220 925	12 066 647	12 762 871	14 031 131	9,9%
35 Póvoa de Varzim	M	11 639 971	14 247 677	12 394 942	14 812 688	14 506 985	14 608 200	13 715 684	14 232 774	13 382 694	13 934 155	14 004 059	0,5%

⁶⁵ Valores que apenas incluem as despesas realizadas pela estrutura orgânica do município, excluindo, portanto, as entidades do SEL.

R31 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17			Varia. 15–16
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1 Corvo	P	316 601	321 292	287 376	252 393	275 261	239 746	242 804	278 128	325 368	388 486	451 924	16,3%
2 Barrancos	P	587 619	624 697	537 854	690 922	728 082	753 270	537 134	505 511	451 194	449 943	578 906	28,7%
3 Santa Cruz das Flores	P	411 847	428 854	507 800	544 767	525 088	530 201	496 161	470 918	522 448	547 553	606 552	10,8%
4 Calheta (R. A. A.)	P	688 136	965 432	706 484	1 233 912	853 941	712 236	656 268	634 383	599 494	625 798	669 305	7,0%
5 Povoação	P	703 448	779 843	705 489	745 446	525 715	616 184	353 776	477 923	480 870	624 992	825 080	32,0%
6 Lajes das Flores	P	615 022	695 510	735 607	784 136	874 308	811 907	733 772	644 449	444 311	822 068	834 041	1,5%
7 Nordeste	P	895 456	632 334	807 718	611 594	750 048	669 506	483 479	927 796	787 777	787 624	889 237	12,9%
8 Sta. Cruz da Graciosa	P	676 298	697 945	705 963	742 184	875 880	734 793	794 116	780 720	792 822	915 409	926 504	1,2%
9 São Roque do Pico	P	484 691	557 789	585 843	645 362	693 165	698 807	703 062	593 993	868 723	973 571	944 687	-3,0%
10 Lajes do Pico	P	936 425	959 609	896 199	784 629	1 430 366	894 458	1 001 006	993 826	935 728	1 007 919	964 164	-4,3%
11 Alvito	P	745 310	789 115	789 536	834 269	915 949	1 045 089	915 071	927 913	940 173	1 009 458	1 059 084	4,9%
12 Mesão Frio	P	748 129	986 168	779 357	945 028	1 669 923	911 191	1 207 928	1 118 367	992 941	1 189 389	1 071 426	-9,9%
13 Porto Santo	P	1 251 810	1 326 947	1 317 929	898 315	540 458	727 898	1 391 835	2 705 130	893 387	2 016 373	1 079 431	-46,5%
14 Castanheira de Pera	P	751 543	547 121	777 322	798 716	867 675	1 249 392	2 164 092	962 863	960 947	1 046 143	1 111 358	6,2%
15 Fornos de Algodres	P	Si	1 465 271	1 210 562	1 222 811	4 570 427	2 114 635	1 866 122	2 048 361	1 464 868	1 256 927	1 174 407	-6,6%
16 Santana	P	1 713 144	1 878 057	2 360 539	2 356 543	2 102 310	2 081 705	1 116 891	1 555 937	1 559 762	1 140 927	1 202 094	5,4%
17 Arronches	P	1 000 667	1 008 800	1 256 594	1 315 031	1 034 398	1 051 582	1 364 026	1 326 726	1 318 382	1 252 763	1 228 673	-1,9%
18 Velas	P	832 259	705 495	754 736	944 089	913 160	980 417	1 109 106	949 793	1 132 908	1 016 948	1 325 777	30,4%
19 Monforte	P	1 100 454	1 111 223	1 167 546	1 419 738	1 284 834	1 141 844	1 034 147	1 268 003	1 129 043	1 254 698	1 389 139	10,7%
20 Sousel	P	1 291 394	1 432 562	1 644 660	1 566 377	1 385 115	1 320 316	1 458 919	1 622 932	1 427 622	1 573 880	1 392 222	-11,5%
21 Praia da Vitória	M	4 363 782	1 799 819	1 792 944	1 727 049	1 343 807	1 401 166	728 824	1 192 554	1 331 562	1 207 970	1 445 408	19,7%
22 Mourão	P	887 749	878 890	1 024 339	1 702 808	1 146 139	873 126	987 391	1 789 400	1 080 075	1 393 595	1 469 433	5,4%
23 Castelo de Vide	P	946 704	1 102 771	1 112 250	1 295 544	1 198 591	1 188 832	1 296 350	1 488 286	1 412 334	1 420 152	1 477 413	4,0%
24 Sardoal	P	801 887	871 047	969 480	1 302 829	1 033 665	1 021 896	1 597 817	1 492 172	1 517 522	1 449 885	1 495 852	3,2%
25 Vila do Porto	P	846 481	967 924	964 323	1 105 744	1 128 236	962 609	899 599	1 254 441	1 345 621	1 387 321	1 499 932	8,1%
26 Alpiarça	P	1 480 939	1 941 879	1 834 420	2 222 829	1 505 703	3 033 159	1 800 376	1 658 828	1 263 574	1 298 258	1 522 734	17,3%
27 Marvão	P	938 416	1 045 543	1 166 029	1 157 891	1 358 162	1 291 305	1 357 085	1 395 046	1 314 990	1 422 839	1 532 858	7,7%
28 Vila de Rei	P	1 337 573	1 102 948	1 417 076	1 425 025	1 332 967	1 265 635	1 323 043	1 438 492	1 422 568	1 525 316	1 536 048	0,7%
29 Ribeira Brava	P	1 725 142	2 127 502	1 875 472	2 654 615	2 132 186	1 838 890	1 238 148	2 786 398	1 004 122	1 312 379	1 571 514	19,7%
30 Cuba	P	1 325 393	1 400 610	1 272 332	1 391 955	1 285 433	1 579 880	1 285 823	1 225 373	1 244 312	1 388 803	1 574 361	13,4%
31 São Vicente	P	1 304 430	1 341 477	1 377 485	2 061 324	1 562 342	1 340 700	995 414	1 263 329	1 436 052	1 615 658	1 627 414	0,7%
32 Mora	P	700 156	865 337	1 012 746	1 052 185	1 182 398	1 297 051	1 250 431	1 386 700	1 330 078	1 709 776	1 689 968	-1,2%
33 Murtosa	P	1 506 772	1 501 879	1 423 754	2 202 147	1 809 341	1 517 051	1 781 593	1 846 120	1 746 066	1 760 811	1 721 495	-2,2%
34 Vila Nova de Paiva	P	1 311 734	1 813 122	1 796 413	1 697 977	1 726 537	1 756 642	1 665 874	1 557 406	1 649 389	1 764 968	1 722 443	-2,4%
35 Monchique	P	1 509 889	1 409 628	1 562 104	1 332 844	1 446 593	1 597 369	1 650 303	1 760 050	1 855 954	1 696 614	1 728 208	1,9%

2.3.4.3. Despesas pagas com Investimentos (aquisição de bens duradouros)

No ponto 2.3.3 já foram referidas algumas considerações em relação às despesas de investimento. Todavia, como neste ponto se vão apresentar listagens hierarquizadas dos municípios, pelo volume de despesa paga nesta rubrica orçamental, entende-se relevar os seguintes aspetos, em relação ao ano de 2016:

- Em 2016 o total de encargos assumidos pelos municípios, nesta rubrica orçamental, foi de 1.479,6 M€ dos quais foi pago 1.053,6 M€, isto é 71,2% da despesa assumida, tendo ficado por pagar 426 M€. Entre 2006 e 2016 o decréscimo de encargos assumidos com investimento foi de -59,3%, significando uma quebra de 2,15 mil milhões de euros.
- Em 11 anos de gestão autárquica (2006-2016) o total de investimento pago foi de 18 mil milhões de euros, ou seja, 1.715 euros por habitante, excluindo-se as transferências da capital para as freguesias.
- Finalmente anota-se que o investimento municipal, na sua globalidade, embora tenha vindo a decrescer sucessivamente desde 2010, apresentou a sua maior quebra, em termos absolutos e relativos, em 2014 com uma diminuição de valor de 456,9 M€ (-28,6%), sendo que em 2016 a descida também foi significativa baixando o investimento direto dos municípios em -122,3 M€ (-10,4%).

Nos *Rankings* R32 e R33 apresentam-se respetivamente 35 municípios com maior ou menor volume de investimento realizado em 2016⁶⁶.

Da observação do *Ranking* R32 é de assinalar, relativamente a 2016:

- À semelhança dos *rankings* anteriores, é Lisboa que lidera a listagem hierarquizada dos municípios com maior volume de investimento direto municipal, com o montante de 128,2 M€, isto é, +92,3% (+61,5 M€) que o investido no ano anterior. O valor aplicado por Lisboa em investimento direto do município representou 12,2% do to-

⁶⁶ Dada a profusão de empresas municipais que executam, por delegação de competências, investimentos em substituição dos municípios e, ainda, o facto de existirem juntas de freguesia às quais foram, também, delegadas competências para executarem investimentos da responsabilidade dos municípios, tem-se entendido que a real dimensão do investimento direto dos municípios resultaria da soma do valor das transferências de capitais com as despesas de investimento. Ora a falta de informação nos relatórios das autarquias que nos permitam testar este entendimento levou-nos a decidir que neste anuário não se apresentariam os quadros com as respetivas somas de valores.

tal investido pela globalidade dos municípios. O investimento em 11 anos foi de 798 milhões de euros, correspondendo a uma média de 1.457€ por habitantes.

- O segundo município desta listagem, Matosinhos, investiu diretamente em formação bruta de capital 28,9 M€, que representou 22,5% do investimento efetuado por Lisboa. Anota-se, ainda, que o município de Matosinhos em 2016 apresentou um acréscimo de investimento de +22% (+5,2 M€).
- São ainda de assinalar os acréscimos de investimento direto decididos pelos municípios de: Albufeira (+214%, +7,7 M€); Paredes (+160%, +10 M€); Lagoa (+149,6%, +4,7 M€); Loures (+79,3%, +9,7 M€); e Castelo Branco (+72,7%, +7,7 M€).
- Considerando os 308 municípios, independentemente da informação assinalada no quadro R32, assinalam-se os 20 municípios que apresentaram maior quebra de investimento em termos de valor: Torres Vedras (-9,0 M€, -70,4%); Lousada (-8,3 M€, -75,2%); Maia (-7,97 M€, -40,9%); Viana do Castelo (-7,5 M€, -42,9%); Nazaré (-7,23 M€, 74,4%); Coimbra (-6,7 M€, -45,5%); Alcanena (-6,71 M€, -86,9%); Lamego (-6,05 M€, -81,2%); Elvas (-5,76 M€, -78,1%); Oliveira do Bairro (-5,49 M€, -73,2%); Chaves (-5,42 M€, -66,6%); Peso da Régua (-5,20 M€, -76,2%); Santo Tirso (-5,02 M€, -58,4%); Póvoa de Varzim (-4,94 M€, -47,4%); Vizela (-4,59 M€, -84,5%); Braga (-4,33 M€, -55,0%); Oliveira de Azeméis (-4,15 M€, -52,5%); Vila Real (-4,06 M€, -51,2%); Mirandela (-3,99 M€, -68,8%); Fundão (-3,89 M€, -67,4%).

Da observação do *Ranking* R33 é de assinalar relativamente a 2016:

- Destes 35 municípios com menor volume de investimento direto, todos de pequena dimensão, sete apresentam acréscimo do mesmo, sendo de salientar dois deles pela taxa de variação envolvida: Porto Santo (+1243%, +308,9 mil euros) e Fornos de Algodres (+93%, +265 mil euros).
- Apresentaram, neste ranking, descida significativa de investimento os seguintes municípios: Sousel (-2,4 M€, -83,8%); Penedono (-2,4 M€, -89,2%); Meda (-1,6 M€, -73%); Santa Comba Dão (-1,5 M€, -72,6%); e Vila Franca do Campo (-1,4 M€, -70,5%).

Em seguida apresentam-se os *Rankings* R34 e R35 com os municípios que apresentam maior e menor investimento nos últimos 11 anos.

R32 – Municípios que apresentam maior volume de investimentos pagos (aquisições assumidas de bens de capital) em 2016⁶⁷

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17			Varia. 15–16
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1 Lisboa	G	125 862 700	66 888 568	32 029 497	48 570 865	75 045 680	45 205 673	63 323 184	77 481 885	68 771 114	66 662 626	128 188 429	92,3%
2 Matosinhos	G	22 298 760	20 723 967	28 644 936	15 503 379	22 751 343	34 371 631	23 377 348	18 357 207	13 004 777	23 628 651	28 857 444	22,1%
3 Porto	G	10 807 011	6 344 975	8 330 230	7 516 616	30 269 288	7 093 458	6 383 423	46 653 378	13 132 540	19 122 087	26 267 736	37,4%
4 Oeiras	G	43 049 952	38 367 715	50 728 560	34 516 515	28 090 756	26 138 319	22 722 879	22 187 369	28 186 902	20 737 905	22 915 166	10,5%
5 Castelo Branco	M	17 249 143	21 469 711	41 881 164	23 177 774	19 429 122	17 091 698	25 195 014	25 307 147	9 331 202	10 573 439	18 265 019	72,7%
6 Paredes	M	12 318 288	12 577 370	17 275 357	19 442 871	11 459 818	27 577 615	18 436 945	36 752 824	8 708 602	6 258 580	16 276 632	160,1%
7 Cascais	G	17 055 732	20 576 766	22 458 275	43 314 497	30 029 500	21 488 098	17 746 625	11 486 996	13 419 670	14 667 601	15 703 506	7,1%
8 Almada	G	16 029 467	15 836 253	23 579 189	38 631 588	12 045 721	14 221 554	10 666 629	12 158 748	9 899 451	11 905 379	15 410 412	29,4%
9 Pombal	M	15 147 495	15 619 357	12 988 465	13 142 263	17 162 697	17 034 587	15 643 417	30 685 835	19 592 344	13 615 980	15 091 898	10,8%
10 Guimarães	G	18 899 251	13 505 061	15 647 362	18 911 536	24 661 792	37 107 064	30 790 529	4 627 542	10 861 334	9 033 730	14 244 325	57,7%
11 Mafra	M	23 955 448	23 799 103	21 263 257	14 802 661	16 383 905	11 630 258	13 839 330	11 037 048	8 294 498	9 306 240	13 965 653	50,1%
12 Leiria	G	8 106 772	6 421 272	19 837 063	9 057 027	10 041 799	12 156 931	6 369 021	5 822 908	9 622 698	10 569 346	12 914 319	22,2%
13 Vila Nova de Gaia	G	22 160 706	59 436 893	20 626 915	16 844 527	10 152 169	20 543 682	24 527 138	2 192 865	16 535 873	11 998 323	12 701 614	5,9%
14 V. Nova Famalicão	G	9 538 755	10 113 068	11 305 502	13 871 451	17 840 098	17 230 880	20 271 853	12 270 243	11 705 587	9 109 301	12 607 735	38,4%
15 Vila Franca de Xira	G	18 110 164	15 722 030	25 384 924	21 943 029	21 847 005	15 867 452	12 239 288	24 211 902	13 739 744	8 489 689	12 216 556	43,9%
16 Loulé	M	29 319 631	30 284 738	29 735 381	43 930 281	27 388 357	22 704 809	17 681 954	16 294 636	15 493 693	15 160 441	11 880 496	-21,6%
17 Maia	G	15 777 332	27 340 226	18 220 152	21 785 875	17 983 810	8 163 924	5 417 250	6 914 714	10 856 710	19 475 682	11 504 071	-40,9%
18 Albufeira	M	11 351 834	15 746 027	18 149 553	36 553 854	10 246 716	7 537 943	4 978 664	4 503 803	1 956 194	3 593 335	11 276 568	213,8%
19 Viana do Castelo	M	15 516 876	17 307 058	16 242 245	16 290 815	15 807 232	10 222 722	12 849 618	15 493 408	8 416 094	17 561 098	10 028 509	-42,9%
20 Águeda	M	5 071 959	6 158 117	4 344 018	3 897 277	6 363 427	8 058 983	11 305 427	10 859 245	6 772 521	9 939 533	9 900 306	-0,4%
21 Sintra	G	26 696 138	23 596 250	16 579 918	20 242 566	27 369 425	16 096 163	7 674 416	15 148 323	4 159 926	6 171 098	9 284 159	50,4%
22 Ribeira Grande	M	5 677 783	9 829 412	15 925 800	18 183 402	15 382 311	7 923 121	8 678 107	5 096 398	5 358 229	7 941 306	8 321 490	4,8%
23 Coimbra	G	9 502 396	16 321 737	11 810 520	14 395 292	11 146 795	14 951 155	13 898 747	12 296 489	5 810 661	14 759 926	8 044 519	-45,5%
24 Figueira da Foz	M	7 120 669	7 728 058	4 441 270	11 254 433	3 165 729	8 692 995	6 136 134	6 640 227	4 638 237	5 529 978	7 965 000	44,0%
25 Sta. Maria da Feira	G	14 699 495	18 575 233	23 860 061	18 456 270	16 139 530	15 981 528	12 120 549	18 680 711	14 011 859	8 928 206	7 956 523	-10,9%
26 Lagoa (Algarve)	M	7 695 335	8 729 910	10 914 162	6 358 707	6 411 104	2 672 901	2 501 864	1 847 459	2 341 947	3 136 647	7 828 714	149,6%
27 Setúbal	G	9 888 729	9 075 075	10 839 410	8 108 015	9 751 760	10 065 165	16 253 913	11 969 092	7 149 037	10 617 022	7 751 193	-27,0%
28 Amadora	G	10 106 241	10 422 231	9 820 913	18 904 315	12 917 553	6 639 585	6 148 743	7 374 879	6 280 863	4 707 961	7 732 287	64,2%
29 Ponte de Lima	M	11 116 808	8 314 199	11 917 096	21 361 351	7 476 634	6 651 666	11 974 417	8 267 748	3 781 895	4 605 926	7 718 925	67,6%
30 Penafiel	M	13 376 304	10 925 190	15 084 843	10 454 910	11 958 472	11 826 549	16 827 053	14 593 122	11 479 359	9 296 129	7 707 598	-17,1%
31 Barreiro	M	4 708 624	2 956 865	7 068 629	3 324 539	5 685 401	3 122 436	4 390 006	10 775 779	4 482 280	4 092 007	7 285 793	78,0%
32 Gondomar	G	27 154 201	18 916 545	28 013 326	30 526 140	15 744 856	29 618 742	13 503 990	16 158 681	10 808 682	8 107 738	7 259 854	-10,5%
33 Loures	G	24 058 022	23 698 459	29 204 816	30 294 104	10 802 285	10 447 874	6 470 096	2 597 962	5 129 599	3 898 046	6 989 518	79,3%
34 Ílhavo	M	8 494 791	7 196 858	7 981 641	10 713 638	11 816 787	10 756 633	10 772 828	4 934 793	5 871 972	8 569 239	6 905 296	-19,4%
35 Bragança	M	9 180 360	10 550 010	10 153 435	15 015 783	9 636 509	7 532 064	11 917 638	11 042 312	3 062 932	4 899 274	6 769 354	38,2%

⁶⁷ Não inclui o investimento realizado pelo sector empresarial local.

R33— Municípios que apresentam menor volume de investimentos pagos (aquisição de bens de capital) em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17			Varia. 15–16
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1 Alpiarça	P	2 054 070	1 380 548	1 385 656	2 236 687	1 615 416	3 396 088	635 559	1 486 856	124 883	65 702	94 591	44,0%
2 Mourão	P	763 715	729 220	1 057 968	2 554 868	331 674	155 026	104 514	186 044	111 913	90 872	96 307	6,0%
3 Barrancos	P	523 040	1 764 689	1 373 752	1 422 728	592 671	219 742	154 507	224 168	173 955	77 659	108 793	40,1%
4 Castanheira de Pera	P	2 454 739	1 360 616	1 353 210	1 422 156	1 428 123	3 217 065	3 959 809	153 121	143 661	157 578	138 552	-12,1%
5 Constância	P	1 968 516	1 385 140	1 791 540	2 311 405	2 420 058	2 503 300	3 129 686	1 197 318	317 296	513 606	257 625	-49,8%
6 Penedono	P	1 635 171	1 610 846	1 773 176	2 159 496	1 767 843	2 030 312	1 644 131	2 410 470	2 106 564	2 685 691	289 603	-89,2%
7 Sardoal	P	1 012 798	695 910	986 542	1 860 130	664 907	679 373	623 517	778 897	328 134	712 861	298 305	-58,2%
8 Mesão Frio	P	1 774 764	1 256 955	609 456	1 262 631	4 555 800	2 558 431	2 532 189	1 211 444	591 098	539 441	315 936	-41,4%
9 S. Monte Agraço	P	1 950 328	2 158 942	1 089 849	1 372 166	1 266 652	1 477 252	881 578	368 092	453 712	614 720	333 730	-45,7%
10 Porto Santo	P	2 942 712	6 417 371	1 684 759	1 200 882	511 375	1 541 028	85 653	1 540 077	18 881	24 856	333 759	1242,8%
11 V. Nova da Barquinha	P	3 456 122	1 554 297	965 020	2 583 247	5 105 963	4 531 601	6 076 580	1 932 889	1 412 068	1 185 281	337 557	-71,5%
12 Figueiró dos Vinhos	P	2 729 216	1 785 399	1 491 264	1 184 899	968 687	2 184 394	941 040	437 259	716 771	740 638	377 435	-49,0%
13 Calheta (R. A. A.)	P	1 499 272	2 641 673	2 111 344	4 778 970	759 240	379 904	923 373	487 386	1 024 674	1 276 324	384 185	-69,9%
14 Ferreira do Alentejo	P	1 506 629	1 457 490	1 507 628	1 707 287	1 685 857	815 952	1 493 045	1 229 971	1 151 394	312 958	392 892	25,5%
15 Alter do Chão	P	2 799 268	2 248 899	1 449 921	1 357 095	1 016 652	2 594 781	3 057 041	796 764	872 268	872 383	399 329	-54,2%
16 Armamar	P	1 935 444	2 245 144	3 513 226	2 161 495	2 315 982	2 380 494	2 134 444	1 227 208	3 074 556	1 603 841	410 076	-74,4%
17 Golegã	P	1 225 454	1 428 110	1 799 997	2 361 200	1 418 972	1 377 145	2 779 525	2 266 262	1 048 453	1 275 886	424 316	-66,7%
18 Ourique	P	595 893	1 241 376	987 097	2 622 499	902 754	1 159 451	1 513 197	1 829 086	1 452 084	1 093 687	447 506	-59,1%
19 Viana do Alentejo	P	1 312 854	1 287 302	581 426	2 591 568	1 705 199	1 106 810	1 608 861	3 464 936	653 452	2 102 997	460 798	-78,1%
20 Sousel	P	4 831 024	1 952 524	1 925 468	1 962 065	1 619 178	2 160 469	2 446 160	2 607 461	4 118 072	2 886 155	466 333	-83,8%
21 Vila do Porto	P	4 658 356	1 223 479	1 445 241	3 001 377	959 670	776 711	1 334 741	594 996	1 491 899	680 722	468 803	-31,1%
22 Penela	P	2 125 553	3 409 951	1 740 580	2 947 377	2 952 509	3 895 869	3 328 953	1 468 644	851 886	1 600 756	478 919	-70,1%
23 Vila Real Sto. António	P	4 466 586	7 708 166	1 003 438	6 989 231	7 547 466	2 011 840	1 294 205	2 304 955	16 619 243	590 964	489 120	-17,2%
24 Castelo de Paiva	P	3 098 500	3 700 285	2 375 599	6 903 922	1 336 997	2 378 544	612 865	1 603 579	828 792	755 459	494 518	-34,5%
25 Sta. Cruz da Graciosa	P	1 965 136	2 716 307	1 601 027	1 791 996	2 660 776	2 704 531	2 611 095	1 840 592	1 651 118	915 417	517 468	-43,5%
26 Alfândega da Fé	P	2 713 556	3 706 384	3 684 936	5 908 933	4 862 553	1 581 668	2 045 179	2 659 737	1 259 839	1 384 485	528 607	-61,8%
27 Alvito	P	772 901	779 644	1 556 659	1 332 061	1 633 600	2 257 154	881 178	404 568	451 653	284 054	548 930	93,2%
28 Santa Comba Dão	P	1 777 528	2 192 297	1 994 591	4 372 917	2 117 687	1 759 203	3 277 304	549 020	419 981	2 029 434	555 684	-72,6%
29 Santa Cruz das Flores	P	2 757 901	1 512 666	713 558	891 432	1 799 053	1 270 229	687 631	1 285 457	2 224 349	331 947	564 080	69,9%
30 Tarouca	P	3 961 027	2 396 938	3 054 391	2 694 397	6 187 740	3 976 231	2 328 882	1 118 758	806 269	1 531 781	565 389	-63,1%
31 Vila Nova de Foz Côa	P	3 681 294	2 978 824	2 908 299	2 055 893	2 979 907	4 534 900	5 619 156	4 617 060	1 653 433	1 893 827	583 998	-69,2%
32 Meda	P	3 506 663	3 752 575	3 068 586	5 073 248	2 585 075	3 537 170	3 380 479	1 769 673	961 941	2 176 686	588 706	-73,0%
33 Vendas Novas	P	3 193 775	2 171 978	1 843 077	1 968 403	1 887 506	1 371 971	1 535 808	1 585 702	548 489	696 418	600 219	-13,8%
34 Vila Franca do Campo	P	2 091 976	1 648 264	7 457 921	1 398 283	774 375	3 449 028	2 915 219	2 458 429	1 816 422	2 036 117	600 504	-70,5%
35 Povoação	P	1 680 197	3 284 942	509 956	906 025	1 699 561	1 952 638	441 895	560 101	1 571 818	845 980	603 521	-28,7%

R34 – Municípios com maior investimento pago no decénio 2006–2016

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17			TOTAL 2006–2016	Invest p/hab.
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
1 Lisboa	G	125 862 700	66 888 568	32 029 497	48 570 865	75 045 680	45 205 673	63 323 184	77 481 885	68 771 114	66 662 626	128 188 429	798 030 222	1457
2 Oeiras	G	43 049 952	38 367 715	50 728 560	34 516 515	28 090 756	26 138 319	22 722 879	22 187 369	28 186 902	20 737 905	22 915 166	337 642 038	1962
3 Loulé	M	29 319 631	30 284 738	29 735 381	43 930 281	27 388 357	22 704 809	17 681 954	16 294 636	15 493 693	15 160 441	11 880 496	259 874 417	3 680
4 Matosinhos	G	22 298 760	20 723 967	28 644 936	15 503 379	22 751 343	34 371 631	23 377 348	18 357 207	13 004 777	23 628 651	28 857 444	251 519 444	1 433
5 Vila Nova Gaia	G	22 160 706	59 436 893	20 626 915	16 844 527	10 152 169	20 543 682	24 527 138	21 928 656	16 535 873	11 998 323	12 701 614	237 456 496	786
6 Castelo Branco	M	17 249 143	21 469 711	41 881 164	23 177 774	19 429 122	17 091 698	25 195 014	25 307 147	9 331 202	10 573 439	18 265 019	228 970 432	4 081
7 Cascais	G	17 055 732	20 576 766	22 458 275	43 314 497	30 029 500	21 488 098	17 746 625	11 486 996	13 419 670	14 667 601	15 703 506	227 947 267	1 104
8 Gondomar	G	27 154 201	18 916 545	28 013 326	30 526 140	15 744 856	29 618 742	13 503 990	16 158 681	10 808 682	8 107 738	7 259 854	205 812 755	1 225
9 Guimarães	G	18 899 251	13 505 061	15 647 362	18 911 536	24 661 792	37 107 064	30 790 529	4 627 542	10 861 334	9 033 730	14 244 325	198 289 526	1 254
10 Vila Franca Xira	G	18 110 164	15 722 030	25 384 924	21 943 029	21 847 005	15 867 452	12 239 288	24 211 902	13 739 744	8 489 689	12 216 556	189 771 784	1 386
11 Paredes	M	12 318 288	12 577 370	17 275 357	19 442 871	11 459 818	27 577 615	18 436 945	36 752 824	8 708 602	6 258 580	16 276 632	187 084 900	2 154
12 Funchal	G	25 674 618	32 734 359	18 764 144	15 181 094	19 445 470	16 164 985	17 280 123	22 432 704	7 655 310	6 146 164	5 536 341	187 015 314	1 671
13 Pombal	M	15 147 495	15 619 357	12 988 465	13 142 263	17 162 697	17 034 587	15 643 417	30 685 835	19 592 344	13 615 980	15 091 898	185 724 337	3 364
14 Porto	G	10 807 011	6 344 975	8 330 230	7 516 616	30 269 288	7 093 458	6 383 423	46 653 378	13 132 540	19 122 087	26 267 736	181 920 742	766
15 Almada	G	16 029 467	15 836 253	23 579 189	38 631 588	12 045 721	14 221 554	10 666 629	12 158 748	9 899 451	11 905 379	15 410 412	180 384 390	1 037
16 Sintra	G	26 696 138	23 596 250	16 579 918	20 242 566	27 369 425	16 096 163	7 674 416	15 148 323	4 159 926	6 171 098	9 284 159	173 018 382	458
17 S.M Feira	G	14 699 495	18 575 233	23 860 061	18 456 270	16 139 530	15 981 528	12 120 549	18 680 711	14 011 859	8 928 206	7 956 523	169 409 966	1 216
18 Mafra	M	23 955 448	23 799 103	21 263 257	14 802 661	16 383 905	11 630 258	13 839 330	11 037 048	8 294 498	9 306 240	13 965 653	168 277 400	2 194
19 Maia	G	15 777 332	27 340 226	18 220 152	21 785 875	17 983 810	8 163 924	5 417 250	6 914 714	10 856 710	19 475 682	11 504 071	163 439 747	1 208
20 Braga	G	20 362 438	19 680 832	15 274 509	19 187 412	12 925 998	8 687 357	13 825 481	21 540 958	12 862 956	7 883 078	3 549 846	155 780 864	858
21 Viana Castelo	M	15 516 876	17 307 058	16 242 245	16 290 815	15 807 232	10 222 722	12 849 618	15 493 408	8 416 094	17 561 098	10 028 509	155 735 675	1 755
22 Loures	G	24 058 022	23 698 459	29 204 816	30 294 104	10 802 285	10 447 874	6 470 096	2 597 962	5 129 599	3 898 046	6 989 518	153 590 781	749
23 VN Famalicão	G	9 538 755	10 113 068	11 305 502	13 871 451	17 840 098	17 230 880	20 271 853	12 270 243	11 705 587	9 109 301	12 607 735	145 864 474	1 090
24 Penafiel	M	13 376 304	10 925 190	15 084 843	10 454 910	11 958 472	11 826 549	16 827 053	14 593 122	11 479 359	9 296 129	7 707 598	133 529 529	1 848
25 Coimbra	G	9 502 396	16 321 737	11 810 520	14 395 292	11 146 795	14 951 155	13 898 747	12 296 489	5 810 661	14 759 926	8 044 519	132 938 237	927
26 Fundão	M	12 056 577	18 852 042	11 011 755	11 104 189	7 573 821	9 168 328	8 765 861	38 836 350	3 983 018	5 767 922	1 882 871	129 002 735	4 416
27 Albufeira	M	11 351 834	15 746 027	18 149 553	36 553 854	10 246 716	7 537 943	4 978 664	4 503 803	1 956 194	3 593 335	11 276 568	125 894 493	3 084
28 Póvoa Varzim	M	11 889 075	13 384 311	15 224 976	14 983 505	9 711 325	9 074 150	8 769 424	11 804 487	8 290 588	10 404 989	5 467 918	119 004 748	1 877
29 Barcelos	G	21 134 105	14 940 611	13 296 318	10 582 616	10 815 533	6 230 043	9 511 585	11 772 502	6 780 862	5 579 771	3 453 423	114 097 370	948
30 Setúbal	G	9 888 729	9 075 075	10 839 410	8 108 015	9 751 760	10 065 165	16 253 913	11 969 092	7 149 037	10 617 022	7 751 193	111 468 411	920
31 Leiria	G	8 106 772	6 421 272	19 837 063	9 057 027	10 041 799	12 156 931	6 369 021	5 822 908	9 622 698	10 569 346	12 914 319	110 919 157	874
32 Seixal	G	14 518 023	16 543 470	19 444 656	14 068 394	9 588 163	7 576 343	5 330 223	4 517 377	12 154 449	1 803 810	4 942 218	110 487 128	698
33 Paços Ferreira	M	9 273 374	15 541 387	17 095 686	15 172 666	12 153 189	14 856 020	6 798 596	9 098 759	3 866 005	3 806 778	2 337 945	110 000 405	1 952
34 Chaves	M	13 029 106	10 440 470	12 632 731	9 863 897	10 944 692	8 696 077	8 958 693	9 650 145	14 762 129	8 137 316	2 717 962	109 833 218	2 663
35 Ribeira Grande	M	5 677 783	9 829 412	15 925 800	18 183 402	15 382 311	7 923 121	8 678 107	5 096 398	5 358 229	7 941 306	8 321 490	108 317 358	3 373
Total 308 municípios		1992 958 935	1986 849 562	2089 456 009	2063 910 511	1782 261 224	1670 153 248	1555 585 315	1603 308 402	1140 452 747	1175 918 529	1053 644 061	18 088 567 840	1715

R35 – Municípios com menor investimento pago no decénio 2006–2016

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17			TOTAL 2006–2016	Invest. p/habit.
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
1 Mourão	P	763 715	729 220	1 057 968	2 554 868	3 316 74	1 555 026	1 045 514	1 860 044	1 119 13	90 872	96 307	6 182 122	2 321
2 Barrancos	P	523 040	1 764 689	1 373 752	1 422 728	592 671	2 197 42	1 545 507	224 168	173 955	77 659	108 793	6 635 704	3 618
3 Sardoal	P	1 012 798	695 910	986 542	1 860 130	664 907	679 373	623 517	778 897	328 134	712 861	298 305	8 641 372	2 194
4 Monforte	P	1 163 584	998 447	1 579 642	2 450 050	235 982	1 082 195	827 794	701 253	293 993	381 790	710 973	10 425 703	3 132
5 Corvo	P	569 015	428 240	844 115	461 684	691 391	2 196 576	1 454 796	1 523 196	810 269	706 398	1 103 529	10 789 209	25 091
6 Alvito	P	772 901	779 644	1 556 659	1 332 061	1 633 600	2 257 154	881 718	404 568	451 653	284 054	548 930	10 902 941	4 354
7 Sobral Monte Agraço	P	1 950 328	2 158 942	1 089 849	1 372 166	1 266 652	1 477 252	881 578	368 092	453 712	614 720	333 730	11 967 020	1 178
8 Cuba	P	1 455 902	522 667	1 921 543	974 719	1 282 205	1 099 806	2 157 280	725 828	463 799	1 196 392	800 520	12 600 663	2 583
9 Ferreira do Alentejo	P	1 506 629	1 457 490	1 507 628	1 707 287	1 685 857	815 952	1 493 045	1 229 971	1 151 394	312 958	392 892	13 261 102	1 606
10 Figueiró dos Vinhos	P	2 729 216	1 785 399	1 491 264	1 184 899	968 687	2 184 394	941 040	437 259	716 771	740 638	377 435	13 557 002	2 198
11 Velas	P	1 011 985	1 314 893	1 637 694	1 836 476	1 976 465	1 376 396	1 116 488	424 691	851 220	1 108 233	1 003 425	13 657 965	2 530
12 Castelo de Vide	P	2 000 729	988 597	870 779	871 809	845 862	1 223 558	1 989 254	1 286 244	1 558 557	909 726	1 254 214	13 799 330	4 050
13 Ourique	P	595 893	1 241 376	987 097	2 622 499	902 754	1 159 451	1 513 197	1 829 086	1 452 084	1 093 687	447 506	13 844 629	2 569
14 Sta. Cruz das Flores	P	2 757 901	1 512 666	713 558	891 432	1 799 053	1 270 229	687 631	1 285 457	2 224 349	331 947	564 080	14 038 301	6 133
15 Povoação	P	1 680 197	3 284 942	509 956	906 025	1 699 561	1 952 638	4 418 95	560 101	1 571 818	845 980	603 521	14 056 633	2 222
16 São Roque do Pico	P	748 272	1 064 098	1 156 844	2 424 091	2 631 975	2 680 285	719 358	474 237	447 518	1 171 570	931 196	14 449 443	4 265
17 Alpiarça	P	2 054 070	1 380 548	1 385 656	2 236 687	1 615 416	3 396 088	635 559	1 486 856	124 883	65 702	94 591	14 476 056	1 880
18 Castanheira de Pera	P	2 454 739	1 360 616	1 353 210	1 422 156	1 428 123	3 217 065	3 959 809	153 121	143 661	157 578	138 552	15 788 631	4 948
19 Fronteira	P	2 390 426	1 082 596	1 948 951	1 205 440	1 827 677	2 532 192	1 464 858	1 343 742	1 042 601	298 630	764 742	15 901 854	4 663
20 Calheta (R. A. A.)	P	1 499 272	2 641 673	2 111 344	4 778 970	759 240	379 904	923 373	487 386	1 024 674	1 276 324	384 185	16 266 344	4 311
21 Porto Santo	P	2 942 712	6 417 371	1 684 759	1 200 882	511 375	1 541 028	85 653	1 540 077	18 881	24 856	333 759	16 301 352	2 973
22 Vila Viçosa	P	2 288 775	2 083 000	1 824 347	2 329 723	1 107 747	1 003 118	1 216 063	1 551 329	720 484	1 015 535	1 230 615	16 370 735	1 968
23 Vila do Porto	P	4 658 356	1 223 479	1 445 241	3 001 377	959 670	776 711	1 334 741	594 996	1 491 899	680 722	468 803	16 635 996	2 996
24 Avis	P	1 934 569	2 298 369	1 751 389	1 144 706	2 135 909	1 673 420	2 061 609	1 367 182	807 979	969 056	682 428	16 826 617	3 681
25 Viana do Alentejo	P	1 312 854	1 287 302	581 426	2 591 568	1 705 199	1 106 810	1 608 861	3 464 936	653 452	2 102 997	460 798	16 876 201	2 939
26 Murça	P	1 666 009	1 717 490	1 525 856	1 754 960	2 487 957	3 901 851	1 476 184	910 891	430 031	275 343	867 624	17 014 195	2 859
27 Vila Nova de Paiva	P	1 903 071	1 612 109	1 802 279	1 160 180	1 421 287	2 055 047	1 957 707	1 417 953	1 202 620	1 963 517	683 102	17 178 871	3 319
28 Mesão Frio	P	1 774 764	1 256 955	609 456	1 262 631	4 555 800	2 558 431	2 532 189	1 211 444	591 098	539 441	315 936	17 208 145	3 882
29 Vendas Novas	P	3 193 775	2 171 978	1 843 077	1 968 403	1 887 506	1 371 971	1 535 808	1 585 702	548 489	696 418	600 219	17 403 346	1 469
30 Golegã	P	1 225 454	1 428 110	1 799 997	2 361 200	1 418 972	1 377 145	2 779 525	2 266 262	1 048 453	1 275 886	424 316	17 405 321	3 185
31 Alter do Chão	P	2 799 268	2 248 899	1 449 921	1 357 095	1 016 652	2 594 781	3 057 041	796 764	872 268	872 383	399 329	17 464 401	4 903
32 Porto Moniz	P	4 047 816	0	2 888 315	1 866 008	3 027 521	1 956 489	898 062	1 281 183	402 344	349 136	883 324	17 600 197	6 492
33 Constância	P	1 968 516	1 385 140	1 791 540	2 311 405	2 420 058	2 503 300	3 129 686	1 197 318	317 296	513 606	257 625	17 795 491	4 387
34 Alcochete	P	2 285 571	1 814 736	1 733 150	2 413 011	1 729 697	2 350 945	2 174 328	1 596 305	641 082	988 295	1 273 201	19 000 320	1 081
35 Manteigas	P	2 196 317	1 762 913	2 522 018	2 171 390	2 217 746	1 430 789	2 153 824	2 014 354	1 061 337	1 071 338	689 971	19 291 996	5 624

2.3.4.4. Despesas com Transferências e Subsídios concedidos

Como se verificou no ponto 2.3.3 deste anuário (quadro 2.36) trata-se de duas despesas em relação às quais, no final de cada ano económico, se têm registado encargos por pagar, pese embora se reconheça alteração significativa na gestão destes encargos com o aumento progressivo da percentagem de pagamento dos mesmos. Entendeu-se, assim, mais adequada a análise comparativa dos municípios tendo base o volume de pagamentos efetuados e não os encargos assumidos.

Em 2016, apenas 16 municípios pagaram a totalidade das transferências correntes comprometidas e 94 as transferências de capital, também comprometidas nesse ano. No que respeita aos subsídios, 121 municípios apresentaram valor em subsídios comprometidos, mas apenas 75 pagaram a totalidade dos mesmos.

Em 2016, foram pagos 87,3% dos subsídios atribuídos, 94,3% das transferências correntes e 85,9% das transferências de capital, aprovadas

Em 2016, o montante aprovado de Transferências de Capital foi de 288,3 M€ e o montante pago foi de 247,6 M€. Quanto às transferências correntes foram aprovadas 635,7 M€ e pagas 599,3 M€. Relativamente aos subsídios, o valor assumido foi de 87 M€ e o pago foi de 76 M€.

Conforme quadro 2.32, comparando com o ano de 2015, em 2016, verifica-se que a despesa paga em transferências de capital aumentou 21% (+43,1 M€) e em transferências correntes aumentou 9,1% (+50,2 M€). Quanto ao montante de encargos pagos com subsídios, o mesmo aumentou 2,2% (+1,6 M€).

Apresentam-se de seguida, tendo como referência o ano de 2016, os *Rankings* (R36 e R37) dos 35 municípios com maior e menor volume de transferências correntes e de capital, acrescidos dos encargos com subsídios.

Observando o *Ranking* R36 e tendo em atenção os valores globais apresentados no ponto 2.3.3 deste anuário, conclui-se em relação a 2016:

– O montante global de encargos com transferências e subsídios pagos pelo município de Lisboa representou 14,6% do valor de encargos da mesma natureza assumido por todos os muni-

cípios portugueses⁶⁸. Mais se anota que Lisboa apresentou um crescimento deste conjunto de despesas de 14,9%.

– O município de Braga é segundo na lista de municípios com maior volume de encargos desta natureza, assumiu despesa equivalente a 15,9% da assumida por Lisboa e apresentou uma subida de valor de 3,6% (+753 mil euros).

– São ainda de referenciar os municípios do Porto de Sintra e de Leiria por terem baixado, com significado, o montante global das despesas de transferências e subsídios, respetivamente, em -1,5 M€ (-10,4%), -1,4 M€ (-7,1%) e -0,7M€ (-10,6%)

Observando o *ranking* R37 conclui-se em relação a 2016:

– Dos 35 municípios com menor volume de transferências correntes e de capital e de subsídios pago, apenas três são de média dimensão, sendo todos os restantes de pequena dimensão.

– Será, ainda, de anotar os seguintes municípios constantes deste *ranking* que apresentaram elevadas taxas de variação negativa do conjunto destas despesas, baixando significativamente as mesmas: Santa Comba Dão (-46,6%; -307,7 mil euros), Redondo (-32,1%; -217,9 mil euros), Velas (-28%; -163,2 mil euros) e Celorico da Beira (-27,1%; -160 mil euros).

O *Ranking* R38 a seguir apresentado lista os municípios com maior volume de despesas de aquisição de bens de capital e transferências de capital no total dos 11 anos em análise, o que pode significar, sem grande margem de erro, o total de investimentos diretos incluindo os investimentos de Juntas de Freguesia ou empresas municipais que receberam as transferências dos respetivos municípios para aplicação em investimentos.

⁶⁸ Conforme já foi referido, a população do município de Lisboa representa 4,9% da população total de Portugal.

R36 – Municípios que apresentam maior volume de despesas pagas com transferências correntes e de capital e subsídios em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17			Varia. 15–16
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1 Lisboa	G	71081189	63952193	92063115	76986939	53319838	65545566	84507204	57854590	98739955	117379914	134852849	14,9%
2 Braga	G	20688468	19631799	22973548	25641256	27391046	23763754	22446198	21189499	15924198	20683643	21436574	3,6%
3 Cascais	G	25899027	37719478	36327745	39416448	37665667	30209793	26626724	21761587	18349485	18272804	20852806	14,1%
4 Portimão	M	5694098	9935228	13168443	13747699	5376644	8318411	7809600	8205165	8218672	11199691	18552845	65,7%
5 Sintra	G	48649290	66612757	62910279	57600522	63697574	54267616	50591029	48225335	24998246	19639452	18245847	-7,1%
6 Vila Nova de Gaia	G	24498061	28241430	33716499	31918087	28673147	22964429	15702679	22401551	12415465	7937894	18187243	129,1%
7 Matosinhos	G	13932659	14116949	15767036	17398130	14166719	16116073	16262381	11019815	13260143	14407462	17673822	22,7%
8 Loures	G	14436855	15946638	19458588	21072019	18841799	18229728	16180949	16239131	13849971	14689617	14756489	0,5%
9 Guimarães	G	8984343	13515364	13021365	16304389	12501142	13442455	12961114	9945772	12629292	10692692	14438140	35,0%
10 Amadora	G	9094668	10482736	9859233	10620374	11065559	15056230	11050766	9325381	9026153	9509249	13697433	44,0%
11 Coimbra	G	19979259	21350751	20606012	25001208	13869604	15870795	14132541	14979768	13613658	11827562	13235233	11,9%
12 Barcelos	G	7933020	11564347	11768502	13424144	13403797	14045092	14531344	16184654	13872210	13477554	13184383	-2,2%
13 Porto	G	48365519	68393637	51013866	58036561	43562837	54485168	34505705	11874057	14887844	14550547	13033527	-10,4%
14 Oeiras	G	15427696	17924415	12265104	12993702	12421591	9906778	8728113	8309081	11005646	10328167	11674028	13,0%
15 Viseu	M	10509719	15842411	16265051	16136378	5099127	11277528	11038982	11901038	10734192	9501107	11187288	17,7%
16 Loulé	M	9412618	10215048	13311179	13899539	9532749	7640132	7238084	9235292	6282913	7995649	10927068	36,7%
17 V. Nova de Famalicão	G	8829640	9053758	13541927	13058837	9601307	8574888	10182455	10350379	7547057	7135313	10918521	53,0%
18 Almada	G	7348391	8161233	8735204	8924869	9732019	7947071	7964259	8790491	8311284	8802585	10433589	18,5%
19 Torres Vedras	M	10321720	10693085	13483462	13944936	12343968	12432887	10150191	8573512	7692578	9649274	9462273	-1,9%
20 Viana do Castelo	M	6788957	7814721	9753689	10272524	8255250	8709164	7914110	8060685	6861178	8409655	8720239	3,7%
21 Odivelas	G	10274553	8890778	9558760	10612876	11404549	9666691	9211695	8634530	9414446	7992441	8074154	1,0%
22 Fafe	M	4415045	5828045	7985984	8666677	7647761	7658537	7937923	6443023	5294985	7073868	7419196	4,9%
23 Maia	G	8356128	8515464	10601511	12627342	7853901	7599796	8149167	6884241	4596249	6459269	7185867	11,2%
24 Vila Franca de Xira	G	8590446	10460455	10052135	10537937	11753576	9048020	10088205	7609616	6797717	6791295	7113470	4,7%
25 Santa Maria da Feira	G	9512327	9747503	9447542	9605311	8165709	8122049	7984853	9441569	5717467	6141030	6477277	5,5%
26 Gondomar	G	13600903	7558689	8582954	8920508	5421120	5850984	5815330	7235828	5791753	5600639	6250917	11,6%
27 Leiria	G	14245040	15914334	13584812	16989745	13768789	11390236	10457935	11067849	9923237	6725308	6012158	-10,6%
28 Felgueiras	M	2637243	2165358	3343442	4349276	3169864	3598993	3905161	5117768	6993684	4764762	5892709	23,7%
29 Setúbal	G	5569101	6364236	6918283	6280667	6739308	6914583	5411484	5300077	5381690	5021737	5712370	13,8%
30 Ponte de Lima	M	2864466	3691922	5241471	7673883	6099364	6230163	6494845	8161950	4330437	4753945	5599089	17,8%
31 Vila Real Sto. António	P	3028433	3267475	10788246	4310103	29547272	6797724	1560104	1344075	21545066	1699072	5535421	225,8%
32 Faro	M	5940515	4605927	4390557	4012590	4130289	4041636	4506759	2028229	8706917	2916390	5263547	80,5%
33 Seixal	G	4963319	5801013	5804580	7815715	6467788	5226873	4826995	5527945	7345163	5016764	5122029	2,1%
34 Castelo Branco	M	6500095	4332246	7100153	6563771	5164142	6862154	6413195	8666810	6259055	5200273	5084009	-2,2%
35 Amarante	M	3415166	3528605	4472077	4667160	2927605	3425172	3372001	3677130	4058146	4336966	5062119	16,7%
Total dos 308 municípios		893404396	991066335	1075818932	1126766196	1018217797	976435379	901431208	891218409	849797741	827867073	922811554	11,5%

R37 – Municípios que apresentam menor volume de despesas pagas com transferências correntes e de capital e subsídios em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17			Varia. 15–16
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1 Corvo	P	37 728	54 036	54 288	33 132	38 170	34 680	63 839	41 118	26 856	36 929	64 385	74,3%
2 Calheta (R. A. A.)	P	294 622	226 878	191 997	174 250	138 859	87 525	57 475	150 456	55 119	49 760	75 632	52,0%
3 Fornos de Algodres	P	0	451 828	325 783	314 003	1 255 870	1 099 956	51 493	123 311	78 981	97 501	123 064	26,2%
4 Porto Santo	P	1 241 819	1 371 070	2 029 797	1 910 263	1 881 823	1 309 361	1 255 534	837 829	157 132	177 101	184 473	4,2%
5 Vila Nova de Poiares	P	340 619	340 529	154 211	267 699	193 389	462 986	285 699	188 023	98 959	104 960	187 612	78,7%
6 Mourão	P	328 402	282 960	262 944	562 350	513 697	235 520	275 889	685 150	224 667	229 726	257 052	11,9%
7 Mora	P	338 833	266 705	389 286	378 322	352 021	227 956	268 860	546 959	335 214	281 625	258 400	-8,2%
8 Mesão Frio	P	281 924	306 934	483 649	400 333	1 451 509	229 514	251 807	225 693	121 436	179 698	267 794	49,0%
9 Alpiarça	P	189 391	135 477	119 501	140 200	134 825	326 424	144 612	440 465	402 996	331 285	275 194	-16,9%
10 Santa Cruz	M	841 188	853 696	715 484	1 070 547	827 966	683 930	391 209	341 646	215 924	171 519	277 075	61,5%
11 Machico	M	502 885	622 520	646 714	599 977	681 682	539 738	375 804	253 431	198 955	194 322	290 267	49,4%
12 Borba	P	217 704	229 865	233 073	215 724	420 449	650 414	1 163 100	365 723	274 482	337 614	293 246	-13,1%
13 Lajes das Flores	P	240 717	535 122	577 663	721 333	537 983	111 341	132 171	123 705	77 089	156 397	302 660	93,5%
14 Bombarral	P	695 079	1 005 553	491 476	327 211	506 201	463 358	372 091	510 458	435 639	315 686	310 592	-1,6%
15 Vila Viçosa	P	301 941	302 132	785 677	535 129	451 767	270 380	370 163	401 526	429 647	394 227	310 891	-21,1%
16 Santa Cruz das Flores	P	286 599	268 533	229 072	255 193	248 819	358 257	308 342	178 215	250 836	303 720	313 111	3,1%
17 Castelo de Vide	P	207 709	231 557	280 704	230 765	194 824	184 036	161 878	599 747	428 119	398 078	314 621	-21,0%
18 Entroncamento	M	450 505	939 692	393 162	332 688	369 512	253 400	351 455	656 824	338 428	310 980	322 274	3,6%
19 Castanheira de Pera	P	495 167	373 454	339 108	254 448	159 345	289 447	651 280	315 810	326 863	337 596	329 876	-2,3%
20 Santa Comba Dão	P	810 696	1 100 663	1 163 118	1 673 064	669 634	1 051 923	481 890	497 447	281 184	660 392	352 730	-46,6%
21 Sardoal	P	43 338	54 326	39 090	53 395	121 706	73 648	171 626	282 086	282 942	342 741	375 470	9,5%
22 Sernancelhe	P	242 899	421 236	388 268	539 945	326 479	567 301	527 398	500 964	379 649	458 007	378 118	-17,4%
23 Vila Franca do Campo	P	768 672	1 844 464	2 625 904	791 820	740 761	2 564 876	2 121 724	761 608	561 404	404 506	416 327	2,9%
24 Velas	P	803 689	968 380	870 899	702 361	530 264	695 040	758 202	623 936	343 178	583 777	420 560	-28,0%
25 Freixo Espada à Cinta	P	636 011	800 716	660 078	1 623 583	524 855	421 924	400 582	507 029	360 365	417 899	423 620	1,4%
26 Armamar	P	577 900	627 323	484 924	474 018	471 610	692 631	888 283	943 503	559 825	164 278	425 603	159,1%
27 Celorico da Beira	P	399 074	577 711	767 012	784 514	775 168	712 250	585 691	527 681	453 998	591 177	431 212	-27,1%
28 Constância	P	342 609	284 073	397 356	483 698	419 008	402 674	430 891	581 839	387 366	498 801	441 945	-11,4%
29 Vila Nova de Paiva	P	356 984	341 459	353 585	419 437	437 437	420 686	410 070	657 287	355 220	375 227	443 409	18,2%
30 Vila de Rei	P	233 819	183 391	222 444	326 076	271 261	311 955	353 944	317 808	354 021	440 976	451 108	2,3%
31 Alvito	P	306 935	366 848	436 876	399 610	452 773	390 630	316 493	386 650	509 776	394 471	457 261	15,9%
32 Redondo	P	402 441	299 582	291 925	332 726	351 179	469 644	534 852	606 056	747 935	678 421	460 537	-32,1%
33 Alter do Chão	P	409 057	410 824	610 173	884 747	476 318	547 872	516 367	661 298	797 508	432 234	475 907	10,1%
34 Ferreira do Zêzere	P	481 264	471 295	439 804	676 997	627 637	361 745	325 111	346 002	344 871	355 103	477 936	34,6%
35 Oliveira de Frades	P	366 328	518 809	574 201	812 143	672 236	457 452	316 406	406 139	513 418	372 055	480 061	29,0%

R38 – Municípios que apresentam maior volume despesas pagas com aquisição de bens de capital e em transferências de capital no total de 11 anos – período de 2006 a 2016.

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17			TOTAL 2006–2016
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1 Lisboa	G	148 037 279	85 564 915	69 905 407	67 423 766	82 535 782	57 663 366	72 605 565	83 105 270	88 473 973	84 209 757	162 986 408	1002 511 486
2 Porto	G	40 543 664	55 000 298	40 718 589	45 792 508	55 845 847	40 183 938	25 729 219	48 497 580	15 119 263	21 633 541	28 622 053	417 686 499
3 Oeiras	G	47 510 572	41 572 801	54 583 661	38 715 960	31 720 138	28 513 838	24 521 622	23 968 560	29 484 917	22 778 464	24 233 400	367 603 934
4 Vila Nova de Gaia	G	33 056 609	71 445 604	37 109 266	28 999 780	22 274 174	31 969 320	32 190 876	34 838 151	21 001 130	15 646 132	22 766 378	351 297 419
5 Loulé	M	34 395 082	36 203 895	37 393 677	51 597 458	32 325 050	26 590 815	21 268 090	21 579 832	18 286 799	18 323 831	16 956 497	314 921 027
6 Cascais	G	26 688 095	31 524 534	33 740 844	55 923 041	40 005 229	28 853 683	23 616 925	16 253 994	17 355 213	17 308 296	21 012 540	312 282 395
7 Matosinhos	G	26 350 920	24 624 430	33 185 704	20 515 284	26 456 354	40 801 629	30 081 629	20 754 661	15 834 696	27 811 163	31 680 990	298 097 460
8 Braga	G	36 794 803	34 225 262	32 091 830	38 849 469	33 468 783	26 155 511	27 874 632	27 395 629	14 736 908	11 336 125	6 317 847	289 246 800
9 Castelo Branco	M	21 579 515	23 585 371	46 585 619	27 095 472	22 164 795	21 454 321	29 105 053	31 114 671	12 546 701	12 657 923	19 876 334	267 765 774
10 Sintra	G	37 982 051	35 732 979	25 179 158	30 249 019	48 903 827	22 280 795	15 327 246	18 397 238	5 734 852	8 923 627	12 110 948	260 821 769
11 Guimarães	G	21 146 686	16 688 037	19 689 718	24 469 740	27 702 835	40 078 152	33 362 831	6 647 065	13 414 215	11 712 344	18 397 321	233 308 943
12 Gondomar	G	31 394 813	20 155 637	29 500 469	31 639 996	16 990 410	30 675 989	14 759 144	17 717 000	11 983 780	9 159 032	8 375 482	222 351 752
13 Vila Franca de Xira	G	21 112 885	19 501 494	28 906 956	25 781 822	26 171 580	16 685 294	15 047 922	24 746 161	14 106 680	8 999 822	12 779 347	213 839 960
14 Vila Nova Famalicão	G	15 327 225	15 507 358	19 691 388	22 659 623	23 683 814	21 915 712	25 922 809	19 698 856	16 089 516	13 319 578	18 950 696	212 766 576
15 Viana do Castelo	M	19 830 759	22 411 696	23 192 444	23 003 366	20 818 011	15 225 864	17 626 396	20 271 200	12 155 643	22 463 983	14 909 995	211 909 357
16 Almada	G	18 292 668	18 648 620	26 367 130	41 291 526	14 711 767	15 913 570	12 585 944	14 492 031	11 980 493	13 392 506	17 505 520	205 181 774
17 Pombal	M	16 217 029	16 729 622	15 081 689	14 924 406	19 026 692	19 017 748	18 060 099	32 496 151	21 339 875	15 201 006	16 910 468	205 004 785
18 Sta. Maria da Feira	G	17 710 156	21 577 398	26 496 035	21 453 883	18 922 321	18 312 532	14 132 709	22 041 152	15 516 935	10 960 717	10 079 768	197 203 607
19 Funchal	G	26 320 264	34 250 372	23 102 083	17 114 229	19 687 240	16 245 701	17 694 240	22 665 053	7 658 718	6 146 164	5 536 341	196 420 407
20 Loures	G	27 404 566	27 052 753	33 692 203	36 133 605	14 169 087	14 080 224	9 808 332	6 014 616	7 529 755	6 392 319	9 780 590	192 058 049
21 Paredes	M	12 565 703	12 808 869	17 503 066	19 775 099	11 866 122	27 985 420	18 859 571	37 184 091	9 310 192	6 841 622	17 076 075	191 775 830
22 Barcelos	G	24 815 000	19 986 280	19 102 379	16 667 009	14 590 860	12 751 028	16 729 642	22 984 445	16 432 075	14 435 600	10 875 323	189 369 640
23 Maia	G	17 547 727	29 138 970	20 891 402	25 259 503	19 998 568	10 447 569	8 442 467	8 857 764	12 386 788	21 163 402	12 837 790	186 971 951
24 Coimbra	G	12 915 203	21 468 493	17 184 865	20 814 393	14 286 306	18 965 849	17 466 896	15 438 713	7 679 232	16 494 069	11 231 437	173 945 457
25 Mafra	M	25 521 797	24 076 080	22 005 556	15 024 710	16 591 205	11 829 203	14 224 080	11 295 870	8 317 998	9 418 669	14 625 259	172 930 426
26 Seixal	G	19 279 901	22 129 922	25 032 476	21 471 246	15 795 987	12 612 950	10 108 997	9 935 211	19 393 911	6 002 055	9 067 552	170 830 208
27 Viseu	M	18 797 998	14 551 571	20 283 467	23 497 346	20 334 899	20 044 363	9 908 821	11 014 968	8 067 968	7 721 817	7 527 346	161 750 565
28 Fundão	M	14 334 678	21 449 990	13 998 727	13 388 327	9 380 425	11 508 539	10 523 339	41 277 628	5 379 723	7 013 113	3 364 851	151 619 340
29 Penafiel	M	15 316 493	12 832 109	16 891 788	12 997 159	13 301 584	13 204 930	18 113 707	16 109 931	12 651 833	10 233 282	8 667 018	150 319 832
30 Leiria	G	12 935 006	12 366 545	23 577 429	14 948 556	14 073 114	13 268 733	7 288 162	7 877 682	11 774 935	12 520 852	14 776 326	145 407 340
31 Póvoa de Varzim	M	14 641 321	15 348 267	16 775 738	16 466 487	11 352 889	10 199 847	9 949 231	13 384 883	9 461 389	11 764 671	6 815 106	136 159 829
32 Santo Tirso	M	10 994 761	13 668 599	10 459 263	13 785 627	14 528 609	19 255 176	13 916 516	13 652 549	10 133 571	10 509 696	4 773 567	135 677 933
33 Albufeira	M	12 040 912	16 254 384	19 851 998	36 994 758	10 556 890	7 845 384	5 088 652	4 605 052	1 956 194	3 628 335	11 630 653	130 453 213
34 Paços de Ferreira	M	12 811 814	18 600 035	20 126 742	18 775 299	14 609 682	16 688 226	7 465 631	10 002 372	3 933 609	4 000 681	2 463 387	129 477 477
35 Ponte de Lima	M	12 366 173	9 842 595	14 639 942	26 092 811	10 266 685	8 867 386	14 100 619	11 002 030	5 113 474	6 204 746	10 317 017	128 813 477
Total referente aos 308 municípios (a)		2 348 699 752	2 362 249 318	2 515 059 490	2 495 999 419	2 151 467 993	2 005 331 988	1 820 157 402	1 876 656 407	1 361 934 909	1 380 377 264	1 301 244 642	21 619 178 583
Total aquisição bens de capital – 308 municípios (b)		1 992 958 935	1 986 849 562	2 089 456 009	2 063 910 511	1 782 261 224	1 670 153 248	1 535 585 315	1 597 377 700	1 140 452 747	1 175 918 529	1 053 644 061	18 088 567 840
Peso de aquisição de bens de capital no total I (c)=(b/a)		84,9%	84,1%	83,1%	82,7%	82,8%	83,3%	84,4%	85,1%	83,7%	85,2%	81,0%	83,7%
Total transferências de capital – 308 municípios (d)		355 740 817	375 399 756	425 603 481	432 088 907	369 206 769	335 178 741	284 572 087	279 278 706	221 482 162	204 458 734	247 600 582	3 530 610 743
Peso de transferências de capital no total I (e)=(d/a)		15,1%	15,9%	16,9%	17,3%	17,2%	16,7%	15,6%	14,9%	16,3%	14,8%	19,0%	16,3%

Da observação deste quadro pode-se constatar:

– O total de investimentos direto dos municípios, entre 2006 e 2016, foi de 18.088,6 milhões de euros, o que correspondeu a 83,7% do investimento direto e indireto realizado no mesmo período.

– O maior volume de investimento direto ocorreu no ano de 2008 e o maior volume de transferências de capital, no ano de 2009.

– Em 2016, relativamente ao ano anterior, o investimento direto do total dos municípios desceu 10,4% (-122 M€), as transferências de capital aumentaram 21,1% (+43 M€), sendo que o total das transferências de capital e da aquisição de bens de capital desceram, em conjunto, 5,7% (-79 M€).

– Se compararmos o comportamento destas componentes da despesa no ano de 2016 com os resultados apresentados nos anos de maior volume de pagamentos efetuados, conclui-se que em relação a 2008 o investimento direto dos municípios desceu 49,6% (-1.036 M€) e as transferências e capital em relação a 2009 baixaram, 42,7% (-184,5 M€)

– 15 dos 35 municípios hierarquizados neste *ranking* apresentam descida do valor global de investimento direto e indireto, sendo de relevar a descida de mais de 30% nos seguintes municípios: Santo Tirso (-54,6%, -5,7 M€), Fundão (-52%, -3,6 M€), Braga (-44,3%, -5 M€), Póvoa de Varzim (-42,1%, -4,9 M€), Maia (-39,3%, -8,3 M€), Paços de Ferreira (-38,4%, -1,5 M€) e Viana do Castelo (-33,6%,-7,6 M€).

– Por outro lado, municípios com aumento de investimento total, direto e indireto, igual ou superior a 50% temos neste ranking: Lisboa (+93,5% +78,8 M€), Albufeira (+220,6%, +8 M€); Paredes (+149,6%, +10,2 M€), (Ponte de Lima (+66,3%, +4 M€), Guimarães (+57,1%, +6,7 M€), Castelo Branco (+57%, +7 M€), Mafra (+55,3%,+5 M€), Loures (+53%, 3,4 M€) e Seixal (+51,1%, +3 M€).

– Do total dos municípios verifica-se que **109 apresentaram aumento do montante global de investimento direto e indireto**

2.3.4.5. Amortização de empréstimos: passivos financeiros

Mantendo a metodologia de análise e registo de informação, apresenta-se a despesa com amortização de empréstimos em *rankings* que hierarquizam os municípios pelo montante de despesa paga. Trata-se de uma despesa em relação à qual os municípios não poderiam encerrar o ano económico com pagamentos em atraso⁶⁹.

Antes de se passar à apresentação de *Rankings* associados a esta despesa anotam-se algumas particularidades. Assim:

– **Nos onze últimos anos o montante de amortização de empréstimos foi de 6.366 milhões de euros tendo sido o ano de 2012 o de maior montante amortizado (890,3 milhões de euros) e o ano de 2006 o de menor valo amortizado (344 milhões de euros)**

– Trata-se de uma despesa que cresceu bastante até 2012, ano em que, como referido, assumiu o seu valor máximo, baixando em 2013 para 634 M€ (-28,8%). A partir de 2014 o valor total das amortizações tem oscilado de ano para ano com acréscimos ligeiros seguidos de descidas também, ligeiras. Assim, após uma ligeira subida de 7,1% em 2014, desceu 1,9% em 2015 **voltando a aumentando em 12,9% em 2016 (+ 85,5M€) (quadros 2.30 e 2.32).**

– **153 Municípios (49,7% dos municípios) contribuíram para a subida do montante global pago de amortizações de empréstimos em 2016** (recomenda-se a leitura do ponto 3.5 do capítulo 3, onde se analisa os passivos ainda em dívida).

No *Rankings R39* apresentam-se os 35 municípios com maior volume de amortizações de empréstimos pagos em 2016, os quais incluem os referentes a empréstimos bancários e programas de apoio tais como o PREDE, PPTH e PAEL.

⁶⁹ Em relação a esta rubrica orçamental considera-se que o excesso de compromissos sobre a despesa paga, resultará do facto de, em sede de prestação de contas, serem raros os municípios que procedem à regularização dos saldos das contas orçamentais quando se verifica excesso de valores compromissados em relação à despesa efetivamente realizada, que, neste caso, será a despesa paga.

R39 – Municípios que apresentam maior volume de pagamento de amortizações de empréstimos (passivos financeiros), em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17			Amortiz. PREDE e PAEL 2016*	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
1	Porto	G	12 850 490	12 784 106	11 577 555	11 350 757	11 608 708	12 062 885	9 542 841	10 144 116	10 266 274	11 575 317	47 223 002	0
2	Lisboa	G	41 068 319	43 735 917	34 202 037	40 872 962	65 657 477	96 184 011	345 289 264	69 840 325	109 585 581	53 832 163	45 047 158	8 224 488
3	Seixal	G	3 398 659	2 588 949	2 636 472	4 047 813	3 468 128	1 886 423	6 000 924	5 121 655	3 477 092	5 440 477	37 730 107	0
4	Guarda	M	3 496 387	1 703 515	1 851 660	5 680 371	4 325 451	5 305 013	5 702 903	6 468 153	3 799 788	7 537 714	22 455 876	13 155 419
5	Vila Nova de Gaia	G	8 496 457	11 713 945	14 167 703	15 374 628	23 752 421	23 816 969	22 767 098	25 008 507	25 759 097	24 285 366	21 970 185	2 420 145
6	Setúbal	G	1 495 038	1 460 636	1 432 326	3 791 392	4 563 954	4 496 651	6 208 025	5 468 644	4 480 026	9 552 367	21 949 252	0
7	Santarém	M	2 544 879	3 654 960	4 814 604	5 328 188	5 520 842	4 087 520	6 943 279	6 828 157	5 460 219	5 175 786	19 856 474	3 199 383
8	Alfândega da Fé	P	669 227	296 080	787 758	949 865	2 029 306	1 212 065	1 262 172	14 270 124	600 721	12 602 133	19 318 456	1 450 156
9	Sintra	G	7 236 354	21 194 613	6 014 469	14 405 379	16 244 800	17 725 679	38 902 681	11 052 664	11 833 658	34 552 005	18 327 405	776 074
10	VN Poiares	P	634 845	592 080	510 029	531 800	1 756 008	1 499 306	603 937	1 244 762	1 230 000	1 498 161	11 611 636	3 581 005
11	Barreiro	M	1 937 016	1 891 041	2 089 956	2 980 969	3 278 767	3 068 954	2 942 888	3 141 208	3 220 836	3 112 134	10 990 602	8 535 884
12	Alandroal	P	732 300	640 921	739 977	939 646	917 774	903 218	863 306	582 022	872 454	304 607	10 491 170	0
13	Celorico de Basto	P	1 340 201	1 605 124	1 706 665	1 465 297	1 956 594	1 233 232	896 392	1 177 493	1 701 605	1 261 748	10 478 634	136 014
14	Braga	G	4 832 884	5 423 348	9 169 254	10 592 656	11 319 398	9 348 221	9 340 830	11 488 739	14 440 751	11 288 210	10 319 443	360 650
15	Santa Maria Feira	G	3 812 815	4 223 456	4 676 313	7 020 005	6 707 442	6 165 029	5 890 991	6 029 947	4 673 177	4 836 365	9 194 256	6 039 981
16	Chaves	M	1 444 366	1 460 079	1 338 962	2 034 830	2 728 525	3 269 930	3 132 643	3 700 207	3 216 505	4 169 404	9 055 693	6 237 337
17	Aveiro	M	3 554 869	3 040 620	3 152 439	3 278 187	5 074 305	3 882 603	9 290 418	6 431 818	12 081 803	9 102 486	8 982 696	0
18	Leiria	G	4 882 889	5 077 578	4 594 631	5 185 756	6 197 674	6 214 628	7 723 131	8 121 134	8 444 190	6 770 798	7 370 360	1 558 009
19	Funchal	G	2 119 656	5 711 840	2 599 178	6 386 433	10 046 274	9 993 503	10 024 662	11 610 453	8 665 145	8 059 270	7 256 481	2 629 337
20	Coimbra	G	4 042 065	4 072 863	4 141 053	5 218 500	6 875 688	11 454 181	13 682 416	6 399 806	3 522 488	4 844 606	7 144 071	0
21	Fundão	M	1 866 622	1 815 245	2 945 781	3 749 240	4 376 447	4 004 771	4 385 204	6 761 381	4 655 138	4 927 882	7 130 064	1 533 899
22	Vila Verde	M	1 790 120	1 699 554	1 829 392	1 853 350	1 493 687	1 339 524	1 355 438	2 026 016	2 299 471	2 416 075	6 897 814	757 344
23	Maia	G	7 498 250	15 026 620	7 810 252	6 611 964	7 456 781	7 462 375	7 468 908	7 494 849	7 253 041	4 512 444	6 568 609	1 003 643
24	Faro	M	2 177 976	3 175 320	2 281 264	3 572 561	3 652 128	3 474 088	3 535 250	3 905 066	3 854 508	4 592 791	6 388 027	2 337 066
25	Covilhã	M	1 982 779	3 084 619	2 301 604	2 845 706	2 984 471	1 644 437	3 672 768	4 813 015	4 604 329	5 796 163	6 272 777	203 307
26	Torres Vedras	M	673 230	515 200	717 936	1 354 675	1 580 778	7 599 974	4 141 403	4 648 079	4 018 507	4 776 976	6 028 796	0
27	Paredes	M	797 181	824 625	2 173 380	2 568 030	4 095 468	3 542 829	3 177 247	5 536 401	3 949 230	8 176 175	6 028 254	2 237 520
28	Vieira do Minho	P	1 036 025	815 746	929 514	1 059 359	987 405	1 068 501	868 392	935 472	1 131 539	1 135 374	5 780 286	2 511 089
29	Viana do Castelo	M	1 408 715	1 258 941	1 450 628	1 367 843	1 684 738	2 711 211	2 947 032	4 864 294	5 781 483	6 248 486	5 692 158	202 727
30	Guimarães	G	4 285 989	4 206 515	4 248 578	4 682 077	5 114 335	5 137 313	5 090 494	6 012 517	5 799 338	14 119 362	5 644 185	0
31	Oeiras	G	3 808 581	2 369 989	2 297 862	2 658 152	2 900 132	2 703 495	2 696 495	2 865 508	2 887 316	3 712 073	5 419 629	0
32	Mangualde	P	345 664	356 226	406 952	644 734	1 101 212	1 044 130	956 459	1 341 482	1 697 107	1 879 946	5 241 587	3 616 562
33	Matosinhos	G	3 829 276	4 142 225	4 129 984	9 145 746	10 117 932	6 077 409	7 643 886	7 835 214	4 080 067	3 826 967	5 082 076	0
34	O. Azeméis	M	2 551 708	1 914 559	2 555 025	4 371 584	3 158 051	2 450 020	5 596 126	5 756 173	4 898 187	5 428 446	4 823 545	248 887
35	Figueira da Foz	M	2 223 104	3 287 974	4 099 891	3 369 133	4 496 938	4 092 660	4 170 932	6 289 954	6 325 796	8 262 257	4 665 516	865 985
Total - 308 municípios			344 062 923	395 730 158	353 277 586	459 546 197	577 201 766	615 023 236	890 319 433	634 170 869	679 085 516	665 998 712	751 800 716	124 063 227
Variação relativa ao ano anterior (%)			--	15,0%	-10,7%	30,1%	25,6%	6,6%	44,8%	-28,8%	7,1%	-1,9%	12,9%	--

* Valores incluídos na coluna de 2016

Da observação do Quadro R39 verifica-se:

- O Porto foi o município com maior volume de amortizações pagas em 2016, com um acréscimo de +35,6M€ (+308%).
- De igual modo, Seixal aumentou o volume de amortização em +32,3 M€, não estando qualquer parte desta amortização associada aos financiamentos PREDE e PAEL.
- Apresentaram relevante descida de encargos com amortizações os seguintes municípios: Sintra (-47%, -16,2 M€); Guimarães (-60%, -8,5 M€); Figueira da Foz (-43,5%, -3,6 M€); e Paredes (-26,3%, 2,1M€).
- Lisboa, o segundo município com maior volume de amortizações pagas em 2016, apresentou uma diminuição de pagamento destes encargos de -16,3%, -8,8 M€.
- A descida do valor amortizado, apresentado pelos municípios está associado à redução da dívida bancária e consequentemente a uma diminuição do montante de empréstimo a amortizar anualmente. Em 2016, apresentaram descida do valor amortizado 151 municípios, e 3 não contabilizaram qualquer montante em passivos financeiros por inexistência de capital em dívida (Mealhada, Pampilhosa da Serra e Penedono).
- 25 dos 35 municípios elencados neste ranking, em 2016 ainda liquidaram amortizações de empréstimos resultantes da utilização das linhas de financiamento do Estado designadas por PAEL ou PREDE. Destes municípios apenas oito apresentaram, simultaneamente descida do valor amortizado. Os restantes dezassete apresentaram aumento de amortizações de empréstimos em 2016, relevando-se nesta situação os seguintes municípios que apresentaram um peso de amortização de capital usufruído através destes programas igual ou superior a 50% do total amortizado: Barreiro (77,7%), Mangualde (69%), Chaves (68,9%), Santa Maria da Feira (65,7%) e Guarda (58,6%).
- Do total de 138 que em 2016 ainda amortizaram capital obtido através dos programas PREDE E PAEL, para além dos constantes no *ranking* R39, apresentaram um peso de amortização destes empréstimos igual ou superior a 70% do total amortizado os seguintes: Chamusca (100%), Évora (84,9%); Moimenta da Beira (74,5%); Ribeira de Pena (72,9%); e Lagos (72,1%).

Apresentam-se de seguida os *rankings* homólogos para as Regiões Autónomas dos Açores (R.A.A.) e da Madeira (R.A.M), com a sinalização dos municípios que beneficiaram das linhas de financiamentos do Estado ao abrigo dos programas PAEL e PREDE.

Da análise dos quadros R39.A e R39.M referentes à evolução dos encargos com amortizações das regiões autónomas, refere-se:

- Dos 3 municípios da Madeira que, em 2016, apresentaram aumento de amortizações de empréstimos, o que mais aumentou o valor das amortizações, o município da Calheta, é um dos beneficiados com as linhas de financiamento do Estado ao abrigo dos programas PAEL ou PREDE.
- Ainda relativamente aos municípios madeirenses anota-se a franca descida de encargos com amortizações dos municípios de Porto Santo (-1,4 M€) e do Funchal (-803 mil euros), este último, com 36,2% das amortizações respeitantes a capital dos programas PREDE e PAEL.
- Dos cinco municípios açorianos que apresentam aumento de amortizações financeiras apenas um, Praia da Vitória, apresentou amortizações associadas aos programas de financiamento do Estado. Foi o aumento mais representativo (+ 406 milhares de euros, +23,8%), embora o município da Madalena tenha aumentado o valor das amortizações em 29,3%, mas representado apenas + 217 milhares de euros. Os restantes aumentos variaram entre +0,5% e 5,2%.
- Relativamente, ainda aos municípios açorianos, anota-se a descida significativa dos encargos com amortizações dos municípios: Ponta Delgada (-44,9%, -1,3 M€) e Ribeira Grande (-51%, - 953 mil euros).

No *Ranking* R40 apresentam-se os 35 municípios com menor volume de amortizações de empréstimos pagos em 2016.

R39.A – Montante de amortizações paga (passivos financeiros) pelos municípios da R.A. dos Açores, em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17			Amortiz. PREDE e PAEL 2016	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
1	Praia da Vitória	M	885 462	681 452	1 196 261	1 144 376	2 893 129	1 816 718	1 352 774	1 315 698	1 083 854	1 706 988	2 113 974	141 074
2	Ponta Delgada	M	1 021 889	1 026 003	1 108 900	1 358 034	1 827 908	1 955 738	1 675 369	1 803 183	3 053 243	2 981 043	1 641 476	0
3	V. Franca do Campo	P	1 180 378	1 028 908	1 240 760	808 870	948 400	7 688 388	9 520 898	1 398 578	1 335 319	1 423 749	1 497 221	0
4	Angra do Heroísmo	M	1 151 434	1 149 409	1 198 872	1 521 024	1 665 545	1 703 305	1 655 869	1 762 364	1 656 478	1 347 327	1 372 840	0
5	Calheta (R. A. A.)	P	584 892	496 535	542 937	593 902	257 887	517 603	698 862	933 508	975 642	1 127 801	1 008 600	0
6	Nordeste	P	460 368	970 175	679 161	771 353	877 261	567 223	546 754	2 524 131	947 495	1 340 172	992 301	384 422
7	Madalena	P	457 402	510 454	467 573	691 559	611 990	557 151	579 213	1 535 111	441 263	742 818	960 522	0
8	Ribeira Grande	M	2 375 313	2 503 163	2 801 794	4 232 665	3 184 417	3 101 559	1 474 561	1 958 367	1 502 366	1 868 644	915 148	363 744
9	Lajes do Pico	P	428 417	461 198	463 110	770 723	669 087	987 407	998 128	885 557	1 013 556	891 541	769 254	0
10	Lagoa (R. A. A.)	P	962 289	898 680	910 737	601 344	1 274 296	1 253 718	1 479 084	1 133 094	1 076 119	1 092 267	743 448	0
11	Povoação	P	382 951	717 701	864 689	915 033	1 479 391	1 194 431	947 077	661 502	866 552	661 452	649 846	0
12	Horta	P	899 562	865 651	954 562	1 032 548	1 204 934	1 195 387	1 209 118	558 031	535 487	713 026	633 462	27 377
13	Velas	P	926 632	914 794	903 248	1 047 647	961 815	594 854	638 744	610 514	490 585	757 185	523 309	0
14	Sta. Cruz da Graciosa	P	143 541	133 205	133 924	138 024	142 146	216 509	353 144	277 506	261 265	387 547	214 677	0
15	Lajes das Flores	P	81 854	82 018	117 661	154 553	253 691	294 753	301 609	206 516	508 018	199 995	170 541	0
16	Corvo	P	69 818	69 364	89 941	102 924	110 318	109 808	110 684	113 843	114 212	115 022	115 640	0
17	São Roque do Pico	P	1 042 205	602 295	654 760	2 164 257	1 782 084	707 440	329 891	550 947	130 714	85 480	57 388	0
18	Sta. Cruz das Flores	P	143 420	179 147	196 354	162 560	169 087	191 780	274 405	202 090	173 737	214 437	44 401	0
19	Vila do Porto	P	146 979	180 038	216 852	208 018	197 554	176 453	118 512	159 659	211 694	219 836	42 116	0

R39.M – Montante de amortizações paga (passivos financeiros) pelos municípios da R.A. da Madeira, em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17			Amortiz. PREDE e PAEL 2016	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
1	Funchal	G	2 119 656	5 711 840	2 599 178	6 386 433	10 046 274	9 993 503	10 024 662	11 610 453	8 665 145	8 059 270	7 256 481	2 629 337
2	Calheta (R. A. M.)	P	240 327	236 404	456 331	702 658	904 900	901 939	922 185	1 334 118	1 250 800	1 603 419	2 423 965	305 708
3	Santa Cruz	M	211 855	452 744	561 338	1 344 464	1 478 602	1 593 169	1 630 997	1 694 903	2 342 652	2 403 766	2 291 332	678 275
4	Machico	M	0	193 197	214 103	563 039	740 695	733 068	1 361 635	1 486 664	1 499 275	1 521 764	1 439 667	0
5	Ribeira Brava	P	216 394	228 025	219 181	467 140	676 259	734 525	748 738	1 425 898	1 448 092	1 433 122	1 323 131	0
6	Câmara de Lobos	M	243 860	364 332	677 989	1 599 089	1 851 960	955 630	971 615	1 325 439	1 667 815	1 520 696	1 197 649	420 005
7	São Vicente	P	33 868	151 607	154 039	446 727	500 346	863 943	896 761	623 223	612 141	604 563	611 235	0
8	Santana	P	123 420	137 475	696 394	458 273	454 398	1 014 763	1 572 541	1 615 522	1 353 687	1 082 624	574 298	0
9	Porto Moniz	P	6 917	0	178 644	209 054	238 307	246 022	296 619	586 741	328 582	334 964	339 863	0
10	Porto Santo	P	93 627	160 339	184 381	205 085	221 815	222 181	301 186	335 788	392 401	1 662 823	267 194	0
11	Ponta do Sol	P	118 228	277 226	401 884	492 254	619 573	592 247	550 055	407 039	435 596	546 497	122 935	0

R40 – Municípios que apresentam menor volume de pagamentos de amortizações de empréstimos (passivos financeiros), em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17			Amortiz. PREDE e PAEL 2016
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1	Penedono	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	Mealhada	M	520 992	545 012	589 784	631 982	684 753	688 350	592 307	1 797 883	0	0	0
3	Pampilhosa da Serra	P	189 498	218 454	221 840	245 311	262 701	263 766	4 318 18	282 295	223 424	61 804	0
4	Redondo	P	51 133	52 160	0	0	26 570	53 141	250 711	97 728	100 453	28 830	28 830
5	Vila do Porto	P	146 979	180 038	216 852	208 018	197 554	176 453	118 512	159 659	211 694	219 836	42 116
6	Sta. Cruz das Flores	P	143 420	179 147	196 354	162 560	169 087	191 780	274 405	202 090	173 737	214 437	44 401
7	Campo Maior	P	311 209	178 564	114 839	125 191	117 407	110 216	105 875	49 246	49 914	50 179	50 633
8	Penacova	P	297 136	225 766	216 869	216 869	216 869	216 869	446 869	216 869	131 000	317 376	53 059
9	São Roque do Pico	P	1 042 205	602 295	654 760	2 164 257	1 782 084	707 440	329 891	550 947	130 714	85 480	57 388
10	Alcácer do Sal	P	304 724	189 446	190 466	220 936	191 197	190 569	190 815	145 501	110 093	69 282	61 730
11	Castelo de Vide	P	213 601	207 592	212 680	338 658	226 621	209 974	220 074	147 564	121 433	153 002	63 802
12	Alvito	P	182 582	166 186	167 949	173 082	198 737	200 936	178 273	174 203	164 643	152 829	98 575
13	Marvão	P	22 074	91 058	50 566	54 846	89 988	113 118	112 944	115 652	149 187	146 687	101 410
14	Viana do Alentejo	P	217 675	273 031	236 341	251 179	84 850	85 852	123 152	127 849	129 319	107 932	109 549
15	Batalha	P	430 072	422 904	341 279	202 762	140 432	365 797	191 161	383 770	488 278	490 556	113 063
16	Corvo	P	69 818	69 364	89 941	102 924	110 318	109 808	110 684	113 843	114 212	115 022	115 640
17	Cinfães	P	153 556	118 030	149 109	123 507	117 062	123 100	190 929	139 502	117 392	117 502	117 681
18	Ponta do Sol	P	118 228	277 226	401 884	492 254	619 573	592 247	550 055	407 039	435 596	546 497	122 935
19	Arronches	P	72 588	0	99 924	122 727	160 474	160 803	249 070	134 190	135 307	188 792	123 386
20	Vila Velha de Ródão	P	209 369	210 125	241 614	311 133	321 161	239 742	307 208	170 556	176 733	126 148	126 742
21	Meda	P	0	376 727	0	500 000	194 400	194 400	225 549	1165 078	128 486	131 428	133 866
22	Ponte de Lima	M	210 336	131 064	261 041	187 164	210 677	191 632	172 707	326 995	136 157	137 179	137 967
23	Benavente	M	351 156	436 046	389 215	381 362	560 035	1 366 094	1 460 439	768 061	469 212	762 760	147 384
24	Miranda do Corvo	P	362 959	495 115	441 468	601 730	562 496	584 558	581 565	611 410	480 510	696 139	147 852
25	Vila do Bispo	P	158 347	144 886	82 270	58 989	61 972	63 822	59 049	94 402	146 859	147 968	150 000
26	Vila de Rei	P	201 927	239 207	207 208	242 056	261 443	563 669	206 433	223 709	193 666	153 403	156 531
27	Elvas	M	127 729	123 462	126 034	130 483	151 507	175 769	153 287	158 290	159 990	161 474	162 955
28	Murtosa	P	80 532	76 782	77 542	95 660	100 970	157 102	162 398	165 468	165 912	167 265	168 160
29	Lajes das Flores	P	81 854	82 018	117 661	154 553	253 691	294 753	301 609	206 516	508 018	199 995	170 541
30	Gavião	P	105 720	85 509	147 167	150 585	259 516	255 902	219 117	208 511	232 249	196 942	173 272
31	Alter do Chão	P	491 305	503 828	112 615	93 615	160 278	206 080	185 729	169 533	171 445	173 832	173 348
32	Mira	P	1 001 404	362 070	361 222	368 714	495 123	498 572	501 114	510 987	554 162	197 756	198 740
33	Vinhais	P	587 407	359 677	367 352	341 485	351 176	353 151	169 074	330 453	334 255	338 129	204 088
34	Sernancelhe	P	201 964	282 136	248 171	338 979	379 267	385 919	358 937	371 298	305 153	210 157	211 581
35	Sta. Cruz da Graciosa	P	143 541	133 205	133 924	138 024	142 146	216 509	353 144	277 506	261 265	387 547	214 677

Da observação da listagem dos municípios com menor volume de amortizações de empréstimos, verifica-se:

– Dos 35 primeiros municípios hierarquizados com menores encargos de amortizações, quatro são de média dimensão e os restantes são de pequena dimensão.

– Na generalidade, estes 35 municípios em 2016 apresentaram descida do volume de encargos com amortizações, sendo de relevar: Benavente (-615,4 mil euros, -80,7%), Miranda do Corvo (-548 mil euros, -78,8%), Ponta do Sol (-424 mil euros, -77,5%), Batalha (-377 mil euros, -77%), Penacova (-264,3 mil euros, -83,3%), Vila do Porto (-177,7 mil euros, -80,8%), e Santa Cruz das Flores (-170 mil euros, -79,3%).

2.3.4.6. Despesas com juros e outros encargos financeiros

Conjugando a informação prestada no Quadro 2.30 com o Quadro 2.31, verifica-se que permanece registado contabilisticamente um excesso de despesa comprometida em relação à despesa paga na rubrica económica relativa a juros e outros encargos. Sendo esta despesa uma das que os municípios não poderão deixar de liquidar na totalidade, em cada ano económico, não deveria haver compromissos por pagar no final do ano, como transparece nos mapas de execução e controlo de despesa dos municípios. Tal situação resultará do facto de, em sede de prestação de contas, raros municípios procederem à regularização dos saldos das contas orçamentais quando se verifica excesso de valores comprometidos em relação à despesa efetivamente executada, ou seja, despesa paga⁷⁰. Face ao exposto, analisar-se-á esta despesa em relação, apenas, aos pagamentos efetuados e sua evolução.

Resultante da informação constante no Quadro 2.31, verifica-se que o total de encargos pagos pelos municípios em 2016 respeitante a juros e outros encargos foi de 100,7 M€, menos 27,8 M€ (-21,6%) que em 2006 e menos 11,3 M€ (-que -10,1%) que em 2015. Em 2016, apresentaram **diminuição da despesa paga de juros e outros encargos 246 municípios**, tendo o número homólogo sido:

em 2012 de 158 municípios, em 2013 de 231 municípios, em 2014 de 204 municípios, e de 256 municípios em 2015.

Apresentam-se de seguida os *Rankings* R41 e R42, respetivamente, com os 35 municípios com maior ou menor volume de pagamento de juros e outros encargos financeiros, reportados a 2016.

⁷⁰ Este diferencial de valores resultará, essencialmente, de variações de taxas de juro em relação às previsões efetuadas, traduzindo-se o saldo das mesmas na libertação de valores comprometidos, que não terão sido objeto de retificação em sede de encerramento de contas.

R41 – Municípios que apresentam maior volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17			Varia. 15–16	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
1	Portimão	M	471776	689369	1095560	1436553	1620573	3594039	4689736	4118447	4399457	4070019	11072419	172,0%
2	VN Gaia	G	5651578	7932127	10630405	7758917	4049337	4007829	5010170	4131821	4394450	4371977	7539095	72,4%
3	Lisboa	G	12619437	19806726	25035477	26012173	12948835	13273868	14621842	3905089	7260018	9905388	6637162	-33,0%
4	Évora	M	1257744	1891875	2079831	1628345	1064485	1670912	1898239	2531046	2545263	3155076	4549387	44,2%
5	Porto	G	4541411	5452370	6623415	5633119	3386407	3778373	3714976	3351356	2722486	2081999	4442967	113,4%
6	VRS. António	P	196166	271561	381484	539531	802365	1253719	1953422	1897059	3478129	3171181	3711825	17,0%
7	Seixal	G	1135906	1495727	1245946	2369298	723913	875815	1399203	1911162	3517889	2974340	2040784	-31,4%
8	Seia	M	1033427	1804694	1878160	1764955	1113214	7233078	3506350	2909591	2751126	2127169	1945204	-8,6%
9	Fundão	M	490787	827425	1338690	1101706	726747	1751081	1687998	1947998	2341948	1410981	1800792	27,6%
10	Oeiras	G	676850	798727	1273753	721966	420323	779592	728737	2636266	2445695	1907933	1505334	-21,1%
11	Cartaxo	M	467340	887370	1307657	947850	768774	1172967	226476	255868	509548	1799317	1433486	-20,3%
12	Santarém	M	981121	1481692	2019999	1754246	804106	1365686	1418080	2312329	2860198	2065139	1426919	-30,9%
13	Setúbal	G	2385066	2962489	3177208	1641308	1202800	898462	957836	764264	1895454	1565630	1407370	-10,1%
14	Nazaré	P	57906	193902	102222	677918	374920	507926	669894	4028449	954601	1327843	1194270	-10,1%
15	Aveiro	M	3696829	4873248	7144257	7109143	6273174	4390666	3086101	1804866	1781214	1213372	1111846	-8,4%
16	Chaves	M	489252	837539	796841	698341	326625	540871	494135	680923	1813530	2815579	1069171	-62,0%
17	Coimbra	G	1357387	1804946	2423104	1867813	952737	1392705	1440695	713616	881409	637605	1062641	66,7%
18	Funchal	G	1285715	1296730	1511212	1289499	1117497	1491706	1060296	1059341	1003765	826249	1051516	27,3%
19	Santa Cruz	M	139176	642700	858721	690148	281989	1030434	441498	680106	2952564	4523306	1034932	-77,1%
20	Leiria	G	2311893	3299185	2904693	2211319	1074429	1194672	910399	423110	1274777	1113491	993757	-10,8%
21	Vizela	M	49114	88590	158118	276466	204172	91440	104243	133990	436196	786945	987985	25,5%
22	Vila do Conde	M	1586265	2964653	2615661	2301710	741091	834244	683988	1201995	2232814	1408880	909626	-35,4%
23	Faro	M	1353509	1750891	2015138	1265557	814578	1241180	1455592	1351053	2012498	1285919	876738	-31,8%
24	Trofa	M	264093	522869	765608	534975	447908	512498	649893	1717853	2883517	1056468	848721	-19,7%
25	Matosinhos	G	1959159	1021555	1168351	953452	473875	997561	1193116	743328	706242	736510	829295	12,6%
26	Guarda	M	681733	1215387	1353624	1307079	1003362	909206	1076991	1795407	877195	1964077	799460	-59,3%
27	VF Campo	P	491144	838496	834440	877863	399035	542525	1744350	1172693	1087296	899408	775254	-13,8%
28	Sesimbra	M	635305	688254	656650	635851	371139	649966	796457	1119866	817914	748729	758684	1,3%
29	Paredes	M	282561	296034	355885	251485	228527	395561	604446	816078	840472	772717	719587	-6,9%
30	Paços de Ferreira	M	269009	477194	799351	1061412	818849	1020256	1413102	1359425	978353	836765	711119	-15,0%
31	Machico	M	136355	192282	221908	495816	340706	375724	437729	527567	610092	722782	660975	-8,6%
32	Figueira da Foz	M	1297213	1967348	2141537	1449155	1163262	2271148	3356177	2091588	1826181	1077227	654382	-39,3%
33	Alenquer	M	158524	365224	609877	393404	259671	309580	337220	199088	239289	241101	653682	171,1%
34	Covilhã	M	1076039	1732738	2409402	1844107	969113	1440476	1169000	627458	557802	393791	620111	57,5%
35	Viana do Castelo	M	345473	492317	618995	592626	319847	436415	665074	363839	323316	330508	587766	77,8%
Total - 308 municípios			128 485 338	181 466 906	224 797 232	192 009 919	104 702 387	141 517 129	148 491 327	127 054 717	131 800 667	112 014 679	100 706 821	-10,1%
Var. relativa ao ano anterior (%)			--	41,2%	23,9%	-14,6%	-45,5%	35,2%	4,9%	-14,4%	3,7%	-15,0%	-10,1%	--

Da observação do *Ranking* anterior anota-se:

– A autarquia de Portimão (município de média dimensão) apresentou-se como o primeiro do *ranking* dos municípios com maior montante de pagamento de juros e outros encargos ao aplicar nesta rubrica 11 M€, representando 11% do total de juros e outros encargos pagos pela globalidade dos municípios. Este valor traduziu, em 2016, um acréscimo de pagamento de juros de +172% (+ 7 M€), em relação ao ano precedente. Este aumento de encargos de dívida deveu-se ao extraordinário aumento do capital em dívida que cresceu 220,2% (+31,3M€) em 2016.

– O segundo município da lista, Vila Nova de Gaia, apresentou, também, um volume muito significativo de aumento de encargos com juros (+72,4%, +3,2 M€) ao pagar 7,5 M€. A explicação apresentada pelo município no seu relatório de gestão imputa este aumento de encargos financeiros a encargos pagos decorrentes de processos judiciais⁷¹.

– Não se pode deixar de fazer referência a outros municípios que apresentaram uma elevada taxa de crescimento desta despesa. Tratam-se dos municípios do Porto (+113,4%, +2,4 M€) e Alenquer (+171%, 412 mil euros).

– Dos municípios que neste *ranking* apresentaram descida desta despesa, relevam-se os seguintes municípios: Santa Cruz (-77,1%, -3,5 M€), Chaves (-62,0%, -1,7 M€), Guarda (-59,3%, -1,2 M€), Lisboa (-33,0%, -3,3 M€).

No *ranking R42* a seguir apresentado, relativo aos municípios com menor despesa em juros e outros encargos financeiros, apresenta-se um único município, Penedono, sem despesa nesta rubrica nos últimos oito anos. Também o município da Mealhada desde 2014 não apresenta encargos nesta rubrica orçamental, estando também nesta situação, apenas em 2016, o município de Pampilhosa da Serra. O primeiro destes três municípios não utilizou em-

préstimos nestes últimos onze anos e os outros dois, saldaram o capital em dívida em 2013 e 2015 respetivamente.

Da análise do *Ranking R42*, verifica-se:

– Da lista dos 35 municípios hierarquizados, apenas cinco são de média dimensão, sendo os restantes de pequena dimensão.

– Relativamente a 2016, quase todos os municípios listados apresentaram uma descida nos valores da despesa paga em juros e outros encargos financeiros, tendo sido exceção os municípios de Alvito e Ponta do Sol que aumentaram, respetivamente, +1,8 mil euros e + 3,4 mil euros.

Apresentam-se de seguida os *Rankings (R43 e R44)* dos 35 municípios com maior e menor volume de **despesa paga em juros** no total dos 11 anos em análise.

⁷¹No relatório de gestão do município de Gaia lê-se o seguinte:

"Como facilmente se depreende, o acréscimo patente no montante afeto ao "serviço da dívida" prende-se, unicamente, com o aumento exibido pela verba adstrita aos "encargos financeiros", que somaram um total de 7.539,09 milhares de euros, valor superior em 72,44% ao exarado no exercício de 2015. Subjacente a esta realidade encontra-se, essencialmente, o valor afeto ao pagamento no âmbito de processos judiciais, onde se destacam os processos respeitantes à VL9 e à "Cimpor", que representaram um custo para a Autarquia de 2.929,22 milhares de euros e 1.098,86 milhares de euros, respetivamente."

R42 – Municípios que apresentam menor volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2016

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17			Varia. 15–16
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1	Penedono	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	--
2	Mealhada	M	171453	226 697	241744	165 797	53 712	57 678	45 871	18 156	0	0	0	--
3	Pampilhosa da Serra	P	49 615	85 941	90 596	49 989	16 592	17 921	13 366	3 608	1423	485	0	-100,0%
4	Redondo	P	2 358	2 865	0	329	4 867	11280	14 178	4 206	2 245	1 261	360	-71,4%
5	Vila do Porto	P	49 856	64 975	68 955	46 599	19 092	20 160	16 987	7 849	5 944	2 476	656	-73,5%
6	Castelo de Vide	P	54 280	72 436	89 144	48 756	16 439	17 182	15 596	5 494	4 460	2 658	1 337	-49,7%
7	Stª. Cruz das Flores	P	42 452	61246	65 215	45 615	19 583	21552	22 607	10 501	6 905	5 327	1 507	-71,7%
8	Oliveira do Hospital	P	48 468	64 390	75 323	89 769	39 492	90 121	67 254	44 901	57 163	24 370	1 568	-93,6%
9	Porto Santo	P	35 279	48 846	98 894	37 708	13 651	19 548	17 461	7 527	55 068	44 477	1 805	-95,9%
10	Proença-a-Nova	P	45 547	67 435	80 772	43 116	25 462	65 571	66 083	22 860	18 183	12 539	1 910	-84,8%
11	Corvo	P	44 957	66 276	84 777	48 315	16 612	21683	18 626	6 494	6 199	3 737	1 996	-46,6%
12	Lajes das Flores	P	30 256	33 888	39 105	37 456	27 976	31404	22 186	8 547	12 990	5 510	2 035	-63,1%
13	Marvão	P	11 235	21667	44 696	44 415	16 283	21435	22 716	8 744	7 237	4 636	2 439	-47,4%
14	Benavente	M	108 268	141507	146 058	107 226	59 484	74 085	66 453	20 571	12 610	7 314	2 849	-61,0%
15	Vila Velha de Ródão	P	54 965	71 133	75 846	90 216	34 490	22 307	24 097	10 462	6 634	4 775	2 862	-40,1%
16	Ponte de Lima	M	58 051	45 270	104 458	60 167	18 850	20 932	19 583	16 192	6 478	4 788	2 874	-40,0%
17	Alcácer do Sal	P	47 329	55 226	56 172	46 616	16 905	103 429	47 888	19 771	24 941	8 591	3 216	-62,6%
18	Arronches	P	36 584	42 399	65 237	115 290	29 160	32 658	30 351	12 217	11997	11751	3 571	-69,6%
19	Alvito	P	0	68 997	73 568	70 180	24 223	20 139	20 657	6 416	4 622	1 822	3 658	100,7%
20	Penalva do Castelo	P	158 203	198 049	222 903	160 315	54 953	58 682	53 607	19 757	15 696	8 897	4 515	-49,2%
21	Boticas	P	122 302	144 377	189 961	128 855	57 716	60 509	82 100	36 799	20 788	9 594	4 681	-51,2%
22	Tondela	M	325 880	463 083	560 766	356 501	125 703	148 619	138 847	34 006	68 886	10 458	5 454	-47,9%
23	Murtosa	P	38 107	50 190	52 948	17 935	15 363	24 109	14 862	9 296	9 088	6 923	5 537	-20,0%
24	Carraceda de Ansiães	P	270 603	332 998	486 305	473 032	165 052	126 678	97 819	40 097	26 094	17 468	5 932	-66,0%
25	Montalegre	P	252 400	426 511	660 675	547 540	119 368	123 183	99 460	44 190	25 452	14 102	6 308	-55,3%
26	Mora	P	82 321	110 500	202 335	177 324	58 201	63 976	70 245	26 535	21596	13 820	6 834	-50,5%
27	Mogadouro	P	183 952	290 784	380 341	269 079	101288	154 946	114 908	42 380	28 629	18 083	7 199	-60,2%
28	Fronteira	P	126 186	162 679	192 099	134 251	48 648	55 291	49 787	26 944	28 501	17 168	7 447	-56,6%
29	Sabrosa	P	70 742	126 976	167 471	130 698	93 727	126 831	105 387	126 392	20 696	14 587	7 527	-48,4%
30	Sernancelhe	P	89 861	148 957	169 695	153 785	50 187	54 607	49 868	22 632	15 643	11 303	7 563	-33,1%
31	Ponta do Sol	P	85 406	656 048	431973	138 157	40 482	401631	200 517	16 731	10 218	4 254	7 735	81,8%
32	Miranda do Corvo	P	126 714	168 069	181105	183 517	81494	88 120	114 973	81667	29 117	22 688	8 668	-61,8%
33	Castro Marim	P	0	158 139	186 144	160 645	63 849	78 824	86 509	29 872	88 129	31 589	8 733	-72,4%
34	Lagoa (Algarve)	M	136 927	175 413	214 125	167 279	85 663	398 861	609 199	475 126	285 963	104 105	8 835	-91,5%
35	Vila Flor	P	129 344	131238	163 722	141975	41532	54 295	51 350	20 751	18 378	12 288	8 894	-27,6%

R43 – Municípios que apresentam maior volume de despesa paga em juros em valores acumulados desde 2006 ordenados pelo total

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2006–2009	Mandato 2010–2013	Mandato 2014–2017	TOTAL 2006 a 2016	Nº de habitantes (censos 2011)	Juros por habitante
1	Lisboa	G	83 473 814	44 749 633	23 802 567	152 026 014	547 733	277,6
2	Vila Nova de Gaia	G	31 973 027	17 199 157	16 305 523	65 477 707	302 295	216,6
3	Porto	G	22 250 315	14 231 112	9 247 452	45 728 879	237 591	192,5
4	Aveiro	M	22 823 479	15 554 808	4 106 432	42 484 719	78 450	541,6
5	Portimão	M	3 693 258	14 022 796	19 541 895	37 257 949	55 614	669,9
6	Seia	M	6 481 236	14 762 233	6 823 499	28 066 968	24 702	1136,2
7	Évora	M	6 857 794	7 164 681	10 249 726	24 272 202	56 596	428,9
8	Sintra	G	8 245 782	10 425 519	2 448 593	21 119 894	377 835	55,9
9	Maia	G	12 606 409	6 054 495	2 430 814	21 091 718	135 306	155,9
10	Loures	G	9 453 279	8 275 592	2 035 346	19 764 217	205 054	96,4
11	Seixal	G	6 246 878	4 910 094	8 533 013	19 689 984	158 269	124,4
12	Braga	G	13 913 557	4 398 600	988 678	19 300 835	181 494	106,3
13	Figueira da Foz	M	6 855 252	8 882 176	3 557 791	19 295 219	62 125	310,6
14	Setúbal	G	10 166 071	3 823 362	4 868 453	18 857 886	121 185	155,6
15	Santarém	M	6 237 059	5 900 201	6 352 256	18 489 515	62 200	297,3
16	Leiria	G	10 727 089	3 602 610	3 382 025	17 711 725	126 897	139,6
17	Vila Real de Santo António	P	1 388 742	5 906 565	10 361 135	17 656 443	19 156	921,7
18	Vila do Conde	M	9 468 289	3 461 318	4 551 320	17 480 927	79 533	219,8
19	Guimarães	G	10 737 035	4 115 913	2 536 802	17 389 750	158 124	110,0
20	Fundão	M	3 758 608	6 113 823	5 553 721	15 426 152	29 213	528,1
21	Faro	M	6 385 096	4 862 403	4 175 155	15 422 654	64 560	238,9
22	Odivelas	G	8 842 149	4 249 988	1 625 490	14 717 627	144 549	101,8
23	Coimbra	G	7 453 249	4 499 754	2 581 656	14 534 659	143 396	101,4
24	Oeiras	G	3 471 296	4 564 918	5 858 961	13 895 174	172 120	80,7
25	Santa Cruz	M	2 330 744	2 434 027	8 510 802	13 275 573	43 005	308,7
26	Funchal	G	5 383 156	4 728 840	2 881 530	12 993 525	111 892	116,1
27	Guarda	M	4 557 823	4 784 967	3 640 733	12 983 522	42 541	305,2
28	Covilhã	M	7 062 285	4 206 048	1 571 704	12 840 037	51 797	247,9
29	Marco de Canaveses	M	7 726 143	2 550 219	1 271 618	11 547 980	53 450	216,1
30	Santa Maria da Feira	G	4 770 967	4 250 044	2 452 344	11 473 356	139 312	82,4
31	Albufeira	M	3 220 406	2 325 971	5 655 270	11 201 647	40 828	274,4
32	Matosinhos	G	5 102 516	3 407 880	2 272 046	10 782 443	175 478	61,4
33	Oliveira de Azeméis	M	6 577 542	3 191 812	855 047	10 624 401	68 611	154,8
34	Chaves	M	2 821 973	2 042 553	5 698 281	10 562 807	41 243	256,1
35	Trofa	M	2 087 545	3 328 153	4 788 707	10 204 405	38 999	261,7
Total – 308 municípios			726 759 394	521 765 560	344 522 167	1 593 047 122	10 562 178	150,9

R44 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga em juros em valores acumulados desde 2006 ordenados pelo total

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2006–2009	Mandato 2010–2013	Mandato 2014–2017	TOTAL 2006 a 2016	Nº de habitantes (censos 2011)	Juros por habitante
1	Penedono	P	0	0	0	0	2 952	0,0
2	Redondo	P	5 552	34 531	3 866	43 949	7 031	6,3
3	Marvão	P	122 013	69 177	14 312	205 502	3 512	58,5
4	Murtosa	P	159 180	63 630	215 49	244 359	10 585	23,1
5	Lajes das Flores	P	140 706	90 113	20 535	251 354	1 504	167,1
6	Alvito	P	212 745	71 435	10 102	294 282	2 504	117,5
7	Viana do Alentejo	P	172 598	69 941	55 434	297 973	5 743	51,9
8	Santa Cruz das Flores	P	214 527	74 243	13 738	302 508	2 289	132,2
9	Vila do Porto	P	230 385	64 089	9 077	303 550	5 552	54,7
10	Cinfães	P	183 666	76 670	56 338	316 674	20 427	15,5
11	Corvo	P	244 324	63 415	11 932	319 671	430	743,4
12	Castelo de Vide	P	264 616	54 711	8 455	327 782	3 407	96,2
13	Pampilhosa da Serra	P	276 142	51 487	1 908	329 537	4 481	73,5
14	Batalha	P	171 983	120 623	44 818	337 423	15 805	21,3
15	Ponte de Lima	M	267 946	75 557	14 139	357 643	43 498	8,2
16	Gavião	P	197 578	132 592	36 857	367 028	4 132	88,8
17	Alter do Chão	P	208 433	110 609	52 639	371 681	3 562	104,3
18	Porto Santo	P	220 727	58 187	101 350	380 263	5 483	69,4
19	Ponte de Sor	P	229 137	103 898	51 481	384 516	16 722	23,0
20	Arronches	P	259 510	104 386	27 319	391 214	3 165	123,6
21	Vila Velha de Ródão	P	292 160	91 356	14 271	397 787	3 521	113,0
22	Penacova	P	199 775	110 819	109 878	420 472	15 251	27,6
23	Alcácer do Sal	P	205 343	187 992	36 749	430 083	13 046	33,0
24	São Roque do Pico	P	305 769	94 991	37 956	438 716	3 388	129,5
25	Golegã	P	206 807	134 876	104 131	445 815	5 465	81,6
26	Proença-a-Nova	P	236 870	179 976	32 632	449 478	8 314	54,1
27	Oleiros	P	176 153	178 762	95 726	450 641	5 721	78,8
28	Vila de Rei	P	233 167	178 731	78 903	490 802	3 452	142,2
29	Alcoutim	P	360 136	82 614	75 300	518 050	2 917	177,6
30	São Brás de Alportel	P	322 897	167 103	44 939	534 938	10 662	50,2
31	Campo Maior	P	143 383	203 475	194 399	541 256	8 456	64,0
32	Belmonte	P	269 209	167 114	127 559	563 881	6 859	82,2
33	Santa Cruz da Graciosa	P	210 355	258 463	102 634	571 453	4 391	130,1
34	Oliveira do Hospital	P	277 950	241 768	83 101	602 819	20 855	28,9
35	Portel	P	355 043	170 638	109 258	634 938	6 428	98,8

2.4. Situação Orçamental Global

2.4.1. Comparação da Receita Cobrada com a Despesa Realizada e Paga

Tem sido apresentado nos sucessivos Anuários um ponto dedicado à comparação entre o volume da despesa e o volume da receita uma vez que a sustentabilidade das finanças autárquicas assenta no equilíbrio destas duas componentes orçamentais.

Mais se entende que essa comparação se deverá efetuar entre a despesa assumida e a receita liquidada, se bem que a Lei dos Compromissos obriga ao equilíbrio entre a despesa assumida e a receita cobrada, admitindo excepcionalmente que sejam utilizadas como referências para a despesa, receitas certas a cobrar. Ora, entende-se que a receita liquidada é uma receita cujo direito a receber já se encontra constituído.

Pelo exposto, toda a análise efetuada neste ponto do anuário apresentará prioritariamente na comparação entre a receita liquidada e a despesa assumida. Contudo, apresentar-se-á comparação entre a receita cobrada e a despesa paga, face à contabilidade de caixa ainda vigente na orçamentação pública, essencialmente, para cálculo dos saldos de gerência.

O Quadro 2.37 permite estabelecer as comparações supra referidas.

Antes de se passar para os quadros subsequentes, interessa recordar as principais alterações das componentes orçamentais da receita e despesa autárquica entre 2006 e 2016, que por certo implicaram profundas alterações na gestão que, por sua vez, se repercutiram na estrutura financeira dos municípios.

Assim, sintetiza-se o que mais se alterou entre 2006 e 2016:

- Uma **forte deflação das previsões orçamentais, que baixaram** neste período, 2,3 mil milhões de euros (-20,9%);
- A cobrança global de receita pouco aumentou, neste período de onze anos (+10,5%, +737 milhões de euros), tendo, **a receita corrente crescido** 36,7% (+1,8 mil milhões de euros) e **a receita de capital descido** fortemente (-53,1%, -1.084 M€) no mesmo período;
- O montante de **compromissos assumidos, no período em apreço, diminuiu** 9,2% (-861,6 M€) devido fundamentalmente à **descida da despesa de capital** em 41% (-1.845 M€);

- O **volume de despesa paga aumentou 6,8%** (+474,3 M€), tendo na despesa corrente os pagamentos aumentado 26,2% (+1,1mil milhões de euros) e os pagamentos da despesa de capital descido 22,8%(-630 milhões de euros).

- Consequentemente, o **volume de encargos por pagar desceu significativamente**. No total baixou 57,5%, assim distribuído: encargos correntes por pagar diminuíram 20,1% e encargos de capital por pagar baixam 70,4% (-1.214,5 M€).

Em relação ao ano de 2016 reiteram-se as seguintes variações:

- **As previsões orçamentais apresentaram um ligeiro aumento** (+0,2%, +18,2M€) depois de seis anos consecutivos de forte descida das mesmas (2010 / 2015).;

- **Em 2016 a receita cobrada do total das autarquias aumentou em relação a 2015 2,9% (+219,6 M€)**, tendo a **receita corrente aumentado 4%** e a de **capital baixado 3,6%**. A diminuição da receita de capital foi a mais pequena desde 2010. Entre 2010 e 2015 a variação média anual da receita de capital foi de -9,9%;

- Em 2016, o **montante global de pagamentos aumentou 3,3% (+235,5M€) depois de dois anos consecutivos de um crescimento de apenas 0,2%** antecidos de um decréscimo (2013) de -6,2%

Face às alterações apresentadas entende-se apresentar um quadro (2.38) que relaciona diretamente a receita com a despesa mostrando a evolução dos excedentes de dotações orçamentais e do excesso de despesa compromissada sobre a receita cobrada.

Quadro 2.37 – Receita Liquidada, Receita Cobrada, Despesa Realizada e Despesa Paga, nos exercícios de 2006 a 2016⁷²

Unidade: milhões de euros

	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17			Variação 06–16	
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
RECEITA	Prevista corrigida	11 123,6	11 215,2	11 572,3	13 001,9	12 995,1	12 595,6	11 674,3	10 823,7	9 323,9	8 784,0	8 802,2	-2 321,4
	Variação	--	0,8%	3,2%	12,4%	-0,1%	-3,1%	-7,3%	-7,3%	-13,9%	-5,8%	0,2%	-20,9%
	Liquidada	7 140,2	7 599,2	7 789,8	8 291,3	7 978,1	7 887,7	7 699,3	7 769,7	7 465,9	7 525,0	7 799,4	659,2
	Variação	--	6,4%	2,5%	6,4%	-3,8%	-1,1%	-2,4%	0,9%	-3,9%	0,8%	3,6%	9,2%
	Cobrada	7 001,0	7 541,6	7 746,9	8 198,0	7 859,5	7 771,6	7 683,4	7 774,8	7 337,2	7 518,4	7 738,0	737,0
	Variação	--	7,7%	2,7%	5,8%	-4,1%	-1,1%	-1,1%	1,2%	-5,6%	2,5%	2,9%	10,5%
	Corrente	4 955,0	5 653,4	5 730,0	5 745,8	5 824,8	5 645,6	5 564,3	5 907,9	6 214,8	6 516,4	6 775,9	1 820,9
	Variação	--	14,1%	1,4%	0,3%	1,4%	-3,1%	-1,4%	6,2%	5,2%	4,9%	4,0%	36,7%
	De Capital	2 040,2	1 876,5	2 005,3	2 446,2	2 025,5	2 112,9	2 110,2	1 853,5	1 113,6	991,9	956,4	-1 083,8
	Variação	--	-8,0%	6,9%	22,0%	-17,2%	4,3%	-0,1%	-12,2%	-39,9%	-10,9%	-3,6%	-53,1%
	Repos. ñ abatidas paga.	5,8	11,7	11,6	6,0	9,2	13,1	9,0	13,5	8,8	10,1	5,7	-0,1
	Variação	--	101,7%	-1,1%	-48,1%	52,8%	42,6%	-31,6%	50,8%	-34,5%	14,1%	-43,6%	-1,9%
	Saldo gerência anterior	194,6	228,4	335,8	293,2	166,8	261,7	334,1	422,7	501,3	628,8	912,7	718,1
	Variação	--	101,7%	-1,1%	-48,1%	52,8%	42,6%	-31,6%	50,8%	-34,5%	14,1%	-43,6%	369,0%
DESPESA	Prevista	11 309,9	11 439,3	11 898,3	13 237,5	13 187,6	12 840,7	11 991,2	11 225,5	9 817,1	9 402,2	9 710,5	-1 599,5
	Variação	--	1,1%	4,0%	11,3%	-0,4%	-2,6%	-6,6%	-6,4%	-12,5%	-4,2%	3,3%	-14,1%
	Assumida	9 320,4	9 581,9	10 051,4	11 135,0	10 699,6	10 481,6	9 804,9	9 403,6	8 512,1	8 219,4	8 458,8	-861,6
	Variação	--	2,8%	4,9%	10,8%	-3,9%	-2,0%	-6,5%	-4,1%	-9,5%	-3,4%	2,9%	-9,2%
	Corrente Assumida	4 825,0	5 206,5	5 604,8	6 103,2	6 051,3	6 111,1	5 800,7	5 957,0	5 793,8	5 631,2	5 808,5	983,5
	Variação	--	7,9%	7,6%	8,9%	-0,9%	1,0%	-5,1%	2,7%	-2,7%	-2,8%	3,1%	20,4%
	De Capital Assumida	4 495,3	4 375,4	4 446,6	5 031,8	4 648,2	4 370,5	4 004,2	3 446,7	2 718,2	2 588,2	2 650,3	-1 845,1
	Variação	--	-2,7%	1,6%	13,2%	-7,6%	-6,0%	-8,4%	-13,9%	-21,1%	-4,8%	2,4%	-41,0%
	Paga	6 992,1	7 410,3	7 875,9	8 358,1	7 872,0	7 720,2	7 587,1	7 698,6	7 218,8	7 230,9	7 466,4	474,3
	Variação	--	6,0%	6,3%	6,1%	-5,8%	-1,9%	-1,7%	1,5%	-6,2%	0,2%	3,3%	6,8%
	Corrente Paga	4 220,9	4 592,9	4 932,6	5 259,6	5 037,2	5 032,7	4 800,8	5 147,2	5 122,4	5 097,7	5 325,7	1 104,9
	Variação	--	8,8%	7,4%	6,6%	-4,2%	-0,1%	-4,6%	7,2%	-0,5%	-0,5%	4,5%	26,2%
	De Capital Paga	2 771,2	2 817,4	2 943,3	3 098,5	2 834,8	2 687,5	2 786,2	2 551,4	2 096,4	2 133,1	2 140,7	-630,5
	Variação	--	1,7%	4,5%	5,3%	-8,5%	-5,2%	3,7%	-8,4%	-17,8%	1,8%	0,4%	-22,8%
Corrente por pagar	604,2	613,6	672,2	843,6	1 014,1	1 078,4	999,8	809,7	671,4	533,5	482,8	-1 214,4	
Variação	--	1,6%	9,5%	25,5%	20,2%	6,3%	-7,3%	-19,0%	-17,1%	-20,5%	-9,5%	-20,1%	
De Capital por pagar	1 724,1	1 558,0	1 503,3	1 933,3	1 813,4	1 683,0	1 218,0	895,2	621,8	455,1	509,6	-1 214,5	
Variação	--	-9,6%	-3,5%	28,6%	-6,2%	-7,2%	-27,6%	-26,5%	-30,5%	-26,8%	12,0%	-70,4%	

⁷² A receita prevista, liquidada e cobrada total inclui o saldo de gerência anterior.

Quadro 2.38 – Excesso da Despesa sobre a Receita

Unidade: milhões de euros

	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17			
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Receitas*	Receitas previstas (a)	11 123,6	11 215,2	11 572,3	13 001,9	12 995,1	12 595,6	11 674,3	10 823,7	9 323,9	8 784,0	8 802,2
	Receitas liquidadas (b)	7 140,2	7 599,2	7 789,8	8 291,3	7 978,1	7 887,7	7 699,3	7 769,7	7 465,9	7 525,0	7 799,4
	Receitas cobradas (c)	7 001,0	7 541,6	7 746,9	8 198,0	7 859,5	7 771,6	7 683,4	7 774,8	7 337,2	7 518,4	7 738,0
	Receitas liquidadas por cobrar (créditos s/ terc.)	139,1	57,6	42,9	93,4	118,6	116,2	15,9	-5,2	128,8	6,5	61,4
	Saldos do exercício anterior (d)	194,6	228,4	335,8	293,2	166,8	261,7	334,1	422,7	501,3	628,8	912,7
Despesas	Despesas previstas (e)	11 309,9	11 439,3	11 898,3	13 237,5	13 187,6	12 832,9	11 991,2	11 225,5	9 817,1	9 402,2	9 710,5
	Compromissos do exercício (f)	9 320,4	9 581,9	10 051,4	11 135,0	10 699,6	10 481,6	9 804,9	9 403,6	8 512,1	8 219,4	8 458,8
	Despesas pagas no exercício (g)	6 992,1	7 410,3	7 875,9	8 358,1	7 872,0	7 720,2	7 587,1	7 698,6	7 218,8	7 230,9	7 466,4
Excesso de despesa sobre receita	(Receitas liquidadas + Saldos do exercício anterior) – Despesas comprometidas ((b+d)-f)	-1 985,6	-1 754,2	-1 925,8	-2 550,5	-2 554,7	-2 332,2	-1 771,4	-1 211,3	-544,8	-65,6	253,3
	(Receitas cobradas + Saldos do exercício anterior) – Despesas comprometidas ((c+d)-f)	-2 124,7	-1 811,8	-1 968,7	-2 643,9	-2 673,3	-2 448,3	-1 787,3	-1 206,1	-673,6	-72,2	191,9

* O valor apresentado em receitas previstas, liquidadas e cobradas não inclui o saldo de gerência anterior.

Da observação do quadro anterior releva-se em relação a 2016:

- O **volume de receitas liquidadas acrescido dos saldos dos exercícios anteriores foi superior ao volume de despesas assumidas em 253,3 M€**. Esta diferença foi sempre negativa entre 2006 e 2015, e pela primeira vez foi positiva em 2016.
- Face ao exposto no parágrafo anterior, pode-se afirmar que, na globalidade, **os municípios em 2016 terão cumprido com a Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso**.

Os gráficos a seguir apresentados mostram em simultâneo as linhas evolutivas das diferentes fases da receita e da despesa, permitindo visualizar as comparações expressas nos pontos anteriores.

Gráfico 2.08 – Evolução da Receita Liquidada⁷³, Receita Cobrada⁷⁴, Despesa Realizada e Despesa Paga, nos exercícios de 2006 a 2016

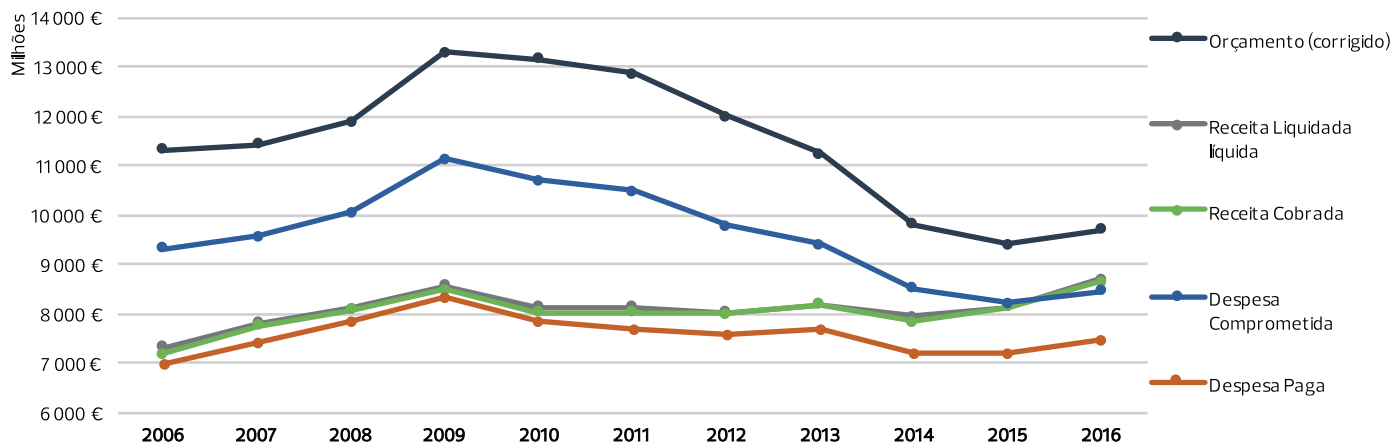
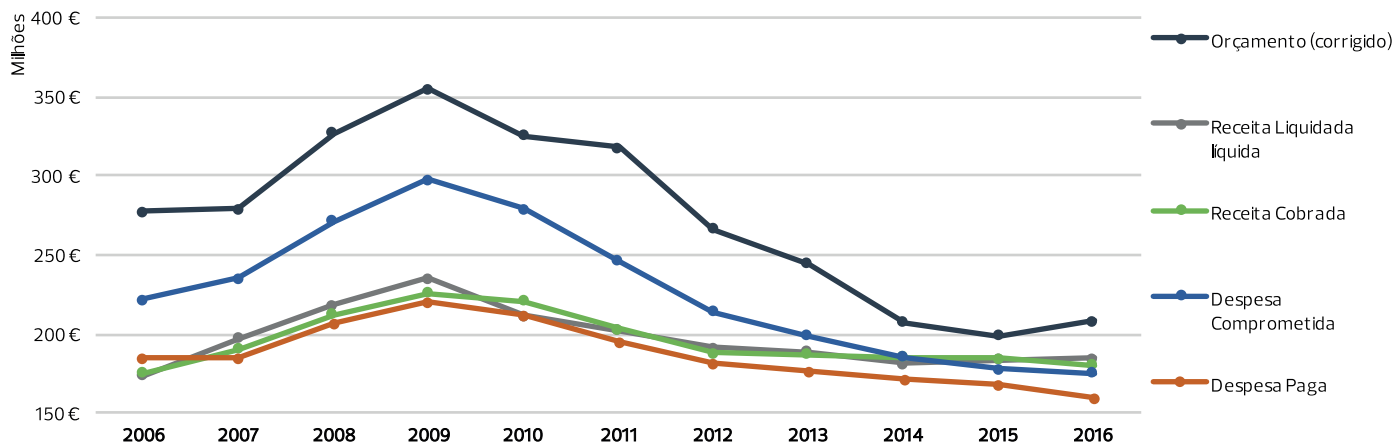


Gráfico 2.08.A – Evolução da Receita Liquidada, Receita Cobrada, Despesa Realizada e Despesa Paga, nos municípios da R.A. dos Açores, nos exercícios de 2006 a 2016



⁷³ Inclui o valor dos saldos da gerência anterior

⁷⁴ Inclui o valor dos saldos da gerência anterior

Gráfico 2.08.M – Evolução da Receita Liquidada, Receita Cobrada, Despesa Realizada e Despesa Paga, nos municípios da R.A. da Madeira, nos exercícios de 2006 a 2016

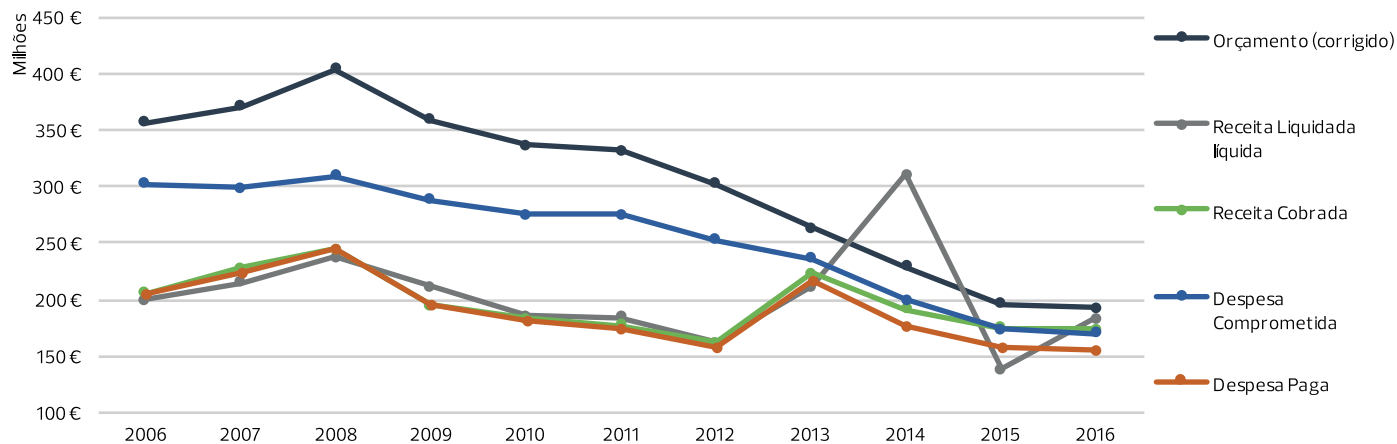


Gráfico 2.09 – Estrutura da Receita e da Despesa Paga e Despesa Realizada, em 2016

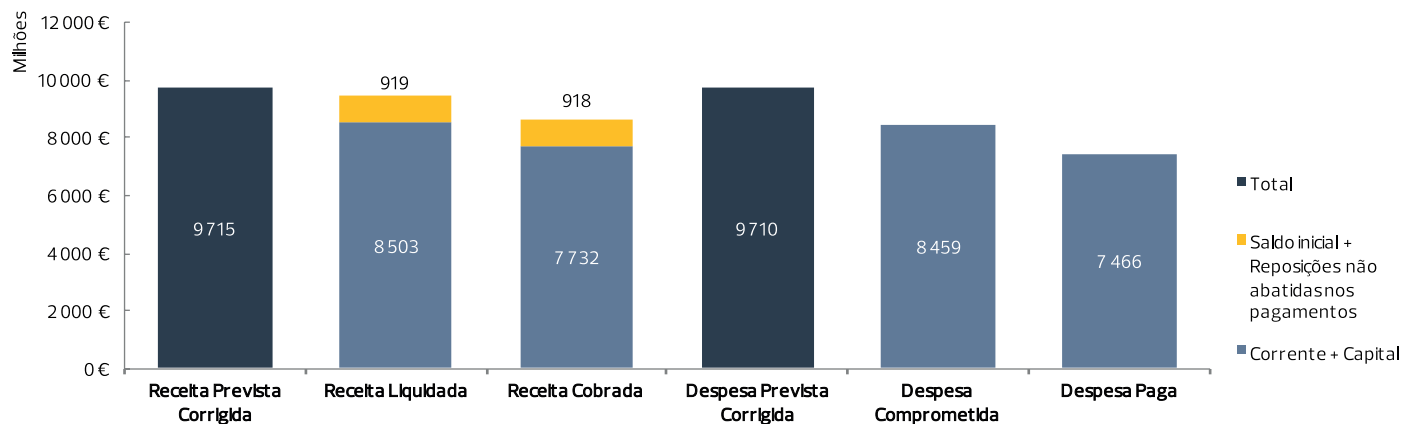


Gráfico 2.09.A – Estrutura da Receita e da Despesa Paga e Despesa Realizada nos municípios da R.A. dos Açores, 2016

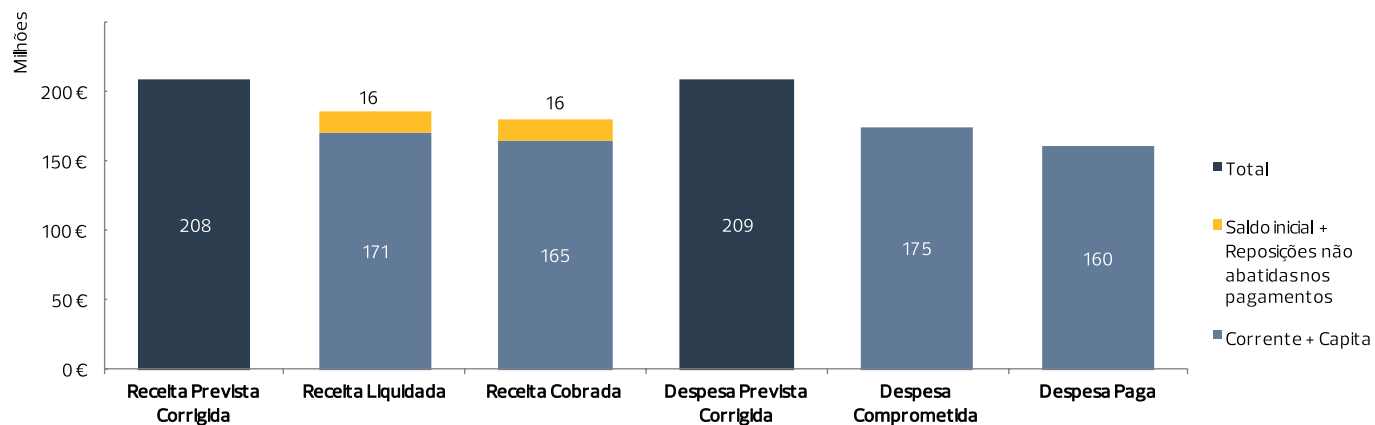
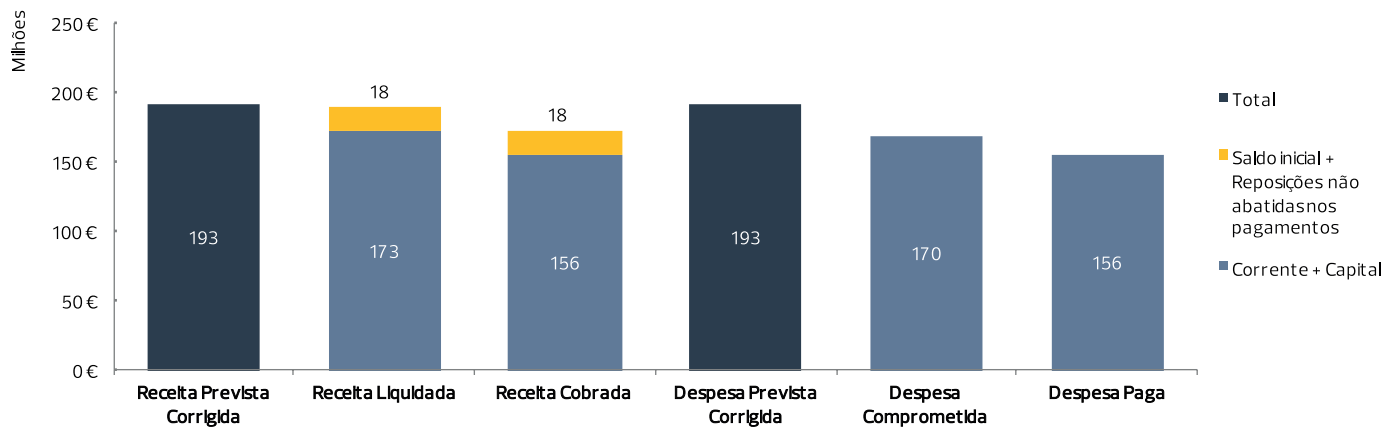


Gráfico 2.09.M – Estrutura da Receita e da Despesa Paga e Despesa Realizada nos municípios da R.A. da Madeira, 2016



O Quadro 2.39 que se segue, mostra alguns indicadores relativos a despesas e receitas evidenciando-se os valores médios, máximos e mínimos, referenciando-se os municípios responsáveis pelos extremos. São rácios que **comparam a receita cobrada com a receita prevista** no que respeita à receita, e **a despesa paga com a despesa orçada** no que se refere à despesa.

Quadro 2.39 – Indicadores da Despesa e da Receita

		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Grau de execução da Despesa*	Mínimo	28%	25%	34%	28%	24%	24%	21%	19%	23%	27%	30%
		Borba	Aveiro	C. de Pera	Cartaxo	Portimão	Portimão	Portimão	Aveiro	Nazaré	Portimão	Nazaré
	Máximo	92%	99%	94%	92%	95,3%	94,9%	94%	96%	97%	100%	100%
		Benavente	Pombal	Mealhada	S. João da Pesqueira	S. João da Pesqueira	Fornos de Algodres	Fornos de Algodres	Funchal	S. Roque Pico	Aljezur	Alfândega da Fé
Médio	62%	65%	65%	63%	60%	60%	63%	69%	75%	80%	78%	
Grau de execução da Receita**	Mínimo	28%	24%	35%	28%	28%	24%	21%	22%	23%	26%	31%
		Borba	Aveiro	Guarda	Cartaxo	Trofa	Portimão	Portimão	Cartaxo	Nazaré	Portimão	Nazaré
	Máximo	102%	118%	100%	93%	96%	100%	103%	102%	107%	118%	116%
		Mafra	Albufeira	Sobral Monte Agraço	Fornos de Algodres	S. João da Pesqueira	Aguiar da Beira	Marvão	Mealhada	Albufeira	Albufeira	Leiria
Médio	64%	68%	67%	64%	61%	62%	66%	72%	81%	86%	87%	
Receitas por cobrar / receitas liquidadas***	Mínimo	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
	Máximo	60%	39%	40%	44%	65%	62%	75%	55%	81%	52%	376%
		Funchal	Funchal	Fundão	Fundão	Guarda	Seixal	Seixal	Seixal	Santa Cruz	Seixal	Santa Cruz
Médio	7%	8%	7%	8%	9%	10%	10%	10%	11%	11%	10%	
Despesas de Investimento / despesas totais	Mínimo	3%	3%	3%	2,8%	2,2%	0,7%	0,0%	2,4%	0,5%	0,4%	1,4%
		Coimbra	Porto	Cartaxo	Cartaxo	Albergaria-a-Velha	Ribeira de Pena	Borba	Loures	Porto Santo	Porto Santo	Alpiarça
	Máximo	69%	69%	68%	55%	59%	54%	60%	62%	55%	53%	49%
		São Vicente	Ribeira Brava	Castelo Branco	Ribeira Brava	Mondim de Basto	Murtosa	Murtosa	Corvo	Lajes das Flores	Alvaiázere	Corvo
Médio	27%	28%	28%	25%	23%	22%	20%	21%	18%	18%	14%	
Despesas com pessoal / despesas totais	Mínimo	12%	9%	9%	11%	5%	10%	10%	8%	10%	13%	11%
		São Vicente	Covilhã	Castelo Branco	Ribeira Brava	Fornos de Algodres	Seia	Vila Franca do Campo	Fundão	V. Real Sto. António	Nazaré	Alfândega da Fé
	Máximo	64%	53%	58%	53%	55%	58%	55%	53%	60%	55%	52%
		Barrancos	Sardoal	Alcochete	Moita	Campo Maior	Mourão	Mourão	Alcochete	Mourão	Mourão	Mourão
Médio	31%	28%	29%	29%	31%	31%	27%	29%	32%	31%	31%	

* Grau de execução da despesa conforme POCAL: valor pago/dotação previsional corrigida.

** Grau de execução da receita conforme POCAL: valor cobrado/montante previsional da receita (corrigido).

*** Receitas liquidadas líquidas. Nos quadros dos anteriores anuários considerou-se receita liquidada bruta.

Reforçando as observações anteriores no Quadro 2.40 apresentam-se, para o período entre 2006 e 2016, os valores médios e extremos dos graus de execução da despesa assumida e da receita liquidada.

Quadro 2.40 – Indicadores da Despesa e Receita com base nos compromissos e liquidações

		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Grau de execução da despesa ao nível dos compromissos (compromissos / despesa prevista)	Mínimo	39,8%	49,5%	50,3%	46,2%	46,6%	47,5%	42,4%	44,9%	41,7%	49,7%	42,4%
	Máximo	100,0%	100,0%	100,0%	100,2%	99,2%	99,7%	99,9%	99,6%	99,7%	100,0%	100,0%
	Médio	82,4%	83,8%	84,5%	84,1%	81,1%	81,6%	81,8%	83,8%	86,7%	87,4%	87,1%
Grau de execução da receita ao nível das liquidações ((receita liquidada – liquidações anuladas) / receita prevista)	Mínimo	27,5%	24,4%	35,4%	28,4%	28,3%	23,1%	21,5%	21,9%	22,8%	26,5%	30,7%
	Máximo	103,9%	121,6%	101,2%	93,8%	97,5%	109,3%	109,8%	103,7%	306,5%	119,2%	121,2%
	Médio	65,8%	69,9%	73,9%	69,1%	62,8%	63,9%	67,8%	73,9%	82,4%	85,2%	87,8%

Da análise do Quadro 2.40 confirma-se que **a diferença entre os graus médios de execução da despesa e da receita diminuiu drasticamente** passando de 16,6% em 2006 para 0,7% em 2016, face ao aumento do grau médio de execução da receita que cresceu 22% entre 2006 e 2016.

Apresenta-se de seguida o *Ranking R45* que elenca os 35 municípios com maior diferença entre o grau de execução das receitas liquidadas e o grau de execução das despesas assumidas.

– Da observação do *ranking R48* verifica-se que, em 2016, só 29 municípios apresentaram uma diferença negativa superior a 15%, entre o grau de execução da receita e o grau de execução da despesa.

– Mais se verificou pela informação prestada pelos municípios, que 199 municípios apresentaram uma diferença negativa inferior a 5% entre o grau de execução da receita e o da despesa.

As listagens *R45.A* e *R45.M*, mostram a diferença entre o grau de execução da despesa assumida e da receita liquidada, respetivamente nos municípios das regiões dos Açores e da Madeira.

O *Ranking R46* a seguir apresentado mostra os municípios que em 2016 apresentaram um grau de realização da despesa assumi-

da, igual ou inferior ao da receita liquidada. Apresenta-se para os mesmos municípios informação relativa à situação homóloga nos dois anos anteriores.

Pela análise das contas do universo dos municípios, verificou-se que **145 municípios (+23 municípios que em 2015) apresentaram um volume de receita liquidada igual ou superior ao total de despesa assumida**, revelando uma maior acuidade na adequação das despesas ao nível de cobrança das receitas, mostrando uma atitude de gestão que contraria a constituição de nova dívida comercial e propicia a redução da existente.

R45 – Municípios com maior diferença negativa entre o grau de execução de receitas liquidadas⁷⁵ e o grau de execução de despesas comprometidas

Município	Dim.	2014			2015			2016		
		Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução
1 Paços de Ferreira	M	29,4%	79,5%	-50,1%	42,2%	99,0%	-56,9%	41,9%	99,6%	-57,7%
2 Nazaré	P	22,8%	89,0%	-66,2%	48,3%	93,7%	-45,4%	30,7%	83,8%	-53,1%
3 Celorico da Beira	P	28,6%	89,3%	-60,7%	29,6%	66,7%	-37,1%	45,5%	96,4%	-50,9%
4 Cartaxo	M	34,1%	67,7%	-33,6%	52,0%	97,0%	-45,0%	52,7%	98,3%	-45,6%
5 Reguengos de Monsaraz	P	57,4%	88,9%	-31,5%	60,3%	90,7%	-30,5%	50,3%	89,6%	-39,3%
6 Montemor-o-Velho	M	28,5%	41,7%	-13,3%	37,7%	82,2%	-44,4%	65,8%	96,7%	-31,0%
7 Penafiel	M	57,6%	86,4%	-28,8%	62,8%	91,4%	-28,6%	61,8%	90,4%	-28,6%
8 Freixo de Espada à Cinta	P	60,1%	70,8%	-10,8%	67,4%	91,6%	-24,1%	66,9%	95,2%	-28,3%
9 Ponte de Lima	M	92,7%	69,6%	23,1%	67,5%	72,7%	-5,2%	62,6%	90,1%	-27,6%
10 Sines	P	49,3%	68,5%	-19,2%	68,6%	89,4%	-20,8%	72,8%	98,8%	-26,0%
11 Tabuaço	P	66,1%	96,9%	-30,8%	66,0%	90,8%	-24,9%	67,6%	93,2%	-25,5%
12 Tábua	P	81,2%	99,0%	-17,8%	71,5%	94,9%	-23,3%	71,5%	96,9%	-25,4%
13 Vila Real de Santo António	P	95,5%	99,3%	-3,8%	56,4%	96,3%	-39,9%	73,7%	98,3%	-24,6%
14 Setúbal	G	53,0%	92,2%	-39,2%	67,9%	89,5%	-21,5%	61,4%	85,5%	-24,1%
15 Ourique	P	49,4%	72,8%	-23,4%	49,5%	68,1%	-18,5%	46,6%	67,6%	-21,0%
16 Mora	P	111,3%	91,3%	20,0%	75,7%	86,6%	-11,0%	65,4%	85,3%	-19,9%
17 Alpiarça	P	85,2%	97,7%	-12,5%	89,1%	97,8%	-8,8%	76,5%	96,3%	-19,7%
18 Alijó	P	89,9%	89,4%	0,5%	68,9%	86,2%	-17,3%	71,8%	91,3%	-19,6%
19 Mira	P	68,6%	82,7%	-14,1%	80,5%	93,3%	-12,7%	79,6%	99,0%	-19,3%
20 Mirandela	M	61,8%	82,4%	-20,7%	72,2%	81,7%	-9,4%	73,5%	92,5%	-19,0%
21 Mourão	P	63,8%	87,6%	-23,8%	55,4%	75,3%	-19,9%	57,4%	75,4%	-18,0%
22 Murça	P	72,3%	81,6%	-9,3%	89,9%	91,1%	-1,3%	76,0%	93,9%	-17,9%
23 Aljustrel	P	68,4%	80,8%	-12,4%	74,1%	89,9%	-15,8%	73,2%	90,9%	-17,7%
24 Tarouca	P	66,7%	79,7%	-13,1%	66,8%	84,5%	-17,7%	73,3%	90,7%	-17,4%
25 Fundão	M	86,4%	91,3%	-5,0%	82,4%	97,7%	-15,3%	82,2%	99,5%	-17,4%
26 Viana do Castelo	M	80,9%	98,7%	-17,8%	92,0%	97,2%	-5,2%	82,1%	98,8%	-16,8%
27 Vagos	M	72,7%	88,3%	-15,6%	85,5%	95,1%	-9,6%	74,6%	91,1%	-16,5%
28 Cinfães	P	69,2%	75,9%	-6,7%	81,5%	90,8%	-9,3%	79,8%	95,7%	-15,9%
29 Trofa	M	64,3%	88,5%	-24,3%	65,9%	81,4%	-15,5%	60,4%	76,2%	-15,8%
30 Santa Comba Dão	P	62,8%	81,4%	-18,6%	84,6%	99,5%	-14,9%	84,8%	99,7%	-14,9%
31 Paredes	M	50,6%	75,8%	-25,2%	68,9%	82,7%	-13,8%	83,7%	98,3%	-14,6%
32 Ponte da Barca	P	73,5%	87,2%	-13,7%	73,9%	95,1%	-21,1%	82,7%	96,7%	-14,1%
33 Mesão Frio	P	73,3%	88,7%	-15,4%	86,4%	97,8%	-11,4%	85,7%	99,6%	-13,9%
34 Amarante	M	89,1%	91,3%	-2,2%	94,1%	91,6%	2,5%	78,7%	92,1%	-13,4%
35 Caminha	P	68,4%	90,3%	-21,9%	86,4%	96,1%	-9,7%	86,8%	100,0%	-13,2%

⁷⁵ Receitas liquidadas líquidas.

R45.A – Diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de Despesas Comprometidas – municípios da R.A. dos Açores

Município	Dim.	2014			2015			2016			
		Exe- cução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	
1	Madalena	P	64,7%	82,0%	-17,3%	79,0%	82,5%	-3,6%	74,9%	87,3%	-12,4%
2	Praia da Vitória	M	88,2%	97,2%	-8,9%	91,0%	97,0%	-6,0%	85,8%	96,4%	-10,6%
3	Lajes do Pico	P	66,0%	81,3%	-15,2%	84,4%	90,0%	-5,7%	73,1%	83,0%	-9,9%
4	Ribeira Grande	M	103,6%	97,1%	6,5%	103,5%	99,0%	4,5%	91,5%	99,3%	-7,9%
5	Povoação	P	77,8%	87,8%	-10,0%	83,0%	92,5%	-9,4%	93,9%	97,4%	-3,6%
6	São Roque do Pico	P	100,4%	97,8%	2,6%	97,7%	94,3%	3,4%	93,1%	95,6%	-2,5%
7	Lagoa (R.A.A)	P	86,2%	91,0%	-4,8%	94,2%	95,2%	-1,0%	95,7%	93,7%	2,0%
8	Lajes das Flores	P	80,4%	84,3%	-3,9%	86,7%	80,3%	6,3%	86,6%	84,3%	2,4%
9	Vila do Porto	P	99,6%	95,8%	3,8%	71,4%	63,6%	7,8%	45,2%	42,4%	2,8%
10	Santa Cruz da Graciosa	P	91,2%	85,2%	6,0%	91,4%	86,3%	5,1%	84,4%	80,9%	3,4%
11	Angra do Heroísmo	M	87,3%	85,2%	2,1%	97,2%	92,2%	5,0%	92,0%	85,9%	6,1%
12	Horta	P	69,1%	85,9%	-16,8%	73,1%	80,5%	-7,3%	78,7%	71,8%	6,9%
13	Ponta Delgada	M	88,3%	97,3%	-9,1%	91,8%	96,4%	-4,6%	100,3%	92,9%	7,4%
14	Vila Franca do Campo	P	89,4%	88,3%	1,0%	104,8%	94,1%	10,8%	99,0%	86,6%	12,4%
15	Corvo	P	97,0%	81,6%	15,4%	87,2%	81,3%	5,9%	88,7%	74,8%	13,8%
16	Nordeste	P	104,7%	86,4%	18,3%	99,8%	81,2%	18,7%	96,1%	80,3%	15,7%
17	Santa Cruz das Flores	P	90,0%	82,0%	8,0%	90,8%	64,9%	25,9%	87,9%	64,5%	23,4%
18	Calheta (R. A. A.)	P	97,9%	94,7%	3,2%	101,0%	84,0%	17,0%	105,2%	72,8%	32,5%
19	Velas	P	105,0%	79,4%	25,6%	94,8%	70,2%	24,6%	96,8%	59,1%	37,7%

R45.M – Diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de Despesas Comprometidas – municípios da R.A. da Madeira

Município	Dim.	2014			2015			2016			
		Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	
1	Porto Moniz	P	76,9%	67,7%	9,2%	73,2%	66,6%	6,6%	58,1%	70,2%	-12,2%
2	Porto Santo	P	81,3%	68,7%	12,7%	67,1%	89,4%	-22,2%	79,0%	86,0%	-7,0%
3	Ribeira Brava	P	62,7%	71,8%	-9,2%	80,0%	94,4%	-14,4%	90,1%	95,8%	-5,7%
4	Câmara de Lobos	M	101,6%	80,8%	20,8%	69,7%	80,2%	-10,5%	79,2%	83,9%	-4,7%
5	Santana	P	100,5%	95,0%	5,5%	92,3%	72,5%	19,8%	68,1%	69,4%	-1,2%
6	São Vicente	P	70,5%	78,0%	-7,5%	94,2%	98,9%	-4,8%	100,1%	99,7%	0,3%
7	Funchal	G	80,6%	94,4%	-13,8%	89,5%	93,3%	-3,7%	97,3%	96,2%	1,1%
8	Machico	M	94,2%	96,2%	-2,1%	91,1%	89,3%	1,8%	97,0%	93,1%	3,9%
9	Calheta (R. A. M.)	P	90,9%	77,0%	13,9%	81,0%	71,2%	9,8%	73,1%	68,4%	4,7%
10	Ponta do Sol	P	87,1%	82,5%	4,6%	98,8%	76,0%	22,8%	82,1%	69,9%	12,3%
11	Santa Cruz	M	306,5%	82,1%	224,4%	231,7%	98,6%	133,1%	121,2%	96,2%	25,0%

R46 – Municípios com Grau de execução de receitas liquidadas superior ou igual ao Despesas Comprometidas

	Município	Dim.	2014			2015			2016		
			Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução
1	Coruche	P	86,5%	56,4%	30,2%	96,1%	62,1%	34,1%	101,7%	59,0%	42,7%
2	Albufeira	M	111,1%	96,8%	14,3%	119,2%	77,6%	41,7%	104,2%	63,4%	40,9%
3	Leiria	G	94,1%	93,7%	0,5%	106,0%	77,6%	28,5%	116,2%	78,4%	37,9%
4	Velas	P	105,0%	79,4%	25,6%	94,8%	70,2%	24,6%	96,8%	59,1%	37,7%
5	Calheta (R. A. A.)	P	97,9%	94,7%	3,2%	101,0%	84,0%	17,0%	105,2%	72,8%	32,5%
6	Marinha Grande	M	89,6%	80,7%	8,8%	103,2%	77,1%	26,1%	103,6%	71,7%	31,8%
7	Loulé	M	100,6%	95,5%	5,1%	109,2%	88,5%	20,8%	118,2%	88,8%	29,5%
8	Aguiar da Beira	P	88,7%	81,0%	7,7%	93,0%	80,0%	12,9%	101,2%	71,8%	29,4%
9	Anadia	M	96,0%	80,6%	15,4%	108,1%	82,2%	25,9%	112,2%	83,8%	28,4%
10	Almeida	P	85,3%	72,9%	12,5%	86,6%	66,5%	20,1%	100,3%	72,1%	28,2%
11	Tavira	M	93,8%	80,5%	13,3%	100,6%	79,3%	21,4%	103,7%	75,8%	27,9%
12	Marvão	P	67,1%	75,8%	-8,7%	92,3%	74,7%	17,6%	110,8%	84,0%	26,8%
13	Santa Cruz	M	306,5%	82,1%	224,4%	231,7%	98,6%	133,1%	121,2%	96,2%	25,0%
14	Alvito	P	95,2%	84,7%	10,4%	99,9%	79,4%	20,4%	87,2%	62,4%	24,8%
15	Murtosa	P	79,6%	73,7%	5,9%	94,3%	76,6%	17,7%	99,7%	75,9%	23,8%
16	Penedono	P	70,2%	86,0%	-15,8%	57,6%	72,6%	-15,0%	100,6%	77,0%	23,6%
17	Mortágua	P	100,5%	73,3%	27,2%	100,3%	70,7%	29,6%	98,3%	74,9%	23,5%
18	Santa Cruz das Flores	P	90,0%	82,0%	8,0%	90,8%	64,9%	25,9%	87,9%	64,5%	23,4%
19	Carregal do Sal	P	99,8%	83,6%	16,2%	95,4%	77,4%	18,0%	96,5%	73,2%	23,2%
20	Lagoa (Algarve)	M	107,4%	83,3%	24,1%	109,0%	81,8%	27,2%	108,3%	85,4%	22,9%
21	Redondo	P	61,6%	76,8%	-15,3%	94,8%	79,3%	15,5%	100,4%	78,0%	22,4%
22	Mértola	P	96,4%	90,2%	6,2%	93,3%	81,2%	12,0%	96,8%	77,1%	19,7%
23	Vila Franca de Xira	G	102,7%	81,9%	20,8%	101,9%	82,9%	19,0%	101,1%	81,4%	19,6%
24	Miranda do Douro	P	89,0%	93,5%	-4,5%	87,8%	86,1%	1,7%	99,6%	80,2%	19,4%
25	Marco de Canaveses	M	98,1%	88,3%	9,9%	107,1%	86,2%	20,9%	103,5%	84,2%	19,3%
26	Arronches	P	97,6%	50,1%	47,5%	93,7%	69,7%	24,0%	96,5%	78,0%	18,5%
27	Porto	G	100,1%	79,6%	20,5%	102,2%	84,7%	17,5%	102,8%	84,7%	18,2%
28	Viseu	M	87,2%	83,0%	4,2%	95,5%	83,3%	12,2%	97,6%	79,6%	18,0%
29	Castelo de Vide	P	96,9%	90,4%	6,5%	99,2%	86,3%	12,9%	101,3%	83,5%	17,8%
30	Lagos	M	93,1%	87,0%	6,2%	98,0%	91,4%	6,7%	103,6%	86,6%	16,9%
31	Santa Maria da Feira	G	92,1%	88,4%	3,7%	81,9%	80,4%	1,5%	102,8%	86,1%	16,7%
32	Abrantes	M	89,9%	78,5%	11,4%	104,4%	86,6%	17,7%	103,0%	86,5%	16,5%
33	Mealhada	M	87,1%	83,3%	3,8%	93,1%	87,4%	5,7%	94,4%	78,2%	16,2%
34	Ponte de Sor	P	73,6%	85,9%	-12,4%	72,6%	80,9%	-8,2%	110,8%	94,9%	15,9%
35	Nordeste	P	104,7%	86,4%	18,3%	99,8%	81,2%	18,7%	96,1%	80,3%	15,7%
36	Nisa	P	87,6%	92,6%	-5,0%	87,9%	86,1%	1,7%	88,0%	72,3%	15,7%

Município	Dim.	2014			2015			2016			
		Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	
37	Pedrógão Grande	P	78,5%	81,1%	-2,7%	93,9%	81,2%	12,7%	101,3%	87,2%	14,1%
38	Vila Velha de Ródão	P	98,2%	92,9%	5,3%	95,9%	97,5%	-1,6%	108,0%	94,0%	13,9%
39	Corvo	P	97,0%	81,6%	15,4%	87,2%	81,3%	5,9%	88,7%	74,8%	13,8%
40	Boticas	P	85,3%	85,0%	0,3%	92,3%	86,3%	6,0%	99,9%	86,7%	13,3%
41	Alcobaça	M	83,7%	97,2%	-13,6%	89,9%	93,5%	-3,6%	88,5%	75,3%	13,2%
42	Chamusca	P	95,4%	84,2%	11,2%	97,7%	85,3%	12,3%	94,0%	80,9%	13,2%
43	Castanheira de Pera	P	99,7%	89,8%	9,9%	104,2%	97,0%	7,2%	107,7%	94,8%	12,8%
44	Olhão	M	77,9%	76,3%	1,6%	102,8%	95,7%	7,1%	104,1%	91,3%	12,8%
45	São Brás de Alportel	P	92,0%	88,9%	3,1%	96,2%	90,9%	5,3%	96,0%	83,6%	12,4%
46	Vila Franca do Campo	P	89,4%	88,3%	1,0%	104,8%	94,1%	10,8%	99,0%	86,6%	12,4%
47	Ponta do Sol	P	87,1%	82,5%	4,6%	98,8%	76,0%	22,8%	82,1%	69,9%	12,3%
48	Viana do Alentejo	P	76,2%	83,1%	-6,9%	84,7%	90,3%	-5,5%	95,0%	83,3%	11,7%
49	Ansião	P	101,6%	94,5%	7,1%	104,3%	93,1%	11,2%	101,2%	89,8%	11,4%
50	Penalva do Castelo	P	86,4%	77,4%	9,0%	91,7%	76,6%	15,1%	84,6%	73,3%	11,3%
51	Arouca	M	82,5%	91,2%	-8,7%	92,5%	91,6%	0,9%	97,4%	86,2%	11,2%
52	Guimarães	G	79,4%	83,6%	-4,2%	93,2%	86,5%	6,7%	95,8%	84,6%	11,2%
53	Vila de Rei	P	85,3%	82,9%	2,5%	86,6%	90,6%	-3,9%	96,0%	85,1%	10,9%
54	Aljezur	P	82,9%	87,9%	-5,0%	102,7%	99,7%	3,0%	102,1%	91,7%	10,4%
55	Mafra	M	77,1%	80,3%	-3,2%	105,9%	96,3%	9,6%	105,4%	95,2%	10,2%
56	Seixal	G	88,0%	90,7%	-2,7%	74,2%	68,0%	6,2%	105,1%	94,9%	10,2%
57	Almodôvar	P	89,1%	76,0%	13,2%	85,8%	78,2%	7,6%	92,0%	81,9%	10,1%
58	Santarém	M	87,2%	89,9%	-2,7%	89,3%	86,3%	3,1%	100,8%	91,0%	9,8%
59	Montijo	M	89,6%	92,3%	-2,7%	101,6%	92,9%	8,7%	102,6%	92,9%	9,7%
60	Castelo de Paiva	P	58,1%	70,1%	-12,0%	70,9%	78,3%	-7,4%	64,2%	54,5%	9,6%
61	Vila Nova de Cerveira	P	86,8%	91,6%	-4,8%	89,0%	92,8%	-3,8%	102,0%	92,6%	9,4%
62	Porto de Mós	M	98,8%	90,6%	8,2%	96,7%	89,8%	6,9%	104,4%	95,4%	9,0%
63	Valongo	M	99,1%	95,5%	3,6%	101,8%	95,1%	6,8%	101,9%	93,1%	8,8%
64	Coimbra	G	73,7%	72,5%	1,2%	83,1%	88,3%	-5,1%	95,2%	86,5%	8,7%
65	Cadaval	P	88,6%	92,0%	-3,3%	97,7%	95,7%	2,1%	93,7%	85,2%	8,5%
66	Oeiras	G	94,5%	90,0%	4,5%	97,9%	87,3%	10,6%	100,7%	92,2%	8,5%
67	Sintra	G	101,4%	84,2%	17,2%	103,8%	87,4%	16,4%	100,2%	91,8%	8,4%
68	Arraiolos	P	90,1%	91,8%	-1,7%	95,5%	90,8%	4,6%	97,6%	89,2%	8,4%
69	Vila Nova da Barquinha	P	67,9%	80,2%	-12,3%	80,8%	79,9%	0,9%	93,6%	85,4%	8,2%
70	Oleiros	P	86,7%	86,9%	-0,3%	98,2%	87,9%	10,4%	87,5%	79,4%	8,2%
71	Benavente	M	99,1%	91,0%	8,1%	93,9%	83,8%	10,0%	90,4%	82,3%	8,1%
72	Sernancelhe	P	66,4%	76,2%	-9,7%	75,7%	84,9%	-9,2%	95,0%	87,1%	7,9%

Município	Dim.	2014			2015			2016			
		Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	
73	Carrizada de Ansiães	P	78,7%	64,8%	14,0%	59,4%	79,7%	-20,3%	82,7%	75,0%	7,7%
74	Mondim de Basto	P	90,9%	91,8%	-0,9%	98,7%	92,9%	5,9%	98,4%	91,0%	7,5%
75	Ponta Delgada	M	88,3%	97,3%	-9,1%	91,8%	96,4%	-4,6%	100,3%	92,9%	7,4%
76	Faro	M	88,1%	90,9%	-2,7%	98,9%	94,6%	4,3%	77,5%	70,1%	7,4%
77	Vila Real	M	91,3%	91,7%	-0,4%	91,7%	89,3%	2,4%	99,9%	92,7%	7,3%
78	Sátão	P	84,3%	90,9%	-6,6%	89,2%	91,5%	-2,3%	89,4%	82,2%	7,2%
79	Pombal	M	74,3%	93,8%	-19,4%	78,4%	91,8%	-13,4%	104,5%	97,4%	7,1%
80	Lisboa	G	75,0%	84,9%	-9,9%	100,0%	87,2%	12,8%	92,2%	85,1%	7,0%
81	Horta	P	69,1%	85,9%	-16,8%	73,1%	80,5%	-7,3%	78,7%	71,8%	6,9%
82	Pampilhosa da Serra	P	91,8%	88,0%	3,8%	93,2%	91,1%	2,1%	93,9%	87,3%	6,6%
83	Figueira da Foz	M	86,4%	88,6%	-2,3%	94,3%	88,2%	6,1%	95,5%	89,0%	6,5%
84	Alcoutim	P	62,8%	76,0%	-13,1%	99,6%	93,8%	5,9%	96,7%	90,3%	6,4%
85	Vizela	M	70,0%	89,8%	-19,8%	95,6%	95,5%	0,0%	101,2%	94,8%	6,4%
86	Barrancos	P	89,0%	89,9%	-1,0%	88,6%	85,6%	2,9%	70,5%	64,1%	6,3%
87	Montalegre	P	78,5%	86,8%	-8,3%	91,9%	94,5%	-2,6%	95,9%	89,7%	6,1%
88	Penamacor	P	87,2%	89,9%	-2,7%	95,0%	88,5%	6,5%	94,8%	88,7%	6,1%
89	Angra do Heroísmo	M	87,3%	85,2%	2,1%	97,2%	92,2%	5,0%	92,0%	85,9%	6,1%
90	Moita	M	103,1%	94,0%	9,1%	95,8%	94,8%	1,0%	102,8%	96,8%	5,9%
91	Lourinhã	M	86,1%	90,9%	-4,8%	95,7%	93,4%	2,3%	99,1%	93,4%	5,7%
92	Póvoa de Varzim	M	95,4%	96,6%	-1,2%	100,3%	98,9%	1,3%	102,1%	96,6%	5,5%
93	Seia	M	95,3%	98,3%	-3,0%	100,5%	98,5%	2,1%	102,1%	96,9%	5,2%
94	Barcelos	G	83,5%	90,7%	-7,2%	93,0%	95,5%	-2,5%	84,6%	79,5%	5,1%
95	Silves	M	89,4%	88,7%	0,7%	94,6%	89,4%	5,2%	91,0%	85,9%	5,0%
96	Vendas Novas	P	91,0%	95,6%	-4,6%	100,3%	95,9%	4,4%	98,7%	93,7%	5,0%
97	Salvaterra de Magos	M	93,2%	93,5%	-0,3%	100,5%	94,7%	5,8%	100,5%	95,7%	4,8%
98	Calheta (R. A. M.)	P	90,9%	77,0%	13,9%	81,0%	71,2%	9,8%	73,1%	68,4%	4,7%
99	Albergaria-a-Velha	M	88,0%	88,5%	-0,5%	94,8%	88,0%	6,8%	94,8%	90,4%	4,5%
100	Batalha	P	99,2%	95,2%	4,0%	92,7%	93,5%	-0,8%	94,2%	90,0%	4,1%
101	Machico	M	94,2%	96,2%	-2,1%	91,1%	89,3%	1,8%	97,0%	93,1%	3,9%
102	Amares	P	90,7%	91,5%	-0,9%	96,9%	97,6%	-0,7%	98,2%	94,3%	3,8%
103	Ferreira do Alentejo	P	72,2%	78,9%	-6,7%	80,6%	79,2%	1,4%	81,5%	77,9%	3,6%
104	Peniche	M	91,5%	89,4%	2,1%	91,0%	84,1%	6,9%	87,9%	84,4%	3,5%
105	Santa Cruz da Graciosa	P	91,2%	85,2%	6,0%	91,4%	86,3%	5,1%	84,4%	80,9%	3,4%
106	Vale de Cambra	M	79,1%	90,1%	-11,0%	90,6%	89,2%	1,3%	92,0%	88,6%	3,4%
107	Vila Nova de Foz Côa	P	85,0%	90,3%	-5,3%	82,4%	83,6%	-1,2%	90,5%	87,1%	3,3%
108	Ferreira do Zêzere	P	92,0%	95,9%	-3,9%	93,0%	90,7%	2,3%	94,8%	91,5%	3,3%

Município		Dim.	2014			2015			2016		
			Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução
109	Alter do Chão	P	84,1%	92,3%	-8,2%	85,6%	89,7%	-4,1%	93,0%	89,9%	3,1%
110	Constância	P	88,0%	90,9%	-2,9%	96,4%	96,9%	-0,5%	98,6%	95,8%	2,8%
111	Vila do Porto	P	99,6%	95,8%	3,8%	71,4%	63,6%	7,8%	45,2%	42,4%	2,8%
112	Crato	P	72,0%	50,8%	21,2%	91,8%	82,2%	9,6%	82,5%	80,0%	2,5%
113	Sabrosa	P	70,3%	76,0%	-5,7%	89,3%	94,5%	-5,1%	85,2%	82,7%	2,5%
114	Ovar	M	87,8%	75,4%	12,3%	101,2%	85,8%	15,4%	81,9%	79,5%	2,4%
115	Lajes das Flores	P	80,4%	84,3%	-3,9%	86,7%	80,3%	6,3%	86,6%	84,3%	2,4%
116	Alvaiázere	P	57,4%	83,9%	-26,6%	75,3%	91,5%	-16,2%	84,5%	82,2%	2,3%
117	Soure	P	87,6%	96,9%	-9,3%	93,2%	96,6%	-3,4%	95,6%	93,3%	2,3%
118	Vila Nova de Paiva	P	61,1%	63,0%	-1,9%	96,9%	96,6%	0,3%	100,1%	97,9%	2,3%
119	Lagoa (R.A.A)	P	86,2%	91,0%	-4,8%	94,2%	95,2%	-1,0%	95,7%	93,7%	2,0%
120	Tondela	M	84,8%	88,2%	-3,3%	93,0%	96,7%	-3,7%	89,0%	87,0%	2,0%
121	Caldas da Rainha	M	68,9%	83,0%	-14,1%	96,0%	92,5%	3,5%	97,7%	95,8%	1,9%
122	Santa Marta de Penaguião	P	68,0%	84,2%	-16,2%	84,4%	90,5%	-6,0%	71,7%	69,9%	1,8%
123	Entroncamento	M	72,7%	86,6%	-13,8%	77,1%	82,6%	-5,5%	92,8%	91,1%	1,8%
124	Castro Marim	P	51,1%	60,0%	-8,9%	72,8%	86,6%	-13,9%	92,8%	91,2%	1,6%
125	Montemor-o-Novo	P	82,7%	90,9%	-8,2%	87,9%	91,4%	-3,5%	93,2%	91,7%	1,5%
126	Torres Vedras	M	86,2%	97,3%	-11,1%	95,4%	99,3%	-3,9%	100,3%	98,9%	1,5%
127	Fronteira	P	84,3%	87,3%	-3,0%	89,3%	92,4%	-3,2%	91,8%	90,3%	1,4%
128	Vila Nova de Famalicão	G	89,9%	92,9%	-3,0%	92,0%	92,5%	-0,6%	92,5%	91,2%	1,3%
129	Vinhais	P	70,7%	73,9%	-3,2%	86,2%	83,3%	2,9%	79,8%	78,5%	1,3%
130	Oliveira do Hospital	P	70,4%	78,8%	-8,4%	79,1%	75,9%	3,2%	93,4%	92,2%	1,2%
131	Funchal	G	80,6%	94,4%	-13,8%	89,5%	93,3%	-3,7%	97,3%	96,2%	1,1%
132	Vidigueira	P	85,5%	90,5%	-5,0%	93,8%	96,9%	-3,1%	99,3%	98,4%	1,0%
133	Sertã	P	81,4%	86,4%	-5,1%	82,5%	87,9%	-5,4%	82,5%	81,6%	0,9%
134	Fornos de Algodres	P	89,5%	93,1%	-3,6%	91,8%	92,8%	-0,9%	95,6%	94,8%	0,9%
135	Celorico de Basto	P	76,4%	77,0%	-0,6%	92,1%	89,3%	2,7%	85,5%	84,7%	0,7%
136	Torres Novas	M	91,6%	94,8%	-3,1%	96,4%	93,4%	3,0%	92,1%	91,5%	0,6%
137	Ourém	M	88,4%	94,7%	-6,3%	95,1%	89,3%	5,8%	96,8%	96,2%	0,6%
138	Alfândega da Fé	P	89,4%	97,6%	-8,2%	98,7%	100,0%	-1,3%	100,5%	100,0%	0,6%
139	Meda	P	93,7%	91,8%	1,9%	89,0%	94,7%	-5,6%	96,0%	95,4%	0,5%
140	Vimioso	P	61,5%	63,1%	-1,6%	80,9%	82,5%	-1,5%	81,3%	80,9%	0,4%
141	Resende	P	75,4%	94,5%	-19,2%	80,1%	92,8%	-12,7%	84,6%	84,2%	0,4%
142	São Vicente	P	70,5%	78,0%	-7,5%	94,2%	98,9%	-4,8%	100,1%	99,7%	0,3%
143	Estremoz	P	86,7%	95,1%	-8,5%	94,3%	94,7%	-0,4%	99,5%	99,2%	0,3%
144	Maia	G	90,1%	89,6%	0,6%	96,0%	90,2%	5,8%	96,3%	96,0%	0,3%
145	Vouzela	P	90,0%	91,3%	-1,3%	97,6%	93,5%	4,1%	97,0%	97,0%	0,1%

2.4.2. Equilíbrio Orçamental⁷⁶

Um dos indicadores que permitirá verificar o ajustamento da despesa à receita certa e permanente dos municípios, com vista à promoção da sua sustentabilidade financeira é a **comparação entre a receita bruta cobrada e despesa corrente acrescida**

das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo, nos termos dos artigos 40.º e 83º da Lei 73/ 2013 de 30 de setembro, que atualiza o Regime Financeiro das Autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Quadro 2.41 – Equilíbrio orçamental

Unidade: milhões de euros

		2016				Total 2015	Variação 2015-2016
		Pequenos	Médios	Grandes	Total		
	Nº de municípios	185	99	24	308	308	0
(a)	Receita corrente bruta cobrada	1568,3	2 574,6	2 655,9	6 798,9	6 537,0	261,8
(b)	Despesa corrente paga	1292,9	2 012,8	2 020,0	5 325,7	5 097,7	228,0
(c)	Amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo	120,9	195,8	168,7	485,4	503,4	-17,9
(d) = (b)+(c)	Total da despesa acrescida das amortizações médias	1413,9	2 208,6	2 188,7	5 811,2	5 601,1	210,1
(e) = (a)-(d)	Saldo corrente deduzido das amortizações	154,5	366,0	467,2	987,7	935,9	51,7

⁷⁶ Lei 73/ 2013, de 31 de setembro, artigo 40.º – Equilíbrio orçamental

1 – Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

3 – O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

4 – Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.

artigo 83.º – Equilíbrio orçamental

Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 40.º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.

Da análise do Quadro 2.41 verifica-se que, em média, os municípios em 2016 apresentaram um valor francamente positivo do saldo corrente deduzido das amortizações médias⁷⁷ dos empréstimos de médio e longos prazos (+987,7 M€), traduzindo, na globalidade, equilíbrio orçamental nos termos da Lei da Finanças Locais. Em relação a 2015 este saldo melhorou em 51,7 milhões de euros.

Mais se verificou que o saldo corrente deduzido das amortizações médias foi maior no conjunto dos municípios de grande dimensão e menor no grupo dos municípios de pequena dimensão.

Considerando a definição de **Equilíbrio Orçamental apresentado no artigo 40.º, conjugado com o artigo 83.º** da Lei 73/ 2013 de 31 de setembro, Lei das Finanças Locais apresentam-se, no *ranking R47*, os 35 municípios com melhor rácio de equilíbrio orçamental, traduzido **pela razão entre a despesa corrente acrescida do valor da média das amortizações e a receita corrente bruta cobrada.**

⁷⁷ Montante calculado nos termos do artigo 83º da LFL.

R47 – Municípios com maior equilíbrio orçamental

Unidade: euros

	Município	Dimensão	Equilíbrio Orçamental (art.º 40 e artigo 83º da LFL)			
			Receita corrente bruta cobrada (a)	Despesa + amortizações médias (b)	Saldo corrente – amortizações médias (c) = (a) – (b)	(Despesa corrente + amortizações médias) / receita corrente (d) = (b) / (a)
1	Castelo Branco	M	33 241 821	20 040 337	13 201 484	60,3%
2	Montalegre	P	15 908 394	10 021 524	5 886 870	63,0%
3	Leiria	G	63 119 800	40 804 359	22 315 441	64,6%
4	Pombal	M	32 403 407	21 055 275	11 348 132	65,0%
5	Albufeira	M	77 967 929	50 882 775	27 085 155	65,3%
6	Murtosa	P	6 184 264	4 182 128	2 002 136	67,6%
7	Ribeira Grande	M	16 942 806	11 533 982	5 408 824	68,1%
8	Alvaiázere	P	6 945 380	4 801 826	2 143 554	69,1%
9	Oeiras	G	126 723 677	87 719 659	39 004 018	69,2%
10	Loulé	M	105 181 642	73 170 701	32 010 940	69,6%
11	Vila Velha de Ródão	P	7 479 024	5 203 279	2 275 746	69,6%
12	Santa Maria da Feira	G	55 633 187	39 235 652	16 397 535	70,5%
13	Lagos	M	47 244 696	34 052 584	13 192 112	72,1%
14	Maia	G	66 299 182	47 923 130	18 376 051	72,3%
15	Marinha Grande	M	21 737 017	15 771 756	5 965 261	72,6%
16	Barcelos	G	49 813 729	36 164 041	13 649 687	72,6%
17	Alcobaça	M	27 676 108	20 246 334	7 429 774	73,2%
18	Sintra	G	154 980 343	113 532 131	41 448 212	73,3%
19	Penamacor	P	8 897 726	6 544 054	2 353 672	73,5%
20	Mealhada	M	13 280 333	9 786 611	3 493 722	73,7%
21	Penalva do Castelo	P	6 616 724	4 887 212	1 729 511	73,9%
22	Tavira	M	26 515 828	19 630 007	6 885 821	74,0%
23	Santana	P	5 596 428	4 154 568	1 441 859	74,2%
24	Mortágua	P	8 393 724	6 275 607	2 118 117	74,8%
25	Arcos de Valdevez	M	20 418 288	15 272 322	5 145 966	74,8%
26	Bragança	M	29 222 609	21 874 985	7 347 624	74,9%
27	Porto	G	185 189 691	138 771 593	46 418 099	74,9%
28	Santa Cruz das Flores	P	2 427 485	1 820 667	606 819	75,0%
29	Horta	P	9 697 405	7 280 633	2 416 771	75,1%
30	Mafra	M	53 771 740	40 670 642	13 101 098	75,6%
31	Trofa	M	20 012 783	15 139 108	4 873 675	75,6%
32	Velas	P	5 209 323	3 952 922	1 256 400	75,9%
33	Monção	P	13 630 170	10 362 397	3 267 773	76,0%
34	Soure	P	12 511 495	9 512 484	2 999 011	76,0%
35	Coruche	P	15 491 190	11 804 900	3 686 291	76,2%

No *ranking 48* apresentam-se os 35 municípios que com mais baixo indicador de equilíbrio orçamental, isto é, municípios cujos saldos correntes deduzidos das amortizações médias de empréstimos de MLP, embora positivos, estiveram mais próximo de zero.

No *ranking R49*, apresentam-se os municípios cujo **indicador de equilíbrio orçamental** em apreço – saldo corrente deduzido das amortizações – embora negativo foi **inferior a 5% da receita corrente**. São municípios que embora em desequilíbrio orçamental **se encontram dentro dos parâmetros de sustentabilidade admitidos pelo artigo 40.º da Lei das Finanças Locais**.

No *ranking R50*, apresentam-se os municípios em grave desequilíbrio orçamental, isto é, municípios cujo saldo corrente deduzido da média das amortizações é negativo em mais de 5pp das receitas correntes.

Encontraram-se nesta situação, em dezembro de 2016, 12 municípios, sendo que Évora apresentou um valor de saldo corrente deduzido da média das amortizações, negativo e superior a 50% da receita corrente total. Em 2015 encontravam-se nesta situação 17 municípios.

R48 – Municípios com menor equilíbrio orçamental

Unidade: euros

Município	Dim.	Equilíbrio Orçamental (art.º 40 e artigo 83º da LFL)				
		Receita corrente bruta cobrada (a)	Despesa + amortizações médias (b)	Saldo corrente – amortizações médias (c) = (a)–(b)	(Despesa + amortizações médias) / receita corrente (d) = (b) / (a)	De acordo com o N.º 3 do Art.º 40º da LFL e do artigo (e) = (c) / (a)
1 Belmonte	P	5 475 255	5 469 830	5 425	99,9%	0,1%
2 Mira	P	9 178 066	9 126 550	51 516	99,4%	0,6%
3 Barrancos	P	3 454 339	3 433 323	21 016	99,4%	0,6%
4 Porto Santo	P	4 204 649	4 175 254	29 395	99,3%	0,7%
5 Chaves	M	27 502 431	27 300 509	201 923	99,3%	0,7%
6 Alter do Chão	P	5 190 526	5 150 337	40 189	99,2%	0,8%
7 Manteigas	P	4 505 788	4 463 788	41 999	99,1%	0,9%
8 Borba	P	6 592 062	6 522 368	69 694	98,9%	1,1%
9 Figueiró dos Vinhos	P	6 271 160	6 184 554	86 606	98,6%	1,4%
10 Salvaterra de Magos	M	9 622 233	9 487 192	135 041	98,6%	1,4%
11 Castelo de Paiva	P	8 651 593	8 516 055	135 538	98,4%	1,6%
12 Sobral de Monte Agraço	P	7 545 756	7 415 391	130 365	98,3%	1,7%
13 Aljustrel	P	8 175 633	8 030 352	145 281	98,2%	1,8%
14 Fundão	M	21 225 445	20 848 223	377 223	98,2%	1,8%
15 Vila Verde	M	22 744 319	22 226 513	517 805	97,7%	2,3%
16 Reguengos de Monsaraz	P	10 853 785	10 601 392	252 393	97,7%	2,3%
17 Funchal	G	69 683 137	68 022 151	1 660 985	97,6%	2,4%
18 Guarda	M	29 119 885	28 419 236	700 649	97,6%	2,4%
19 Cuba	P	4 685 765	4 563 343	122 422	97,4%	2,6%
20 Vila Franca do Campo	P	7 447 861	7 227 704	220 157	97,0%	3,0%
21 Óbidos	P	11 756 939	11 403 313	353 627	97,0%	3,0%
22 Figueira de Castelo Rodrigo	P	7 820 872	7 575 308	245 564	96,9%	3,1%
23 Vila Nova de Gaia	G	114 034 839	110 249 132	3 785 708	96,7%	3,3%
24 São João da Madeira	M	13 786 235	13 308 045	478 189	96,5%	3,5%
25 Sines	P	17 299 020	16 664 818	634 202	96,3%	3,7%
26 Entroncamento	M	11 214 131	10 798 480	415 651	96,3%	3,7%
27 Redondo	P	6 915 138	6 636 053	279 085	96,0%	4,0%
28 Seia	M	19 809 509	18 982 506	827 002	95,8%	4,2%
29 Rio Maior	M	16 953 392	16 221 543	731 849	95,7%	4,3%
30 Ansião	P	7 993 410	7 639 609	353 801	95,6%	4,4%
31 Portalegre	M	17 714 404	16 928 426	785 978	95,6%	4,4%
32 Ribeira de Pena	P	10 460 312	9 983 646	476 666	95,4%	4,6%
33 Mondim de Basto	P	7 171 903	6 843 841	328 062	95,4%	4,6%
34 Nelas	P	9 703 041	9 256 187	446 854	95,4%	4,6%
35 São Pedro do Sul	P	12 573 790	11 988 787	585 003	95,3%	4,7%

R49 – Municípios em desequilíbrio orçamental admitido pelo art.º 40º da LFL, calculado nos termos do artigo 83º da mesma Lei

Unidade: euros

Município	Dim.	Equilíbrio Orçamental (art.º 40 e artigo 83º da LFL)					
		Receita corrente bruta cobrada (a)	Despesa + amort. médias (b)	Receita corrente – despesa c/ amort. (c) = (a) – (b)	Despesa corrente c/ amort. / receita corrente (d) = (b) / (a)	De acordo com o N.º 3 do Artº 40º da LFL (e) = (c) / (a)	
1	Macedo de Cavaleiros	P	14 182 505	14 803 965	-621 460	104,4%	-4,4%
2	Lamego	M	18 752 013	19 490 283	-738 270	103,9%	-3,9%
3	Sardoal	P	5 243 873	5 441 059	-197 186	103,8%	-3,8%
4	Fronteira	P	4 315 495	4 477 193	-161 698	103,7%	-3,7%
5	Vieira do Minho	P	9 685 421	10 005 562	-320 141	103,3%	-3,3%
6	Elvas	M	16 164 664	16 602 921	-438 257	102,7%	-2,7%
7	Celorico da Beira	P	8 418 967	8 619 131	-200 165	102,4%	-2,4%
8	Mesão Frio	P	4 228 300	4 314 858	-86 558	102,0%	-2,0%
9	Alfândega da Fé	P	7 019 154	7 158 180	-139 026	102,0%	-2,0%
10	Fornos de Algodres	P	5 385 334	5 467 992	-82 658	101,5%	-1,5%
11	Monforte	P	4 913 480	4 980 373	-66 893	101,4%	-1,4%
12	Tarouca	P	7 955 306	8 049 360	-94 054	101,2%	-1,2%
13	Murça	P	5 943 173	6 008 539	-65 365	101,1%	-1,1%
14	Armamar	P	6 969 676	7 031 337	-61 662	100,9%	-0,9%
15	Ourique	P	7 785 355	7 846 844	-61 489	100,8%	-0,8%
16	Tábua	P	8 121 250	8 170 882	-49 632	100,6%	-0,6%
17	Golegã	P	5 549 605	5 575 992	-26 387	100,5%	-0,5%
18	Castro Verde	P	8 037 471	8 042 732	-5 261	100,1%	-0,1%

R50 – Municípios cujo saldo corrente deduzido das amortizações apresenta valor negativo superior a 5pp das receitas correntes

Unidade: euros

Município	Dim.	Equilíbrio Orçamental (art.º 40 e artigo 83º da LFL)					
		Receita corrente bruta cobrada (a)	Despesa + amort. médias (b)	Receita corrente – despesa c/ amort. (c) = (a) – (b)	Despesa corrente c/ amort. / receita corrente (d) = (b) / (a)	De acordo com o N.º 3 do Artº 40º da LFL (e) = (c) / (a)	
1	Évora	M	40 371 405	67 057 623	-26 686 219	166,1%	-66,1%
2	Portimão	M	48 435 226	71 933 410	-23 498 185	148,5%	-48,5%
3	Vila Real de Santo António	P	20 940 496	29 348 606	-8 408 110	140,2%	-40,2%
4	Cartaxo	M	13 810 497	18 967 503	-5 157 005	137,3%	-37,3%
5	Alandroal	P	7 855 353	10 191 305	-2 335 952	129,7%	-29,7%
6	Vila Nova de Poiares	P	6 536 701	8 268 370	-1 731 669	126,5%	-26,5%
7	Santa Comba Dão	P	7 289 454	8 074 647	-785 193	110,8%	-10,8%
8	Mourão	P	5 074 146	5 619 575	-545 429	110,7%	-10,7%
9	Alpiarça	P	5 521 387	6 054 689	-533 303	109,7%	-9,7%
10	Celorico de Basto	P	12 121 374	13 232 488	-1 111 114	109,2%	-9,2%
11	Freixo de Espada à Cinta	P	6 068 001	6 474 869	-406 868	106,7%	-6,7%
12	Nazaré	P	11 841 188	12 477 243	-636 055	105,4%	-5,4%

2.4.3. Saldos Orçamentais

Quando se discute o défice público e a contribuição ou não para o mesmo por parte dos municípios, usa-se como referência o saldo global (saldo efetivo) da Administração Local, relacionado com as receitas efetivas⁷⁸ e despesas efetivas⁷⁹.

O saldo global ou efetivo⁸⁰ é a diferença entre as receitas efetivas e as despesas efetivas. Caso seja positiva, existe um excedente orçamental que se traduz na capacidade de financiamento da Administração Local. Caso seja negativo, então há défice, isto é, há necessidade de financiamento.

Há ainda outros dois indicadores que interessa reter pela importância que os mesmos revestem na análise da situação financeira de todos os sectores da Administração Pública – a despesa primária⁸¹ e o saldo primário⁸².

Embora a informação do valor destes indicadores, na Base de Caixa, tenha sido a mais frequentemente utilizada nas análises da evolução da situação financeira do sector, face à manutenção generalizada de dívida de curto prazo a fornecedores, entende-se que estes saldos deverão ser também avaliados na base dos reais fluxos financeiros, isto é, na Base de Compromissos, obtendo-se o seu valor pela diferença entre receitas liquidadas e compromissos assumidos.

⁷⁸ Receitas efetivas = receitas correntes + receitas de capital – ativos financeiros – passivos financeiros. As receitas efetivas são todas aquelas que não dão origem a encargos futuros (isto significa que não incluem as receitas que provêm de recurso a empréstimos – passivos financeiros) e que não resultam de reembolsos de empréstimos concedidos (isto é, não incluem os ativos financeiros). Anota-se, contudo, que há receitas e despesas efetivas que resultam da existência de ativos e passivos financeiros, mas não das operações com os mesmos. Estamos a falar dos dividendos que são rendimentos de propriedade e dos juros da dívida, respetivamente receitas e despesas correntes.

⁷⁹ Despesas efetivas = despesas corrente + despesas de capital – ativos financeiros – passivos financeiros. As despesas efetivas são aquelas que não incluem despesas com ativos e passivos financeiros. Assim, será o total da despesa efetuada excluída das amortizações de empréstimos (passivos financeiros) e da despesa com compra de títulos (ativos financeiros).

⁸⁰ Saldo global ou efetivo = receitas efetivas – despesas efetivas.

⁸¹ Despesa primária = despesa efetiva – juros. Despesa corrente primária = despesa corrente – juros.

⁸² Saldo primário = receitas efetivas – despesas primárias, ou Saldo primário = saldo global + juros.

Assim, apresenta-se o Quadro 2.42 – Saldos na Base de Caixa, mais a título informativo, apreciando-se, essencialmente, a informação prestada no Quadro 2.43 – Saldos na Base de Compromissos.

Observando-se o Quadro 2.43 verifica-se uma enorme evolução dos saldos orçamentais entre 2006 e 2016, **tendo neste último ano, pela segunda vez consecutiva, o conjunto dos municípios apresentado saldo efetivo e saldo primário positivos, quando obtidos pela diferença entre receitas liquidadas e compromissos assumidos.** Assim:

– Em 2016 o saldo corrente apresentou em relação a 2015 um crescimento de 32,3% (+643M€). Contribuíram para a formação deste saldo positivo, 287 municípios;

– **O saldo orçamental cresceu 2,2 mil milhões de euros** ao passar do valor negativo de -1986 M€ para +253 M€. **O ano de 2016 é o primeiro ano desde 2006 em que as receitas totais liquidadas foram superiores ao valor total dos encargos assumidos.**

– Em 2016, apresentaram saldo orçamental positivo, na base dos compromissos, 166 municípios (+26 municípios que em 2015)

– **O saldo global ou saldo efetivo cresceu extraordinariamente** ao passar de -1888 M€ em 2006, para +684 M€ em 2016, sendo o segundo ano consecutivo em que este saldo se apresenta positivo considerando a totalidade dos municípios. **Em 2016 relativamente a 2015, o saldo efetivo cresceu 57,3% (+249M€);**

– **O saldo primário apresentou, também um enorme crescimento** ao passar de -1747 M€ para +806 M€ entre 2006 e 2016, sendo também o segundo ano consecutivo em que este indicador se apresenta positivo, considerando a totalidade dos municípios. **Em 2016, relativamente a 2015, o saldo primário para a globalidade do setor autárquico cresceu 39,7% (+229 M€).**

Apresentam-se de seguida gráficos que permitem visualizar a evolução dos saldos enumerados supra, apresentando-se separadamente a situação dos mesmos, para as regiões autónomas da Madeira e dos Açores.

Quadro 2.42 – Saldos na Base de Caixa (recebimentos pagamentos)

Unidade: milhões de euros

		Base de Caixa (recebimentos / pagamentos)										
		Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17		
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
(a)	Receitas correntes	4 955	5 653	5 730	5 746	5 825	5 646	5 564	5 908	6 215	6 516	6 776
(b)	Saldo gerência anterior + repos. ñ abatidas paga.	200	240	347	299	176	275	343	436	510	639	918
(c)	Despesas correntes	4 221	4 593	4 933	5 260	5 037	5 033	4 801	5 147	5 122	5 099	5 326
(d)=(a+b)–(c)	Saldo corrente	935	1 300	1 145	785	964	888	1 107	1 197	1 603	2 057	2 369
	N.º de municípios com corrente positivo	257	262	247	212	247	247	264	275	299	304	304
(e)	Receitas de capital	2 040	1 877	2 005	2 446	2 025	2 113	2 110	1 853	1 114	992	956
(f)	Despesas de capital	2 771	2 817	2 943	3 098	2 835	2 688	2 786	2 551	2 096	2 132	2 141
(g)=(e)–(f)	Saldo de capital	–731	–941	–938	–652	–809	–575	–676	–698	–983	–1 140	–1 184
(a)+(b)+(e)	Receitas totais	7 196	7 770	8 083	8 491	8 026	8 033	8 018	8 198	7 839	8 147	8 651
(c)+(f)	Despesas totais	6 992	7 410	7 876	8 358	7 872	7 720	7 587	7 699	7 219	7 231	7 466
(h)=(d)+(g)	Saldo orçamental	204	359	207	133	154	313	430	499	620	916	1 184
	N.º de municípios com saldo orçamental positivo	220	244	198	214	215	253	275	273	272	284	301
(i)	Ativos financeiros (receitas)	15	43	34	32	11	14	19	16	5	12	26
(j)	Ativos financeiros (despesas)	39	33	31	43	38	30	21	12	19	58	53
(k)	Passivos financeiros (receitas)	278	357	529	965	516	474	220	776	393	264	388
(l)	Passivos financeiros (despesas)	344	396	353	460	577	615	890	634	679	665	752
(m)	Receitas – AF – PF	6 902	7 369	7 520	7 494	7 499	7 545	7 779	7 406	7 441	7 872	8 236
(n)	Despesas – AF – PF	6 609	6 982	7 491	7 856	7 257	7 075	6 676	7 053	6 521	6 508	6 661
(o)=(m)–(n)	Saldo global ou efetivo	294	387	29	–361	243	470	1 103	353	920	1 364	1 575
(p)	Juros e outros encargos (despesas)	128	181	225	192	105	142	148	127	132	113	101
(q)=(o)+(p)	Saldo primário	422	569	254	–169	347	611	1 251	480	1 051	1 477	1 676
	N.º de municípios com saldo primário positivo	205	231	206	154	245	271	300	239	296	298	301

Quadro 2.43 – Saldos na Base de Compromissos⁸³ (liquidações versus compromissos)

Unidade: milhões de euros

		Receita liquidada e Despesa realizada										
		Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17		
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
(a)	Receitas correntes	5 127	5 881	6 392	6 382	6 003	5 845	5 761	6 098	6 548	6 983	7 525
(b)	Saldo gerência anterior + repos. ñ abatidas paga.	205	236	348	305	176	277	344	438	512	640	919
(c)	Despesas correntes	4 825	5 207	5 605	6 103	6 051	6 111	5 801	5 957	5 794	5 631	5 809
(d)=(a+b)-(c)	Saldo corrente	507	910	1 135	584	127	10	304	579	1 267	1 992	2 635
	N.º de municípios com corrente positivo	177	190	173	129	122	136	168	222	272	284	287
(e)	Receitas de capital	2 119	1 882	2 060	2 506	2 081	2 162	2 115	1 879	1 129	1 020	978
(f)	Despesas de capital	4 495	4 375	4 447	5 032	4 648	4 371	4 004	3 447	2 718	2 588	2 650
(g)=(e)-(f)	Saldo de capital	-2 376	-2 493	-2 387	-2 526	-2 567	-2 208	-1 890	-1 568	-1 590	-1 568	-1 672
(a)+(b)+(e)	Receitas totais brutas	7 451	7 999	8 800	9 193	8 260	8 283	8 219	8 415	8 189	8 643	9 422
(h)	Liquidações anuladas	116	171	674	608	115	134	186	223	222	489	710
(i)	Receitas totais líquidas	7 335	7 828	8 126	8 585	8 145	8 149	8 033	8 192	7 967	8 154	8 712
(j)=(c)+(f)	Despesas totais	9 320	9 582	10 051	11 135	10 700	10 482	9 805	9 404	8 512	8 219	8 459
(k)=(i)-(j)	Saldo orçamental	-1 986	-1 754	-1 926	-2 550	-2 555	-2 332	-1 771	-1 211	-545	-66	253
	N.º de municípios com saldo orçamental positivo	35	49	43	14	22	36	67	75	101	140	166
(l)	Ativos financeiros (receitas)	17	38	34	31	11	16	19	16	5	12	26
(m)	Ativos financeiros (despesas)	46	37	38	54	41	43	34	30	31	73	57
(n)	Passivos financeiros (receitas)	281	358	528	965	516	472	220	798	393	264	389
(o)	Passivos financeiros (despesas)	350	400	358	466	583	626	906	667	704	704	789
(p)	Receitas – AF – PF	7 037	7 431	7 564	7 589	7 618	7 661	7 795	7 378	7 570	7 878	8 297
(q)	Despesas – AF – PF	8 925	9 145	9 656	10 615	10 076	9 812	8 865	8 706	7 777	7 443	7 613
(r)=(p)-(q)	Saldo global ou efetivo	-1 888	-1 714	-2 092	-3 026	-2 459	-2 151	-1 070	-1 328	-207	435	684
(s)	Juros e outros encargos (despesas)	141	204	245	218	134	187	192	165	171	142	122
(t)=(r)+(s)	Saldo primário	-1 747	-1 510	-1 848	-2 808	-2 324	-1 965	-878	-1 163	-36	577	806
	N.º de municípios com saldo primário positivo	35	56	44	25	25	52	106	118	174	216	217

⁸³ Em anuários anteriores os valores de saldo apresentados têm considerado as liquidações brutas. No presente Anuário consideraram-se as liquidações líquidas das anulações.

Gráfico 2.09 – Evolução do saldo global efetivo, na base de compromissos

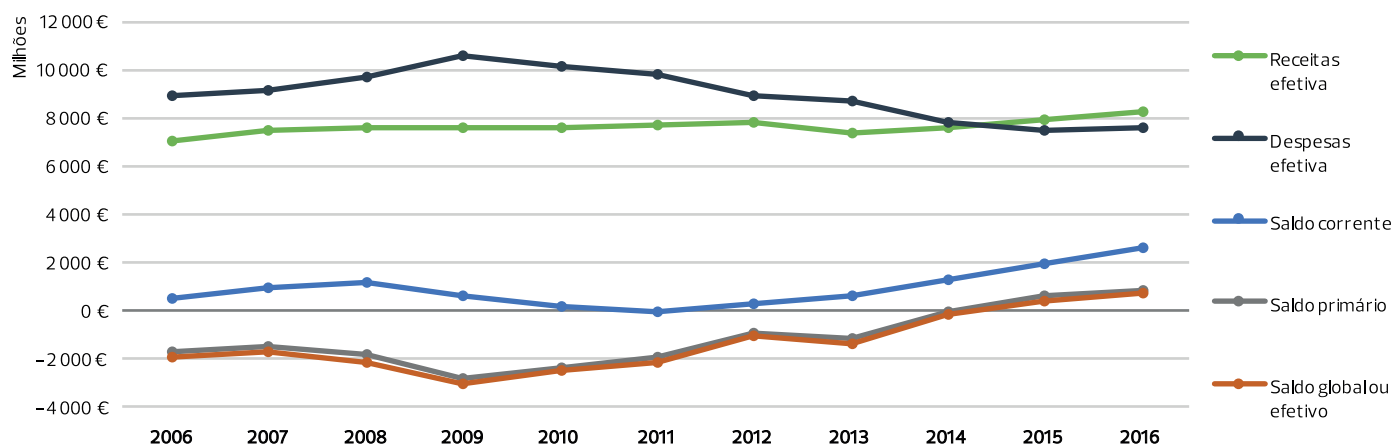


Gráfico 2.09.A – Evolução do saldo global efetivo, na base de compromissos, nos municípios da R.A. dos Açores

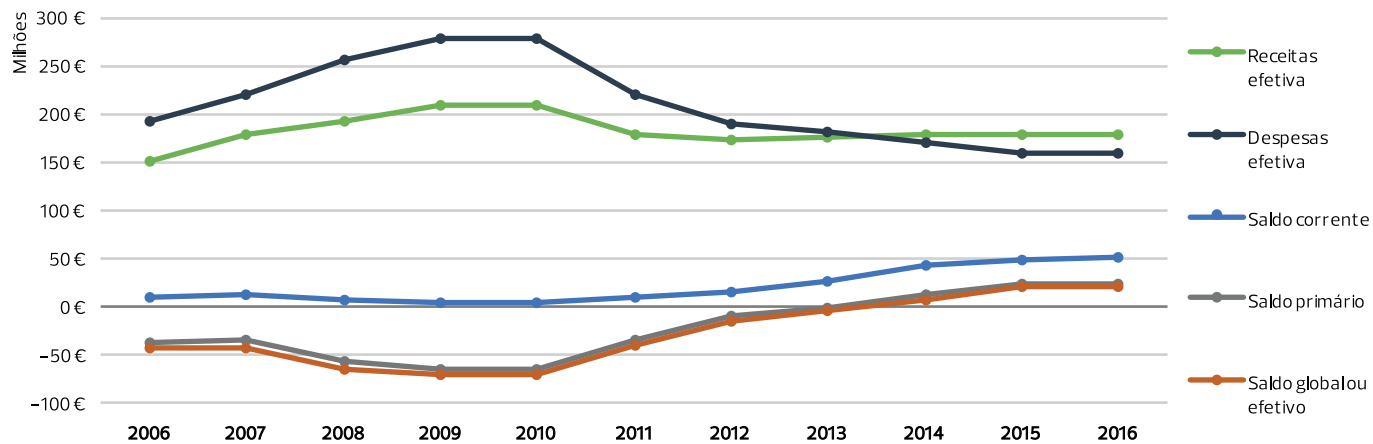
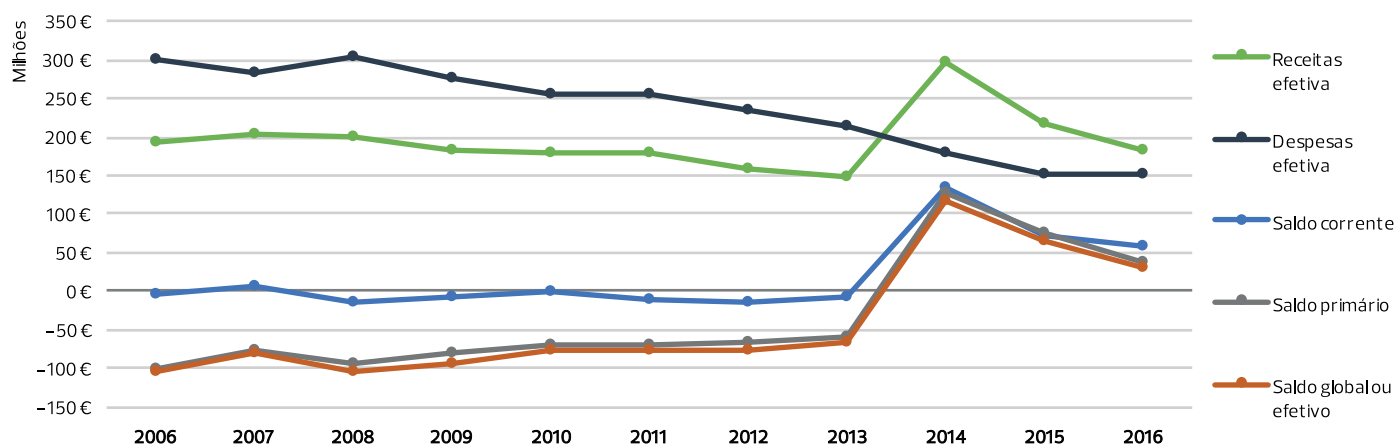


Gráfico 2.09.M – Evolução do saldo global efetivo, na base de compromissos, nos municípios da R.A. da Madeira



CAPÍTULO 3

ANÁLISE FINANCEIRA, ECONÓMICA E PATRIMONIAL DOS MUNICÍPIOS

3.1. Introdução

A contabilidade pública só poderá ser eficaz e capaz se fornecer informação necessária a uma gestão racional e integrada dos recursos públicos que inclua informação orçamental, financeira⁸⁴ e de custos, com as características qualitativas de fiabilidade, relevância e oportunidade.

A informação fornecida por este capítulo do anuário, ao proporcionar informação de natureza patrimonial e financeira, possibilitará uma visão mais completa e compreensiva das finanças municipais. Quanto a informação sobre os custos, reconhece-se, ainda, uma forte lacuna de informação associada ao relato financeiro sobre custos individualizados por atividades, programas ou projetos que materializam as políticas públicas e que consomem os recursos financeiros⁸⁵ dos municípios. Com a implementação do novo sistema contabilístico, SNC-AP, a partir de 2018, que inclui no relato anual mapas de custos, é provável que seja finalmente implementado o sistema de contabilidade de custos ou de gestão.

Relativamente à Contabilidade Patrimonial ou Financeira, objeto de informação e análise neste capítulo, considera-se que o controlo e a transparência da atividade financeira e das relações financeiras das autarquias, bem como a informação resultante da

⁸⁴ Os objetivos do relato financeiro dos municípios é proporcionar informação que seja útil para os utilizadores das demonstrações financeiras, nomeadamente aos executivos nas suas tomadas de decisão, mas permitirá também a responsabilização pela prestação de contas. Permitirá ainda, avaliar o grau de desempenho dos municípios, nomeadamente no que se refere à prossecução dos serviços que deve prestar, ao cumprimento dos seus objetivos operacionais e à gestão dos recursos disponíveis. A informação sobre o seu grau de liquidez e de solvência permitirá concluir sobre a sustentabilidade da prestação dos serviços municipais a longo prazo.

⁸⁵ Entende-se que a implementação do Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública aplicado ao setor autárquico possibilitará obter informação necessária à determinação dos gastos dos serviços que os municípios prestam à população e, assim, permitir um efetivo controlo de eficiência e de eficácia dos mesmos.

mesma e plasmada no balanço, na demonstração dos resultados e nos respetivos anexos, tem sido informação financeira fiável e consistente.

À data de elaboração deste anuário não se dispõem dos valores referentes à consolidação do grupo autárquico relativamente a todos os municípios, pelo que, à semelhança do Capítulo 2, apenas agregará valores referentes ao município e seus serviços simples sem autonomia. Dedicar-se-á um capítulo autónomo, capítulo 4, à análise agregada das contas dos serviços municipalizados e das empresas municipais.

3.2. Fiabilidade do Balanço e da Demonstração dos Resultados líquidos

Analisando o Quadro 3.01, com informação resumida sobre o cumprimento do POCAL no que se refere ao sistema de contabilidade patrimonial traduzido no Balanço e Demonstração dos Resultados, verificámos que, no geral, os municípios cumpriram com as obrigações decorrentes da execução da contabilidade patrimonial. Assim, entendeu-se como fiável a informação patrimonial e económica prestada nas Contas e Relatório Financeiro, sustentando uma análise credível dos quadros e *rankings* apresentados neste capítulo.

Dando crédito ao exposto no Quadro 3.01, que mostra a dimensão do cumprimento das ações identificadas como sinalizadoras da boa utilização do POCAL, permite-se concluir que existe uma forte fiabilidade das contas dos municípios.

Quadro 3.01 – Informação patrimonial e económica

	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mand. 14–17		
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Apresentam o Balanço e Demonstração dos Result. na Prestação de contas	308	308	308	308	308	308	308	308	308	308	308
Apresentam amortizações do exercício no Mapa de Demonstração dos Result.	293	296	299	305	304	306	306	307	307	307	307
O Ativo apresenta valor na conta Bens de Domínio Público	305	307	308	308	308	308	308	308	307	307	307
Têm no ativo, em Bens de Domínio Público (BDP), valor em terrenos	218	231	241	245	255	258	261	264	263	267	270
Têm no ativo, em BDP, valor em património histórico artístico e cultural	142	153	166	171	176	183	189	189	193	194	200
Os Bens de Domínio Público são superiores a 20% do total do Ativo	253	258	267	270	268	275	282	277	274	266	269
Têm no Ativo valores a receber de clientes, contribuintes e utentes	283	289	290	288	290	292	293	296	303	305	304
Apresentam no Ativo valores de existências	200	215	235	245	259	265	271	277	285	289	292
Têm provisões do exercício (mapa de DR)	93	128	143	155	165	180	183	197	222	230	226
Registam proveitos diferidos no Balanço (Passivo)	281	290	293	297	298	302	305	305	306	305	305
Apresentam no Passivo acréscimos de custos	221	252	269	276	289	294	296	297	306	307	308

Observando o Quadro 3.01 verifica-se que em 2016 em relação ao ano precedente, são poucas as alterações a assinalar. Contudo, entende-se referir:

– Desde 2008 que todos os municípios Portugueses incluíam Bens de Domínio Público no Balanço, tendo deixado de o fazer, a partir de 2014, o município de Povoação.

– Em 2016, 38 municípios continuaram a não apresentar registo de valores relativos a terrenos e recursos naturais na conta 45 – «Bens de Domínio Público» tendo, em relação a 2015, aumentado em três o número de municípios que apresentaram valores nesta rúbrica.

– Relativamente ao cumprimento do princípio da especialização do exercício no que respeita à contabilização dos subsídios ou transferências recebidas consignados à aquisição de bens de investimento amortizáveis, em proveitos diferidos e não como proveitos do exercício, verifica-se que em 2016, três municípios não apresentaram qualquer registo nesta conta do passivo⁸⁶: Moita, Monchique e Ourique.

– Ainda em cumprimento com o **princípio da especialização dos exercícios** deveriam os municípios proceder ao registo de **acrécimo de custos** para refletirem, no ano económico, os custos efe-

tivos independentemente da receção da fatura ou do seu pagamento. Em 2016, verificou-se que todos os municípios cumpriram este preceito.

– Apesar da obrigatoriedade do registo anual das **amortizações do exercício** e da melhoria significativa verificada nos últimos anos no cumprimento desta regra por parte dos municípios, um município – Tabuaço – continua a omitir o registo de depreciação dos Ativos Fixos. Assim, face à ausência de registo dos custos relativos à depreciação do Imobilizado, os ativos líquidos e os resultados líquidos deste município encontrar-se-ão sobreavaliados.

– Os princípios contabilísticos previstos no POCAL obrigam os municípios à criação de uma provisão para dívidas a receber de clientes, contribuintes e utentes que se encontrem em mora bem como para as responsabilidades contingentes. Relativamente a esta conformidade contabilística, tem-se verificado um progressivo aumento do número de municípios que apresentam registos na respetiva conta patrimonial. Em 2016, 226 municípios apresentaram registo de provisões, traduzindo uma maior precaução nos procedimentos financeiros⁸⁷. Contudo, face à variedade de atividades desenvolvidas pelas autarquias, não se exclui a possibilidade de os restantes 82 municípios terem eventuais situações que exigiriam o registo de possíveis perdas, nomeadamente, em

⁸⁶ Esta situação apenas se justificará para os municípios que não receberam subsídios para investimentos ou já procederam à amortização total do mesmo. Não se dispõem de informação para, nos casos presentes se identificarem as razões.

⁸⁷ Esta evolução evidencia uma significativa melhoria na utilização do princípio da prudência e cumprimento do definido no POCAL.

relação a dívidas de clientes e utentes, a situações de contencioso e incumprimento de contratos⁸⁸.

– Relativamente às Dívidas a receber de Clientes, Contribuintes e Utesntes verifica-se que, em 2016, continuaram a existir 4 municípios (Arouca, Nordeste, Santana e Tábua) que não apresentaram saldo nesta conta, no final do ano económico. Entende-se que tal situação poderá significar que nestes municípios a liquidação da receita foi registada apenas no momento da cobrança não obedecendo ao definido no POCAL⁸⁹. Contudo, não se possui informação suficiente para aferir razões substantivas para ausência deste registo contabilístico.

– Constata-se que, em 2016, continuam a existir 16 municípios que não apresentaram qualquer valor na rubrica referente a existências. Esta ausência de registo contabilístico pode não significar incumprimento das regras contabilísticas, mas apenas o facto

de os serviços produtivos que requerem stocks, estarem externalizados ou delegados em serviços ou empresas municipais, embora 4 destes não têm serviços municipalizados nem participam no capital de empresas municipais ou intermunicipais.

3.3. Ativo

Face à avaliação apresentada no ponto anterior entende-se que há condições para reconhecer a fiabilidade dos dados constantes dos balanços municipais e das respetivas demonstrações de resultados, pelo que se procede à apresentação e análise agregada dos dados relacionados com o Ativo do conjunto dos municípios.

No Quadro 3.02 apresentam-se os valores agregados das componentes do Ativo dos Balanços dos 308 municípios cujos pesos no total do Ativo estão, também, traduzidos no Gráfico 3.01.

Quadro 3.02 – Componentes do Ativo do Balanço

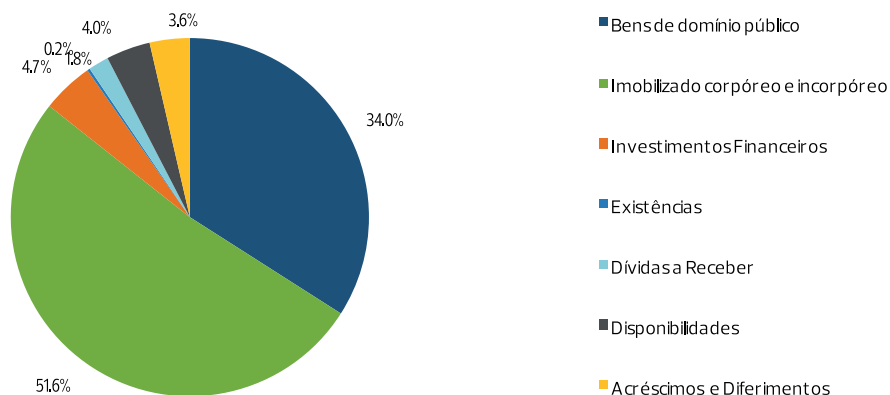
Unidade: milhões euros

Componentes do Ativo	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			Variação (%) 15-16
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Bens de Domínio Público	11 369	11 318	12 164	12 839	13 613	14 146	13 704	13 719	13 122	13.293	13.081	-1,6%
Imobilizado incorpóreo	63	71	75	76	81	59	61	56	56	84	81	-2,8%
Imobilizado corpóreo	13 024	13 873	14 856	15 761	16 345	16 368	16 873	17 488	18 061	18.669	19.139	2,5%
Imobilizado em Curso	5 739	5 934	5 913	6 201	5 958	5 494	5 182	4 873	4 291	3.674	2.804	-23,7%
Total do Imobilizado	30 194	31 196	33 008	34 877	35 996	36 067	35 821	36 136	35 529	35.720	35.105	-1,7%
Investimentos Financeiros	1 110	1 198	1 338	1 419	1 613	1 713	1 708	1 732	1 748	1 871	1 907	1,9%
Existências	143	118	116	119	120	136	130	110	102	99	101	1,8%
Dívidas a receber	816	819	1 074	1 083	1 197	1 328	1 238	1 127	858	839	756	-9,8%
Títulos Negociáveis	37	60	35	15	14	16	16	9	4	7	10	48,3%
Depósitos e Caixa	604	739	673	584	596	666	761	875	1 021	1.330	1.624	22,1%
Acréscimos de proveitos	139	197	233	309	410	479	567	721	1 056	1.137	1.433	26,1%
Custos diferidos	86	97	198	217	129	105	86	58	62	40	50	23,7%
Ativo Total	33 130	34 423	36 675	38 622	40 075	40 509	40 326	40 768	40 380	41.043	40.987	-0,1%

⁸⁸ Esta falta de zelo ou de preocupação pode estar associada aos seguintes fatores: (i) ser ainda reduzida a preocupação pelo apuramento do resultado líquido; (ii) serem reduzidos os valores das dívidas a receber de clientes, uma vez que vários municípios continuam, ainda, a registar a liquidação (direito) de algumas receitas apenas no momento da cobrança; e (iii) uma parte das dívidas a receber referirem-se ao Estado e por isso, de acordo com o POCAL, não deverão ser criadas provisões para dívidas de entidades do Setor Público.

⁸⁹ O registo contabilístico do proveito é feito no momento da liquidação, pelo que os valores liquidados e por cobrar no final do ano económico constarão desta rubrica do balanço e constituirão créditos sobre terceiros.

Gráfico 3.01 – Estrutura do Ativo em 2016



Da observação dos quadros e gráficos anteriores poder-se-á concluir:

– O **valor total do imobilizado em 2016 representou 86% do ativo total dos municípios**, tendo-se verificado um decréscimo (-2,1%) do volume do imobilizado em curso. A descida do valor desta componente no montante de -870 M€ deveu-se à conclusão de obras em valor superior a novos investimentos em curso, conforme foi verificado no capítulo 2 relativo à despesa (ver quadro 2.31 do capítulo 2). Com a conclusão das obras de investimento, o valor inscrito em imobilizado em curso transfere-se para a conta de imobilizado corpóreo ou para bens de domínio público. Da conjugação destas movimentações com a desvalorização de imobilizado (amortizações do exercício), e com possíveis vendas, resultou uma **diminuição do valor total do imobilizado em -615 M€ (-1,7%)**.

– O **imobilizado corpóreo ainda continua a ser a componente do imobilizado com maior impacto no total dos ativos municipais** ao representar 46,7% do mesmo. **O valor dos bens e domínio público representou, em 2016, 31,9% do total do ativo municipal**, pese embora se considerar que ainda há ativos do domínio público por avaliar e por considerar no balanço dos municípios, nomeadamente os respeitantes a imóveis não urbanos.

– O **montante de Depósitos e Caixa que entre 2006 e 2013 representou uma média de 1,8% do ativo total, em 2016 foi de 4% do**

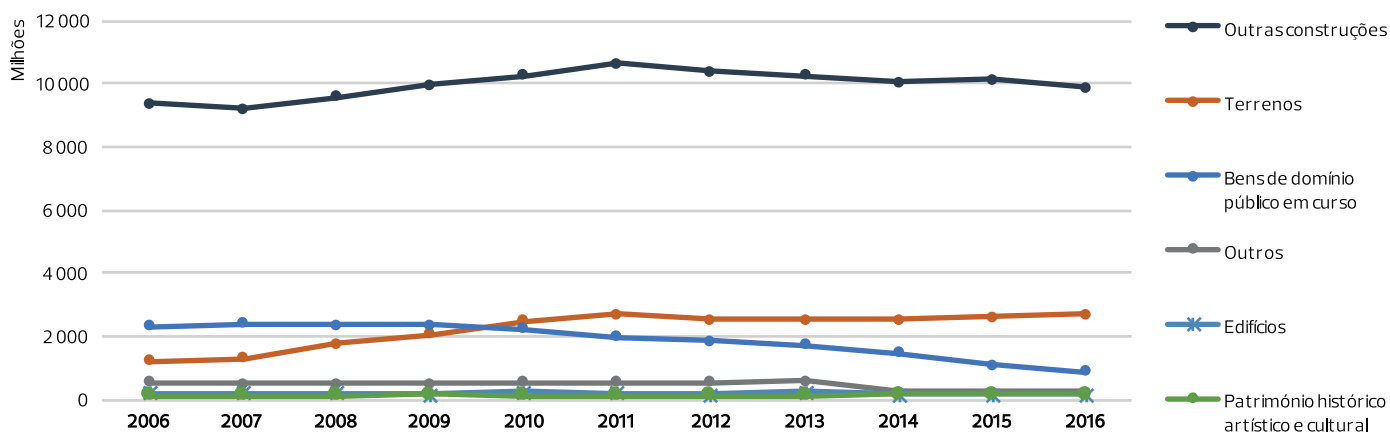
mesmo, sendo que em 2014 e 2015 já tinha apresentado respetivamente o peso de 2,5% e 3,2%. Da leitura dos relatórios de Gestão não se vislumbra qualquer razão plausível para tal facto. Serve aqui referir que estes montantes (excluídos das operações de tesouraria) conformam os saldos de gerência que transitam para o ano seguinte possibilitando, aos municípios, através da inclusão dos mesmos aquando o encerramento e contas, aumentar as dotações orçamentais disponíveis. Poderá ser uma forma, ainda que embrionária e materialmente pouco relevante no conjunto dos municípios, de inflacionar os orçamentos rectificativos.

O Gráfico 3.02 mostra a evolução das componentes de Bens de Domínio Público no período entre 2006 e 2016. Pelo seu volume e ainda pelo facto de ser o elemento do imobilizado mais difícil de registar contabilisticamente⁹⁰, importará desagregar por rubricas, pois trata-se de bens que pela natureza jurídica que assumem são inalienáveis até eventual decisão fundamentada de desafetação⁹¹ da competência da assembleia municipal.

⁹⁰ Esta dificuldade deve-se particularmente a questões de valorimetria. Não foi ainda avaliado o grau de aproximação à realidade do valor contabilizado dos bens classificados como domínio público dos municípios.

⁹¹ Essa deliberação compete à Assembleia Municipal, depois de demonstrado o interesse público envolvido.

Gráfico 3.02 – Evolução do valor das componentes dos Bens de Domínio Público



– A rubrica de outras construções continua a ser a componente mais representativa dos bens de domínio público, totalizando, em 2016, 70,6% do valor líquido total do imobilizado.

– O montante considerado para terrenos⁹², essencialmente fruto da sua sucessiva inventariação, valoração e conseqüente integração nos registos contabilísticos, a par da inventariação e registo do património artístico e cultural, permitiu que em 2016, o valor do conjunto dos bens de domínio público aumentasse 77 M€ (+2,9%).

– A curva que representa o valor das obras em curso do domínio público apresenta um traçado acentuadamente descendente confirmando a diminuição de investimento público.

– Face à diminuição do investimento verificado nos últimos anos, o valor do agregado dos bens do domínio público apresentou um progressivo decréscimo até 2014 tendo-se verificado uma ligeira subida em 2015 e nova diminuição em 2016 (-1,6%).

No Gráfico 3.03 é apresentada a estrutura do Imobilizado Corpóreo⁹³ que, em 2016, representou como já se referiu, 46,7% do ativo

⁹² Em sede de balanço Inicial, os terrenos incluídos no Domínio Público foram uma das componentes do imobilizado de mais difícil contabilização devido à necessidade de correção do seu registo matricial e predial. Por isso evidenciaram as maiores variações de valor na estrutura dos Bens de Domínio Público, entre 2007 e 2015, refletindo sucessivas regularizações cadastrais e as correspondentes regularizações contabilísticas.

⁹³ Incluiu, todavia, imóveis que pela sua funcionalidade não poderão ser alienados, mas que também não estão classificados como Bens de Domínio Público.

total atingindo o valor de 19.139 M€.

– A rubrica mais representativa neste elemento do imobilizado é a que se refere ao valor dos edifícios municipais de uso privativo⁹⁴. Em 2016 apresentou o montante de 13,5 mil milhões de euros e um acréscimo de 3,7%. O crescimento desta componente em contraciclo com a estagnação do investimento terá resultado mais da absorção do valor de obras em curso, registadas em anos anteriores entretanto acabadas e transferidas para as componentes específicas, que de novos investimentos.

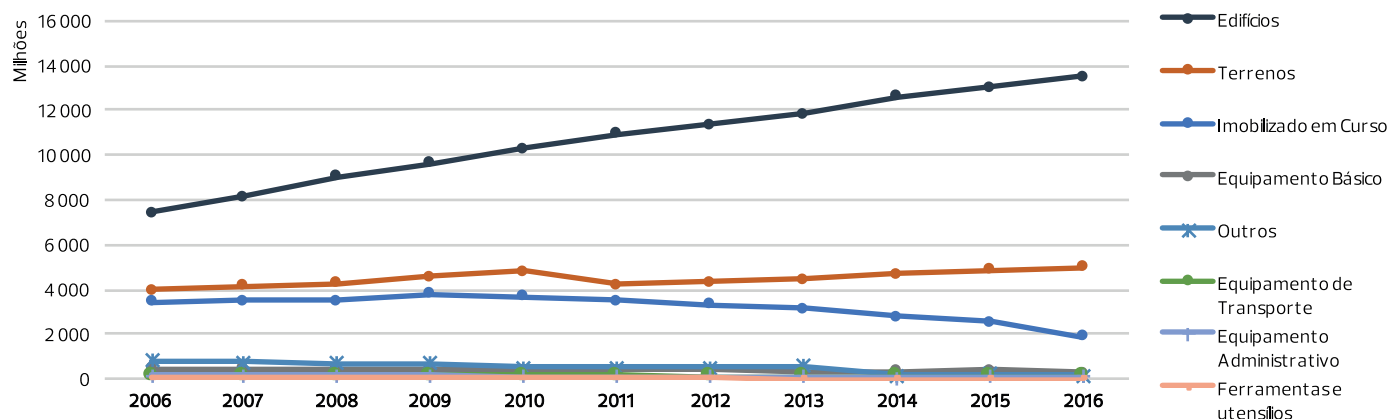
– O valor dos terrenos tem apresentado uma crescente contabilização desde 2012, atingindo o maior montante em 2016 ao registar 4,97 mil milhões de euros.

– Quanto ao imobilizado em curso relativo ao Imobilizado Corpóreo, como já verificou, o seu valor apresenta uma curva bastante descendente desde 2009 traduzindo em 2016 um decréscimo de 25,2% de valor.

– As restantes componentes do imobilizado corpóreo (equipamento básico, de transporte e administrativo; ferramentas e utensílios e outros) apresentaram um valor residual tão baixo que não influenciará a tendência evolutiva do ativo imobilizado, pelo que se dispensou a sua análise.

⁹⁴ Os edifícios municipais que são considerados bens do domínio público estarão contabilizados na sub rubrica orçamental daquela componente do imobilizado

Gráfico 3.03 – Evolução do valor das componentes do Imobilizado Corpóreo



Continuando com a análise da evolução do valor dos restantes elementos do ativo, observa-se a informação prestada no Quadro 3.03 referente ao valor dos investimentos financeiros e a respetiva taxa de variação para o período entre 2006 e 2016. Também em relação a esta componente do ativo atentaremos, apenas, nos elementos materialmente mais relevantes.

Os **investimentos financeiros** evoluíram de forma muito variável entre 2006 e 2016. Neste ano ao contabilizar-se o valor total de 1.907 M€, no universo dos 308 municípios, verificou-se um aumento líquido de 35,6 M€ (+1,9%) em relação ao ano transato e um aumento líquido de +797,1 M€ (+71,8%) em relação a 2006.

Observando o Quadro 3.03 pode-se ainda acrescentar:

- As participações de capital apresentaram um aumento líquido de 25,7 M€ (+2,2%) em relação ao ano anterior.
- O valor dos registos em obrigações e títulos de participação ao apresentar em 2016 um crescimento extraordinário traduzido no montante de + 156,3 M€ (+88,1%) passou a ser o segundo item com maior peso nos investimentos financeiros. Em 2015, 152 municípios apresentaram aumento de valor neste ativo, sendo que destes, 121 municípios não tinham apresentado qualquer valor em 2014. Por sua vez, em 2016, apenas 16 municípios aumentaram

este ativo, 285 mantiveram o mesmo valor de 2015 e 7 municípios diminuíram o montante registado contabilisticamente.

- Os investimentos em Imóveis⁹⁵, em 2016 ao totalizarem o montante de 300,2 M€, apresentaram um aumento de 3,3 M€ (+1,1%) em relação a 2015.

No Quadro 3.04 apresenta-se a composição das **dívidas a receber** desagregada pelos seus diferentes elementos.

- Em 2016, o valor das dívidas a receber no total de 756,5 M€ traduziu-se num decréscimo de 82,6 M€ (-9,8%).
- Entre 2006 e 2016 foi variável a evolução do valor global das dívidas a receber verificando-se um acréscimo de valor de 11% em 2011 e uma grande descida do mesmo no triénio 2014/ 2016 traduzida numa diminuição sucessiva, respetivamente, de -23,9%, -2,2%, e -9,8.

⁹⁵ De salientar que esta conta apenas deve incluir investimentos em edifícios e terrenos destinados a arrendamentos ou venda (no SNC-AP equiparados à conta "propriedades de investimento"). O POCAL refere sobre esta conta que "Engloba as edificações urbanas e propriedades rústicas que não estejam afetadas à atividade operacional da entidade".

Quadro 3.03 – Componentes dos investimentos financeiros

Unidade: milhões de euros

Componentes dos investimentos financeiros	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17			Variação (%) 15–16
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Partes de capital	871,6	952,5	1021,3	1083,8	1256,0	1334,0	1326,3	1350,2	1235,2	1191,5	1217,2	2,2%
Obrigações e títulos de participação	37,1	28,7	26,7	32,8	29,6	25,8	61,2	28,9	177,3	333,6	340,4	2,0%
Investimentos em Imóveis	176,6	163,9	216,7	226,6	258,2	283,7	262,4	298,5	282,3	296,9	300,2	1,1%
Outras aplicações Financeiras	4,3	33,4	51,4	53,6	57,9	59,8	48,4	45,5	38,2	37,5	37,5	-0,1%
Imobilizações em Curso	13,5	14,5	16,4	19,3	8,7	9,3	9,3	9,0	13,0	11,8	11,5	-2,9%
Adiantamentos	6,8	5,4	5,6	2,9	2,9	0,0	0,0	0,0	1,6	0,0	0,2	--
Total Investimentos Financeiros	1109,9	1198,4	1338,1	1419,0	1613,3	1712,5	1707,7	1732,0	1747,5	1871,4	1907,0	1,9%

Quadro 3.04 – Composição das Dívidas a Receber

Unidade: milhões de euros

Dívidas a Receber	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17			Variação (%) 15–16
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Dívidas a receber M/L prazo	35,9	37,0	96,0	91,5	86,3	130,2	129,0	123,1	99,2	97,5	66,7	-31,6%
Empréstimos concedidos (curto p.)	61,6	60,0	6,6	7,5	7,3	6,2	5,5	6,2	4,5	9,4	7,4	-21,3%
Clientes contribuintes e utentes (c.p.)	144,4	167,8	178,6	171,9	217,8	231,2	234,1	235,6	225,1	239,8	255,2	6,4%
Estado e outros entes públicos (c.p.)	18,8	17,0	18,1	18,9	22,6	28,7	26,3	28,7	29,2	30,4	31,0	1,7%
Administração Autárquica (c.p.)	52,9	75,2	63,8	83,2	85,1	66,4	35,7	59,7	9,3	12,1	10,6	-13,0%
Adiantamentos (c.p.)	21,4	13,3	11,0	8,4	10,7	12,4	10,9	8,7	8,5	9,8	9,4	-4,0%
Outros devedores (c.p.)	461,0	433,9	683,5	701,6	766,8	850,7	796,0	665,2	482,5	440,0	376,3	-14,5%
Outros (c.p.)	20,0	14,6	15,9	0,0	0,0	2,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	
Total de dívidas a receber em 31/12	816,0	818,7	1073,5	1083,0	1196,6	1327,9	1237,8	1127,2	858,2	839,0	756,5	-9,8%

Da observação do Quadro 3.04 ainda se deverá anotar:

– As componentes mais representativas das dívidas a receber continuaram a ser, em 2016: outros devedores de curto prazo⁹⁶ em relação aos quais o conjunto de municípios apresentou o valor de 376 M€ (48,9% dos créditos); clientes, contribuintes e utentes⁹⁷,

⁹⁶ A existência de registo de valores significativamente elevados em outros devedores de curto prazo (rúbrica supostamente residual) terá que ser uma situação a contrariar de futuro pois não permite avaliar a relevância substantiva destes créditos sobre terceiros, cujo peso relativo tem sido o mais elevado na estrutura das dívidas a receber. Anota-se que esta rúbrica poderá incluir, ainda, valores de operações de tesouraria por contrapartida de valores inscritos no passivo

⁹⁷ Dispõe o POCAL que estes créditos com um período de mora superior a seis meses deverão originar uma provisão de 50%, e aos que apresentarem uma mora igual ou superior a um ano deverá corresponder uma provisão de 100%.

com o total de 255 M€ (33,7% dos créditos sobre terceiros) e dívidas a receber de MLP no valor de 66,7 M€ (8,8% dos créditos totais).

– Verificou-se que 181 municípios, em 2016, apresentaram valores inscritos em clientes contribuintes e utentes de cobrança duvidosa⁹⁸, no total de 12,6 M€. Estes valores muito provavelmente se transformarão em imparidades fazendo baixar o valor patrimonial do município.

– A dívida do Estado aos municípios refletirá, essencialmente, o

⁹⁸ São ainda muitos os municípios que inscrevem valores nesta rubrica, traduzindo simultaneamente dificuldades económicas da economia local, como alguma dificuldade dos municípios em atempadamente porem em execução mecanismos de cobrança coerciva que lhes permitem cobrar os seus créditos.

montante de cobrança de impostos que o Ministério das Finanças efetuou por conta dos municípios e cuja entrega aos mesmos só se concretizará no ano económico seguinte. Incluirá também pagamentos já vencidos de protocolos celebrados entre o Estado e os municípios. Poderá estar ainda refletido eventual IVA a recuperar de municípios com serviços municipais integrados. Não foi possível discriminar a origem destes créditos detidos pelas autarquias, sendo que o seu valor total em 2016 foi de 31 M€, demonstrando um acréscimo de 1,7%.

– Os créditos sobre terceiros denominados **dívida da Administração Autárquica** em 2016 diminuíram 13% ao apresentarem o total de 10,6 M€, menos 1,6 M€ que em 2015.

– No quadro em análise pode-se verificar que em 2016 ainda houve 47 municípios que, apesar das dificuldades financeiras subjacentes à diminuição da receita municipal, detiveram no seu conjunto 7,4 M€ de créditos sobre terceiros provenientes de **empréstimos concedidos de curto prazo**, apresentando, contudo, uma diminuição de 21,3% (–2 M€).

Embora as dívidas a receber pesem apenas 1,8% do ativo total, podem representar um valor relevante no ativo circulante pelo que se apresentam, no Quadro 3.05, os 25 municípios com maior montante de dívidas a receber em 2016 diferenciando-se os créditos de curto prazo dos créditos de médio e longo prazo.

Quadro 3.05 – Municípios com maior volume de Dívidas a Receber em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	Dívidas a receber				
		Médio e Longo prazo	Curto prazo	Total em 2016	Total de 2015	Varição 2015–2016
1 Lisboa	G	0	190 896 609	190 896 609	165 863 509	25 033 100
2 Setúbal	G	0	31 397 708	31 397 708	29 684 427	1 713 281
3 Vila Nova de Gaia	G	17 711 963	10 517 246	28 229 209	37 207 981	–8 978 772
4 Matosinhos	G	17 300	26 628 301	26 645 601	32 485 640	–5 840 039
5 Sesimbra	M	0	19 865 378	19 865 378	20 076 032	–210 654
6 Barcelos	G	16 187 900	3 137 987	19 325 886	22 146 352	–2 820 466
7 Cartaxo	M	0	13 760 570	13 760 570	14 030 999	–270 430
8 Santo Tirso	M	0	12 282 864	12 282 864	12 802 000	–519 136
9 Vila Real de Santo António	P	0	11 467 269	11 467 269	11 485 867	–18 598
10 Covilhã	M	5 940 473	5 436 178	11 376 651	13 399 580	–2 022 929
11 Porto	G	0	10 430 640	10 430 640	38 594 996	–28 164 355
12 Funchal	G	0	9 107 238	9 107 238	7 662 079	1 445 160
13 Braga	G	0	9 039 920	9 039 920	5 170 589	3 869 331
14 Angra do Heroísmo	M	7 941 459	915 184	8 856 643	9 771 738	–915 096
15 Coimbra	G	5 127 758	3 712 489	8 840 247	11 337 586	–2 497 338
16 Aveiro	M	0	8 698 608	8 698 608	8 645 540	53 067
17 Loures	G	156 777	8 475 009	8 631 786	7 893 712	738 074
18 Albufeira	M	0	8 468 952	8 468 952	9 759 211	–1 290 259
19 Fundão	M	0	8 290 481	8 290 481	10 029 414	–1 738 933
20 Santarém	M	0	8 135 927	8 135 927	3 718 581	4 417 345
21 Almada	G	4 221 632	2 627 434	6 849 066	8 595 787	–1 746 721
22 Portimão	M	0	6 630 781	6 630 781	7 694 923	–1 064 142
23 Seixal	G	0	6 080 163	6 080 163	7 841 668	–1 761 505
24 Ponte de Sor	P	0	6 053 446	6 053 446	1 086 081	4 967 365
25 Viana do Castelo	M	0	6 024 794	6 024 794	7 848 329	–1 823 535

– Verifica-se que o município de Lisboa em 2016 contribui para 25,2% do total dos créditos a receber pelo setor autárquico, tendo sido o seu total de dívidas a receber constituído por créditos de curto prazo e apresentado um aumento de volume em +25 M€, em relação ao ano anterior.

– O município de Setúbal apresentou também um valor significativo de dívidas a receber de curto prazo, que totalizaram, em 2016, o montante de 31,4 M€ traduzindo um aumento de 5,8% (+1,7 M€). No Quadro 3.06 listam-se os municípios que apresentaram em 2016 valores na conta de **empréstimos de curto prazo concedidos**

a terceiros, mantendo-se a informação sobre esses mesmos municípios relativa a anos anteriores não sendo possível identificar quais as entidades de destino destes empréstimos, fica apenas o elenco dos 47 municípios que praticaram este ato financeiro em 2016.

Anota-se que há municípios que pela primeira vez nestes últimos onze anos apresentam movimentação nesta conta do ativo (Mondim de Basto), e movimentação pela segunda vez após dois anos de interrupção apresenta-se o município e Aveiro e o município de Guimarães

Quadro 3.06 – Municípios com dívidas a receber relativas a empréstimos a terceiros

Unidade: euros

Município		Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1	Portimão	M	0	0	0	0	0	0	0	610 159	542 047	5 725 218	4 482 907
2	Coimbra	G	1971759	2 073 891	2 187 801	2 171 736	1 555 210	1 567 145	1 571 069	1 494 040	1 478 987	1 501 229	1 227 597
3	Mondim de Basto	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	340 000
4	Viseu	M	109 185	109 185	0	268 888	268 888	268 888	268 888	268 888	268 888	268 888	268 888
5	Aveiro	M	0	0	0	0	0	0	0	450 374	0	0	224 719
6	Alpiarça	P	194 258	194 258	194 258	194 258	194 258	194 258	194 258	194 258	194 258	194 258	194 258
7	Setúbal	G	95 000	95 000	95 000	95 000	95 000	95 000	95 000	95 000	95 000	95 000	95 000
8	Maia	G	0	0	23 008	39 470	78 809	81 255	71 969	68 870	82 153	76 566	71 419
9	Guimarães	G	0	0	0	0	0	0	0	0	43 050	77 130	69 128
10	Ferreira do Alentejo	P	0	0	0	0	0	0	65 948	65 948	65 948	65 948	63 212
11	Rio Maior	M	0	0	54 775	54 775	54 775	54 775	54 775	54 775	54 775	54 775	54 775
12	Melgaço	P	0	0	0	17 023	22 931	26 213	45 520	38 986	48 722	48 497	45 606
13	Ponte de Lima	M	0	0	0	0	14 745	18 436	15 119	48 361	53 307	48 202	39 912
14	Paredes de Coura	P	0	0	0	26 859	26 859	26 859	26 859	0	26 859	26 859	26 859
15	Batalha	P	17 500	17 500	17 500	17 500	17 500	17 500	17 500	17 500	17 500	17 500	17 500
16	Mértola	P	107 637	97 431	69 437	53 784	39 778	30 086	26 470	21 262	19 862	18 662	17 362
17	Soure	P	16 775	16 775	16 775	16 775	16 775	16 775	16 775	16 775	16 775	16 775	16 775
18	Montemor-o-Novo	P	40 699	45 489	38 520	37 817	31 595	25 647	23 897	15 764	19 536	18 697	16 742
19	Moura	P	62 685	59 053	40 091	29 711	22 603	19 117	16 957	16 769	20 600	20 600	15 647
20	Oliveira de Azeméis	M	0	0	0	0	0	0	13 427	10 547	15 233	14 602	14 602
21	Castelo Branco	M	0	0	0	0	0	16 750	16 750	17 468	15 183	13 361	11 303
22	Vila Nova de Cerveira	P	0	0	0	0	0	0	0	0	9 636	13 197	11 300

Município		Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
23	Tavira	M	14 991	10 404	0	0	0	0	7 902	7 902	0	7 902	7 902
24	Sines	P	0	0	0	0	0	0	0	10 342	8 604	8 190	7 757
25	Sesimbra	M	7 634	7 634	7 634	7 634	7 634	7 634	7 634	7 634	7 634	7 634	7 634
26	Alvito	P	0	0	0	0	0	0	9 000	8 375	7 625	7 625	7 625
27	Penedono	P	0	0	0	0	0	0	10 700	19 632	24 132	22 127	7 154
28	Elvas	M	0	0	0	0	0	0	0	8 400	9 992	11 862	5 933
29	Valença	P	0	0	0	0	0	0	0	5 128	9 541	8 074	4 913
30	Campo Maior	P	0	0	0	3 200	2 244	1 628	8 574	8 354	5 949	3 680	3 680
31	Aljustrel	P	21 625	18 888	9 345	7 267	8 415	6 104	5 317	4 576	3 949	3 265	2 980
32	Baião	P	26 187	26 187	23 568	20 950	18 331	18 331	18 331	10 475	7 856	5 237	2 619
33	Oliveira do Bairro	M	0	0	9 000	7 732	6 259	4 786	9 407	7 235	4 524	3 580	2 145
34	Póvoa de Lanhoso	M	100 000	100 000	0	0	0	0	0	0	1 283	934	2 100
35	Chamusca	P	7 500	7 125	5 875	4 750	3 625	2 500	2 000	2 000	2 000	2 000	2 000
36	Sever do Vouga	P	0	0	4 146	6 495	28 277	20 192	23 810	18 697	11 711	6 300	1 500
37	Vouzela	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7 282	1 423
38	Figueira Castelo Rodrigo	P	0	0	10 610	18 181	23 730	20 402	22 682	11 442	4 209	1 838	1 358
39	Beja	M	109	109	109	2 041	1 804	1 677	4 001	3 413	2 795	2 795	1 229
40	Torres Vedras	M	0	314 653	311 725	321 135	365 210	368 560	373 488	206 364	196 862	197 021	1094
41	Guarda	M	0	0	0	7 000	5 978	10 203	8 151	6 951	3 277	2 077	877
42	Cartaxo	M	42 410	43 597	50 862	39 751	31 648	26 052	20 851	18 596	815	815	815
43	Vendas Novas	P	21 988	28 769	12 235	10 419	15 315	12 832	9 302	5 960	4 160	710	710
44	Coruche	P	0	2 715	5 127	12 371	9 827	8 044	4 735	2 893	1 351	476	476
45	Marvão	P	0	0	8 868	11 822	9 601	8 411	5 809	3 439	758	408	408
46	Reguengos Monsaraz	P	0	0	0	0	0	6 250	6 250	6 250	3 450	1 550	297
47	Lagos	M	812	727	727	727	727	727	727	727	165	165	165
Total			2 858 755	3 269 391	3 196 998	3 505 070	2 978 351	2 983 038	3 099 851	3 890 527	3 410 962	8 629 512	7 400 305

As disponibilidades⁹⁹ representam o total dos valores de saldos em caixa, depósitos em instituições financeiras e aplicações em títulos negociáveis. No Quadro 3.07 apresenta-se a composição

⁹⁹ Estando incluído no valor de depósitos em instituições financeiras e caixa, montantes relativos a meras operações de tesouraria, procedeu-se, com vista a uma informação mais objetiva sobre as reais disponibilidades dos municípios, à dedução do montante global contabilizado em cauções de fornecedores, clientes e do saldo de operações de tesouraria.

das disponibilidades¹⁰⁰ no final de cada ano económico e a respetiva variação entre 2015 e 2016. Verifica-se que os depósitos em instituições financeiras e caixa, constituintes das disponibilidades, aumentaram 21% em relação a 2015 totalizando no final do ano económico 1.609,3 M€.

¹⁰⁰ Os dados foram obtidos através do cruzamento da informação dos Mapas de Fluxos de Caixa com a dos de Operações de Tesouraria, expurgando os saldos destas últimas do saldo de fluxos de caixa.

Quadro 3.07 – Disponibilidades e disponibilidades reais

Unidade: milhões de euros

Depósitos e Caixa	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17			Var. (%) 15–16
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Depósitos em instituições financeiras e caixa	603,6	738,7	673,2	583,7	595,9	666,0	761,2	874,7	1021,3	1329,9	1609,3	21,0%
Títulos negociáveis	37,2	59,5	34,5	14,8	13,7	15,6	15,7	9,3	4,4	6,7	15,1	124,8%
(1) Total de disponibilidades	640,8	798,2	707,7	598,5	609,5	681,6	777,0	884,0	1025,7	1336,6	1624,4	21,5%
(2) Operações de Tesouraria	142,5	143,8	130,5	154,5	169,2	179,3	180,8	187,0	189,5	189,4	191,8	1,3%
(3=1-2) Total disponibilidades reais	498,3	654,4	577,2	444,0	440,4	502,2	596,1	697,0	836,2	1147,2	1432,6	24,9%

3.4. Fundos Próprios (Património Líquido) e Proveitos diferidos

No Quadro 3.08 apresenta-se o valor global dos Fundos Próprios do universo total dos municípios. Os Fundos Próprios¹⁰¹ sendo a diferença entre o Ativo e o Passivo representam o património líquido de cada município.

Quadro 3.08 – Composição dos Fundos Próprios (Património Líquido)

Unidade: milhões de euros

Fundos próprios	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17			Var. (%) 15–16
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Fundo Patrimonial	18 801,3	19 737,1	20 173,5	20 704,0	21 576,6	21 392,4	21 636,4	22 073,4	22 331,2	22 650,4	22 912,6	1,2%
Reservas*	1 532,9	884,0	1 122,5	1 205,1	1 348,6	1 446,6	1 626,7	1 780,1	1 815,8	1 963,0	1 994,5	1,6%
Doações	406,3	433,8	475,1	526,9	583,8	610,6	483,7	528,0	571,6	650,2	728,4	12,0%
Subsídios + cedências + outros	133,8	172,8	563,5	754,5	194,2	229,3	139,7	139,6	194,8	275,6	296,1	7,4%
Resultados transitados	1 131,5	1 545,4	1 714,1	1 534,6	1 501,7	1 360,3	1 019,5	1 312,9	977,8	946,2	1 368,0	44,6%
Resultados do exercício	663,9	484,0	303,0	-226,2	102,0	143,4	585,1	70,5	158,1	621,2	414,6	-33,3%
Total dos Fundos Próprios	22 669,7	23 257,2	24 351,8	24 499,0	25 306,9	25 182,6	25 491,0	25 904,5	26 049,3	27 106,7	27 714,2	2,2%
Proveitos diferidos	3 494,0	3 904,3	4 440,0	4 871,0	5 299,7	6 049,8	6 575,3	6 795,5	6 854,8	6 900,3	6 725,8	-2,5%
Total dos Fundos Próprios e Proveitos diferidos (a)	26 163,7	27 161,4	28 791,8	29 369,9	30 606,6	31 232,4	32 066,3	32 700,0	32 904,1	34 006,9	34 440,0	1,3%
Peso dos Fundos Próprios sobre o ativo líquido (a)/ativo total	79,0%	78,9%	78,5%	76,0%	76,4%	77,1%	79,5%	80,2%	81,5%	82,9%	84,0%	1,4%

* Inclui todas as reservas: de reavaliação (9,3%), legais (37,2%), estatutárias (0,2%), livres (28,5%) e decorrentes da transferência de ativos (24,7%). As reservas de reavaliação resultariam da atualização do valor de aquisição e das respetivas amortizações acumuladas, dos ativos imobilizados (com exceção dos Investimentos Financeiros, pois neste caso seriam «ajustamentos» positivos). O POCAL, contudo, condiciona as reavaliações à promulgação de leis próprias para o efeito (o que contraria, em parte, as atuais tendências da contabilidade para substituir o princípio do custo histórico pela designado justo valor ou valor de mercado). O impedimento dos municípios procederem a reavaliações de uma forma livre, tem como objetivo limitar eventuais sobreavaliações do Ativo, fazendo prevalecer o princípio da prudência. No entanto, uma vez que o CIBE, para efeitos de elaboração do primeiro inventário preparado pelas regras daquele diploma, permite reavaliar bens cujo valor atual é significativamente superior ao valor histórico, tais reservas podem existir nos balanços dos municípios.

¹⁰¹ O POCAL regista os Proveitos diferidos no Passivo (na conta «2745 – Proveitos diferidos, subsídios para investimentos»), mas como, na realidade não se trata de uma dívida a pagar, incluímos esse valor, separadamente, nestes quadros.

Da análise do quadro antecedente relevam-se as seguintes observações, em relação às diferentes componentes dos Fundos Próprios:

– No final de 2016, o total do fundo patrimonial era de 22,9 mil milhões de euros representando uma taxa de crescimento de 1,2% face a 2015, tendo contribuído para esta situação 131 municípios que apresentaram aumento de valor nesta conta. Contribuíram mais para esta variação, os municípios de Vila Nova de Gaia (+32 M€), Cascais (27,7 M€), Alfândega da Fé (26,0 M€), Vila Real de Santo António (17,3 M€), Porto (12,1 M€), Leiria (11,4 M€). Esta conta deveria estar inalterada desde o primeiro ano de implementação do POCAL. O seu aumento verificado ao longo dos anos poderá significar registo contabilístico de ativos, nomeadamente imobilizado, que não foi possível avaliar nesse 1º ano de implementação do POCAL.

– Quanto aos resultados líquidos do exercício verifica-se que os mesmos, considerando a globalidade dos municípios, apresentaram grande crescimento no biénio 2014/2015, acompanhado por uma diminuição em 2016 de -33,3% (-206,6 M€) ao totalizar o valor de 414,6 M€. Em 2016, 106 municípios apresentaram resultados líquidos negativos, destacando-se pelo montante: Barcelos (-93,3 M€); Paredes (-8,4 M€); Oleiros (-6,1 M€), Moura (-5,3 M€) e Tavira (-5,2 M€).

– Os subsídios e cedências registadas em Fundos Próprios referem-se, em geral, a subsídios destinados a investimentos em bens não amortizáveis. O valor acumulado em 2016 era de 296,1 M€, representando um acréscimo de 7,4% (+20,5 M€). Da análise das contas verificou-se que em 2016, 131 municípios reconheceram valores nestas contas e 29 aumentaram o valor desta conta – O valor em doações recebidas aumentou de volume líquido nos últimos anos. Em 2016 o montante acumulado de 728,4 M€ representa um acréscimo de 12% (+78,2 M€) em relação ao ano anterior. Apresentaram registo nesta rubrica patrimonial 212 municípios.

– Relativamente às reservas, constatou-se que em 2016 o montante contabilizado de 1.994,5 M€ traduziu um acréscimo de 1.6%

(+31,6 M€)¹⁰² e representou 7,2% do total de Fundos Próprios¹⁰³. Contribuíram para o aumento deste item, 161 Municípios.

– Os **resultados transitados** em 2016 apresentaram o valor de 1.368 M€, representando 4,9% dos Fundos Próprios e um aumento 44,6% (-421,8 M€) em relação ao ano anterior.

– Os proveitos diferidos compreendem as receitas que devem ser reconhecidas como proveitos em diversos exercícios seguintes, de acordo com o princípio do acréscimo (ou da especialização dos exercícios). Esta conta, pelo volume de transferências destinadas ao investimento (ou subsídios para investimentos amortizáveis), tem assumido valores relevantes e sempre crescentes entre 2006 e 2015, diminuindo apenas em 2016., significando que foi maior o valor de depreciações do exercício de investimentos financiados, que o valor de novos financiamentos. Pelo seu próprio significado, não será uma verdadeira conta de passivo, embora se encontre registada naquela parte do balanço, por imposição de normalização contabilística aplicadas ao setor público administrativo¹⁰⁴. Dever-se-á ler esta informação como o montante de transferências/subsídios obtidos a aplicar ou aplicados em investimentos e ainda não amortizados. No final de 2016 o total dos proveitos diferidos registado no balanço dos 308 municípios foi de 6,7 mil M€ (-174,5 M€, -2,5%)¹⁰⁵.

3.5. Passivo

O Passivo inclui três grandes componentes:

- Passivo exigível, ou seja, as dívidas a pagar;
- Passivo não exigível, que inclui os «Acréscimos de Custos» e os «Proveitos Diferidos»;

¹⁰² Mantemos, no entanto, a opinião que o tratamento mais correto seria registar esta "retificação" do valor contabilístico dos ativos, na conta Resultados Transitados.

¹⁰³ Excluindo dos mesmos os proveitos diferidos.

¹⁰⁴ O SNC regista todos os subsídios destinados a investimentos na classe 5 e não em Passivos. Este procedimento vai também refletir-se no novo normativo contabilístico público recentemente aprovado, por ser uma recomendação das Normas Internacionais de Contabilidade Pública.

¹⁰⁵ O valor deste crescimento representará o montante de Transferências/subsídios ao investimento recebido em cada ano, pelo setor autárquico, deduzido da afetação de montantes a resultados do exercício, fruto da "amortização" anual dos valores acumulados na conta de proveitos diferidos (periodização económica).

– Passivo contingente refletido na conta «Provisões para riscos e encargos».

Quando se comenta o passivo de qualquer empresa ou entidade, refere-se as dívidas para com terceiros, excluindo-se o passivo não exigível (nomeadamente os proveitos diferidos) e as provisões para riscos e encargos que traduzem responsabilidades contingentes. Incluir estas duas últimas componentes, nomeadamente os proveitos diferidos, pode levar a análises financeiras distorcidas.

Assim, neste capítulo, o total da dívida que importará analisar será a que constituiu passivo exigível pelo que não serão objeto de análise pormenorizada os acréscimos de custos e proveitos diferidos¹⁰⁶.

3.5.1. Composição, estrutura e variação do passivo

Os Quadros 3.09 e 3.10 mostram o valor das diferentes componentes do passivo no período de 2006/2016, bem como as correspondentes variações anuais.

Quadro 3.09 – Componentes do Passivo*

Unidade: milhões de euros

Passivo	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Instituições de crédito e Estado (empréstimos)	3 947,9	3 940,5	4 039,3	4 498,0	4 425,0	4 303,5	3 991,4	4 018,2	3 823,1	3 426,6	3 051,4
Fornecedores e outros credores	508,9	461,6	648,2	657,8	695,6	693,5	379,3	467,8	578,8	703,0	647,8
Total de Dívidas a Médio e Longo Prazo**	4 456,7	4 402,1	4 687,5	5 155,8	5 120,6	4 997,1	4 370,7	4 485,9	4 401,9	4 129,5	3 699,2
Dívidas a Curto Prazo***	2 037,9	2 125,9	2 306,2	2 709,8	2 985,9	3 010,0	2 540,8	2 049,5	1 642,5	1 464,8	1 233,2
Instituições de crédito e Estado (empréstimos)	61,7	94,0	132,4	172,7	187,8	237,9	178,2	241,3	256,3	290,8	361,1
Fornecedores e outros credores	1 976,2	2 031,9	2 173,9	2 537,0	2 798,1	2 772,2	2 362,6	1 808,2	1 386,2	1 174,0	872,0
Dívidas a Curto Prazo – natureza ã orç.****	142,5	143,8	130,5	154,5	169,2	179,3	180,8	187,0	189,5	189,4	191,8
Total das Dívidas a Curto Prazo	2 180,4	2 269,7	2 436,8	2 864,3	3 155,1	3 189,4	2 721,7	2 236,5	1 832,0	1 654,1	1 425,0
Total de dívidas a terceiros	6 637,1	6 671,8	7 124,3	8 020,1	8 275,7	8 186,4	7 092,4	6 722,4	6 233,9	5 783,7	5 124,2
Provisão para riscos e encargos	134,7	309,6	311,0	763,6	774,8	768,4	835,9	921,2	809,5	822,6	953,8
Acréscimos de Custos	194,0	280,6	447,5	468,0	417,4	321,7	331,5	424,1	432,8	429,6	468,7
Passivo não exigível*****	328,7	590,2	758,5	1 231,6	1 192,2	1 090,1	1 167,4	1 345,3	1 242,3	1 252,3	1 422,5
Total do Passivo	6 965,8	7 262,0	7 882,8	9 251,7	9 467,9	9 276,5	8 259,8	8 067,7	7 476,2	7 035,9	6 546,7

* Exclui proveitos diferidos que neste anuário são analisados como componente do Património Líquido

** Refere-se à totalidade do stock da dívida bancária e dos contratos de locação financeira, bem como outras dívidas a terceiros, de médio prazo, ainda existentes. Todos os empréstimos estão abrangidos por este cálculo, incluindo aqueles que foram objeto de exceção para efeitos de cálculo do anterior limite de endividamento e as dívidas dos municípios às empresas concessionárias de serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão.

*** Os valores apresentados neste quadro não coincidem com os montantes apresentados no Capítulo 2 deste anuário (ponto 2.3.2) para compromissos do exercício por pagar. Anota-se que, dos valores apresentados no Capítulo 2 em compromissos por pagar, poderão constar montantes de encargos assumidos não concretizados, que não foram objeto de anulação em sede de encerramento de contas. Foi chamada a atenção para este facto no ponto 2.3.4, relativo à análise da despesa.

**** Os montantes inscritos nestas linhas são os saldos de operações de tesouraria apresentados no mapa de fluxos de caixa. Com a informação recolhida para a realização deste Anuário, não foi possível identificar que valores das contas «24 – Estado e outros entes públicos» e «26 – Outros devedores e credores» do balanço se referem a dívida de natureza não orçamental. Assim, apenas se isolou do total do Passivo de curto prazo os montantes inscritos em operações de tesouraria, admitindo que existirão mais valores para além destes que também se referem a dívida não orçamental, como por exemplo o valor do IVA a entregar ao Estado.

***** Não inclui os proveitos diferidos.

¹⁰⁶ Que não representam qualquer encargo para com terceiros.

Quadro 3.10.A – Variação das Componentes do Passivo em valor absoluto

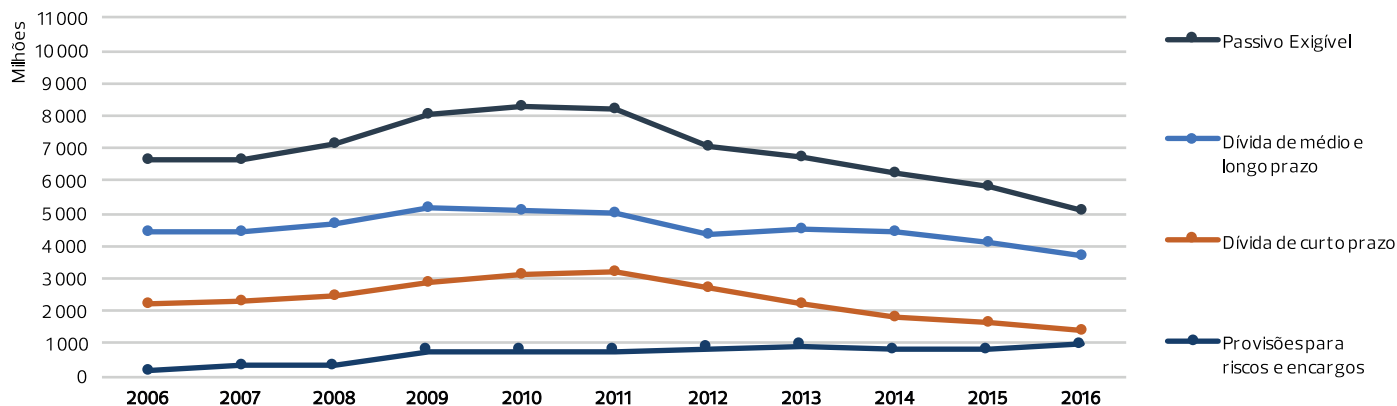
Unidade: milhões de euros

Passivo	Variação em M€									
	06-07	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16
Instituições de crédito e Estado (empréstimos)	-7,4	98,8	458,7	-73,0	-121,5	-312,2	26,8	-195,1	-396,5	-375,1
Fornecedores e outros credores	-47,3	186,6	9,6	37,8	-2,1	-314,2	88,5	111,1	124,1	-55,2
Total de Dívidas a Médio e Longo Prazo	-54,7	285,4	468,3	-35,2	-123,5	-626,4	115,2	-84,0	-272,4	-430,3
Dívidas a Curto Prazo	88,0	180,3	403,5	276,2	24,1	-469,2	-491,3	-407,0	-177,7	-231,6
Instituições de crédito e Estado (empréstimos)	32,3	38,4	40,3	15,1	50,1	-59,6	63,1	15,0	34,4	70,4
Fornecedores e outros credores	55,7	141,9	363,2	261,1	-26,0	-409,6	-554,4	-422,0	-212,1	-302,0
Dívidas a Curto Prazo – natureza ã orç.	1,3	-13,3	24,0	14,6	10,2	1,5	6,1	2,5	-0,1	2,5
Total das Dívidas a Curto Prazo	89,3	167,1	427,5	290,8	34,3	-467,7	-485,2	-404,5	-177,9	-229,1
Total de dívidas a terceiros	34,7	452,5	895,8	255,6	-89,3	-1.094,1	-369,9	-488,5	-450,2	-659,5

Quadro 3.10.B – Taxas de variação das componentes do Passivo

Passivo	Variação em %									
	06-07	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16
Instituições de crédito e Estado (empréstimos)	-0,2%	2,5%	11,4%	-1,6%	-2,7%	-7,3%	0,7%	-4,9%	-10,4%	-10,9%
Fornecedores e outros credores	-9,3%	40,4%	1,5%	5,7%	-0,3%	-45,3%	23,3%	23,7%	21,4%	-7,9%
Total de Dívidas a Médio e Longo Prazo	-1,2%	6,5%	10,0%	-0,7%	-2,4%	-12,5%	2,6%	-1,9%	-6,2%	-10,4%
Dívidas a Curto Prazo	4,3%	8,5%	17,5%	10,2%	0,8%	-15,6%	-19,3%	-19,9%	-10,8%	-15,8%
Instituições de crédito e Estado (empréstimos)	52,3%	40,8%	30,5%	8,7%	26,7%	-25,1%	35,4%	6,2%	13,4%	24,2%
Fornecedores e outros credores	2,8%	7,0%	16,7%	10,3%	-0,9%	-14,8%	-23,5%	-23,3%	-15,3%	-25,7%
Dívidas a Curto Prazo – natureza ã orç.	0,9%	-9,2%	18,4%	9,5%	6,0%	0,8%	3,4%	1,3%	-0,1%	1,3%
Total das Dívidas a Curto Prazo	4,1%	7,4%	17,5%	10,2%	1,1%	-14,7%	-17,8%	-18,1%	-9,7%	-13,9%
Total de dívidas a terceiros	0,5%	6,8%	12,6%	3,2%	-1,1%	-13,4%	-5,2%	-7,3%	-7,2%	-11,4%

Gráfico 3.04 – Evolução do Passivo



Em complemento à análise do passivo para o universo dos 308 municípios, apresenta-se o Gráfico 3.04 com a evolução das suas principais.

Da análise dos Quadros 3.09 e 3.10 bem como do gráfico 3.04 pode-se referir:

- O gráfico anterior é bem elucidativo da grande variação do passivo exigível aos municípios entre 2006 e 2016. Um crescimento até 2010 e uma descida progressiva a partir de 2011 que se intensificou a partir de 2012 e se consolidou em 2016.
- Face aos parâmetros acabados de expor, verifica-se que entre 2010 (ano em que se registou maior passivo exigível) e 2016 o passivo exigível desceu 38,1%, isto é, -3.151 M€.
- Contribuiu para essa descida, essencialmente a redução das dívidas a curto prazo que neste período (2010-2016) diminuíram 58,7%, isto é -1.752 M€, e 15,8% em relação a 2015 (-231,6 milhões de euros). Anote-se que 25% da dívida de curto prazo no final de 2016 (361 milhões de euros) dizia respeito a dívidas à banca, e destes, 345 milhões de euros correspondiam ao valor das amortizações¹⁰⁷ a pagar no ano subsequente (no espaço de 12 meses) das dívidas de médio e longo prazo¹⁰⁸. Por outro lado, do total de 1.425 milhões de euros de dívida a pagar de curto prazo, 191,8 M€ refere-se a operações de tesouraria e 872 M€ (61,2%) correspondem a dívidas a fornecedores e outros credores.
- Mais se anota a descida global da dívida de MLP entre 2010 e 2016 (-1.421 M€, -27,8%) com a diminuição da utilização de empréstimos bancários, pese embora a forte adesão¹⁰⁹ dos municípios às linhas de crédito disponibilizadas pelo Estado para liquidação de dívida de curto prazo, nomeadamente a partir de 2012. Em relação a 2015, em 2016 a descida da dívida a médio e longo prazo foi de -430,3 milhões de euros (-10,4%).
- Esta **descida de dívida de MLP** mostra bem o esforço dos municípios na intensificação das amortizações de empréstimos alo-

cando uma parte significativa dos seus recursos para esse fim, como se verificou na análise apresentada no capítulo 2 deste Anuário. **Em 2016, 10,1% dos pagamentos destinaram-se à amortização de empréstimos (751,8M€), tendo em 2012 (ano de maior abate ao stock da dívida, com 890,3M€) o valor das amortizações representado 11,7% dos pagamentos efetuados.**

- Conforme exposto no Anuário de 2014, entre 2006 e 2009 aderiram aos programas PPTH¹¹⁰ e PREDE¹¹¹, 108 municípios, tendo 33 destes, contratualizado empréstimos ao abrigo do PPTH e, 92 subscrito o PREDE, sendo que 17 destes municípios se candidataram a ambos os programas. O montante do financiamento contratualizado foi de 582M€ dos quais, 40% foram financiados pelo Estado e os restantes 60% mutuados por instituições de crédito.
- Da análise das contas verificou-se que só 83 municípios dos 157 abrangidos pelo conjunto de programas de apoio PREDE, PPTH, PAEL e ATU, apresentaram descida da dívida de curto prazo entre 2006 e 2016.
- Relativamente à utilização do Fundo de Apoio Municipal, constatou-se que só ocorreram utilizações de apoio transitório de urgência (ATU) nos anos de 2014 e 2015, não se verificando qualquer utilização neste âmbito, em 2016, conforme quadro infra. Neste último ano apenas se procedeu à amortização e parte dos empréstimos utilizados.

¹⁰⁷ Este valor já não consta no total da "instituições de crédito e Estado" apresentada na primeira linha do quadro 3.09

¹⁰⁸ As regras contabilísticas obrigam a que com o encerramento das contas, no balanço, ao montante de amortizações a pagar nos doze meses subsequentes sejam contabilizados como dívida de curto prazo.

¹⁰⁹ Devidamente tratada no Anuário de 2014.

¹¹⁰ Beneficiaram da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro

¹¹¹ Em 27 de Novembro de 2008, a RCM n.º 191- A / 2008 aprovou um reforço de verbas a atribuir aos municípios com vista a garantir o pagamento a credores das autarquias com dívida já vencidas. Posteriormente o prazo deste programa foi alargado até 30 de junho de 2009.

Quadro 3.11.A – Municípios que recorreram a Empréstimo de Apoio Transitório de Urgência (ATU)

Unidade: euros

Município	Dimensão	2014	2015	Total de empréstimos	Amortizado em 2016	Dívida em 31.12.2016
Aveiro	M	10 526 250	-	10 526 250	0	10 526 250
Vila Nova de Poiares	P	854 529	-	854 529	854 529	0
Nazaré	P	-	7 552 302	7 552 302	0	7 552 302
Cartaxo	M	-	4 817 323	4 817 323	0	4 817 323
Santa Comba Dão	P	-	487 158	487 158	97 432	389 727
Alfândega da Fé	P	-	542 819	542 819	542 819	0
Total	---	11 380 778	13 399 602	24 780 380	1 494 779	23 285 601

Quadro 3.11.B – Municípios que recorreram a Empréstimos do Programa de Ajustamento Municipal (PAM)

Unidade: euros

Município	Dimensão	Montante aprovado	Utilizado em 2016	Amortizado em 2016	Dívida em 31.12.2016
Portimão	M	137 361 827	33 234 497	0	33 234 497
Aveiro	M	85 500 000	0	0	0
Cartaxo	M	52 400 000	0	0	0
Fornos de Algodres	P	32 600 000	0	0	0
Vila Real de Santo António	P	19 600 000	5 541 756	0	5 541 756
Alandroal	P	16 579 276	11 425 000	0	11 425 000
Vila Nova de Poiares	P	14 113 948	11 423 784	0	11 423 784
Santa Comba Dão	P	8 500 000	0	0	0
Alfândega da Fé	P	1 382 819	1 382 819	0	1 382 819
Total	---	368 037 869	63 007 856	0	63 007 856

No que se refere à utilização da linha de empréstimos ao abrigo do PAM (Programa de Ajustamento Municipal) o quadro supra mostra os nove municípios que recorreram à referida linha de apoio financeiro em 2016, bem como o total em dívida em dezembro de 2016.

Relativamente à utilização da linha de empréstimos ao abrigo do PAEL (**Programa de Apoio à Economia Local**) o quadro infra mostra os 103 municípios que recorreram a esta linha de apoio financeiro entre 2012 e 2015, constatando-se que da mesma não

houve qualquer utilização em 2016, ano em que só e procedeu a amortizações do capital em dívida. Destes 103 municípios 20 acabaram de liquidar o capital em dívida em 2016, sendo que 397,3 M€ ainda ficou em dívida em dezembro de 2016.

Quadro 3.11.C- Empréstimos do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)

Unidade: euros

	Município	Dim.	Tranches				Financiam. Total	Dívida em 01/01/2016	Amortização 2016	Dívida em 31/12/2016
			2012	2013	2014	2015				
1	Fundão	M	0	36 770 699	0	0	36 770 699	31 575 566	933 124	30 642 442
2	Évora	M	0	25 733 099	6 433 275	0	32 166 373	28 434 249	1 624 814	26 809 435
3	Vila Real Santo António	P	0	0	24 334 084	0	24 334 084	22 866 364	990 528	21 875 837
4	Funchal	G	0	28 410 797	0	0	28 410 797	23 337 327	2 029 337	21 307 989
5	Santarém	M	0	14 749 060	9 168 411	0	23 917 471	21 350 016	1 359 383	19 990 633
6	Vila Nova de Gaia	G	0	15 926 002	6 273 459	0	22 199 460	18 631 671	1 620 145	17 011 526
7	Cartaxo	M	0	0	10 600 746	6 373 686	16 974 432	16 709 413	785 986	15 923 427
8	Trofa	M	0	9 958 313	6 603 252	0	16 561 564	15 060 423	840 829	14 219 594
9	Paredes	M	0	19 690 777	0	0	19 690 777	15 641 903	1 450 853	14 191 049
10	Faro	M	0	0	16 710 900	0	16 710 900	15 536 852	1 857 066	13 679 786
11	Valongo	M	0	16 263 896	0	0	16 263 896	12 920 762	1 174 615	11 746 147
12	Santa Cruz	M	0	0	13 479 093	0	13 479 093	12 208 948	678 275	11 530 673
13	Vila do Conde	M	0	10 928 221	0	0	10 928 221	9 562 193	546 411	9 015 782
14	Lamego	M	0	11 816 203	0	0	11 816 203	9 706 167	844 015	8 862 152
15	Vila Verde	M	0	10 438 783	0	0	10 438 783	8 293 033	757 344	7 535 689
16	Paços de Ferreira	M	0	7 076 475	0	0	7 076 475	6 848 045	0	6 848 045
17	Espinho	M	0	8 176 751	0	0	8 176 751	7 154 657	408 838	6 745 819
18	Sesimbra	M	0	8 912 069	0	0	8 912 069	7 080 144	643 649	6 436 494
19	Nordeste	P	0	6 089 422	1 520 987	0	7 610 408	6 727 387	384 422	6 342 965
20	Vizela	M	0	0	4 640 105	3 093 404	7 733 509	7 461 845	1 692 729	5 769 116
21	Ílhavo	M	6 156 369	1 404 247	0	0	7 560 616	5 981 348	543 759	5 437 589
22	Póvoa de Varzim	M	0	7 380 944	0	0	7 380 944	5 861 362	532 851	5 328 511
23	Torres Novas	M	0	6 778 372	0	0	6 778 372	5 629 451	511 936	5 117 515
24	Santa Maria da Feira	G	0	12 553 555	0	0	12 553 555	9 899 966	5 399 981	4 499 984
25	Câmara de Lobos	M	0	5 815 459	0	0	5 815 459	4 620 059	420 005	4 200 054
26	Reguengos de Monsaraz	P	0	4 649 883	0	0	4 649 883	4 076 405	0	4 076 405
27	Borba	P	0	4 886 116	0	0	4 886 116	4 275 351	244 306	4 031 046
28	Lagos	M	0	9 118 416	0	0	9 118 416	7 217 639	3 217 639	4 000 000
29	Peso da Régua	P	0	4 961 948	0	0	4 961 948	4 118 103	358 096	3 760 007
30	Freixo de Espada à Cinta	P	0	2 608 041	1 619 187	0	4 227 228	3 841 871	258 234	3 583 637
31	Calheta (R. A. M.)	P	0	4 232 882	0	0	4 232 882	3 362 789	305 708	3 057 081
32	Santa Comba Dão	P	0	0	2 017 294	1 344 681	3 361 975	3 261 110	220 724	3 040 386
33	Olhão	M	0	4 066 208	0	0	4 066 208	3 250 078	282 616	2 967 463
34	Trancoso	P	0	2 508 574	1 012 714	0	3 521 287	2 956 476	259 702	2 696 774
35	Óbidos	P	0	3 839 744	0	0	3 839 744	2 873 519	261 229	2 612 290
36	Vagos	M	0	3 551 943	0	0	3 551 943	2 821 784	256 526	2 565 258
37	Ourém	M	0	3 348 153	0	0	3 348 153	2 750 268	239 154	2 511 115

	Município	Dim.	Tranches				Financiam. Total	Dívida em 01/01/2016	Amortização 2016	Dívida em 31/12/2016
			2012	2013	2014	2015				
38	Peniche	M	0	2 241 803	940 976	0	3 182 779	2 589 476	236 318	2 353 158
39	Seia	M	0	1 660 839	1 098 026	0	2 758 865	2 438 642	139 351	2 299 291
40	Entroncamento	M	0	3 181 878	0	0	3 181 878	2 527 063	229 847	2 297 217
41	Viana do Castelo	M	0	2 809 410	0	0	2 809 410	2 432 729	202 727	2 230 002
42	Chamusca	P	0	4 323 830	0	0	4 323 830	2 756 441	551 288	2 205 153
43	Paredes de Coura	P	0	2 881 120	0	0	2 881 120	2 288 890	208 081	2 080 809
44	São Pedro do Sul	P	0	2 850 609	0	0	2 850 609	2 264 182	205 835	2 058 347
45	Covilhã	M	0	2 815 021	0	0	2 815 021	2 236 378	203 307	2 033 071
46	Estremoz	P	0	2 710 733	0	0	2 710 733	2 153 527	200 024	1 953 503
47	Valpaços	P	0	2 649 478	0	0	2 649 478	2 104 863	191 351	1 913 512
48	Tábua	P	0	1 710 268	732 972	0	2 443 240	2 029 247	176 456	1 852 791
49	Ansião	P	0	2 231 033	0	0	2 231 033	1 915 790	112 694	1 803 097
50	Arruda dos Vinhos	P	0	2 441 431	0	0	2 441 431	1 939 581	176 326	1 763 256
51	Caminha	P	0	2 281 969	0	0	2 281 969	1 895 302	164 809	1 730 493
52	Sertã	P	0	2 130 877	0	0	2 130 877	1 769 811	153 897	1 615 915
53	Melgaço	P	0	2 105 126	0	0	2 105 126	1 729 211	150 366	1 578 844
54	Vale de Cambra	M	0	2 145 858	0	0	2 145 858	1 704 765	154 979	1 549 786
55	Miranda do Douro	P	0	2 029 129	0	0	2 029 129	1 666 785	144 938	1 521 847
56	Penela	P	1 619 470	623 585	0	0	2 243 055	1 589 791	144 526	1 445 265
57	Praia da Vitória	M	1 367 334	586 000	0	0	1 953 335	1 551 816	141 074	1 410 742
58	Moimenta da Beira	P	0	1 447 492	964 995	0	2 412 487	2 182 373	808 286	1 374 087
59	Penafiel	M	0	1 736 014	0	0	1 736 014	1 379 166	125 379	1 253 788
60	Santo Tirso	M	0	1 730 000	0	0	1 730 000	1 374 389	124 944	1 249 444
61	Alvaiázere	P	0	1 718 333	0	0	1 718 333	1 365 120	124 102	1 241 018
62	Soure	P	0	1 695 316	0	0	1 695 316	1 346 834	122 439	1 224 395
63	Ribeira Grande	M	1 434 848	572 466	0	0	2 007 314	1 426 211	203 744	1 222 466
64	Mourão	P	0	704 859	469 906	0	1 174 765	1 062 710	62 630	1 000 080
65	Aljustrel	P	0	932 630	295 246	0	1 227 876	1 027 268	95 230	932 038
66	Alenquer	M	0	804 856	344 938	0	1 149 795	954 968	83 041	871 928
67	Sobral de Monte Agraço	P	0	1 053 287	0	0	1 053 287	865 200	75 235	789 965
68	Lourinhã	M	0	972 490	0	0	972 490	798 831	69 464	729 367
69	Valença	P	0	1 000 000	0	0	1 000 000	794 444	72 222	722 222
70	Armamar	P	0	987 994	0	0	987 994	784 906	71 355	713 551
71	Ponte da Barca	P	0	846 752	0	0	846 752	695 547	21 576	673 970
72	Rio Maior	M	0	895 929	0	0	895 929	710 419	64 584	645 835
73	Lousã	P	0	880 772	0	0	880 772	699 724	63 611	636 113
74	Nelas	P	0	1 625 515	0	0	1 625 515	669 058	38 232	630 826
75	Gouveia	P	0	754 338	0	0	754 338	619 635	53 881	565 753
76	Oliveira de Azeméis	M	0	851 531	364 942	0	1 216 473	812 932	248 887	564 045

Município	Dim.	Tranches				Financiam. Total	Dívida em 01/01/2016	Amortização 2016	Dívida em 31/12/2016	
		2012	2013	2014	2015					
77	Vila Nova da Barquinha	P	0	731 491	0	0	731 491	580 930	52 812	528 118
78	Montijo	M	0	846 737	0	0	846 737	531 652	50 622	481 030
79	Vila Nova de Paiva	P	0	548 573	0	0	548 573	467 303	40 635	426 668
80	Sardoal	P	0	444 793	0	0	444 793	369 426	27 182	342 244
81	Monforte	P	0	504 812	0	0	504 812	384 587	51 278	333 309
82	Ferreira do Alentejo	P	0	393 742	0	0	393 742	311 484	28 317	283 168
83	Oliveira de Frades	P	0	485 614	0	0	485 614	283 898	70 974	212 923
84	Albufeira	M	0	10 007 235	6 388 834	0	16 396 069	0	0	0
85	Loulé	M	0	14 506 376	0	0	14 506 376	0	0	0
86	Guarda	M	0	12 754 235	193 778	857 548	13 805 561	12 074 926	12 074 926	0
87	Barreiro	M	0	10 201 380	0	0	10 201 380	8 379 705	8 379 705	0
88	Chaves	M	0	7 852 817	0	0	7 852 817	6 237 337	6 237 337	0
89	Aljó	P	0	0	2 654 815	1 769 876	4 424 691	2 055 687	2 055 687	0
90	Alcobaça	M	3 105 072	1 279 392	0	0	4 384 463	0	0	0
91	Lagoa (Algarve)	M	0	4 000 000	0	0	4 000 000	0	0	0
92	Mangualde	P	0	3 952 939	0	0	3 952 939	3 281 344	3 281 344	0
93	Sines	P	0	3 528 273	0	0	3 528 273	0	0	0
94	Azambuja	M	0	3 139 294	0	0	3 139 294	2 578 706	2 578 706	0
95	Vieira do Minho	P	0	3 056 978	0	0	3 056 978	2 511 089	2 511 089	0
96	Póvoa de Lanhoso	M	0	2 469 210	0	0	2 469 210	0	0	0
97	Ribeira de Pena	P	0	2 033 926	0	0	2 033 926	1 615 692	1 615 692	0
98	Grândola	P	0	1 477 043	0	0	1 477 043	1 164 019	1 164 019	0
99	Porto Santo	P	0	1 471 209	0	0	1 471 209	0	0	0
100	Tavira	M	0	1 165 078	0	0	1 165 078	0	0	0
101	Almeirim	M	0	687 703	0	0	687 703	150 000	150 000	0
102	Alfândega da Fé	P	0	416 674	270 175	0	686 850	610 156	610 156	0
103	Montemor-o-Velho	M	0	0	0	447 380	447 380	447 380	447 380	0
Total			13 683 092	468 221 147	119 133 108	13 886 575	614 923 921	479 093 891	81 779 728	397 314 163

Quanto à utilização da linha de empréstimos ao abrigo do **PREDE** (Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas ao Estado) o quadro infra mostra os 92 municípios que recorreram a esta linha de apoio financeiro e que se encontram a proceder à liquidação do capital utilizado. Em 2016 o total amortizado este programa foi de 40,4 M€ e o valor em falta é de 93,5 M€. Cinco municípios já amor-

tizaram a totalidade deste empréstimo e dois outros municípios (Nazaré e Reguengos de Monsaraz) não procederam a qualquer amortização em 2016, pese embora continuem a mostrar capital em dívida relacionado com esta linha de financiamento. Destes 103 municípios 20 acabaram de liquidar o capital em dívida em 2016, sendo que 397,3 M€ ainda ficou em dívida em dezembro de 2016.

Quadro 3.11.D- Empréstimos do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas ao Estado (PREDE)

Unidade: euros

	Município	Dimensão	Financiamento Total - Estado	Dívida em 01/01/2016	Amortização 2016	Dívida em 31/12/2016
1	Lisboa	G	44 874 367	28 785 710	8 224 488	20 561 221
2	Santarém	M	9 200 000	6 440 000	1 840 000	4 600 000
3	Silves	M	6 000 000	4 200 000	1 200 000	3 000 000
4	Nazaré	P	3 564 007	2 851 206	0	2 851 206
5	Guarda	M	6 946 024	3 781 724	1 080 493	2 701 232
6	Figueira da Foz	M	4 329 925	3 463 940	865 985	2 597 955
7	Maia	G	5 018 213	3 512 749	1 003 643	2 509 107
8	Torres Novas	M	4 781 337	3 346 936	956 267	2 390 669
9	Ourém	M	4 544 000	3 180 800	908 800	2 272 000
10	Sines	P	4 515 435	3 160 804	903 087	2 257 717
11	Fundão	M	3 003 875	2 703 488	600 775	2 102 713
12	Évora	M	4 042 856	3 234 285	1 212 857	2 021 428
13	Vila Nova de Gaia	G	4 000 000	2 800 000	800 000	2 000 000
14	Paredes	M	3 933 333	2 753 333	786 667	1 966 667
15	Sintra	G	3 880 369	2 716 258	776 074	1 940 185
16	Valongo	M	3 607 030	2 524 921	721 406	1 803 515
17	Castelo de Paiva	P	3 500 000	2 450 000	700 000	1 750 000
18	Santa Maria da Feira	G	3 200 000	2 240 000	640 000	1 600 000
19	Funchal	G	3 000 000	2 100 000	600 000	1 500 000
20	Ílhavo	M	2 800 000	1 960 000	560 000	1 400 000
21	Portimão	M	3 136 216	1 881 730	627 243	1 254 486
22	Faro	M	2 400 000	1 680 000	480 000	1 200 000
23	Macedo de Cavaleiros	P	2 306 204	1 614 343	461 241	1 153 102
24	Reguengos de Monsaraz	P	1 045 478	1 045 478	0	1 045 478
25	Lamego	M	2 599 200	1 559 520	519 840	1 039 680
26	Celorico da Beira	P	1 674 622	1 339 698	334 924	1 004 773
27	Vale de Cambra	M	1 993 600	1 395 520	398 720	996 800
28	Braga	G	1 803 252	1 262 276	360 650	901 626
29	Póvoa de Varzim	M	2 112 000	1 267 200	422 400	844 800
30	Mangualde	P	1 676 091	1 173 264	335 218	838 046
31	Santiago do Cacém	M	1 652 191	1 156 534	330 438	826 096
32	Tomar	M	1 996 611	1 197 967	399 322	798 644
33	Miranda do Douro	P	1 556 000	1 089 200	311 200	778 000
34	Arcos de Valdevez	M	1 932 052	1 159 231	386 410	772 821
35	Moimenta da Beira	P	1 911 544	1 146 926	382 309	764 618
36	Paços de Ferreira	M	1 520 000	1 064 000	304 000	760 000
37	Ourique	P	1 163 554	930 843	232 711	698 132
38	Alcobaça	M	1 200 000	840 000	240 000	600 000
39	Alcanena	P	1 174 005	821 804	234 801	587 003
40	Melgaço	P	1 076 745	753 722	215 349	538 373
41	Estarreja	M	1 064 954	745 468	212 991	532 477
42	Caminha	P	1 000 000	700 000	200 000	500 000
43	Mirandela	M	1 200 000	720 000	240 000	480 000
44	Alcochete	P	942 394	659 676	188 479	471 197
45	Alenquer	M	413 690	553 935	82 738	471 197

CAPÍTULO 3. ANÁLISE FINANCEIRA, ECONÓMICA E PATRIMONIAL DOS MUNICÍPIOS

Município	Dimensão	Financiamento Total - Estado	Dívida em 01/01/2016	Amortização 2016	Dívida em 31/12/2016
46 Carrazeda de Ansiães	P	906 278	634 395	181 256	453 139
47 Monforte	P	805 218	563 653	161 044	402 609
48 Chamusca	P	1 000 000	600 000	200 000	400 000
49 Azambuja	M	800 000	560 000	160 000	400 000
50 Ribeira Grande	M	800 000	560 000	160 000	400 000
51 São Pedro do Sul	P	800 000	560 000	160 000	400 000
52 Alpiarça	P	741 864	593 491	222 559	370 932
53 Borba	P	704 032	492 822	140 806	352 016
54 Celorico de Basto	P	680 070	476 049	136 014	340 035
55 São João da Madeira	M	800 000	480 000	160 000	320 000
56 Portalegre	M	632 595	506 076	189 779	316 298
57 Barreiro	M	780 895	468 537	156 179	312 358
58 Bombarral	P	518 531	414 825	103 706	311 119
59 Vagos	M	600 000	420 000	120 000	300 000
60 Freixo de Espada à Cinta	P	556 461	389 523	111 292	278 231
61 Murça	P	540 000	378 000	108 000	270 000
62 Arruda dos Vinhos	P	596 064	357 638	119 213	238 426
63 Tondela	M	450 603	315 422	90 121	225 302
64 Amares	P	440 000	396 000	176 000	220 000
65 Resende	P	427 000	298 900	85 400	213 500
66 Rio Maior	M	421 012	294 708	84 202	210 506
67 Sardoal	P	415 640	290 948	83 128	207 820
68 Soure	P	497 888	298 733	99 578	199 155
69 Mira	P	394 880	276 416	78 976	197 440
70 Sabrosa	P	393 526	275 468	78 705	196 763
71 Castro Daire	P	372 410	260 687	74 482	186 205
72 Monção	P	360 524	252 367	72 105	180 262
73 Ribeira de Pena	P	351 127	245 789	70 225	175 564
74 Tarouca	P	280 000	224 000	56 000	168 000
75 Nisa	P	335 340	234 738	67 068	167 670
76 Espinho	M	328 066	229 646	65 613	164 033
77 Torre de Moncorvo	P	388 208	232 925	77 642	155 283
78 Sever do Vouga	P	300 000	210 000	60 000	150 000
79 Gouveia	P	294 399	206 079	58 880	147 200
80 Boticas	P	262 313	183 619	52 463	131 157
81 Vila Nova de Foz Côa	P	162 572	146 315	32 514	113 800
82 Entroncamento	M	187 392	131 174	37 478	93 696
83 Nelas	P	216 000	129 600	43 200	86 400
84 Montalegre	P	172 766	120 936	34 553	86 383
85 Figueira de Castelo Rodrigo	P	161 536	113 075	32 307	80 768
86 Sobral de Monte Agraço	P	161 398	112 979	32 280	80 699
87 Horta	P	136 883	95 818	27 377	68 442
88 Leiria	G	4 274 320	1 558 009	1 558 009	0
89 Vila do Conde	M	3 960 000	0	0	0
90 Vila Nova de Poiares	P	1 838 263	1 470 610	1 470 610	0
91 Alfândega da Fé	P	1 200 000	840 000	840 000	0
92 Meda	P	648 000	0	0	0
TOTAL	---	201 385 248	133 864 457	40 410 289	93 454 168

Quadro 3.11.E- Empréstimos do Programa Pagar a Tempo e Horas (PPTH)

Unidade: euros

	Município	Dimensão	Financiamento Total – Estado	Dívida em 01/01/2016	Amortização 2016	Dívida em 31/12/2016
1	Funchal	G	4 000 000	2 000 000	800 000	1 200 000
2	Barreiro	M	2 400 000	1 200 000	480 000	720 000
3	Santa Maria da Feira	G	2 400 000	1 200 000	480 000	720 000
4	Covilhã	M	1 924 076	962 038	384 815	577 223
5	Évora	M	1 253 112	877 178	375 934	501 245
6	Chaves	M	1 600 000	800 000	320 000	480 000
7	Espinho	M	956 078	478 039	191 216	286 823
8	Faro	M	881 818	440 909	176 364	264 545
9	Póvoa de Varzim	M	840 000	420 000	168 000	252 000
10	Torre de Moncorvo	P	779 604	389 802	155 921	233 881
11	Cabeceiras de Basto	P	766 667	383 334	153 333	230 000
12	Peniche	M	753 670	376 835	150 734	226 101
13	Ribeira de Pena	P	740 000	370 000	148 000	222 000
14	Sátão	P	737 422	368 711	147 484	221 227
15	Montalegre	P	576 588	288 294	115 318	172 976
16	Portimão	M	560 073	280 037	112 015	168 022
17	Póvoa de Lanhoso	M	419 298	251 579	83 860	167 719
18	Cantanhede	M	536 800	268 400	107 360	161 040
19	Tondela	M	505 004	282 502	131 301	151 201
20	Azambuja	M	486 177	243 089	97 235	145 853
21	Santo Tirso	M	360 000	216 000	72 000	144 000
22	Celorico de Basto	P	444 304	222 152	88 861	133 291
23	Lousã	P	400 000	200 000	80 000	120 000
24	Miranda do Corvo	P	400 000	200 000	80 000	120 000
25	Arcos de Valdevez	M	380 800	190 400	76 160	114 240
26	Vimioso	P	324 622	162 311	64 924	97 387
27	Viseu	M	187 525	112 515	37 505	75 010
28	Ponta do Sol	P	180 000	108 000	36 000	72 000
29	Freixo de Espada à Cinta	P	206 552	103 276	41 310	61 966
30	Ponte da Barca	P	98 000	49 000	19 600	29 400
31	Vizela	M	72 000	36 000	14 400	21 600
32	Leiria	G	3 814 400	1 907 200	1 907 200	0
33	Torres Vedras	M	1 280 000	0	0	0
	Total		31 264 591	15 387 600	7 296 849	8 090 751

Quanto à liquidação dos empréstimos obtidos pelo Programa Pagar a Tempo e Horas (PPTH), verifica-se pelo quadro supra que 31 municípios ainda mantêm capital em dívida em dezembro de 2016, totalizando a verba, embora exígua, de 8, 1M€.

Observando o Quadro 3.12, mostra a evolução do valor do capital em dívida de 2015 para 2016, utilizado por recurso linhas de financiamento contratualizadas com o Estado, ao abrigo dos sucessivos programas destinados a impedir a rutura financeira de alguns municípios e providenciar o pagamento a horas, dos seus débitos¹¹².

Quadro 3.12 – Componentes da Dívida a pagar de Médio e Longo Prazo em 2015 e 2016

Unidade: milhões euros

Dívidas a Médio e Longo Prazo	2015	2016	Variação (%) 15-16
Dívida a Instituições de crédito	2 775,7	2 468,3	-11,1%
Dívida de adesões ao PPTH (Estado)	15,4	8,1	-47,4%
Dívidas de adesão ao PREDE (Estado)	133,9	93,5	-30,2%
Dívida de adesões ao PAEL	476,9	395,3	-17,1%
Dívidas de adesão ao ATU	24,8	23,3	-6,0%
Dívidas de adesão ao FAM	-	63,0	-
Dívida a fornecedores e outros credores	703,0	647,8	-7,9%
Total de dívidas de médio e longo p.	4 129,5	3 699,2	-10,4%

Concluindo a análise do passivo e face à obrigatoriedade de contabilização dos encargos contingentes em provisões, observaram-se, mais detalhadamente, as contas dos municípios com valores mais representativos nesta rubrica resultando o Quadro 3.13 abaixo listam-se os 29 municípios com provisões para riscos e encargos acima de 5 M€. Desta lista, destaca-se o município de Lisboa que apresentou valores notoriamente mais elevados que os restantes municípios. Realça-se o facto de, entre estes 25 municípios, se encontrarem três de pequena dimensão, Sines, Gouveia e Sabugal, e treze municípios de média dimensão.

Conforme consta no relatório de gestão do município de Barcelos

é de referir que em 2016, por recomendação do Tribunal de Contas, este município constituiu uma provisão no valor de 97,8 milhões de euros que correspondeu à melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação do município no âmbito do processo da concessão das redes de abastecimento de águas e saneamento no concelho de Barcelos

Para além destes 29 municípios com provisões para riscos e encargos¹¹³ há mais 190 municípios que as constituíram, embora com valor bastante inferior ao apresentado pelos municípios assinalados no quadro 3.13.

¹¹² A adesão a estes programas de apoio teve como objetivo, atenuar o impacto negativo na economia local da diminuição de receitas municipais e da correspondente dificuldade de pagamento dos compromissos assumidos por parte dos municípios.

¹¹³ Contudo, para além das provisões que a lei obriga a constituir como forma de acautelar contingências que possam no futuro transformar-se em encargos reais, os municípios deveriam constituir provisões para todos os processos em contenda em tribunal dos quais possam advir responsabilidades financeiras, desde que os respetivos montantes possam ser objetivamente apurados. Dos mapas de prestação de contas não foi possível obter uma discriminação mais apurada da natureza destes registos, de modo a concluir-se sobre quais as provisões que estarão em maior probabilidade de se transformarem em futuros desembolsos.

Quadro 3.13 – Municípios com valor em provisões para riscos e encargos superior a 5 milhões de euros

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			Variação 15-16
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1	Lisboa	G	80 067 941	215 578 612	189 025 582	584 397 163	525 337 602	439 185 125	414 569 899	441 768 499	225 556 087	211 714 857	246 870 971	35 156 114
2	Barcelos	G	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	97 809 000	97 809 000
3	Loures	G	15 498 000	17 727 417	20 925 849	25 191 829	27 783 671	64 005 025	67 772 510	73 522 699	72 142 323	70 849 651	72 225 255	1 375 604
4	Paços de Ferreira	M	0	0	0	0	3 000 000	3 000 000	3 000 000	2 765 477	5 627 746	55 477 553	55 731 229	253 676
5	Porto	G	0	27 644 391	25 263 804	22 074 305	22 823 882	24 185 689	30 982 291	31 078 615	38 429 002	40 445 332	43 277 433	2 832 101
6	Coimbra	G	0	0	0	500 000	7 052 612	6 668 295	10 821 493	13 096 256	18 070 480	26 059 616	34 147 170	8 087 554
7	Marco Canaveses	M	949 900	949 900	949 900	41 860 754	40 156 008	40 156 008	40 156 008	40 156 008	45 978 629	44 742 422	25 019 671	-19 722 750
8	Fundão	M	0	0	0	3 414 564	5 220 295	8 220 055	10 821 102	18 989 359	22 618 202	22 229 091	23 346 633	1 117 543
9	Sintra	G	0	9 102 129	1 336 118	3 147 535	5 608 813	8 459 053	14 995 132	17 150 266	17 102 723	21 222 930	19 758 775	-1 464 155
10	Oeiras	G	0	1 376 006	7 976 384	9 030 805	9 079 191	10 491 332	17 034 041	16 298 563	25 710 444	6 461 115	12 753 622	6 292 507
11	Sines	P	0	1 222 707	1 222 707	1 222 707	2 826 666	2 826 666	3 254 993	10 366 657	11 779 722	12 679 728	12 704 376	24 648
12	Bragança	M	2 992 948	7 726 005	7 945 750	8 291 220	9 847 807	9 272 162	9 746 282	9 714 178	12 604 264	12 496 918	12 562 373	65 455
13	Gondomar	G	0	3 150 000	3 150 000	3 150 000	6 898 168	6 317 705	6 664 752	6 659 907	10 973 245	12 475 939	11 459 428	-10 165 511
14	Paredes	M	0	0	325 036	274 158	96 297	173 250	118 253	252 253	2 502 373	2 005 792	10 233 431	8 227 639
15	Cascais	G	60 642	5 133 926	4 555 188	4 555 188	4 555 188	5 094 079	2 530 656	2 640 596	9 243 774	9 965 821	9 297 351	-668 470
16	Alcobaça	M	0	0	0	62 357	0	0	3 961 607	4 650 188	4 586 067	7 213 038	9 068 069	1 855 031
17	Santarém	M	0	0	0	0	0	466 356	18 483 369	13 181 643	8 368 619	11 145 951	9 001 990	-2 143 961
18	Maia	G	0	500 000	500 000	500 000	1 100 000	3 178 457	3 396 660	4 670 054	9 549 789	11 450 877	8 428 142	-3 022 735
19	Vila Franca de Xira	G	0	0	0	0	0	0	0	0	8 381 552	8 477 331	8 286 498	-190 833
20	Mafra	M	0	2 015 455	573 546	0	0	0	0	1 606 187	7 801 175	7 585 912	7 736 234	150 322
21	Portimão	M	0	0	0	0	0	0	0	0	5 159 169	5 159 169	7 415 685	2 256 516
22	Albufeira	M	627 743	627 743	110 171	110 171	110 171	1 033 721	1 349 796	1 272 546	677 774	544 349	6 884 624	6 340 275
23	Leiria	G	0	0	1 700	1 374 101	3 855 122	4 843 285	4 647 292	7 037 861	9 616 542	11 467 072	6 844 759	-4 622 313
24	Lamego	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6 627 463	6 627 463
25	Gouveia	P	0	0	530 550	530 550	682 787	706 040	1 054 332	2 676 524	4 188 566	5 006 760	6 390 396	1 383 636
26	Faro	M	0	0	4 594 302	5 897 132	5 845 301	5 874 051	5 825 297	5 825 297	6 130 676	6 134 684	6 113 235	-21 449
27	Seixal	G	0	0	0	0	0	0	0	0	2 056 083	3 242 467	5 998 717	2 756 250
28	Sabugal	P	0	0	0	0	0	1 428 886	2 551 942	3 671 582	4 943 802	5 645 164	5 864 284	219 120
29	Guarda	M	5 764 382	520 534	1 189 249	815 940	1 080 095	1 607 576	5 112 637	4 201 384	4 064 574	4 654 334	5 255 128	600 793

3.5.2. O passivo exigível dos municípios - Dívidas a Pagar

Sendo o passivo exigível uma das variáveis mais importantes da gestão financeira dos municípios importará apresentar os 50 municípios com menor valor no passivo exigível e os 50 municípios com maior passivo exigível. Para o efeito, apresentam-se os *Ranking* (R61 e R62), bem como os *Rankings* dos municípios com maiores taxas deste item do passivo (R63 e R64).

Dos seguintes **50 municípios** elencados em R61 como sendo os que **apresentaram menor passivo em 2016**, três são de média dimensão (Mealhada, Benavente e Marinha Grande) e os restantes municípios de pequena dimensão.

– Dos 50 municípios hierarquizados no *ranking* R62 que apresentaram maior passivo em 2016, 21 são de grande dimensão não constando desta listagem, os municípios: Vila Franca de Xira com 24,9 M€ de passivo, Barcelos com 21,3 M€ e Odivelas com 20,5 de M€. Três outros municípios são de pequena dimensão (Vila Real de Santo António, Nazaré e Fornos de Algodres) sendo os restantes de média dimensão. Estes 50 municípios totalizaram um passivo exigível de 3.145,6 M€, que representou 61,4% do total contabilizado pelos 308 municípios (5.124,2 M€).

Da observação do *ranking* R62, pode-se afirmar:

– Lisboa, face à dimensão financeira e económica que apresenta distingue-se naturalmente dos restantes municípios, conforme vem sendo exemplo nos restantes *rankings*, sendo expectável em relação a este que apresente também o maior passivo exigível no final do ano económico de 2016. Todavia, apresentou, neste ano uma descida de passivo traduzida em -12,1% (-87,1 milhões de euros).

– Em 2016, Vila Nova de Gaia permaneceu como segundo município com maior passivo exigível totalizando a verba de 170 M€, o que se traduziu num decréscimo de -8,7% (-16,1 M€), em relação ao ano transato.

– É de relevar o esforço de redução de dívida por parte de Aveiro, um dos dois municípios de média dimensão que se mantêm, no topo dos municípios com maior volume de passivo exigível (: Aveiro e Portimão) que reduziu o seu passivo respetivamente em 15,1M€ (-13,1%).

– São ainda de salientar os seguintes municípios que apresentaram forte descida do passivo exigível: Porto que reduziu 46,5 M€

(-50,4%); Sintra que baixou 20,5 M€ (-44,2%); Cascais com -19,9 M€ (-26,9%), Setúbal com -18,2 M€ (-23,7%) e Oeiras com -10,5 M€ (-18,8%).

– Anotam-se dois municípios constantes desta lista que apresentaram aumento do passivo exigível em mais de 20% : Matosinhos (+21,7%, +11,2 M€) e Lamego (+30,3%, +9,3M€)

– No entanto, em 2016, **90% dos municípios (276 municípios) conseguiram reduzir o seu passivo exigível.**

Nos *Rankings* 42.A e 42.M hierarquizam-se os municípios da Região Autónoma dos Açores e os da Região Autónoma da Madeira de acordo com o montante de passivo exigível em dezembro de 2016.

– Relativamente à **Região Autónoma dos Açores** (*Ranking* R62.A), **em 2016 quatro municípios apresentaram aumento da dívida total:** Vila do Porto com +4,5 M€ (+909,2%), Madalena com +1 M€ (+37,1%), Ribeira Grande com + 571 mil euros (++)5,6%) e Lajes das Flores com +473 mil euros (+67,1%). Todos **os restantes municípios apresentaram diminuição do passivo exigível** sendo de relevar os seguintes: Ponta Delgada (-9,3%, -2,7 M€); Angra do Heroísmo (-8,5%, -1,53 M€); Vila Franca do Campo (-6%, -1,52 M€); Povoação (-23,4%, 1,3 M€); Nordeste (-7,7%, -1,1 M€) e Calheta (-19,1%, -1M€).

– Sobre a **Região Autónoma da Madeira** (R62.M), oferece-se referir que, em 2016, **todos os municípios apresentaram descidas do montante da dívida total exceto o município de Porto Santo** que aumentou a seu passivo exigível em 207 mil euros (+9%), sendo de relevar os seguintes com maior montante de descida: Funchal com -12,1M€ (-16,3%); Santa Cruz com -4,8 M€ (- 17,9%); Machico com -2,9 M€ (-23,1%); Calheta com -2,7 M€ (-36%); Ribeira Brava com -2,1M€ (-26,4%) e Câmara de Lobos com -1,5 M€ (-14,8%).

Face à verificação de uma forte descida do passivo global dos municípios hierarquizam-se no *Ranking* R63, os que em 2016 apresentaram aumento de valor do passivo exigível.

– Apresentaram aumento do passivo exigível 32 municípios (menos 12 em 2015, -27%), encabeçando esta lista o município de Matosinhos com um aumento de +11M€ (+21,7%), seguido de Lamego (+30,3%), da Maia (+13,8%) e de Vila do Porto (+909,2%) .

R61 – Municípios com menor passivo exigível, ordenados pelo valor de 2016

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17			Variação 15–16
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1	Sta. Cruz das Flores	P	2 317 060	1 472 867	1 353 629	1 322 124	1 152 024	1 056 527	796 832	581 696	405 555	340 254	264 907	-75 347
2	Penedono	P	79 950	76 029	99 573	161 925	187 023	213 999	218 080	222 203	222 809	503 802	412 474	-91 328
3	Castelo de Vide	P	2 833 471	2 445 600	1 888 311	1 745 760	1 350 556	1 363 995	799 227	656 765	533 078	545 174	492 958	-52 216
4	São Roque do Pico	P	2 403 422	2 263 266	1 905 901	2 928 466	3 032 628	1 497 352	1 201 197	1 011 129	476 325	630 264	556 559	-73 705
5	Pampilhosa da Serra	P	2 470 115	2 277 578	2 113 072	1 796 933	1 548 333	1 431 501	977 181	573 011	373 383	775 295	598 692	-176 603
6	Vila Velha de Ródão	P	1 933 293	1 852 493	2 520 427	2 074 735	1 872 594	1 393 505	1 148 796	901 431	1 133 067	914 706	795 574	-119 132
7	Corvo	P	2 175 202	2 403 773	2 231 292	1 892 422	1 533 006	1 566 209	1 217 545	1 110 075	990 192	955 681	822 405	-133 277
8	Ponta do Sol	P	7 453 898	5 449 186	6 483 699	5 865 212	5 257 989	4 550 306	2 883 773	1 688 674	1 687 565	975 540	920 619	-54 921
9	Mealhada	M	6 184 581	5 370 057	4 991 560	4 279 126	3 494 583	2 811 221	2 427 507	561 018	685 777	1 195 307	1 029 287	-166 019
10	Viana do Alentejo	P	2 135 671	1 310 182	1 085 466	875 263	1 374 950	1 443 379	1 052 254	1 088 298	1 209 159	961 494	1 076 955	115 461
11	Alvito	P	1 807 723	1 696 004	2 039 735	1 828 897	2 892 247	1 451 012	1 149 901	988 464	791 227	886 931	1 104 195	217 265
12	Lajes das Flores	P	901 981	887 246	824 660	1 905 336	2 109 927	1 925 633	2 220 162	3 449 222	1 177 990	705 055	1 177 990	472 935
13	Redondo	P	381 111	1 048 149	771 201	592 994	1 472 060	1 136 958	859 995	714 346	1 149 224	1 025 670	1 217 320	191 649
14	Sta. Cruz Graciosa	P	1 410 601	1 305 780	1 109 498	1 683 901	2 491 967	2 612 757	2 372 078	2 075 798	1 749 736	1 523 702	1 271 821	-251 881
15	Penacova	P	2 143 055	1 657 536	1 403 755	2 943 396	3 763 875	2 640 265	1 337 160	667 435	1 782 604	1 695 323	1 310 466	-384 857
16	Arronches	P	1 397 525	1 829 118	2 133 254	1 998 072	2 170 429	1 989 542	1 770 958	1 619 288	1 444 941	1 524 467	1 334 800	-189 668
17	Marvão	P	1 428 324	1 415 614	1 579 806	1 672 848	1 798 731	1 625 468	1 423 792	1 356 803	1 688 318	1 575 096	1 360 878	-214 218
18	Gavião	P	2 153 712	2 078 018	3 132 551	2 981 374	2 713 071	2 398 919	2 148 087	1 973 799	2 078 242	1 724 646	1 445 644	-279 002
19	Benavente	M	6 783 987	4 408 996	4 845 121	5 346 946	6 128 207	5 470 909	3 557 642	2 425 788	2 723 755	1 747 340	1 598 476	-148 864
20	Barrancos	P	2 595 353	2 957 176	3 658 243	4 394 908	3 600 703	3 237 672	2 677 036	2 356 801	2 065 554	1 997 398	1 714 042	-283 356
21	Sátão	P	7 241 127	6 321 429	6 155 493	5 079 387	4 894 075	4 544 322	3 257 469	2 931 518	3 108 395	2 357 069	1 823 676	-533 393
22	Alcácer do Sal	P	2 503 108	2 171 745	2 213 315	5 171 489	5 690 599	3 248 391	2 106 808	1 494 179	2 737 577	1 918 181	1 834 331	-83 850
23	Boticas	P	7 197 296	6 636 937	6 082 247	6 037 472	5 091 463	5 206 811	3 694 947	2 968 142	2 887 845	2 442 895	1 839 046	-603 849
24	Vila Nova Foz Côa	P	2 920 795	3 724 389	3 709 835	5 403 905	4 674 261	5 529 832	4 642 516	4 291 444	3 197 951	2 480 258	1 929 453	-550 805
25	Alcoutim	P	3 212 403	2 819 681	2 713 207	2 402 689	2 283 967	1 978 454	1 657 557	1 450 228	1 656 104	2 304 194	1 933 702	-370 492
26	Murtosa	P	2 507 923	2 045 095	2 598 435	2 479 179	3 335 775	2 956 500	2 658 512	2 177 153	2 469 349	2 137 679	1 944 364	-193 315
27	Ponte de Sor	P	3 131 350	2 462 718	3 250 418	3 025 889	2 826 793	2 503 980	2 003 120	3 137 048	3 236 280	5 616 354	2 022 645	-3 593 709
28	Fronteira	P	5 737 605	5 004 578	4 517 825	4 481 001	3 793 751	3 492 101	3 284 528	2 912 123	2 520 106	2 312 251	2 096 750	-215 501
29	Campo Maior	P	1 431 411	1 474 242	1 416 135	1 731 678	2 813 068	1 931 640	1 815 447	2 538 854	2 002 359	1 898 791	2 125 165	226 373
30	Cinfães	P	1 097 857	1 151 687	1 359 544	1 722 737	962 143	1 789 308	1 465 773	1 839 154	2 537 680	2 155 213	2 141 870	-13 343
31	Penalva do Castelo	P	5 468 179	4 883 973	4 717 063	4 372 133	3 735 801	3 156 381	3 217 148	2 939 844	2 840 949	2 444 173	2 164 467	-279 706
32	Vila de Rei	P	4 105 851	4 358 485	4 277 417	5 920 716	6 092 226	3 928 337	2 397 119	2 203 962	2 028 976	2 060 674	2 176 434	115 760
33	Alter do Chão	P	3 316 016	2 570 832	2 602 635	3 212 922	3 114 418	3 372 385	2 582 092	2 463 975	2 200 167	2 659 987	2 178 992	-480 995
34	Sernancelhe	P	4 220 885	4 252 775	4 573 046	4 041 824	3 533 706	3 127 102	3 229 704	2 724 948	2 763 023	2 647 295	2 288 305	-358 990
35	Monforte	P	6 497 000	6 095 908	5 177 143	5 727 091	5 121 324	4 843 319	4 040 115	3 529 048	3 206 490	2 492 562	2 313 780	-178 782

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			Variação 15-16
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
36 Carrazeda Ansiães	P	10 360 769	10 125 109	10 927 708	9 489 713	8 691 765	7 465 952	5 028 462	4 131 627	3 691 491	2 704 603	2 336 409	-368 194
37 Batalha	P	2 101 446	1 736 525	2 154 100	2 300 566	4 619 898	4 556 164	3 585 051	2 984 677	3 074 276	2 569 643	2 373 411	-196 232
38 Vinhais	P	3 411 435	3 198 267	2 999 602	3 603 216	4 064 260	5 063 206	3 746 930	3 410 792	2 923 568	2 807 843	2 373 520	-434 323
39 São Brás de Alportel	P	2 815 672	2 916 310	3 345 076	4 136 913	4 744 995	3 758 948	3 395 765	2 900 556	2 817 569	2 819 236	2 395 254	-423 983
40 Cuba	P	3 827 701	3 614 567	4 172 353	3 867 773	4 160 483	3 895 229	3 240 598	2 829 120	2 689 538	2 686 033	2 482 412	-203 620
41 Mora	P	6 229 571	6 198 989	5 485 492	5 565 999	4 375 057	4 712 913	3 683 235	3 331 837	3 076 954	3 024 263	2 507 639	-516 624
42 Porto Santo	P	6 420 651	4 129 173	3 610 898	7 161 410	7 373 010	9 862 954	8 873 070	4 669 810	4 485 405	2 303 000	2 510 796	207 796
43 Mação	P	5 582 262	4 185 730	2 941 231	3 792 778	3 318 016	3 410 937	2 785 248	2 283 693	2 737 994	2 357 107	2 562 434	205 328
44 Góis	P	4 588 305	4 723 168	4 290 538	4 782 759	4 211 484	4 360 793	4 474 132	3 427 536	3 295 424	2 623 508	2 574 881	-48 628
45 Sta. Marta Penaguião	P	2 515 266	2 382 504	3 249 714	4 937 596	4 430 358	4 367 412	4 061 394	3 593 329	3 628 744	3 094 261	2 630 633	-463 628
46 Miranda do Corvo	P	6 345 570	6 330 100	6 170 088	7 544 977	7 203 767	6 793 036	4 417 964	3 637 538	3 072 358	2 320 312	2 682 286	361 974
47 Castro Verde	P	6 214 556	5 271 894	5 478 897	4 750 191	5 042 586	5 971 310	4 804 670	4 481 585	3 518 138	3 255 563	2 682 627	-572 936
48 Vila Flor	P	4 747 985	5 295 938	5 272 423	5 459 927	4 991 064	5 285 764	4 264 928	3 573 300	3 368 476	2 920 654	2 695 925	-224 729
49 Constância	P	4 276 551	4 315 699	4 435 865	4 364 654	4 471 775	4 722 280	4 324 400	3 824 016	3 661 246	3 483 790	2 727 420	-756 370
50 Marinha Grande	M	12 091 348	10 714 214	9 820 555	10 171 221	9 130 579	8 138 975	6 373 655	5 392 784	5 751 497	4 789 090	2 763 976	-2 025 113

R62 – Municípios com maior Passivo Exigível (Dívida), ordenados pelo valor de 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			Variação 15-16
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1 Lisboa	G	980 959 458	965 453 601	1 116 070 632	1 168 589 855	1 097 063 256	1 059 895 296	659 766 180	740 010 440	723 405 096	723 325 938	636 155 069	-87 170 869
2 Vila Nova Gaia	G	229 218 279	268 040 500	277 274 417	285 956 034	263 038 636	238 532 901	217 937 818	201 360 804	178 162 019	186 255 813	170 141 272	-16 114 541
3 Portimão	M	26 296 031	30 503 316	58 007 031	92 204 774	147 925 098	159 119 756	166 560 019	158 621 900	155 085 114	140 709 233	139 098 650	-1610 583
4 Aveiro	M	118 224 624	121 835 696	136 159 806	154 707 774	161 908 874	146 687 456	130 627 247	123 622 737	126 413 148	115 851 114	100 696 510	-15 154 605
5 Gondomar	G	115 290 367	109 395 069	117 454 159	127 614 102	130 153 798	125 726 610	115 668 684	111 232 653	109 897 516	104 022 675	98 682 009	-5 340 666
6 VRS António	P	9 701 759	10 517 569	21 522 426	48 142 261	60 942 897	67 036 666	69 703 805	72 924 782	77 248 998	77 694 294	76 239 212	-1 455 082
7 Évora	M	43 472 281	45 391 152	49 463 757	69 550 206	68 329 197	78 656 308	74 356 526	82 415 794	77 832 554	77 797 656	75 154 787	-2 642 869
8 Seixal	G	54 191 898	50 910 309	60 057 433	72 113 574	68 399 465	100 464 374	104 770 339	95 850 114	93 561 722	83 270 265	74 843 651	-8 426 614
9 Fundão	M	60 914 204	66 026 861	77 055 694	79 632 196	83 423 413	81 350 491	81 720 871	81 905 029	77 177 278	72 466 326	66 434 721	-6 031 605
10 Santarém	M	53 070 408	60 313 680	60 946 606	79 438 733	84 370 064	99 670 659	92 076 150	84 901 053	77 154 400	71 524 920	64 207 621	-7 317 300
11 Matosinhos	G	58 642 523	55 816 382	57 338 196	72 725 519	80 155 008	79 671 112	60 430 552	53 463 011	49 514 072	51 625 863	62 844 518	11 218 656
12 Funchal	G	82 972 410	81 302 650	92 779 795	106 248 703	105 082 515	112 146 946	109 199 966	94 617 690	84 062 934	74 500 835	62 393 502	-12 107 333
13 Coimbra	G	70 939 961	64 812 923	66 096 489	70 282 270	74 015 472	74 862 576	71 647 655	68 664 708	66 005 430	64 087 476	59 975 289	-4 112 187
14 Setúbal	G	86 396 195	83 077 853	75 726 187	76 586 191	80 012 355	85 881 084	85 366 312	86 416 905	77 453 206	76 967 405	58 728 245	-18 239 160
15 Paços Ferreira	M	20 501 403	33 615 121	35 971 885	44 495 961	64 653 422	64 014 081	60 874 382	67 590 079	63 171 189	59 582 671	56 187 587	-3 395 084
16 Covilhã	M	78 279 125	86 938 744	87 924 483	95 057 913	88 872 032	84 385 177	74 123 708	65 056 281	57 392 254	64 464 816	55 492 547	-8 972 268

ANUÁRIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES 2016

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			Variação 15-16
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
17 Cascais	G	35 061 111	37 773 210	37 406 819	63 725 956	92 799 765	85 211 904	98 979 242	104 904 509	81 843 658	74 106 082	54 193 853	-19 912 229
18 Braga	G	91 682 110	90 630 116	89 535 145	95 911 245	88 686 683	81 778 613	78 468 535	75 870 856	70 028 860	58 924 231	53 019 549	-5 904 683
19 Guimarães	G	83 068 317	78 484 817	76 040 223	76 393 879	82 400 400	83 075 495	75 738 242	65 026 522	60 451 737	59 029 258	52 329 931	-6 699 327
20 Maia	G	116 606 546	105 469 708	92 995 969	90 333 121	81 638 784	70 318 813	58 700 521	50 021 404	37 662 551	44 470 256	50 618 705	6 148 449
21 Paredes	M	11 918 487	14 958 277	18 988 941	34 754 561	53 021 096	60 660 202	64 816 221	63 013 050	63 254 926	54 730 412	50 367 152	-4 363 259
22 Seia	M	46 975 007	48 004 101	48 831 773	54 278 966	57 742 457	57 850 776	58 112 669	55 837 748	53 137 821	50 989 526	47 028 821	-3 960 706
23 Cartaxo	M	21 726 093	27 927 111	30 849 186	37 866 244	41 745 721	44 607 728	44 668 647	47 034 364	46 251 682	47 156 345	46 351 844	-804 501
24 Porto	G	197 291 248	177 265 109	150 153 325	132 949 369	141 323 003	121 837 785	111 049 636	104 056 921	100 940 499	92 387 578	45 841 185	-46 546 393
25 Leiria	G	88 361 267	81 141 552	81 771 098	86 093 864	81 523 544	70 746 494	56 965 971	48 213 562	60 601 305	53 470 190	45 550 291	-7 919 899
26 Oeiras	G	78 953 412	65 503 008	71 474 019	71 475 379	65 929 441	56 437 633	49 296 850	76 309 357	70 853 405	56 070 236	45 533 608	-10 536 629
27 Vila do Conde	M	78 185 259	74 237 105	69 661 507	69 102 421	72 651 186	67 965 450	66 506 125	59 812 942	55 301 068	48 668 570	44 710 653	-3 957 917
28 Loulé	M	41 035 022	37 286 760	33 923 995	63 838 838	95 569 939	101 517 959	83 239 339	72 617 063	51 756 193	49 455 528	44 156 285	-5 299 244
29 Lagos	M	13 206 251	14 408 230	16 128 530	42 693 374	49 665 583	52 385 846	51 820 195	64 455 730	56 706 131	48 271 794	40 433 475	-7 838 319
30 Valongo	M	49 687 235	46 677 522	51 520 183	68 115 787	70 462 495	65 768 679	60 679 906	54 055 989	48 125 106	45 435 340	40 177 162	-5 258 178
31 Lamego	M	11 306 684	16 053 914	20 162 909	27 216 864	36 436 659	32 533 412	32 056 172	29 547 059	31 294 823	30 594 888	39 876 191	9 281 303
32 Almada	G	47 030 223	42 893 470	41 496 230	36 464 408	42 412 673	51 136 044	48 144 526	45 997 489	45 534 773	43 608 754	39 702 482	-3 906 272
33 Faro	M	52 665 956	53 746 000	62 048 361	67 577 117	71 725 954	67 732 266	62 830 501	58 669 481	52 698 022	43 834 999	37 135 665	-6 699 333
34 Sta. M. Feira	G	54 248 999	58 201 466	65 558 327	72 166 163	76 874 043	78 962 630	66 720 253	55 814 558	51 521 629	44 801 409	37 092 998	-7 708 411
35 V.N. Famalicão	G	45 690 385	45 434 931	42 511 887	46 275 186	45 379 393	43 284 562	38 150 988	36 696 486	33 330 540	36 753 860	36 316 047	-437 814
36 Trofa	M	9 577 404	16 133 799	29 007 157	39 735 630	42 117 217	44 045 223	40 756 181	42 278 351	41 331 858	37 355 666	34 572 352	-2 783 314
37 Nazaré	P	19 521 869	17 415 047	16 450 839	23 990 791	29 220 961	42 791 716	39 895 921	42 000 170	40 339 917	36 195 707	33 666 754	-2 528 953
38 Loures	G	93 413 683	75 907 375	79 594 322	85 434 601	85 332 191	81 976 315	69 388 661	60 166 625	48 059 852	40 576 040	33 660 145	-6 915 895
39 Figueira da Foz	M	62 119 286	58 580 525	57 192 505	62 335 255	62 056 421	59 827 675	54 946 371	48 159 467	42 255 239	36 700 592	32 548 026	-4 152 566
40 Amadora	G	57 137 844	56 677 438	57 846 396	58 989 890	55 279 245	47 480 321	43 245 947	39 543 917	35 328 244	35 061 446	31 601 640	-3 459 806
41 Chaves	M	35 384 653	34 955 848	34 140 648	41 042 953	45 263 290	42 852 410	41 220 000	46 454 951	46 485 090	38 597 422	30 845 037	-7 752 385
42 F. Algodres	P	Si	32 384 124	34 847 876	35 495 823	35 148 598	34 949 808	34 523 570	32 856 912	31 492 428	30 051 513	28 523 013	-1 528 501
43 Espinho	M	36 916 305	36 604 173	38 816 231	40 721 905	41 977 606	44 209 874	46 771 812	40 554 506	36 744 838	32 587 981	27 883 370	-4 704 611
44 Marco Canaveses	M	46 324 799	45 329 807	44 437 437	43 217 692	42 515 511	38 065 940	35 677 497	33 176 481	33 452 865	30 334 215	27 387 594	-2 946 621
45 Portalegre	M	32 374 759	40 847 976	45 582 199	51 649 866	52 905 610	48 328 238	45 508 373	40 524 699	37 632 636	33 108 307	27 203 370	-5 904 937
46 Guarda	M	46 878 859	47 493 066	52 418 492	54 286 619	61 608 241	53 950 436	48 324 437	42 764 048	35 162 730	30 816 295	26 478 659	-4 337 636
47 Ponta Delgada	M	25 513 625	26 646 456	32 775 156	34 396 679	32 764 857	30 627 279	27 393 361	25 357 137	33 264 273	28 991 973	26 289 084	-2 702 890
48 Viana do Castelo	M	23 750 212	19 086 342	27 261 374	31 253 824	36 405 797	35 579 288	34 401 279	31 413 268	28 260 232	30 914 537	26 124 979	-4 789 558
49 Sintra	G	93 967 246	89 679 427	90 919 951	96 459 076	133 888 392	158 556 367	100 652 752	87 402 307	77 451 971	46 408 600	25 886 809	-20 521 790
50 Viseu	M	36 007 795	36 555 280	37 709 505	39 623 588	39 511 517	34 421 598	29 702 276	28 145 897	25 124 796	27 728 628	25 256 108	-2 472 520
Total do Passivo Exigível destes 50 municípios												3 145 638 025	-
Passivo Exigível para no universo dos 308 municípios												5 124 196 850	-

R62.A – Passivo Exigível dos municípios da R.A. dos Açores, ordenados pelo valor de 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			Variação 15-16
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1 Ponta Delgada	M	25 513 625	26 646 456	32 775 156	34 396 679	32 764 857	30 627 279	27 393 361	25 357 137	33 264 273	28 991 973	26 289 084	-2 702 890
2 Vila Franca Campo	P	18 962 879	22 743 920	22 899 254	24 270 845	27 604 255	30 004 274	29 460 370	28 039 248	26 988 584	25 482 998	23 963 322	-15 19 676
3 Angra do Heroísmo	M	22 954 758	22 958 526	24 281 693	27 405 890	26 941 924	26 309 351	23 441 233	19 782 016	18 197 018	17 987 643	16 457 578	-1530 066
4 Nordeste	P	8 977 923	9 392 179	9 755 756	10 092 454	15 220 629	18 537 477	17 061 334	16 987 365	15 309 830	14 148 271	13 052 166	-1096 105
5 Ribeira Grande	M	18 328 809	18 636 987	23 284 196	26 313 870	21 787 706	18 404 098	15 891 087	11 595 360	10 485 361	10 206 149	10 777 160	571 011
6 Praia da Vitória	M	10 169 694	9 820 940	16 075 945	24 435 656	18 463 580	17 886 819	16 608 749	15 668 400	13 892 475	9 009 430	8 668 290	-341 140
7 Lagoa (R.A.A)	P	10 774 226	10 266 020	13 860 504	15 032 047	12 966 478	10 765 210	9 441 188	8 475 923	6 867 916	8 899 155	7 918 092	-981 063
8 Lajes do Pico	P	6 190 631	6 685 249	6 885 456	8 243 281	9 231 361	8 141 765	7 610 674	9 532 641	7 662 362	6 644 298	5 941 723	-702 575
9 Vila do Porto	P	1 711 608	1 661 088	1 449 161	1 520 439	1 722 404	1 290 681	1 129 066	839 579	760 551	492 240	4 967 735	4 475 495
10 Calheta (R. A. A.)	P	10 046 226	9 564 498	10 802 566	11 011 265	10 086 442	9 673 744	8 244 981	7 259 284	6 409 778	5 290 432	4 281 200	-1009 233
11 Velas	P	7 128 604	7 200 251	7 635 802	7 506 668	10 763 634	9 406 498	7 585 473	6 262 895	5 686 141	4 840 476	4 271 177	-569 299
12 Povoação	P	10 668 352	12 050 957	14 540 112	37 612 986	35 255 076	31 832 421	21 157 169	7 550 777	6 232 315	5 505 671	4 217 646	-1288 026
13 Horta	P	8 786 190	8 350 862	8 959 302	9 580 852	9 416 421	8 552 245	7 019 772	6 624 121	5 938 734	4 973 174	4 125 996	-847 178
14 Madalena	P	4 470 021	5 913 916	7 870 613	6 493 927	6 296 983	5 191 004	4 374 151	3 680 426	3 302 831	2 858 512	3 920 359	1061 847
15 Sta. Cruz Graciosa	P	1 410 601	1 305 780	1 109 498	1 683 901	2 491 967	2 612 757	2 372 078	2 075 798	1 749 736	1 523 702	1 271 821	-251 881
16 Lajes das Flores	P	901 981	887 246	824 660	1 905 336	2 109 927	1 925 633	2 220 162	3 449 222	1 177 990	705 055	1 177 990	472 935
17 Corvo	P	2 175 202	2 403 773	2 231 292	1 892 422	1 533 006	1 566 209	1 217 545	1 110 075	990 192	955 681	822 405	-133 277
18 São Roque do Pico	P	2 403 422	2 263 266	1 905 901	2 928 466	3 032 628	1 497 352	1 201 197	1 011 129	476 325	630 264	556 559	-73 705
19 Sta. Cruz das Flores	P	2 317 060	1 472 867	1 353 629	1 322 124	1 152 024	1 056 527	796 832	581 696	405 555	340 254	264 907	-75 347
Total Açores		173 891 811	180 224 778	208 500 494	253 649 111	248 841 304	235 281 345	204 226 423	175 883 094	165 797 966	149 485 380	142 945 209	-6 540 172
Total nacional		6 637 104 863	6 671 790 845	7 124 272 037	8 020 096 972	8 275 684 264	8 186 422 614	7 092 357 977	6 722 421 688	6 233 916 956	5 783 671 469	5 124 196 850	-659 474 619
% Açores/Total Nacional		2,6%	2,7%	2,9%	3,2%	3,0%	2,9%	2,9%	2,6%	2,7%	2,6%	2,8%	-

R62.M – Passivo Exigível dos municípios da R.A. da Madeira, ordenados pelo valor de 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			Variação 15-16
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1 Funchal	G	82 972 410	81 302 650	92 779 795	106 248 703	105 082 515	112 146 946	109 199 966	94 617 690	84 062 934	74 500 835	62 393 502	-12 107 333
2 Santa Cruz	M	32 372 548	28 167 758	26 091 087	32 884 570	43 045 214	43 482 692	41 111 506	36 811 261	32 644 825	27 115 677	22 269 265	-4 846 412
3 Machico	M	23 228 856	20 650 601	21 195 233	22 397 744	23 960 456	31 087 494	27 629 504	26 321 941	16 979 702	12 778 355	9 829 942	-2 948 413
4 Câmara de Lobos	M	15 445 771	15 386 487	22 861 511	23 568 668	21 390 063	20 779 002	18 730 202	13 547 885	12 103 236	10 252 107	8 730 049	-1522 058
5 Ribeira Brava	P	7 719 128	13 316 801	13 102 770	18 954 428	18 268 597	21 246 214	20 005 798	14 705 923	10 946 457	7 933 335	5 841 344	-2 091 991
6 São Vicente	P	7 548 926	7 193 290	6 362 781	8 580 733	9 013 831	9 955 524	7 490 160	9 835 399	7 525 921	6 196 035	5 622 169	-573 866
7 Calheta (R. A. M.)	P	13 777 862	10 884 848	10 290 052	11 867 387	12 687 529	14 668 861	13 046 063	10 877 298	9 292 636	7 511 725	4 806 985	-2 704 740
8 Santana	P	5 562 155	8 229 185	6 882 388	15 392 895	14 774 594	14 898 665	10 838 114	7 482 718	4 519 386	4 102 385	3 106 712	-995 673
9 Porto Moniz	P	6 435 960	4 514 938	4 823 200	9 374 098	6 615 650	5 096 532	4 210 868	4 009 082	3 789 696	3 215 513	2 797 037	-418 475
10 Porto Santo	P	6 420 651	4 129 173	3 610 898	7 161 410	7 373 010	9 862 954	8 873 070	4 669 810	4 485 405	2 303 000	2 510 796	207 796
11 Ponta do Sol	P	7 453 898	5 449 186	6 483 699	5 865 212	5 257 989	4 550 306	2 883 773	1 688 674	1 687 565	975 540	920 619	-54 921
Total Madeira		208 938 166	199 224 917	214 483 415	262 295 847	267 469 446	287 775 190	264 019 024	224 567 682	188 037 763	156 884 508	128 828 421	-28 056 087
Total nacional		6 637 104 863	6 671 790 845	7 124 272 037	8 020 096 972	8 275 684 264	8 186 422 614	7 092 357 977	6 722 421 688	6 233 916 956	5 783 671 469	5 124 196 850	-659 474 619
% Madeira/Total Nacional		3,1%	3,0%	3,0%	3,3%	3,2%	3,5%	3,7%	3,3%	3,0%	2,7%	2,5%	-

R63 – Municípios com aumento do Passivo Exigível, em 2016 e taxa de variação entre 2006–2016

Unidade: euros

Município	Dim	Variação valor										Var % 2006/2016	
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
1	Matosinhos	G	-2 826 141	1 521 814	15 387 323	7 429 489	-483 896	-19 240 560	-6 967 542	-3 948 939	2 111 791	11 218 656	21,7%
2	Lamego	M	4 747 230	4 108 995	7 053 955	9 219 795	-3 903 247	-477 240	-2 509 113	1 747 764	-699 935	9 281 303	30,3%
3	Maia	G	-11 136 838	-12 473 739	-2 662 848	-8 694 337	-11 319 971	-11 618 292	-8 679 117	-12 358 853	6 807 705	6 148 449	13,8%
4	Vila do Porto	P	-50 520	-211 927	71 277	201 965	-431 722	-161 616	-289 487	-79 028	-268 311	4 475 495	909,2%
5	Fafe	M	-3 096 766	1 301 466	-739 095	-4 952 352	-1 081 346	-2 142 091	-1 012 397	1 775 515	-2 313 565	2 567 217	47,1%
6	Amarante	M	-1 306 909	-1 710 304	3 295 929	-2 139 921	-102 979	-499 683	-944 329	-109 795	-10 466 774	1 115 082	11,4%
7	Madalena	P	1 443 895	1 956 697	-1 376 686	-196 945	-1 105 979	-816 853	-693 725	-377 595	-444 319	10 618 847	37,1%
8	Albufeira	M	675 758	-723 365	16 116 052	17 858 433	9 835 370	-9 534 827	-13 434 815	-19 080 110	-16 866 271	710 610	3,2%
9	Ribeira Grande	M	308 178	4 647 209	3 029 675	-4 526 164	-3 383 608	-2 513 011	-4 295 726	-1 110 000	-279 211	5 710 111	5,6%
10	Estremoz	P	-532 515	482 931	1 119 418	3 442 867	2 392 574	-3 379 219	-485 897	-1 835 291	-619 134	5 305 569	6,1%
11	Lajes das Flores	P	-14 736	-62 586	10 806 677	204 591	-184 294	294 528	1 229 060	-2 271 232	-472 935	472 935	67,1%
12	Vidigueira	P	713 432	553 352	448 163	-274 294	-122 192	-95 581	-12 801	-392 218	-61 731	4 087 716	10,0%
13	Ovar	M	-3 802 756	-1 496 672	16 915 058	-828 058	-1 067 511	-2 383 884	-1 305 235	-1 645 161	-139 761	3 819 711	5,7%
14	Miranda do Corvo	P	-15 470	-160 012	1 374 889	-341 211	-410 730	-2 375 073	-780 426	-565 180	-752 046	3 619 744	15,6%
15	Peso da Régua	P	663 262	288 751	2 705 087	4 424 908	3 210 644	-807 528	-482 870	483 898	183 580	3 320 009	1,8%
16	Pinhel	P	1 110 366	65 024	3 627 766	-1 871 390	88 695	-1 437 069	-1 783 283	-180 817	-769 343	3 055 598	4,9%
17	Tondela	M	394 567	-3 099 817	2 140 363	-4 521 215	-1 199 590	-2 995 368	-1 721 063	-771 523	-1 947 387	2 927 796	6,6%
18	Águeda	M	-1 998 583	-2 584 105	18 444 274	-147 922	283 541	1 778 978	-3 204 819	-1 088 296	-713 469	2 465 569	2,7%
19	Campo Maior	P	42 831	-58 108	315 544	1 081 390	-881 429	-116 193	723 407	-536 495	-103 567	2 266 373	11,9%
20	Alvito	P	-1 117 199	343 731	-210 838	1 063 350	-1 441 234	-301 111	-161 437	-197 237	95 703	2 176 265	24,5%
21	Porto Santo	P	-2 291 478	-518 275	3 550 512	211 600	2 489 944	-989 883	-4 203 260	-184 405	-2 182 405	2 077 796	9,0%
22	Mação	P	-1 396 533	-1 244 499	851 547	-474 761	92 921	-625 689	-501 556	454 301	-380 887	2 055 328	8,7%
23	Redondo	P	667 038	-276 948	-178 207	879 066	-335 102	-276 962	-145 649	434 878	-123 554	1 916 649	18,7%
24	Montemor-o-Novo	P	79 831	1 272 168	-4 032 414	-1 239 354	-974 786	-702 638	-1 628 594	539 080	-1 465 762	1 755 302	4,7%
25	São João Pesqueira	P	53 058	28 682	2 263 886	370 645	-464 260	-110 440	-386 051	949 037	6 317 500	1 710 833	2,2%
26	Vila de Rei	P	252 634	-81 068	16 433 300	1 715 100	-2 163 889	-1 531 219	-193 157	-174 986	31 697	1 157 760	5,6%
27	Viana do Alentejo	P	-825 490	-224 716	-210 202	499 687	68 429	-391 126	36 044	120 861	-247 665	1 155 461	12,0%
28	Pedrógão Grande	P	577 305	549 801	-163 865	-228 019	-252 283	-337 729	-374 290	33 123	-317 108	73 587	2,4%
29	Valença	P	-559 645	1 685 030	4 228 001	-271 561	-2 117 088	-1 058 825	-1 011 457	257 694	-560 471	72 530	0,9%
30	Salvaterra de Magos	M	-652 507	1 765 419	2 283 522	-921 379	-514 364	-1 005 795	-453 276	260 094	-368 496	34 547	0,9%
31	Crato	P	1 166 971	-436 909	-310 092	948 018	-994 112	-131 152	-1 008 569	-125 398	-536 243	24 760	0,6%
32	Sardoal	P	-260 805	102 841	399 058	-327 232	-529 342	-1 265 689	-693 302	-265 744	-394 014	9 369	0,2%

R64 – Municípios com maior diminuição do Passivo Exigível em 2016 e variações entre 2006–2016

Unidade: euros

Município	Dim.	Variação valor										Var % 2006/2016		
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016			
1	Lisboa	G	-15 505 857	150 617 031	52 519 223	-71 526 599	-37 167 960	-400 129 116	80 244 260	-16 605 344	-79 158	-87 170 869	-12,1%	
2	Porto	G	-20 026 139	-27 111 784	-17 203 956	8 373 634	-19 485 218	-10 788 149	-6 992 715	-3 116 422	-8 552 921	-46 546 393	-50,4%	
3	Sintra	G	-4 287 819	1 240 524	5 539 126	37 429 315	24 667 975	-57 903 614	-13 250 445	-9 950 336	-31 043 371	-20 521 790	-44,2%	
4	Cascais	G	2 712 099	-366 391	26 319 137	29 073 809	-7 587 862	13 767 339	5 925 267	-23 060 851	-7 737 576	-19 912 229	-26,9%	
5	Setúbal	G	-3 318 342	-7 351 666	860 004	3 426 164	5 868 729	-514 771	10 500 593	-8 963 699	-485 801	-18 239 160	-23,7%	
6	Vila Nova Gaia	G	38 822 221	9 233 917	8 681 617	-22 917 398	-24 505 734	-20 595 083	-16 577 014	-23 198 784	8 093 794	-16 114 541	-8,7%	
7	Aveiro	M	3 611 072	14 324 110	18 547 968	7 201 099	-15 221 418	-16 060 209	-7 004 510	2 790 411	-10 562 034	-15 154 605	-13,1%	
8	Funchal	G	-1 669 760	11 477 145	13 468 908	-1 166 188	7 064 431	-2 946 980	-14 582 276	-10 554 756	-9 562 098	-12 107 333	-16,3%	
9	Oeiras	G	-13 450 404	5 971 011	1 360	-5 545 938	-9 491 808	-7 140 783	27 012 507	-5 455 952	-14 783 168	-10 536 629	-18,8%	
10	Covilhã	M	8 659 620	985 739	7 133 430	-6 185 881	-4 486 855	-10 261 469	-9 067 427	-7 664 027	7 072 562	-8 972 268	-13,9%	
11	Seixal	G	-3 281 588	9 147 124	12 056 141	-3 714 109	32 064 909	4 305 965	-8 920 224	-2 288 393	-10 291 457	-8 426 614	-10,1%	
12	Leiria	G	-7 219 715	6 295 546	4 322 767	-4 570 320	-10 777 050	-13 780 523	-8 752 409	12 387 743	-7 131 114	-7 919 899	-14,8%	
13	Lagos	M	1 201 979	1 720 300	26 564 845	6 972 209	2 720 262	-2 410 879	-1 632 411	5 234 952	30 138	-7 887 667	-7 752 385	-20,1%
14	Chaves	M	-4 288 805	-815 201	6 902 305	4 220 337	-2 410 879	-1 632 411	5 234 952	30 138	-7 887 667	-7 752 385	-20,1%	
15	Santa Maria Feira	G	3 952 467	7 356 861	6 607 836	4 707 880	2 088 586	-12 242 376	-10 905 695	-4 292 929	-6 720 220	-7 708 411	-17,2%	
16	Santarém	M	7 243 272	632 926	18 492 127	4 931 331	15 300 595	-7 594 509	-7 175 097	-7 746 653	-5 629 480	-7 317 300	-10,2%	
17	Odivelas	G	-2 856 363	-2 966 194	5 387 797	-1 963 085	-8 671 795	-6 994 272	-6 988 201	-7 104 117	-6 110 439	-7 066 624	-25,6%	
18	Loures	G	-17 506 307	3 686 947	5 840 279	-102 410	-3 355 877	-12 587 653	-9 222 037	-12 106 772	-7 483 812	-6 915 895	-17,0%	
19	Faro	M	1 080 045	8 302 361	5 528 756	4 148 837	-3 993 688	-4 901 764	-4 161 020	-5 971 459	-8 863 023	-6 699 333	-15,3%	
20	Guimarães	G	-4 583 500	-2 444 594	353 656	6 006 521	675 096	-7 337 254	-10 711 720	-4 574 785	-1 422 479	-6 699 327	-11,3%	
21	Fundão	M	5 112 656	11 028 833	2 576 502	3 791 217	-2 072 922	370 380	184 158	-4 727 751	-4 710 952	-6 031 605	-8,3%	
22	Portalegre	M	8 473 218	4 734 222	6 067 667	1 255 745	-4 577 373	-2 819 865	-4 983 674	-2 892 063	-4 524 328	-5 904 937	-17,8%	
23	Braga	G	-1 051 994	-1 094 972	6 376 100	-7 224 561	-6 908 070	-3 310 078	-2 597 678	-5 841 997	-11 104 628	-5 904 683	-10,0%	
24	Santo Tirso	M	-102 064	2 802 388	9 285 576	-2 352 452	442 029	160 114	-983 808	-1 826 935	-1 288 225	-5 506 258	-18,1%	
25	Torres Vedras	M	3 270 615	4 668 005	10 546 668	10 546 211	3 456 208	-7 092 673	-5 264 674	-3 188 693	-2 585 127	-5 437 754	-21,8%	
26	Gondomar	G	-5 895 298	8 059 090	10 159 943	2 539 697	-4 427 189	-10 057 926	-4 436 031	-1 335 137	-5 874 842	-5 340 666	-5,1%	
27	Loulé	M	-3 748 261	-3 362 766	29 914 843	3 173 110	5 948 020	-18 278 620	-10 622 276	-20 860 870	-2 300 665	-5 299 244	-10,7%	
28	Valongo	M	-3 009 714	4 842 661	16 595 604	2 346 708	-4 693 816	-5 088 773	-6 623 917	-5 930 883	-2 689 765	-5 258 178	-11,6%	
29	Penafiel	M	217 058	4 074 626	2 530 536	-1 372 702	-3 262 457	-5 333 675	-498 329	-987 570	696 742	-5 020 436	-17,6%	
30	Santa Cruz	M	-4 204 790	-2 076 671	6 793 483	10 160 644	437 478	-2 371 185	-4 300 245	-4 166 435	-5 529 148	-4 846 412	-17,9%	
31	Viana do Castelo	M	-4 663 871	8 175 032	3 992 450	5 151 973	-826 509	-1 178 009	-2 988 011	-3 153 035	2 654 304	-4 789 558	-15,5%	
32	Espinho	M	-312 132	2 212 058	1 905 674	1 255 701	2 232 268	2 561 938	-6 217 306	-3 809 668	-4 156 857	-4 704 611	-14,4%	
33	Ílhavo	M	-1 928 827	3 001 235	399 250	2 152 862	-3 174 121	-1 415 666	-6 361 645	-402 099	636 271	-4 696 954	-20,1%	
34	Torres Novas	M	-378 449	-2 365 843	1 379 813	1 974 039	841 326	-2 297 392	-4 785 573	-4 734 750	-1 218 572	-4 452 118	-18,3%	
35	Paredes	M	3 039 790	4 030 665	15 765 620	18 266 535	7 639 106	4 156 019	-1 803 171	241 876	-8 524 514	-4 363 259	-8,0%	
36	Guarda	M	614 207	4 925 426	1 868 128	7 321 621	-7 657 805	-5 625 999	-5 560 389	-7 601 318	-4 346 435	-4 337 636	-14,1%	
37	Rio Maior	M	-43 624	679 892	4 773 489	-2 365 936	-689 757	-2 375 029	-939 428	-769 089	-2 565 621	-4 279 687	-26,1%	

	Município	Dim.	Variação valor										Var % 2006/2016
			2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
38	Figueira da Foz	M	-3.538.761	-1.388.020	5.142.750	-278.835	-2.228.746	-4.881.304	-6.786.904	-5.904.228	-5.554.647	-4.152.566	-11,3%
39	Coimbra	G	-6.127.038	1.283.566	4.185.781	3.733.202	847.104	-3.214.920	-2.982.947	-2.659.278	-1.917.954	-4.112.187	-6,4%
40	Palmela	M	-1.529.248	2.917.971	9.394.269	8.867.748	-428.676	1.316.025	-1.297.140	-2.775.241	-2.792.719	-4.087.191	-17,8%
41	Seia	M	1.029.094	827.672	5.447.194	3.463.491	108.318	261.894	-2.274.922	-2.699.927	-2.148.295	-3.960.706	-7,8%
42	Vila do Conde	M	-3.948.154	-4.575.598	-559.086	3.548.765	-4.685.736	-1.459.325	-6.693.183	-4.511.874	-6.632.498	-3.957.917	-8,1%
43	Montemor-o-Velho	M	2.035.272	948.274	2.805.889	5.780.510	680.583	-5.764.989	-1.654.118	-1.570.892	-2.088.021	-3.929.440	-16,4%
44	Almada	G	-4.136.754	-1.397.240	-5.031.822	5.948.265	8.723.371	-2.991.518	-2.147.037	-462.717	-1.926.019	-3.906.272	-9,0%
45	Cantanhede	M	1.436.122	12.182.344	9.209.183	-450.183	-1.265.497	-3.047.151	-3.999.637	-2.237.238	-4.084.332	-3.862.904	-17,0%
46	Felgueiras	M	3.806.952	-1.313.205	4.594.897	-38.796	1.555.101	-4.116.343	-3.679.272	-2.872.940	-1.887.605	-3.737.416	-29,8%
47	Sesimbra	M	-1.930.700	5.929.155	6.862.388	1.770.901	3.323.754	1.195.593	-2.617.130	-5.155.250	-1.486.161	-3.650.927	-13,0%
48	Ponte de Sor	P	-668.632	787.700	-224.529	-199.096	-322.813	-500.859	1.133.928	99.232	2.380.074	-3.593.709	-64,0%
49	Amadora	G	-460.406	1.168.959	1.143.494	-3.710.645	-7.798.924	-4.234.374	-3.702.030	-4.215.673	-266.798	-3.459.806	-9,9%
50	Oliveira de Azeméis	M	-1.032.107	-2.849.868	-600.350	-2.253.906	-1.795.413	-8.115.130	-1.696.671	-7.115.432	-4.547.210	-3.426.803	-13,1%

R64.A – Variação do Passivo Exigível dos municípios da R.A. dos Açores em 2016

Unidade: euros

	Município	Dim.	Variação valor										Var % 2006/2016
			2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1	Ponta Delgada	M	1132 831	6 128 700	1621523	-1631822	-2137 578	-3 233 917	-2 036 224	7 907 135	-4 272 299	-2 702 890	-9,3%
2	Angra do Heroísmo	M	3 768	1323 167	3 124 197	-463 966	-632 573	-2 868 118	-3 659 216	-1584 998	-209 375	-1530 066	-8,5%
3	Vila Franca do Campo	P	3 781 040	155 334	1 371 591	3 333 410	2 400 019	-543 904	-1 421 122	-1 050 664	-1 505 586	-1 519 676	-6,0%
4	Povoação	P	1 382 605	2 489 155	23 072 875	-2 357 910	-3 422 655	-10 675 252	-13 606 392	-1 318 461	-726 644	-1 288 026	-23,4%
5	Nordeste	P	414 255	363 578	336 698	5 128 175	3 316 848	-1 476 143	-73 969	-1 677 536	-1 161 559	-1 096 105	-7,7%
6	Calheta (R. A. A.)	P	-481 728	1 238 068	208 699	-924 823	-412 698	-1 428 763	-985 698	-849 505	-1 119 346	-1 009 233	-19,1%
7	Lagoa (R. A. A.)	P	-508 206	3 594 484	1 171 544	-2 065 570	-2 201 268	-1 324 022	-965 265	-1 608 007	2 031 239	-981 063	-11,0%
8	Horta	P	-435 328	608 440	621 551	-164 431	-864 177	-1 532 473	-395 651	-685 387	-965 560	-847 178	-17,0%
9	Lajes do Pico	P	494 618	200 207	1 357 826	988 080	-1 089 597	-531 091	1 921 967	-1 870 279	-1 018 064	-702 575	-10,6%
10	Velas	P	71 647	435 551	-129 134	3 256 966	-1 357 136	-1 821 025	-1 322 578	-576 754	-845 665	-569 299	-11,8%
11	Praia da Vitória	M	-348 754	6 255 005	8 359 712	-5 972 077	-576 761	-1 278 069	-940 349	-1 775 926	-4 883 045	-3 411 440	-3,8%
12	Sta. Cruz da Graciosa	P	-104 821	-196 281	574 403	808 067	120 789	-240 678	-296 280	-326 062	-226 034	-251 881	-16,5%
13	Corvo	P	228 571	-172 481	-338 869	-359 416	33 204	-348 665	-107 470	-119 883	-34 511	-133 277	-13,9%
14	Sta. Cruz das Flores	P	-844 193	-119 238	-31 505	-170 100	-95 497	-259 695	-215 136	-176 141	-65 301	-75 347	-22,1%
15	São Roque do Pico	P	-140 156	-357 366	1 022 565	104 162	-1 535 276	-296 155	-190 068	-534 804	153 939	-73 705	-11,7%
16	Lajes das Flores	P	-14 736	-62 586	1 080 677	204 591	-184 294	294 528	1 229 060	-2 271 232	-472 935	472 935	67,1%
17	Ribeira Grande	M	308 178	4 647 209	3 029 675	-4 526 164	-3 383 608	-2 513 011	-4 295 726	-1 110 000	-279 211	571 011	5,6%
18	Madalena	P	1 443 895	1 956 697	-1 376 686	-196 945	-1 105 979	-816 853	-693 725	-377 595	-444 319	1 061 847	37,1%
19	Vila do Porto	P	-50 520	-211 927	71 277	201 965	-431 722	-1 616 161	-289 487	-79 028	-268 311	4 475 495	909,2%

R64.M – Variação do Passivo Exigível dos municípios da R.A. da Madeira em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	Variação valor										Var. % 2016
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1 Funchal	G	-1669 760	11477 145	13 468 908	-1166 188	7 064 431	-2 946 980	-14 582 276	-10 554 756	-9 562 098	-12 107 333	-16,3%
2 Santa Cruz	M	-4 204 790	-2 076 671	6 793 483	10 160 644	437 478	-2 371 185	-4 300 245	-4 166 435	-5 529 148	-4 846 412	-17,9%
3 Machico	M	-2 578 255	544 632	1 202 511	1 562 711	7 127 038	-3 457 990	-1 307 563	-9 342 238	-4 201 347	-2 948 413	-23,1%
4 Calheta (R. A. M.)	P	-2 893 014	-594 796	1 577 335	820 142	1 981 333	-1 622 798	-2 168 765	-1 584 662	-1 780 911	-2 704 740	-36,0%
5 Ribeira Brava	P	5 597 673	-214 031	5 851 657	-685 831	2 977 618	-1 240 416	-5 299 875	-3 759 466	-3 013 123	-2 091 991	-26,4%
6 Câmara de Lobos	M	-59 284	7 475 024	707 157	-2 178 605	-611 061	-2 048 800	-5 182 317	-1 444 650	-1 851 129	-1 522 058	-14,8%
7 Santana	P	2 667 030	-1 346 797	8 510 507	-618 301	124 071	-4 060 551	-3 355 396	-2 963 332	-417 002	-995 673	-24,3%
8 São Vicente	P	-355 636	-830 509	2 217 952	433 098	941 693	-2 465 364	2 345 239	-2 309 478	-1 329 886	-573 866	-9,3%
9 Porto Moniz	P	-1 921 022	308 262	4 550 898	-2 758 448	-1 519 118	-885 664	-201 786	-219 387	-574 183	-418 475	-13,0%
10 Ponta do Sol	P	-2 004 712	1 034 513	-618 487	-607 223	-707 683	-1 666 533	-1 195 099	-1 109	-712 025	-54 921	-5,6%
11 Porto Santo	P	-2 291 478	-518 275	3 550 512	211 600	2 489 944	-989 883	-4 203 260	-184 405	-2 182 405	207 796	9,0%

Considerando que com **diminuição do passivo exigível se identificaram 276 municípios à data de dezembro de 2016**, hierarquizam-se no *Ranking* R64, os 50 municípios que apresentaram maior diminuição de dívida total.

– Deste *Ranking* há a salientar a prestação dos sete primeiros municípios que apresentaram uma descida de passivo exigível superior a 15 M€: Lisboa (-12,1%, -87 M€); Porto (-46,5 M€, -50,4%); Sintra (-20,5 M€, -44,2%); Cascais (-19,9 M€, -26,9%); Setúbal (-18,2 M€, -23,7%), Vila Nova de Gaia (-16,1 M€, -8,7%); e Aveiro (-15,1 M€, -13,1%).

Com os *Rankings* R64.A e R64.M apresentam-se os municípios dos Açores e da Madeira hierarquizados pelo maior volume de descida da sua dívida total.

3.5.3. Endividamento das Autarquia

3.5.3.1 Cálculo do limite da dívida total ao abrigo do disposto no Artigo 52.º, Lei 73/2013

Neste ponto apresentar-se-á o montante da dívida total dos municípios com vista à determinação da sua capacidade de endividamento, considerando apenas o sector autárquico em sentido

restrito não abrangendo a totalidade dos entes que constituem os Grupos Autárquicos, isto é, sem inclusão das entidades referidas no n.º 1 do Artigo 54.º da Lei 73/2013¹¹⁴, de 3 de setembro (RFALEI

¹¹⁴ Artigo 54.º – Entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total.º

1 – Para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, são ainda incluídos: a) Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto; b) As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento; c) As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.os 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei; d) As cooperativas e as régies cooperativas, de acordo com o disposto no artigo 19.º e no n.º 3 do artigo 58.º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, proporcional à participação, direta ou indireta, do município, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquele regime; e) As cooperativas não previstas na alínea anterior e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município. f) As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo

– Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Inter-municipais) na sua redação atual, estabelece no seu artigo 52.º o conceito relativo ao endividamento municipal que é o da dívida total das operações orçamentais.

Os normativos desta lei estabelecem como limite da dívida total, que **não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, o valor correspondente a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores**. Determina-se, ainda, no n.º 2 deste mesmo artigo que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Relativamente ao exercício de 2016, verifica-se que a alteração à RFALEI introduzida pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, diploma que aprovou o OE para 2016, excluiu do cômputo do cálculo do limite de endividamento o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia e o valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7 do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro. Acresce referir que esta exclusão apenas releva para a determinação dos limites de endividamento, continuando a ter que ser considerado a totalidade do capital em dívida seja qual for o empréstimo que lhe tenha dado origem, para efeitos do cálculo da dívida total das autarquias.

com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total.

2 - As entidades previstas na alínea b) do número anterior incluem também as associações participadas não exclusivamente por municípios, desde que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências destes.

3 - Caso, nas situações referidas nas alíneas c) a e) do n.º 1, sejam entidades inter-municipais ou entidades associativas municipais a participar no capital ou a deter o controlo ou a presunção de controlo sobre entidades dessa natureza, a respetiva percentagem do endividamento relevante a imputar a cada município resulta da que lhe corresponde na entidade associativa, de acordo com as regras constantes da alínea b) do n.º 1.

4 - Para efeitos do apuramento da dívida total de cada município não é considerada a dos serviços municipalizados e intermunicipalizados, bem como as das entidades intermunicipais ou entidades associativas municipais que esteja simultaneamente reconhecida na contabilidade do município ou dos municípios detentores. (Contém as alterações dos seguintes diplomas: Lei n.º 69/2015, de 16/07”

Anota-se que, pese embora para o cálculo do endividamento apresentado neste Anuário não seja considerado o endividamento dos entes participados¹¹⁵ pela autarquia ou aqueles em cuja capacidade de decisão a autarquia detêm a maioria dos votos, entende-se que não deverá provir desvio relevante em relação ao endividamento, uma vez que, a reforma exigida às autarquias no que se refere ao controlo e avaliação de entidades na esfera do seu sector empresarial¹¹⁶, obriga a que estas apresentem equilíbrio de contas, não concorrendo nesta circunstância, para os limites da dívida total do município, sob pena de terem que ser extintas. Refere-se, ainda, que em relação à informação sobre empréstimos excecionados citados na norma transitória da Lei n.º 73/2013, não tem sido possível obter informação que isole os referidos empréstimos, pelo que, se tem considerado a totalidade do capital em dívida de médio e longo prazo, de cada município.

No Quadro 3.14 apresenta-se a dívida total dos municípios¹¹⁷, considerando o universo dos 308 municípios, com base nos dados apresentados nos mapas de prestação de contas e com as considerações apresentadas supra.

Do exposto, é de salientar, para evitar leituras erradas, que **a dívida total que se apresenta no quadro não corresponde integralmente ao valor da dívida total para efeitos do cumprimento do limite da dívida prevista na Lei das Finanças Locais. Contudo se houvesse**

¹¹⁵ À data da realização deste anuário não se detém informação sobre a consolidação das contas dos municípios e sua participadas / intervencionadas. Todavia, para efeito da conformidade dos cálculos aqui apresentados invoca-se a exceção prevista no n.º 1 do artigo 54 LFL, que refere “As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.os 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei;

¹¹⁶ Da qual resultou extinções e ou fusões

¹¹⁷ O cálculo da dívida total, embora numa percentagem muito pouco significativa e por isso sem influência relevante na determinação do seu valor, envolveu alguns cons-trangimentos que derivam do facto de não ser possível isolar completamente a dívida de curto prazo de origem não orçamental. Efetivamente na atual informação prestada pelos municípios em sede de prestação de contas, há rubricas do passivo em relação às quais não é possível distinguir eventuais valores relacionados com operações de tesouraria dos valores de natureza orçamental. Assim, optou-se por deduzir ao passivo de curto prazo o saldo de operações de tesouraria obtido do mapa de fluxos de caixa.

oportunidade de inclusão de dívidas de outras entidades conforme exigido na LFL, provavelmente aumentaria o valor da dívida global, podendo todavia não afetar os limites de endividamento.

Mais se refere que toda esta análise global para o setor autárquico, ao ser aplicada individualmente a cada autarquia, para efeitos exclusivos de identificação de municípios abrangidos por eventuais sanções, sempre se teria que respeitar o Artigo 84.º da LFL – Regime transitório para o endividamento¹¹⁸. excecionado à exceção prevista.

Quadro 3.14 – Limite à dívida total

Unidade: milhões de euros

Indicadores	2013	2014	2015	2016
Média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores (a)	5 678,2	5 715,1	5 904,8	6 222,2
Limite da dívida total: (b) = 1,5 x (a)	8 517,4	8 572,6	8 857,2	9 333,2
Passivo Exigível dos municípios+, não incluindo outras entidades nem exceções (c)	6 722,4	6 233,9	5 783,7	5 124,2
Dívidas não orçamentais (d)	186,1	189,5	189,4	266,9
Dívida Total dos municípios, não incluindo outras entidades nem exceções (e) = (c) - (d)	6 536,3	6 044,4	5 594,3	4 857,3
Índice do limite à dívida total (f) = (e) / (b) (Índice permitido <= 100%)	76,7%	70,5%	63,2%	52,0%
Nº de municípios que provavelmente excedem o limite da dívida total	81	69	45	33

*Engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras e todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

¹¹⁸ Este artigo estabelece que:

1 – No caso em que um município cumpra os limites de endividamento na data de entrada em vigor da presente lei, mas que passe a registar uma dívida total superior aos limites previstos no artigo 52.º apenas por efeito da existência de dívidas excecionadas constituídas em data anterior à entrada em vigor da presente lei, não deve o município ser sujeito a sanções previstas na presente lei.

2 – Para efeitos do número anterior, consideram-se dívidas excecionadas as seguintes: a) Os empréstimos e os encargos com empréstimos anteriormente contraídos ao abrigo de disposições legais que os excecionavam dos limites de endividamento; b) Os empréstimos e os encargos com empréstimos contraídos para a conclusão dos programas especiais de realojamento (PER) cujos acordos de adesão tenham sido celebrados até ao ano de 1995; c) As dívidas dos municípios às empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, consolidadas até 31 de dezembro de 1988.

3 – Para efeitos dos números anteriores, apenas relevam as dívidas excecionadas constituídas em data anterior à entrada em vigor da presente lei e cujos contratos não sejam objeto de alterações, designadamente nos montantes ou nos prazos.

Da observação do Quadro 3.14 referente ao limite da dívida municipal, e considerando, como já foi justificado, **que não estão incluídas dívidas de outras entidades do grupo autárquico que entram para o montante da dívida, nem as exceções previstas na LFL**, pode-se concluir:

– **Em 2016, considerando o universo dos 308 municípios o valor da dívida total ficou distante 48 pp do limite máximo da dívida total** determinado com base nos artigos 52.º e 83.º da Lei das finanças locais, aumentando esse distanciamento em +11 pp relativamente ao verificado em 2015.

– **O índice de 52% obtido para a razão entre a dívida total das autarquias e o valor de 1,5 vezes a média da receita corrente líquida nos últimos três exercícios, é um ótimo indicador da melhoria da situação global de endividamento das autarquias.**

– No entanto, em 2016, ainda houve 33 municípios que excederam o limite da dívida total indicado no artigo 52 da LFL. Todavia o número de municípios nesta situação vem decrescendo como se pode verificar pela leitura da última linha do Quadro 3.14.

3.5.3.2. Indicadores de alerta para o risco de incumprimento do Artigo 52.º, Lei 73/2013

Porque a Lei 73/2013 contém indicadores que servirão de sinal de alerta para o risco de incumprimento dos novos limites de endividamento, observando as contas dos 308 municípios procedeu-se ao cálculo dos mesmos para cada um dos municípios obtendo-se o ponto de situação apresentada no Quadro 3.15.

Quadro 3.15 – Indicadores de sinalização de alerta precoce e de recuperação financeira

Situação da Dívida total:	Nº de Municípios			
	2013	2014	2015	2016
Inferior a 1,5 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	227	239	263	275
Superior à média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	144	126	100	70
Superior a 1,5 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	81	69	45	33
Entre 1,5 e 2,25 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	42	41	25	16
Entre 2,25 e 3 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	21	12	7	10
Superior a 3 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	18	16	13	7

Os cálculos efetuados, para a determinação dos indicadores apresentados no Quadro 3.15 permitem apresentar as seguintes conclusões¹¹⁹.

Situações que teriam exigido saneamento financeiro do município¹²⁰:

– Em 2016, dez municípios poderiam ter sido compelidos a contrair empréstimo para saneamento financeiro, pois demonstraram em dezembro de 2016 um valor da dívida total entre 2,25 e 3 vezes a média da receita corrente cobrada nos três anos anteriores.

Situações que obrigariam à recuperação financeira municipal¹²¹:

– 7 Municípios apresentaram em dezembro de 2016 uma dívida

¹¹⁹ Reitera-se que todas estas análises não incluem os empréstimos excepcionados nos termos do atual n.º5 do artigo 52.º da LFL, modificada pela – Lei n.º 7-A/2016, de 30/03. Nem inclui as exceções previstas no artigo 84.º – Regime transitório para o endividamento excepcionado

¹²⁰ Situação em que o município é obrigado a contrair um empréstimo para saneamento financeiro ou a aderir ao procedimento de recuperação financeira previsto no artigo 61.º da LFL.

¹²¹ O artigo 61º da LFL considera que um município está em rutura financeira sempre que a dívida total seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios. O processo de recuperação financeira determina o recurso ao Fundo de Apoio Municipal (FAM). Recorreram ao FAM, ainda no período prévio às candidaturas ao mesmo e a título de emergência os municípios de Aveiro e Vila Nova de Poiares, Nazaré, Cartaxo, Santa Comba Dão e Alfandega da Fé.

total superior a 3 vezes a média de receita dos 3 últimos exercícios. Por esta razão deveriam ter aderido ao procedimento de recuperação financeira municipal.

Situação que exigiriam a contração de empréstimos para saneamento financeiro¹²²:

– Em dezembro de 2016, setenta (70) municípios apresentaram sinais de alerta precoce¹²³, nos termos do n.º1 do artigo 56.º da LFL. Efetivamente àquela data, estes municípios, apresentaram um valor de dívida total igual ou superior à média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios;

– Outros 16 municípios apresentaram, em dezembro de 2016, o valor da dívida total superior a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida e inferior a 2,25 vezes, essa média;

A LFL¹²⁴ permite que os municípios em outras duas situações, ambas relacionadas com a indexação à receita corrente da dívida total deduzida de empréstimos, possam¹²⁵ contrair financiamentos bancários para saneamento financeiro. O Quadro 3.16 enquadra os municípios nas situações consideradas limite pela LFL, para esse efeito. Assim:

– **12 Municípios apresentaram, em dezembro de 2016 o valor da dívida total, deduzida dos empréstimos, superior a 0,75 da média da receita corrente cobrada nos três últimos exercícios.**

¹²² Sempre que o município atinja ou ultrapasse a média da receita líquida cobrada nos três últimos exercícios, nos termos do n.º2 do artigo 58.º da LFL, pode contrair empréstimos para saneamento financeiro

¹²³ Nos termos do n.º1 do artigo 56.º da LFL, sempre que, na informação prestada à DGAL, a dívida total atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios, serão informados os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, e os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças.

¹²⁴ No n.º1 do artigo 58º da LFL são apresentadas outras duas situações decorrentes das quais os municípios podem contrair empréstimos para saneamento financeiro tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros. Essas situações são as seguintes: a dívida total do município ultrapasse o limite de 1,5 vezes a média da receita líquida cobrada nos três exercícios anteriores ou, o montante da dívida, excluindo empréstimos, seja superior a 0,75 vezes a média da receita calculada nos termos referidos

¹²⁵ A lei refere expressamente que deveriam, embora sem obrigatoriedade

Quadro 3.16 – Indicadores de sinalização de alerta precoce e de recuperação financeira

N.º de municípios com Dívida total deduzida dos empréstimos:	2013	2014	2015	2016
inferior a 0,75 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	266	276	287	296
superior a 0,75 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	42	32	21	12

Outras situações de alerta precoce relacionados com desvios¹²⁶ na execução da receita:

– 104 Municípios apresentaram, em dezembro de 2015, uma taxa de execução da receita prevista inferior a 85%. Destes, 88 tinham apresentado a mesma situação em 2014, pelo que deveriam em 2016 ter contraído empréstimos para saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros.

Situações de equilíbrio orçamental:

– Em dezembro de 2016, 30 municípios apresentaram um montante da receita corrente cobrada inferior à despesa corrente paga acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

– Quer dizer que, estes 30 municípios apresentaram um saldo corrente deduzido das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo negativo, quando calculado na base dos pagamentos. Contudo, só em relação a 12 destes municípios o valor absoluto do saldo foi superior a 5% das receitas correntes totais. Nos restantes 18 municípios, o valor absoluto do saldo foi inferior a 5% das receitas correntes totais.

– Calculando o Saldo Corrente na base da despesa corrente assumida¹²⁷ deduzido das amortizações médias dos empréstimos,

78 municípios apresentaram-no com valor negativo. Destes, 48 municípios apresentaram a diferença negativa com valor absoluto superior a 5% das receitas totais cobradas.

Com base nos cálculos efetuados apresentam-se dois *Rankings* que listam os 50 municípios com melhor ou pior indicador do limite da dívida total (R55 e R56, respetivamente).

Nas listagens R56.A e R56.M apresentam-se ordenados os índices da dívida total dos municípios respetivamente dos Açores e da Madeira.

¹²⁶ Nos n.º2 e n.º3 do artigo 56.º da LFL são apresentados outros dois sinais de alerta precoce. (i) quando a dívida total ultrapassar 1,5 vezes a média da referida receita corrente líquida cobrada nos três anos anteriores, para além presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa e dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças será informado o Banco de Portugal. (ii) quando o município registar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista inferior a 85% serão informadas as mesmas entidades com exceção do banco de Portugal.

¹²⁷ Entende-se que o Saldo Corrente obtido na base dos compromissos dá uma ima-

gem mais fiável e verdadeira da situação patrimonial dos municípios quanto ao saldo do exercício.

R55 – Municípios com melhor índice de dívida total

Unidade: euros

Município	Dim.	2013	2014			2015			2016			
		Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	
1	Mealhada	M	0,00	11 516 835	0	0,00	11 606 747	569 333	0,05	12 035 139	469 473	0,04
2	Pampilhosa da Serra	P	0,04	7 393 012	165 014	0,02	8 014 137	430 474	0,05	8 715 400	343 276	0,04
3	Penedono	P	0,00	3 549 032	113	0,00	3 965 926	260 194	0,07	4 438 723	234 469	0,05
4	Benavente	M	0,15	14 010 111	2 294 065	0,16	14 419 019	1 374 606	0,10	15 012 331	1 200 325	0,08
5	Castelo de Vide	P	0,15	4 154 216	460 009	0,11	4 409 311	476 506	0,11	4 771 878	423 895	0,09
6	Marinha Grande	M	0,26	18 382 456	5 022 896	0,27	19 056 060	3 973 585	0,21	20 029 494	1 969 119	0,10
7	Sta. Cruz das Flores	P	0,30	1 913 358	362 595	0,19	2 008 498	299 609	0,15	2 242 948	229 966	0,10
8	Penacova	P	0,05	7 620 943	1 453 331	0,19	8 406 935	1 347 901	0,16	9 187 599	967 959	0,11
9	Alcácer do Sal	P	0,09	12 946 280	2 432 297	0,19	13 504 798	1 626 104	0,12	13 627 618	1 576 910	0,12
10	Lagoa (Algarve)	M	0,36	26 062 621	8 273 662	0,32	27 514 429	4 089 231	0,15	29 863 135	3 590 155	0,12
11	Vila Velha de Ródão	P	0,20	4 938 304	1 095 189	0,22	5 480 242	906 447	0,17	6 086 967	755 046	0,12
12	Ponte de Lima	M	0,10	22 182 597	4 473 965	0,20	22 891 809	3 147 408	0,14	23 960 831	3 011 149	0,13
13	Ponte de Sor	P	0,24	11 312 767	2 741 159	0,24	12 053 098	5 276 601	0,44	13 019 098	1 663 693	0,13
14	Cinfães	P	0,15	10 493 855	2 184 317	0,21	11 338 632	1 707 569	0,15	12 267 585	1 597 761	0,13
15	São Roque do Pico	P	0,37	2 819 182	461 251	0,16	3 127 209	615 599	0,20	3 496 463	541 909	0,15
16	Sintra	G	0,58	146 377 755	73 715 577	0,50	146 878 880	43 656 457	0,30	146 586 161	22 810 699	0,16
17	Elvas	M	0,12	14 420 429	2 838 115	0,20	15 622 062	2 879 202	0,18	16 142 346	2 613 717	0,16
18	Viana do Alentejo	P	0,21	4 803 062	1 033 901	0,22	5 132 790	735 794	0,14	5 596 782	920 572	0,16
19	Sátão	P	0,45	6 647 433	2 745 625	0,41	7 287 419	1 935 152	0,27	8 048 835	1 364 311	0,17
20	Ponta do Sol	P	0,38	4 357 064	1 642 468	0,38	4 644 846	943 155	0,20	5 056 966	871 927	0,17
21	Redondo	P	0,10	5 961 271	1 021 339	0,17	6 246 466	927 151	0,15	6 712 149	1 166 834	0,17
22	Vinhais	P	0,38	7 708 149	2 300 700	0,30	8 498 524	2 167 429	0,26	9 547 788	1 805 889	0,19
23	Vila Nova Foz Côa	P	0,61	7 064 961	3 028 862	0,43	7 902 644	2 260 109	0,29	8 586 223	1 703 866	0,20
24	Boticas	P	0,47	6 072 892	2 558 642	0,42	6 695 862	2 103 185	0,31	7 485 782	1 487 812	0,20
25	Porto de Mós	M	0,33	13 224 126	4 347 539	0,33	14 015 977	3 655 764	0,26	14 826 391	3 157 637	0,21
26	Castro Verde	P	0,49	8 647 863	3 296 356	0,38	8 468 747	3 047 691	0,36	8 611 925	1 846 905	0,21
27	Alcobaça	M	0,61	24 316 613	11 407 900	0,47	25 584 714	6 792 675	0,27	26 833 547	5 804 386	0,22
28	Bragança	M	0,45	24 029 996	9 298 921	0,39	25 261 350	7 642 164	0,30	27 191 042	5 899 073	0,22
29	Castelo Branco	M	0,33	28 853 122	10 017 098	0,35	29 936 516	8 091 158	0,27	30 708 974	6 754 120	0,22
30	Pombal	M	0,50	27 629 983	9 933 329	0,36	29 502 096	8 315 571	0,28	31 495 904	7 088 504	0,23
31	Tondela	M	0,44	14 453 360	5 842 450	0,40	15 527 823	3 818 960	0,25	16 861 471	3 838 152	0,23
32	Coruche	P	0,37	13 591 114	4 895 969	0,36	14 083 017	4 122 832	0,29	15 113 103	3 477 169	0,23
33	Batalha	P	0,34	7 360 767	2 652 062	0,36	7 849 201	2 137 517	0,27	8 452 766	1 950 217	0,23
34	Arouca	M	0,37	11 554 395	3 559 518	0,31	12 237 090	3 902 042	0,32	12 977 017	3 076 111	0,24
35	São Brás de Alportel	P	0,33	8 217 872	2 595 373	0,32	8 361 367	2 519 823	0,30	8 786 331	2 096 578	0,24
36	Murtosa	P	0,33	5 337 970	2 088 722	0,39	5 804 694	1 734 244	0,30	6 238 750	1 500 734	0,24

Município		Dim.	2013	2014			2015			2016		
			Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)
37	Fafe	M	0,19	23 487 206	6 306 032	0,27	23 495 608	3 881 148	0,17	24 667 398	5 968 329	0,24
38	Montemor-o-Novo	P	0,34	12 728 934	4 761 551	0,37	13 642 662	3 347 652	0,25	14 520 422	3 541 805	0,24
39	Ovar	M	0,28	24 126 347	5 769 486	0,24	22 661 723	5 457 138	0,24	23 324 611	5 707 595	0,24
40	Gavião	P	0,42	4 504 617	1 836 652	0,41	4 921 173	1 497 266	0,30	5 368 320	1 317 650	0,25
41	Castro Daire	P	0,46	10 151 217	4 151 631	0,41	11 157 232	3 765 109	0,34	12 183 839	3 108 570	0,26
42	Alcoutim	P	0,22	5 297 623	1 296 022	0,24	5 758 827	1 961 242	0,34	6 377 134	1 637 683	0,26
43	Montalegre	P	0,47	12 809 147	6 018 266	0,47	13 687 283	4 712 962	0,34	14 932 178	3 876 987	0,26
44	Cadaval	P	0,45	7 675 493	2 590 888	0,34	8 083 817	2 611 883	0,32	8 724 141	2 307 191	0,26
45	Porto	G	0,63	156 849 850	98 800 331	0,63	156 536 958	90 166 430	0,58	156 936 367	43 378 802	0,28
46	Miranda do Corvo	P	0,48	7 296 323	2 634 287	0,36	7 657 721	1 881 256	0,25	8 036 867	2 230 040	0,28
47	Sernancelhe	P	0,44	5 205 637	2 232 679	0,43	5 593 580	2 063 536	0,37	6 179 480	1 717 974	0,28
48	Mértola	P	0,60	9 739 881	5 097 809	0,52	10 068 764	3 959 453	0,39	10 942 278	3 053 015	0,28
49	Arronches	P	0,44	3 812 479	1 416 213	0,37	4 218 587	1 495 834	0,35	4 652 138	1 304 184	0,28
50	Alvito	P	0,29	3 214 664	720 228	0,22	3 399 264	816 900	0,24	3 638 488	1 036 201	0,28

R56 – Municípios com índice de dívida total superior a 1,5

Unidade: euros

Município		Dim.	2013	2014			2015			2016		
			Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)
1	Fornos de Algodres	P	8,26	4 146 134	31 248 213	7,54	4 473 891	29 822 036	6,67	4 978 960	28 281 085	5,68
2	Vila Real Sto. António	P	3,94	17 725 441	76 655 583	4,32	17 659 578	76 929 095	4,36	18 860 004	74 749 340	3,96
3	Cartaxo	M	3,44	11 084 957	46 125 569	4,16	11 179 873	47 014 651	4,21	11 750 149	46 242 958	3,94
4	Vila Franca Campo	P	5,38	5 662 885	26 837 020	4,74	6 271 262	25 359 562	4,04	6 859 695	23 813 071	3,47
5	Portimão	M	4,18	37 716 100	154 501 933	4,10	38 906 601	139 999 056	3,60	42 362 016	138 434 612	3,27
6	Fundão	M	4,53	18 646 008	76 870 121	4,12	19 658 771	72 108 604	3,67	21 093 720	66 141 132	3,14
7	Nazaré	P	4,22	10 362 863	39 219 748	3,78	10 433 941	35 499 162	3,40	10 631 117	33 055 893	3,11
8	Nordeste	P	5,48	3 319 348	15 239 884	4,59	3 767 447	14 110 127	3,75	4 358 207	13 024 994	2,99
9	Vila Nova de Poiares	P	4,48	4 672 103	19 293 112	4,13	5 167 393	17 848 212	3,45	5 940 135	16 529 647	2,78
10	Alfândega da Fé	P	4,16	5 496 106	20 537 454	3,74	6 085 476	19 909 044	3,27	6 819 967	18 913 774	2,77
11	Paços de Ferreira	M	3,55	19 768 894	62 534 920	3,16	20 424 089	58 924 480	2,89	21 273 703	55 447 614	2,61
12	Seia	M	3,74	15 934 400	52 927 469	3,32	16 853 787	50 822 252	3,02	18 104 475	46 846 039	2,59
13	Alandroal	P	3,73	6 011 458	22 066 969	3,67	6 673 189	20 447 674	3,06	7 433 470	18 717 737	2,52
14	Aveiro	M	3,37	34 814 321	125 846 430	3,61	36 813 028	115 289 919	3,13	40 763 929	99 915 104	2,45
15	Covilhã	M	2,80	22 663 134	56 546 832	2,50	22 702 705	63 592 976	2,80	22 503 934	54 679 995	2,43
16	Celorico da Beira	P	3,41	6 494 120	20 653 739	3,18	6 963 997	19 477 890	2,80	7 686 955	18 616 380	2,42
17	Freixo Espada à Cinta	P	4,15	4 634 133	15 494 416	3,34	5 186 198	14 218 511	2,74	5 782 926	13 673 389	2,36
18	Lamego	M	1,94	15 812 271	31 110 437	1,97	16 633 083	30 426 682	1,83	17 930 757	39 695 365	2,21

Município	Dim.	2013	2014			2015			2016		
		Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)
19 Évora	M	2,54	32 137 346	77 029 109	2,40	34 053 912	76 479 569	2,25	35 887 915	74 298 139	2,07
20 Santa Comba Dão	P	2,94	6 140 960	18 056 264	2,94	6 500 764	15 666 174	2,41	6 796 083	13 469 106	1,98
21 Santarém	M	2,82	30 755 597	76 337 274	2,48	31 866 385	70 872 817	2,22	33 227 022	63 564 840	1,91
22 Tabuaço	P	2,47	5 516 269	11 847 692	2,15	5 935 166	13 719 354	2,31	6 306 428	11 799 087	1,87
23 Mourão	P	2,72	3 883 442	9 867 837	2,54	4 202 589	9 385 165	2,23	4 656 001	8 660 527	1,86
24 Reguengos Monsaraz	P	2,28	9 059 468	19 812 819	2,19	9 940 072	20 290 988	2,04	10 632 039	19 431 586	1,83
25 Portalegre	M	2,92	13 756 431	37 513 834	2,73	14 022 331	33 017 303	2,35	15 020 355	27 140 051	1,81
26 Trofa	M	2,77	15 429 164	40 214 687	2,61	17 169 928	36 282 650	2,11	18 702 368	33 408 540	1,79
27 Alpiarça	P	2,41	4 880 419	10 719 961	2,20	5 058 282	10 530 227	2,08	5 376 359	9 119 381	1,70
28 Tarouca	P	2,16	6 687 572	13 858 948	2,07	7 094 655	13 263 450	1,87	7 577 809	12 716 367	1,68
29 Gondomar	G	1,87	58 024 376	107 333 970	1,85	56 792 703	101 132 535	1,78	57 398 408	95 362 974	1,66
30 Peso da Régua	P	1,77	9 933 121	17 782 777	1,79	10 372 741	17 981 812	1,73	10 833 876	17 740 718	1,64
31 Vila Nova de Gaia	G	1,94	102 834 913	175 545 128	1,71	100 915 445	183 308 329	1,82	106 051 160	166 765 141	1,57
32 Castanheira de Pera	P	3,48	3 153 124	8 819 894	2,80	3 552 932	7 450 319	2,10	3 999 065	6 076 767	1,52
33 Mesão Frio	P	2,51	3 485 509	7 916 483	2,27	3 779 782	7 056 309	1,87	4 148 213	6 282 288	1,51

R56.A – Índice de dívida total dos municípios da R.A. dos Açores

Unidade: euros

Município	Dim.	2013	2014			2015			2016		
		Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)
1 V. Franca do Campo	P	5,38	5 662 885	26 837 020	4,74	6 271 262	25 359 562	4,04	6 859 695	23 813 071	3,47
2 Nordeste	P	5,48	3 319 348	15 239 884	4,59	3 767 447	14 110 127	3,75	4 358 207	13 024 994	2,99
3 Lajes do Pico	P	2,99	3 425 416	7 645 520	2,23	3 791 356	6 626 845	1,75	4 261 891	5 924 092	1,39
4 Angra do Heroísmo	M	1,85	11 204 203	18 025 446	1,61	12 355 150	17 786 740	1,44	13 451 524	16 251 884	1,21
5 Vila do Porto	P	0,25	3 494 259	721 150	0,21	3 869 910	456 950	0,12	4 359 110	4 932 407	1,13
6 Calheta (R. A. A.)	P	2,62	2 902 413	6 350 535	2,19	3 255 336	5 231 799	1,61	3 772 403	4 221 814	1,12
7 Praia da Vitória	M	2,38	6 926 650	13 866 651	2,00	7 520 222	8 987 828	1,20	8 468 884	8 601 384	1,02
8 Velas	P	1,88	3 283 174	5 676 797	1,73	3 711 015	4 837 117	1,30	4 298 038	4 268 791	0,99
9 Lagoa (R.A.A)	P	1,27	6 774 061	6 732 301	0,99	7 317 538	8 649 553	1,18	8 050 298	7 785 027	0,97
10 Ponta Delgada	M	0,93	26 495 122	32 760 104	1,24	27 159 334	28 400 092	1,05	28 738 070	25 751 354	0,90
11 Povoação	P	2,01	3 985 168	6 119 147	1,54	4 333 041	5 436 996	1,25	4 875 554	4 146 951	0,85
12 Madalena	P	0,99	3 942 071	3 277 854	0,83	4 335 133	2 828 836	0,65	4 902 371	3 907 254	0,80
13 Ribeira Grande	M	0,95	12 405 757	10 254 597	0,83	13 312 250	9 752 655	0,73	15 077 137	10 631 328	0,71
14 Corvo	P	1,12	10 54 986	972 558	0,92	1 176 446	945 404	0,80	1 338 669	815 575	0,61
15 Horta	P	0,95	7 074 114	5 729 623	0,81	7 569 934	4 748 403	0,63	8 234 826	3 907 181	0,47
16 Lajes das Flores	P	1,42	2 157 682	1 122 163	0,52	2 271 942	650 837	0,29	2 520 902	1 125 021	0,45
17 Sta. Cruz da Graciosa	P	0,82	2 632 725	1 682 095	0,64	2 888 364	1 503 344	0,52	3 289 468	1 253 723	0,38
18 São Roque do Pico	P	0,37	2 819 182	461 251	0,16	3 127 209	615 599	0,20	3 496 463	541 909	0,15
19 Sta. Cruz das Flores	P	0,30	1 913 358	362 595	0,19	2 008 498	299 609	0,15	2 242 948	229 966	0,10

R56.M – Índice de dívida total dos municípios da R.A. da Madeira

Unidade: euros

Município	Dim.	2013	2014			2015			2016		
		Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)
1 Santa Cruz	M	2,49	14 897 824	32 509 208	2,18	15 877 289	26 902 837	1,69	16 830 161	22 151 784	1,32
2 São Vicente	P	2,81	3 663 982	7 456 311	2,04	4 058 475	6 124 193	1,51	4 561 626	5 579 548	1,22
3 Machico	M	3,13	7 976 615	16 882 595	2,12	10 219 390	12 690 804	1,24	10 696 842	9 729 756	0,91
4 Ribeira Brava	P	2,91	5 480 816	10 883 483	1,99	5 799 266	7 898 676	1,36	6 406 331	5 793 913	0,90
5 Funchal	G	1,43	66 239 023	83 337 162	1,26	66 564 365	73 848 291	1,11	68 887 051	61 947 262	0,90
6 Câmara de Lobos	M	1,33	10 502 157	12 035 818	1,15	10 731 327	10 186 754	0,95	11 619 568	8 664 318	0,75
7 Porto Moniz	P	1,36	3 123 402	3 765 302	1,21	3 555 213	3 181 032	0,89	4 052 021	2 749 560	0,68
8 Santana	P	1,73	4 469 107	4 494 399	1,01	4 877 546	4 074 055	0,84	5 408 764	3 078 728	0,57
9 Calheta (R. A. M.)	P	1,70	6 773 069	9 248 155	1,37	7 399 818	7 487 104	1,01	8 423 249	4 782 299	0,57
10 Porto Santo	P	1,19	4 610 695	4 077 726	0,88	4 901 870	1 905 834	0,39	5 224 031	2 101 968	0,40
11 Ponta do Sol	P	0,38	4 357 064	1 642 468	0,38	4 644 846	943 155	0,20	5 056 966	871 927	0,17

3.5.4. Prazo Médio de Pagamentos¹²⁸

O comportamento dos municípios em relação ao Prazo Médio de Pagamentos (PMP) foi fortemente influenciado pela adesão de municípios a sucessivos programas de apoio lançados pelo Governo e denominados: Programa Pagar a Tempo e Horas- PPTH (Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro), Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado- PREDE, Programa de Apoio à Economia Local – PAEL e, já no final de 2014, o plano de emergência do Fundo de Apoio Municipal – FAM¹²⁹.

Neste ponto calcular-se-ão os prazos médios de pagamento de acordo com o estipulado na lei e analisar-se-á o impacto dos apoios supramencionados nos prazos médios de pagamento ve-

rificando-se se foi atingido um dos objetivos a que se propunham; isto é diminuir, nos anos subsequentes à sua implementação os prazos médios de pagamento (PMP)¹³⁰.

O Gráfico 3.05 permite apreciar a situação do PMP dos municípios, no final de cada ano económico entre 2008 e 2016¹³¹.

Interessa relevar o forte impacto dos programas de apoio PREDE/ PPTH e PAEL já referidos nos pontos anteriores e exaustivamente analisados no Anuário referente ao ano económico de 2014, mostrando o seu reflexo na diminuição drástica do número de municípios com prazo médio de pagamentos superior a 90 dias, com preponderância nos municípios de pequena e de média dimensão.

¹²⁸ A análise apresentada neste ponto teve por base a informação publicada no site web oficial da Direção Geral das Autarquias Locais (<https://appls.portalautarquico.pt/portalautarquico/>). Nos Anuários anteriores esta análise sustentou-se em valores provisórios. Para o Anuário de 2015 e para este agora em elaboração foi possível obter dados definitivos, pelo que os valores históricos agora apresentados diferem das constantes dos anuários anteriores, em anos anteriores a 2015. Mesmo assim, os dados provisórios objeto de utilização só remontam a 2008.

¹²⁹ Em dezembro de 2016, tinham recebido financiamento ao abrigo do FAM, quatro (4) municípios: Portimão, Vila Real de Santo António, Alandroal, Vila Nova de Poiares e Alfândega da Fé.

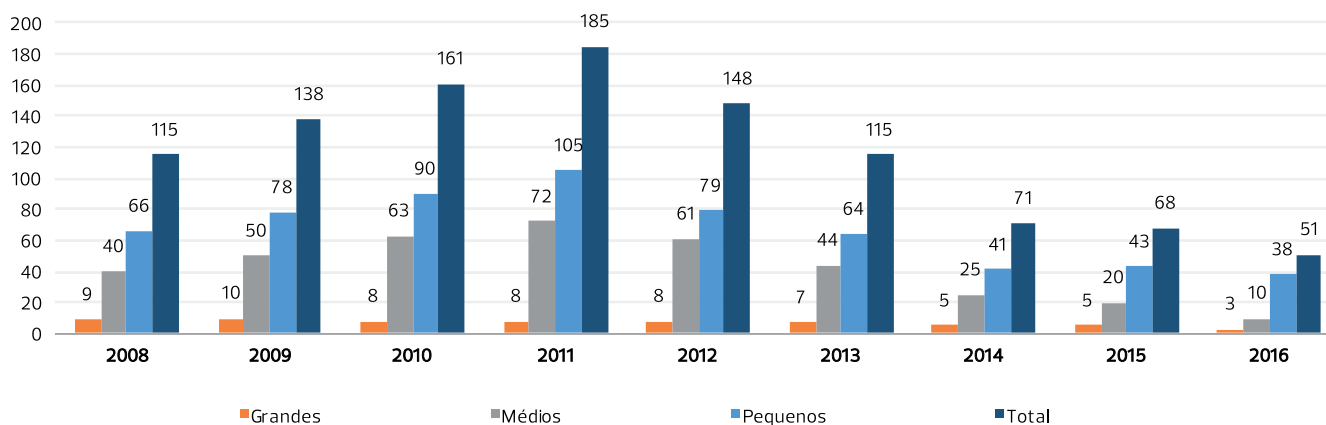
¹³⁰ A fórmula de cálculo do PMP está definida no n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de abril, no DR n.º 71, 2.ª série Parte C, que refere o seguinte: “É adaptado o indicador de prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMP), previsto no n.º 6 do anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, que passa a basear-se na seguinte fórmula:

$$PMP = \frac{\sum_{t=3}^t DF}{\sum_{t=3}^t A} \times 365$$

em que DF corresponde ao valor da dívida de curto prazo a fornecedores observado no final de um trimestre, e A corresponde às aquisições de bens e serviços efetuadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.

¹³¹ Reitera-se o facto de as informações disponíveis só remontarem a 2008.

Gráfico 3.05 – Número de Municípios com um Prazo Médio de Pagamentos superior a 90 dias



No Quadro 3.17 apresenta-se o número de municípios, por grupo dimensional de municípios, que demonstraram um prazo médio de pagamento (PMP) superior a 90 dias no final de cada ano económico, entre 2008 e 2016. Mais se verifica que o ano de 2011 foi aquele em que maior número de municípios (185 e representando 60,1% do universo dos mesmos) apresentou prazo médio de pagamento superior a 90 dias. Tomaremos esse ano como referência para

comparar a evolução em 2016.

A 30 de dezembro de 2016 apesar de existirem ainda 51 municípios com prazo médio de pagamento aos fornecedores, superior a 90 dias, verifica-se que em relação à situação detetada em 2011, 72,4% desses municípios superaram este constrangimento. Assim, no final do ano económico de 2016 apenas 16,6% dos municípios pagavam a mais de 90 dias.

Quadro 3.17 – Variação do PMP de 2008 a 2016

Dimensão		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pequenos	Nº de municípios existentes	180	181	179	181	183	184	184	185	185
	Nº de municípios com PMP superior a 90 dias, em 31-12	66	78	90	105	79	64	41	43	38
	Percentagem sobre o total de municípios	36,7%	43,1%	50,3%	58,0%	43,2%	34,8%	22,3%	23,2%	20,5%
Médios	Nº de municípios existentes	105	104	106	103	101	100	100	99	99
	Nº de municípios com PMP superior a 90 dias, em 31-12	40	50	63	72	61	44	25	20	10
	Percentagem sobre o total de municípios	37,7%	47,2%	59,4%	69,9%	60,4%	44,0%	25,0%	20,2%	10,1%
Grandes	Nº de municípios existentes	23	23	23	24	24	24	24	24	24
	Nº de municípios com PMP superior a 90 dias, em 31-12	9	10	8	8	8	7	5	5	3
	Percentagem sobre o total de municípios	39,1%	43,5%	34,8%	33,3%	33,3%	29,2%	20,8%	20,8%	12,5%
Total	Nº de municípios existentes	308	308	308	308	308	308	308	308	308
	Nº de municípios com PMP superior a 90 dias, em 31-12	115	138	161	185	148	115	71	68	51
	Percentagem sobre o total de municípios	37,3%	44,8%	52,3%	60,1%	48,1%	37,3%	23,1%	22,1%	16,6%
	Média do PMP do total dos municípios	95,8	105,2	131,0	151,2	164,1	125,7	111,4	77,6	67,7

Neste ponto tem sido apresentado um *Ranking* dos municípios com menor prazo médio de pagamentos e dos municípios com maior prazo médio de pagamentos.

No entanto alertamos para a pouca fiabilidade destes dados embora obtidos do site da DGAL quando, por exemplo, verificámos que alguns municípios apresentam prazos médios de pagamentos de zero ou um dia. Estes valores exageradamente baixos numa administração pública burocrática e exigente nas regras de execução da despesa podem estar contaminados por diversos fatores, como por exemplo:

a) A fórmula de cálculo em vigor sendo trimestral coloca no denominador as compras totais do trimestre e no denominador as dívidas no final do trimestre. Por exemplo, um município que compre a 1 de Outubro e pague no dia 30 de dezembro, nessa fórmula o PMP é igual a zero, quando na realidade pagou a 90 dias;

b) A fórmula coloca no denominador as compras de bens e serviços, bem como as aquisições de ativos fixos (bens duradouros). O valor dessas aquisições de bens duradouros é o acréscimo do valor da classe 4 (imobilizações corpóreas, incorpóreas e imobilizado em curso). Acontece que essa variação, de facto, na sua maioria é uma aquisição com contraprestação monetária. No entanto, pode também ser por reavaliação ou doação.

c) Há municípios, por simples razão de procedimento contabilístico (ainda que incorreto) registam tardiamente a liquidação das obrigações aproximando-as ou fazendo-as coincidir com a data de pagamento, das mesmas. Tal comportamento é um fator de diminuição do PMP

Por estes motivos, neste anuário embora continuemos a apresentar o *Ranking* apenas para se verificar a melhoria da maioria dos municípios no PMP mesmo aqueles com PMP elevados. No entanto alteramos o critério de pontuação deste indicador no *ranking* global como é explicado no capítulo 5.-

Os *Rankings* R57 e R58 evidenciam, respetivamente, os municípios com menor e maior Prazo Médio de Pagamentos em 2016.

No *ranking* R57, observa-se que dos 51 municípios que, em 2016, pagaram em menor prazo de tempo – quase a pronto – foram, na generalidade, municípios de pequena ou de média dimensão aparecendo, nesta listagem, apenas três municípios de grande dimen-

são. Como referimos, não deixa de ser anormal a apresentação de prazos médios de pagamentos de poucos dias, nomeadamente o PMP de zero (0) dias dado a burocracia nas regras estabelecidas para a execução da despesa. A análise das contas não permitem verificar se este reduzidíssimo prazo médio de pagamentos advém do incumprimento das regras da contabilidade pública, registando a obrigação (dívida) apenas no momento do pagamento, ou se pela fórmula de cálculo estabelecida por Lei, que apresenta algumas debilidades, conforme referido.

R57 – Municípios com menor Prazo Médio de Pagamentos

	Município	Dimensão	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1	Santana	P	55	12	153	102	329	494	22	3	0
2	Miranda do Douro	P	361	210	229	37	284	126	24	5	0
3	Azambuja	M	83	58	98	241	372	247	48	6	0
4	Pampilhosa da Serra	P	3	2	4	6	3	1	3	2	1
5	Alcoutim	P	5	3	3	5	1	1	1	3	1
6	Arronches	P	10	4	5	17	4	4	1	3	1
7	Corvo	P	93	41	75	25	14	0	5	6	1
8	Vila Franca do Campo	P	375	46	462	266	113	19	13	9	1
9	Anadia	M	6	8	5	3	0	1	2	1	2
10	Velas	P	171	151	153	113	23	9	2	1	2
11	Santa Cruz da Graciosa	P	3	4	7	8	6	13	3	1	2
12	Vila Real	M	35	51	66	40	45	35	2	2	2
13	Vila do Porto	P	3	29	5	40	9	44	25	2	2
14	Almodôvar	P	9	11	9	9	5	5	8	3	2
15	Lisboa	G	142	152	48	96	125	84	26	5	2
16	Lajes das Flores	P	17	12	15	86	87	122	20	17	2
17	Penalva do Castelo	P	11	18	12	10	7	14	9	3	3
18	Lagoa (Algarve)	M	19	57	142	245	180	71	18	3	3
19	Portel	P	4	6	4	10	3	3	2	6	3
20	Câmara de Lobos	M	101	329	222	77	256	79	35	6	3
21	Alfândega da Fé	P	357	740	89	51	100	57	11	19	3
22	Ferreira do Zêzere	P	19	63	82	72	60	117	50	29	3
23	Castelo Branco	M	6	8	6	6	4	2	2	2	4
24	Vouzela	P	27	80	87	62	32	14	11	11	4
25	Póvoa de Lanhoso	M	122	115	178	230	205	51	35	16	4
26	Nordeste	P	120	110	125	331	1.875	299	5	18	4
27	Vila de Rei	P	106	125	142	338	58	27	36	22	4
28	Santa Cruz das Flores	P	5	22	4	6	3	1	1	0	5
29	Penedono	P	9	2	15	6	15	23	7	3	5
30	Maia	G	139	125	68	80	70	27	9	4	5
31	Aguiar da Beira	P	5	6	7	13	4	3	5	6	5
32	Almeirim	M	54	37	34	48	66	30	8	6	5
33	Valongo	M	91	104	236	324	332	137	21	6	5
34	Mondim de Basto	P	396	429	431	112	30	6	19	8	5
35	Aljezur	P	35	65	27	10	9	23	24	8	5
36	Almeida	P	42	72	35	93	45	20	15	11	5

Município		Dimensão	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
37	Bragança	M	44	62	42	51	70	63	30	23	5
38	Cadaval	P	33	116	194	103	54	61	34	36	5
39	Ribeira Brava	P	67	326	397	339	127	1.558	513	52	5
40	Murtosa	P	28	5	6	12	10	2	6	2	6
41	Mogadouro	P	74	51	52	21	15	17	2	3	6
42	Amarante	M	22	43	52	21	15	19	6	3	6
43	Marco de Canaveses	M	15	13	36	52	21	22	20	5	6
44	Pombal	M	20	11	37	10	26	13	12	6	6
45	Calheta (R.A.A.)	P	239	294	174		5	37	25	6	6
46	Montijo	M	32	66	95	200	155	65	33	6	6
47	Leiria	G	110	121	117	126	78	27	7	7	6
48	Castelo de Vide	P	41	33	12	34	12	11	11	7	6
49	Crato	P	9	12	46	66	36	13	5	8	6
50	Monchique	P	82	92	190	193	69	81	35	10	6
51	Abrantes	M	12	45	52	71	70	43	16	11	6

R58 – Municípios com maior Prazo Médio de Pagamentos

Município		Dimensão	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1	Portimão	M	97	189	420	899	1970	1057	4 628	1437	1290
2	Nazaré	P	287	394	435	518	1464	421	3 411	1201	1233
3	Celorico da Beira	P	273	471	497	736	511	370	465	1255	1079
4	Paços de Ferreira	M	275	256	272	416	1284	874	1417	957	1052
5	Reguengos de Monsaraz	P	114	84	97	81	271	170	252	132	515
6	Évora	M	166	156	524	425	541	755	526	500	478
7	Tomar	M	206	131	94	170	153	367	331	307	466
8	Alandroal	P	443	324	288	290	377	410	566	362	451
9	Tabuaço	P	401	320	215	237	219	313	84	91	449
10	São Vicente	P	205	134	81	230	647	429	1088	351	436
11	Vila Nova de Poiares	P	360	372	436	375	172	236	266	254	349
12	Setúbal	G	148	134	146	238	268	405	365	180	338
13	Macedo de Cavaleiros	P	193	202	166	251	287	379	165	382	320
14	Mourão	P	115	206	118	222	343	161	328	363	316
15	Tarouca	P	274	247	303	187	169	179	202	193	307
16	Penafiel	M	212	259	347	420	307	136	184	184	291
17	Peso da Régua	P	131	154	215	236	233	87	90	104	266
18	Moimenta da Beira	P	361	210	42	285	370	368	195	147	265
19	Aveiro	M	45	104	297	368	250	179	89	300	263

	Município	Dimensão	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
20	Alcochete	P	133	155	107	240	257	464	616	528	256
21	Belmonte	P	56	62	51	168	186	181	252	254	233
22	Mirandela	M	229	238	207	532	473	468	245	117	230
23	Vila do Bispo	P	6	45	203	230	27	290	211	149	208
24	São João da Pesqueira	P	13	13	36	10	22	50	45	131	207
25	Povoação	P	470	495	151	58	41	47	53	130	206
26	Santa Comba Dão	P	156	87	242	228	249	414	740	348	189
27	Ourique	P	606	262	417	311	130	245	225	286	160
28	Tábua	P	34	82	129	258	254	253	109	77	156
29	Funchal	G	142	160	248	295	488	308	6	53	156
30	Vidigueira	P	75	34	91	133	84	89	31	32	150
31	Melgaço	P	135	118	82	79	109	129	171	117	148
32	Alpiarça	P	218	49	147	15	36	38	52	182	147
33	Gouveia	P	32	63	88	209	212	117	55	79	147
34	Portalegre	M	148	205	206	183	190	452	242	117	139
35	Figueiró dos Vinhos	P	134	227	484	159	79	81	117	117	138
36	Golegã	P	114	92	102	176	70	95	111	182	136
37	Caminha	P	127	104	140	166	79	143	293	110	134
38	Paredes	M	63	113	187	207	291	104	162	172	128
39	Vila Real de Santo António	P	64	117	253	625	317	1601	889	638	120
40	Penamacor	P	73	51	414	473	257	382	308	198	117
41	Porto Santo	P	3	151	1228	668	2 412	645	582	244	115
42	Sardoal	P	161	53	111	267	303	180	126	105	115
43	Cartaxo	M	362	309	347	292	521	372	257	225	113
44	Resende	P	92	103	84	123	168	140	202	22	113
45	Armamar	P	300	245	225	203	224	263	50	114	105
46	São Pedro do Sul	P	48	89	98	387	245	143	78	139	104
47	Serpa	P	59	58	25	48	99	126	105	20	103
48	Seixal	G	43	118	178	234	575	656	340	192	102
49	Mira	P	78	141	177	286	218	111	49	63	98
50	Sines	P	247	175	173	190	134	68	79	86	97

Da observação da listagem R58, relativa aos municípios com maior prazo médio de pagamentos (PMP) oferece-se realçar que, em 2016, os municípios com maior PMP e, por isso, com pior desempenho deste indicador financeiro, foram essencialmente municípios de pequena e média dimensão, pese embora nesta listagem apareçam três municípios de grande dimensão: Setú-

bal com 338 dias de PMP, Funchal com 156 dias de PMP e Seixal com um PMP de 102 dias.

Apresentam-se nos *rankings* R59 e R60 os primeiros 35 municípios que, respetivamente, melhoraram ou pioraram o prazo médio de pagamentos em 2015.

R59 – Municípios que mais melhoraram o Prazo Médio de Pagamentos

	Município	Dim.	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 15-16
1	Vila Real de Santo António	P	64	117	253	625	317	1.601	889	666	120	-546
2	Vila Viçosa	P	117	77	153	190	209	224	135	367	39	-328
3	Alcochete	P	133	155	107	240	257	464	616	528	256	-272
4	Porto Santo	P	3	151	1.228	668	2.412	645	582	327	115	-212
5	Manteigas	P	43	44	81	204	239	221	367	215	13	-202
6	Celorico da Beira	P	273	471	497	736	511	370	465	1.255	1.079	-176
7	Santa Comba Dão	P	156	87	242	228	249	414	740	363	189	-174
8	Vizela	M	60	64	98	174	231	494	302	220	60	-160
9	Portimão	M	97	189	420	899	1.970	1.057	4.628	1.437	1.290	-147
10	Alandroal	P	443	324	288	290	377	410	566	589	451	-138
11	Machico	M	370	245	357	347	648	288	281	202	74	-128
12	Ourique	P	606	262	417	311	130	245	225	286	160	-126
13	Armamar	P	300	245	225	203	224	263	50	221	105	-116
14	Cartaxo	M	362	309	347	292	521	372	257	225	113	-112
15	Santa Cruz	M	241	196	221	363	518	1.049	495	180	73	-107
16	Olhão	M	59	155	227	299	256	237	149	128	34	-94
17	Aveiro	M	45	104	297	368	250	179	89	354	263	-91
18	Seixal	G	43	118	178	234	575	656	340	192	102	-90
19	Faro	M	88	98	380	642	S/info.	110	290	146	64	-82
20	Penamacor	P	73	51	414	473	257	382	308	198	117	-81
21	Cascais	G	68	63	77	67	72	110	135	129	55	-74
22	Santarém	M	174	211	259	99	601	547	68	142	68	-74
23	Serpa	P	59	58	25	48	99	126	105	175	103	-72
24	Loures	G	21	40	38	60	137	150	123	106	37	-69
25	Macedo de Cavaleiros	P	193	202	166	251	287	379	165	382	320	-62
26	Avis	P	77	192	79	133	84	130	122	118	59	-59
27	Porto Moniz	P	130	158	608	641	443	243	51	66	8	-58
28	Alter do Chão	P	30	23	36	45	34	25	36	145	88	-57
29	Rio Maior	M	58	65	102	136	104	80	74	101	45	-56
30	Guarda	M	245	190	95	138	462	262	204	58	7	-51
31	Beja	M	18	98	123	238	140	208	94	64	14	-50
32	Oliveira do Bairro	M	79	61	44	28	42	35	71	65	15	-50
33	São Vicente	P	205	134	81	230	647	429	1.088	486	436	-50
34	Ribeira Brava	P	67	326	397	339	127	1.558	513	52	5	-47
35	Bombarral	P	72	199	370	374	290	223	198	76	29	-47
36	Vieira do Minho	P	45	161	149	159	154	98	170	79	32	-47
37	Freixo de Espada à Cinta	P	142	89	60	254	470	454	72	133	86	-47
38	Mourão	P	115	206	118	222	343	161	328	363	316	-47

R60 – Municípios que mais pioraram o Prazo Médio de Pagamentos

	Município	Dim.	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 15-16
1	Reguengos de Monsaraz	P	114	84	97	81	271	170	252	132	515	383
2	Tabuaço	P	401	320	215	237	219	313	84	91	449	358
3	Peso da Régua	P	131	154	215	236	233	87	90	104	266	162
4	Tomar	M	206	131	94	170	153	367	331	307	466	159
5	Setúbal	G	148	134	146	238	268	405	365	180	338	158
6	Vidigueira	P	75	34	91	133	84	89	31	32	150	118
7	Tarouca	P	274	247	303	187	169	179	202	193	307	114
8	Penafiel	M	212	259	347	420	307	136	184	184	291	107
9	Funchal	G	142	160	248	295	488	308	6	53	156	103
10	Moimenta da Beira	P	361	210	42	285	370	368	195	166	265	99
11	Paços de Ferreira	M	275	256	272	416	1.284	874	1.417	957	1.052	95
12	Vila Nova de Poiares	P	360	372	436	375	172	236	266	254	349	95
13	Resende	P	92	103	84	123	168	140	202	22	113	91
14	São João da Pesqueira	P	13	13	36	10	22	50	45	131	207	76
15	Povoação	P	470	495	151	58	41	47	53	130	206	76
16	Óbidos	P	39	105	207	301	42	72	18	18	78	60
17	Vila do Bispo	P	6	45	203	230	27	290	211	149	208	59
18	Ílhavo	M	166	310	192	264	245	9	39	13	65	52
19	Tábua	P	34	82	129	258	254	253	109	107	156	49
20	Campo Maior	P	21	25	95	155	96	80	56	30	71	41
21	Valença	P	45	113	123	132	160	62	62	44	84	40
22	Grândola	P	23	19	20	92	75	124	110	22	62	40
23	Gouveia	P	32	63	88	209	212	117	55	112	147	35
24	Elvas	M	43	27	36	20	12	15	5	28	63	35
25	Vila Nova de Paiva	P	23	74	75	45	82	63	46	12	42	30
26	Mirandela	M	229	238	207	532	473	468	245	201	230	29
27	Praia da Vitória	M	52	134	108	175	282	164	53	13	42	29
28	Caminha	P	127	104	140	166	79	143	293	110	134	24
29	Figueiró dos Vinhos	P	134	227	484	159	79	81	117	115	138	23
30	Castelo de Paiva	P	512	517	53	170	97	62	68	44	66	22
31	Terras de Bouro	P	36	64	3	0	3	4	24	22	43	21
32	Alvaiázere	P	29	171	141	124	153	11	69	31	49	18
33	Constância	P	11	18	10	17	19	18	9	21	39	18
34	Caldas da Rainha	M	29	55	105	119	54	38	14	17	35	18
35	Monção	P	15	13	118	140	126	63	82	50	67	17
36	Gondomar	G	13	29	31	41	21	21	27	19	36	17

3.6. Custos, Proveitos e Resultados líquidos

Analisadas as componentes do Balanço dos municípios numa perspetiva globalizante, apresenta-se neste ponto do Anuário um conjunto de informação relativa ao Resultado líquido e às duas componentes das quais o mesmo resulta: Custos e Proveitos.

A análise é dirigida essencialmente ao ano 2016, mas sempre que possível faz-se o reporte a anos anteriores, remontando até 2006.

3.6.1. Estrutura e evolução dos Custos

Para efeitos da análise dos custos resultantes da atividade dos municípios, apresenta-se no Quadro 3.18 a evolução dos mesmos entre 2006 e 2016, considerando os valores agregados do total dos 308 municípios. Na última coluna apresenta-se a variação das principais componentes dos custos para o decénio 2006/2016. Apresenta-se, ainda, a projeção gráfica (Gráfico 3.06) com vista à melhor perceção da sua evolução, bem como a correspondente à estrutura dos custos (Gráfico 3.07).

Quadro 3.18 – Evolução dos Custos, no período de 2006 a 2016

Unidade: milhão de euros

Custos	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			Var. (%) 15-16
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
CMVMC	120,4	144,8	176,4	189,2	179,2	182,8	166,6	181,4	169,9	176,8	183,9	4,1%
Fornecimentos e serviços externos	1512,2	1683,9	1796,2	1898,6	1836,3	1809,7	1754,6	1752,3	1753,6	1830,4	1959,3	7,0%
Custos com Pessoal	2 001,6	2 060,3	2 156,0	2 418,8	2 443,6	2 279,6	2 088,2	2 261,3	2 216,7	2 204,1	2 239,1	1,6%
Transferências e Subsídios concedidos	552,4	613,2	653,3	722,4	690,1	627,4	585,1	563,4	553,8	593,5	637,7	7,5%
Amortizações	918,9	964,4	1 034,3	1 086,6	1 155,9	1 167,1	1 208,8	1 269,0	1 299,1	1 341,0	1 372,4	2,3%
Provisões	57,1	241,0	116,9	167,6	148,3	158,4	207,7	184,8	284,3	187,1	297,6	59,0%
Outros Custos Operacionais	23,2	20,8	24,8	29,2	28,8	29,8	25,8	24,3	26,1	27,2	35,2	29,5%
Subtotal custos operacionais	5 185,6	5 728,5	5 957,9	6 512,3	6 482,2	6 254,8	6 036,8	6 236,3	6 303,5	6 360,0	6 725,3	5,7%
Custos Financeiros	160,5	246,3	284,6	204,0	143,0	187,2	199,2	170,8	159,2	131,9	94,1	-28,7%
Custos Extraordinários	523,0	555,0	658,8	610,0	597,9	511,9	442,4	468,1	457,4	364,3	455,9	25,2%
Total de custos	5 869,2	6 529,8	6 901,3	7 326,3	7 223,2	6 953,9	6 678,4	6 875,2	6 920,1	6 856,2	7 275,3	6,1%

Gráfico 3.06 – Evolução das componentes dos Custos

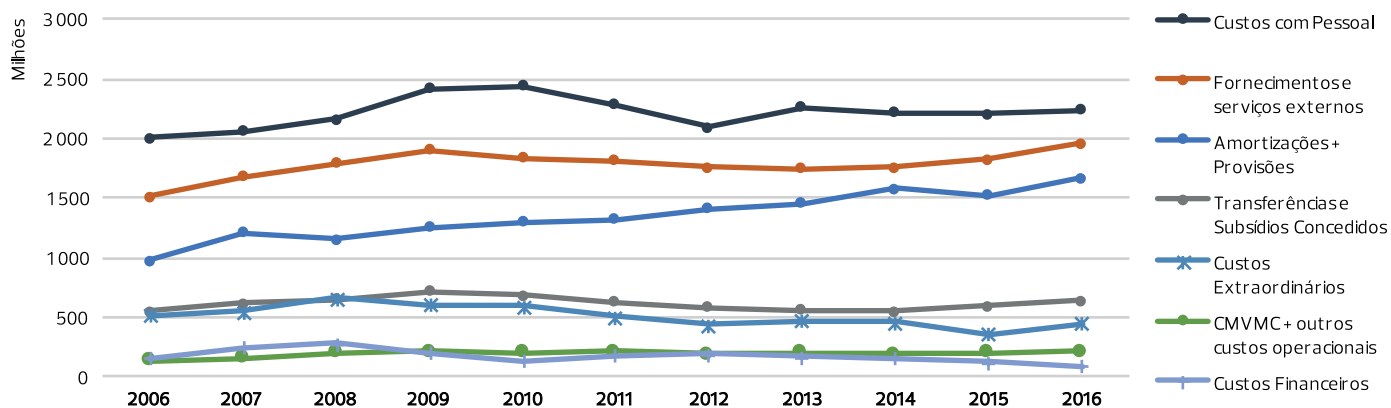
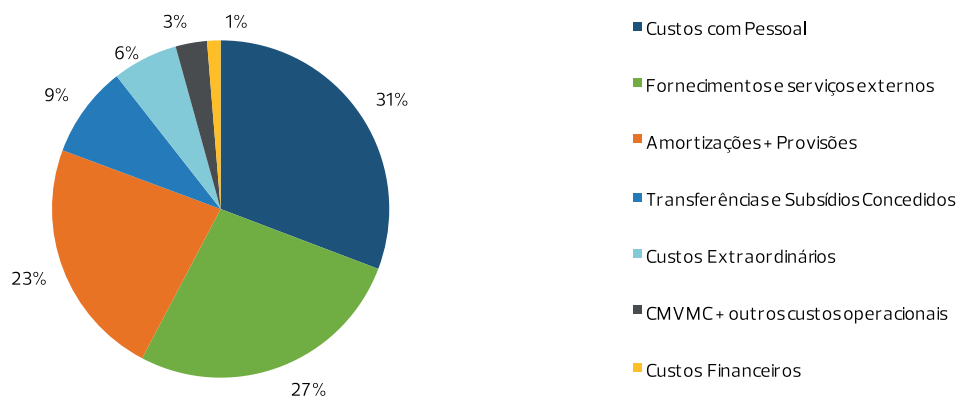


Gráfico 3.07 – Estrutura dos Custos em 2016



Do quadro e gráficos anteriores verifica-se:

– Os **custos totais** relativos ao universo dos municípios em 2016 somaram o valor de 7.275,3 M€, demonstrando um aumento de 6,1% (+419 M€) em relação a 2015. Os custos totais apresentaram o seu valor mais alto em 2009 e o mais baixo em 2006.

– Uma componente relevante dos custos totais têm sido as **amortizações ou depreciações dos imobilizados**, as quais nos entes públicos revestem uma importância bem diferente da assumida na análise económica de empresas do setor privado, podendo inclusive distorcer a avaliação dos custos face ao elevado montante de imobilizado¹³² suscetível de amortização. O valor das amortizações tem representado na estrutura de custos dos municípios, em média, 17% dos custos totais e totalizaram, em 2016, ao valor líquido de 1.372,4 M€.

– Em 2016 no universo dos 308 municípios os **custos operacionais** excluindo as amortizações e as provisões cresceram 2,4% (+223,4 M€), foram apurados em 5.055,2 M€. O somatório dos custos operacionais, como se pode ver pelo Quadro 3.23, revelou uma evolução muito irregular entre 2006 e 2016, apresentando o maior montante em 2009 e o menor em 2006.

– A principal componente dos custos municipais tem sido **os custos com pessoal**, representando **na estrutura dos custos totais autárquicos o peso médio de 31%** e **o peso médio de 44,3% relativamente ao total dos custos operacionais**, excluindo amortizações e provisões. Em 2016 totalizaram o montante de 2,2 M€ apresentando um ligeiro aumento de 1,6% (+35 M€), em relação a 2015.

– **Em 2016, contribuíram para o aumento dos custos com pessoal 165 municípios e, para a subida de custos em fornecimentos e serviços externos, 230 municípios.**

¹³² Imobilizado que conforme se verificou não é transacionável pela natureza que reveste de bem público. Acresce referir que muitos municípios ainda estão longe de terminar o processo de inventariação e registo dos terrenos e outros imóveis que possuem, pelo que o valor de imobilizado tenderá a aumentar e conseqüentemente o valor das amortizações. Tratando-se de um custo que, embora não se refletindo nos fluxos de caixa nem interferindo na liquidez do município, ao apresentar um peso relativamente elevado nos custos municipais, terá forte repercussão nos resultados líquidos, pelo que a sua variação positiva concorrerá negativamente para os resultados líquidos do exercício e poderá, caso para efeitos de análise o seu valor, não seja expurgado, do total dos custos, danificar a imagem de eficácia financeira do município.

– Os fornecimentos e serviços externos são o segundo item mais representativo na estrutura dos custos municipais atingindo, em 2016 o montante de 1.959,3 M€, que se traduziu num acréscimo de 128,9 M€ (+7%) em relação ao ano anterior. O seu peso relativo nos custos totais foi de 26,9% e nos custos operacionais sem amortizações e provisões, foi de 38,8%.

– As **transferências e subsídios concedidos** são custos que apresentam um peso médio de 8,8% na estrutura dos custos municipais e o peso de 12,6% nos custos operacionais excluindo amortizações e provisões. O valor desta rubrica baixou entre 2009 e 2014, apresentando em 2015 um crescimento de 7,2% (+39,7M€) e novamente em 2016 de +7,5% (44,3 M€), totalizando a verba de 637,7 M€. Colaboraram, em 2016, para o aumento destes custos 209 municípios.

– Os **custos financeiros**, cujo peso na estrutura de custos municipais tem sido pouco significativo representando 1,3% dos custos municipais em 2016, apresentaram uma descida de valor de -37,8 M€ (-28,7%) fruto da descida das taxas de juro e da diminuição do capital em dívida. Em 2016, 254 municípios baixaram seus custos financeiros.

– Os **custos extraordinários** em 2016 representaram 6,3% dos custos totais dos municípios, apresentando um aumento significativo de valor ao atingir o montante de 455,9 M€ (+91,7 M€). É uma categoria de custos que tem apresentado montantes significativos a média entre 2006 e 2016 foi de 7,5% do total dos custos). Em 2015 apresentou a maior descida de valor passando a representar 5,3% dos custos totais, mas em 2016 voltou a crescer 25,2%, passando a representar 6,3% dos custos **Em 2016, contribuíram para o aumento destes custos 160 municípios**. Trata-se de custos que deveriam ser devidamente fundamentados no Relatório e Gestão, mas para os quais não encontramos, na globalidade explicação que permita determinar um padrão e influência dos mesmos.

3.6.2. Estrutura e evolução dos Proveitos

O Quadro 3.19 apresenta a evolução dos proveitos, no período entre 2006 e 2016. A projeção gráfica apresentada no Gráfico 3.08 ajuda a sua melhor leitura.

O Gráfico 3.09 apresenta o peso de cada rubrica no total dos proveitos dos 308 municípios, no ano económico de 2016.

Quadro 3.19 – Evolução dos Proveitos, no período de 2006 a 2016

Unidade: milhões de euros

Proveitos	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17			Var. (%) 15–16
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Vendas e Variação da Produção	186,3	200,0	204,4	189,8	190,7	178,1	169,3	178,6	174,0	174,5	180,8	3,6%
Prestação de Serviços	392,6	422,1	455,0	456,5	456,3	467,5	546,0	544,8	548,7	615,2	660,8	7,4%
Outras Situações	27,8	29,8	34,9	39,9	40,6	30,4	4,5	6,2	9,2	3,9	5,0	27,7%
Impostos e Taxas	2 548,9	2 926,1	2 737,0	2 583,8	2 662,8	2 470,1	2 450,7	2 555,1	2 717,7	2 910,2	3 009,6	3,4%
Transferências e Subsídios obtidos	2 606,3	2 677,1	2 749,2	3 025,8	3 045,0	2 912,3	2 787,1	2 785,5	2 625,5	2 707,4	2 743,5	1,3%
Trabalhos para a própria entidade	32,0	26,9	36,9	38,4	31,6	28,4	24,8	23,7	21,3	21,1	25,7	21,6%
Proveitos Suplementares	50,0	75,1	63,6	49,4	61,4	72,9	70,2	74,8	56,8	56,7	59,2	4,5%
Outros Proveitos Operacionais	37,7	33,3	52,0	44,7	54,7	69,3	63,7	52,0	53,1	54,1	66,4	22,7%
Subtotal proveitos operacionais	5 881,7	6 390,3	6 333,0	6 428,3	6 543,1	6 229,0	6 116,3	6 220,7	6 206,4	6 543,0	6 750,9	3,2%
Proveitos Financeiros	158,4	190,8	206,4	180,8	177,0	202,4	197,2	200,7	200,8	206,7	227,5	10,1%
Proveitos Extraordinários	481,3	433,4	665,2	491,1	605,1	665,8	949,9	524,3	671,1	727,7	711,5	-2,2%
Total de proveitos	6 521,4	7 014,5	7 204,6	7 100,3	7 325,1	7 097,3	7 263,5	6 945,7	7 078,2	7 477,4	7 689,9	2,8%

Gráfico 3.08 – Evolução das componentes dos Proveitos

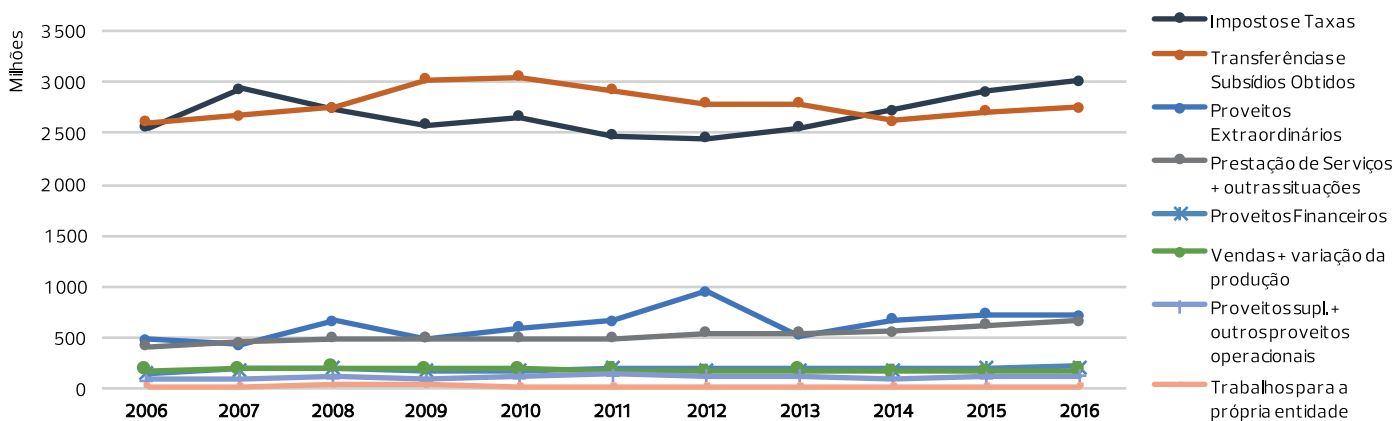
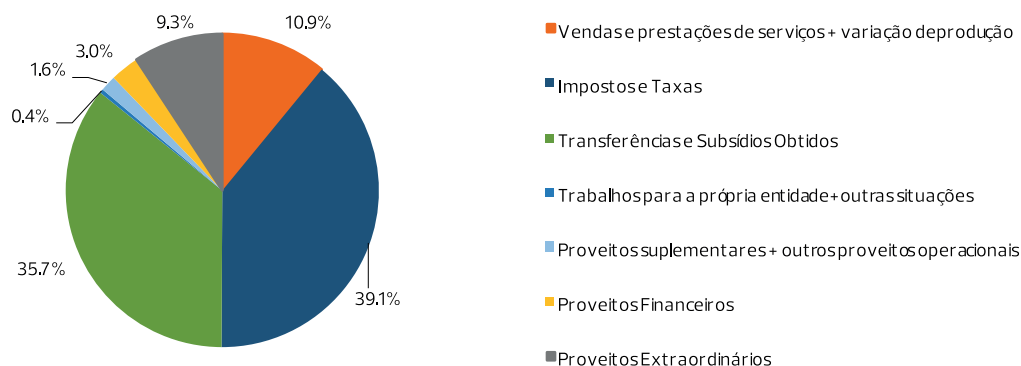


Gráfico 3.09 – Estrutura dos Proveitos em 2016



Dos quadros e gráficos acima apresentados, conclui-se:

– O **total dos proveitos** em 2016 foi de 7,7 M€, isto é, mais 212,5 M€ (+2,8%) que os proveitos obtidos no ano precedente.

– Observando o comportamento dos **proveitos operacionais** verifica-se que em 2016 os mesmos cresceram 3,2% (207,9 M€) em relação a 2015 e 14,8% em relação a 2006 (+869M€).

– Decorrente da própria estrutura da receita municipal, do grau elevado de execução da receita fiscal e ainda do volume de transferências recebidas pelos municípios, era expectável que as componentes de maior peso na estrutura dos proveitos fossem **impostos e taxas**, bem como, **transferências e subsídios obtidos**, cujo peso médio, nos proveitos totais, em 2016, foi respetivamente de 39,1% e de 35,7%. Anota-se que o volume total destas duas rúbricas representou 74,8% dos proveitos totais.

– Em 2016, o volume de **impostos e taxas** registados como proveitos totalizou 3.009,6 M€, representando +99,2 M€ euros em relação a 2015. Em relação a 2010 aumentaram 18,1% (+460,7 M€)

– O montante de proveitos obtidos com **transferências e subsídios** foi de 2 743,5 M€, representando um aumento de 36,2 M€ (+1,3%) e relação a 2015. No período de 11 anos estes proveitos aumentaram apenas 5.3% (+66,4M€), situação bem **indicadora da necessidade de se aferir o cálculo das montantes da participação das autarquias locais nos impostos do Estado**

– Ainda da observação do Gráfico 3.08 constata-se que tanto o

volume de proveitos provenientes de **impostos e taxas**, como o proveniente de **transferências e subsídios** desceram em 2011 e 2012, tendo, contudo, os proveitos resultantes de impostos e taxas retomado a curva ascendente a partir de 2013 enquanto, as transferências e subsídios só iniciaram a mesma inflexão em 2015.

– Com um peso médio de 9,3% nos proveitos totais apresentaram-se, com algum significado, os **proveitos extraordinários**. Ao longo do período 2006/2016 estes proveitos manifestaram algumas oscilações tendo apresentado o maior valor em 2012, com 949,9 M€. Salienta-se que para o valor registado em 2016 de 711,5 M€, contribuíram, essencialmente, os municípios de Lisboa com 107 M€, Marco de Canaveses com 21,1 M€, Matosinhos com 22,8€, e Porto com 21,3 M€, Vila Nova de Gaia com 13,7 M€ e Oeiras com 12,2 M€.

– Outros proveitos a referir serão a **venda e prestação de serviços e as vendas e variação e produção, que no conjunto**, apresentaram, em 2016, o peso de 11% nos proveitos totais, registando neste um significativo aumento de valor absoluto (+11%) ao totalizar 841,6 M€. Entende-se que o baixo peso destes proveitos advirá do facto de terem sido concessionadas, a empresas municipais ou serviços municipalizados, competências geradoras de rendimentos relacionadas com vendas e prestação de serviços. Enquanto entre 2006 e 2016 o valor dos vendas e variação da produção estagnou, a **venda e prestação e serviços**, aumentou 68,3% em relação a 2006 (+268,2M€)

3.6.3. Evolução dos Resultados Líquidos.

Embora se considere que para as entidades públicas a informação financeira resultante dos **resultados líquidos** não será o elemento determinante para a tomada de decisão dos executivos face à expressão de equilíbrio entre custos e proveitos que o mesmo estabelece e sendo um dos objetivos da gestão autárquica providenciar esse mesmo equilíbrio, mantém-se neste anuário a análise da evolução deste indicador financeiro¹³³, dando também relevo aos resultados operacionais.

O Quadro 3.20 apresenta evolução dos Resultados líquidos e Operacionais no período de 2006 a 2016.

Verifica-se pelo Quadro 3.20 que no ano económico **de 2015 ocorreu um enorme aumento do montante global dos resultados líquidos de 463,1 M€ (+292,9%) e uma grande diminuição em 2016 de 206,6 M€ (-36,4%)**, pese embora em termos absolutos, os resultados líquidos para a globalidade do setor se tenha mantido positivos. Contudo, **106 municípios apresentaram resultados negativos**.

– A diminuição dos resultados líquidos em 2016 deveu-se ao aumento do volume de custos neste ano de +419,1 M€ (+6,1%) que não foi acompanhado por igual aumento dos proveitos. Estes, aumentaram apenas 2,8% (+212,5 M€, não tendo sido o suficiente para balancear o aumento dos custos. Mais se verificou que os resultados operacionais em 2016, desceu 86%, pese embora se tenham mantido positivos no montante total de 25,7M€.

– 182 municípios apresentaram em 2016 resultados operacionais negativos

O Gráfico 3.10 complementa a informação prestada no quadro anterior através do traçado de curvas que representam a evolução dos custos e proveitos considerando o universo dos 308 municípios, sem a incorporação do sector empresarial local ou outras participadas.

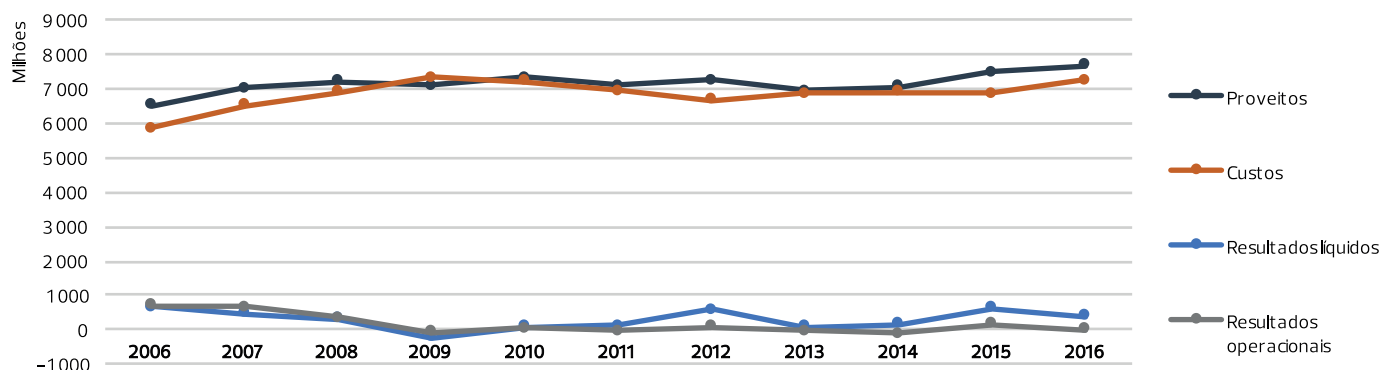
Quadro 3.20 – Evolução dos Resultados líquidos, no período de 2006 a 2015

Unidade: euros

Resultados	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			Var. (%) 15-16
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Proveitos (rendimentos)	6 521,4	7 014,5	7 204,6	7 100,3	7 325,1	7 097,3	7 263,5	6 945,7	7 078,2	7 477,4	7 689,9	2,8%
Custos	5 869,2	6 529,8	6 901,3	7 326,3	7 223,2	6 953,9	6 678,4	6 875,2	6 920,1	6 856,2	7 275,3	6,1%
Resultados operacionais	696,0	661,8	375,1	-84,0	60,9	-25,8	79,5	-15,7	-97,1	183,0	25,7	-86,0%
Resultados líquidos	652,3	484,7	303,3	-226,1	102,0	143,4	585,1	70,5	158,1	621,2	414,6	-33,3%
Nº de municípios com resultados líquidos negativos	72	85	115	159	140	141	121	136	134	105	106	1,0%

¹³³ Mais se entende que sendo múltiplas e crescentes as necessidades coletivas que compete às autarquias suprir ou satisfazer, os resultados líquidos do exercício deveriam tender, preferencialmente para zero.

Gráfico 3.10 – Evolução dos Resultados líquidos



Quadro 3.21 – Informação de custos, proveitos e resultados por dimensão dos municípios, em 2016

Unidade: euros

Indicadores	Grandes	Médios	Pequenos	TOTAL
População (Censos 2011)	4 553 311	4 388 443	1 620 424	10 562 178
Custos com Pessoal/ /custos totais	31,3%	30,2%	30,8%	30,8%
Resultados líquidos	206,7	211,4	-3,5	414,6
Resultados líquidos/ Proveitos	7,0%	7,3%	-0,2%	5,4%
Resultados líquidos por habitante	45,4 €	48,2 €	-2,2 €	39,3 €
Nº de municípios com resultados negativos	2	23	81	106

Da análise do quadro anterior salienta-se:

- Em 2016 os resultados líquidos foram, em média, substancialmente iguais nos grupos de municípios de grande e média dimensão, os quais contribuíram para 49,9% e 51%, respetivamente, do valor global, tendo sido ainda negativos no grupo dos municípios de pequena dimensão, contabilizando um total de -3,5 M€.
- Da informação prestada pelo quadro supra poderemos concluir que os resultados negativos de 81 municípios de pequena dimensão, os quais apresentaram um total de custos superior à soma dos proveitos¹³⁴, condicionaram o valor agregado dos resultados líquidos do grupo de municípios de pequena dimensão revelando-

–o, em média, negativo.

- Subsequentemente, os resultados líquidos per capita, foram igualmente semelhantes nos grupos de municípios de grande e média dimensão, com um valor médio por habitante de 45,4€ nos municípios de grande dimensão e de 48,2€ nos de média dimensão. Ao invés, no grupo de municípios de pequena dimensão o resultado per capita foi negativo e com um montante médio por habitante de -2,2 €.
- Os resultados líquidos representaram, em média, 5,4% dos proveitos totais, sendo que, nos municípios de grande e média dimensão essa razão foi de 7%, enquanto nos de pequena dimensão foi negativa e de -0,2%.

¹³⁴ Impõem-se uma análise individualizada para cada situação em que ocorrerá a apresentação dos resultados negativos, confrontando esta informação com a informação prestada pelos fluxos de caixa e avaliando-se o impacto que teve naquele resultado as amortizações do exercício e a criação de provisões ou de imparidades.

Os *Rankings* R61 e R62 apresentam os primeiros 50 municípios, respetivamente, com os melhores e com os piores resultados líquidos.

R61 – Municípios com Maiores Resultados líquidos (valores absolutos)

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17			Total 2006–2016	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
1	Lisboa	G	72 123 031	-123 901 701	131 131 434	35 611 849	161 423 880	117 767 802	402 483 217	9 081 693	15 094 548	193 097 309	58 058 967	107 197 203
2	Sintra	G	30 422 115	30 839 271	7 020 104	7 079 024	13 455 121	16 421 386	29 228 396	15 797 227	24 486 151	27 460 841	26 215 937	228 425 572
3	Leiria	G	9 896 027	10 017 644	10 520 508	4 344 182	6 005 742	7 237 784	13 512 090	13 067 501	11 456 962	18 272 790	25 407 101	129 738 333
4	Cascais	G	31 666 859	11 629 980	10 238 397	-18 084 234	12 855 883	10 108 527	980 668	3 433 947	12 738 932	16 615 629	25 394 294	117 578 883
5	Marco Canaveses	M	15 316 200	4 245 628	1 314 311	-37 694 151	2 734 767	6 596 492	2 886 273	4 287 873	-2 064 121	5 882 052	24 621 497	14 342 241
6	Loulé	M	15 142 235	40 611 750	11 102 849	236 799	-4 811 168	-2 240 645	7 622 647	17 465 322	21 637 544	23 919 802	24 002 322	154 689 457
7	Vila Nova de Gaia	G	-4 957 696	5 093 863	-25 310 130	-3 437 187	-9 883 453	10 358 425	1 387 627	6 187 745	16 255 315	33 838 519	22 247 966	51 780 994
8	Oeiras	G	32 617 769	32 495 673	17 854 676	23 339 640	12 415 405	7 431 859	12 099 360	23 469 276	3 491 964	46 776 911	21 542 182	233 534 715
9	Loures	G	12 252 938	33 095 598	9 867 092	-14 304 622	12 315 353	9 673 393	5 758 142	-7 505 174	3 660 359	12 926 868	18 453 859	96 193 808
10	Aveiro	M	5 961 928	6 420 036	-18 497 403	-21 244 711	-14 383 586	-3 325 170	2 030 172	-703 850	-9 903 133	10 264 303	17 122 510	-26 258 904
11	Seixal	G	29 327 506	8 818 036	-4 926 785	-9 653 485	10 754 906	12 598 548	7 001 019	4 845 270	884 328	15 244 365	16 449 571	91 343 281
12	Albufeira	M	4 692 970	19 613 136	878 505	-6 154 624	-15 394 374	-7 240 574	1 441 049	14 067 226	19 121 769	27 011 752	14 294 516	72 331 351
13	Sta. Maria da Feira	G	4 898 304	6 095 045	5 088 348	529 980	18 212 675	3 057 968	10 119 084	12 812 375	10 438 737	11 086 697	11 981 856	94 321 070
14	Lagos	M	6 307 281	6 895 340	-3 099 291	-7 142 851	-15 474 440	-4 965 205	2 495 748	1 278 210	8 384 997	10 860 428	11 593 891	17 134 110
15	Maia	G	9 205 261	12 410 033	10 847 646	437 270	4 047 526	-3 988 147	-380 934	-7 423 189	-910 654	6 226 587	11 449 260	41 920 660
16	Guimarães	G	10 789 777	6 327 440	5 517 094	11 597 855	8 762 646	9 281 158	27 317 534	7 202 494	11 398 506	10 601 091	10 900 958	119 696 552
17	V. Nova Famalicão	G	4 244 671	4 811 614	2 868 354	10 210 84	4 854 618	8 940 077	13 267 621	-768 661	10 600 964	2 092 754	10 642 354	62 575 452
18	Amadora	G	19 310 038	9 490 873	8 688 049	6 930 108	8 494 743	10 140 186	7 021 770	276 827	15 997 728	8 802 912	10 236 556	90 991 790
19	Portimão	M	-3 458 585	-8 754 875	-18 236 563	-40 115 633	-36 342 688	-20 582 421	-11 986 674	-8 985 694	-5 539 458	8 144 804	10 045 689	-135 812 099
20	Porto	G	17 718 837	12 805 859	21 891 157	6 373 035	3 782 406	9 416 639	2 970 191	1 924 374	5 874 341	9 171 271	7 222 388	99 150 498
21	Torres Vedras	M	2 226 133	2 998 740	30 183	-5 424 676	-5 083 273	139 895	2 827 018	4 057 082	5 463 653	4 829 504	6 384 159	18 448 417
22	Odivelas	G	2 749 392	5 628 913	5 024 376	2 457 870	2 959 376	9 846 255	1 306 137	5 744 690	1 820 467	7 826 807	6 330 967	51 695 249
23	Funchal	G	2 722 728	1 744 833	471 736	645 506	350 383	544 537	1 494 474	-6 983 936	3 880 831	3 469 217	6 312 766	14 653 075
24	Silves	M	6 181 543	3 327 295	3 226 800	792 711	855 535	-1 450 937	2 752 525	1 900 141	624 291	3 955 960	5 934 706	28 100 572
25	Vila do Conde	M	8 936 827	2 420 687	7 374 933	-4 634 107	11 613 285	-1 762 396	-1 105 878	4 517 015	4 662 754	2 291 351	5 854 069	40 168 540
26	Barreiro	M	372 698	545 904	1 426 528	-2 180 436	4 626 012	-579 659	4 677 290	6 312 596	9 420 315	3 241 548	5 756 333	33 619 129
27	Trofa	M	47 512	-1 190 992	-6 624 903	-8 460 413	-6 044 040	-3 270 803	2 050 917	878 736	1 997 899	4 527 232	5 202 019	-10 886 836
28	Viseu	M	-9 234 826	-13 365 347	7 846 609	1 342 840	-1 072 932	4 910 749	8 493 446	2 831 561	8 266 315	1 350 974	5 092 057	16 461 445
29	Santarém	M	115 083	-2 676 231	-5 424 814	-66 795	-847 339	-9 479 784	1 346 646	2 886 172	4 763 211	4 649 750	4 824 705	90 604
30	Pombal	M	7 687 746	8 920 380	7 321 584	8 497 740	7 604 258	8 795 228	5 827 852	5 210 958	6 415 465	5 238 492	4 652 598	76 172 300
31	Setúbal	G	-32 477 719	-139 1737	-3 096 012	1 257 274	6 072 528	-425 463	6 394 055	5 140 793	17 415 262	16 767 290	4 627 040	20 283 310
32	Alcochete	P	1 388 943	-623 368	338 621	-1 292 869	-707 913	-2 072 656	-804 946	2 235 158	778 933	2 626 899	4 595 355	6 462 156
33	Chaves	M	1 061 765	1 151 069	-956 927	-1 808 626	-17 009	-12 442 552	3 165 724	-7 784 019	7 367 471	6 840 926	4 319 932	897 754
34	Santa Cruz	M	-7 640 913	-1 174 450	-1 214 270	-8 383 833	-6 427 924	-4 384 863	851 436	-373 092	1 570 744	1 163 241	4 285 519	-21 728 405

CAPÍTULO 3. ANÁLISE FINANCEIRA, ECONÓMICA E PATRIMONIAL DOS MUNICÍPIOS

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			Total 2006-2016	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
35	Mirandela	M	3 369 878	2 652 516	-612 964	1 219 653	864 810	1 967 536	-1 920 454	421 336	1 543 379	690 520	4 247 240	14 443 449
36	Póvoa de Varzim	M	5 383 203	-1 969 203	967 552	-1 094 988	2 865 620	1 833 683	3 126 172	2 366 613	613 617	2 589 464	4 193 058	20 874 791
37	Penafiel	M	4 521 937	3 273 882	3 537 188	100 630	2 992 709	6 483 645	3 363 363	1 137 066	2 809 865	999 279	3 993 043	33 212 609
38	Oliveira de Azeméis	M	1 170 256	6 327 783	4 778 016	1 903 945	284 399	1 220 151	4 114 404	1 952 253	3 210 813	4 210 078	3 881 820	33 053 919
39	Alcobaça	M	11 300 999	6 056 862	6 155 122	6 231 774	2 152 700	3 528 534	4 222 965	5 418 665	5 454 099	4 148 264	3 874 491	58 544 475
40	Vila Real	M	2 399 427	427 883	780 845	-1 402 591	16 044	9 160 706	1 655 944	1 114 401	5 358 684	2 274 690	3 750 182	25 536 215
41	Olhão	M	-1 513 534	-2 144 870	-5 230 778	-10 978 976	-17 344 762	-2 203 264	-2 473 646	-1 689 090	-1 445 284	867 909	3 698 631	-40 457 665
42	Marinha Grande	M	2 694 715	2 973 702	594 430	345 970	478 533	2 650 586	1 941 679	1 683 886	2 924 985	3 738 557	3 602 722	23 629 764
43	Rio Maior	M	1 766 399	2 132 179	2 168 092	767 191	943 533	355 326	365 450	1 979 889	1 048 440	3 092 323	3 523 378	18 142 200
44	Braga	G	12 771 395	39 055 907	11 249 637	12 088 000	14 150 015	24 398 218	14 596 043	20 775 354	14 063 920	13 557 662	3 441 277	180 147 427
45	Viana do Castelo	M	6 327 735	7 232 509	2 969 106	2 764 101	1 168 379	437 090	2 478 633	5 097 325	3 389 228	4 442 188	3 400 280	39 706 575
46	Coruche	P	2 069 926	2 355 692	2 300 866	1 566 833	2 676 830	3 207 690	3 305 418	3 610 784	2 690 505	2 562 122	3 365 696	29 712 362
47	Ribeira Grande	M	2 225 359	3 918 447	4 311 090	3 428 731	4 555 040	4 800 124	4 959 116	5 035 413	5 117 190	4 435 402	3 293 668	46 079 580
48	Guarda	M	-3 968 182	5 080 581	-1 680 122	1 538 811	107 586	-890 350	-3 934 552	3 811 461	5 106 881	3 605 303	3 256 575	12 033 993
49	Alenquer	M	3 621 392	4 437 646	312 728	-565 581	-326 032	-1 047 308	2 215 29	279 368	3 497 685	420 900	3 210 140	14 062 467
50	Nazaré	P	-1 283 740	907 602	-549 104	-2 295 585	-2 483 640	-559 500	-1 086 793	-5 903 029	929 632	3 599 948	3 197 048	-5 527 162

R62 – Municípios com Menores Resultados líquidos (valores absolutos)

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			Total 2006-2016	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
1	Barcelos	G	6 053 981	6 272	-2 692 946	-403 237	-3 797 123	-4 252 252	-8 436 477	-6 954 468	-6 004 709	-6 188 049	-93 309 887	-125 978 895
2	Paredes	M	5 404 579	738 335	643 178	-4 708 285	6 659 379	-2 946 306	5 158 695	-8 387 841	-8 382 930	-3 032 576	-8 415 156	-17 268 927
3	Oleiros	P	2 933 155	-3 776 918	-3 820 131	-5 338 911	-5 522 887	-5 456 253	-5 877 175	-6 416 340	-6 179 680	-5 776 720	-6 063 977	-51 295 836
4	Moura	P	-4 355 395	830 702	-4 488 314	-7 002 177	-6 584 249	-4 740 033	-2 424 962	-7 196 519	-6 335 457	-6 150 100	-5 345 126	-53 791 631
5	Tavira	M	6 840 459	8 368 801	1 323 717	3 909 434	-5 816 055	-6 602 225	-3 503 458	-3 359 886	-4 631 639	-3 001 478	-5 194 103	-11 666 433
6	Ovar	M	3 526 749	5 864 689	3 643 624	1 937 494	1 397 298	2 908 779	3 036 291	4 084 219	1 603 364	-4 114 386	-4 798 146	19 089 975
7	Felgueiras	M	8 035 881	6 997 984	-1 165 926	-2 493 732	-5 410 866	-5 161 961	-4 061 300	-4 315 056	-5 875 877	-3 476 453	-4 574 930	-21 502 236
8	Elvas	M	-447 652	-560 371	51 971	-3 198 469	-1 478 127	559 101	-1 212 896	-7 406 812	-8 761 376	-6 629 879	-4 227 546	-33 312 056
9	Lourinhã	M	970 914	636 602	-13 600 237	-7 938 943	-5 534 557	-6 323 727	-4 867 431	-3 629 359	-5 486 163	-1 957 169	-3 946 009	-51 676 078
10	Peso da Régua	P	-546 398	-1 973 352	-2 688 079	-2 193 729	-759 387	-9 332 496	-570 501	-5 486 549	-4 299 532	-3 615 054	-3 675 608	-35 140 684
11	Ourém	M	-1 192 702	-2 739 767	-2 217 850	-2 456 249	-4 816 456	-5 634 633	-5 510 278	-428 023	-1 078 522	-1 979 233	-3 499 275	-31 552 989
12	Évora	M	-10 885 971	-10 791 660	-15 093 993	-18 331 888	-15 651 235	-14 013 178	-10 703 160	-12 706 874	-7 331 402	-4 890 006	-3 337 288	-123 736 657
13	Vagos	M	-2 539 605	-1 521 867	-3 072 341	-5 264 372	-3 642 020	-3 784 368	-1 656 425	-217 988	-2 575 876	-1 990 780	-3 264 704	-29 530 347
14	Condeixa-a-Nova	P	-3 545 397	-1 199 700	-1 576 384	-969 362	-973 506	-1 341 886	-927 195	-4 669 32	-2 067 630	-1 499 353	-3 202 458	-17 769 804
15	Figueiró Vinhos	P	-3 333 706	-3 645 886	-3 521 301	-4 248 235	-4 319 757	-3 143 866	-2 775 852	-2 578 542	-3 758 751	-2 993 344	-2 807 971	-37 127 211

ANUÁRIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES 2016

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			Total 2006-2016	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
16	Almeirim	M	-4 370 008	-3 262 843	-4 643 610	-3 925 173	-4 535 078	-3 300 122	-4 201 605	-3 758 982	-3 379 601	-2 904 613	-2 711 133	-40 992 768
17	Águeda	M	380 511	1 067 057	1 345 898	-120 007	-1 205 167	3 115 185	216 323	701 760	56 730	-544 679	-2 612 197	2 401 414
18	Proença-a-Nova	P	-3 038 447	-756 493	-2 713 248	-2 806 444	-3 109 356	-2 299 142	-2 969 645	-2 678 487	-2 855 094	-2 882 461	-2 425 236	-28 534 054
19	R. Monaraz	P	191 578	-185 549	1 173 434	344 347	-222 319	-800 731	-2 080 337	-1 804 443	-1 727 053	-1 162 369	-2 399 860	-8 673 300
20	Pinhel	P	258 876	609 405	-3 258 921	-1 712 005	-624 577	-763 991	-838 061	-1 933 653	-1 810 833	-1 006 428	-2 393 577	-13 473 765
21	Vila Verde	M	-2 220 358	-3 536 651	-5 092 049	-5 494 585	-4 174 798	-6 634 014	-3 365 542	-4 371 423	-4 043 515	-3 601 183	-2 321 085	-44 855 203
22	VRS António	P	5 699 748	2 251 626	2 062 116	-19 544 319	-10 899 262	-9 074 309	-4 791 377	-6 586 064	-4 897 719	-7 078 741	-2 274 877	-55 133 178
23	Belmonte	P	-586 811	-492 596	-600 281	-748 533	-1 100 248	-994 704	-829 553	-1 700 915	-2 148 453	-2 191 743	-2 133 026	-13 526 864
24	Aguiar da Beira	P	-3 479 054	-1 100 675	-1 804 520	-1 182 664	-1 679 583	-1 909 502	-1 160 174	-1 578 085	-1 882 208	-1 537 721	-2 119 788	-19 433 975
25	Covilhã	M	-4 078 683	-8 447 192	142 801	-11 378 706	-5 602 764	-4 781 343	-4 293 721	-4 515 621	-2 897 435	-3 354 932	-1 804 891	-51 012 485
26	Valongo	M	-1 656 386	-3 427 580	-2 276 330	-7 108 577	-8 107 841	-7 006 033	-6 098 291	-5 446 739	-2 909 467	-1 760 956	-1 789 182	-47 587 381
27	Albergaria-a-Velha	M	-613 091	-343 582	-1 134 394	390 049	-3 665 977	-1 264 961	-1 322 785	-501 129	-1 645 164	-1 866 845	-1 737 681	-13 705 561
28	Vila do Bispo	P	300 376	1 461 107	-1 506 864	-4 891 336	-3 041 914	-3 197 219	-2 539 218	-1 553 128	-931 010	-832 832	-1 716 253	-18 448 290
29	Serpa	P	2 230 267	2 682 737	-470 295	3 118 083	2 509 392	959 732	1 747 272	-1 054 492	-3 151 443	-190 049	-1 615 475	6 765 730
30	Boticas	P	-78 572	855 242	-760 557	-878 250	-733 360	-1 060 303	-570 620	-199 185	-228 475	-549 152	-1 565 737	-5 768 968
31	Sta. M. Penaguião	P	-280 148	-664 086	-805 704	-618 698	-625 289	-1 333 109	-1 252 308	-672 623	-520 978	-1 600 038	-1 546 593	-9 919 573
32	Óbidos	P	3 553 831	7 086 720	5 652 008	1 385 125	2 735 187	4 498 082	-2 922 271	-2 732 064	-2 342 790	-779 194	-1 515 455	14 619 179
33	Vouzela	P	-2 854 006	-2 929 381	-2 491 903	-4 352 977	-2 514 355	-2 488 833	-1 820 001	-899 695	-1 733 920	-2 085 618	-1 512 174	-25 682 862
34	Gondomar	G	2 382 922	838 086	2 754 440	3 269 514	293 213	5 615 536	946 893	-3 769 151	-10 406 517	-7 282 404	-1 409 301	-6 766 770
35	Faro	M	45 691	40 471	-5 830 661	-4 011 510	-2 686 305	-4 548 624	122 143	-17 023 114	-7 544 400	-1 615 279	-1 391 380	-44 442 967
36	Torre de Moncorvo	P	3 251 389	3 842 963	3 842 963	376 173	-1 700 283	-1 204 698	-1 618 919	-2 705 790	-2 468 386	-1 737 765	-1 379 885	-1 502 236
37	S. João Pesqueira	P	2 491 352	1 361 392	989 118	159 561	1 858 800	1 784 730	799 725	-803 164	-1 579 922	-1 224 118	-1 363 260	4 474 215
38	Amares	P	2 468 761	2 746 906	3 706 977	1 567 811	973 123	1 001 325	254 788	597 890	-95 110	117 385	-1 355 523	11 984 333
39	Ferreira do Zêzere	P	-2 733 492	-3 070 497	-4 028 755	-4 321 387	-3 961 794	-2 398 913	-1 658 460	-1 749 162	-1 924 111	-1 824 479	-1 274 330	-28 945 382
40	Mação	P	1 586 551	1 561 257	1 422 579	877 832	1 115 630	1 193 171	-2 016 152	-2 233 544	-2 923 534	-2 214 006	-1 242 699	-2 872 915
41	Ponte de Lima	M	6 281 472	7 235 553	3 165 409	-2 677 264	-2 290 885	-506 130	-2 121 435	-2 992 861	672 387	-1 391 472	-1 220 269	4 154 504
42	Castelo de Vide	P	693 824	506 453	673 572	439 529	825 636	944 133	823 963	109 697	-1 385 927	-1 256 664	-1 211 630	1 162 587
43	Vidigueira	P	387 170	43 688	66 241	35 940	-97 346	38 465	-167 763	-358 143	16 124	-351 508	-1 208 679	-1 595 811
44	Mogadouro	P	-1 697 808	-16 980 040	-2 086 028	-1 390 537	-2 317 926	-1 514 354	-912 085	-1 657 588	-3 188 136	-2 637 428	-1 137 663	-35 519 594
45	Vendas Novas	P	84 503	37 362	-200 559	-1 533 217	-2 376 335	-1 565 420	-338 360	-1 691 042	-1 590 747	-462 436	-1 115 837	-10 752 087
46	Monchique	P	130 690	424 623	17 999	-292 419	-1 127 912	-1 857 814	-1 519 163	-1 686 674	-947 344	-1 087 686	-1 105 882	-9 051 581
47	Castro Marim	P	736 754	3 460 610	-1 020 930	-1 209 874	-1 087 297	-3 129 328	-1 841 131	-1 967 629	-2 071 076	-1 677 903	-1 067 370	-10 875 174
48	Sabrosa	P	-863 120	-1 468 858	-1 938 996	-2 019 633	-1 763 517	-992 512	-1 410 292	334 748	-1 518 863	-707 508	-1 064 557	-13 413 108
49	Vila Viçosa	P	-1 290 151	-3 116 164	-1 244 219	-1 451 567	-1 049 361	-1 307 063	-1 381 422	-1 044 411	-1 684 637	-632 993	-1 059 877	-12 457 314
50	Alpiarça	P	63 351	937 117	21 798	-7 116 09	359 048	-2 717 428	-2 751 062	-2 485 851	-2 447 807	-1 991 526	-1 056 566	-12 780 537

3.6.4. EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é um indicador financeiro muito utilizado nas empresas e que representa o quanto uma empresa ou entidade gera de recursos financeiros através das suas atividades¹³⁵.

O EBITDA é o resultado operacional antes do valor das amortizações e das provisões, sendo calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{Resultados Operacionais} + \text{Depreciações e Amortizações} + \text{Provisões}$$

O quadro 3.22 apresenta o EBITDA dos municípios desde 2006

No gráfico 3.11 é apresentada a evolução do EBITDA, comparando com a evolução dos Proveitos operacionais.

Dado que a soma das provisões e das amortizações representam, em média, 21,9% dos custos operacionais, a curva dos proveitos operacionais, em regra, andar sempre bastante acima da curva do EBITDA, conforme se poderá verificar no gráfico em apreço.

¹³⁵ Como veremos no capítulo 4, este é um dos indicadores (embora não deduza as provisões) que determinam a continuidade ou encerramento de uma empresa do setor local. Diz o artigo 62º da Lei 50/2012 que as empresas locais são obrigatoriamente objeto de dissolução quando se verifique uma das seguintes situações:

Artigo 62.º

Dissolução das empresas locais

1- Sem prejuízo do disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução, no prazo de seis meses, sempre que se verifique uma das seguintes situações:

- a) As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50 /prct. dos gastos totais dos respetivos exercícios;
- b) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração atribuídos pela entidade pública participante é superior a 50 /prct. das suas receitas;
- c) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo;
- d) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo.

(...)

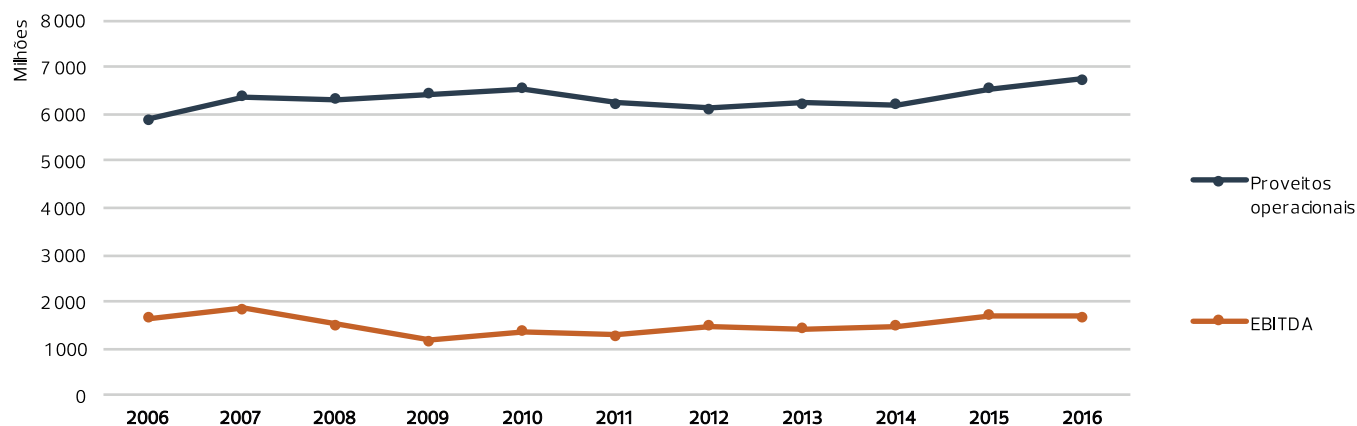
Nota: sublinhado nosso

Tendo grande parte dos municípios constituído empresas municipais para as quais delegou competências que lhe são próprias e que por isso desempenham um papel importante na vida do cidadão, contribuinte líquido para o Estado e para a Autarquia, faz sentido avaliar o indicador que pode determinar a manutenção ou a extinção das sociedades comerciais/ empresas locais criadas pelo município.

Quadro 3.22 – Evolução do indicador EBITDA

Custos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Resultado operacional (a)	696,0	661,8	375,1	-84,0	60,9	-25,8	79,5	-15,7	-97,1	183,0	25,7
Amortizações e depreciações do exercício (b)	918,9	964,4	1034,3	1086,6	1155,9	1167,1	1208,8	1269,0	1299,1	1341,0	1372,4
Provisões do exercício (c)	57,1	241,0	116,9	167,6	148,3	158,4	207,7	184,8	284,3	187,1	297,6
EBITDA (d) = (a)+(b)+(c)	1672,0	1867,2	1526,3	1170,1	1365,1	1299,7	1496,0	1438,1	1486,3	1711,2	1695,7
Proveitos operacionais (e)	5 881,7	6 390,3	6 333,0	6 428,3	6 543,1	6 229,0	6 116,3	6 220,7	6 206,4	6 543,0	6 750,9
EBITDA/Proveitos operacionais (f) = (d)/(e)	28,4%	29,2%	24,1%	18,2%	20,9%	20,9%	24,5%	23,1%	23,9%	26,2%	25,1%

Gráfico 3.11 – Evolução do EBITDA



Do quadro e gráfico anterior verifica-se que, de forma global (total dos 308 municípios), como seria de esperar, face aos resultados operacionais obtidos, o EBITDA foi sempre positivo tendo atingido o maior valor em 2007 e o menor em 2009.

Em 2016 apenas o município de Belmonte apresentou um EBITDA negativo.

O *Ranking* R63 apresenta os 35 municípios com melhor EBITDA em 2016 e o *Ranking* R64 os 35 municípios com pior EBITDA em 2016.

R63 – Municípios com maior EBITDA em 2016

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1	Lisboa	G	80 094 607	133 570 594	94 425 970	100 666 231	139 812 115	68 759 164	83 693 492	44 015 331	66 082 436	139 233 426	204 894 526
2	Cascais	G	37 511 597	30 730 299	24 592 796	-3 381 801	22 503 849	18 547 634	9 642 112	9 869 064	30 399 144	35 580 970	40 509 167
3	Vila Nova de Gaia	G	31 473 941	38 414 073	24 606 521	25 245 099	31 987 351	34 606 157	35 704 563	36 696 211	35 062 716	39 614 365	39 256 873
4	Sintra	G	49 172 000	49 251 358	29 021 874	31 896 143	35 490 574	34 068 128	32 208 173	30 909 979	41 812 359	41 296 614	38 717 745
5	Oeiras	G	35 725 125	37 247 362	25 645 650	31 825 677	22 317 187	17 174 499	27 190 648	37 264 306	23 352 676	37 727 881	34 190 790
6	Porto	G	43 795 468	51 577 506	54 109 919	34 641 906	43 352 231	41 135 717	31 784 862	36 651 795	29 919 458	34 102 090	33 088 929
7	Loulé	M	21 528 044	46 923 628	19 741 011	9 118 814	5 159 757	6 799 429	15 471 212	25 387 213	30 511 886	32 145 756	32 260 893
8	Leiria	G	11 412 659	17 110 111	15 345 993	9 749 080	12 948 628	10 356 711	13 849 206	15 384 395	20 772 202	23 406 599	25 919 635
9	Maia	G	23 727 319	29 223 435	27 362 858	18 871 615	19 948 402	18 034 633	20 013 405	15 843 059	16 338 154	19 545 310	25 905 790
10	Aveiro	M	9 239 183	10 647 300	10 250 375	6 016 755	4 369 475	9 372 364	11 436 934	9 364 358	10 871 914	17 413 008	24 749 882
11	Guimarães	G	23 699 299	21 696 465	25 757 390	28 670 615	22 780 266	23 846 556	42 590 461	26 516 081	20 331 975	26 127 524	24 420 162
12	Seixal	G	33 084 204	14 257 144	5 636 107	3 156 502	22 544 738	21 077 748	19 323 892	26 233 524	15 637 038	20 087 409	23 907 534
13	Loures	G	23 161 925	45 565 424	21 560 456	4 616 293	31 806 928	26 907 430	17 988 500	14 567 655	10 747 254	16 379 158	23 896 226
14	Albufeira	M	12 005 155	27 705 742	9 899 126	2 208 603	-7 076 693	-373 912	8 523 159	20 273 446	32 985 337	34 128 236	22 820 840
15	Vila Nova Famalicão	G	16 579 513	15 456 483	18 170 240	15 813 103	14 291 888	19 515 411	24 837 079	14 980 359	22 493 749	13 066 376	20 828 470
16	Santa Maria da Feira	G	18 456 591	14 779 153	16 473 459	11 638 765	25 264 299	9 785 013	18 377 649	18 647 197	17 986 667	20 092 885	19 448 697
17	Funchal	G	13 035 007	13 968 550	11 759 859	7 558 219	11 269 232	10 035 740	7 931 367	7 941 857	12 109 553	13 799 791	18 797 878
18	Barcelos	G	21 938 004	17 345 229	18 494 684	19 012 898	14 813 476	16 140 448	18 854 428	18 607 925	17 995 941	17 954 492	18 404 955
19	Matosinhos	G	24 172 159	26 745 053	14 677 217	6 280 442	12 411 930	14 158 729	25 404 418	18 682 526	10 430 487	21 715 405	17 193 143
20	Braga	G	31 152 218	60 977 797	33 398 220	37 939 692	35 307 955	43 704 739	32 018 206	29 725 517	21 382 184	21 755 301	16 343 185
21	Portimão	M	4 454 634	4 312 182	-4 276 765	-19 437 848	-21 858 897	-13 040 318	7 253 108	15 719 329	15 019 803	17 879 717	16 036 573
22	Amadora	G	17 559 357	12 103 541	11 548 491	12 314 578	14 912 081	12 304 432	10 566 947	5 003 291	5 502 006	14 554 476	15 307 450
23	Lagos	M	13 355 341	15 175 575	3 161 229	-2 011 660	-3 578 403	1 643 998	9 681 565	8 201 871	12 513 482	14 874 321	15 232 048
24	Coimbra	G	4 641 683	3 608 101	8 685 971	6 797 045	7 239 162	7 485 929	9 888 874	9 421 756	6 981 551	13 525 402	15 199 184
25	Castelo Branco	M	23 343 458	23 402 577	24 810 624	21 397 959	24 896 799	17 265 361	15 542 765	12 478 576	13 971 559	13 098 017	14 199 293
26	Paredes	M	8 920 118	8 532 624	7 809 229	7 059 426	8 389 352	10 794 987	8 910 045	9 402 781	9 622 976	11 683 448	13 877 422
27	Gondomar	G	17 597 709	14 828 754	14 372 198	15 126 923	18 016 072	18 455 565	16 019 778	12 033 753	9 696 406	11 665 151	12 708 619
28	Faro	M	3 917 612	6 023 383	5 420 709	3 683 600	3 413 072	6 028 722	8 052 535	6 953 222	10 386 882	12 793 446	12 510 495
29	Setúbal	G	7 220 542	11 890 797	8 307 699	7 912 915	8 430 648	5 098 215	15 052 554	13 355 942	19 176 917	26 876 416	11 717 736
30	Santa Cruz	M	2 714 920	8 118 971	2 485 009	437 409	68 231	-296 105	4 400 841	4 021 578	45 018 688	47 688 732	11 627 064
31	Vila do Conde	M	11 117 835	15 886 747	14 204 099	4 744 744	19 691 915	6 397 776	8 583 665	14 194 270	13 981 263	11 975 711	11 425 184
32	Figueira da Foz	M	11 550 275	8 813 549	10 670 448	3 751 874	5 492 268	6 909 898	8 821 920	12 789 602	10 562 806	9 450 832	11 193 391
33	Mafra	M	14 429 884	16 078 705	11 113 247	1 213 923	1 341 483	6 284 096	8 698 419	8 114 286	15 119 221	15 588 358	11 023 773
34	Pombal	M	11 219 102	12 926 741	12 416 798	12 614 116	12 710 300	12 148 300	10 240 431	11 950 376	10 883 227	10 858 955	10 904 519

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
35	Viana do Castelo	M	11956 060	13 403 592	9 746 839	10 278 943	7 341 095	6 591 512	7 579 424	9 731 930	9 236 309	11 093 497	10 800 991
36	Chaves	M	6 351 275	6 154 201	6 754 471	6 181 775	5 888 278	4 253 838	9 269 004	5 530 380	10 991 657	11 003 185	10 536 246
37	Torres Vedras	M	6 004 813	4 790 965	3 291 917	1 933 937	1 594 736	5 844 977	7 360 005	8 963 017	9 619 636	9 179 835	10 140 544
38	Covilhã	M	10 915 050	8 629 808	10 474 013	4 166 252	7 881 270	9 532 142	9 192 692	9 288 590	9 116 460	9 072 244	9 932 990
39	Póvoa de Varzim	M	12 578 991	7 044 205	7 955 400	5 646 874	9 582 465	9 134 323	10 524 635	8 575 622	7 262 238	9 239 540	9 705 263
40	Oliveira de Azeméis	M	7 385 641	10 884 269	10 951 913	9 004 812	9 456 517	8 747 174	9 769 787	9 321 025	8 426 250	9 761 454	9 364 643
41	Barreiro	M	4 817 624	5 785 668	7 093 130	3 968 765	4 114 805	4 096 432	7 139 728	7 227 911	11 852 205	9 028 587	9 178 818
42	Vila Franca de Xira	G	17 734 084	22 965 271	22 008 627	11 694 112	17 944 159	13 343 777	11 235 471	11 040 824	8 917 577	10 023 167	8 758 252
43	Santarém	M	3 758 293	1 877 707	2 042 646	-1 005 448	1 128 080	2 099 699	8 660 716	9 102 481	9 168 807	10 425 467	8 688 585
44	Fundão	M	7 127 493	5 558 384	8 975 004	6 601 508	5 969 233	8 521 119	10 853 689	11 898 442	8 691 155	9 467 743	8 324 609
45	Santo Tirso	M	8 213 047	8 455 029	7 017 216	6 727 307	5 983 443	6 350 353	4 512 214	8 965 524	5 950 180	7 102 764	8 033 917
46	Penafiel	M	11 408 564	6 925 727	7 379 958	6 357 504	7 780 501	11 433 013	7 948 690	6 849 190	7 086 517	6 487 501	8 004 694
47	Sesimbra	M	6 693 521	8 055 878	1 733 814	11 527 000	3 539 587	7 78 619	4 525 392	8 372 353	6 653 281	8 163 314	7 960 442
48	Lagoa (Algarve)	M	7 256 298	10 004 444	5 496 166	460 731	2 844 521	3 872 798	7 009 465	7 307 343	9 280 125	11 102 264	7 739 872
49	Trofa	M	3 100 431	2 680 087	-776 991	-1 341 486	660 224	569 549	3 301 175	4 302 122	4 931 654	7 280 060	7 671 755
50	Bragança	M	9 855 954	10 348 892	8 394 460	7 791 772	8 579 721	7 047 076	7 155 990	7 456 256	7 541 464	8 088 656	7 344 964

R64 – Municípios com menor EBITDA em 2016

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
1	Belmonte	P	2 073 075	2 003 253	1 923 226	1 651 816	1 568 103	1 605 049	1 915 207	1 297 275	400 494	253 123	-945
2	Salvaterra de Magos	M	2 537 905	3 042 470	3 001 556	1 828 907	1 659 778	1 492 962	1 908 018	1 919 820	657 489	897 202	158 680
3	Alcácer do Sal	P	2 640 887	2 961 755	2 971 418	514 592	6 086 010	1 522 926	-673 424	2 062 232	-873 028	1 414 248	285 208
4	Redondo	P	989 632	354 786	509 566	670 781	-12 190	-297 584	-41 657	-474 257	-731 561	243 200	374 066
5	Porto Santo	P	3 103 502	2 213 942	1 115 578	-61 327	-291 828	256 354	1 162 085	1 098 317	1 829 122	991 007	385 507
6	Barrancos	P	532 763	411 825	294 227	640 964	553 184	811 361	735 455	757 551	471 896	406 123	395 385
7	Cuba	P	816 747	791 615	855 705	447 914	513 774	978 492	1 019 774	672 421	296 457	568 105	472 156
8	Monforte	P	1 640 194	910 345	1 044 656	193 080	519 236	782 608	769 361	593 967	717 936	775 194	497 815
9	Elvas	M	5 065 596	4 438 463	3 525 138	1 714 034	3 516 325	4 660 325	1 570 125	-2 364 191	-1 563 658	-44 715	505 493
10	Vidigueira	P	2 221 029	2 006 150	2 087 153	1 616 603	1 601 735	1 990 381	838 431	1 149 391	1 203 721	727 873	550 227
11	Corvo	P	351 721	415 945	574 405	713 825	851 648	800 168	702 203	723 497	661 206	670 366	575 115
12	Mira	P	1 963 842	2 345 626	1 795 343	2 010 198	1 855 718	1 607 672	1 920 196	1 844 599	1 420 133	1 484 993	577 352
13	Peso da Régua	P	3 582 451	2 610 621	2 322 996	2 395 758	4 067 604	-1 923 905	4 630 191	1 827 269	-387 125	488 390	603 611
14	Góis	P	1 640 373	1 798 882	1 926 347	1 936 136	1 648 302	1 078 384	1 315 361	1 106 641	729 312	746 508	614 110
15	Gavião	P	1 467 114	1 281 846	261 875	2 306 029	2 251 652	2 131 172	1 983 089	1 565 693	1 209 201	1 394 788	691 972

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
16	Fronteira	P	1567 842	1799 988	1514 824	2 120 683	1282 232	1167 092	1442 006	973 711	808 673	726 103	697 935
17	São João da Pesqueira	P	4 015 169	2 919 962	3 396 640	2 424 325	3 442 562	4 153 391	3 742 857	2 582 783	1 373 096	1 938 495	738 374
18	Sta. Marta Penaguião	P	2 132 268	1 835 769	1 886 709	2 348 905	1 670 541	1 418 931	1 420 893	1 805 972	1 874 156	1 116 084	750 246
19	Castro Verde	P	2 931 113	4 528 750	5 699 112	2 306 967	2 401 532	3 015 247	3 009 420	2 169 614	1 331 677	1 435 514	755 125
20	Lajes das Flores	P	519 791	914 000	1 930 988	2 369 135	1 133 224	791 110	1 245 592	484 745	782 545	626 926	782 545
21	Boticas	P	2 609 673	2 864 998	2 424 737	2 152 883	2 583 642	2 250 814	2 733 310	2 682 077	1 775 971	1 748 779	789 751
22	Golegã	P	918 655	931 881	922 481	939 952	1 153 559	1 165 667	926 794	854 926	604 077	1 155 019	798 643
23	Castelo de Vide	P	859 882	635 770	1 037 368	656 074	1 118 848	1 215 600	1 116 840	543 128	566 990	815 018	821 055
24	Santa Cruz das Flores	P	1 680 324	1 298 581	1 298 581	1 209 256	711 434	1 486 214	937 712	800 704	782 389	902 127	821 464
25	Constância	P	1 227 985	421 209	1 095 661	1 167 902	781 002	741 117	552 134	1 511 937	584 281	673 395	826 025
26	Figueiró dos Vinhos	P	730 191	573 106	473 339	113 976	61 557	1 159 039	1 401 855	1 264 093	662 403	868 866	831 360
27	Manteigas	P	1 310 801	951 418	912 941	1 330 620	1 370 766	706 581	1 573 286	1 301 745	781 024	1 155 344	842 724
28	Valença	P	2 510 099	2 008 356	1 201 571	1 009 766	1 337 880	1 317 629	2 350 304	1 692 039	1 214 864	1 491 678	843 066
29	Crato	P	1 318 790	1 371 347	812 846	718 044	1 127 892	1 638 820	1 135 466	893 019	756 122	1 191 474	863 636
30	Sardoal	P	1 096 087	682 296	929 377	683 101	958 947	1 333 836	1 293 286	834 824	973 165	897 472	869 208
31	Miranda do Corvo	P	1 983 431	2 479 653	2 377 305	2 156 515	2 473 617	2 513 568	2 594 092	2 587 204	1 502 839	1 870 830	883 161
32	Penedono	P	2 256 684	1 835 620	1 583 490	2 216 481	1 554 198	1 165 286	1 558 378	1 430 958	1 724 299	1 059 712	914 579
33	Sousel	P	1 408 470	1 239 679	1 067 385	843 493	1 122 402	842 594	1 254 396	892 562	715 192	926 120	935 920
34	Ourique	P	544 400	2 145 530	1 918 670	1 774 395	1 713 284	2 022 863	3 127 646	2 899 103	2 507 517	2 370 127	972 381
35	Freixo Espada à Cinta	P	1 275 095	884 030	848 603	703 004	987 374	647 576	827 060	1 024 330	1 139 528	1 561 233	977 813
36	Arruda dos Vinhos	P	932 954	908 258	557 861	-20 947	165 754	164 989	1 174 242	1 254 206	1 199 751	1 347 721	978 739
37	Alpiarça	P	586 137	1 299 782	582 912	577 832	940 298	1 014 693	905 526	1 519 423	668 663	999 593	980 508
38	Terras de Bouro	P	2 789 063	2 813 435	2 879 362	2 566 909	1 209 843	1 538 166	1 612 669	1 059 296	439 735	652 068	986 027
39	Vila do Bispo	P	3 330 772	4 188 448	1 455 332	-383 428	800 250	468 588	1 566 161	2 179 138	2 730 121	2 506 851	989 390
40	Portel	P	1 319 391	1 133 597	1 744 742	1 848 067	2 090 539	1 878 281	1 573 962	1 145 697	115 068	1 103 189	1 027 950
41	Mesão Frio	P	904 286	902 785	642 602	711 383	1 189 605	1 203 000	1 574 204	958 973	787 556	1 077 602	1 029 612
42	Sta. Cruz da Graciosa	P	910 548	909 337	960 297	930 112	798 052	1 119 670	1 021 909	1 138 410	945 140	1 053 090	1 049 420
43	Alvito	P	957 037	838 189	898 589	2 002 176	720 848	640 083	873 380	845 230	642 738	873 335	1 053 069
44	Oleiros	P	3 012 480	2 508 853	2 738 183	2 231 436	2 238 090	2 275 774	1 890 503	1 662 209	1 080 366	1 139 538	1 073 643
45	Macedo de Cavaleiros	P	6 821 024	5 945 162	4 109 812	3 656 340	3 299 888	-844 108	1 831 316	1 078 936	717 528	1 535 955	1 086 693
46	Alter do Chão	P	1 681 996	1 396 502	1 511 967	1 238 414	689 243	1 233 230	1 638 521	1 031 382	750 100	1 017 091	1 091 192
47	Penacova	P	3 460 935	3 768 670	3 704 003	3 694 545	3 250 600	2 492 103	2 491 008	2 730 193	1 893 215	1 798 875	1 122 252
48	Avis	P	1 097 321	1 350 811	902 512	350 266	770 443	867 081	751 328	903 915	670 854	1 226 867	1 130 632
49	Viana do Alentejo	P	1 997 543	1 646 978	1 359 043	1 147 618	813 934	1 093 699	1 000 391	1 110 404	1 089 224	1 251 991	1 139 149
50	Vila do Porto	P	5 041 214	1 758 268	2 053 388	3 277 252	1 226 418	1 195 291	884 374	844 392	1 620 995	991 715	1 149 027

CAPÍTULO 4

SETOR EMPRESARIAL LOCAL

Nota introdutória

Este capítulo apresenta a informação do setor empresarial local (SEL) e dos serviços municipalizadas (SMs) relativas a 2016.

EMPRESAS MUNICIPAIS

A análise da evolução das contas do setor empresarial local reporta-se ao período entre 2011 e 2016, uma vez que, o SEL ao aplicar o SNC (Sistema de Normalização Contabilística) a partir de 2010 tornou possível o estabelecimento de comparação dos dados financeiros apenas nos últimos 5 anos.

Para o ano de 2016 foi obtida e tratada informação de 174 Empresas Municipais¹⁵⁷ ou Entidades Empresariais Locais das 176 existentes, representando mais de 98,9% do setor empresarial autárquico.

Para a elaboração deste capítulo foi feito o levantamento do número de empresas municipais que se encontravam em processo de dissolução no decorrer de 2016 e verificou-se que 11 das mesmas se tinham extinguido antes do final do ano económico, facto pelo qual embora apareçam listadas no quadro 4.02, deste capítulo não constam da análise realizada.

¹⁵⁷ Parte de informação económico-financeira das 174 entidades do sector empresarial local foi cedida pelo Tribunal de Contas que permitiu o acesso ao Balanço e à Demonstração de Resultados das Contas que dispunha à data de junho de 2017. Esta recolha permitiu obter cerca de 70% das entidades analisadas. As restantes foram recolhidas nos sites das entidades. Não foi possível obter, por qualquer destas formas, os dados financeiros de 2 empresas do universo de 176 entidades do setor empresarial local em exercício no ano de 2016. No anexo I apresenta-se um mapa com os dados económicos considerados mais relevantes tanto dos municípios como das respetivas empresas municipais e serviços municipalizados.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

No presente capítulo analisam-se, também, embora, separadamente as contas dos 25 Serviços Municipalizados (SMs) ou seja, a totalidade dos serviços municipalizados existentes à data de dezembro de 2016¹⁵⁸.

O tratamento em ponto autónomo é justificado dado o tratamento diferenciado dos registos contabilísticos destas, uma vez que o Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) não se aplica aos serviços municipalizados que continuam a utilizar o POCAL, até à implementação do novo modelo contabilístico para as administrações públicas SNC-AP.

COOPERATIVAS DE INTERESSE PÚBLICO

O artigo 6º do Código Cooperativo (na sua presente versão, a da Lei 51/96, de 7 de setembro) permite a criação de cooperativas de interesse público ou régies cooperativas, reguladas por diploma legal próprio, o Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de janeiro.

O primeiro artigo do Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de janeiro define as Cooperativas de Interesse Público como "pessoas coletivas em que, para a prossecução dos seus fins, se associam o Estado ou outras pessoas coletivas de direito público e cooperativas ou utentes dos bens e serviços produzidos".

Podem, assim, ser membros deste tipo de entidades o Estado, outras pessoas coletivas de direito público, como municípios, regiões autónomas ou empresas públicas, mas também cooperativas, as-

¹⁵⁸ Nesta análise abrangemos o universo de todas as que estavam em atividade em 2016.

sociações e/ou utilizadores dos bens e serviços produzidos.

O capital é subscrito pelos membros nos termos do ato constitutivo, e, na maioria dos casos das cooperativas com participação dos municípios, estes entram em posição maioritária de forma a manterem a gestão e o poder de decisão, em termos de votos e orientação das atividades.

Sobre as Cooperativas com participação dos municípios, a Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto (regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais), na sua redação atual, designadamente a conferida pela Lei n.º 69/2015, de 16/07, que procedeu à sua segunda alteração, refere o seguinte:

Artigo 58.º

Cooperativas

1 – Os municípios, as associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e as áreas metropolitanas podem criar ou participar em cooperativas.

2 – As cooperativas mencionadas no número anterior regem-se pelo Código Cooperativo.

3 – O disposto nos capítulos iii¹⁵⁹ e vi¹⁶⁰ aplica-se, com as devidas adaptações, às régies cooperativas, ou cooperativas de interesse público, em que as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º

Por último, a Lei 73/2013, de 3 de Setembro (versão atualizada), designada por Lei Financeira das Autarquias Locais e entidades intermunicipais, refere no seu artigo 54º – **Entidades relevantes para efeitos de limite da dívida total:**

...

d) As cooperativas e as régies cooperativas, de acordo com o dis-

¹⁵⁹ O capítulo III ao ser aplicável, com as devidas adaptações, às cooperativas de interesse público, em que as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º da lei 50/2012, inclui os seguintes artigos: CAPÍTULO III – Empresas locais

SECÇÃO I – Disposições comuns

Artigo 19.º – Empresas locais; Artigo 20.º – Objeto social; Artigo 21.º – Regime jurídico; Artigo 22.º – Constituição de empresas locais; Artigo 22.º-A – Estatutos; Artigo 23.º – Fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas; Artigo 23.º-A – Transformação de associação de municípios em empresa local; Artigo 24.º – Direitos societários; Artigo 25.º – Administração e fiscalização; Artigo 26.º – Designação dos membros dos órgãos das empresas locais; Artigo 27.º – Delegação de poderes; Artigo 28.º – Estatuto do pessoal; Artigo 29.º – Pessoal com relação jurídica de emprego público; Artigo 30.º – Estatuto do gestor das empresas locais; Artigo 31.º – Princípios de gestão; Artigo 32.º – Viabilidade económico-financeira e racionalidade económica; Artigo 33.º – Parceiros privados; Artigo 34.º – Concorrência; Artigo 35.º – Regulação setorial; Artigo 36.º – Proibição de subsídios ao investimento; Artigo 37.º – Orientações estratégicas; Artigo 38.º – Participações sociais; Artigo 39.º – Controlo financeiro; Artigo 40.º – Equilíbrio de contas; Artigo 41.º – Empréstimos; Artigo 42.º – Deveres de informação das empresas locais; Artigo 43.º – Transparência; Artigo 44.º – Deveres de informação das entidades públicas participantes

SECÇÃO II – Empresas locais de gestão de serviços de interesse geral

Artigo 45.º – Empresas locais de gestão de serviços de interesse geral; Artigo 46.º – Princípios orientadores; Artigo 47.º – Celebração de contratos-programa com empresas locais de serviços de interesse geral

SECÇÃO III – Empresas locais de promoção do desenvolvimento local e regional

Artigo 48.º – Empresas locais de promoção do desenvolvimento local e regional; Artigo 49.º – Princípios orientadores; Artigo 50.º – Celebração de contratos-programa com empresas locais de promoção de desenvolvimento local e regional

¹⁶⁰ Por outro lado, o capítulo VI também aplicável, com as devidas adaptações às cooperativas de interesse público, em que as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º, enquadra o seu âmbito de alienação, dissolução, transformação, integração, fusão e internalização, nas mesmas condicionantes que abrangem as empresas locais

posto no artigo 19º e nº 3 do artigo 58º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei 50/2012, de 31 de Agosto, proporcional à participação, direta ou indireta, do município, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40º daquele regime;

Em resumo, **as cooperativas com participação maioritária dos municípios devam ser analisadas neste capítulo e integradas no anexo I.**

No entanto as suas contas ainda não constam dos elementos disponibilizados pelo Tribunal de Contas, nem da correspondente listagem da DGAL¹⁶¹.

Deste modo, **neste anuário, não são analisadas as contas das cooperativas de interesse público**, em que as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º, neste capítulo, nem incluídas no anexo I. A ausência desta informação, acrescida do facto de a apresentação de consolidação das contas estar desfasada do período de prestação de contas dos municípios, inviabiliza a inclusão destas duas informações económico-financeiras no Anuário, no tempo que se entende oportuno apresentá-lo, nomeadamente em anos de eleições.

4.1. Setor Empresarial Local

4.1.1. Introdução

Analisam-se neste ponto do capítulo 4, valores e indicadores relativos à atividade financeira das entidades pertencentes ao Setor Empresarial Local¹⁶² (SEL), reportados ao final do ano de 2016 para um universo de 176 entidades, sendo que 142 são Empresas Municipais e Entidades Empresariais Locais, 7 Sociedades Anónimas, 3

Sociedades Unipessoais por quotas, 23 Entidades Intermunicipais e 1 Empresa Metropolitana.

A informação económico-financeira apresentada neste ponto do anuário agrega, para o ano económico de 2015, os valores de 174 entidades das 176 supra-referidas uma vez que não foi possível obter informação financeira de uma empresa municipal e uma intermunicipal, conforme referido no Quadro 4.01. Representando o número de entidades com informação financeira disponível 98,9% das entidades empresariais existentes, considera-se que será de desprezar a ausência de informação relativo às entidades em falta, prosseguindo-se com a análise das contas das 174 entidades empresariais com informação financeira disponível. Sempre que oportuno, procedeu-se à comparação de valores globais relativos ao intervalo de anos económicos entre 2011 e 2016.

Reforça esta nossa intenção o facto de o setor empresarial local estar em reestruturação assinalável desde 2013¹⁶³, com extinção de entidades e fusão de outras como se assinala no Quadro 4.02.

Quadro 4.01 – Entidades sem informação financeira disponível em 2016

	Entidade	Município	Situação
2	HABITÁGUA – Serviços Domiciliários	Oeiras	Sem informação
3	Resialentejo – Tratamento e Valorização de Resíduos	*	Sem informação

* Almodôvar, Barrancos, Beja, Castro Verde, Mértola, Moura, Ourique e Serpa

¹⁶¹ Na página eletrónica da DGAL ainda não é feita referência àquelas cooperativas (<http://www.portalautarquico.pt/pt-PT/administracao-local/entidades-autarquicas/atividade-empresarial-local/>).

¹⁶² Definido à luz da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, que aprovou o Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, o qual considera que pertencem ao SEL as empresas municipais, intermunicipais e metropolitanas, e as sociedades comerciais controladas conjuntamente por diversas entidades públicas, cujo maior título de participação é da autarquia.

¹⁶³ No Anuário de 2011 já se assinalaram extinções concluídas nesse ano e outras em extinção. Mas realmente será a partir de 2013 que se torna significativo o número de entidades empresariais extintas. Nos Anuários subsequentes de 2014 e 2015 continuou-se a assinalar as entidades pertencentes ao SEL extintas ou objeto de fusão.

Estando o setor empresarial local em reestruturação assinalável desde 2013, com extinção de entidades e fusão de outras, as entidades empresarias extintas ou fundidas no decorrer do ano 2016 e que se encontram assinaladas no Quadro 4.17, não constaram da análise financeira do setor empresarial local no presente ano económico.

Quadro 4.02 – Entidades que se dissolveram ou se fundiram em 2016

	Entidade	Município	Situação
1	Alfandegatur – Empresa de Desenvolvimento Turístico	Alfândega da Fé	Dissolvida
2	Teatro Aveirense	Aveiro	Dissolvida
3	Figueira Grande Turismo	Figueira da Foz	Dissolvida
4	Culturguarda – Gestão da Sala de Espectáculos e Actividades Culturais	Guarda	Dissolvida
5	Guarda Cidade Desporto	Guarda	Dissolvida
6	Merturis – Turismo	Mértola	Dissolvida
7	Miranda Cultural e Rural	Miranda do Douro	Dissolvida
8	SATU – Oeiras – Sistema Automático de Transporte Urbano	Oeiras	Dissolvida
9	Amiparedes – Agência Municipal de Investimento	Paredes	Dissolvida
10	Vimioso 2003 – Actividades Artesanais e Turísticas de Vimioso	Vimioso	Dissolvida
11	EXPOVIS – Promoções Eventos, Lda.	Viseu	Dissolvida

No Quadro 4.03 apresenta-se, por anos económicos, o número de entidades empresarias do setor local dissolvidas ou que foram objeto de fusão.

Quadro 4.03 – Número de Entidades do SEL, número das dissolvidas e número de fusões, entre 2011 e 2016

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
N.º total de entidades em atividade	296	275	238	216	188	176
N.º de entidades com info. disponível	293	270	225	208	185	174
N.º de entidades dissolvidas	6	9	36	33	25	11
N.º de entidades que se fundiram	1	9	3	0	0	0

No presente Anuário, à semelhança dos anos anteriores, a metodologia utilizada neste capítulo compreende a análise dos valores do Balanço e da Demonstração dos Resultados relativos ao conjunto de entidades do setor empresarial local – SEL, em exercício a 31 de dezembro do ano económico de 2016 e para as quais foi possível obter informação financeira. Assim, os valores totais dos itens contabilísticos e respetiva informação financeira reportada a anos anteriores ao ano económico em apreço, referem-se exclusivamente aos valores agregados das 174 entidades em atividade, excluindo os montantes das entidades entretanto dissolvidas, de modo a permitir a comparabilidade de valores entre anos económicos.

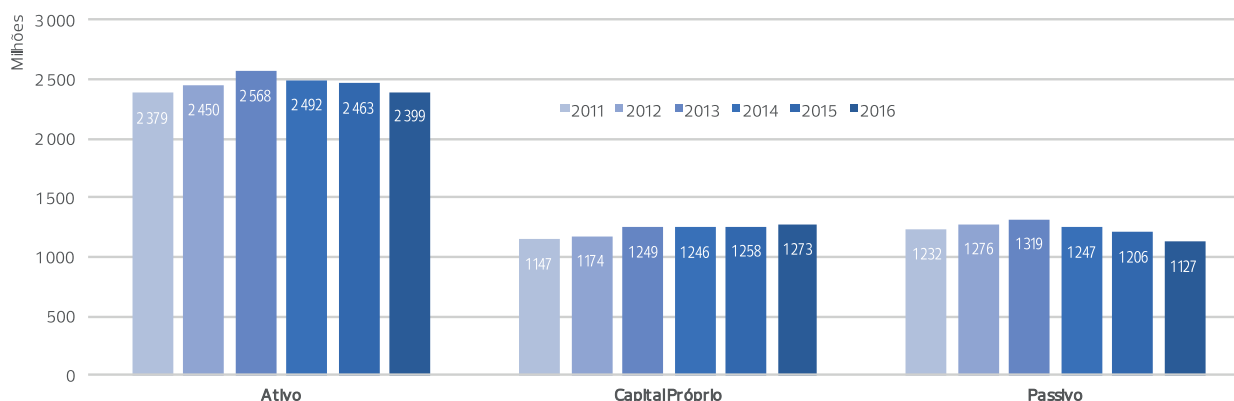
Anota-se a impossibilidade de comparar montantes globais do SEL com montantes homólogos do conjunto de municípios que o tutelam as correspondentes entidades empresarias locais, devido ao diferente sistema de contabilização e à diferença de normativos contabilísticos utilizados pelas entidades empresarias locais (SNC) e pelos municípios (POCAL).

4.1.2. Grandes Agregados do Balanço das Entidades do SEL: Entidades Empresarias (EELs) e Empresas Municipais (EMs)

No Gráfico 4.01 apresenta-se o volume total dos principais agregados do Balanço Global das 174 entidades do SEL em relação às quais foi possível recolher informação financeira em 2016, bem como os valores homólogos dos anos precedentes, para o mesmo universo de entidades.

O Quadro 4.04 apresenta o valor das componentes do Balanço das entidades do setor empresarial local analisadas em 2016 bem como o respetivo peso das componentes do ativo e do passivo.

Gráfico 4.01 – Evolução dos grandes agregados do Balanço do SEL



Quadro 4.04 – Ativo, Passivo e Capital Próprio das 174 entidades do SEL em 2016 e sua comparação com valores homólogos das 308 autarquias

Unidade: euros

Componentes do Ativo	SEL (174)		Município (308)		Peso SEL nos municípios
	Valor	%	Valor	%	%
Ativo não corrente	1912 075 595	80%	37 078 499 235	90%	5,2%
Ativo corrente	487 281 765	20%	3 908 167 304	10%	12,5%
Total Ativo	2 399 357 360	--	40 986 666 538	--	5,9%
Passivo corrente (médio e longo prazo)	643 444 504	57%	4 652 994 889	35%	13,8%
Passivo exigível não corrente	586 355 879	52%	3 699 199 080	28%	15,9%
Passivo corrente (curto prazo)	483 162 034	43%	8 619 463 206	65%	5,6%
Passivo exigível corrente	431 876 787	38%	1 424 997 770	11%	30,3%
Total Passivo Exigível	1 018 232 667	90%	5 124 196 850	39%	19,9%
Passivo exigível/ativo total	42,4%	--	12,5%	--	--
Total Passivo*	1 126 606 538	47%	13 272 458 095	32%	8,5%
Capital Próprio	1 272 750 818	53%	27 714 208 443	68%	4,6%
Capital Próprio + Passivo	2 399 357 356	--	40 986 666 538	--	5,9%

* Inclui proveitos diferidos no caso dos municípios

** No capítulo 3 deste Anuário, no quadro 3.09 referente às componentes do passivo não se considerou o valor dos proveitos diferidos por se entender que não se trata de valores do passivo, mas sim de subsídios ao investimento que anualmente serão amortizados e considerados proveitos do exercício, na proporção relativa ao tempo de vida do ativo imobilizado ao qual foi afeto. Destes 13 272,5M€, 8 148,3M€, corresponde a proveitos diferidos.

As 174 entidades do SEL consideradas na presente análise apresentaram em 2016, conforme Quadro 4.04, um ativo global de 2.399,4 M€, constituído em 80% por ativos não correntes. O passivo que totalizou para todo o setor empresarial local o montante de 1.126,6 M€, apresentou preponderância do passivo não corrente (passivo de mp) sobre o passivo corrente, em 14 pp.

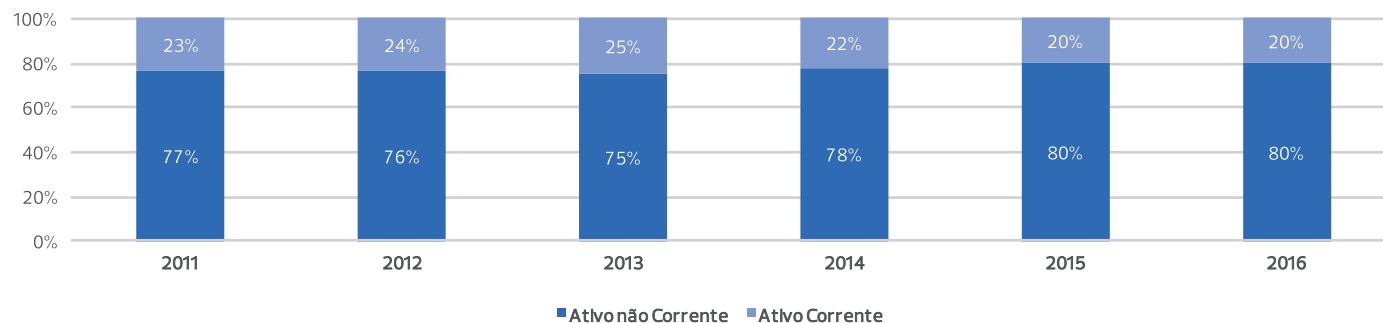
Comparando o valor do Ativo do SEL (2.399 M€) com o Ativo Total dos 308 municípios (40.987M€) pode-se concluir que aquele representa 5,9% do valor deste.

Quanto à comparabilidade do Passivo Exigível do SEL com o Passivo Exigível dos 308 municípios, conclui-se que aquele ao apresentar o valor de 1.018,2M€, representa 19,9% do Passivo Exigível (orçamental e operações de tesouraria) dos 308 municípios (5.124,2M€).

4.1.2.1. Estrutura e Evolução do Ativo não corrente

O gráfico a seguir apresentado esquematiza a **evolução do peso no ativo total, do ativo corrente e do ativo não corrente** verificando-se a alteração mais significativa dos respetivos pesos, no triénio 2014/2016, com o peso do ativo corrente a diminuir e o peso do ativo não corrente (ativo fixo, nomeadamente imobilizado) a reforçar-se significativamente, chegando a representar, em 2015, 80% do ativo total

Gráfico 4.02 – Estrutura do Ativo – 2011 a 2016



No Quadro 4.05 apresenta-se a estrutura do ativo não corrente para a totalidade das 174 entidades empresariais, a comparação das respetivas componentes do Balanço e as variações estruturais mais relevantes entre 2011 e 2016.

Quadro 4.05 – Evolução do ACTIVO NÃO CORRENTE das Entidades Empresariais

Unidade: euros

Componentes do Ativo não Corrente	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 15-16 %
Ativos Fixos Tangíveis	1 396 791 979	1 388 577 201	1 405 659 306	1 444 700 453	1 494 395 386	1 464 390 911	-2,0%
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	55 290	14 535 395	21 290 117	24 007 905	23 933 546	311 169	-98,7%
Propriedades de Investimento	133 298 376	136 713 917	176 340 121	162 603 701	145 897 790	143 744 104	-1,5%
Goodwill	29 517	28 516	13 516	13 441	28 441	25 597	-10,0%
Ativos Intangíveis	225 283 645	251 124 824	249 674 170	258 200 340	256 156 444	251 681 948	-1,7%
Ativos Biológicos	169 571	204 637	358 405	344 099	129 608	199 851	54,2%
Participações Financeiras – MEP	30 220 450	36 852 967	28 085 336	21 367 138	21 726 195	18 388 257	-15,4%
Participações Financeiras – Outros	932 196	966 702	241 107	2 012 029	125 218	157 043	25,4%
Acionistas/Sócios	694 972	10 384 214	10 759 461	13 764 121	16 128 727	16 100 917	-0,2%
Outros Ativos Financeiros	10 970 215	25 411 376	21 399 301	19 204 125	8 814 843	8 429 853	-4,4%
Ativos por Impostos Diferidos	5 368 927	5 628 272	5 553 100	3 457 207	2 437 008	3 278 075	34,5%
Outras Contas a Receber	18 484 337	207 060	13 863 253	0	0	5 367 870	--
Total do ativo não corrente	1 822 299 473	1 870 635 083	1 933 237 191	1 949 674 559	1 969 773 207	1 912 075 595	-2,9%

Da análise do quadro anterior conclui-se o seguinte sobre a constituição e evolução do ativo não corrente das entidades constituintes do SEL:

– Em 2016, 76,6% do ativo não corrente era constituído por **ativos fixos tangíveis**, no total de 1.464,7 M€, tendo diminuído 2% (-30 M€) em relação a 2015. É de anotar que 42,3% do valor dos ativos fixos tangíveis se referem a sete empresas municipais que apresentaram, nesta rubrica, valores superiores a 50 M€. A entidade que apresentou maior valor em ativos fixos tangíveis foi a CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, EM, com 131,4 M€, conforme quadro seguinte.

No Quadro 4.06 apresentam-se as entidades empresariais que, em 2016, apresentaram em ativos fixos tangíveis um registo de valor superior a 50M€.

Quadro 4.06 – Entidades que apresentam valores no “Ativos Fixos Tangíveis” superiores a 50 M€ em 2016

Unidade: euros

Entidade	Município	Ativos Fixos Tangíveis
CMPEA – Águas do Porto	Porto	131 363 799
AGERE – Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	108 238 810
Águas e Parque Biológico de Gaia	Vila Nova de Gaia	101 948 937
Águas do Ribatejo	*	83 583 758
ICOVI – Infraestruturas e Concessões	Covilhã	74 707 907
Águas de Santarém	Santarém	73 344 192
AC Águas de Coimbra	Coimbra	58 789 468

* Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%).

– O montante de 251,7 M€ de **ativos intangíveis**, com um peso de 13,2% no total do ativo não corrente em 2016, apresentou uma ligeira diminuição de valor (-1,7%).

– Duas entidades empresariais contribuíram para 78,2% do total dos ativos intangíveis num universo de 93 entidades¹⁶⁴ com ativos intangíveis, sendo de anotar o valor de 176,7 M€ registado pela empresa TRATOLIXO – Tratamento de resíduos sólidos, EIM, (Quadro 4.22). Muito distante dos valores desta empresa surge o montante registado pela EM – Águas e Parque Biológico de Gaia, no

montante de 20,1M€.

No Quadro 4.07 apresentam-se as entidades que apresentaram valores no “Ativo Intangível” superiores a 20M€ em 2016.

Quadro 4.07 – Entidades que apresentam valores no “Ativo Intangível” superiores a 20 M€ em 2016

Unidade: euros

Entidade	Município	Ativos Intangíveis
TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos	*	176 733 993
Águas e Parque Biológico de Gaia	VN Gaia	20 095 227

* AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos

Outros ativos não correntes com um peso significativo no total do ativo não corrente (7,5%) foram as **propriedades de investimento**, com um montante de 143,7 M€, tendo este ativo não corrente diminuído 2,2 M€ (-1,5%) em 2016, depois de aumentos sucessivos entre 2011 e 2013.

Dadas as repercussões que poderá ter na situação económico-financeira do setor empresarial local, a criação de outras empresas por parte das entidades empresariais locais, apresenta-se a listagem das empresas locais com participações financeiras, pelo método de equivalência patrimonial (Quadro 4.08).

Quadro 4.08 – Entidades com Participações Financeiras – MEP (Método de Equivalência Patrimonial) em 2016

Unidade: euros

Entidade	Município	Participações Financeiras – MEP
1 AGERE – Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	11 725 979
2 ICOVI – Infraestruturas e Concessões	Covilhã	6 178 537
3 Vila Solidária – EM de Habitação Social	VF Campo	360 560
4 TEGEC – Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer	Trancoso	80 911
5 Coliseu Micaelense – S. P. Eventos Culturais	P. Delgada	39 645
6 Logica – Sociedade Gestora do Tecnológico	Moura	2 000
7 Quinta de Tuberais – Ensino Prof. de Cinfães	Cinfães	625
Total		18 388 257

¹⁶⁴ As restantes 81 entidades do SEL não apresentaram registo de ativos intangíveis

Pelas razões aduzidas no parágrafo anterior apresenta-se a lista das entidades empresariais locais que subscreveram participações financeiras em outras entidades fora do setor empresarial local.

Quadro 4.09 – Entidades com registo em Outras Participações Financeiras em 2016

Unidade: euros

	Entidade	Município	Outras Participações Financeiras
1	Parkurbis, Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã	Covilhã, Belmonte e Manteigas	89 170
2	Penafiel Verde – Entidade Empresarial Local	Penafiel	15 131
3	EMAC – Empresa Municipal de Ambiente de Cascais	Cascais	14 561
4	Proençatur – Empresa de Turismo	Proença-a-Nova	10 000
5	Gaiurb – Urbanismo e Habitação	Vila Nova de Gaia	9 657
6	ADC – Águas da Covilhã	Covilhã	5 738
7	WRC – Agência de Desenvolvimento Regional	*	2 518
8	Pmugest – Pombal Manutenção Urbana	Pombal	2 153
9	Vimágua – Água e Saneamento de Guimarães e Vizela	Guimarães, Vizela	1 350
10	Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais	Paços de Ferreira	1 148
11	Matadouro Regional de Mafra	Mafra	1 000
12	ECALMA – Estacionamento e Circulação	Almada	998
13	EMAFEL – Ambiente de Felgueiras	Felgueiras	844
14	Atlântico Vila	VF Campo	725
15	Herdade da Contenda	Moura	568
16	Trofa Park – Reabilitação Urbana, Desenvolvimento Económico e Inovação	Trofa	485
17	CASFIG – Coordenação das Habitações	Guimarães	310
18	TUMG – Transportes Urbanos	Marinha Grande	217
19	ProRuris – EM de Desenvolvimento Rural de Vinhais	Vinhais	200
20	Ambisousa – Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos	**	157
21	Companhia das Águas de Caldas de Arêgos	Resende	114
	Total		157 043

* Albergaria-a-Velha (0,55%), Almeida (0,18%), Alvaiázere (0,18%), Anadia (69,20%),

Arganil (0,36%), Batalha (0,36%), Belmonte (0,18%), Cantanhede (0,73%), Castanheira de Pera (0,18%), Castelo Branco (1,09%), Celorico da Beira (0,18%), Coimbra (3,09%), Covilhã (1,09%), Figueira da Foz (1,27%), Figueira de Castelo Rodrigo (0,18%), Góis (0,18%), Guarda (0,91%), Manteigas (0,18%), Mealhada (0,36%), Mira (0,18%), Miranda do Corvo (0,18%), Montemor-o-Velho (0,55%), Mortágua (0,18%), Nelas (0,36%), Oliveira de Frades (0,18%), Oliveira do Bairro (0,55%), Oliveira do Hospital (0,36%), Pampilhosa da Serra (0,18%), Pedrogão Grande (0,18%), Penacova (0,36%), Penalva do Castelo (0,18%), Penela (0,18%), Porto de Mós (0,18%), São Pedro do Sul (0,36%), Sertã (0,18%), Sever do Vouga (0,18%), Soure (0,36%), Tábua (0,18%) e Vila Nova de Poiares (0,27%).

** Associação de Municípios do Vale do Sousa (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel)

O ativo não corrente **acionistas/sócios**, que traduz a dívida dos municípios ao sector empresarial local por via da não realização das suas obrigações enquanto acionistas ou sócios, só começou a apresentar registo significativo de valor em 2012, ao ser contabilizado o montante de 10,4 M€. Entre 2012 e 2016 registou um aumento de 5,7 M€ (+55,1%), apresentando neste último ano o montante de 16,1M€, isto é, 0,8% de todo o ativo não corrente. Em 2016, só uma empresa municipal apresentou registo e valor deste ativo: Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação, com 16,1M€. As restantes entidades empresariais não registaram qualquer dívida das autarquias que as tutelam, no final do ano económico de 2016.

O Quadro 4.10 revela a lista das entidades empresariais que demonstraram créditos sobre acionistas entre 2011 e 2016.

Quadro 4.10 – Entidades com valores inscritos na rubrica "Acionistas/Sócios" entre 2011 e 2016

Unidade: euros

Entidade	Município	Acionistas/ Sócios					
		2011	2012	2013	2014	2015	2016
Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	Lisboa	0	0	10 759 461	13 746 466	16 100 000	16 100 917
EMPET - Parques Empresariais	Tavira	0	0	0	16 920	28 727	0
EMEL- Emp. Pública Municipal de Mobilidade e Estacionamento	Lisboa	0	0	0	735	0	0
Portimão Urbis SGRU – Soc. de Gestão e Reabilitação Urbana	Portimão	0	9 920 184	0	0	0	0
InvestBraga – Agência para a Dinamização Económica	Braga	674 031	464 031	0	0	0	0
NAZARE QUALIFICA EM	Nazaré	20 941	0	0	0	0	0
Total		694 972	10 384 214	10 759 461	13 764 121	16 128 727	16 100 917

4.1.2.2. Estrutura e Evolução do Ativo Corrente

No Quadro 4.11 apresenta-se a estrutura do total do ativo corrente das 174 entidades empresariais entre os anos 2011 e 2016, bem como as variações apresentadas neste último ano. Como se referiu supra, para efeitos de comparabilidade apresentam-se os

valores e respetivos pesos relativos apenas a estas 174 entidades no período considerado, desconsiderando-se os montantes das entidades entretanto extintas. Mais se refere que é irrelevante e desconsiderar o peso do ativo corrente dessas entidades extintas no total das entidades empresarias atualmente existentes

Quadro 4.11 – Evolução do ACTIVO CORRENTE das Entidades Empresariais

Unidade: euros

Componentes do Ativo Corrente	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 15-16 %
Inventários	35 570 875	34 351 693	39 944 516	42 493 298	39 960 273	33 533 207	-16,1%
Ativos Biológicos	49 740	131 636	216 171	272 957	238 333	232 461	-2,5%
Clientes	154 878 122	165 273 825	187 820 039	140 425 469	112 635 188	86 875 738	-22,9%
Adiantamentos a fornecedores	2 451 485	6 975 805	7 029 551	6 222 080	1 967 089	523 069	-73,4%
Estado e outros Entes Públicos	17 001 147	14 206 698	19 246 562	17 171 365	22 125 093	22 924 554	3,6%
Acionistas/Sócios	23 821 141	13 448 789	19 754 389	11 660 097	17 158 790	9 460 926	-44,9%
Outras contas a receber	181 568 575	182 083 692	203 402 146	156 037 748	114 217 604	121 518 496	6,4%
Diferimentos	30 440 055	29 994 107	27 735 274	25 947 763	23 649 244	20 167 298	-14,7%
Ativos financeiros p/ negociação	15 117	396	2 787 436	5 827 626	127 478	98 328	-22,9%
Outros ativos financeiros	43 880	885 926	782 587	1 092 704	38 701	48 879	26,3%
Ativos não correntes para venda	5 240 914	5 439 070	5 156 000	5 402 210	2 104 612	65 895	-96,9%
Caixa e Depósitos bancários	105 758 902	126 291 899	120 458 280	130 141 185	159 482 303	191 832 915	20,3%
Total do ativo corrente	556 839 953	579 083 536	634 332 950	542 694 502	493 704 705	487 281 765	-1,3%

Da análise do quadro antecedente conclui-se o seguinte sobre a constituição e evolução do ativo corrente das atuais 174 entidades do SEL:

– A estrutura do ativo corrente alterou-se em 2016, apresentando-se como **ativo de maior valor** a rubrica **caixa e depósitos bancários** que, até 2014, era o terceiro item na escala hierarquizada do peso relativo das rubricas económicas no ativo corrente. Esta componente do ativo corrente registou em 2016, o valor de

191,8 M€ representando 39,4% do mesmo e uma taxa de crescimento de 20,3% (+32,4 M€).

Face ao elevado aumento dos valores em Caixa e Depósitos Bancários, à semelhança do que se verificou com as autarquias, apresenta-se o Quadro 4.12 com as entidades empresariais com variações positivas superiores a 1M€ nesta rúbrica do ativo corrente rubrica Caixa entre 2015 e 2016

Quadro 4.12 – Entidades Empresariais com variações positivas superiores a 1M€ em Caixa e Depósitos bancários de 2015 para 2016

Unidade: euros

Entidade	Município	Caixa e Depósitos bancários		Diferença
		2015	2016	
EMEL – Empresa Pública Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	Lisboa	11 977 467	17 627 170	5 649 703
CMPEA – Águas do Porto	Porto	10 838 108	14 105 518	3 267 410
FAGAR – Faro Gestão de Águas e Resíduos	Faro	6 383 085	9 303 083	2 919 998
Gaiurb – Urbanismo e Habitação	Vila Nova de Gaia	1 632 458	4 368 287	2 735 829
EMARP – Águas e Resíduos de Portimão	Portimão	4 854 331	7 568 316	2 713 985
Águas de Santarém	Santarém	1 079 703	3 484 025	2 404 322
Vimágua – Água e Saneamento de Guimarães e Vizela	Guimarães e Vizela	6 717 918	8 514 200	1 796 282
GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos	*	4 984 315	6 745 095	1 760 780
Resíduos do Nordeste	**	1 315 014	2 985 320	1 670 306
VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	Vila Real de Sto. António	860 035	2 527 681	1 667 646
ADC – Águas da Covilhã	Covilhã	922 127	2 461 967	1 539 840
Ambisousa – Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos	***	4 721 224	6 152 361	1 431 137
EMAC – Empresa Municipal de Ambiente de Cascais	Cascais	805 575	2 213 643	1 408 067
Águas e Parque Biológico de Gaia	Vila Nova de Gaia	1 229 082	2 346 986	1 117 904
ICOVI – Infraestruturas e Concessões	Covilhã	2 054 792	3 164 083	1 109 291
AMBILITAL – INVESTIMENTOS AMBIENTAIS NO ALENTEJO	****	2 668 975	3 747 633	1 078 658

* CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa) – 60%

** Associação dos Municípios da Terra Quente Transmontana (Alfândega da Fé, Carraceda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor) – 41,0%; Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano (Bragança, Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso e Vinhais) – 37,0%; Associação dos Municípios do Douro Superior (Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Miranda do Douro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa) – 22,0%.

*** Associação de Municípios do Vale do Sousa (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel).

**** AMAGRA – Associação de Municípios Alentejanos (Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém, Sines, Aljustrel e Ferreira do Alentejo)

O valor registado em outras contas a receber totalizou 121,5 M€ em 2016, representando 24,9% do total do ativo corrente.

A conta **clientes** apresentou, neste mesmo ano, o valor de 86,9 M€ e o peso de 17,8% no ativo corrente total, apresentando, este último, uma descida de valor de -22,9% (-25,8 M€) em 2016. Esta

situação traduzirá maior diligência na cobrança de créditos sobre terceiros.

No Quadro 4.13 apresentam-se as entidades empresariais com maiores variações negativas respetivamente nos ativos correntes clientes.

Quadro 4.13 – Entidades Empresariais com variações negativas superiores a 1 M€ em dívidas de “Clientes”, de 2015 para 2016

Unidade: euros

Entidade	Município	Clientes 2015	Clientes 2016	Diferença
Portimão Urbis SGRU – Sociedade de Gestão e Reabilitação Urbana	Portimão	19 028 948	7 220 272	-11 808 676
EMAC – Empresa Municipal de Ambiente de Cascais	Cascais	7 633 595	958 942	-6 674 653
Cascais Próxima	Cascais	2 637 113	278 087	-2 359 026
VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	Vila Real de Santo António	6 435 369	5 150 990	-1 284 379
GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos	*	2 233 845	964 019	-1 269 826
TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos	Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra	3 617 873	2 398 249	-1 219 624
Resíduos do Nordeste	**	4 035 828	2 992 140	-1 043 687

* CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa)

** Associação dos Municípios da Terra Quente Transmontana (Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor) – 41,0%; Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano (Bragança, Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso e Vinhais) – 37,0%; Associação dos Municípios do Douro Superior (Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Miranda do Douro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa) – 22,0%.

– Outro ativo corrente que interessa referir pela importância que reveste em algumas entidades empresariais, embora o seu peso relativo seja de 3,6%, são as dívidas do **Estado e outros Entes públicos** que apresentaram um acréscimo de 3,6% (+0,8 M€) com o registo global do valor de 22,9 M€ em 2016.

– Considera-se também pertinente anotar, pela natureza económica do ativo, a descida em 73,4% (-1,4 M€) do valor registado em 2016, em **adiantamentos a fornecedores** embora o montante sendo de apenas 52 mil euros, apresenta pouca relevância material, antes traduzindo uma alteração funcional significativa. Isto é, cada vez menos se contratualizam compras com adiantamentos, salvaguardando assim, o erário público em caso de incumprimento do fornecedor e evitando o pleito nos tribunais.

– Um dos ativos disponíveis a curto prazo, que interessa também relevar face à notoriedade do seu registo no balanço com as alterações introduzidas com o SNC, são os **ativos não correntes deti-**

dos para venda¹⁶⁵. O total em 2016 baixou 96,9% (-2,04 M€) tendo registado o valor de 65,9 mil euros M€. Pela especificidade desta conta importa apontar as entidades que a movimentam, tendo sido relevante o valor apresentado pela empresa de Águas e Parque Biológico de Gaia de 1,97 M€ em 2015 e de 0 euros em 2016.

– Em 2016 verificou-se apenas uma entidade com valores inscritos em Ativos não correntes detidos para venda: Figueira Domus – Gestão de Habitação, EM, com 65,9 mil euros.

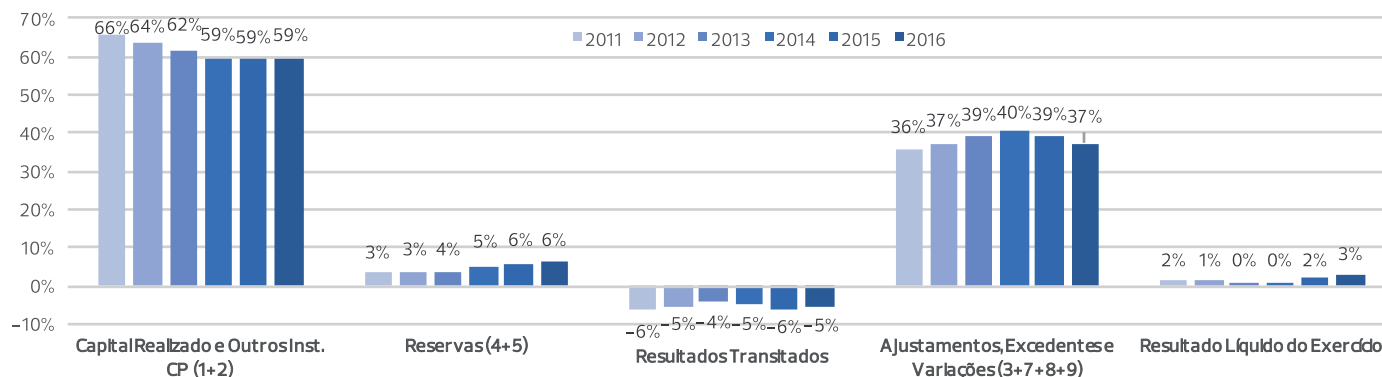
¹⁶⁵ Onde se incluem as quantias líquidas de depreciações e de perdas de imparidade acumuladas, dos ativos classificados como não correntes detidos para venda, nos termos da NCRF 8 (ativos não correntes que a empresa não tem intenção de continuar a deter).

4.1.2.3. Estrutura e Evolução do Capital Próprio

O total do capital próprio do conjunto das empresas que constituem o SEL foi de 1.272,75 M€ em 2016, apresentando um acréscimo de 1,2% em relação ao ano anterior. O capital realizado¹⁶⁶ representou, como seria de esperar, tendo em conta a natureza das entidades em análise, o item de maior valor e totalizou 719,4 M€ (56,5% do capital próprio).

O Gráfico 4.03 e o Quadro 4.14 a seguir apresentados mostram desagregadas as componentes do Capital Próprio da totalidade das 174 empresas, constatando-se que a estrutura se tem mantido sem grandes alterações relevantes entre 2011 e 2016.

Gráfico 4.03 – Estrutura do Capital Próprio entre 2011 e 2016



Quadro 4.14 – Evolução do Capital Próprio

Unidade: euros

Componentes do Capital Próprio	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 15-16 %
1 Capital Realizado	713 902 087	707 493 767	728 170 521	699 338 683	705 575 021	719 413 868	2,0%
2 Outros Instrumentos Cap. Próprio	40 889 290	40 878 130	42 114 952	41 814 952	39 037 482	36 096 523	-7,5%
3 Prémios de Emissão	1 160 565	1 160 565	1 160 565	1 160 565	1 160 565	1 160 565	0,0%
4 Reservas Legais	8 832 348	10 677 601	12 490 021	14 265 921	16 564 463	19 620 670	18,5%
5 Outras Reservas	27 708 678	29 272 035	35 721 053	49 258 774	55 828 410	59 473 573	6,5%
6 Resultados Transitados	-72 190 378	-61 573 163	-56 109 659	-63 929 763	-79 347 817	-66 876 984	-15,7%
7 Ajustamentos em ativos financeiros	9 055 726	15 664 222	10 918 641	8 883 574	11 947 436	20 469 548	71,3%
8 Excedentes de Revalorização	19 352 519	19 030 764	19 380 227	19 311 063	15 637 576	14 302 868	-8,5%
9 Outras Variações no Cap. Próprio	379 468 435	397 782 865	454 461 431	472 393 874	467 173 456	436 937 792	-6,5%
10 Resultado Líquido do Período	18 706 149	13 322 497	282 019	3 326 245	23 960 018	32 152 394	34,2%
Total do Capital Próprio	1 146 885 419	1 173 709 283	1 248 589 770	1 245 823 887	1 257 536 610	1 272 750 818	1,2%

¹⁶⁶ A esta rubrica foi expurgada, em sede de implementação do SNC, o saldo da conta 261 – Acionistas c/ subscrição ou 262 – Quotas não liberadas. Deste modo, esta rubrica de Capital Próprio evidencia apenas o valor do capital subscrito e realizado, contrariamente ao que acontecia no POC

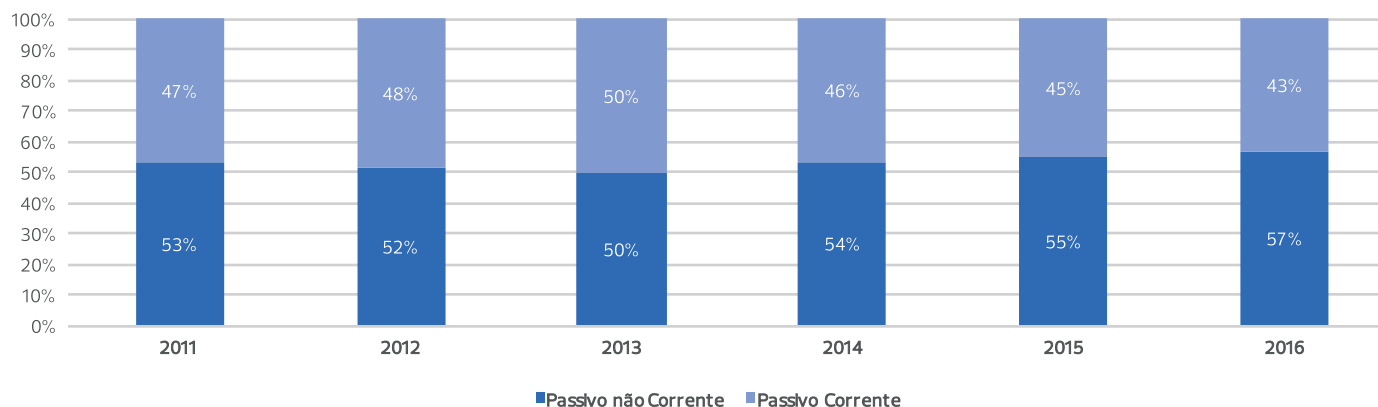
- É de realçar o peso elevado da rubrica outras variações no capital próprio¹⁶⁷, cujo montante foi de 436,9 M€ representando 34,4% do total do Capital Próprio e cujo valor adicionado a ajustamentos em ativos financeiros e excedentes de revalorização, representou 37% do capital próprio do setor SEL.
- Mais se anota que, embora de montante muito inferior, será de salientar o acréscimo em 71,3% do valor em **ajustamentos em ativos financeiros** totalizando os 20,5 M€ em 2016, e a relevância da verba de 14,3 M€ contabilizada em **excedentes de revalorização**.
- O **resultado líquido** apresentou em 2016 um acréscimo de 34,2%, com o valor global positivo de 32,15 M€.
- Anota-se que os **resultados transitados**, na globalidade do SEL apresentaram um aumento de 15,7% passando de -79,4 M€ em 2015 para -66,9 M€ em 2016.
- Finalmente refere-se que ambas as **reservas legais e outras reservas** aumentaram, tendo as primeiras crescido 18,5% e apresentado o valor de 19,6 M€ e as segundas apresentado um acréscimo de 6,5% e o valor de 59,5 M€.

4.1.2.4. Estrutura e Evolução do Passivo

O Gráfico 4.04 apresenta o peso do passivo corrente e não corrente no passivo total. **O peso do passivo não corrente manteve-se sempre superior ao do passivo corrente entre 2011 e 2016**, tendo apresentado em todo o período um ligeiro aumento de 3,7pp. Em 2016, o passivo não corrente representava 57,1% do passivo e o passivo corrente os restantes 42,9%.

Pelo Quadro 4.15 pode-se verificar que entre 2011 e 2016 o **passivo total do SEL baixou 6,6%** passando do montante de 1.205,9 M€ para 1.126,6 M€. Mais se verifica que para esta descida concorreu mais o passivo corrente ao baixar 10,7%, embora o passivo não corrente tenha diminuído 3,3%. Em 2016 o valor do passivo não corrente (passivo de mlp) foi de 643,4 M€ e o do passivo corrente (passivo de curto prazo) foi de 483,2 M€.

Gráfico 4.04 – Estrutura do Passivo – 2011 a 2016



¹⁶⁷ A adoção do SNC provocou um grande impacto nas rubricas do Capital Próprio das entidades do SEL, aumentando de forma significativa os seus capitais próprios pela inclusão dos subsídios ao investimento atribuídos às empresas nas rubricas respetivas, designadamente em outras variações do capital próprio, que, pelo POC, eram classificados como proveitos diferidos

Quadro 4.15 – Estrutura e variação do Passivo entre 2011 a 2016

Unidade: euros

Componentes do Passivo	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 15-16 %
Passivo não corrente	657 824 961	660 430 030	659 228 718	670 166 456	665 119 088	643 444 504	-3,3%
Passivo corrente	574 429 045	615 579 306	659 751 414	576 378 718	540 822 333	483 162 034	-10,7%
Passivo Total	1 232 254 006	1 276 009 336	1 318 980 132	1 246 545 174	1 205 941 421	1 126 606 538	-6,6%

Quadro 4.16 – Evolução do Passivo não corrente (médio e longo prazo) das Entidades Empresariais entre 2011 e 2016

Unidade: euros

Componentes do Passivo não Corrente	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 15-16 %
Fornecedores	0	5 488 275	347 879	421 022	3 842 749	0	-100,0%
Provisões	27 476 930	35 348 286	30 350 879	33 553 120	33 094 136	41 040 634	24,0%
Financiamentos obtidos	475 253 310	441 767 750	462 410 201	503 865 471	500 788 635	495 816 350	-1,0%
Acionistas/ Sócios	0	10 219 703	9 000 000	10 419 330	4 500 000	4 000 000	-11,1%
Estado e outros Entes Públicos	141 617	110 529	139 596	7 060	0	0	--
Responsa. Benefícios pós-emprego	0	0	0	150	343	0	-100,0%
Passivos por Impostos Diferidos	78 275 130	100 921 992	49 047 447	32 925 970	21 917 920	16 047 991	-26,8%
Outras Contas a Pagar	58 193 637	66 573 495	107 932 715	88 974 333	100 975 306	86 539 529	-14,3%
Diferimentos*	18 484 337	0	0	0	0	0	--
Total do passivo não corrente	657 824 961	660 430 030	659 228 718	670 166 456	665 119 088	643 444 504	-3,3%

* O montante apresentado em 2011 nesta rubrica é relativo apenas à empresa Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM.

No Quadro 4.16 apresenta-se a estrutura do passivo não corrente das 174 entidades do SEL analisadas, a comparação das respetivas componentes do Balanço e as variações estruturais mais relevantes, entre 2011 e 2016.

– Da análise do quadro antecedente sobre a constituição e evolução do **passivo não corrente** do SEL, conclui-se que em 2016, 77,1% do passivo não corrente era constituído por **financiamentos obtidos** no total de 495,8 M€. Este valor representou uma diminuição de 5 M€ (-1%) em relação a 2015. **Anota-se que 55 empresas apresentam** dívidas de médio e longo prazo a outros credores que não os bancos, e **23 entidades empresariais aumentaram, em 2016, a dívida de médio e longo prazo resultante de financiamentos obtidos.**

– Outra rubrica que convém referir, é **outras contas a pagar**, que no nosso entender deveria ter um valor residual, mas cujo peso

tem sido relevante representando, em 2016, 13,4% do passivo não corrente. Contudo, este item baixou de valor 14,3% em 2016 (-14,4M€).

No Quadro 4.17 listam-se as entidades que aumentaram os empréstimos de médio e longo prazo em 2016.

Quadro 4.17 – Entidades que aumentaram os financiamentos obtidos de MLP entre 2015 e 2016

Unidade: euros

Entidade	Município	Financ. obtidos 2015	Financ. obtidos 2016	Diferença
1 Águas e Parque Biológico de Gaia	Vila Nova de Gaia	21966 419	43 263 626	21297 207
2 Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património	Maia	4 458	2 487 399	2 482 940
3 Trofaguas – Serviços Ambientais	Trofa	1 320 274	3 755 187	2 434 913
4 HSN – Habitação Social do Concelho de Nordeste	Nordeste	2 172 119	4 415 434	2 243 315
5 TERAMB – Emp. Mun. Gestão e Valorização Ambiental Ilha Terceira	Angra do Heroísmo e Praia da Vitória	0	2 200 000	2 200 000
6 TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos	Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra	148 065 999	150 067 747	2 001 748
7 ADC – Águas da Covilhã	Covilhã	4 026 963	5 469 900	1 442 937
8 BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos	*	3 293 608	4 670 440	1 376 833
9 ECOBEIRÃO – Soc. p/ tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão	**	623 574	1 830 119	1 206 545
10 EMEL– Emp. Púb. Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	Lisboa	3 107 151	4 038 975	931 824
11 MMPO – Mercado Municipal de Portalegre	Portalegre	295 045	965 028	669 983
12 Tavira Verde – Ambiente	Tavira	5 070 141	5 615 273	545 132
13 Cidade em Acção – Soc. Desenvolvimento e Gestão de Equip. Urbanos	Ponta Delgada	12 740 000	13 283 571	543 571
14 AMBIOLHÃO – Empresa Municipal de Ambiente de Olhão	Olhão	2 575 616	3 080 981	505 365
15 Colíseu Micaelense – Soc. Prom. Eventos Culturais	Ponta Delgada	2 750 385	3 198 628	448 243
16 SDMSA – Sociedade de desenvolvimento municipal da ilha de Santa Maria	Vila do Porto	4 238 030	4 550 711	312 681
17 Vitrus Ambiente	Guimarães	81 620	205 968	124 348
18 Matosinhohabit – Habitação de Matosinhos	Matosinhos	0	109 350	109 350
19 DOMUSSOCIAL – Empresa de Habitação e Manutenção	Porto	0	34 343	34 343
20 VISEUNOVO – SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu	Viseu	202 716	236 248	33 532
21 MS Matosinhos Sport – Gestão de Equipamentos Desportivos e de Lazer	Matosinhos	0	31 170	31 170
22 Promotorres – Promoção de Eventos e Gestão de Equipamentos	Torres Vedras	0	29 258	29 258
23 Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto	Porto	0	6 615	6 615

* Amares (3,7%), Póvoa de Lanhoso (4,2%) Terras de Bouro (2,4%), Vila Verde (5,0%), Vieira do Minho (5,7%) e Agere (Braga) (79,0%).

** Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela.

Ainda da análise do Quadro 4.16 conclui-se:

– As “**outras contas a pagar**” foi a segunda maior rubrica do passivo não corrente representando 13,4% do total do mesmo e apresentou uma taxa de diminuição de 14,3%, ao contabilizar para o total do setor 86,5 M€. Trata-se de uma rubrica que no nosso entender deveria ter um valor residual, mas cujo peso tem sido relevante, como se pode observar, pese embora a descida apre-

sentada em 2016

– Há a referir duas rubricas do passivo não corrente que apresentam algum peso na estrutura deste passivo, embora com importância distinta face à natureza económica das mesmas. Tratam-se dos **passivos por impostos diferidos e das provisões**. As primeiras com o valor de 16,5 M€ em 2016 apresentaram uma descida de 26,8% (-5,9 M€) e um peso relativo de 2,5%. As provisões que to-

talizaram para o setor 41 M€, representaram 6,4% do passivo não corrente e traduziram um crescimento de 24% (+7,9 M€) em relação ao ano anterior.

No Quadro 4.18 apresenta-se a estrutura do **passivo corrente, ou seja, das dívidas a pagar a curto prazo** no universo das entidades empresariais com contas analisadas neste período entre 2011 e 2016 bem como, a variação das diferentes componentes neste último ano.

– Em 2016 as componentes com maior peso no passivo corrente foram: **outras contas a pagar** com o peso de 32,6% e o valor de 157,5 M€ o qual traduziu uma descida de 12,5% (-22,6 M€); **Fornecedores** com o peso de 30,1% e uma diminuição de 7,7% apresentando o valor de 145,3 M€ e **financiamentos obtidos** com o peso de 19,1%, o valor de 92,1 M€ e uma taxa de decréscimo de 24,3% (-29,5 M€).

– **O decréscimo de outras contas a pagar e dos financiamentos obtidos (empréstimos de curto prazo) contribuiu decisivamente para a diminuição global do passivo corrente de curto prazo.**

Quadro 4.18 – Evolução do PASSIVO CORRENTE das Entidades Empresariais

Unidade: euros

Componentes do Passivo Corrente	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 15-16 %
Fornecedores	155 510 588	172 566 626	174 370 103	152 313 815	157 442 017	145 281 621	-7,7%
Adiantamentos de Clientes	3 129 082	4 453 296	3 576 015	3 247 746	3 862 002	4 098 309	6,1%
Estado e outros entes públicos	14 404 892	18 043 153	17 727 433	15 145 858	15 933 783	15 771 980	-1,0%
Acionistas/ Sócios	12 662 489	17 272 558	7 278 217	8 233 236	10 345 970	12 560 298	21,4%
Financiamentos Obtidos*	164 034 511	185 373 794	191 674 261	145 281 840	121 638 974	92 139 954	-24,3%
Outras contas a pagar	175 416 932	155 522 008	196 983 175	197 736 242	180 109 247	157 535 222	-12,5%
Diferimentos	48 339 837	61 532 691	67 378 227	53 661 335	51 475 456	51 285 247	-0,4%
Outros passivos financeiros	930 714	815 180	763 984	758 645	14 883	4 489 403	30063,8%
Total do passivo corrente	574 429 045	615 579 306	659 751 414	576 378 718	540 822 333	483 162 034	-10,7%

* Com o SNC, esta rubrica engloba o valor das rendas vincendas num período inferior a um ano.

No Quadro 4.19 listam-se as entidades do SEL com maior diminuição de empréstimos de curto prazo (financiamentos obtidos correntes).

Apresentam-se a seguir dois *Rankings* com a listagem das 35 entidades empresariais com menor passivo exigível e das 35 com maior passivo exigível.

Quadro 4.19 – Entidades com maior diminuição na rubrica financiamentos obtidos de curto prazo entre 2015 e 2016

Unidade: euros

	Entidade	Município	Financiamentos obtidos		Diferença
			2015	2016	
1	Águas e Parque Biológico de Gaia	Vila Nova de Gaia	20 820 621	3 422 175	-17 398 447
2	Portimão Urbis SGRU – Sociedade de Gestão e Reabilitação Urbana	Portimão	7 233 222	2 157 076	-5 076 146
3	EMAC – Empresa Municipal de Ambiente de Cascais	Cascais	4 471 355	938 352	-3 533 002
4	PERM – Parque Empresarial de Recuperação de Materiais	*	8 697 308	5 247 138	-3 450 170
5	TERAMB–Emp. Mun. Gestão e Valoriz. Ambiental Ilha Terceira	A. Heroísmo e Praia da Vitória	3 252 497	0	-3 252 497
6	BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos	**	5 635 796	3 539 179	-2 096 618
7	EMCEL – EM Celoricense – Gestão de Espaços Culturais e Sociais	Celorico da Beira	1 200 654	276 436	-924 219
8	AMBIOLHÃO–Empresa Municipal de Ambiente de Olhão	Olhão	2 076 105	1 199 565	-876 540
9	Cidade em Acção – Soc. Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos	Ponta Delgada	807 143	0	-807 143
10	Coliseu Micaelense – Soc. Prom. Eventos Culturais	Ponta Delgada	796 278	75 000	-721 278
11	AC Aguas de Coimbra	Coimbra	666 667	0	-666 667
12	MMPO – Mercado Municipal de Portalegre	Portalegre	646 778	17 500	-629 278
13	Teatro Circo de Braga	Braga	541 854	67	-541 787
14	EHATB – Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso	***	2 488 857	2 071 681	-417 176
15	Cascais Próxima	Cascais	5 585 406	5 237 515	-347 891
16	EMEC – Empresa Municipal de Educação e Cultura	Barcelos	1 167 713	838 035	-329 678
17	SDMSA – Sociedade de desenvolvimento municipal da ilha de Santa Maria	Vila do Porto	270 002	0	-270 002
18	Vallis Habita – Gestão de Empreendimentos Habitacionais	Valongo	270 589	35 682	-234 907
19	Águas do Ribatejo	****	3 003 606	2 790 000	-213 606
20	Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais	Paços de Ferreira	472 727	305 000	-167 727
21	Tavira Verde – Ambiente	Tavira	909 000	750 000	-159 000
22	Gesloures – Gestão de Equipamentos Sociais	Loures	490 000	335 000	-155 000
23	VFC Empreendimentos – EM Actividades Desportivas, Recreativas e Turísticas	Vila Franca do Campo	235 978	115 717	-120 261
24	Lousada Seculo XXI – Actividades Desportivas e Recreativas	Lousada	150 000	42 000	-108 000
25	INOVA – Emp. de Desenvolvimento Economico e Social de Cantanhede	Cantanhede	727 064	630 239	-96 825
26	TUB – Transportes Urbanos	Braga	4 440 028	4 352 860	-87 168
27	MoveAveiro – Empresa Municipal de Mobilidade	Aveiro	652 265	572 917	-79 349
28	Quinta de Tuberais – Ensino Profissional de Cinfães	Cinfães	75 000	0	-75 000
29	EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave	Póvoa de Lanhoso	70 000	0	-70 000
30	Ecolezíria – Tratamento de Resíduos Sólidos	*****	135 993	68 270	-67 723
31	VRS – Vila Real Social, Habitação e Transportes	Vila Real	113 847	59 127	-54 720
32	Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz	Cuba	260 399	207 156	-53 243
33	VISEUNOVO – SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu	Viseu	37 562	0	-37 562
34	Azores Parque	Ponta Delgada	2 890 436	2 853 861	-36 575
35	ACLEM – Arte, Cultura e Lazer	Felgueiras	297 995	262 905	-35 090

* Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra) – 51%.

** Amares (3,7%), Póvoa de Lanhoso (4,2%) Terras de Bouro (2,4%), Vila Verde (5,0%), Vieira do Minho (5,7%) e Agere (Braga) (79,0%).

*** Boticas (16,7%), Chaves (16,7%), Montalegre (16,7%), Ribeira de Pena (16,7%), Valpaços (16,7%) e Vila Pouca de Aguiar (16,7%).

**** Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%).

***** RESIURB – Associação de Municípios para o Tratamento de resíduos Sólidos (Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche e Salvaterra de Magos) – 100%.

R65 – Entidades do SEL com menor Passivo Exigível¹⁶⁸ (dívidas) em 2016

Unidade: euros

Entidade	Município	Particip.	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1 PRIMUS – Promoção e Desenv. Regional	*	--	265 866	48 060	39 318	68 191	3 958	677
2 MOBITRAL – Móveis Tradicionais Alentejanos	Ferreira do Alentejo	87%	13 734	7 607	19 142	11 429	15 853	7 645
3 Terras da Beira Baixa, Soc. Desenv. Agro Industrial	Castelo Branco	96%	6 188	6 057	3 711	14 750	15 660	16 057
4 Habisolvis – Habitação Social	Viseu	100%	82 116	30 786	38 404	48 174	29 392	24 882
5 Penaparque 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos	Penacova	100%	17 959	42 198	38 756	38 555	54 395	29 520
6 CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial	V. Nova da Barquinha	94%	46 375	39 690	35 858	14 795	18 761	29 589
7 Herdade da Contenda	Moura	100%	16 422	59 770	68 023	68 023	29 844	31 637
8 RIBEIRAPERA – Soc. Desenv. Castanheira de Pera	Castanheira de Pera	56%	37 080	37 846	35 303	34 859	33 817	37 920
9 Mercados de Olhão	Olhão	100%	224 360	185 715	195 934	162 863	54 806	51 849
10 EMPDS – Promoção e Desenvolvimento Social	Belmonte	100%	45 226	52 890	62 034	59 461	71 562	55 126
11 Habitar S. João – Habitação	São João da Madeira	100%	75 133	31 321	50 523	45 938	41 346	62 445
12 Marina da Vila – Indústrias de Marinas e Recreio	Vila Franca do Campo	100%	40 295	28 456	40 404	50 379	46 992	66 828
13 CampoMaior XXI	Campo Maior	100%	64 905	57 671	48 210	30 565	63 374	74 894
14 Figueira Parques – EM de Estacionamento	Figueira da Foz	70%	115 263	253 046	179 350	53 006	121 529	91 961
15 Emp. Transp. Colectivos Graciosa Lda.	Sta. Cruz da Graciosa	78%	117 023	39 490	28 032	17 050	23 038	100 294
16 ProRuris – EM de Desenv. Rural de Vinhais	Vinhais	100%	98 000	111 601	125 520	83 525	86 049	106 709
17 Melsport – Melgaço Desporto e Lazer	Melgaço	100%	179 766	197 584	203 988	207 283	97 227	118 375
18 Fesnima – Animação de Olhão	Olhão	100%	98 468	50 316	113 925	69 812	69 742	119 134
19 NOVBAESURIS – EM Gestão e Reabilit. Urbana	Castro Marim	100%	258 624	221 029	145 969	260 695	113 200	145 348
20 PRODESO – Ensino Profissional	Coimbra	69%	56 434	231 730	215 568	84 085	69 309	145 626
21 EMES – Estacionamento	Sintra	100%	62 836	136 764	101 330	95 900	147 272	146 705
22 ALBIGEC – Gestão de Equip. Culturais, Desport. e Lazer	Castelo Branco	100%	88 656	93 348	102 610	169 393	161 586	146 883
23 Naturnorte – Gestão de Equip. Colectivos e Prest. Serviços	São Vicente	97%	73 997	61 203	63 635	66 894	71 739	157 461
24 Lousada Seculo XXI – Activ. Desportivas e Recreativas	Lousada	100%	256 634	251 338	282 064	290 598	268 874	166 948
25 GEMC – Gestão de Equipamentos do Município de Chaves	Chaves	100%	584 790	398 763	189 921	355 327	118 518	175 135
26 Loures Parque – Estacionamento	Loures	100%	141 654	162 527	173 280	184 308	220 603	176 986
27 TEMA – Teatro Municipal de Aveiro	Aveiro	100%	415 088	338 198	285 481	260 260	221 835	184 222
28 WRC – Agência de Desenvolvimento Regional	**	--	84 074	103 951	104 449	52 415	60 911	191 375
29 ESPOSENDE 2000 – Activ. Desportivas e Recreativas	Esposende	100%	343 830	464 863	302 812	285 565	282 052	213 413
30 Teatro Circo de Braga	Braga	100%	946 909	949 164	767 163	791 416	790 925	214 434
31 Matadouro Regional de Monção	Monção	100%	244 117	219 738	173 589	148 581	261 591	220 541
32 Varzim Lazer	Póvoa de Varzim	100%	221 617	175 759	227 393	236 489	239 196	224 282
33 Palmela Desporto – Gestão de Espaços e Equip. Desport.	Palmela	100%	206 898	225 114	278 205	155 703	179 052	233 817
34 LT, Sociedade de Reabilitação Urbana	***	--	257 476	267 650	247 982	243 162	247 244	233 834
35 Companhia das Águas de Caldas de Arêgos	Resende	100%	427 737	349 672	425 988	401 679	272 107	235 546

* Área Metropolitana do Porto (Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia) – 74,68%.

** Albergaria-a-Velha (0,55%), Almeida (0,18%), Alvaizere (0,18%), Anadia (69,20%), Arganil (0,36%), Batalha (0,36%), Belmonte (0,18%), Cantanhede (0,73%), Castanheira de Pera (0,18%), Castelo Branco (1,09%), Celorico da Beira (0,18%), Coimbra (3,09%), Covilhã (1,09%), Figueira da Foz (1,27%), Figueira de Castelo Rodrigo (0,18%), Góis (0,18%), Guarda (0,91%), Manteigas (0,18%), Mealhada (0,36%), Mira (0,18%), Miranda do Corvo (0,18%), Montemor-o-Velho (0,55%), Mortágua (0,18%), Nelas (0,36%), Oliveira de Frades (0,18%), Oliveira do Bairro (0,55%), Oliveira do Hospital (0,36%), Pampilhosa da Serra (0,18%), Pedrogão Grande (0,18%), Penacova (0,36%), Penalva do Castelo (0,18%), Penela (0,18%), Porto de Mós (0,18%), São Pedro do Sul (0,36%), Sertão (0,18%), Sever do Vouga (0,18%), Soure (0,36%), Tábua (0,18%) e Vila Nova de Poiares (0,27%).

*** Almeirim (10,24%), Alpiarça (5,39%), Azambuja (9,28%), Cartaxo (9,69%), Chamusca (10,21%), Coruche (16,12%), Golegã (2,30%), Rio Maior (11,22%) e Santarém (25,76%).

¹⁶⁸ Passivo exigível = Passivo não corrente + Passivo Corrente – Provisões – Diferimentos – Passivos por Impostos Diferidos

R66 – Entidades do SEL com maior Passivo Exigível (dívidas) em 2016

Unidade: euros

Entidade	Município	Particip.	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1 TRATOLIXO – Trat. de Resíduos Sólidos	*	--	165 552 429	185 912 174	188 879 353	169 732 807	163 345 910	162 071 777
2 VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	VRS António	100%	51 691 277	57 498 139	66 409 565	65 249 124	72 178 380	73 960 023
3 AGERE – Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	51%	58 351 445	60 746 777	66 438 274	65 637 387	64 990 483	64 140 581
4 Águas e Parque Biológico de Gaia	Vila Nova de Gaia	100%	83 460 967	65 713 037	67 330 307	63 440 820	62 390 468	59 055 301
5 EMEL- E.Pub. Mun. Mobilidade e Estacion.	Lisboa	100%	21 163 364	22 093 903	23 981 899	16 825 924	32 348 100	43 599 759
6 Águas do Ribatejo	**	--	31 334 735	32 227 007	43 461 091	43 299 831	41 038 025	37 215 538
7 Vimáguia – Água e Saneamento	Guimarães, Vizela	--	31 265 042	29 023 902	31 622 005	32 839 386	30 722 653	29 645 453
8 Águas de Santarém	Santarém	100%	15 682 117	16 236 615	16 416 390	27 921 189	26 514 042	26 262 882
9 CMPEA – Águas do Porto	Porto	100%	28 038 103	23 544 675	22 454 550	23 562 496	24 042 349	25 437 672
10 GEBALIS – Gestão dos Bairros Municipais	Lisboa	100%	30 568 936	28 943 604	28 630 437	22 560 197	22 932 468	19 193 396
11 ADC – Águas da Covilhã	Covilhã	51%	21 429 496	21 073 818	19 417 366	19 652 417	17 017 119	17 480 225
12 Lisboa Ocidental, SRU	Lisboa	100%	5 489 691	5 465 316	11 428 699	14 776 671	16 963 216	17 178 823
13 AC Águas de Coimbra	Coimbra	100%	20 639 222	17 469 450	19 488 122	17 472 068	21 295 364	15 003 312
14 BRAVAL – Valoriz. e Trat. Resíduos Sólidos	***	--	9 734 110	10 768 512	18 749 229	15 830 091	14 537 202	13 830 056
15 Cidade em Acção	Ponta Delgada	100%	15 737 389	15 280 991	14 814 825	14 257 745	13 692 722	13 378 265
16 ECOBEIRÃO	****	--	10 664 074	13 361 090	15 976 913	12 701 033	13 656 724	12 722 747
17 Ambifaro – Gestão de Equipamentos Municip.	Faro	100%	1 512 956	1 826 606	1 279 901	3 295 528	12 919 676	12 645 436
18 Termalístur – Termas	São Pedro do Sul	100%	14 122 707	13 772 067	13 679 356	12 653 978	12 164 273	12 149 534
19 Figueira Domus – Gestão de Habitação	Figueira da Foz	100%	15 481 561	14 783 910	14 270 697	13 532 867	12 778 849	11 694 701
20 HABEVORA – Gestão habitacional	Évora	100%	11 685 845	11 665 591	12 002 527	11 607 175	11 545 282	11 447 837
21 Azores Parque	Ponta Delgada	51%	11 794 120	11 240 057	11 321 777	11 206 459	11 079 319	11 074 713
22 EMARP – Águas e Resíduos de Portimão	Portimão	100%	2 829 237	16 512 912	18 184 509	17 367 097	11 625 506	11 025 512
23 AMBIOLHÃO – EM de Ambiente de Olhão	Olhão	100%	23 815 153	26 848 260	25 568 909	24 287 141	22 862 350	11 002 114
24 Tavira Verde – Ambiente	Tavira	51%	13 107 319	11 769 592	10 770 431	10 671 846	9 916 904	10 097 680
25 FAGAR – Faro Gestão de Águas e Resíduos	Faro	51%	10 557 751	10 883 720	13 809 985	10 850 591	10 297 197	9 700 729
26 EGEAC – Gestão Equip. e Animação Cultural	Lisboa	100%	4 960 226	4 501 636	7 377 033	7 422 991	7 575 378	8 580 257
27 Trofaguas – Serviços Ambientais	Trofa	100%	11 966 941	13 224 887	14 967 534	12 446 229	9 373 219	8 528 074
28 TERAMB – EM Gestão e Valoriz. Ambiental	*****	--	194 145	238 610	5 866 544	10 321 161	9 322 078	8 203 765
29 ICOVI – Infraestruturas e Concessões	Covilhã	100%	1 694 961	1 459 960	3 904 017	4 571 412	7 813 835	7 988 613
30 TUB – Transportes Urbanos	Braga	100%	10 483 382	8 886 453	8 400 116	8 476 492	8 045 889	7 750 360
31 Cascais Próxima	Cascais	100%	7 545 984	10 186 957	15 144 379	16 803 620	12 032 364	7 697 577
32 EMPET – Parques Empresariais	Tavira	96%	9 817 687	7 934 936	8 199 559	8 348 233	7 896 396	7 681 669
33 GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos	*****	--	6 331 171	11 252 122	14 469 270	11 250 701	8 718 587	7 577 282
34 Penafiel Verde – Entidade Empresarial Local	Penafiel	100%	9 330 539	6 949 402	9 216 905	9 602 105	8 665 426	7 551 329
35 Portimão Urbis SGRU	Portimão	100%	34 547 494	41 833 023	46 050 547	46 837 107	45 425 023	6 883 185

* AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos – 100%.

** Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%).

*** Amares (3,7%), Póvoa de Lanhoso (4,2%), Terras de Bouro (2,4%), Vila Verde (5,0%), Vieira do Minho (5,7%) e Agere (Braga) (79,0%).

**** Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela.

***** Angra do Heroísmo (60,0%) e Praia da Vitória (40,0%).

***** CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa) – 60%.

4.1.3. Rendimentos, Gastos e Resultados

4.1.3.1. Evolução dos Rendimentos e Ganhos e dos Gastos e Perdas

Embora este ponto do anuário se refira a entidades de natureza empresarial, as mesmas são entidades que prosseguem fins de natureza pública e que foram criadas por autarquias ou são participadas maioritariamente por elas, tendo na maior parte das situações recebido, das mesmas, competências delegadas. Assim, embora o resultado líquido seja um indicador fundamental para aferição da sustentabilidade económica das empresas, o seu nível não pode ser tomado como elemento comparativo da eficiência e eficácia da entidade das entidades em apreço. **Os outputs gerados pela atividade das entidades empresariais do setor local são os elementos reveladores do grau de satisfação das necessidades públicas que as mesmas perseguem e serão os indicadores fundamentais da sua eficácia ou eficiência**¹⁶⁹.

De qualquer modo anota-se que o SEL obteve em 2016 um **resultado líquido positivo no montante de 32,15 M €** demonstrando um aumento de +8,2 M€.

No Quadro 4.20 é apresentada a variação dos rendimentos e dos gastos das 174 entidades empresariais locais objeto da análise deste anuário. Da observação do mesmo torna perceptível a necessidade de se avaliar a evolução dos resultados líquidos através da análise dos **resultados antes das depreciações, gastos de financiamento e impostos** e através da análise **dos resultados operacionais**.

O volume de **resultados antes das depreciações, gastos de financiamento e impostos**, em 2016 **creceu 4,3% (+6,4 M€)** ao **apresentar o valor de 154,9 M€**. Quanto aos **resultados operacionais** verificou-se **uma diminuição de 0,9% (-0,57 M€)** com a **apresentação do valor 59,6 M€**.

Relativamente ao **resultado antes dos impostos**, verificou-se em 2016 um crescimento do valor do mesmo, ao passar do montante de 35 M€ para 43,6 M€ (+24,4%)

Da análise dos dois quadros seguintes acresce referir:

- Verificou-se, em 2016, **um aumento dos rendimentos**, provocada em grande parte pelo **acréscimo de vendas e serviços prestados** em +31 M€ (+4,9%). Por sua vez os rendimentos provenientes **de juros e rendimentos similares obtidos** baixaram 705 mil euros (-58%).
- Em termos de gastos, verificou-se um aumento do valor em **forneçimentos e serviços externos** em +17,6 M€ (+5,5%), um aumento dos **gastos com pessoal** de +7,6 M€ (+3,7%), um aumento relevante de **outros gastos e perdas** traduzido em +11,5 M€ (+53,5%) e um acréscimo do **Custo de mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC)** de 5,2 M€ (+8,5%). Em contrapartida, os gastos com **juros e gastos similares suportados** diminuíram 37,2% (-9,8 M€) ao registar em 2016 o valor absoluto de 16,6 M€

¹⁶⁹ Este anuário não pode ser o espaço para avaliar estes outputs, pois carecem de informação complementar à atual informação disponível, a qual não é suficiente.

Quadro 4.20 – Evolução de Rendimentos e Gastos das Entidades Empresariais

Unidade: euros

Estrutura de Rendimentos e Gastos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 15-16 €	Var. 15-16 %
Vendas e Serviços prestados	624 142 281	627 846 356	618 463 606	595 853 190	634 388 215	665 436 280	31048 065	4,9%
Subsídios à Exploração	86 277 372	69 396 383	82 640 231	81 010 767	71 516 673	74 863 194	3 346 520	4,7%
Ganhos/Perdas Imputados Subsid. Associadas e Empreend.	3 180 072	175 658	1 314 702	1 271 680	704 497	1 608 271	903 774	128,3%
Variação nos Inventários da Produção	-4 730 546	-378 592	5 971 569	6 521 176	-197 222	-179 304	17 918	9,1%
Trabalhos para a Própria Entidade	13 493 188	12 618 271	2 734 866	2 727 303	3 335 795	3 162 086	-173 709	-5,2%
CMVMC	-55 923 165	-58 246 343	-59 121 179	-59 431 373	-61 134 140	-66 330 910	-5 196 770	-8,5%
Fornecimentos e Serviços externos	-347 446 910	-334 702 573	-336 984 052	-315 764 707	-320 764 762	-338 346 206	-17 581 444	-5,5%
Gastos com o Pessoal	-201 134 744	-196 173 735	-215 066 460	-204 673 832	-204 334 863	-211 953 432	-7 618 569	-3,7%
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)	70 808	-1 413 437	-879 571	-44 321	-650 251	-398 236	252 016	38,8%
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas/reversões)	-9 059 309	-11 322 883	-8 200 399	-7 234 884	-9 245 328	-5 332 499	3 912 828	42,3%
Provisões (aumentos/reduções)	-3 168 054	-2 658 550	-2 769 745	-1 164 496	-870 832	-3 798 173	-2 927 341	-336,2%
Imparidade de Investimentos não Depreciáveis/Amortizáveis	21 769	-435 537	-934 217	-155 086	-6 366 233	2 974 647	9 340 880	146,7%
Aumentos/Reduções de Justo Valor	-13 120	389	34 157	25 879	2 971	-5 865	-8 836	-297,4%
Outros Rendimentos e Ganhos	82 879 429	62 719 544	61 577 809	52 702 881	64 355 764	66 382 431	2 026 667	3,1%
Rendimentos e Ganhos em Investimentos não Financeiros	1 094 773	0	-39 888	0	0	0	0	--
Outros Gastos e Perdas	-50 707 216	-21 987 398	-27 224 289	-31 250 578	-21 606 865	-33 157 785	-11 550 920	-53,5%
Gastos e Perdas em Investimentos não Financeiros	-20 956	0	0	0	-631 518	0	631 518	100,0%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	138 955 672	145 437 553	121 517 139	120 393 598	148 501 902	154 924 499	6 422 597	4,3%
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	-81 815 527	-86 687 377	-85 618 758	-82 108 150	-88 203 492	-95 329 556	-7 126 064	-8,1%
Imparidade de Investimentos Depreciáveis/Amortizáveis	-124 029	-2 004 895	1 016 928	-3 031 387	-80 908	55 879	136 787	169,1%
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	57 016 116	56 745 281	36 915 309	35 254 061	60 217 503	59 650 823	-566 680	-0,9%
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	1 910 739	1 842 645	5 009 635	17 532 600	1 209 041	503 609	-705 432	-58,3%
Juros e Gastos Similares Suportados	-35 631 224	-39 736 173	-37 994 664	-41 941 681	-26 391 217	-16 578 493	9 812 724	37,2%
Resultado Antes de Impostos	23 295 631	18 851 754	3 930 280	10 844 980	35 035 326	43 575 939	8 540 613	24,4%
Imposto Sobre o Rendimento do ano	-4 589 482	-5 529 256	-3 735 055	-7 525 621	-11 074 902	-11 423 546	-348 644	-3,1%
Resultado Líquido do ano	18 706 149	13 322 497	195 226	3 319 359	23 960 424	32 152 393	8 191 969	34,2%

Quadro 4.21 – Total dos Rendimentos e Gastos antes dos impostos das Entidades Empresariais

Unidade: euros

Rendimentos e Gastos antes dos Impostos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 15-16 valor	Variação 15-16 %
Total de Rendimentos	813 070 431	774 599 246	777 706 687	757 645 475	775 512 956	814 930 518	39 417 561,75	5,1%
Total de gastos antes dos impostos	-789 774 800	-755 747 493	-773 776 407	-746 800 494	-740 477 630	-771 354 579	-30 876 948,94	-4,2%
Resultado Antes de Impostos	23 295 631	18 851 754	3 930 280	10 844 980	35 035 326	43 575 939	8 540 613	24,4%
Imposto Sobre o Rendimento do ano	-4 589 481,65	-5 529 256,17	-3 735 054,51	-7 525 620,95	-11 074 901,58	-11 423 545,62	-348 644,04	-3,1%
Resultado Líquido do ano	18 706 149,00	13 322 497,38	195 225,92	3 319 359,42	23 960 424,47	32 152 393,24	8 191 968,77	34,2%

4.1.3.2. Resultados líquidos

Nos Quadros 4.22 e 4.23 apresentam-se alguns indicadores económicos das entidades empresariais do setor local.

Da observação dos Quadros releva-se:

- Em 2016, **137 entidades empresariais (78,7%) obtiveram resultados líquidos positivos**, melhorando significativamente a sua prestação *per capita*, ao considerar-se que o público-alvo da sua ação são os mesmos utentes dos municípios que as tutelam. De igual modo os resultados líquidos por unidade de venda e prestação de serviços, melhoraram 1,1pp. Na globalidade, os **resultados líquidos** aumentaram 8,2M€.
- **Contudo em 2016** verificou-se uma diminuição de 567 mil eu-

ros (-0,9%) dos resultados operacionais, tendo-se verificado em 2015 a esse um aumento relevante dos resultados operacionais em +70,8% (+24,9 M€).

- Anota-se que **o peso dos juros e gastos similares nos resultados operacionais** foi muito elevado entre 2011 e 2014, tendo **baixado significativamente em 2015 e em 2016, atingindo, neste ano o valor 27,8% (-16pp que em 2015 e -91,2pp que em 2014)**. Em relação a esta matéria refere-se que em 2013 e 2014 o valor dos juros foram superiores ao valor dos resultados operacionais. Os *rankings* R67 e R68 apresentam em cada situação, as 35 entidades do SEL com melhores ou com piores resultados líquidos.

Quadro 4.22 – Evolução da situação económica das Entidades Empresariais

Unidade: euros

	Entidades Empresarias (174)						Variação 15-16
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
População (censos 2011)	8 204 846	8 204 846	8 204 846	8 204 846	8 204 846	8 204 846	0
Resultados líquidos	18 706 149 €	13 322 497 €	195 226 €	3 319 359 €	23 960 424 €	32 152 393 €	8 191 969 €
Resultados líquidos / (Vendas + prestação serviços)	3,0%	2,1%	0,03%	0,6%	3,8%	4,8%	1,1%
Resultados líquidos por habitante	2,3 €	1,6 €	0,02 €	0,4 €	2,9 €	3,9 €	1,0 €
Nº de entidades com resultados líquidos negativos	39	34	53	49	43	37	-6

Quadro 4.23 – Resultados Operacionais do Setor Empresarial Local

Unidade: euros

Entidades do SEL	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	57 016 116	56 745 281	36 915 309	35 254 061	60 217 503	59 650 823
Juros e Gastos similares suportados	-35 631 224	-39 736 173	-37 994 664	-41 941 681	-26 391 217	-16 578 493
Peso dos juros e gastos similares nos resultados operacionais	62,5%	70,0%	102,9%	119,0%	43,8%	27,8%
Nº de entidades com Resultados Operacionais + Gastos Financeiros negativos	43	42	58	52	42	37
Nº de entidades com resultados negativos antes de impostos	33	31	47	41	37	28

R67 – Entidades com MELHORES Resultados líquidos em 2016

Unidade: euros

	Entidade	Município	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1	CMPEA – Águas do Porto	Porto	2 751 309	2 125 155	3 607 978	3 760 206	6 296 993	6 575 538
2	AGERE – Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	3 208 502	2 613 210	2 994 549	3 904 534	5 355 278	5 900 838
3	EMEL – Emp. Pub. M. mobilidade e estacionamento	Lisboa	929 199	181 901	2 218 303	952 985	2 360 311	2 394 886
4	EMARP – Águas e Resíduos de Portimão	Portimão	91 916	-315 345	688 767	1 245 948	1 192 371	1 938 021
5	Águas do Ribatejo	*	611 108	1 504 323	1 828 492	762 474	1 534 051	1 592 315
6	AC Aguas de Coimbra	Coimbra	534 404	317 414	204 900	88 153	160 046	1 384 343
7	EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos	**	3 069 787	1 906 367	-37 008	1 435 888	687 425	1 188 760
8	ADC – Águas da Covilhã	Covilhã	622 766	841 572	797 891	1 042 938	1 045 699	1 096 927
9	Fozcoinvest – Energia, Turismo e Serviços	Vila Nova de Foz Côa	359 504	-220 013	125 984	-319 320	-87 894	902 959
10	FAGAR – Faro Gestão de Águas e Resíduos	Faro	427 432	987 399	589 885	241 149	632 966	899 403
11	Tavira Verde – Ambiente	Tavira	173 617	279 163	19 987	3 116	301 938	861 738
12	Portimão Urbis SGRU – Gestão e Reabilit. Urbana	Portimão	149 559	-1 802 801	-3 848 106	-8 113 295	-2 089 244	836 892
13	Infraquinta – Empresa de Infra-Estruturas	Loulé	34 467	173 490	63 190	151 886	478 871	747 727
14	Vimãgua – Água e Saneamento	Guimarães, Vizela	1026 642	998 809	406 861	755 495	1 123 383	651 255
15	Figueira Domus – Gestão de Habitação	Figueira da Foz	-77 998	46 324	9 669	76 225	503 639	615 684
16	Trofa Park – Reabilit. Urb. Desenv. económico e Inov.	Trofa	63 410	60 230	-421 397	-446 281	8 635	615 582
17	TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos	***	-1 502 834	50	33 380	11 096	3 317 854	526 972
18	Águas de Santarém	Santarém	725 269	523 419	106 604	337 708	445 973	431 188
19	MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente	****	6 246	25 617	543 388	395 022	308 239	396 132
20	ICOVI – Infraestruturas e Concessões	Covilhã	594 041	900 553	524 977	460 110	597 293	380 062
21	VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	Vila Real Sto. António	63 769	140 134	14 183	37 772	-1 958 680	376 191
22	Águas de S. João	São João da Madeira	368 989	357 889	297 291	288 789	177 264	366 579
23	AMBILITAL – investimentos ambientais no Alentejo	*****	637 688	492 391	726 523	583 582	440 894	362 953
24	Lagos-em-Forma – Gestão Desportiva	Lagos	6 514	66 139	60 908	15 499	10 119	332 831
25	Parques Tejo – Parqueamentos de Oeiras	Oeiras	450 579	451 651	117 150	207 859	465 328	300 430
26	Naturnorte – Gestão equip. e Prestação de Serviços	São Vicente	-1 391	1 916	23 137	42 896	46 335	280 059
27	MoveAveiro – Empresa Municipal de Mobilidade	Aveiro	-1 412 579	-1 359 357	-2 310 916	-2 255 990	-828 161	274 958
28	Cidade em Acção	Ponta Delgada	28 712	26 211	2 734	30 567	206 654	253 274
29	Viverfundão – Promo. e Gestão Estrut. e Infraestrut.	Fundão	363	-34 788	20 955	5 607	44 507	249 142
30	Maiambiente	Maia	63 995	57 836	145 587	137 300	357 473	247 847
31	Águas e Parque Biológico de Gaia	Vila Nova de Gaia	213 914	96 984	-3 829 587	293 809	839 162	228 389
32	Oeiras Viva – Gestão equip sócio-cult. e desportivos	Oeiras	99 343	-11 572	-232 959	41 250	163 652	209 252
33	BRAVAL – Valoriz. tratamento de resíduos sólidos	*****	703 925	102 783	234 369	137 270	440 907	201 260
34	GEBALIS – Gestão Bairros Municipais de Lisboa	Lisboa	1 235 623	1 358 975	556 109	392 002	1 110 17	183 120
35	EMARVR – EM de Água e Resíduos de Vila Real	Vila Real	130 825	24 988	-152 796	377 457	317 334	183 005

* Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%).

** Boticas (16,7%), Chaves (16,7%), Montalegre (16,7%), Ribeira de Pena (16,7%), Valpaços (16,7%) e Vila Pouca de Aguiar (16,7%).

*** AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos – 100%.

**** AMISM – Associação de município da Ilha de São Miguel (Lagoa, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo) – 100%.

***** AMAGRA – Associação de Municípios Alentejanos (Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém, Sines, Aljustrel e Ferreira do Alentejo) – 51%.

***** Amares (3,7%), Póvoa de Lanhoso (4,2%) Terras de Bouro (2,4%), Vila Verde (5,0%), Vieira do Minho (5,7%) e Agere (Braga) (79,0%).

R68 – Entidades com Piores Resultados líquidos, em 2016

Unidade: euros

	Entidade	Município	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1	TECMAIA – Parque de Ciência e Tecnologia	Maia	-1336 208	-1731984	-1172 867	-824 835	320 685	-969 016
2	Rumo 2020	Cartaxo	20 667	37 370	-415 423	-1073 864	-710 343	-617 870
3	Azores Parque	Ponta Delgada	9 004	44 545	217 088	18 460	-273 706	-485 093
4	Ambifaro – Gestão de Equipamentos Municipais	Faro	-103 263	506 709	-10 978	-51 415	-477 281	-405 409
5	Coimbra Inovação Parque	Coimbra	-427 944	-303 888	-361 680	-449 330	-522 446	-351 531
6	Frete MarFunchal	Funchal	175 276	190 447	34 581	15 759	-386	-311 866
7	EMAFEL – Ambiente de Felgueiras	Felgueiras	-162 828	-240 167	-251 521	-72 361	-133 138	-305 084
8	Amadora Inovation, E. M. Unipessoal, Lda.	Amadora	36 450	57 674	-170 723	-2 895	-435 575	-303 182
9	EMA – Estádio Municipal de Aveiro	Aveiro	-5 557	182 461	-277 200	-320 662	35 097	-270 107
10	SDMSA– Soc. Desenv. municipal ilha Sta. Maria	Vila do Porto	30 539	2 755	-553 144	-510 724	-438 779	-268 399
11	Parkurbis – Parque Ciência e Tecnol. da Covilhã	*	-51 624	67 321	-165 441	-242 036	9 341	-233 829
12	Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz	Cuba	19 344	14 807	15 160	-10 473	369	-132 247
13	EMEC – Empresa Mun. de Educação e Cultura	Barcelos	165 629	90 669	-841 836	-260 380	898	-131 361
14	Coliseu Micaelense – Soc. Prom. Eventos Cultur.	Ponta Delgada	9 865	251 918	161 841	76 865	2 105	-125 215
15	Cura Aquae–Termas de Melgaço, EM	Melgaço	-12 343	2 551	-123 616	-120 134	-185 197	-121 435
16	Vila Solidária – EM de Habitação Social	V. Franca do Campo	-33 964	155 128	130 846	-119 638	-341 722	-108 271
17	TEMA– Teatro Municipal de Aveiro	Aveiro	-211 396	-165 490	-248 971	-282 531	-240 104	-100 932
18	EMCEL – Gestão Espaços Culturais e Sociais	Celorico da Beira	6 089	3 094	3 970	-110 270	-393 662	-89 655
19	Sintra Quórum – Gestão Equip Culturais e Turist.	Sintra	9 720	-16 656	-22 190	-833 750	-700 951	-84 860
20	TEGEC – Gestão de Equip. Culturais e de Lazer	Trancoso	-84 476	-610 819	-426 930	-716 957	-711 314	-77 699
21	HSN – Habitação Social Concelho de Nordeste	Nordeste	4 192	8 183	38 672	-181 105	-127 641	-73 919
22	Trofaguas – Serviços Ambientais	Trofa	46 646	63 705	-772 276	-243 744	72 531	-64 742
23	IserBatalha – Gestão Equip. e serv. interesse geral	Batalha	906	2 723	2 957	2 733	11 244	-58 773
24	Interminho – Soc. Gestora Parques Empresariais	Valença	-120 408	-113 272	-98 066	-37 511	-59 631	-51 514
25	PRIMUS – Promoção e desenv. Regional, EMT,SA	**	47 739	1 725	-2 905	14 935	-64 102	-39 905
26	GEMC – Gestão de Equipamentos	Chaves	110 652	16 451	37 068	-252 136	15 606	-32 861
27	Atlântico Vila SA	V. Franca do Campo	-5 488	-115 383	1 745	-71 044	-36 916	-24 423
28	MMPO – Mercado Municipal de Portalegre	Portalegre	54 622	107 692	72 563	-25 883	-102 495	-17 621
29	Companhia das Águas de Caldas de Arêgos	Resende	2 617	727	-133 358	-107 652	4 911	-17 288
30	Figueira Cultura e Tempos Livres	Figueira Castelo Rodrigo	78 531	-44 640	-125 471	-386 503	-19 081	-13 925
31	PRODESO – Ensino Profissional	Coimbra	11 540	3 219	850	1 150	1 061	-10 617
32	VFC Empreendimentos	Vila Franca do Campo	9 766	-2 583 590	-283 262	20 402	-36 895	-8 571
33	Qualidade de Basto	Celorico de Basto	3 737	2 647	4 673	25 021	2 197	-7 124
34	LT, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM	***	26 366	903	624	4 959	1 406	-5 844
35	Metropolitano Ligeiro de Mirandela	Mirandela	-41 793	56 328	8 693	4 750	60 099	-4 356

* Covilhã (79,60%), Belmonte (0,20%) e Manteigas (0,20%).

** Área Metropolitana do Porto (Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia) – 74,68%

*** Almeirim (10,24%), Alpiarça (5,39%), Azambuja (9,28%), Cartaxo (9,69%), Chamusca (10,21%), Coruche (16,12%), Golegã (2,30%), Rio Maior (11,22%) e Santarém (25,76%).

4.1.4. Dissolução de Empresas do SEL – aplicação do artigo 62º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto

A 31 de agosto de 2012 foi publicada a Lei nº 50/2012, que consagra o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAEL), revogando as Leis n.ºs 53-F/2006, de 29 de dezembro, e n.ºs 55/2011, de 15 de novembro. Este diploma, de aplicação a todas as entidades empresariais local, sofreu alterações introduzidas pelos normativos, Lei n.º 53/2014 de 25 de agosto, Lei n.º 69/2015 de 16 de julho, Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, e Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que foram determinantes para a configuração do atual do universo do SEL.

O capítulo VI do referido diploma regulamenta a Alienação, Dissolução, Transformação, Integração, Fusão e Internalização das empresas locais e, mais especificamente no seu nº 1 do art.º 62¹⁷⁰, estabelece as situações que, uma vez verificadas, resultarão obrigatoriamente na deliberação de Dissolução da empresa no prazo de seis meses. Para efeitos de aplicação deste artigo 62º releva ainda ter em consideração os n.ºs 14 e 15 aditados à Lei 50/2012 pela Lei n.º 69/2015, pela Lei n.º 7-A/2016 e pela Lei n.º 42/2016.

A análise desenvolvida neste ponto do Anuário visa identificar a situação das entidades empresariais local em 31 de dezembro de 2016, face à aplicação dos critérios definidos no citado artigo 62º.

¹⁷⁰ Artigo 62.º

Dissolução das empresas locais

1 – Sem prejuízo do disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução, no prazo de seis meses, sempre que se verifique uma das seguintes situações:

- a) As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios;
- b) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração atribuídos pela entidade pública participante é superior a 50 % das suas receitas;
- c) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo;
- d) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo.

(...)

14 – O disposto na alínea a) do n.º 1 não é aplicável às empresas locais que exercem, a título principal, as atividades de ensino e formação profissional.

15 – O disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 não é aplicável às empresas locais que exercem, a título principal, as atividades de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura.

Para o efeito, efetuou-se análise dos documentos de prestação de contas dos exercícios de 2014, 2015 e 2016 e elaboraram-se quadros que apresentam os valores que relevam para a aplicação do no n.º 1 do art.º 62 da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

Interessará salientar os pressupostos desta análise, de acordo com o disposto na lei:

– A deliberação de dissolução obrigatória resulta da verificação dos critérios previstos nas quatro alíneas do nº 1 do art.º 62º, os quais só produzem efeitos se verificados ininterruptamente em três anos consecutivos da gestão;

– Para efeitos de cálculo do disposto na alínea a), do n.º 1 do art.º 62º, considerou-se como gastos totais a soma dos valores apresentados como: custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas; fornecimentos e serviços externos; gastos com o pessoal; outros gastos e perdas e juros e gastos similares suportados;

– Para cumprimento do disposto na alínea b), do n.º 1 do art.º 62º, considerou-se como receitas totais¹⁷¹ a soma dos valores das seguintes rubricas: vendas e serviços prestados; subsídios à exploração; trabalhos para a própria entidade; outros rendimentos e ganhos e juros e rendimentos similares obtidos

– Decorrente do n.º 14 e 15 do artigo 62º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, não são consideradas as empresas locais que exercem atividades de ensino e formação profissional ou de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura, da educação e da ação social.

O Quadro 4.24 apresenta as empresas que se encontram em processo de dissolução à data de elaboração deste anuário. Para além destas, foram dissolvidas ainda em 2016 as empresas indicadas no quadro 4.02 do ponto 4.1 deste capítulo.

¹⁷¹ De referir que a Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, alterou o previsto na alínea b) considera para o efeito, apenas os subsídios de exploração atribuídos pela entidade pública participante.

Quadro 4.24 – Entidades em processo de dissolução

Entidade	Tipo	Município
1 EMA – Estádio Municipal de Aveiro	EM	Aveiro
2 MoveAveiro – Empresa Municipal de Mobilidade	EM	Aveiro
3 TEMA – Teatro Municipal de Aveiro	EM	Aveiro
4 Rumo 2020	EM	Cartaxo
5 EMCEL – Empresa Municipal Celoricense – Gestão de Espaços Culturais e Sociais	EM	Celorico da Beira
6 EMAFEL – Ambiente de Felgueiras	EM	Felgueiras
7 Figueira Cultura e Tempos Livres	EM	Figueira de Castelo Rodrigo
8 TECMAIA – Parque de Ciência e Tecnologia	SA	Maia
9 HSN – Habitação Social do Concelho de Nordeste	EEM	Nordeste
10 MMPO – Mercado Municipal de Portalegre	SA	Portalegre
11 Portimão Urbis SGRU – Sociedade de Gestão e Reabilitação Urbana	EM SA	Portimão
12 Proençatur – Empresa de Turismo	EM	Proença-a-Nova
13 Cais Invest	EEM	São Roque do Pico
14 Sintra Quorum – Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos	EM	Sintra
15 TEGEC – Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer	EEM	Trancoso
16 Trofa Park – Reabilitação Urbana, Desenvolvimento Económico e Inovação	EEM	Trofa
17 SDMSA – Sociedade de desenvolvimento municipal da ilha de Santa Maria	EEM	Vila do Porto
18 VFC Empreendimentos – Empresa Municipal de Actividades Desportivas, Recreativas e Turísticas	EM	Vila Franca do Campo
19 Vila Solidária – Empresa Municipal de Habitação Social	EM	Vila Franca do Campo
20 Fozcoainvest – Energia, Turismo e Serviços	EM	Vila Nova de Foz Côa
21 LT, Sociedade de Reabilitação Urbana	EIM SA	*
22 PRIMUS – Promoção e desenvolvimento Regional	EMT SA	**

* Almeirim (10,24%), Alpiarça (5,39%), Azambuja (9,28%), Cartaxo (9,69%), Chamusca (10,21%), Coruche (16,12%), Golegã (2,30%), Rio Maior (11,22%) e Santarém (25,76%).

** Área Metropolitana do Porto (Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia) – 74,68%.

O número de municípios referido nos quadros seguintes resulta da simulação de aplicação do disposto no n.º 1 do art.º 62º, da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, realizada para este anuário, não tendo sido consideradas as empresas que se encontram em dissolução identificadas no quadro 4.24.

Da análise às contas entre 2014 e 2016 (inclusive) verificaram-se as situações qualificadas nos quadros 4.25 e 4.26, **sendo qualquer uma delas bastante para início do processo de dissolução das entidades empresariais local visadas, caso não tenha havido ou não haja ocasião a retificações de mapas do Relato Financeiro que modifique a situação em qualquer um daqueles anos económicos.**

Quadro 4.25 – Número de entidades do SEL em incumprimento do n.º 1 do art.º 62º da Lei nº 50/2012

Situações	Contas de 2014, 2015 e 2016
a) Entidades com VPS / Custos totais inferiores a 50%, nos três anos	4
b) Entidades com Subsídios à Exploração / Receitas superiores a 50%, nos três anos	3
c) Entidades com EBITDA negativo nos 3 anos	1
d) Entidades com Resultado Líquido do Exercício negativo, nos três anos	6
Total de entidades a serem dissolvidas	10

Quadro 4.26 – Entidades em incumprimento relativamente às quatro alíneas n.º 1 do art.º 62º da Lei nº 50/2012

Alíneas do n.º 1 do artigo 62º, cujos critérios se verificaram		Nº de Empresas em incumprimento
4 alíneas	alíneas a, b), c) e d)	0
3 alíneas	alíneas a), b) e c)	0
	alíneas a), b) e d)	0
	alíneas a), c) e d)	0
	alíneas b), c) e d)	0
2 alíneas	alíneas a) e b)	3
	alíneas a) e c)	0
	alíneas a) e d)	1
	alíneas b) e c)	0
	alíneas b) e d)	0
	alíneas c) e d)	0

Apresentam-se a seguir as listagens das entidades do SEL que se encontrarão em cada uma das situações previstas nas alíneas a), b), c) e d), do n.º 1 do art.º 62º da Lei nº 50/2012 e que foram contabilizadas nos quadros precedentes.

Quadro 4.27 – Entidades cujas vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios (alínea a)

Entidade	Tipo	Mun.	VPS / Custos totais		
			2014	2015	2016
1 Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	EM SA	Lisboa	7,7%	8,6%	5,6%
2 Naturtejo – Empresa de Turismo	EIM	*	3,5%	6,5%	6,9%
3 Cura Aquae–Termas de Melgaço	EM	Melgaço	35,2%	41,2%	36,4%
4 Penafiel Activa	EEM	Penafiel	42,6%	46,4%	46,7%

* Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Nisa e Vila Velha de Ródão.

Quadro 4.28 – Entidades cujo peso dos subsídios à exploração é superior a 50% das suas receitas, nos últimos três anos (alínea b)

Entidade	Tipo	Mun.	Sub. à explor. /Receitas		
			2014	2015	2016
1 Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	EM SA	Lisboa	72,5%	63,4%	72,2%
2 Naturtejo – Empresa de Turismo	EIM	*	86,5%	92,3%	70,6%
3 Penafiel Activa	EEM	Penafiel	58,3%	53,4%	58,7%

* Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Nisa e Vila Velha de Ródão.

Quadro 4.29 – Entidades cujo resultado operacional, diminuído das amortizações e depreciações, foi negativo nos últimos 3 anos (alínea c)

Unidade: euros

Entidade	Tipo	Mun.	EBITDA		
			2014	2015	2016
1 VISEUNOVO – SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu	SA	Viseu	-130 907	-183 288	-54 384

Quadro 4.30 – Entidades com resultado líquido negativos nos últimos três anos (alínea d)

Unidade: euros

Entidade	Tipo	Mun.	Resultado Líquido do Período		
			2014	2015	2016
1 Ambifaro–Gestão de Equipamentos Municipais	EM	Faro	-51 415	-477 281	-405 409
2 Coimbra Inovação Parque – Parque p/ Inovação Ciência, Tecnologia e Saúde	EM SA	Coimbra	-449 330	-522 446	-351 531
3 Amadora Inovation, E. M. Unipessoal, Lda.	EM	Amadora	-2 895	-435 575	-303 182
4 Cura Aquae–Termas de Melgaço	EM	Melgaço	-120 134	-185 197	-121 435
5 Interminho – Sociedade Gestora de Parques Empresariais	EM	Valença	-37 511	-59 631	-51 514
6 Atlântico Vila	SA	VF Campo	-71 044	-36 916	-24 423

4.2. Serviços Municipalizados

Conforme listagem apresentada no Quadro 4.31, em 2016 existiam 25 SMs em 27 municípios (o município de Oeiras e Amadora e o município de Loures e Odivelas partilham os mesmos serviços), estando 10 integrados em municípios de grande dimensão, 16 em municípios de média dimensão e 1 num município de pequena dimensão. De 2011 para 2016 o número de serviços municipalizados passou de 29 para 25, devido à extinção dos serviços municipalizados de água ou de saneamento dos seguintes municípios: Mirandela, Anadia, Valongo, Santo Tirso e Aveiro.

Considera-se, nesta análise de 2016, os movimentos financeiros de um novo serviço municipalizado criado em Faro – Serviços Municipalizados “Teatro municipal de Faro”, resultante da dissolução da empresa municipal “Teatro Municipal de Faro, E.M.” por força da aplicação da Lei 50/2012, de 31/08.

Observando o Quadro 4.31, verifica-se que dos 25 serviços municipalizados existentes, três são de transportes coletivos urbanos (sendo um destes também de água) e um de serviços culturais¹⁷². Os restantes 21 serviços municipalizados fornecem água e, ou providenciam saneamento básico, sendo que dois deles incluem recolha de resíduos sólidos e um outro fornecimento de energia.

Quadro 4.31 – Mapa dos SMs e respetivas competências

Municípios	Dimensão	Competências dos Serviços Municipalizados
1 Abrantes	M	SM de Água, Saneamento e Resíduos sólidos
2 Alcobaca	M	SM de Água e Saneamento
3 Almada	G	SM de Água e Saneamento
4 Angra do Heroísmo	M	SM de Água e Saneamento
5 Barreiro	M	SM de Transportes Coletivos
6 Caldas da Rainha	M	SM de Água e Saneamento
7 Castelo Branco	M	SM de Água, Saneamento e Resíduos sólidos
8 Coimbra	G	SM de Transportes Urbanos
9 Faro	M	Teatro Municipal de Faro – Serviços Municipalizados
10 Guarda	M	SM de Água e Saneamento
11 Leiria	G	SM de Água e Saneamento
12 Loures e Odivelas	G e G	SIM de Água e Saneamento
13 Maia	G	SM de Eletricidade, Água e Saneamento
14 Montijo	M	SM de Água e Saneamento
15 Nazaré	P	SM de Água e Saneamento
16 Oeiras e Amadora	G e G	SIM de Água e Saneamento
17 Peniche	M	SM de Água e Saneamento
18 Ponta Delgada	M	SM de Água e Saneamento
19 Portalegre	M	SM de Água e Transportes
20 Sintra	G	SM de Água e Saneamento
21 Tomar	M	SM de Água e Saneamento
22 Torres Vedras	M	SM de Água e Saneamento
23 Viana do Castelo	M	SM de Saneamento Básico
24 Vila Franca de Xira	G	SM de Água e Saneamento
25 Viseu	M	SM de Água e Saneamento

¹⁷² Teatro Municipal de Faro

4.2.1. Ativo

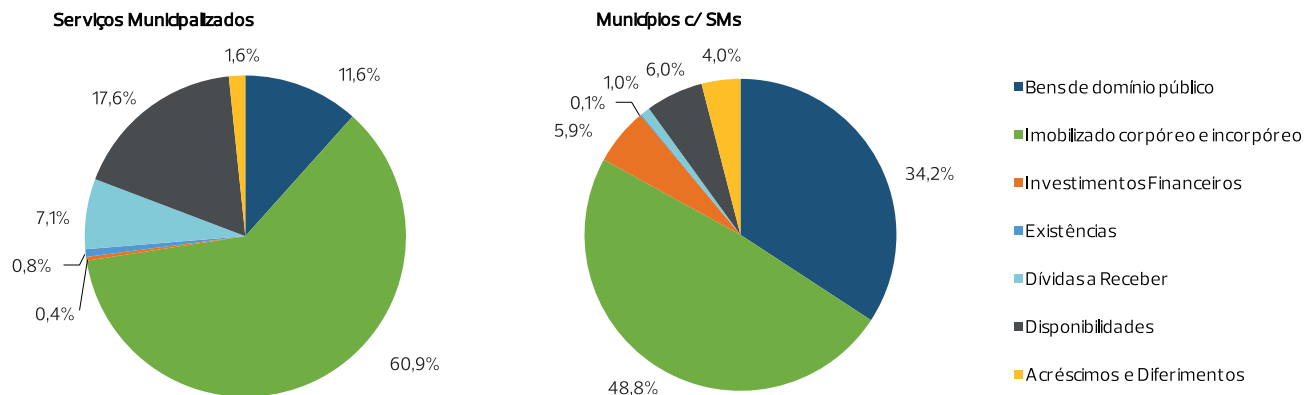
No Quadro 4.32 apresenta-se a estrutura do ativo global dos 25 municípios evidenciando-se, no mesmo mapa, o ativo agregado dos municípios a que pertencem estes SMs, permitindo, assim, a comparação das respetivas estruturas do Balanço.

Quadro 4.32 – Estrutura do ATIVO dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem, Peso do ativo municípios com SMs no total dos municípios

Unidade: euros

Componentes do Ativo	Municípios (308)		Municípios c/SMs (27)		Serviços Municipalizados (25)		SMs / Municípios c/ SMs
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Bens de domínio público	13 080 706 096	31,9%	2 708 295 573	32,6%	114 813 292	10,8%	4,2%
Imobilizado incorpóreo	81 249 776	0,2%	16 888 251	0,2%	896 825	0,1%	5,3%
Imobilizado corpóreo	19 138 821 131	46,7%	3 799 104 557	45,8%	6 110 410 93	57,4%	16,1%
Imobilizado em Curso	2 804 014 000	6,8%	3 617 515 29	4,4%	45 331 000	4,3%	12,5%
Total do imobilizado	35 104 791 003	85,6%	6 886 039 910	83,0%	772 082 210	72,6%	11,2%
Investimentos Financeiros	1 907 023 978	4,7%	4 912 814 445	5,9%	4 019 031	0,4%	0,8%
Existências	101 111 472	0,2%	10 946 622	0,1%	8 145 349	0,8%	74,4%
Dívidas a receber	756 464 153	1,8%	80 419 584	1,0%	75 295 169	7,1%	93,6%
Títulos Negociáveis	9 933 482	0,0%	3 039 412	0,0%	0	0,0%	0,0%
Depósitos e Caixa	1 624 404 408	4,0%	4 912 819 87	5,9%	1 87 065 851	17,6%	38,1%
Acréscimos de proveitos	1 433 377 770	3,5%	3 27 060 797	3,9%	16 054 609	1,5%	4,9%
Custos diferidos	49 560 272	0,1%	6 650 739	0,1%	1 461 889	0,1%	22,0%
Total	40 986 666 538	100%	8 296 720 495	100%	1 064 124 109	100%	12,8%

Gráfico 4.05 – Estrutura do Ativo dos Serviços Municipalizados



Quadro 4.33 – Evolução do ATIVO dos Serviços Municipalizados

Unidade: euros

Componentes do Ativo	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 15-16 %
Bens de domínio público	79 067 476	84 240 328	86 645 151	83 470 417	93 677 417	114 813 292	23%
Imobilizado incorpóreo	1916 560	1 421 549	1 176 700	756 900	766 467	896 825	17,0%
Imobilizado corpóreo	614 655 628	622 299 703	6 217 805 565	6 216 318 088	6 073 756 336	6 110 410 933	0,6%
Imobilizado em Curso	73 282 852	59 743 335	4 176 115 4	57 035 142	70 998 526	45 331 000	-36,2%
Total do imobilizado	768 922 516	767 704 914	7 513 635 70	7 628 942 67	7 728 180 46	7 720 822 210	-0,1%
Investimentos Financeiros	4 021 697	4 020 797	4 019 031	1 634 017	1 634 017	4 019 031	146,0%
Existências	8 378 412	8 220 326	8 030 669	8 033 474	7 877 408	8 145 349	3,4%
Dívidas a receber	138 146 797	116 418 872	117 944 348	79 151 880	72 714 615	75 295 169	3,5%
Títulos Negociáveis	160 000	160 000	160 000	0	0	0	--
Depósitos e Caixa	96 378 708	99 712 777	103 812 340	146 743 696	170 191 813	187 065 851	9,9%
Acréscimos de proveitos	13 429 904	15 909 916	12 397 984	14 027 016	14 042 981	16 054 609	14,3%
Custos diferidos	557 587	538 085	545 334	560 497	527 010	1 461 889	177,4%
Total	1 029 995 620	1 012 685 688	998 273 275	1 013 044 847	1 039 805 891	1 064 124 109	2,3%

Da análise dos quadros e do gráfico anterior, verifica-se que a estrutura do ativo dos serviços municipalizados, como seria expectável, é diferente da estrutura do ativo dos municípios traduzindo a especificidade de funções destes serviços. Assim, destaca-se o peso do imobilizado corpóreo (57,4%) resultante das infra-estruturas e equipamento relacionados com os serviços que prestam¹⁷³, o peso das dívidas a receber no valor global de 75,3 milhões de euros representando 7,1% do ativo da totalidade dos SMs e 93,7% das dívidas a receber pelo conjunto de municípios que detêm estes serviços, os quais apresentaram como total de dívidas a receber 80,4 milhões de euros. A grande dimensão de dívidas a receber por parte dos serviços municipalizados resultam, essencialmente, das dívidas dos utentes que usufruem da prestação do fornecimento de água e do serviço de saneamento¹⁷⁴.

¹⁷³ Já se verificou que dois serviços municipalizados detêm a rede de transportes urbanos municipais, um outro um teatro municipal e os restantes prestam serviço de fornecimento de água e/ ou saneamento, sendo que dois destes incluem ainda recolha de resíduos sólidos e um terceiro o fornecimento e energia. Assim, o imobilizado corresponderá em cada caso ao equipamento utilizado para o fornecimento de cada serviço com as suas especificidades.

¹⁷⁴ O montante total das dívidas a receber dos serviços municipalizados de transportes e do Teatro de Faro, em 2016, totalizou apenas 3,0% das dívidas a receber de

Entende-se também relevante o peso das disponibilidades em **depósitos e caixa** que representavam, em dezembro de 2016, 17,6% do ativo.

Pela importância material que reveste a rubrica **dívidas a receber** importará analisar a sua composição e estrutura, na globalidade dos SMs e compará-la com o item homólogo relativo ao grupo de municípios que tutelam os serviços municipalizados.

Os quadros seguintes apresentam as principais componentes das dívidas a receber (Quadro 4.34 e Quadro 4.35) dos valores agregados de todos os serviços municipalizados acima listados.

todos os serviços municipalizados.

Quadro 4.34 – Estrutura das Dívidas a Receber dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que corresponde

Unidade: euros

Dívidas a receber	Municípios (308)		Municípios c/SMs (27)		Serviços Municipalizados (25)		SMs / Municípios c/ SMs
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Dívidas a receber M/L prazo	66 684 254	8,8%	19 767 625	24,6%	5 150 687	6,8%	26,1%
Dívidas a receber curto prazo:	689 779 900	91,2%	60 651 959	75,4%	70 144 482	93,2%	115,7%
Empréstimos concedidos	7 400 305	1,0%	1 581 177	2,0%	0	0,0%	0,0%
Clientes, contribui. utentes	255 156 307	33,7%	22 706 405	28,2%	60 374 650	80,2%	265,9%
Estado e outros entes públicos	30 955 617	4,1%	2 246 553	2,8%	2 627 597	3,5%	117,0%
Administração Autárquica	10 561 246	1,4%	5 849 304	7,3%	253 264	0,3%	4,3%
Adiantamentos	9 360 167	1,2%	409 480	0,5%	190 779	0,3%	46,6%
Outros devedores	376 346 257	49,8%	27 859 039	34,6%	6 698 192	8,9%	24,0%
Outros curto prazo	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	-
Total de dívidas a receber	756 464 153	100%	80 419 584	100%	75 295 169	100%	93,6%

Quadro 4.35 – Evolução das Dívidas a Receber dos Serviços Municipalizados

Unidade: euros

Dívidas a receber	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 15-16 %
Dívidas a receber M/L p.	0	0	1 719 316	1 257 922	302 604	5 150 687	1602,1%
Dívidas a receber curto prazo:	138 146 797	116 418 872	116 225 032	77 893 958	72 412 011	70 144 482	-3,1%
Empréstimos concedidos	0	0	0	0	0	0	--
Clientes, contribui. utentes	94 485 367	76 418 289	75 832 679	67 626 049	61 468 265	60 374 650	-1,8%
Estado e outros entes públicos	1 656 757	1 962 426	1 627 002	1 640 668	2 403 265	2 627 597	9,3%
Administração Autárquica	34 746 533	30 047 544	30 385 334	15 09 524	367 184	253 264	-31,0%
Adiantamentos	67 069	17 725	1 390 672	717 219	148 174	190 779	28,8%
Outros devedores	7 191 071	7 972 889	6 989 345	6 400 498	8 025 122	6 698 192	-16,5%
Outros curto prazo	0	0	0	0	0	0	--
Total dívidas a receber	138 146 797	116 418 872	117 944 348	79 151 880	72 714 615	75 295 169	-8,1%

Da análise das dívidas a receber, verifica-se que as mesmas provêm essencialmente das dívidas **de clientes, contribuintes e utentes** que totalizaram em dezembro de 2016 o valor de 60,4 M€, menos 2% que em 2015, representando 80,2% do total dos créditos de curto prazo detidos pelos SMs. Mais se anota que o valor destes créditos sobre terceiros foi superior em +165,9% ao valor homólogo das autarquias correspondentes e representou 23,7% do valor da mesma natureza para o total dos municípios.

O segundo crédito mais representativo que os SMs detêm sobre

terceiros são as dívidas de **outros devedores** que totalizaram 6,7 milhões de euros em 2016 (9% do total de dívidas a receber). Importa, ainda apontar a diminuição do valor a receber da **administração autárquica**, isto é, valores a receber das próprias autarquias e que, na maior parte das vezes se referem a indemnizações compensatórias. O total considerado em 2015, de 370 mil euros, diminuiu para 250 mil euros em 2016. Considerando que em 2015 se tinha verificado já uma diminuição de 76% (-1,1M€), entende-se que esta forte diminuição da dívida das autarquias aos seus serviços

municipalizados advêm dos constrangimentos que foram colocados à continuidade dos serviços municipalizados nos casos em que os municípios de tutela não cumpriam os respetivos contratos programa, criando-lhes situações de desequilíbrio financeiro.

As dívidas do Estado¹⁷⁵ aos SMs, em 2016, tiveram um peso diminuto (3,5%) no total das dívidas a receber, ao totalizarem 2,6 milhões de euros.

4.2.2. Passivo

Os Quadros 4.36 e 4.37 comparam respetivamente, a estrutura e a evolução do passivo do global dos SMs e a estrutura do passivo das autarquias que lhes correspondem.

Relativamente ao passivo, importará apreciar a componente relativa às dívidas a terceiros, já que os outros elementos, nomeadamente, os proveitos diferidos não consubstanciam, nem jurídica nem economicamente, obrigações para os serviços municipalizados ou para as autarquias.

Quadro 4.36 – Componentes do Passivo dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem

Unidade: euros

Passivo	Municípios (308)		Municípios c/SMs (27)		Serviços Municipalizados (25)		SMs / Municípios c/ SMs
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Dívidas a Médio e Longo Prazo	3 699 199 080	27,9%	519 077 751	25,7%	31146 468	8,1%	6,0%
Dívidas a Curto Prazo	1 424 997 770	10,7%	193 178 212	9,6%	50 113 364	13,0%	25,9%
Total de dívidas a terceiros	5 124 196 850	38,6%	712 255 963	35,2%	81259 831	21,0%	11,4%
Provisões para riscos e encargos	953 795 809	7,2%	198 968 482	9,8%	22 582 898	5,8%	11,3%
Acréscimos de Custos	468 657 439	3,5%	89 054 325	4,4%	28 970 572	7,5%	32,5%
Proveitos diferidos	6 725 807 997	50,7%	1 021 614 388	50,5%	253 782 471	65,6%	24,8%
Total do Passivo	13 272 458 095	100%	2 021 893 157	100%	386 595 772	100%	19,1%

Quadro 4.37 – Evolução do Passivo dos Serviços Municipalizados

Unidade: euros

Passivo	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 15-16 %
Dívidas a Médio e Longo p.	45 868 018	47 538 188	41 890 441	36 597 663	33 182 339	31 146 468	-6,1%
Dívidas a Curto Prazo	82 710 601	63 807 913	56 964 370	49 637 080	49 444 851	50 113 364	1,4%
Total dívidas a terceiros	128 578 619	111 346 101	98 854 811	86 234 742	82 627 190	81 259 831	-1,7%
Provisões p/riscos e encargos	5 481 831	9 698 754	11 152 678	18 542 016	20 397 623	22 582 898	10,7%
Acréscimos de Custos	18 544 015	19 669 346	27 268 777	26 364 230	26 651 453	28 970 572	8,7%
Proveitos diferidos	273 788 423	272 998 673	255 921 710	257 445 002	255 978 262	253 782 471	-0,9%
Total do Passivo	426 392 889	413 712 874	393 197 975	388 585 989	385 654 528	386 595 772	0,2%

¹⁷⁵ Recuperação do IVA, na generalidade dos casos e que se referem a montantes a receber no ano económico seguinte face aos prazos de reembolso.

Assim:

- O total das dívidas a terceiros no conjunto dos SMs¹⁷⁶ foi, em 2016, de 81,3 milhões de euros, representando 11,4% do valor homólogo dos municípios que os tutelam, tendo diminuído neste ano 1,4 milhões de euros, isto é, -1,7%. A descida da dívida a terceiros nos serviços municipalizados acompanhou a dinâmica verificada no biénio 2015/2016 em todo o setor municipal, por via da alteração de condições e critérios de gestão económico-financeira, tanto no que se refere ao controlo de compromissos como no que se reporta ao limite dos prazos médios de pagamento.
- O ritmo de descida da dívida a terceiros, considerando o universo dos serviços municipalizados, desceu a um ritmo muito superior ao verificado em 2015 e 2016, nos três anos antecedentes. Em 2012 desceu 13,4%, em 2013, -11,2% e em 2014, -12,8%.
- Comparando a estrutura da dívida a terceiros dos municípios e dos serviços municipalizados relativamente ao ano de 2016, verifica-se que as dívidas de médio e longo prazo a terceiros representaram nos serviços municipalizados 38,3% (31,1 M€)

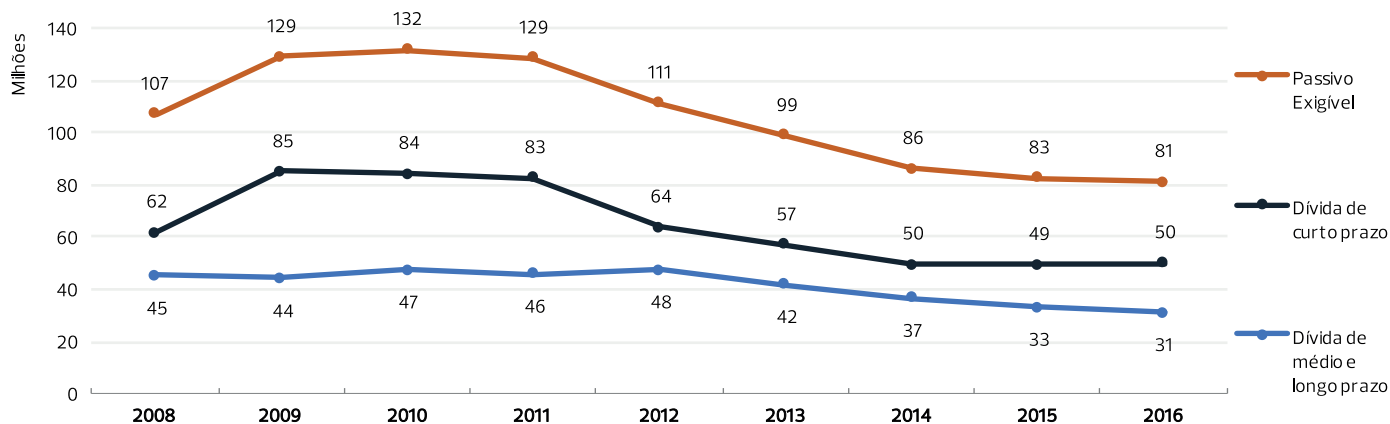
do total das suas dívidas a terceiros¹⁷⁷, ficando os restantes 61,7% (50,1 M€) a corresponder à dívida de curto prazo. Relativamente aos respetivos municípios de tutela a situação foi inversa, isto é, a dívida de médio e longo prazo nas empresas com SMs teve um peso manifestamente superior à dívida de curto prazo numa relação de 72,9% (519,1 M€) para 27,1% (193,2 M€).

– A **dívida de médio e longo prazo a terceiros dos serviços municipalizados** apresentou em 2016 uma descida de -2,04 M€ (-6%) em relação ao ano precedente.

– A **dívida de curto prazo** dos serviços municipalizados em 2016 apresentou o valor de 50,1 milhões de euros verificando-se um aumento de 1,4% (+670 mil euros), contrariando a descida do valor deste item demonstrada pela globalidade dos municípios de -13,9%, neste mesmo ano. **Contudo, a dívida de curto prazo dos serviços municipalizados entre 2011 e 2016 desceu 32,6 M€ (-39,4%), o que traduziu um grande esforço de controlo da dívida desta natureza.**

O gráfico 4.06 permite visualizar a evolução das diferentes componentes do passivo considerando a globalidade dos serviços municipalizados.

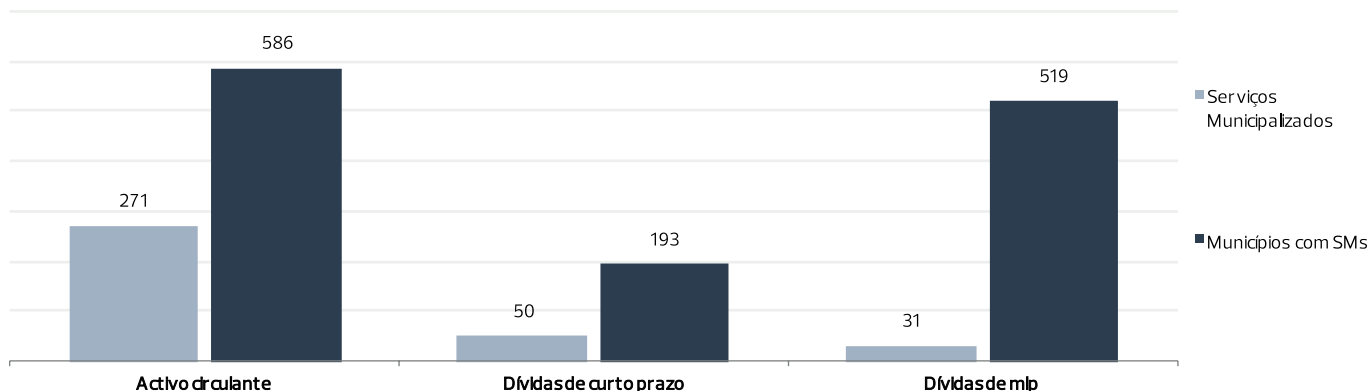
Gráfico 4.06 – Evolução das componentes do Passivo dos Serviços Municipalizados



¹⁷⁶ Não considerando provisões, acréscimos de custos e proveitos diferidos.

¹⁷⁷ Excluindo provisões, acréscimos de custos e proveitos diferidos.

Gráfico 4.07 – Comparação da dívida e do ativo circulante, entre SMs e Municípios c/ SMs



Quadro 4.38 – Passivo exigível dos Serviços Municipalizados

Unidade: euros

Serviços Municipalizados	Passivo exigível										Variação 15-16 %
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
1 SMEAS da Maia	22 006 988	22 187 032	22 691 179	22 471 001	21 693 771	21 799 435	21 635 681	21 152 974	20 580 425	-2,7%	
2 SIMAS de Oeiras e Amadora	8 672 840	8 995 279	9 160 874	7 131 359	9 342 798	10 561 242	11 002 780	10 826 247	12 411 818	14,6%	
3 SMAS de Almada	12 752 465	11 337 368	9 744 890	8 911 995	7 951 025	7 458 723	7 522 486	9 172 795	8 656 663	-5,6%	
4 SMAS de Viseu	2 454 769	4 588 387	5 166 623	4 420 975	4 197 165	3 492 034	3 710 827	4 466 608	5 163 667	15,6%	
5 SMAS da Guarda	8 239 739	9 602 582	10 133 110	11 791 201	11 593 377	9 734 477	7 838 333	5 758 257	5 123 530	-11,0%	
6 SMAS – Alcobaça	14 455 192	15 331 203	16 083 193	15 470 848	10 207 330	8 506 495	3 066 398	1 127 164	5 033 615	346,6%	
7 SMTUC do Barreiro	3 276 257	4 235 079	4 175 005	5 619 526	5 210 111	4 777 664	4 476 787	4 305 031	4 349 547	1,0%	
8 SMAS de Leiria	7 429 757	10 049 296	8 051 972	8 611 003	7 816 292	6 237 591	4 972 302	3 556 446	2 872 914	-19,2%	
9 SMAS de Sintra	9 140 698	9 648 517	9 598 559	7 461 646	5 857 468	2 749 559	2 197 940	2 921 043	2 842 653	-2,7%	
10 SIMAR de Loures e Odivelas	Si	13 545 890	15 187 427	11 193 689	7 138 744	4 627 469	3 918 115	3 280 274	2 705 627	-17,5%	
11 SM de Angra do Heroísmo	587 233	1 762 586	2 016 286	3 205 822	2 448 534	2 285 806	2 272 692	1 877 068	1 636 248	-12,8%	
12 SMAS Torres Vedras	3 740 864	3 890 171	4 423 579	4 822 039	4 396 897	3 856 019	3 875 334	3 155 429	1 475 455	-53,2%	
13 SM de Castelo Branco	1 599 976	1 269 931	1 218 019	1 302 019	1 435 031	1 532 998	1 499 719	1 721 508	1 417 711	-17,6%	
14 SMAS de Tomar	2 816 044	2 927 722	2 861 885	2 488 117	1 863 073	1 572 339	1 318 322	1 505 516	1 183 440	-21,4%	
15 SMAS de Vila Franca Xira	529 234	418 991	508 259	586 030	680 121	701 394	741 103	2 137 060	1 097 516	-48,6%	
16 SMSBVC – Viana Castelo	2 771 128	1 847 269	1 114 670	2 003 765	1 587 264	1 243 607	899 749	1 078 111	907 561	-15,8%	
17 SMAS do Montijo	242 733	1 207 479	2 203 863	2 741 988	1 737 196	2 121 055	1 682 420	1 252 415	812 911	-35,1%	
18 SMTUC de Coimbra	2 707 420	2 253 509	2 742 955	4 256 154	3 246 401	2 831 228	933 233	791 367	618 308	-21,9%	
19 SMAS de Caldas da Rainha	994 526	1 400 463	1 541 336	922 887	553 704	407 835	546 813	524 631	513 260	-2,2%	
20 SMAS de Ponta Delgada	Si	Si	871 174	820 129	454 864	439 362	366 188	562 397	478 247	-15,0%	
21 AMBIENTABRANTES	527 232	505 551	468 349	459 918	434 629	534 969	486 192	506 310	471 992	-6,8%	
22 SMAT de Portalegre	913 667	890 695	907 812	679 158	539 975	560 270	462 951	305 491	303 191	-0,8%	
23 SM de Nazaré	605 879	666 934	605 879	819 265	581 781	663 548	623 167	385 716	260 846	-32,4%	
24 SMAS de Peniche	552 412	514 031	365 377	388 084	378 551	157 389	178 564	205 705	216 184	5,1%	
25 Teatro Municipal de Faro – SM	--	--	--	--	--	2 303	6 644	51 629	126 503	145,0%	
Total	107 017 052	129 075 965	131 842 274	128 578 619	111 346 101	98 854 811	86 234 742	82 627 190	81 259 831	-1,7%	

4.2.3. Proveitos, Custos e Resultados

4.2.3.1. Custos

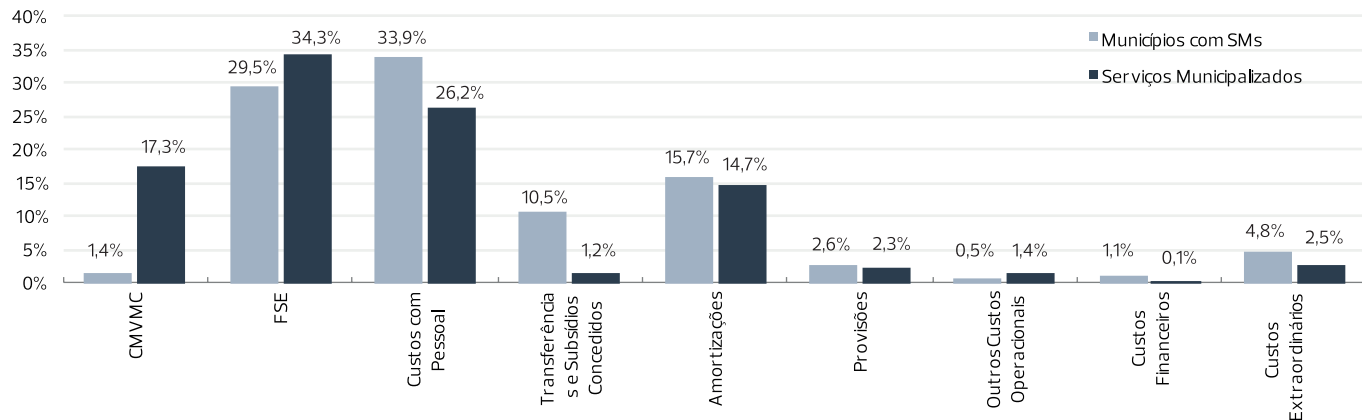
O Quadro 4.39 e o Gráfico 4.08 apresentam a estrutura dos custos dos SMs, comparando-os com os custos homólogos das autarquias que os tutelam.

Quadro 4.39 – Estrutura dos custos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem

Unidade: euros

Custos	Municípios (308)		Municípios c/SMs (27)		Serviços Municipalizados (25)		SMs / Municípios
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
CMVMC	183 928 374	2,5%	18 320 704	1,4%	68 742 559	17,3%	375,2%
Fornecimentos e serviços externos	1 959 329 182	26,9%	3 819 485 514	29,5%	1 364 493 460	34,3%	35,7%
Custos com Pessoal	2 239 089 356	30,8%	4 386 697 744	33,9%	1 040 669 893	26,2%	23,7%
Transferências e Subsídios concedidos	637 723 372	8,8%	1 353 668 914	10,5%	4 953 925	1,2%	3,7%
Amortizações	1 372 440 747	18,9%	2 025 832 73	15,7%	58 505 161	14,7%	28,9%
Provisões	297 571 666	4,1%	33 271 439	2,6%	9 168 968	2,3%	27,6%
Outros Custos Operacionais	35 170 875	0,5%	5 940 013	0,5%	5 761 314	1,4%	97,0%
Custos Financeiros	94 108 648	1,3%	14 380 423	1,1%	354 975	0,1%	2,5%
Custos Extraordinários	455 945 628	6,3%	62 215 339	4,8%	9 747 089	2,5%	15,7%
Total de custos	7 275 307 848	100%	1 292 698 363	100%	3 977 973 343	100%	30,8%

Gráfico 4.08 – Estrutura dos Custos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem



Da leitura do quadro e do gráfico supra, conclui-se:

– A maior componente de custos em 2016 foram os **custos com o fornecimento de serviços externos** (34,3% dos custos totais) tendo apresentado um diferencial em relação ao peso dos custos

com pessoal (26,2%) de +8pp. Trata-se de uma situação inversa à verificada na estrutura dos custos dos municípios em geral e no grupo dos municípios que detêm serviços municipalizados. Em ambos os casos, o peso dos custos com pessoal foi superior ao

peso do custo com fornecimento e serviços de terceiros em 4pp.
 – Outro custo relevante na estrutura dos custos dos serviços municipalizados é o **custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas**, as quais representaram 17,3% dos custos totais ao apresentarem, em 2016, o valor de 68,7 M€.

– Anota-se ainda o peso elevado das **amortizações** ao representarem 14,7% dos custos totais dos serviços municipalizados em 2016.

Para complemento da informação prestada no Quadro 4.40 e no Gráfico 4.09 apresenta-se a evolução dos valores das diferentes com-

ponentes dos custos dos serviços municipalizados, entre 2011 e 2016.

– Anota-se que em 2016, os custos com o fornecimento de serviços externos apresentaram um crescimento de 8% (+9,9 M€), bem como os custos com pessoal que apresentaram o ligeiríssimo aumento de 1% (+1.6M€)

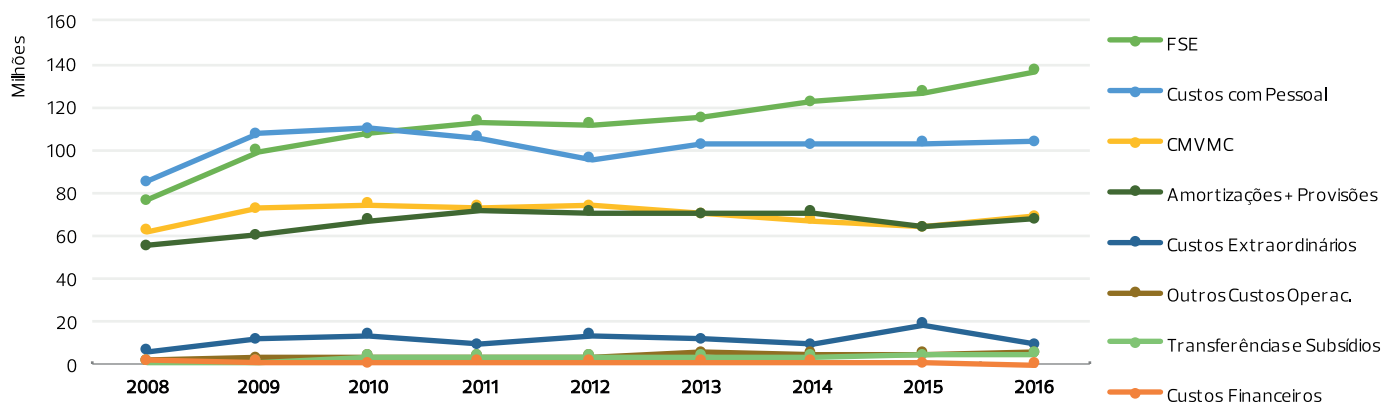
– Contudo, **comparando a evolução destas duas naturezas de custos entre 2011 e 2016, verifica-se que os custos com fornecimento de serviços externos cresceram 20,9% (+23,6 M€) e os custos com pessoal, no mesmo período, baixaram 1,3% (-1,4 M€).**

Quadro 4.40 – Evolução dos custos dos Serviços Municipalizados

Unidade: euros

Custos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 15-16 %
CMVMC	73 611 942	73 700 759	70 078 912	66 913 055	64 053 429	68 742 559	7,3%
Fornecimentos e serviços externos	112 877 278	111 874 733	114 949 892	122 411 356	126 608 905	136 493 460	7,8%
Custos com Pessoal	105 481 932	95 748 914	102 710 677	102 252 803	103 102 923	104 069 893	0,9%
Transferências e Subsídios concedidos	3 894 164	3 978 167	3 972 741	4 077 590	4 497 383	4 953 925	10,2%
Amortizações	60 710 039	60 447 883	60 998 018	58 893 043	56 481 863	58 505 161	3,6%
Provisões	11 459 869	10 191 360	9 402 127	12 009 969	7 452 095	9 168 968	23,0%
Outros Custos Operacionais	3 704 075	3 740 435	5 668 742	5 074 358	4 967 321	5 761 314	16,0%
Custos Financeiros	1 509 384	1 315 199	1 293 925	1 444 558	551 806	354 975	-35,7%
Custos Extraordinários	9 578 453	13 864 689	11 917 457	9 363 861	18 637 923	9 747 089	-47,7%
Total de custos	382 827 136	374 862 139	380 992 491	382 440 593	386 353 648	397 797 343	1,0%

Gráfico 4.09 – Evolução das componentes de Custos dos Serviços Municipalizados



4.2.3.2. Proveitos

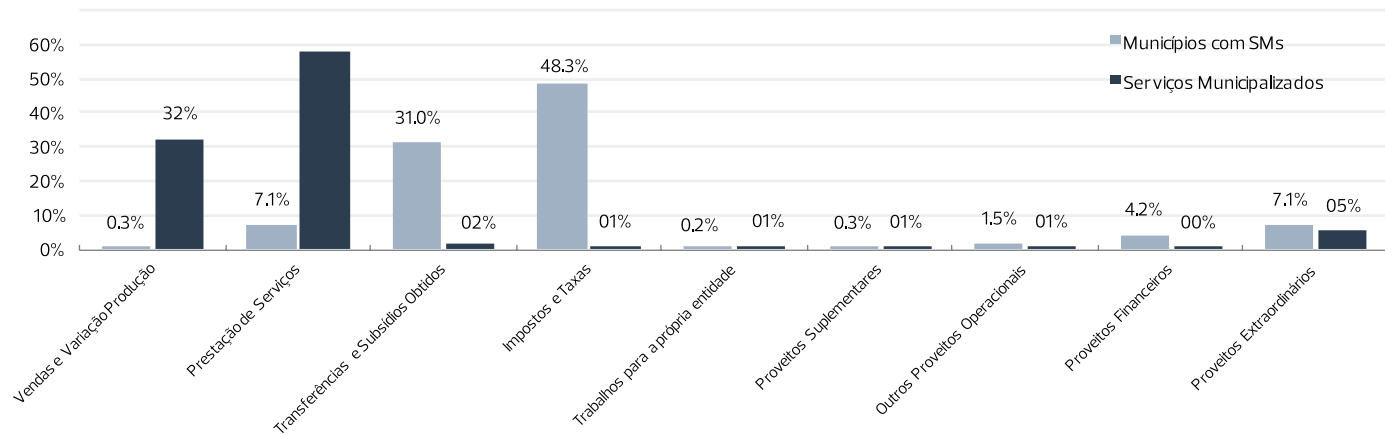
Os Quadros 4.41 e 4.42 bem como o Gráfico 4.10 apresentam a estrutura dos proveitos dos serviços municipalizados e sua comparação com os proveitos homólogos das autarquias que os tutelam.

Quadro 4.41 – Estrutura dos Proveitos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem

Unidade: euros

Proveitos	Municípios (308)		Municípios c/SMs (27)		Serviços Municipalizados (25)		SMs / Municípios
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Vendas e Variação da Produção	180 785 514	2,4%	4 323 903	0,3%	136 931 092	32,3%	3166,8%
Prestação de Serviços	660 804 246	8,6%	103 423 843	7,1%	244 879 634	57,8%	236,8%
Outras Situações	5 010 917	0,1%	637 050	0,0%	-354 971	-0,1%	-55,7%
Impostos e Taxas	3 009 591 393	39,1%	702 543 973	48,3%	2 679 986	0,6%	0,4%
Transferências e Subsídios obtidos	2 743 518 258	35,7%	451 998 838	31,0%	6 855 294	1,6%	1,5%
Trabalhos para a própria entidade	25 652 073	0,3%	3 182 654	0,2%	3 347 452	0,8%	105,2%
Proveitos Suplementares	59 179 140	0,8%	4 129 184	0,3%	2 384 420	0,6%	57,7%
Outros Proveitos Operacionais	66 370 302	0,9%	22 270 709	1,5%	2 795 233	0,7%	12,6%
Proveitos Financeiros	227 527 478	3,0%	60 650 728	4,2%	1 655 845	0,4%	2,7%
Proveitos Extraordinários	711 458 541	9,3%	102 813 117	7,1%	22 191 492	5,2%	21,6%
Total de proveitos	7 689 897 862	100%	1 455 973 999	100%	423 365 478	100%	29,1%

Gráfico 4.10 – Estrutura dos Proveitos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem



Relativamente à estrutura dos proveitos, verifica-se uma grande diferenciação quanto à origem dos mesmos para as autarquias e serviços municipalizados. Assim, as principais fontes financeiras dos serviços municipalizados foram as vendas e variação da produção e a prestação de serviços, respetivamente com os pesos de 32,3% e de 57,8% no total dos proveitos. As autarquias ao transferirem para os serviços municipalizados as atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis¹⁷⁸, prescindiram elas próprias da recolha dos proveitos respetivos o que se refletiu na sua estrutura de proveitos, ao apresentarem um peso muito menos relevante do valor da venda de produtos e prestação de serviços.

Assim, tanto o volume das **vendas e variação da produção** como o produto da **prestação de serviços**, apresentam valores no conjunto dos serviços municipalizados que não são comparáveis com os valores dos proveitos homólogos do grupo dos municípios que detêm os SMs face ao grande diferencial de valor. Os montantes, verificados em 2016, de **136,9 M€ de vendas e de 244,9 M€ de prestação de serviços são 3,5 superiores a idênticos proveitos dos respetivos municípios**.

Em 2016, as vendas e variação da produção diminuíram 2,3 M€ (-2%) e as prestações de serviços aumentaram 12 M€ (+5%), relativamente ao ano antecedente.

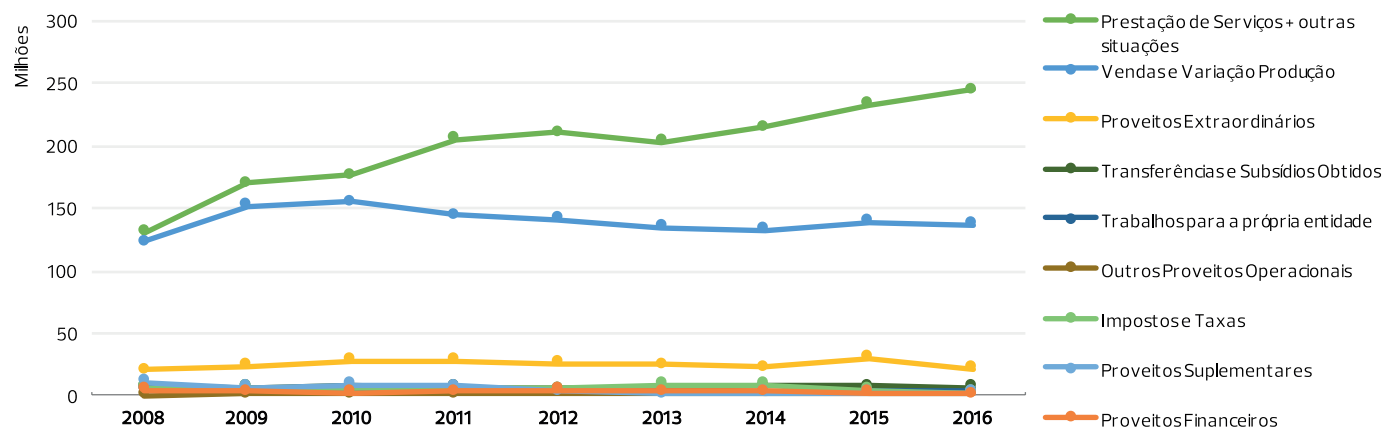
Quadro 4.42 – Evolução dos Proveitos dos Serviços Municipalizados

Unidade: euros

Proveitos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 15-16 %
Vendas e Variação da Produção	144 480 455	141 447 014	135 265 418	132 404 568	139 244 934	136 931 092	-1,7%
Prestação de Serviços	205 485 773	211 056 924	203 399 244	214 593 234	232 790 738	244 879 634	5,2%
Outras Situações	-305 508	-552 422	-154 919	-139 322	-431 710	-354 971	-17,8%
Impostos e Taxas	6 016 397	6 121 668	8 506 177	9 052 892	4 635 681	2 679 986	-42,2%
Transferências e Subsídios obtidos	6 511 489	5 915 390	7 127 254	7 573 300	7 708 271	6 855 294	-11,1%
Trabalhos para a própria entidade	3 804 170	3 646 586	3 538 809	3 100 930	3 491 399	3 347 452	-4,1%
Proveitos Suplementares	8 018 935	3 632 615	1 778 390	2 623 333	2 327 900	2 384 420	2,4%
Outros Proveitos Operacionais	1 955 366	2 146 717	2 282 789	2 548 304	2 174 411	2 795 233	28,6%
Proveitos Financeiros	4 029 111	4 336 091	3 310 840	3 409 119	2 508 566	1 655 845	-34,0%
Proveitos Extraordinários	27 792 520	25 870 538	25 118 001	23 136 610	30 226 392	22 191 492	-26,6%
Total de proveitos	407 788 709	403 621 121	390 172 003	398 302 968	424 676 582	423 365 478	6,6%

¹⁷⁸ Cujo preço de venda deverá refletir o custo de todas as componentes de produção. Caso o preço de venda ao público seja inferior ao custo, por deliberação da Assembleia Municipal, aplicando-se preços sociais, os serviços municipalizados auferirão das correspondentes indemnizações compensatórias.

Gráfico 4.11 – Evolução das componentes de Proveditos dos Serviços Municipalizados



4.2.3.3. Resultados

No Quadro 4.43 apresentam-se os resultados líquidos de 2016, dos serviços municipalizados e sua comparação com os resultados dos municípios em geral e do grupo dos municípios que detêm serviços municipalizados e no Quadro 4.44 apresenta-se a evolução dos **resultados líquidos** da globalidade dos serviços municipalizados entre 2011 e 2016.

Quadro 4.43 – Informação sobre estrutura económica

Unidade: euros

	Municípios	Municípios com SMs	Serviços Municipalizados
Nº de entidades analisadas	308	27	25
População (Censos 2011)	10 562 178	2 712 345	2 712 345
Custos com Pessoal/custos totais	30,8%	33,9%	26,2%
Resultados líquidos	414 590 014	163 275 636	25 568 135
Resultados líquidos/Proveditos	5,4%	11,2%	6,0%
Resultados líquidos por habitante	39,25 €	60,20 €	9,43 €
Nº de entidades com resultados negativos	106	2	4

Quadro 4.44 – Evolução da situação económica dos Serviços Municipalizados

Unidade: euros

	Serviços Municipalizados						Variação 15-16
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
N.º de entidades analisadas	24	24	25	25	25	25	-
População (Censos 2011)	2 647 785	2 647 785	2 712 345	2 712 345	2 712 345	2 712 345	-
Custos com Pessoal/custos totais	27,6%	25,5%	27,0%	26,7%	26,7%	26,2%	-0,5%
Resultados líquidos	24 961 574	28 758 981	9 179 512	15 862 375	38 322 934	25 568 135	-12 754 800
Resultados líquidos/Proveitos	6,1%	7,1%	2,4%	4,0%	9,0%	6,0%	-3,0%
Resultados líquidos por habitante	9,43 €	10,86 €	3,38 €	5,85 €	14,13 €	9,43 €	-4,70 €
N.º de entidades com resultados negativos	6	5	10	12	1	4	3
Resultados Operacionais	4 227 779	13 732 241	-6 037 947	125 065	24 777 705	11 822 860	-12 954 845
Custos Financeiros	1 509 384	1 315 199	1 293 925	1 444 558	551 806	354 975	-196 832
N.º de entidades com Resultados Operacionais + Custos Financeiros negativos	16	12	17	18	11	15	4

Da comparação da estrutura económica e dos respetivos resultados entre os serviços municipalizados e as autarquias, o que se oferece relevar é:

- O facto de o peso dos custos com pessoal nos serviços municipalizados ter sido inferior ao verificado na totalidade dos municípios e no conjunto das autarquias que os tutelam.
- A razão entre os resultados líquidos e os proveitos foi ligeiramente inferior no universo dos municípios relativamente ao verificado nos serviços municipalizados e mais elevada no grupo dos municípios que detêm serviços municipalizados.

Da análise da evolução da situação económica dos serviços municipalizados será de referir, ainda:

- **Em 2016, quatro serviços municipalizados apresentaram, ainda, um resultado líquido negativo, embora quinze serviços municipalizados ainda tivessem apresentado resultados operacionais negativos quando acrescidos dos custos financeiros.** Em relação a 2015, dez serviços municipalizados melhoraram os seus resultados operacionais.

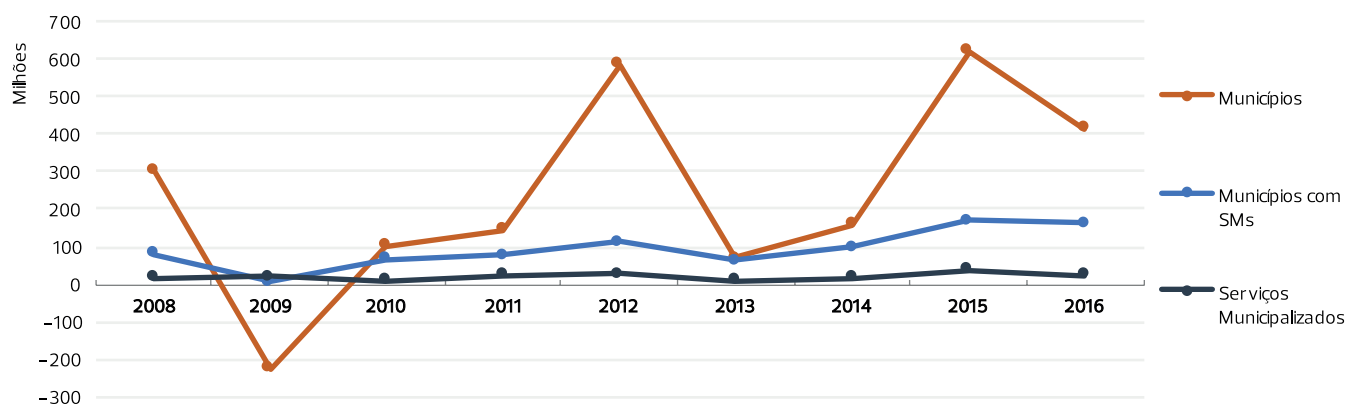
Os resultados operacionais, considerando a globalidade dos serviços municipalizados, diminuíram extraordinariamente em 2016 (-12,9 milhões de euros) face aos valores apresentados em 2015 (ano de grande crescimento desta variável), os quais, ao totaliza-

rem o montante de 24,8 M€ refletiram uma enorme recuperação económica dos serviços municipalizados, uma vez que em 2014 tinham apresentado resultados operacionais no montante de 125 mil euros e em 2013 tinham sido negativos. De qualquer modo o montante de resultados operacionais obtidos em 2016 ainda são materialmente relevantes e poderão demonstrar **equilíbrio da atividade económica dos serviços municipalizados**, com um aumento de custos de 5,6% associados uma maior produção de serviços à comunidade, apesar dos proveitos terem crescido apenas 1,9%

No Gráfico 4.12 comparam-se as linhas de evolução dos resultados líquidos dos serviços municipalizados, do universo dos municípios e do grupo de municípios que tutelam serviços municipalizados.

Os Quadros 4.45 e 4.46 apresentam os serviços municipalizados, respetivamente, com resultados líquidos positivos e negativos.

Gráfico 4.12 – Evolução dos Resultados líquidos



Quadro 4.45 – Serviços Municipalizados com Resultados líquidos positivos

Unidade: euros

Serviço Municipalizado	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 15-16 %
1 SIMAS de Oeiras e Amadora	13 430 923	13 673 480	6 424 747	8 838 822	9 831 645	7 933 249	10 736 758	14 672 922	9 719 478	-33,8%
2 SMAS de Leiria	892 639	147 709	135 565	-357 741	-1 412 836	-2 559 327	-170 005	2 626 873	4 195 399	59,7%
3 SMAS de Ponta Delgada	--	--	1 280 358	1 162 685	1 176 921	1 057 706	1 433 834	1 755 895	2 218 560	26,3%
4 SMSBVC Viana Castelo	-200 956	955 534	1 332 193	1 662 656	1 093 531	781 669	400 717	195 544	1 544 215	689,7%
5 SMAS Torres Vedras	124 198	587 983	269 572	399 616	1 034 206	-402 264	-780 789	4 576 143	1 368 728	-70,1%
6 SIMAR de Loures e Odivelas	--	15 479	-3 662 924	2 729 229	3 549 157	597 424	660 311	1 832 517	1 122 819	-38,7%
7 SMEAS da Maia	90 888	515 360	1 831 467	1 392 008	1 585 798	616 081	276 236	831 421	1 012 871	21,8%
8 SMAS de Viseu	806 843	48 687	274 187	1 093 310	1 149 392	1 227 121	1 096 681	1 989 753	1 003 843	-49,5%
9 SMAS de Vila Franca Xira	1 409 233	751 211	204 196	2 467 652	2 724 828	1 527 632	1 793 264	2 163 540	767 647	-64,5%
10 SMAS de Peniche	657 891	239 241	317 147	580 528	96 672	-296 591	185 084	871 766	757 002	-13,2%
11 SM de Castelo Branco	402 201	1 804 398	1 276 241	1 887 762	1 845 844	1 937 869	1 682 310	1 217 218	618 761	-49,2%
12 SMAS de Caldas da Rainha	578 848	637 823	509 763	28 786	161 978	-504 056	-472 954	224 866	467 064	107,7%
13 SMAS - Alcobaça	215 813	-260 450	-946 341	114 557	617 371	-1 279 119	-968 435	272 753	434 116	59,2%
14 SMAS de Almada	1 519 042	2 082 002	1 805 803	729 711	1 858 054	-1 152 202	1 144 922	1 682 631	415 110	-75,3%
15 SMAS de Tomar	-346 040	-82 564	-208 406	397 746	482 698	109 165	10 868	561 104	166 473	-70,3%
16 SMAS do Montijo	-668 226	-1 248 377	-229 344	-1 018 731	-249 338	-256 417	-200 646	53 768	116 454	116,6%
17 SMAT de Portalegre	168 485	266 739	37 357	70 824	22 162	-132 816	-91 635	174 193	105 794	-39,3%
18 SM de Angra do Heroísmo	-35 210	-84 534	575 047	92 696	-189 992	-304 082	-422 103	190 168	88 434	-53,5%
19 SM de Nazaré	-444 948	-569 384	-444 948	-105 812	528 634	127 388	150 726	240 558	79 903	-66,8%
20 AMBIENTABRANTES	340 146	231 996	63 680	91 102	374 349	55 576	69 516	42 619	33 176	-22,2%
21 SMTC do Barreiro	-725 007	-768 605	-932 071	-525 493	440 627	293 981	-26 448	451 339	30 623	-93,2%

Quadro 4.46 – Serviços Municipalizados com Resultados líquidos negativos

Unidade: euros

	Serviço Municipalizado	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 15-16 %
1	SMAS de Sintra	91904	40 583	1753 181	3 567 043	2 268 515	804 069	-214 957	1 315 273	-402 587	-130,6%
2	SMTUC de Coimbra	654 732	227 337	-520 848	-285 628	-87 648	189 638	-24 573	396 232	-164 048	-141,4%
3	Teatro Municipal de Faro – SM	--	--	--	--	--	194 715	-93 070	77 557	-126 998	-263,7%
4	SMAS da Guarda	-483 562	-528 823	-198 154	-51755	-143 588	-1386 897	-313 237	-93 719	-4 705	-95,0%

CAPÍTULO 5

RANKING GLOBAL

5.1. Enquadramento e Metodologia

Nos capítulos anteriores foram apresentados *Rankings* que ordenam os municípios em diferentes aspetos financeiros, orçamentais, económicos e patrimoniais. Tal como acontece desde 2006, é apresentado um *Ranking* global que posicionam os municípios em função de variáveis e rácios financeiros que se entenderam mais apropriados para enquadrar comparativamente a sua gestão financeira. Com a comparação dos rácios e variáveis, que se apresentam neste capítulo, pretende-se hierarquizar os municípios atendendo à valoração global da sua gestão económica - financeira refletiva nos documentos de prestação de contas. Neste anuário mantém-se a composição do conjunto de rácios e variáveis adotadas na análise do ano económico anterior por se entenderem válidos os critérios que estiveram na base da sua constituição.

Para o *Ranking* Global são analisadas unicamente as contas individuais e não as contas consolidadas (Serviços Municipalizados, Empresas Municipais e Cooperativas de interesse público)

5.2. Indicadores do Ranking Global

· Para o *Ranking* Global foram selecionados os 10 indicadores apresentados no quadro 5.01, tendo sido seguida a seguinte me-

todologia para o posicionamento de cada município em relação a cada um deles, exceto ao nº 6 – Prazo Médio de Pagamento:

- Ordenaram-se para cada indicador os 308 municípios de acordo com a melhor prestação em relação à variável referenciada, que nuns casos será o maior rácio ou valor e noutros o menor rácio ou menor valor, atribuindo-se ao primeiro de cada lista a pontuação máxima de 200 pontos, reduzindo-se um ponto para cada município seguinte na ordem descendente do posicionamento dos mesmos.
- Com este critério de pontuação apenas foram pontuados os 200 municípios melhor posicionados em cada indicador, não tendo sido pontuados os últimos 108 municípios para cada listagem considerada.
- No caso do indicador nº 6 – Prazo Médio de Pagamento (PMP) foi atribuída a pontuação de 100 pontos aos municípios com PMP inferior a 30 dias, 50 pontos aos municípios com um PMP superior ou igual a 30 dias e inferior a 60 dias, e 0 pontos aos restantes cujo PMP é superior ou igual a 60 dias.
- A pontuação máxima a atribuir a um município será de 1 900 pontos.

Quadro 5.01 – Indicadores selecionados para ranking global da situação financeira dos municípios

N.º	Indicador	Fórmula	Fonte	Ordem de pontuação
1	Índice Liquidez	Dívidas a receber c.p. + disponibilidades	Balanço (Ativo)	Maior rácio = 200
		Dívidas a pagar curto prazo	Balanço (Passivo)	
2	Resultado Operacional deduzido de amortizações e provisões sobre os proveitos operacionais	Proveitos operacionais – (custos operacionais – amortizações – provisões)	Demonstração de Resultados	Maior rácio = 200
		Proveitos Operacionais		
3	Peso Passivo exigível no Ativo	Dívidas a pagar (passivo exigível)	Balanço (Passivo)	Menor rácio = 200
		Ativo Total – Bens de Domínio Público	Balanço (Ativo)	
4	Passivo por habitante	Dívidas totais (passivo exigível)	Balanço (passivo)	Menor rácio = 200
		N.º de habitantes	Censos 2011 (INE)	
5	Taxa de cobertura financeira da despesa realizada no exercício	Despesas comprometidas para o exercício	Controlo orçamental da despesa	Menor rácio = 200
		Receita liquidada	Controlo orçamental da receita	
6	Prazo Médio de Pagamentos	PMP a 31.12.2016 (n.º de dias)	DGAL	PMP < 30 = 100 PMP ≥ 30 < 60 = 50 PMP ≥ 60 = 0
7	Grau de execução do saldo efetivo	Receitas efetivas liquidadas – Despesas efetivas comprometidas	Controlo orçamental da receita e da despesa	Maior rácio = 200
		Receitas efetivas liquidadas	Controlo orçamental da receita	
8	Índice de Dívida Total	Dívida Total (passivo exigível – operações de tesouraria)	Balanço (passivo)	Menor rácio = 200
		Média das receitas correntes nos últimos 3 anos	Controlo orçamental da receita	
9	Grau de execução da despesa relativamente aos compromissos assumidos	Despesas Pagas + (depósitos e caixa – operações de tesouraria)	Controlo orçamental da despesa, balanço e fluxos de caixa	Maior rácio = 200
		Despesas comprometidas para o exercício	Controlo orçamental da despesa	
10	Impostos diretos por habitante	IMI+IMT+IUC+ derrama	Controlo orçamental da receita	Maior rácio = 200
		N.º de habitantes	Censos 2011 (INE)	
Pontuação máxima				1900

Face ao exposto na introdução deste capítulo, mantém-se a justificação para a escolha de cada indicador supramencionado atualizando-se, apenas, os dados que permitem determinar o valor base de cada um, para o ano económico de 2016.

Índice Liquidez

$$\frac{\text{Dívidas a receber c.p.} + \text{disponibilidades}}{\text{Dívidas a pagar curto prazo}}$$

Este indicador relaciona as dívidas a receber a curto prazo e os valores monetários disponíveis com as dívidas a pagar a curto prazo, permitindo verificar se um município terá ou não dificuldades em pagar os seus compromissos de curto prazo, bem como determinar o correspondente grau de cobertura financeira das dívidas relacionadas com estes compromissos.

R69.A – 20 municípios com melhor índice de liquidez

	Município	Distrito	Dim	Índice liquidez	Pont.
1	Portel	Évora	P	5202%	200
2	Castelo Branco	Castelo Branco	M	5103%	199
3	Arronches	Portalegre	P	3062%	198
4	Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	P	2273%	197
5	Alfândega da Fé	Bragança	P	1926%	196
6	Mealhada	Aveiro	M	1796%	195
7	Santa Cruz das Flores	Açores	P	1530%	194
8	Olhão	Faro	M	1413%	193
9	Santa Cruz Graciosa	Açores	P	1384%	192
10	Ferreira do Zêzere	Santarém	P	1111%	191
11	Loulé	Faro	M	1084%	190
12	Alvito	Beja	P	1035%	189
13	Amadora	Lisboa	G	1025%	188
14	Coruche	Santarém	P	1014%	187
15	Vila Franca de Xira	Lisboa	G	1007%	186
16	Aguiar da Beira	Guarda	P	994%	185
17	Ponta do Sol	Madeira	P	951%	184
18	Marinha Grande	Leiria	M	948%	183
19	Castelo de Vide	Portalegre	P	944%	182
20	Aljezur	Faro	P	934%	181

Razão entre o Resultado Operacional (deduzido de amortizações e provisões) e os Proveitos Operacionais

$$\frac{\text{Proveitos operacionais} - (\text{custos operacionais} - \text{amortizações} - \text{provisões})}{\text{Proveitos Operacionais}}$$

Embora se entenda que um município não tem como objetivo o lucro, não deixa de ser merecedor de avaliação os resultados económicos apresentados, sobretudo os resultados operacionais¹⁸¹. Reforça este entendimento o facto de se verificar que nos últimos anos tem diminuído o número de municípios com resultados operacionais negativos, fruto de uma gestão mais adequada e equilibrada da afetação dos seus proveitos.

R69.B – 20 municípios com melhor Resultado Operacional

	Município	Distrito	Dim	Resultado Operacional / Proveitos Operacionais	Pont.
1	Aveiro	Aveiro	M	48,5%	200
2	Penamacor	Castelo Branco	P	47,6%	199
3	Santa Cruz	Madeira	M	46,3%	198
4	Nordeste	Açores	P	44,5%	197
5	Leiria	Leiria	G	43,8%	196
6	Castelo Branco	Castelo Branco	M	42,8%	195
7	Alijó	Vila Real	P	41,6%	194
8	Nazaré	Leiria	P	41,5%	193
9	V. F. Campo	Açores	P	40,6%	192
10	Ribeira Brava	Madeira	P	39,6%	191
11	Maia	Porto	G	39,0%	190
12	Covilhã	Castelo Branco	M	38,9%	189
13	Calheta (R. A. A.)	Açores	P	38,9%	188
14	Trofa	Porto	M	38,7%	187
15	Fundão	Castelo Branco	M	38,4%	186
16	Portimão	Faro	M	38,3%	185
17	C. de Pêra	Leiria	P	38,0%	184
18	Velas	Açores	P	37,7%	183
19	Lajes do Pico	Açores	P	37,5%	182
20	F. Algodres	Guarda	P	37,2%	181

¹⁸¹ Resultados antes dos resultados extraordinários e financeiros.

Peso do Passivo exigível no Ativo¹⁸²

$$\frac{\text{Dívidas a pagar (passivo exigível)}}{\text{Ativo Total - Bens de Domínio Público}}$$

- Este indicador medirá o nível de comprometimento exercido pela dívida total sobre o ativo. Será mais um indicador exclusivamente de avaliação comparativa pois a sua execução será inverossímil¹⁸³ no enquadramento jurídico vigente dos municípios. Trata-se de um indicador de comparabilidade para efeitos de medição da eficácia da gestão orçamental.
- Para efeito do seu cálculo, deduziu-se ao ativo o valor de bens de domínio público, uma vez que estes não podem ser alienados sem a necessária desafetação. É de referir que em relação ao ano económico de 2016, apenas um município (Fornos de Algodres) apresentou uma dívida total a pagar superior valor do seu Ativo deduzido dos bens de domínio público, pelo que, para esse município este rácio apresentou-se superior a 100%. Destaca-se pela positiva o facto de se identificarem 187 municípios com este rácio inferior a 20%.

R69.C – 10 municípios com menor Peso do Passivo Exigível no Ativo

	Município	Distrito	Dim	Peso Passivo Exigível	Pont.
1	Penedono	Viseu	P	1,2%	200
2	Ponte de Sor	Portalegre	P	2,0%	199
3	Mealhada	Aveiro	M	2,0%	198
4	Santa Cruz das Flores	Açores	P	2,4%	197
5	Castelo Branco	Castelo Branco	M	2,6%	196
6	Ponte de Lima	V. Castelo	M	2,7%	195
7	Castelo de Vide	Portalegre	P	2,8%	194
8	Marinha Grande	Leiria	M	3,1%	193
9	Mira	Coimbra	P	3,3%	192
10	Pampilhosa da Serra	Coimbra	P	3,3%	191
11	Benavente	Santarém	M	3,6%	190
12	Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	P	3,7%	189
13	Alcácer do Sal	Setúbal	P	3,8%	188

¹⁸² Rácio de endividamento

¹⁸³ Não está previsto constitucionalmente na Lei das Finanças Locais a possibilidade de extinção de uma autarquia liquidando-se todo o ativo do domínio privado para pagar o passivo.

	Município	Distrito	Dim	Peso Passivo Exigível	Pont.
14	Porto	Porto	G	3,9%	187
15	Vila Nova de Foz Côa	Guarda	P	4,1%	186
16	Arronches	Portalegre	P	4,3%	185
17	Elvas	Portalegre	M	4,5%	184
18	Sintra	Lisboa	G	4,6%	183
19	Boticas	Vila Real	P	4,8%	182
20	Viana do Alentejo	Évora	P	5,2%	181

Passivo por habitante

$$\frac{\text{Dívidas totais (passivo exigível)}}{\text{N.º de habitantes}}$$

- Este indicador permite determinar o valor do passivo exigível (dívida global¹⁸⁴) por habitante, indexando o total do passivo à dimensão do município, em termos de população residente.
- A média nacional dos passivos por habitante foi de 654€, tendo o município de Mealhada apresentado o menor valor de passivo por habitante (50,4 €/habitante) e o município de Fornos de Algodres o maior passivo por habitante (5.717 €/habitante).

R69.D – 20 municípios com menor Passivo por habitante

	Município	Distrito	Dim.	Passivo por habitante	Pont.
1	Mealhada	Aveiro	M	50,4 €	200
2	Benavente	Santarém	M	55,1 €	199
3	Sintra	Lisboa	G	68,5 €	198
4	M. Grande	Leiria	M	71,5 €	197
5	Penacova	Coimbra	P	85,9 €	196
6	Ponte de Lima	V. Castelo	M	91,5 €	195
7	Ponta do Sol	Madeira	P	103,9 €	194
8	Cinfães	Viseu	P	104,9 €	193
9	Santa Cruz das Flores	Açores	P	115,7 €	192
10	Alcobaça	Leiria	M	116,0 €	191
11	Ponte de Sor	Portalegre	P	121,0 €	190
12	Castelo Branco	C. Branco	M	127,4 €	189
13	Ovar	Aveiro	M	127,8 €	188
14	Caldas da Rainha	Leiria	M	132,3 €	187

¹⁸⁴ Inclui as dívidas a terceiros totais de curto prazo e de médio e longo prazo. Não inclui provisões para riscos e encargos, proveitos diferidos e acréscimos de custos.

	Município	Distrito	Dim.	Passivo por habitante	Pont.
15	Pampilhosa Serra	Coimbra	P	133,6 €	186
16	Elvas	Portalegre	M	137,4 €	185
17	Penedono	Viseu	P	139,7 €	184
18	Alcácer do Sal	Setúbal	P	140,6 €	183
19	Odivelas	Lisboa	G	141,7 €	182
20	Castelo de Vide	Portalegre	P	144,7 €	181

Grau de cobertura das despesas: despesa comprometida / receita liquidada líquida

$$\frac{\text{Despesas comprometidas a pagar no exercício 2016}}{\text{Receitas liquidadas em 2016}}$$

- Um município não deve comprometer despesa a pagar no exercício num valor superior ao que presume liquidar de receita. Embora a regra estabelecida pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso exija que os compromissos sejam indexados à receita cobrada, sempre será possível excecionar esta condição considerando, ainda, a receita certa a cobrar. Ora, a receita certa a cobrar será aquela que se sustenta em liquidações efetuadas com base em direitos adquiridos que permitirão sempre ao município receber a quantia liquidada. Este será o principal argumento para se incluir como denominador deste indicador as receitas liquidadas, item que se entende ser de grande importância para a análise da eficiência financeira e que foi analisado no capítulo 2 do presente anuário.
- O indicador em apreço determina a capacidade dos municípios em responder aos seus compromissos, podendo indiciar uma situação de rutura financeira a manutenção, em anos consecutivos, de um coeficiente maior que 1.
- Como receita liquidada considerou-se o total de receita liquidada subtraída das liquidações anuladas e acrescida do montante de saldo de gerência anterior contabilizado em previsões orçamentais corrigidas¹⁸⁵, ainda que não incluído na receita liquidada.
- A média nacional do peso da despesa comprometida relativa-

¹⁸⁵ Os autores deste Anuário entendem que os saldos da gerência anterior não deverão ser integrados orçamentalmente enquanto a execução orçamental da receita liquidada não demonstrar uma execução de 100%, ou a possibilidade da mesma ser dessa ordem

mente à receita liquidada dos 308 municípios foi de 102,6% em 2016, sendo que 142 municípios apresentaram este rácio inferior a 100%.

- No entanto, anota-se que ainda existiram 3 municípios¹⁸⁶ cujo valor deste indicador foi superior a 200% (a despesa comprometida ultrapassou o dobro da receita liquidada).
- Foi atribuída a pontuação de zero aos municípios que apresentaram este indicador superior a 100%.

R69.E – 20 municípios com melhor grau de cobertura das despesas

	Município	Distrito	Dim.	Despesa comprometida / Receita liquidada líquida	Pont.
1	Coruche	Santarém	P	58,0%	200
2	Albufeira	Faro	M	60,8%	199
3	Velas	Açores	P	61,1%	198
4	Mealhada	Aveiro	M	66,5%	197
5	Leiria	Leiria	G	67,4%	196
6	Calheta (R. A. A.)	Açores	P	69,1%	195
7	Marinha Grande	Leiria	M	69,3%	194
8	Aguiar da Beira	Guarda	P	71,0%	193
9	Alvito	Beja	P	71,5%	192
10	Penedono	Viseu	P	71,6%	191
11	Almeida	Guarda	P	71,9%	190
12	Tavira	Faro	M	73,1%	189
13	Santa Cruz das Flores	Açores	P	73,3%	188
14	Anadia	Aveiro	M	74,7%	187
15	Loulé	Faro	M	75,0%	186
16	Santana	Madeira	P	75,8%	185
17	Marvão	Portalegre	P	75,8%	184
18	Carregal do Sal	Viseu	P	75,9%	183
19	Mortágua	Viseu	P	76,1%	182
20	Murtosa	Aveiro	P	76,2%	181

Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

- O PMP tendo sido sempre considerado na medição da eficiência financeira dos municípios, tem como limite, a partir da regulamentação apresentada na LCPA, os 90 dias.
- Verificou-se que, à data de dezembro de 2016, 51 municípios

¹⁸⁶ Celorico da Beira, Nazaré e Paços de Ferreira

ainda apresentavam um prazo médio de pagamento superior a 90 dias. No entanto, é de destacar que 180 municípios apresentaram prazos médios de pagamentos inferiores a 30 dias.

- Dos 103 municípios que no triénio 2013/2015 receberam financiamento ao abrigo do PAEL, 20 aumentaram o PMP de 2012 para 2013, 20 aumentaram-no em 2014, 28 aumentaram de 2014 para 2015, e 32 aumentaram de 2015 para 2016 sendo que, quatro destes municípios já o tinham feito em 2015.
- Conforme foi referido no ponto 3.5.4 do capítulo 3, alguns municípios apresentam como PMP zero dias, um dia ou dois dias, prazos demasiado pequenos e que podem traduzir a frágil fiabilidade já detetada na contagem destes prazos. Deste modo, entendeu-se neste rácio atribuir 100 pontos a todos os municípios com prazo médio de pagamentos inferior a 30 dias e 50 pontos com PMP entre 30 e 59 dias.
- O quadro seguinte resume a classificação atribuída.

Quadro 5.02 – municípios por intervalos no Prazo Médio de Pagamentos

Intervalo de PMP	Quantidade	Pont.
Número de municípios com prazo médio de pagamentos inferior a 30 dias	180	100
Número de municípios com prazo médio de pagamentos entre 30 dias e 59 dias	51	50
Número de municípios com prazo médio de pagamentos igual ou superior a 60 dias	77	0

Grau de execução do saldo efetivo, na ótica dos compromissos

$$\frac{\text{Receitas efetivas liquidadas} - \text{Despesas efetivas comprometidas}}{\text{Receitas efetivas liquidadas}}$$

- Entendeu-se pertinente incluir um rácio que relacionasse o saldo efetivo¹⁸⁷ com as receitas efetivas. Numa boa gestão, as receitas efetivas deveriam ser superiores às despesas efetivas. **Estiveram nesta situação 211 municípios.**

R69.F – 20 municípios com maior grau de execução do saldo efetivo, na ótica dos compromissos

Município	Distrito	Dim.	Grau de execução do saldo efetivo	Pont.
1 Calheta (R. A. A.)	Açores	P	49,2%	200
2 Castanheira de Pêra	Leiria	P	46,2%	199
3 Velas	Açores	P	45,4%	198
4 Coruche	Santarém	P	44,3%	197
5 Albufeira	Faro	M	41,4%	196
6 Leiria	Leiria	G	40,6%	195
7 Porto	Porto	G	35,0%	194
8 Mealhada	Aveiro	M	33,9%	193
9 Alijó	Vila Real	P	32,8%	192
10 Aguiar da Beira	Guarda	P	32,3%	191
11 Nordeste	Açores	P	32,2%	190
12 Marinha Grande	Leiria	M	32,0%	189
13 Almeida	Guarda	P	32,0%	188
14 Santana	Madeira	P	32,0%	187
15 Tavira	Faro	M	31,6%	186
16 Montemor-o-Velho	Coimbra	M	31,6%	185
17 Vizela	Braga	M	31,4%	184
18 Santa Cruz	Madeira	M	30,7%	183
19 Anadia	Aveiro	M	30,2%	182
20 Vila Franca do Campo	Açores	P	30,1%	181

¹⁸⁷ Diferença entre as receitas efetivas (receitas deduzidas dos ativos financeiros e dos passivos financeiros recebidos no ano económico em causa) e as despesas efetivas (despesa total deduzida dos ativos financeiros pagos e das amortizações de empréstimos).

Índice de Dívida Total

$$\frac{\text{Dívida Total do município (passivo exigível – operações de tesouraria)}}{\text{Média receitas correntes 3 anos anteriores}}$$

- Refere a Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), no seu artigo 52º que a dívida total de operações orçamentais do município não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores¹⁸⁸, considerando-se como dívida total de operações orçamentais quaisquer formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.
- Dada a importância deste indicador na LFL, é compreensível que seja incluído no conjunto dos indicadores de eficiência financeira sendo de realçar que, provavelmente¹⁸⁹ ainda existem cerca de 30 municípios com este rácio acima do que é permitido por Lei (ver capítulo 3). Pelas razões já apontadas no Capítulo 3 não foram incluídas as dívidas das entidades participadas, conforme seria previsto pelo artigo 54.º da mesma Lei.
- Considera-se passivo exigível o total de dívidas a pagar, ou seja, não se inclui neste indicador os montantes de provisões para riscos e encargos, de proveitos diferidos e de acréscimos de custos, constituintes do passivo total.
- Considera-se operações de Tesouraria o valor que consta no mapa de fluxos de caixa de 2016, saldo para gerência seguinte, o valor de operações de tesouraria, como por exemplo cauções recebidas de fornecedores e retenções de impostos. Dada a importância deste indicador, foram retirados do *ranking* global dos 100 melhores municípios os que têm este indicador superior a 50%.

¹⁸⁸ Isto é, o passivo exigível de natureza orçamental não pode ser superior, em dezembro de cada ano, a 150% da média das receitas correntes dos últimos três anos

¹⁸⁹ Dizemos provavelmente uma vez que não incluímos a dívida de empresas municipais nem deduzimos exceções previstas por Lei.

R69.G – 20 municípios com menor índice de dívida total do município¹⁹⁰

	Município	Distrito	Dim.	Índice de dívida total	Pont.
1	Mealhada	Aveiro	M	3,9%	200
2	Pampilhosa da Serra	Coimbra	P	3,9%	199
3	Penedono	Viseu	P	5,3%	198
4	Benavente	Santarém	M	8,0%	197
5	Castelo de Vide	Portalegre	P	8,9%	196
6	Marinha Grande	Leiria	M	9,8%	195
7	Santa Cruz das Flores	Açores	P	10,3%	194
8	Penacova	Coimbra	P	10,5%	193
9	Alcácer do Sal	Setúbal	P	11,6%	192
10	Lagoa (Algarve)	Faro	M	12,0%	191
11	Vila Velha de Ródão	C. Branco	P	12,4%	190
12	Ponte de Lima	V. Castelo	M	12,6%	189
13	Ponte de Sor	Portalegre	P	12,8%	188
14	Cinfães	Viseu	P	13,0%	187
15	São Roque do Pico	Açores	P	15,5%	186
16	Sintra	Lisboa	G	15,6%	185
17	Elvas	Portalegre	M	16,2%	184
18	Viana do Alentejo	Évora	P	16,4%	183
19	Sátão	Viseu	P	17,0%	182
20	Ponta do Sol	Madeira	P	17,2%	181

Grau de execução da despesa relativamente aos compromissos assumidos

$$\frac{\text{Despesas Pagas + (depósitos e caixa – operações de tesouraria)}}{\text{Despesas comprometidas}}$$

- Uma boa gestão financeira deveria refletir o pagamento dentro do ano económico das despesas comprometidas no mesmo. Assim, seria desejável que a razão: despesas pagas/compromissos assumidos fosse próxima dos 100%.
- No entanto, considerando que alguns compromissos podem não estar pagos devido a ainda não se terem transformado em obrigações, entendeu-se alterar este indicador em relação a 2015, acrescentando ao numerador os saldos orçamentais de tesouraria. Este novo indicador mede a capacidade dos municípios pagarem a curto prazo os compromissos do exercício já assumidos. É aceitável que este indicador seja igual ou superior a 100%.

¹⁹⁰ Não deduzidas eventuais exceções previstas por Lei

- Em dezembro de 2016 apresentaram um rácio superior a 100%, 167 municípios. Anota-se que em 3 municípios este rácio se manifestou inferior a 50% sendo o município de Paços de Ferreira o que teve rácio mais baixo (40,8%). Analisando apenas as despesas pagas, este município pagou apenas 40,6% dos compromissos assumidos no exercício e, mesmo adicionando os saldos de tesouraria a sua capacidade para pagar os compromissos assumidos foi de 40,8%.
- Dada a importância deste rácio, entendeu-se excluir do *ranking* global dos 100 melhores municípios aqueles que apresentaram um rácio inferior a 80%, ou seja, já com os saldos de tesouraria somente têm capacidade para pagar 80% dos compromissos correntes do exercício por pagar a 31 de dezembro.
- O *ranking* R.69.H apresenta os 20 municípios com melhor grau de execução da despesa acrescida dos saldos orçamentais de tesouraria, relativamente aos compromissos do exercício assumidos.

R69.H – 20 municípios com melhor Grau de execução da despesa relativamente aos compromissos assumidos

Município	Distrito	Dim.	Grau de execução da Despesa	Pont.
1 Amadora	Lisboa	G	179,6%	200
2 Coruche	Santarém	P	172,5%	199
3 Albufeira	Faro	M	167,5%	198
4 Velas	Açores	P	164,6%	197
5 Castelo Branco	C. Branco	M	152,8%	196
6 Arronches	Portalegre	P	151,0%	195
7 Loulé	Faro	M	150,9%	194
8 Leiria	Leiria	G	148,2%	193
9 Mealhada	Aveiro	M	146,5%	192
10 Marinha Grande	Leiria	M	145,0%	191
11 Calheta (R. A. A.)	Açores	P	144,3%	190
12 Portel	Évora	P	143,3%	189
13 Aguiar da Beira	Guarda	P	140,7%	188
14 Penedono	Viseu	P	139,1%	187
15 Sintra	Lisboa	G	138,2%	186
16 Almeida	Guarda	P	138,0%	185
17 Vila Velha de Ródão	C. Branco	P	137,3%	184
18 Mortágua	Viseu	P	136,8%	183
19 Tavira	Faro	M	136,6%	182
20 Santa Cruz das Flores	Açores	P	136,2%	181

Impostos diretos por habitante

$$\frac{\text{IMI+IMT+IUC+ derrama}}{\text{N.º de habitantes}}$$

- Sendo os impostos diretos a receita autárquica mais relevante proveniente diretamente dos rendimentos dos contribuintes residentes no município, entendeu-se incluir o indicador que mede o nível de contribuição média de impostos por habitante. Embora não seja um indicador que isoladamente possa traduzir o grau de desenvolvimento do município será, sem dúvida, um indicador que pode ajudar a avaliar o nível de autonomia financeira de um município e assim aferir a sua capacidade para investir em atividades que se reflitam favoravelmente em outros indicadores que medem a qualidade de vida da população.
- Relativamente a este indicador, a média destes impostos por habitante, em 2016, foi de 181€.
- De salientar que nos 10 primeiros municípios, 9 são do distrito de Faro. No entanto, esse valor pode não significar que os residentes pagam mais impostos que de outros concelhos, mas que existem receitas significativas de não residentes, nomeadamente IMI e IMT.

R69.I – 20 municípios com maior índice de impostos por habitante

Município	Distrito	Dim.	Impostos por habitante	Pont.
1 Loulé	Faro	M	956,7 €	200
2 Albufeira	Faro	M	921,8 €	199
3 Lagos	Faro	M	809,4 €	198
4 Lagoa (Algarve)	Faro	M	754,7 €	197
5 Castro Marim	Faro	P	698,1 €	196
6 Lisboa	Lisboa	G	689,5 €	195
7 Portimão	Faro	M	592,5 €	194
8 Tavira	Faro	M	556,5 €	193
9 Vila do Bispo	Faro	P	551,4 €	192
10 V. Real Santo António	Faro	P	539,6 €	191
11 Cascais	Lisboa	G	511,6 €	190
12 Vila Velha de Ródão	C. Branco	P	509,3 €	189
13 Grândola	Setúbal	P	499,3 €	188
14 Aljezur	Faro	P	495,9 €	187
15 Nazaré	Leiria	P	442,6 €	186
16 Porto	Porto	G	441,7 €	185
17 Oeiras	Lisboa	G	421,4 €	184
18 Sines	Setúbal	P	405,5 €	183
19 Aveiro	Aveiro	M	399,0 €	182
20 Óbidos	Leiria	P	396,7 €	181

5.3. Ranking Global dos municípios

- Com base no cômputo dos indicadores supra enumerados e com os pressupostos apresentados, listam-se os 100 municípios com pontuação global mais elevada, repartidos pela divisão de grande, média e pequena dimensão.
 - Foram excluídos do *Ranking* global os municípios que apresentaram um índice de dívida total (indicador 8) superior a 150% (dívida total superior a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores), bem como os municípios cujo rácio (despesas pagas+ saldo de tesouraria)/ despesas comprometidas é inferior a 80%.
 - São ainda apresentados os municípios por Distrito incluídos no *Ranking* dos 100 melhores classificados. De igual modo se procedeu para os municípios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.
 - Em relação a esta avaliação de desempenho, sustentada na melhor pontuação global dos indicadores selecionados anota-se que dos 100 municípios com melhor classificação 12 são de grande dimensão, 37 de média dimensão e 51 e pequena dimensão.
 - Para uma pontuação total de 1.900 pontos a pontuação máxima obtida foi de 1.704 pontos e referiu-se a um município de média dimensão (município de Marinha Grande), tendo sido seguida da pontuação de 1.610 atribuída a um município de pequena dimensão (município de Vila Velha de Ródão). O município de grande dimensão que encabeçou a classificação dos municípios deste grupo – município de Sintra – obteve 1.531 pontos (80,6% da pontuação total).
- No Quadro 5.03 apresenta-se a distribuição do número de municípios por intervalos de pontuação obtida, para efeitos de medição de eficiência na gestão financeira.

Quadro 5.03 – Distribuição do número de municípios por intervalos de pontuação obtida para o Ranking Global

Impostos cobrados	P	M	G	Total
Pontuação global superior ou igual a 80% da pontuação total	3	3	1	7
Pontuação global superior ou igual a 70% e inferior a 80% da pontuação total	7	6	2	15
Pontuação global superior ou igual a 50% e inferior 70% da pontuação total	28	17	8	53
Pontuação global inferior a 50% da pontuação total	147	73	13	233
Total	185	99	24	308

Face ao resultado da pontuação obtida por cada município no conjunto dos indicadores de eficiência global (10 indicadores com um valor total e 1.900 pontos), verifica-se que 233 municípios obtiveram uma pontuação inferior a 950 pontos (menos de 50% da pontuação total) e que os restantes ficaram na sua maioria (53 em 75 municípios) com pontuação entre os 50% e os 70% da pontuação total.

Municípios comparativamente com melhor eficiência financeira

R70.A – Ranking Global dos municípios de grande dimensão integrados na lista dos 100 melhor classificados globalmente

Município	Distrito	Pontuação 2016	Posição 2015
1 Sintra	Lisboa	1531	1º
2 Porto	Porto	1494	2º
3 Leiria	Leiria	1336	4º
4 Vila Franca de Xira	Lisboa	1297	3º
5 Amadora	Lisboa	1248	7º
6 Santa Maria da Feira	Aveiro	1242	10º
7 Oeiras	Lisboa	1239	5º
8 Almada	Setúbal	1117	6º
9 Maia	Porto	1115	9º
10 Guimarães	Braga	1091	13º
11 Barcelos	Braga	1077	11º
12 Coimbra	Coimbra	807	21º

R70.B – Ranking Global dos municípios de média dimensão pontos integrados na lista dos 100 melhor classificados globalmente

Município	Distrito	Pontuação 2016	Posição 2015	
1	Marinha Grande	Leiria	1704	2°
2	Mealhada	Aveiro	1543	9°
3	Lagoa (Algarve)	Faro	1521	1°
4	Albufeira	Faro	1476	3°
5	Loulé	Faro	1380	11°
6	Anadia	Aveiro	1357	5°
6	Tavira	Faro	1357	26°
8	Alcobaça	Leiria	1355	25°
9	Castelo Branco	C. Branco	1332	11°
10	Benavente	Santarém	1321	4°
11	Bragança	Bragança	1311	15°
12	Porto de Mós	Leiria	1260	13°
13	Arouca	Aveiro	1252	28°
14	Pombal	Leiria	1236	17°
15	Esposende	Braga	1205	16°
16	Mafra	Lisboa	1155	8°
17	Ponte de Lima	V. Castelo	1142	41°
18	Montijo	Setúbal	1135	7°
19	Viseu	Viseu	1135	34°
20	Abrantes	Santarém	1121	23°
21	Olhão	Faro	1085	35°
22	Lagos	Faro	1063	30°
23	Albergaria-a-Velha	Aveiro	1034	18°
24	Azambuja	Lisboa	988	22°
25	Vila Real	Vila Real	980	31°
26	Ovar	Aveiro	962	10°
27	Tondela	Viseu	942	45°
28	Silves	Faro	941	38°
29	Estarreja	Aveiro	937	70°
30	Marco de Canaveses	Porto	923	33°
31	Póvoa de Varzim	Porto	914	21°
32	Faro	Faro	888	47°
33	Fafe	Braga	882	19°
34	Vila do Conde	Porto	867	40°
35	Caldas da Rainha	Leiria	857	14°
36	Vizela	Braga	845	75°
37	Ourém	Santarém	810	6°

R70.C – Ranking Global dos municípios de pequena dimensão integrados na lista dos 100 melhor classificados globalmente

Município	Distrito	Pontuação 2016	Posição 2015	
1	Vila Velha de Ródão	C. Branco	1610	12°
2	Santa Cruz das Flores	Açores	1561	1°
3	Murtosa	Aveiro	1548	2°
4	Coruche	Santarém	1518	14°
5	Penedono	Viseu	1418	22°
6	Mortágua	Viseu	1396	8°
7	Alvito	Beja	1389	7°
8	Castelo de Vide	Portalegre	1377	3°
9	Ponta do Sol	Madeira	1353	6°
10	Arronches	Portalegre	1339	18°
11	Redondo	Évora	1271	10°
12	São Brás de Alportel	Faro	1254	11°
13	Mértola	Beja	1246	33°
14	Viana do Alentejo	Évora	1243	41°
15	Marvão	Portalegre	1209	30°
16	Aguilar da Beira	Guarda	1195	43°
17	Boticas	Vila Real	1171	20°
18	Penalva do Castelo	Viseu	1165	21°
19	Almeida	Guarda	1156	15°
20	Castanheira de Pêra	Leiria	1150	19°
21	Ponte de Sor	Portalegre	1144	104°
22	Pampilhosa da Serra	Coimbra	1110	25°
23	Carregal do Sal	Viseu	1108	38°
24	Santana	Madeira	1100	16°
25	Carraceda de Ansiães	Bragança	1083	65°
26	Sátão	Viseu	1071	56°
27	Chamusca	Santarém	1052	36°
28	Montalegre	Vila Real	1049	51°
29	Batalha	Leiria	1044	37°
30	Velas	Açores	1039	23°
31	Cadaval	Lisboa	1024	31°
32	Corvo	Açores	1018	50°
33	Santa Cruz da Graciosa	Açores	1011	9°
34	Aljezur	Faro	1010	24°
35	Nisa	Portalegre	1004	43°
36	Horta	Açores	996	72°
37	Porto Moniz	Madeira	979	52°
38	Sever do Vouga	Aveiro	971	62°
39	Alcácer do Sal	Setúbal	947	29°

Município	Distrito	Pontuação 2016	Posição 2015
40 Calheta (R. A. A.)	Açores	942	27°
41 Vila Flor	Bragança	928	71°
42 Vila Nova de Foz Côa	Guarda	913	47°
43 São Roque do Pico	Açores	907	5°
44 Vinhais	Bragança	899	32°
45 Pedrógão Grande	Leiria	873	58°
46 Vimioso	Bragança	866	82°
47 Alijó	Vila Real	862	121°
48 Sernancelhe	Viseu	852	75°
49 Vila de Rei	C. Branco	836	77°
50 Calheta (R. A. M.)	Madeira	823	34°
51 Ferreira do Zêzere	Santarém	813	95°

O quadro 5.04 resume o número dos municípios incluídos nos 100 melhor classificados por distrito.

Quadro 5.04 – Distribuição dos municípios, por Distrito, na lista dos 100 melhor classificados globalmente

Distrito/região	Número de municípios				N° de municípios da lista dos 100 melhor classificados				% de municípios (b)/(a)
	Grande dimensão	Média dimensão	Pequena dimensão	TOTAL (a)	Grande dimensão	Média dimensão	Pequena dimensão	TOTAL (b)	
Aveiro	1	15	3	19	1	6	2	9	47,4%
Beja	0	2	12	14	0	0	2	2	14,3%
Braga	4	5	5	14	2	3	0	5	35,7%
Bragança	0	2	10	12	0	1	4	5	41,7%
Castelo Branco	0	3	8	11	0	1	2	3	27,3%
Coimbra	1	3	13	17	1	0	1	2	11,8%
Évora	0	1	13	14	0	0	2	2	14,3%
Faro	0	9	7	16	0	8	2	10	62,5%
Guarda	0	2	12	14	0	0	3	3	21,4%
Leiria	1	6	9	16	1	5	3	9	56,3%
Lisboa	8	5	3	16	4	2	1	7	43,8%
Portalegre	0	2	13	15	0	0	5	5	33,3%
Porto	5	12	1	18	2	3	0	5	27,8%
Santarém	0	11	10	21	0	3	3	6	28,6%
Setúbal	3	6	4	13	1	1	1	3	23,1%
Viana do Castelo	0	3	7	10	0	1	0	1	10,0%
Vila Real	0	2	12	14	0	1	3	4	28,6%
Viseu	0	3	21	24	0	2	6	8	33,3%
RA Açores	0	4	15	19	0	0	7	7	36,8%
RA Madeira	1	3	7	11	0	0	4	4	36,4%
Total	24	99	185	308	12	37	51	100	32,5%

R71.A – Ranking Global dos municípios do Distrito de Aveiro com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2016
1	Murtosa	P	1548
2	Mealhada	M	1543
3	Anadia	M	1357
4	Arouca	M	1252
5	Santa Maria da Feira	G	1242
6	Albergaria-a-Velha	M	1034
7	Sever do Vouga	P	971
8	Ovar	M	962
9	Estarreja	M	937

R71.B – Ranking Global dos municípios do Distrito de Beja com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2016
1	Alvito	P	1389
2	Mértola	P	1246

R71.C – Ranking Global dos municípios do Distrito de Braga com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2016
1	Esposende	M	1205
2	Guimarães	G	1091
3	Barcelos	G	1077
4	Fafe	M	882
5	Vizela	M	845

R71.D – Ranking Global dos municípios do Distrito de Bragança com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2016
1	Bragança	M	1311
2	Carrazeda de Ansiães	P	1083
3	Vila Flor	P	928
4	Vinhais	P	899
5	Vimioso	P	866

R71.E – Ranking Global dos municípios do Distrito de Castelo Branco com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2016
1	Vila Velha de Ródão	P	1610
2	Castelo Branco	M	1332
3	Vila de Rei	P	836

R71.F – Ranking Global dos municípios do Distrito de Coimbra com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2016
1	Pampilhosa da Serra	P	1110
2	Coimbra	G	807

R71.G – Ranking Global dos municípios do Distrito de Évora com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2016
1	Redondo	P	1271
2	Viana do Alentejo	P	1243

R71.H – Ranking Global dos municípios do Distrito de Faro com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2016
1	Lagoa (Algarve)	M	1521
2	Albufeira	M	1476
3	Loulé	M	1380
4	Tavira	M	1357
5	São Brás de Alportel	P	1254
6	Olhão	M	1085
7	Lagos	M	1063
8	Aljezur	P	1010
9	Silves	M	941
10	Faro	M	888

R71.I – Ranking Global dos municípios do Distrito de Guarda com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2016
1	Aguiar da Beira	P	1195
2	Almeida	P	1156
3	Vila Nova de Foz Côa	P	913

R71.J – Ranking Global dos municípios do Distrito de Leiria com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2016
1	Marinha Grande	M	1704
2	Alcobaça	M	1355
3	Leiria	G	1336
4	Porto de Mós	M	1260
5	Pombal	M	1236
6	Castanheira de Pêra	P	1150
7	Batalha	P	1044
8	Pedrogão Grande	P	873
9	Caldas da Rainha	M	857

**R71.K – Ranking Global dos municípios do Distrito de Lisboa
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2016
1	Sintra	G	1531
2	Vila Franca de Xira	G	1297
3	Amadora	G	1248
4	Oeiras	G	1239
5	Mafra	M	1155
6	Cadaval	P	1024
7	Azambuja	M	988

**R71.L – Ranking Global dos municípios do Distrito de Portalegre
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2016
1	Castelo de Vide	P	1377
2	Arronches	P	1339
3	Marvão	P	1209
4	Ponte de Sor	P	1144
5	Nisa	P	1004

**R71.M – Ranking Global dos municípios do Distrito de Porto
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2016
1	Porto	G	1492
2	Maia	G	1115
3	Marco de Canaveses	M	923
4	Póvoa de Varzim	M	914
5	Vila do Conde	M	867

**R71.N – Ranking Global dos municípios do Distrito de Santarém
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2016
1	Coruche	P	1518
2	Benavente	M	1321
3	Abrantes	M	1121
4	Chamusca	P	1052
5	Ferreira do Zêzere	P	813
6	Ourém	M	810

**R71.O – Ranking Global dos municípios do Distrito de Setúbal
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2016
1	Montijo	M	1.135
2	Almada	G	1.117
3	Alcácer do Sal	P	947

**R71.P – Ranking Global dos municípios do Distrito de Viana do Castelo
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2016
1	Ponte de Lima	M	1142

**R71.Q – Ranking Global dos municípios do Distrito de Vila Real
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2016
1	Boticas	P	1171
2	Montalegre	P	1049
3	Vila Real	M	980
4	Alljô	P	862

**R71.R – Ranking Global dos municípios do Distrito de Viseu
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2016
1	Penedono	P	1418
2	Mortágua	P	1396
3	Penalva do Castelo	P	1165
4	Viseu	M	1135
5	Carregal do Sal	P	1108
6	Sátão	P	1071
7	Tondela	M	942
8	Sernancelhe	P	852

**R71.S – Ranking Global dos municípios da R. A. Açores
com melhor pontuação global**

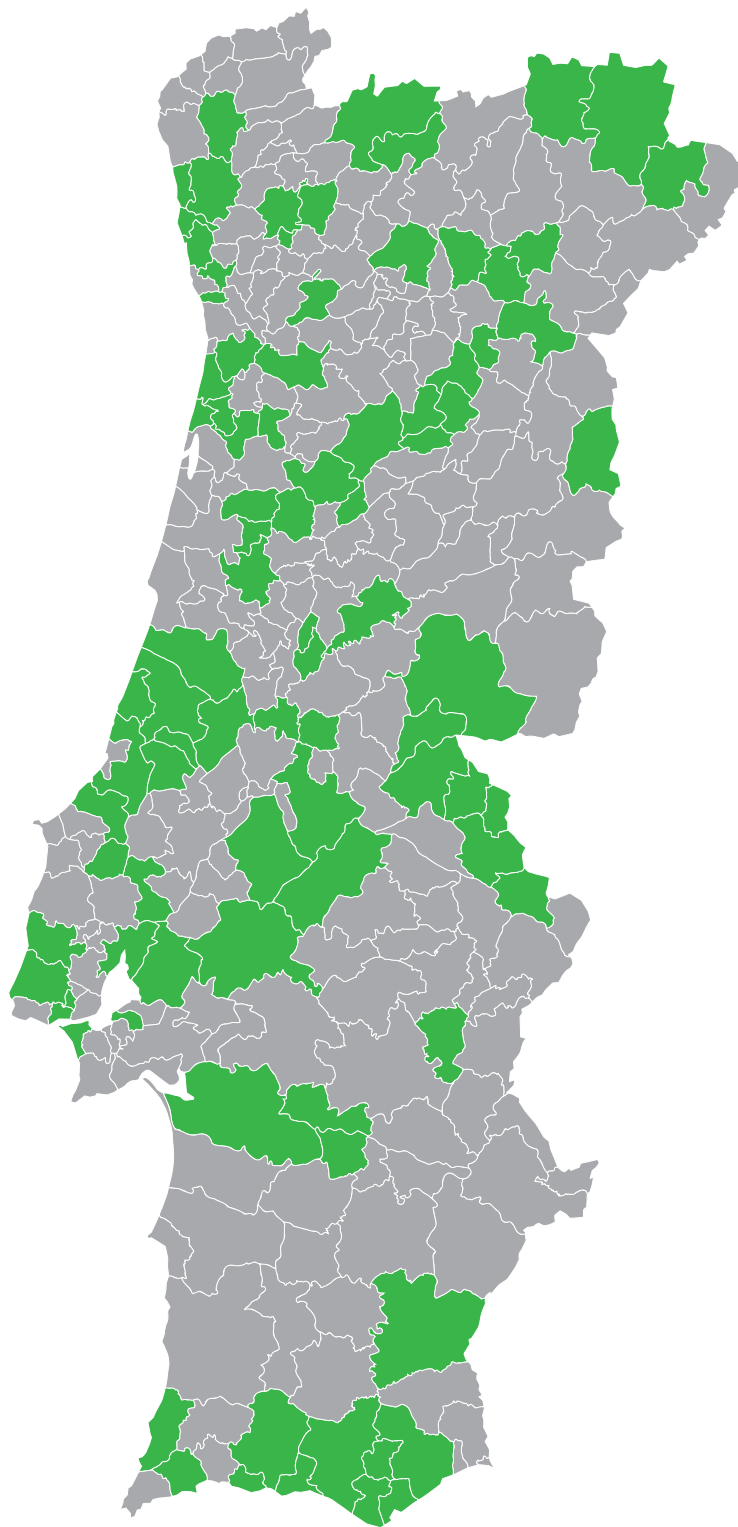
	Município	Dim.	Pontuação 2016
1	Santa Cruz das Flores	P	1561
2	Velas	P	1039
3	Corvo	P	1018
4	Santa Cruz da Graciosa	P	1011
5	Horta	P	996
6	Calheta (R. A. A.)	P	942
7	São Roque do Pico	P	907

**R71.T – Ranking Global dos municípios da Região Autónoma da Madeira
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2016
1	Ponta do Sol	P	1353
2	Santana	P	1100
3	Porto Moniz	P	979
4	Calheta (R. A. M.)	P	823

Figura 2 – 100 municípios com melhor eficiência financeira

- | | | |
|----------------------|------------------------|-----------------------|
| Abrantes | Mealhada | Santa Cruz das Flores |
| Aguiar da Beira | Mértola | Santa Maria da Feira |
| Albergaria-a-Velha | Montalegre | Santana |
| Albufeira | Montijo | São Brás de Alportel |
| Alcácer do Sal | Mortágua | São Roque do Pico |
| Alcobaça | Murtosa | Sátão |
| Alijó | Nisa | Sernancelhe |
| Aljezur | Oeiras | Sever do Vouga |
| Almada | Olhão | Silves |
| Almeida | Ourém | Sintra |
| Alvito | Ovar | Tavira |
| Amadora | Pampilhosa da Serra | Tondela |
| Anadia | Pedrógão Grande | Velas |
| Arouca | Penalva do Castelo | Viana do Alentejo |
| Arronches | Penedono | Vila de Rei |
| Azambuja | Pombal | Vila do Conde |
| Barcelos | Ponta do Sol | Vila Flor |
| Batalha | Ponte de Lima | Vila Franca de Xira |
| Benavente | Ponte de Sor | Vila Nova de Foz Côa |
| Boticas | Porto | Vila Real |
| Bragança | Porto de Mós | Vila Velha de Ródão |
| Cadaval | Porto Moniz | Vimioso |
| Caldas da Rainha | Póvoa de Varzim | Vinhais |
| Calheta (R. A. A.) | Redondo | Viseu |
| Calheta (R. A. M.) | Santa Cruz da Graciosa | Vizela |
| Carrazeda de Ansiães | | |
| Carregal do Sal | | |
| Castanheira de Pêra | | |
| Castelo Branco | | |
| Castelo de Vide | | |
| Chamusca | | |
| Coimbra | | |
| Coruche | | |
| Corvo | | |
| Esposende | | |
| Estarreja | | |
| Fafe | | |
| Faro | | |
| Ferreira do Zêzere | | |
| Guimarães | | |
| Horta | | |
| Lagoa (Algarve) | | |
| Lagos | | |
| Leiria | | |
| Loulé | | |
| Mafra | | |
| Maia | | |
| Marco de Canaveses | | |
| Marinha Grande | | |
| Marvão | | |



CAPÍTULO 6

RESUMO E CONCLUSÕES

Para conclusão da edição de 2016 do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, apresenta-se um resumo dos principais pontos tratados nos diferentes capítulos, apontando-se os aspetos mais positivos e os pontos fracos ou aspetos que carecem de maior adequação e ajustamento à lei vigente ou a critérios de eficiência e eficácia de gestão económico-financeira.

1. Independência Financeira:

Considerando-se ao longo dos diferentes Anuários, que um município apresenta independência financeira nos casos em que as receitas próprias representam, pelo menos, 50% das receitas totais, anota-se:

Aspetos positivos

- É significativa a independência financeira dos municípios de grande dimensão (67%), justificado essencialmente pelo maior volume de receita fiscal auferida, nomeadamente a proveniente do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT). Releva-se, ainda, o peso significativo, nos grandes municípios, do produto das cobranças das derramas lançadas sobre o lucro tributável das empresas (através do IRC).
- É de relevar a média deste item nos municípios de média dimensão ao apresentarem, na generalidade, o peso de 52% de receitas próprias nas receitas totais.
- É positivo verificar-se um aumento do número de municípios que apresentam uma independência financeira igual ou superior a 50%, passando de 74 municípios em 2015 para 87 em 2016.

Pontos fracos

- Apesar do crescente aumento do peso das receitas próprias nas receitas totais, em 2016 a média nacional deste rácio foi ainda de apenas 40,5%, considerando o total dos 308 municípios.
- O pequeno aumento da independência financeira média dos municípios deveu-se essencialmente à diminuição das transferências, nomeadamente de fundos comunitários.
- Ainda é muito reduzida a independência dos municípios de pequena dimensão (30,7%), dos municípios da região autónoma dos Açores (20,7%), e da região autónoma da Madeira (30,7%).
- Os pequenos municípios dependem significativamente das transferências recebidas através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), as quais representaram neste período, em média, 69,3% das receitas totais.
- Ainda existem 28 municípios que têm receitas próprias com níveis inferiores a 20% das receitas totais, sendo todos de pequena dimensão.

2. Orçamento e execução orçamental

Pontos fortes

Receitas:

- **A crescente diminuição dos orçamentos através do seu não inflacionamento** e adequação às reais possibilidades de cobrança, baixando 32,3% (-4,2 mil milhões de euros), entre 2009 e 2016.
- **O ano de 2016 apresentou o melhor rácio de receitas cobradas em relação às receitas previstas**, com um nível médio de 87,9% e o melhor rácio, desde 2006, da receita liquidada sobre a receita pre-

vista, executando-a em 88,6%. Este indicador sinaliza um maior controlo orçamental exercido pelos municípios e um melhor cumprimento das regras orçamentais da previsão da receita, ou seja, verifica-se uma mudança assinalável no comportamento dos municípios na área de gestão financeira, com uma franca melhoria das práticas de elaboração dos orçamentos.

- **O aumento da coleta de impostos diretos em 2016**, em relação ao ano transato: do IMT (+12,4%); do IUC (+ 1,7%) e da Derrama (+32%).
- Embora a grande maioria dos municípios (223) tenha reduzido o valor da taxa a aplicar à cobrança do IMI, a mesma, na globalidade apresentou apenas uma diminuição de 2,9% do montante total da coleta. Entende-se, pois, que a decisão do próprio município em baixar o valor da taxa não afetou significativamente o equilíbrio orçamental, mas poderá ter tido um impacto positivo nos orçamentos das famílias, contribuindo para a melhoria do seu o poder de compra.
- Em 2016, 191 municípios não recorreram a novos empréstimos bancários.

Despesas:

- **Num espaço de 11 anos o volume de despesa orçada baixou 14,1%**, passando do montante de 11,3 mil milhões de euros em 2006 para 9,7 mil milhões de euros em 2016, tendo, contudo, aumentado 3,3% (308,3 M€) relativamente a 2015.
- **No período de 11 anos os compromissos por pagar baixaram 57,4%**. Em 2006 o montante apresentado era de 2,3 mil milhões de euros e em 2016 foi de apenas 992,4 milhões de euros, isto é, -1,3 mil milhões de euros. Embora o valor apresentado seja, ainda, relativamente elevado face à frágil capacidade financeira da maior parte dos municípios, a constatação de uma forte diminuição de encargos a pagar, não só traduz um maior rigor de registo contabilístico dos contratos e de outros compromissos assumidos como, uma **gestão mais cuidada de assunção de encargos procurando garantir a sua cobertura financeira e um maior enquadramento da despesa pública quanto à sua eficácia e eficiência**.
- Anota-se ainda que 168 municípios apresentaram uma taxa de pagamento dos compromissos superior a 90%.
- Os Municípios apresentam atualmente mais serviço público desenvolvendo mais competências com menor volume de despesa.

A articulação que a gestão municipal vem realizando de situações tendencialmente opostas, como a diminuição do volume de compromissos, a diminuição dos encargos a pagar e a progressiva intensificação das políticas públicas municipais, com maior quantidade e variedade de serviços prestados às populações é indutiva do exercício de um modelo ou modelos de maior eficiência e eficácia da atividade autárquica.

- É também de relevar o comportamento da despesa paga, verificando-se um notável esforço, no triénio 2014 a 2016, de aproximação do valor dos pagamentos ao montante de compromissos.
- Em 2016 os municípios pagaram 88,3% dos compromissos assumidos, o que corresponde ao melhor rácio desde 2006.**

- Nos onze últimos anos o montante de amortização de empréstimos foi de 6.366 milhões de euros tendo sido o ano de 2012 o de maior montante amortizado (890,3 milhões de euros) e o ano de 2006 o de menor valor amortizado (344 milhões de euros). **Em 2016 o valor de amortização de empréstimos foi de 751,8 M€** ou seja mais 85,8 M€ que em 2015.
- O total de encargos pagos pelos municípios em 2016 respeitante a juros e outros encargos foi de 100,7 M€, menos 11,3 M€ que em 2015.
- Em 2016, apresentaram diminuição da despesa paga de juros e outros encargos 246 municípios, tendo o número homólogo sido: em 2012 de 158 municípios, em 2013 de 231 municípios, em 2014 de 204 municípios, e de 256 municípios em 2015. Em 2016 apresentaram diminuição da despesa paga de juros e outros encargos 246 municípios.

Saldos orçamentais:

- **Em 2016 verificou-se que 145 municípios (+23 municípios que em 2015) apresentaram um volume de receita liquidada igual ou superior ao total de despesa assumida**, revelando uma maior acuidade na adequação das despesas ao nível de cobrança das receitas, mostrando uma atitude de gestão que contraria a constituição de nova dívida comercial e propicia a redução da existente.
- Em média **os municípios em 2016 apresentaram um valor francamente positivo do saldo corrente** deduzido das amortizações médias dos empréstimos de médio e longos prazos (+987,7 M€), **apresentando, na globalidade, o equilíbrio orçamental exigido nos**

termos da Lei da Finanças Locais. Em relação a 2015 este saldo melhorou em 51,7 milhões de euros.

– **O ano de 2016 é o primeiro ano desde 2006 em que, considerando as liquidações líquidas e os valores compromissados, as receitas totais liquidadas foram superiores ao valor total dos encargos assumidos.**

Pontos fracos

Receitas:

– **A receita por cobrar, em 2016 de 870,6 milhões de euros** foi o segundo valor mais alto desde 2006, só ultrapassado, pelo montante de 878.8M€ apresentado em 2014.

– Em 2016 seis municípios ainda apresentaram uma **execução da receita cobrada inferior a 50% do valor orçado.**

– Em 2016 o aumento verificado de 219,6 milhões de euros no total da receita cobrada resultou essencialmente do **incremento do recurso a empréstimos (Passivos Financeiros) em +124,6 milhões de euros**, em relação a 2015, representando 57% do valor total do aumento das receitas cobradas.

– Entre 2006 e 2016 o volume de transferências recebidas pelos municípios apresentou variações consideráveis atingindo o valor mais elevado em 2011 (3,7 mil milhões de euros). Em 2016 o montante recebido foi de 2.977,7 mil milhões de euros, ou seja, menos 110 milhões de euros que em 2015. Ainda é elevado o peso e a dependência de muitos municípios do valor das transferências do Estado, pelo que, qualquer alteração do seu valor influenciará de forma relevante o desenvolvimento das políticas públicas locais, planeadas e aprovadas pelos órgãos executivos municipais.

– As transferências do Orçamento de Estado (OE) na sua globalidade tiveram em 2016 um crescimento de 2,4% (aspecto positivo), enquanto que **as transferências provenientes dos Fundos Comunitários apresentaram a menor receita desde 2006**, totalizando apenas 196 milhões de euros, contra 355 milhões de euros em 2015 e 708 milhões de euros em 2012.

– Pelo menos 35 municípios tiveram um valor de cobrança de IMT inferior a 75.000 euros sendo todos municípios de pequena dimensão.

– Em 2016, os passivos financeiros no montante de 388,3 milhões de euros, aumentaram 124,6 milhões de euros (+47,3%) relativamente a 2015.

Despesas:

– Enquanto que em 2006 só foram pagos 75% dos encargos assumidos, em 2016 foram pagos 88,3% dos mesmos. Apesar desta grande melhoria de performance financeira das autarquias, **ainda ficaram por pagar 11,7% dos compromissos assumidos em 2016 os quais se traduziram em dívida comercial no valor de 992,4 M€.**

– Em 2016, 68,7% dos consumos orçamentais foram para despesas correntes e apenas 31,3% para despesas de capital, sendo a maior diferença verificada desde 2006. O investimento municipal, na sua globalidade tem vindo a decrescer sucessivamente desde 2010, sendo que em 2016 a descida do investimento direto dos municípios (aquisição de bens de capital), em relação a 2006, foi de -59,3% (-2,2mil milhões de euros) e em relação a 2015 foi de -44,7 milhões de euros.

Saldos orçamentais:

– Em 2016, **163 municípios apresentaram uma diferença negativa entre o grau de execução (liquidação) da receita e o grau de execução (compromissos assumidos) da despesa.**

– Apesar de em termos nacionais o saldo corrente deduzido da média das amortizações se tenha apresentado positivo, **ainda há 12 municípios que se encontram em grave desequilíbrio orçamental**, isto é, municípios cujo saldo corrente deduzido da média das amortizações não só é negativo, como em termos absolutos é superior a 5% da receita corrente total.

3. Informação patrimonial e Resultados económicos

Pontos fortes

Ativo:

– Elevado cumprimento das regras do POCAL e como tal, forte fiabilidade da informação patrimonial e económica prestada nas Contas e Relatório Financeiro.

– **Decréscimo em 82,6 M€ (-9,8%) do valor das dívidas a receber** totalizando 756,5 M€, em 2016.

– Os depósitos em instituições financeiras e caixa, constituintes das disponibilidades, aumentaram 21% em relação a 2015 totalizando no final do ano económico 1.609,3 M€.

Passivo

– Em 2016 a descida da dívida a pagar a médio e longo prazo foi de -430,3 milhões de euros (-10.4%), totalizando 3.699,2 M€, sendo 2.468,3 M€, referentes a dívidas a instituições de crédito (em 2015 era de 2.775,7 M€) e 583,1M€ referentes a dívidas ao Estado dos programas de apoio PREDE, PPTH, PAEL e ATU (em 2015 era de 650,8 M€). **Esta descida de dívida de MLP mostra bem o esforço dos municípios na intensificação das amortizações de empréstimos alocando uma parte significativa dos seus recursos para esse fim.**

– Também se verificou uma **descida da dívida a curto prazo (dívida a pagar em 2017)**, passando de 1.464,8 M€, em 2015 para 1.233,2M€, em 2016, destacando-se a redução da dívida a fornecedores que passou de 1.174,0 M€, em 2015 para 872,0 M€, em 2016.

– Em 2016, **276 municípios conseguiram reduzir o seu passivo exigível.**

– **O rácio “dívida total dos municípios” / “média da receita corrente cobrada líquida nos últimos três exercícios”, foi de 52%** sendo um bom indicador da melhoria da situação global de endividamento das autarquias, não só porque diminuiu em relação ao ano anterior como também porque está muito abaixo do limite permitido pela LFL de 150%.

– **Aumento do número de municípios com prazo médio de pagamentos inferior a 90 dias** (de 240 municípios em 2015 passou-se para 257 municípios em 2016), o que muito contribuíram os programas de apoio PREDE/PPTH e PAEL destinados a pagamento de dívidas de curto prazo.

Resultados:

– Em 2016 os resultados líquidos mantiveram-se positivos embora inferiores aos valores apresentados em 2015, o que pode indiciar uma tendência dos municípios em controlar os seus resultados não os deixando demasiados elevados e em detrimento de gastos necessários à melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos, controlando a aplicação dos proveitos em custos operacionais essenciais ao desenvolvimento das competências dos municípios que crescem diariamente em áreas e intervenção como a cultura, educação e coesão social.

– Verificaram-se resultados positivos em 202 municípios. Contudo, 106 municípios apresentaram resultados negativos.

– Os resultados operacionais apesar de uma ligeira descida mantiveram-se pelo segundo ano consecutivos positivos. Situação só verificável em 2015 e 2016, tendo 126 municípios contribuído para a melhoria da situação económica do setor autárquico ao apresentarem resultados operacionais positivos.

– Os resultados operacionais antes de amortizações e provisões (EBIDTA), embora tenham descido em 2016 em relação a 2015 (de 1.711,2 M€ passaram para 1.695,7 M€), continuam a manter-se francamente positivos, tendo apenas um município apresentado um EBITDA negativo.

Pontos fracos

Ativo:

– **Diminuição do valor total do imobilizado** em -615 M€ (-1,7%), significando que novas aquisições foram inferiores à alienação de imobilizado + depreciações do exercício.

– Apesar do decréscimo em 2016 em relação a 2015, ainda é significativo o valor de dívidas por cobrar, totalizando 756,5 M€, tendo mesmo **aumentado o valor das dívidas por cobrar relativas a clientes, contribuintes e utentes em 15,4 M€.**

Passivo

– Apesar da descida da dívida a médio e longo prazo, **ainda é significativo o valor dessa dívida totalizando 3.699,2 M€.**

– Apesar dos objetivos dos programas de apoio PREDE, PPTH, PAEL e ATU, somente 83 municípios dos 157 abrangidos pelo conjunto desses programas apresentaram descida da dívida de curto prazo entre 2006 e 2016.

– Em 2016, 32 municípios aumentaram o seu passivo exigível.

– Ainda existem cerca de 30 municípios que têm uma dívida total em mais de 150% do valor correspondente à média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores ultrapassando o rácio permitido por Lei. Destes, 7 têm esse rácio superior a 3 vezes a média das receitas correntes dos três exercícios anteriores.

– **Ainda existem 26 municípios com prazo médio de pagamentos superior a 180 dias** e destes 10 com PMP superior a 360 dias.

Resultados:

- A diminuição dos resultados económicos em 2016 deveu-se ao aumento do volume de custos neste ano de +419,1 M€ que não foi acompanhado por igual aumento dos proveitos. Estes aumentaram apenas 212,5 M€, não tendo sido o suficiente para balancear o aumento dos custos.
- Em 2016, apresentaram resultados operacionais negativos 182 municípios e 106 apresentaram resultados líquidos negativos.

4. Setor empresarial Local (SEL)**Pontos fortes**

- Das 174 entidades do Setor Empresarial Local analisadas (de um total de 176 empresas municipais ou intermunicipais existentes) verificou-se uma descida dos valores a receber de clientes e outras contas a receber passando de 226,9 M€, em 2015 para 208,4 M€ em 2016. Esta situação traduzirá **maior diligência na cobrança de créditos sobre terceiros**.
- De relevar é a **diminuição do Passivo** que passou de 1.206 M€ em 2015 para 1.127 M€ em 2016, bem como o aumento do Capital Próprio, que passou de 1.258 M€ em 2015 para 1.273 M€ em 2016.
- Relativamente a **dívidas de curto prazo a fornecedores e outros credores, houve uma diminuição do montante dessa dívida**, em relação a 2015, passando de 337,55 M€ para 302,82M€.
- O resultado líquido do SEL apresentou em 2016 um acréscimo em relação a 2015, mas com o valor global positivo de apenas 32,15 M€.
- O volume de resultados antes das depreciações, gastos de financiamento e impostos, em 2016 cresceu 4,3% (+6,4 M€) ao apresentar o valor de 154,9 M€.
- Os gastos com juros e gastos similares suportados diminuíram 9,8 M€ ao registar em 2016 o valor absoluto de 16,6 M€.

Pontos fracos

- O valor do Passivo exigível no valor de 1.018,2 M€ representa cerca de 20% do Passivo exigível dos Municípios (no valor de 5.124,2 milhões de euros), enquanto que o Capital Próprio representa apenas 6% do Capital Próprio dos Municípios.
- Em 2016, 23 entidades empresariais aumentaram a dívida de médio e longo prazo resultante de financiamentos obtidos.

- Apesar da diminuição, **ainda é significativo o valor das dívidas a fornecedores e outros credores de curto prazo no total de 302, 8 M€**.
- Embora ainda positivos, os resultados operacionais diminuíram 0,57 M€ com a apresentação do valor 59,6 M€.
- Em 2016, **37 entidades empresariais obtiveram resultados líquidos negativos e 6 apresentam resultados negativos há 3 anos consecutivos**.
- Nos últimos três anos, em 4 entidades do SEL as vendas e prestações de serviços realizados não cobriram, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios e em 3 delas o peso dos subsídios à exploração foi superior a 50% das suas receitas.

5. Serviços Municipalizados**Aspetos positivos**

- A dívida de médio e longo prazo a terceiros dos serviços municipalizados apresentou em 2016 uma descida de -2,04 M€ (-6%) em relação ao ano precedente.
- A dívida a pagar a curto prazo dos serviços municipalizados em 2016 apresentou o valor de 50,1 milhões de euros verificando-se um aumento de 1,4% (+670 mil euros), contrariando a descida do valor deste item demonstrada pela globalidade dos municípios de -13,9%, neste mesmo ano. Contudo, a dívida de curto prazo dos serviços municipalizados entre 2011 e 2016 desceu 32,6 M€ (-39,4%), o que traduziu um grande esforço de controlo da dívida desta natureza.
- A diminuição do valor a receber, pelos SM's da administração autárquica em dezembro de 2016, na sequência de uma diminuição já verificada em 2015 em -76% (-1,1 M€), traduzindo uma forte diminuição da dívida das autarquias aos seus serviços municipalizados, permitindo-lhes o necessário equilíbrio financeiro conforme o exige os contratos programa celebrados entre as partes.
- Apesar dos resultados operacionais, considerando a globalidade dos serviços municipalizados terem diminuído extraordinariamente em 2016 (-12,9 milhões de euros) face aos valores apresentados em 2015 (ano de grande crescimento desta variável), foram ainda materialmente relevantes e poderão traduzir um maior equilíbrio da atividade económica dos serviços municipalizados, com um aumento de custos de 5,6% associados uma maior produção

de serviços à comunidade, apesar dos proveitos terem crescido apenas 1,9%.

Pontos fracos

– Verifica-se que as dívidas a receber dos SM's, provêm essencialmente das dívidas de clientes, contribuintes e utentes que totalizaram em dezembro de 2016 o valor de 60,4 M€ (-2% que em 2015). Mais se anota que o valor destes créditos sobre terceiros representou 23,7% do valor da mesma natureza para o total dos municípios.

– O peso elevado das amortizações na estrutura de custos dos SM's ao representarem uma média de 15,5% dos custos totais dos serviços municipalizados, entre 2011 e 2016.

6. Ranking global

– Para uma pontuação total de 1.900 pontos, a pontuação máxima obtida foi 1.704 pontos e referiu-se a um município de média dimensão, tendo sido seguida da pontuação de 1.610 atribuída a um município de pequena dimensão. O município de grande dimensão que encabeçou a classificação dos municípios deste grupo obteve apenas 1.531 pontos (80,6% da pontuação total).

– Da lista dos 100 melhores municípios 12 (12%) são de grande dimensão, 37 (37%) são de média dimensão e 51 (51%) são de pequena dimensão. Considerando que os pequenos municípios representam 60,1% do total dos municípios, conclui-se que, de forma global os municípios de pequena dimensão são os que têm mais dificuldades em integrar o *ranking* dos 100 melhores municípios em termos financeiros, justificado essencialmente pelo baixo valor de receitas provenientes de impostos.

– Numa análise por Distrito verifica-se que os Distritos de Faro e Leiria, percentualmente são os que integram mais municípios na lista dos 100 melhores municípios (10 de 16 no caso de Faro e 9 de 16 no caso de Leiria). Pelo contrário, o Distrito de Viana do Castelo é o que integra menos municípios na lista dos 100 melhores municípios (1 de 10 municípios).

7. Limitações do Anuário

– Neste anuário não foram ainda consideradas as contas das cooperativas de interesse público, em que as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º, neste capítulo, nem incluídas no anexo I. A ausência desta informação, acrescida do facto de a apresentação da consolidação das contas estar desfasada do período de prestação de contas dos municípios, inviabiliza a inclusão no Anuário destas duas informações económico-financeiras (cooperativas de interesse público e contas consolidadas), no tempo que se entende oportuno apresentá-lo, nomeadamente em anos de eleições.

ANEXO I:

DADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS DO MUNICÍPIOS, EMPRESAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS, 2016

Notas:

- 1) Pelos motivos apresentados na nota introdutória ao capítulo 4, não estão incluídas as cooperativas de interesse público
- 2) Apresentam-se no final da lista, e não integrados nos municípios, as empresas municipais com mais de 3 municípios participantes.

Unidade: euros

Tipo	Designação	Particip. Munic.	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice de Dívida Total	Número de trab.*	Número de hab.**
				Empréstimos	Outras			
CM	M Abrantes	-	326 070	8 194 886	1 503 257	47,0%	346	36 284
SMA	Ambientabrantes	100%	33 176	0	471 992	-	-	-
CM	M Águeda	-	-2 612 197	3 682 307	5 816 200	36,6%	418	46 600
CM	P Aguiar da Beira	-	-2 119 788	2 816 163	322 097	49,4%	98	4 934
CM	P Alandroal	-	1 160 770	13 298 124	5 555 370	251,8%	195	5 271
CM	M Albergaria-a-Velha	-	-1 737 681	3 203 834	1 728 323	32,7%	224	24 348
CM	M Albufeira	-	14 294 516	15 377 374	7 617 684	28,8%	1 083	40 633
CM	P Alcácer do Sal	-	-976 721	230 698	1 603 633	11,6%	398	12 000
CM	P Alcanena	-	1 064 266	8 150 809	876 258	89,3%	152	13 063
CM	M Alcobaca	-	3 874 491	3 888 951	2 686 982	21,6%	317	54 628
SMAS	Alcobaca	100%	434 116	0	5 033 615	-	-	-
CM	P Alcochete	-	4 595 355	3 437 463	4 946 001	68,3%	349	19 020
CM	P Alcoutim	-	358 070	1 327 154	606 547	25,7%	168	2 403
CM	M Alenquer	-	3 210 140	6 181 497	4 044 175	48,0%	551	43 287
CM	P Alfândega da Fé	-	-387 752	18 619 262	427 692	277,3%	147	4 630
CM	P Alijó	-	2 704 054	13 712 428	1 427 368	144,3%	127	10 933
CM	P Aljezur	-	935 905	3 212 921	492 095	41,7%	165	5 609
CM	P Aljustrel	-	1 114 111	4 493 284	2 888 382	83,9%	203	8 493
CM	G Almada	-	47 016	29 312 340	10 390 143	51,8%	1 594	169 330
SMAS	Almada	100%	415 110	0	8 656 663	-	-	-
EM SA	ECALMA-Estacionamento e Circulação	100%	585	0	358 308	-	-	-
CM	P Almeida	-	598 964	2 646 134	1 010 472	34,8%	156	6 203
CM	M Almeirim	-	-2 711 133	5 466 882	692 912	49,5%	239	22 912
CM	P Almodôvar	-	923 187	4 521 113	904 088	58,8%	202	6 888
CM	P Alpiarça	-	-1 056 566	7 501 817	1 684 248	169,6%	154	7 209
CM	P Alter do Chão	-	-531 132	1 032 554	1 146 438	41,8%	138	3 263
CM	P Alvaiázere	-	-866 332	3 619 905	517 997	63,4%	89	6 789
CM	P Alvito	-	637 097	805 563	298 632	28,5%	110	2 469

Tipo	Designação	Particip. Munic.	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice de Dívida Total	Número de trab.*	Número de hab.**
				Empréstimos	Outras			
CM G	Amadora	-	10 236 556	25 195 122	6 406 517	40,4%	1700	178 169
EM	Amadora Inovation, E. M. Unipessoal, Lda.	100%	-303 182	0	382 679	-	-	-
SIMAS	Amadora e Oeiras	50%	9 719 478	0	12 411 818	-	-	-
CM M	Amarante	-	40 274	8 363 352	2 538 939	37,7%	563	53 947
CM P	Amares	-	-1355 523	5 046 245	2 363 558	65,1%	200	18 182
CM M	Anadia	-	425 169	5 776 202	1 222 482	42,2%	230	27 805
CM M	Angra do Heroísmo	-	2 463 850	14 859 393	1 598 185	120,8%	224	34 423
SMAS	Angra do Heroísmo	100%	88 434	0	1 636 248	-	-	-
EIM	TERAMB – Gestão e Valoriz. Ambiental Ilha Terceira	60,0%	14 308	2 200 000	6 003 765	-	-	-
CM P	Ansião	-	128 303	6 945 621	1 058 201	97,9%	105	12 449
CM M	Arcos de Valdevez	-	1317 877	5 150 505	2 943 506	39,1%	301	21 324
CM P	Arganil	-	504 696	3 214 220	1 379 393	42,9%	191	11 317
CM P	Armamar	-	-106 508	4 795 964	2 033 366	94,3%	170	5 876
CM M	Arouca	-	832 690	2 450 015	1 052 278	23,7%	179	21 211
CM P	Arraiolos	-	179 871	4 235 892	955 903	83,0%	142	7 057
CM P	Arronches	-	358 587	1 090 851	243 949	28,0%	101	2 952
CM P	Arruda dos Vinhos	-	532 005	3 774 643	1 404 636	54,8%	206	14 703
CM M	Aveiro	-	17 122 510	47 794 485	52 902 025	245,1%	590	77 241
EM	Aveiro Expo – Parque de Exposições	51,0%	24 342	0	833 153	-	-	-
EM	EMA – Estádio Municipal de Aveiro	100%	-270 107	203 724	4 809 576	-	-	-
EM	MoveAveiro – Empresa Municipal de Mobilidade	100%	274 958	572 917	786 971	-	-	-
EM	TEMA – Teatro Municipal de Aveiro	100%	-100 932	8 594	175 627	-	-	-
CM P	Avis	-	-837 389	2 109 037	1 056 090	49,3%	164	4 338
CM M	Azambuja	-	1 606 035	13 644 129	1 051 947	105,8%	296	22 258
CM P	Baião	-	366 290	3 759 762	2 380 838	44,3%	293	19 255
CM G	Barcelos	-	-93 309 887	15 059 763	6 264 651	42,4%	565	117 683
EM	EMEC – Empresa Municipal de Educação e Cultura	100%	-131 361	838 035	357 536	-	-	-
CM P	Barrancos	-	109 679	1 315 276	398 766	50,4%	90	1 687
CM M	Barreiro	-	5 756 333	16 907 620	6 136 733	60,8%	722	75 978
SMTC	Transportes Colectivos do Barreiro	100%	30 623	0	4 349 547	-	-	-
CM P	Batalha	-	-564 252	1 157 373	1 216 038	23,1%	153	15 835
EM	IserBatalha – Gestão equip. e serviços interesse geral	100%	-58 773	0	262 832	-	-	-
CM M	Beja	-	2 378 872	10 921 928	1 557 109	59,0%	471	34 021
EEM	EMAS – Água e Saneamento	100%	8 542	2 530 062	3 424 147	-	-	-
CM P	Belmonte	-	-2 133 026	1 307 794	3 457 399	95,8%	57	6 506
EM	EMPDS – Promoção e Desenvolvimento Social	100%	10 085	0	55 126	-	-	-
EIM SA	Parkurbis, Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã	0,20%	-233 829	58 912	323 836	-	-	-
CM M	Benavente	-	781 022	591 746	1 006 730	8,0%	351	29 965

Tipo	Designação	Particip. Munic.	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice de Dívida Total	Número de trab. *	Número de hab.**
				Empréstimos	Outras			
CM	P Bombarral	-	245 051	2 146 246	715 206	33,5%	164	12 603
CM	P Borba	-	225 685	7 231 994	613 435	122,1%	165	6 950
CM	P Boticas	-	-1 565 737	1 150 750	688 296	19,9%	120	5 217
CM	G Braga	-	3 441 277	35 136 049	17 883 500	68,3%	1 437	181 182
EM	AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	51,0%	5 900 838	46 308 200	17 832 381	-	-	-
EM	BRAGAHABIT - Habitação	100%	39 954	16 973	472 871	-	-	-
EM	InvestBraga - Agência p/ Dinamização Económica	100%	8 976	0	621 413	-	-	-
EM SA	Teatro Circo de Braga	100%	26 581	67	214 367	-	-	-
EM	TUB - Transportes Urbanos de Braga	100%	102 079	4 409 127	3 341 233	-	-	-
CM	M Bragança	-	2 618 731	4 224 477	3 247 618	21,7%	348	33 766
CM	P Cabeceiras de Basto	-	-847 018	5 672 349	1 733 780	58,7%	267	15 959
CM	P Cadaval	-	2 105 471	1 858 427	983 954	26,4%	184	13 783
CM	M Caldas da Rainha	-	-57 585	3 184 512	3 657 394	30,2%	321	51 557
SMAS	Caldas da Rainha	100%	467 064	0	513 260	-	-	-
CM	P Calheta (R. A. A.)	-	1 131 652	3 986 273	294 927	111,9%	103	3 278
CM	P Calheta (R. A. M.)	-	806 932	3 605 109	1 201 877	56,8%	145	10 946
CM	M Câmara de Lobos	-	1 000 082	7 313 641	1 416 408	74,6%	219	34 047
CM	P Caminha	-	-993 040	5 660 956	13 746 499	135,6%	276	15 971
CM	P Campo Maior	-	365 339	416 924	1 708 240	28,8%	193	8 115
EM	CampoMaior XXI	100%	17 518	0	74 894	-	-	-
CM	M Cantanhede	-	1 138 520	13 894 613	5 003 990	102,6%	233	35 606
EM SA	INOVA - Emp. Desenv. Econ. e Social	100%	167 497	3 287 168	2 479 047	-	-	-
CM	P Carrazeda de Ansiães	-	634 306	1 659 681	676 728	30,7%	122	5 795
CM	P Carregal do Sal	-	-833 603	2 994 235	425 050	58,4%	121	9 472
CM	M Cartaxo	-	779 971	40 591 435	5 760 409	393,6%	337	23 939
EM	Rumo 2020	100%	-617 870	3 298 051	1 274 528	-	-	-
CM	G Cascais	-	25 394 294	31 588 202	22 605 651	39,7%	1 829	210 889
EM SA	EMAC - Empresa Municipal de Ambiente de Cascais	100%	18 639	2 782 065	3 541 212	-	-	-
EM SA	CASCAIS ENVOLVENTE - Gestão Soc. Habitação	100%	171 934	0	467 688	-	-	-
EM SA	Cascais Próxima	100%	12 416	5 237 515	2 460 062	-	-	-
EM SA	Cascais Dinâmica - Gestão, Economia, Empreend.	99,7%	1 822	3 000 000	1 987 599	-	-	-
EM	Prazilandia - Turismo e Ambiente	100%	113 876	216 459	121 339	-	-	-
EM SA	RIBEIRAPERÁ - Sociedade p/ desenvolvimento	55,8%	2 332	16 683	21 237	-	-	-
CM	P Castanheira de Pêra	-	734 664	5 778 368	355 824	152,0%	69	2 736
CM	M Castelo Branco	-	2 357 461	5 437 083	1 710 028	22,0%	386	53 127
SMASR	Castelo Branco	100%	618 761	0	1 417 711	-	-	-
EM SA	ALBIGEC - Gestão Equip. Cult., Desport. e de Lazer	100%	76 221	0	146 883	-	-	-
EM SA	Terras da Beira Baixa, Soc. Desenv. Agro Industrial	96,0%	3 486	0	16 057	-	-	-

Tipo	Designação	Particip. Munic.	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice de Dívida Total	Número de trab.*	Número de hab.**	
				Empréstimos	Outras				
CM	P	Castelo de Paiva	-	777 499	8 041 250	1 895 777	115,9%	150	15 797
CM	P	Castelo de Vide	-	-1211 630	220 448	272 510	8,9%	144	3 058
CM	P	Castro Daire	-	-720 474	2 013 643	2 180 889	25,5%	268	14 344
CM	P	Castro Marim	-	-1067 370	3 709 008	1 461 222	46,9%	140	6 402
EM SA		NOVBAESURIS – EM Gestão e Reabilitação Urbana	100%	15 180	0	145 348	-	-	-
CM	P	Castro Verde	-	-948 941	1 752 247	930 380	21,4%	199	7 082
CM	P	Celorico da Beira	-	1 952 370	5 913 554	12 769 998	242,2%	207	7 167
EM		EMCEL – EM Celoricense – Gest. Espaços Cult. Soc.	100%	-89 655	276 436	177 481	-	-	-
CM	P	Celorico de Basto	-	-237 923	12 232 405	1 601 385	118,2%	266	19 341
EM		Qualidade de Basto – Emp. desenv. tecido económ.	100%	-7 124	837 292	1 286 557	-	-	-
CM	P	Chamusca	-	101 079	2 605 153	504 629	36,3%	161	9 510
CM	M	Chaves	-	4 319 932	25 034 870	5 810 167	114,0%	450	39 682
EM SA		GEMC – Gestão de Equipamentos	100%	-32 861	60 500	114 635	-	-	-
CM	P	Cinfães	-	1 348 658	462 170	1 679 700	13,0%	250	18 897
EM		Quinta de Tuberais – Ensino Profissional de Cinfães	100%	602	0	353 486	-	-	-
CM	G	Coimbra	-	1 333 052	45 751 473	14 223 816	78,4%	1 224	134 348
SMTUC		Transportes Urbanos de Coimbra	100%	-164 048	69 948	548 360	-	-	-
EM		AC Águas de Coimbra	100%	1 384 343	6 666 667	8 336 645	-	-	-
EM SA		Coimbra Inovação Parque	92,7%	-351 531	3 633 125	1 232 295	-	-	-
EM		PRODESO – Ensino Profissional	69,0%	-10 617	79 000	66 626	-	-	-
CM	P	Condeixa-a-Nova	-	-3 202 458	1 622 642	1 404 416	29,0%	184	17 473
CM	P	Constância	-	160 008	2 238 457	488 963	56,1%	99	3 990
CM	P	Coruche	-	3 365 696	2 409 928	1 297 580	23,0%	350	18 272
CM	P	Corvo	-	-12 464	740 636	81 769	60,9%	27	460
CM	M	Covilhã	-	-1 804 891	22 445 788	33 046 760	243,0%	306	48 184
EM		ADC – Águas da Covilhã	51,0%	1 096 927	6 673 860	10 806 366	-	-	-
EEM		ICOVI – Infraestruturas e Concessões	100%	380 062	5 162 249	2 826 365	-	-	-
EIM SA		Parkurbis, Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã	79,6%	-233 829	58 912	323 836	-	-	-
CM	P	Crato	-	-368 808	3 623 200	543 505	63,9%	101	3 300
CM	P	Cuba	-	61 746	1 895 176	587 237	57,6%	115	4 698
Soc.		Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz	100%	-132 247	207 156	55 162	-	-	-
CM	M	Elvas	-	-4 227 546	1 043 574	2 127 192	16,2%	247	21 270
CM	M	Entroncamento	-	770 956	7 994 867	2 894 516	93,5%	315	20 797
CM	M	Espinho	-	-241 075	11 596 417	16 286 953	118,7%	533	29 560
CM	M	Esposende	-	1 464 480	5 010 532	2 776 156	42,8%	167	33 947
EEM		EAMB – Esposende Ambiente	100%	15 258	2 929 012	2 898 693	-	-	-
EEM		ESPOSENDE 2000 – Activ. Desport. e Recreativas	100%	91 151	33 427	179 986	-	-	-
CM	M	Estarreja	-	2 619 938	6 228 872	4 490 095	79,2%	199	26 242

Tipo	Designação	Particip. Munic.	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice de Dívida Total	Número de trab. *	Número de hab.**
				Empréstimos	Outras			
CM	P Estremoz	-	348 991	6 985 917	2 287 609	85,2%	192	13 156
CM	M Évora	-	-3 337 288	64 193 587	10 961 200	207,0%	992	53 294
EM	HABEVORA – Gestão habitacional	100%	2 618	1 148 719	10 299 118	-	-	-
CM	M Fafe	-	543 817	4 250 819	3 767 164	24,2%	443	48 906
CM	M Faro	-	-1 391 380	33 424 971	3 710 694	113,1%	722	61 073
SM	Teatro Municipal de Faro	100%	-126 998	0	126 503	-	-	-
EM	Ambifaro – Gestão de Equipamentos Municipais	100%	-405 409	6 848 133	5 797 303	-	-	-
EM	FAGAR – Faro Gestão de Águas e Resíduos	51,0%	899 403	3 358 504	6 342 225	-	-	-
CM	M Felgueiras	-	-4 574 930	4 924 423	3 890 367	29,8%	667	56 950
EM	ACLEM – Arte, Cultura e Lazer	100%	144 268	562 905	80 567	-	-	-
EM	EMAFEL – Ambiente de Felgueiras	100%	-305 084	700 000	183 070	-	-	-
Soc.	EPF – Ensino Profissional de Felgueiras	100%	1 752	240 000	261 879	-	-	-
CM	P Ferreira do Alentejo	-	1 728 978	3 114 354	967 255	47,9%	215	7 941
EM	MOBITRAL – Mobílias Tradicionais Alentejanas	87,0%	8 406	0	7 645	-	-	-
CM	P Ferreira do Zêzere	-	-1 274 330	4 622 537	522 121	65,8%	121	8 126
CM	M Figueira da Foz	-	2 641 162	27 127 076	5 420 950	95,3%	500	59 956
EM	Figueira Domus – Gestão de Habitação	100%	615 684	10 440 252	1 254 449	-	-	-
EM SA	Figueira Parques – Estacionamento	70,0%	23 614	0	91 961	-	-	-
CM	P Figueira de Castelo Rodrigo	-	517 253	2 397 620	1 553 614	51,0%	142	5 845
EM	Figueira Cultura e Tempos Livres	100%	-13 925	0	428 609	-	-	-
CM	P Figueiró dos Vinhos	-	-2 807 971	3 626 544	1 858 066	91,0%	149	5 757
CM	P Fornos de Algodres	-	59 723	28 019 618	503 394	568,0%	91	4 720
CM	P Freixo de Espada à Cinta	-	-236 844	12 158 403	1 648 463	236,4%	161	3 409
CM	P Fronteira	-	-266 160	1 700 422	396 328	49,0%	89	3 059
CM	G Funchal	-	6 312 766	37 666 426	24 727 076	89,9%	1 582	104 813
EM	Frente Mar Funchal, Gestão e Explor. Espaços Púb.	100%	-311 866	649 575	1 111 685	-	-	-
EM	Sociohabitafunchal, Empresa Municipal de Habitação	100%	412	0	269 616	-	-	-
CM	M Fundão	-	277 355	61 672 612	4 762 109	313,6%	282	27 355
EM	Viverfundão – Prom. Gest. Cond. Estrut. e Infraestruturais	100%	249 142	5 096 357	445 344	-	-	-
CM	P Gavião	-	-403 808	1 027 896	417 748	24,5%	117	3 533
CM	P Góis	-	264 958	1 275 324	1 299 557	33,0%	168	3 936
CM	P Golegã	-	25 958	1 433 152	1 760 106	61,7%	107	5 508
CM	G Gondomar	-	-1 409 301	40 635 088	58 046 921	166,1%	1 499	165 743
CM	P Gouveia	-	-511 693	2 423 457	2 370 061	46,7%	182	12 923
CM	P Grândola	-	2 436 854	6 216 723	3 606 625	54,0%	421	14 662
EM	Infratroia – Infraestruturas	74,1%	67 222	16 597	816 579	-	-	-
CM	M Guarda	-	3 256 575	24 250 251	2 228 408	103,0%	538	39 858
SMAS	Guarda	100%	-4 705	0	5 123 530	-	-	-

Tipo	Designação	Particip. Munic.	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice de Dívida Total	Número de trab. *	Número de hab.**
				Empréstimos	Outras			
CM	G Guimarães	-	10 900 958	44 190 734	8 139 197	71,6%	1 585	153 995
EEM	CASFIG – Coordenação das Habitações	100%	48 703	0	259 676	-	-	-
EM SA	Vitrus Ambiente	100%	17 341	540 102	504 881	-	-	-
EIM	Vimáguas – Água e Saneamento de Guimarães e Vizela	90,0%	651 255	13 939 784	15 705 669	-	-	-
CM	P Horta	-	436 245	3 316 049	809 947	47,4%	161	14 759
EEM	Urbhorta – Const. Gest. Expl. Proj. Desenv. Emp.	100%	1 760	2 515 103	175 486	-	-	-
CM	P Idanha-a-Nova	-	-776 538	2 303 867	2 559 942	32,9%	229	8 540
CM	M Ílhavo	-	2 982 336	12 841 603	5 874 053	85,5%	322	38 406
CM	M Lagoa (Algarve)	-	868 323	2 472 595	2 001 449	12,0%	406	22 799
CM	P Lagoa (R.A.A)	-	1 144 346	7 101 347	816 745	96,7%	138	14 728
EIM SA	EIRSU – EIM Resíduos sólidos urban. Ilha de S. Miguel	33%	1 876	0	432 455	-	-	-
CM	M Lagos	-	11 593 891	13 669 179	26 764 295	97,4%	622	30 714
EM SA	Lagos-em-Forma – Gestão Desportiva	100%	332 831	0	506 200	-	-	-
CM	P Lajes das Flores	-	-159 098	670 996	506 994	44,6%	49	1 494
CM	P Lajes do Pico	-	5 977	5 340 951	600 773	139,0%	88	4 591
CM	M Lamego	-	-292 367	34 882 000	4 994 191	221,4%	233	25 219
CM	G Leiria	-	25 407 101	40 740 087	4 810 205	77,7%	650	125 523
SMAS	Leiria	100%	4 195 399	0	2 872 914	-	-	-
CM	G Lisboa	-	58 058 967	302 944 100	333 210 969	123,0%	7 489	504 964
EM SA	EGEAC – Gestão Equipamentos e Animação Cultural	100%	8 916	0	8 580 257	-	-	-
EM SA	GEBALIS – Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa	100%	183 120	11 873 333	7 320 063	-	-	-
EM SA	Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	100%	268	16 100 000	1 078 823	-	-	-
EM SA	EMEL – Emp. Púb. Mun. de Mob. Estacionamento de Lisboa	100%	2 394 886	4 355 368	39 244 391	-	-	-
CM	M Loulé	-	24 002 322	34 347 622	9 808 663	42,0%	1 529	69 344
EM SA	Infralobo – Empresa de Infra-Estruturas vale do Lobo	51,0%	156 480	0	2 086 332	-	-	-
EM SA	Inframoura – Empresa de Infra-Estruturas Vilamoura	51,0%	116 159	372 291	2 803 424	-	-	-
EM SA	Infraquinta – Emp. de Infra-Estruturas Quinta do Lago	51,0%	747 727	173	1 899 746	-	-	-
EM SA	Loulé Concelho Global	100%	16 566	886 396	618 385	-	-	-
CM	G Loures	-	18 453 859	26 281 162	7 378 983	34,3%	2 083	207 567
EM	Gesloures – Gestão de Equipamentos Sociais	100%	49 908	335 000	487 654	-	-	-
LDA	Loures Parque – Estacionamento	100%	130 962	0	176 986	-	-	-
SIMAR	Loures e Odivelas	57%	1 122 819	0	2 705 627	-	-	-
CM	M Lourinhã	-	-3 946 009	12 749 738	1 243 246	77,3%	402	25 619
CM	P Lousã	-	-839 020	3 767 838	1 558 309	43,9%	207	17 201
CM	M Lousada	-	2 174 484	8 457 273	4 556 290	55,0%	612	46 900
EM	Lousada Seculo XXI – Activ. Desport. e Recreativas	100%	88 115	42 000	124 948	-	-	-
CM	P Mação	-	-1 242 699	1 770 240	792 195	31,5%	178	6 586
CM	P Macedo de Cavaleiros	-	708 818	5 636 731	11 955 156	120,4%	254	14 722

Tipo	Designação	Particip. Munic.	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice de Dívida Total	Número de trab. *	Número de hab.**
				Empréstimos	Outras			
CM	M Machico	-	684 111	4 709 325	5 120 617	91,0%	172	20 453
CM	P Madalena	-	-56 476	2 734 567	1 185 792	79,7%	102	5 948
CM	M Mafra	-	-706 728	3 663 977	13 161 808	33,9%	921	82 581
EM SA	Giatal - Gest. Infra-Estruturas em Actividades Turísticas	100%	23 434	4 144 235	1 039 202	-	-	-
SA	Matadouro Regional de Mafra	93,3%	111 888	0	531 798	-	-	-
CM	G Maia	-	11 449 260	40 472 591	10 146 114	84,3%	985	136 011
SMEAS	Maia	100%	1 012 871	17 961 443	2 618 982	-	-	-
EM	Empresa Metropolitana de Estacionamento	100%	50 581	0	309 955	-	-	-
EM	Espaço Municipal - Renov. Urbana e Gestão Patrim.	100%	9 516	2 692 448	3 614 655	-	-	-
EM	Maiambiente	100%	247 847	0	1 112 214	-	-	-
SA	TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia	100%	-969 016	370 000	3 264 908	-	-	-
CM	P Mangualde	-	1 352 188	8 382 227	1 713 005	72,1%	238	19 048
CM	P Manteigas	-	-691 802	4 340 253	1 084 287	118,4%	65	3 139
EIM SA	Parkurbis, Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã	0,20%	-233 829	58 912	323 836	-	-	-
CM	M Marco de Canaveses	-	24 621 497	24 751 726	2 635 868	114,2%	375	52 110
CM	M Marinha Grande	-	3 602 722	1 272 842	1 491 134	9,8%	259	38 561
EM SA	TUMG - Transportes Urbanos	100%	10 124	0	270 222	-	-	-
CM	P Marvão	-	-365 825	834 227	526 650	34,0%	96	3 173
CM	G Matosinhos	-	2 911 874	51 477 467	11 367 051	68,1%	1 867	173 339
EM	Matosinhohabit - Habitação de Matosinhos	100%	9 084	182 664	715 446	-	-	-
EM SA	MS Matosinhos Sport - Gestão Equip. Desport. Lazer	100%	66 625	31 170	1 059 388	-	-	-
CM	M Mealhada	-	247 156	0	1 029 287	3,9%	300	20 095
CM	P Meda	-	516 822	5 731 863	733 493	93,5%	164	4 740
CM	P Melgaço	-	1 742 252	6 563 937	2 864 061	90,2%	275	8 400
EM	Cura Aquea - Termas de Melgaço	51,0%	-121 435	1 197 165	30 830	-	-	-
EM	Melsport - Melgaço Desporto e Lazer	100%	1 691	0	118 375	-	-	-
SA	Quintas de Melgaço	62,9%	52 021	727 753	1 031 510	-	-	-
CM	P Mértola	-	2 278 736	2 377 360	754 481	27,9%	265	6 424
CM	P Mesão Frio	-	-12 304	5 448 367	988 625	151,4%	104	4 058
CM	P Mira	-	-779 630	770 936	2 387 193	31,7%	205	12 017
CM	P Miranda do Corvo	-	-143 645	819 557	1 862 729	27,7%	174	12 845
CM	P Miranda do Douro	-	1 929	5 051 332	822 042	62,7%	151	7 029
CM	M Mirandela	-	4 247 240	11 497 680	8 359 481	107,3%	299	22 141
SA	Metropolitano Ligeiro de Mirandela	90,0%	-4 356	0	1 763 942	-	-	-
CM	P Mogadouro	-	-1 137 663	2 906 763	1 018 409	32,0%	137	8 674
CM	P Moimenta da Beira	-	1 711 982	3 094 547	4 760 434	86,2%	129	9 778
CM	M Moita	-	2 303 175	11 120 499	4 809 516	52,2%	705	64 767
CM	P Monção	-	773 394	5 860 145	2 194 773	55,3%	243	18 192
EM	Matadouro Regional de Monção	100%	867	0	220 541	-	-	-

Típo	Designação	Particip. Munic.	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice de Dívida Total	Número de trab.*	Número de hab.**
				Empréstimos	Outras			
CM	P Monchique	-	-1105 882	2 991 906	548 974	41,8%	195	5 386
CM	P Mondim de Basto	-	511 551	9 294 033	872 133	141,3%	137	7 079
CM	P Monforte	-	-27 525	1 781 276	532 504	49,5%	144	3 064
CM	P Montalegre	-	746 375	3 234 431	1 329 588	26,0%	266	9 337
CM	P Montemor-o-Novo	-	-1 029 493	1 318 689	2 606 132	24,4%	335	16 129
CM	M Montemor-o-Velho	-	894 303	18 038 886	1 961 548	145,3%	193	25 570
CM	M Montijo	-	729 143	7 720 831	1 533 748	37,3%	842	55 742
SMAS	Montijo	100%	116 454	0	812 911	-	-	-
CM	P Mora	-	-196 977	2 004 451	503 188	44,9%	146	4 382
CM	P Mortágua	-	207 938	2 664 552	428 250	39,4%	146	9 075
CM	P Moura	-	-5 345 126	6 089 033	2 709 665	72,3%	345	14 080
EM	Herdade da Contenda	100%	707	0	31637	-	-	-
EM SA	Logica - Sociedade Gestora do Tecnológico	79,0%	2 775	300 000	120 716	-	-	-
CM	P Mourão	-	-284 666	6 806 023	1 937 865	186,0%	164	2 511
CM	P Murça	-	-14 885	5 995 277	645 351	109,9%	124	5 558
CM	P Murtosa	-	1 030 711	1 165 259	779 105	24,1%	74	10 341
CM	P Nazaré	-	3 197 048	11 920 163	2 174 659	310,9%	129	14 350
SMAS	Nazaré	100%	79 903	0	260 846	-	-	-
EM	Nazaré Qualifica	100%	10 780	0	1 358 667	-	-	-
CM	P Nelas	-	103 392	10 500 480	967 279	133,1%	186	13 354
CM	P Nisa	-	1 275 886	3 628 090	798 633	48,5%	219	6 446
CM	P Nordeste	-	813 422	12 787 986	264 180	298,9%	76	4 952
EEM	HSN - Habitação Social do Concelho de Nordeste	100%	-73 919	4 415 434	437 036	-	-	-
EM SA	Nordeste Activo	100%	9 919	1 580 895	518 193	-	-	-
CM	P Óbidos	-	-1 515 455	6 561 868	1 327 246	58,1%	281	11 656
EM	Óbidos Criativa	100%	19 677	0	436 616	-	-	-
CM	M Odemira	-	1 481 424	7 595 569	2 727 564	42,9%	441	24 917
CM	G Odivelas	-	6 330 967	13 484 873	7 004 294	32,2%	1 178	156 083
SIMAR	Odivelas e Loures	43%	1 122 819	0	2 705 627	-	-	-
CM	G Oeiras	-	21 542 182	18 397 398	27 136 210	38,2%	2 328	174 249
EEM	Oeiras Viva - Gestão Equip. Sócio Culturais e Desp.	100%	209 252	400 000	473 358	-	-	-
EM SA	Parques Tejo - Parqueamentos de Oeiras	100%	300 430	0	410 821	-	-	-
EM	HABITÁGUA - Serviços Domiciliários	100%	S/ info	S/ info	S/ info	-	-	-
SIMAS	Oeiras e Amadora	50%	9 719 478	0	12 411 818	-	-	-
CM	P Oleiros	-	-6 063 977	2 021 871	1 464 498	41,8%	121	5 197
CM	M Olhão	-	3 698 631	16 969 134	1 225 829	83,9%	512	45 143
EEM	Fesnima - Animação de Olhão	100%	24 187	19 185	99 949	-	-	-
EM	Mercados de Olhão	100%	1 657	684	51 165	-	-	-

Tipo	Designação	Particip. Munic.	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice de Dívida Total	Número de trab. *	Número de hab.**
				Empréstimos	Outras			
EM	AMBIOLHÃO – EM de Ambiente de Olhão	100%	83 142	4 280 546	6 721 568	-	-	-
CM	M Oliveira de Azeméis	-	3 881 820	17 639 340	5 145 046	74,2%	782	66 496
CM	P Oliveira de Frades	-	455 632	3 569 514	1 712 655	66,1%	164	9 999
CM	M Oliveira do Bairro	-	664 073	7 753 364	2 808 719	69,7%	270	23 746
CM	P Oliveira do Hospital	-	349 020	3 305 745	882 537	32,3%	189	19 767
CM	M Ourém	-	-3 499 275	10 461 617	2 907 025	49,4%	381	44 751
EM SA	Ourém Viva – Gestão Eventos, Serviços e Equipamentos	100%	7 445	14 984	780 252	-	-	-
CM	P Ourique	-	211 509	2 814 060	2 763 566	71,9%	241	4 825
CM	M Ovar	-	-4 798 146	1 617 407	5 463 088	24,5%	363	54 481
CM	M Paços de Ferreira	-	2 372 211	22 120 467	34 067 120	260,6%	368	56 838
EM SA	Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais	100%	157 221	305 000	719 771	-	-	-
CM	M Palmela	-	455 123	12 724 866	6 092 943	45,6%	902	64 146
EM	Palmela Desporto – Gestão Espaços e Equip. Desp.	100%	9 168	0	233 817	-	-	-
CM	P Pampilhosa da Serra	-	301 715	0	598 692	3,9%	150	4 112
CM	M Paredes	-	-8 415 156	34 853 973	15 513 179	123,6%	593	86 263
CM	P Paredes de Coura	-	202 826	4 789 460	1 454 271	64,4%	163	8 712
CM	P Pedrógão Grande	-	-532 527	2 172 731	1 018 344	62,3%	82	3 516
CM	P Penacova	-	-240 759	285 314	1 025 152	10,5%	154	14 200
EM	Penaparque 2 – Gestão e Promoção de Equipam.	100%	17 569	0	29 520	-	-	-
CM	M Penafiel	-	3 993 043	10 291 291	13 162 866	79,5%	598	70 333
EEM	Penafiel Activa	100%	172 872	0	515 130	-	-	-
EM	Penafiel Verde – Entidade Empresarial Local	100%	13 410	3 802 091	3 749 238	-	-	-
CM	P Penalva do Castelo	-	778 702	1 733 002	431 465	31,6%	94	7 387
CM	P Penamacor	-	2 705 420	2 786 215	2 059 899	55,9%	92	5 005
CM	P Penedono	-	132 163	0	412 474	5,3%	81	2 683
CM	P Penela	-	-834 344	3 251 134	596 418	68,1%	108	5 556
CM	M Peniche	-	1 384 661	5 961 854	2 924 126	60,1%	357	26 848
SMAS	Peniche	100%	757 002	0	216 184	-	-	-
CM	P Peso da Régua	-	-3 675 608	10 106 650	8 231 232	163,8%	276	16 037
CM	P Pinhel	-	-2 393 577	4 540 210	2 054 893	68,8%	160	8 843
CM	M Pombal	-	4 652 598	5 248 209	4 518 582	22,5%	414	52 971
EEM	Pmugest – Pombal Manutenção Urbana	100%	27 062	0	268 699	-	-	-
CM	M Ponta Delgada	-	2 382 215	15 911 239	10 377 844	89,6%	567	68 352
SMAS	Ponta Delgada	100%	2 218 560	0	478 247	-	-	-
EM SA	Azores Parque	51,0%	-485 093	10 372 756	701 957	-	-	-
EM SA	Cidade em Acção – Soc. Desenv. Gestão Equip. Urb.	100%	253 274	13 283 571	94 694	-	-	-
EM SA	Coliseu Micaelense – Soc. Prom. Eventos Culturais	99,8%	-125 215	3 273 628	247 411	-	-	-
CM	P Ponta do Sol	-	191 619	352 959	567 660	17,2%	82	8 557

Tipo	Designação	Particip. Munic.	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice de Dívida Total	Número de trab. *	Número de hab.**
				Empréstimos	Outras			
CM	P Ponte da Barca	-	505 264	5 432 099	2 642 581	78,6%	245	11 392
CM	M Ponte de Lima	-	-1220 269	1 081 369	2 898 263	12,6%	537	42 060
CM	P Ponte de Sor	-	584 575	90 205	1 932 440	12,8%	263	15 489
CM	M Portalegre	-	1 401 953	18 693 751	8 509 619	180,7%	314	22 922
SMAT	Água e Transporte de Portalegre	100%	105 794	0	303 191	-	-	-
SA	MMPO – Mercado Municipal de Portalegre	100%	-17 621	982 528	34 694	-	-	-
CM	P Portel	-	-637 304	2 058 645	854 367	35,7%	220	6 016
CM	M Portimão	-	10 045 689	60 870 184	78 228 466	326,8%	843	55 453
EM SA	EMARP – Águas e Resíduos de Portimão	100%	1 938 021	0	11 025 512	-	-	-
EM SA	Portimão Urbis SGRU – Soc. Gestão Reabilit. Urbana	100%	836 892	2 157 076	4 726 109	-	-	-
CM	G Porto	-	7 222 388	28 251 354	17 589 831	27,6%	2 896	214 119
EM	CMPEA – Águas do Porto	100%	6 575 538	0	25 437 672	-	-	-
EM	DOMUSSOCIAL – Emp. Habitação e Manutenção	100%	33 787	48 409	6 637 356	-	-	-
EM	Gestão de Obras Públicas da Câmara Mun. do Porto	100%	653	10 395	2 695 039	-	-	-
EM	Porto Lazer	100%	57 542	0	2 491 079	-	-	-
CM	M Porto de Mós	-	1 438 587	2 272 703	1 699 223	21,3%	312	23 633
CM	P Porto Moniz	-	802 162	2 203 852	593 186	67,9%	66	2 390
CM	P Porto Santo	-	-949 549	847 557	1 663 239	40,2%	116	5 162
CM	M Póvoa de Lanhoso	-	2 082 676	4 552 428	1 575 822	44,0%	177	21 521
EM	EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave	100%	26 051	0	731 854	-	-	-
CM	M Póvoa de Varzim	-	4 193 058	11 594 961	3 759 087	39,6%	625	62 344
EEM	Varzim Lazer	100%	6 269	0	224 282	-	-	-
CM	P Povoação	-	641 789	2 820 604	1 397 042	85,1%	100	6 080
CM	M Praia da Vitória	-	-751 511	7 280 537	1 387 753	101,6%	168	21 532
EM SA	Praia Ambiente	100%	34 305	3 993 754	1 388 015	-	-	-
EIM	TERAMB – Gestão e Valoriz. Ambiental Ilha Terceira	40,0%	14 308	2 200 000	6 003 765	-	-	-
CM	P Proença-a-Nova	-	-2 425 236	2 902 919	1 010 731	44,8%	136	7 623
EM	Proençaatur – Empresa de Turismo	100%	-530	238 603	98 911	-	-	-
CM	P Redondo	-	-907 495	317 128	900 192	17,4%	238	6 567
CM	P Reguengos de Monsaraz	-	-2 399 860	8 764 495	10 839 122	182,8%	235	10 254
CM	P Resende	-	379 165	5 275 416	1 327 810	70,7%	256	10 486
EM SA	Companhia das Águas de Caldas de Arêgos	100%	-17 288	150 000	85 546	-	-	-
CM	P Ribeira Brava	-	219 279	4 255 420	1 585 924	90,4%	88	12 446
CM	P Ribeira de Pena	-	117 830	4 888 822	1 768 316	59,9%	173	6 144
CM	M Ribeira Grande	-	3 293 668	9 625 995	1 151 165	70,5%	245	32 770
EIM SA	EIRSU – EIM Resíduos sólidos urban. Ilha de S. Miguel	33%	1 876	0	432 455	-	-	-
CM	M Rio Maior	-	3 523 378	10 638 852	1 475 370	78,8%	291	20 582
EM SA	DESMOR – Gestão Desportiva de Rio Maior	100%	121 647	0	451 948	-	-	-
EM	EPRM – Escola Profissional de Rio Maior	80,0%	53 526	205 000	183 408	-	-	-

Tipo	Designação	Particip. Munic.	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice de Dívida Total	Número de trab. *	Número de hab.**
				Empréstimos	Outras			
CM	P Sabrosa	-	-1064 557	2 542 974	801 795	49,7%	134	5 956
CM	P Sabugal	-	72 930	5 864 284	1 718 906	48,9%	190	11 242
CM	M Salvaterra de Magos	-	-452 531	3 388 466	555 550	39,4%	216	21 567
CM	P Santa Comba Dão	-	116 082	11 319 672	2 217 261	198,2%	141	10 756
CM	M Santa Cruz	-	4 285 519	18 185 921	4 083 344	131,6%	345	44 026
CM	P Santa Cruz da Graciosa	-	620 402	1 077 798	194 023	38,1%	57	4 301
Soc.	Empresa de Transportes Colectivos Graciosa	78,4%	6 821	0	100 294	-	-	-
CM	P Santa Cruz das Flores	-	-281 165	103 536	161 371	10,3%	53	2 198
CM	G Santa Maria da Feira	-	11 981 856	30 642 830	6 450 168	67,9%	774	138 867
EEM	Feira Viva Cultura e Desporto	100%	44 907	0	1 699 602	-	-	-
CM	P Santa Marta de Penaguião	-	-1546 593	1 910 489	720 144	43,7%	145	6 763
CM	P Santana	-	-730 811	2 389 411	717 301	56,9%	87	6 876
CM	M Santarém	-	4 824 705	45 236 893	18 970 728	191,3%	738	58 255
EM SA	Águas de Santarém	100%	431 188	15 982 096	10 280 786	-	-	-
EM SA	Viver Santarém - Soc. Cultura, Desp. Tur. e Gest. Urb.	100%	11 801	0	1 471 546	-	-	-
CM	M Santiago do Cacém	-	3 035 115	8 084 641	2 750 771	49,2%	517	29 047
CM	M Santo Tirso	-	1 435 053	18 171 125	6 827 640	84,6%	376	68 983
CM	P São Brás de Alportel	-	-621 773	1 742 310	652 944	23,9%	247	10 536
CM	M São João da Madeira	-	210 210	4 664 839	2 515 669	47,7%	253	21 460
EM SA	Águas de S. João	51,0%	366 579	1 462 540	909 827	-	-	-
EM	Habitar S. João - Habitação	100%	1 470	0	62 445	-	-	-
CM	P São João da Pesqueira	-	-1 363 260	4 051 450	3 785 091	101,0%	59	7 269
CM	P São Pedro do Sul	-	-281 442	3 296 217	3 313 080	50,1%	368	15 875
EM SA	Termalstur - Termas	100%	-4 036	10 650 459	1 499 075	-	-	-
CM	P São Roque do Pico	-	-416 888	318 303	238 256	15,5%	52	3 295
EEM	Cais Invest	100%	0	3 012 797	10 074	-	-	-
CM	P São Vicente	-	67 504	1 826 879	3 795 289	122,3%	66	5 160
EM SA	Naturnorte - Gest. Equip. Colectivos e Prest. Serviços	97,1%	280 059	0	157 461	-	-	-
CM	P Sardoal	-	142 248	3 570 560	1 401 177	94,4%	160	3 792
CM	P Sátão	-	1 038 697	777 876	1 045 800	17,0%	166	11 835
CM	M Seia	-	1 389 161	45 639 190	1 389 630	258,8%	220	23 027
CM	G Seixal	-	16 449 571	52 391 764	22 451 887	94,4%	1 557	165 123
CM	P Sernancelhe	-	710 681	1 407 044	881 261	27,8%	89	5 437
CM	P Serpa	-	-1 615 475	6 087 191	3 257 184	72,3%	343	14 809
CM	P Sertã	-	298 134	2 711 943	1 332 364	32,3%	221	14 983
CM	M Sesimbra	-	1 780 412	17 593 423	6 854 184	62,0%	872	50 972
CM	G Setúbal	-	4 627 040	30 559 471	28 168 774	91,6%	1 270	116 979
CM	P Sever do Vouga	-	692 589	1 650 565	1 234 032	31,6%	110	11 702

Tipo	Designação	Particip. Munic.	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice de Dívida Total	Número de trab.*	Número de hab.**
				Empréstimos	Outras			
CM	M Silves	-	5 934 706	6 024 282	4 574 504	35,8%	671	36 476
CM	P Sines	-	204 611	9 006 085	6 490 271	96,2%	393	13 665
CM	G Sintra	-	26 215 937	14 949 342	10 937 468	15,6%	2 893	383 946
SMAS	Sintra	100%	-402 587	0	2 842 653	-	-	-
EM SA	EMES – Estacionamento	100%	145 171	0	146 705	-	-	-
EM	Sintra Quórum – Gestão Equip. Culturais e Turísticos	100%	-84 860	0	1 010 736	-	-	-
CM	P Sobral de Monte Agraço	-	-313 661	2 296 150	2 827 177	70,9%	169	10 295
CM	P Soure	-	1 640 861	4 530 103	818 833	45,8%	224	17 799
CM	P Sousel	-	-8 882	2 724 869	927 710	71,8%	169	4 606
CM	P Tábua	-	-767 197	4 735 962	3 112 476	104,1%	158	11 623
CM	P Tabuaço	-	1 549 023	6 247 601	5 702 843	187,1%	98	6 081
CM	P Tarouca	-	-192 030	8 843 483	4 110 985	167,8%	237	7 752
CM	M Tavira	-	-5 194 103	10 844 743	2 117 403	55,1%	403	25 263
EM	EMPET – Parques Empresariais	96,0%	8 179	3 925 514	3 756 155	-	-	-
EM	Tavira Verde – Ambiente	51,0%	861 738	6 365 273	3 732 407	-	-	-
CM	P Terras de Bouro	-	-17 540	2 947 587	707 447	44,8%	196	6 560
CM	M Tomar	-	1 512 671	10 535 665	14 252 643	121,0%	460	37 795
SMAS	Tomar	100%	166 473	0	1 183 440	-	-	-
CM	M Tondela	-	2 540 675	2 213 157	2 499 236	22,8%	272	27 315
CM	P Torre de Moncorvo	-	-1 379 885	10 879 372	1 447 095	120,8%	146	7 853
CM	M Torres Novas	-	2 154 456	17 798 487	2 033 324	95,5%	474	35 420
CM	M Torres Vedras	-	6 384 159	12 680 066	6 797 967	49,8%	634	78 700
SMAS	Torres Vedras	100%	1 368 728	0	1 475 455	-	-	-
EM	Promotorres – Promoção Eventos e Gestão de Equip.	100%	8 241	35 372	806 905	-	-	-
CM	P Trancoso	-	-831 808	5 290 363	954 124	74,0%	201	9 209
EEM	TEGEC – Gestão de Equip. Culturais e de Lazer	100%	-77 699	0	1 221 189	-	-	-
CM	M Trofa	-	5 202 019	29 803 539	4 768 813	178,6%	295	38 210
EEM	Trofa Park – Reabilit. Urb., Desenv. Económico e Inov.	100%	615 582	0	623 291	-	-	-
EM	Trofaguas – Serviços Ambientais	100%	-64 742	4 432 856	4 095 218	-	-	-
CM	M Vagos	-	-3 264 704	6 200 204	7 520 883	116,1%	176	22 840
CM	M Vale de Cambra	-	2 318 763	5 591 449	2 838 705	61,4%	195	21 676
CM	P Valença	-	1 946 844	5 409 537	2 484 222	64,2%	281	13 437
EM	Interminho – Soc. Gestora de Parques Empresariais	100%	-51 514	976 296	81 874	-	-	-
CM	M Valongo	-	-1 789 182	20 079 814	20 097 348	129,4%	547	95 411
EM	Vallis Habita – Gestão Empreendimentos Habitacionais	100%	33 196	305 758	78 597	-	-	-
CM	P Valpaços	-	230 786	4 275 113	2 308 665	39,4%	178	15 336
CM	P Velas	-	1 256 464	4 048 413	222 764	99,3%	79	5 213
CM	P Vendas Novas	-	-1 115 837	3 365 862	1 142 467	58,2%	212	11 463

Tipo	Designação	Particip. Munic.	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice de Dívida Total	Número de trab. *	Número de hab.**
				Empréstimos	Outras			
CM	P Viana do Alentejo	-	118 320	375 461	701 494	16,4%	115	5 263
CM	M Viana do Castelo	-	3 400 280	19 599 033	6 525 946	57,2%	921	85 445
SMSB	Viana Castelo	100%	1544 215	0	907 561	-	-	-
CM	P Vidigueira	-	-1208 679	2 946 664	1557 734	73,4%	209	5 607
CM	P Vieira do Minho	-	136 733	8 748 577	2 680 519	127,9%	136	12 134
CM	P Vila de Rei	-	294 350	1764 886	411548	45,2%	117	3 355
CM	P Vila do Bispo	-	-1716 253	1287 013	5 528 584	64,8%	231	5 192
CM	M Vila do Conde	-	5 854 069	40 182 622	4 528 031	104,0%	1116	79 327
CM	P Vila do Porto	-	1969 009	4 699 315	268 420	113,2%	89	5 653
EEM	SDMSA - Sociedade de des. municipal ilha de Santa Maria	100%	-268 399	4 550 711	60 146	-	-	-
CM	P Vila Flor	-	255 336	1514 290	1181635	29,4%	150	6 170
CM	G Vila Franca de Xira	-	189 703	20 480 468	4 430 817	43,5%	835	140 844
SMAS	Vila Franca Xira	100%	767 647	0	1097 516	-	-	-
CM	P Vila Franca do Campo	-	364 952	23 482 564	480 758	347,1%	97	11 256
SA	Atlântico Vila	Si	-24 423	31523	289 421	-	-	-
EM	Marina da Vila - Indústrias de Marinas e Recreio	100%	10 186	17 623	49 204	-	-	-
EM	VFC Empreendimentos - EM Activ. Desport., Rec. Tur.	85,0%	-8 571	370 695	1821314	-	-	-
EM	Vila Solidária - Empresa Mun. de Habitação Social	100%	-108 271	0	442 507	-	-	-
EIM SA	EIRSU - EIM Resíduos sólidos urban. Ilha de S. Miguel	33%	1876	0	432 455	-	-	-
CM	P Vila Nova da Barquinha	-	141883	3 474 205	584 925	63,2%	159	7 314
EM SA	CDN - Gestão e Promoção do Parque Empresarial	94,3%	82	0	29 589	-	-	-
CM	P Vila Nova de Cerveira	-	441 489	4 901 623	1 304 765	55,2%	242	8 880
CM	G Vila Nova de Famalicão	-	10 642 354	23 643 319	12 672 727	56,3%	1404	132 337
CM	P Vila Nova de Foz Côa	-	877 004	1059 058	870 395	19,8%	174	6 673
EM	Fozcoainvest - Energia, Turismo e Serviços	92,3%	902 959	2 940 959	554	-	-	-
CM	G Vila Nova de Gaia	-	22 247 966	136 543 707	33 597 565	157,2%	1849	300 001
EM SA	Águas e Parque Biológico de Gaia	100%	228 389	46 685 801	12 369 500	-	-	-
EM	Gaiurb - Urbanismo e Habitação	100%	19 225	3 043 860	3 179 915	-	-	-
CM	P Vila Nova de Paiva	-	653 325	3 624 555	960 391	80,6%	120	4 833
CM	P Vila Nova de Poiares	-	415 440	14 071 648	2 606 787	278,3%	119	7 011
CM	P Vila Pouca de Aguiar	-	452 203	2 917 411	2 373 327	31,6%	221	12 225
CM	M Vila Real	-	3 750 182	13 963 915	1 989 925	65,6%	348	50 072
EM	EMARVR - EM de Água e Resíduos de Vila Real	100%	183 005	2 323 562	4 131 490	-	-	-
EM	VRS - Vila Real Social, Habitação e Transportes	100%	48 994	59 127	224 466	-	-	-
CM	P Vila Real de Santo António	-	-2 274 877	61 691 187	14 548 025	396,3%	357	19 043
EM SA	VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	100%	376 191	42 546 223	31 413 800	-	-	-
CM	P Vila Velha de Ródão	-	1 429 540	397 978	397 596	12,4%	135	3 239
CM	M Vila Verde	-	-2 321 085	17 168 083	3 449 530	92,7%	357	47 110

Tipo	Designação	Particip. Munic.	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice de Dívida Total	Número de trab. *	Número de hab.**
				Empréstimos	Outras			
CM	P Vila Viçosa	-	-1059 877	2 642 727	781 388	55,1%	148	7 894
CM	P Vimioso	-	882 514	3 210 168	611 117	47,6%	132	4 173
CM	P Vinhais	-	212 017	1 238 674	1 134 846	18,9%	161	8 104
EEM	ProRuris – EM de Desenvolvimento Rural de Vinhais	100%	215	0	106 709	-	-	-
CM	M Viseu	-	5 092 057	17 045 210	8 210 898	52,0%	729	97 849
SMAS	Viseu	100%	1 003 843	0	5 163 667	-	-	-
EM	Habisolvis – Habitação Social	100%	2 550	0	24 882	-	-	-
SA	WISEUNOVO – SRU – Soc. de Reabilitação Urbana	55,0%	24 319	236 248	291 078	-	-	-
CM	M Vizela	-	1 551 607	14 417 765	2 206 262	141,3%	237	23 740
EIM	Vimãgua – Água e Saneamento de Guimarães e Vizela	10,0%	651 255	13 939 784	15 705 669	-	-	-
CM	P Vouzela	-	-1 512 174	6 150 377	500 864	84,8%	163	9 927
EIM	Águas do Ribatejo	(1)	1 592 315	20 987 910	16 227 628	-	-	-
EIM	AMBILITAL – Investimentos Ambientais no Alentejo	(2)	362 953	501 882	1 869 139	-	-	-
EIM	Ambisousa – Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos	(3)	109 344	0	2 141 068	-	-	-
EIM	BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sól.	(4)	201 260	8 209 619	5 620 437	-	-	-
EIM SA	ECOBELRÃO – Trat. Resíduos Sólidos Planalto Beirão	(5)	12 390	2 123 497	10 599 250	-	-	-
EIM	Ecolezíria – Tratamento de Resíduos Sólidos	(6)	171 094	68 270	1 124 822	-	-	-
EIM SA	EHATB – Emp. Hidroelétricos Alto Tâmega e Barroso	(7)	1 188 760	4 024 193	2 240 064	-	-	-
EIM	GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos	(8)	169 751	4 437 696	3 139 585	-	-	-
EIM SA	LT, Sociedade de Reabilitação Urbana	(9)	-5 844	0	233 834	-	-	-
EIM	MINHOCOM – Gestão Infraestruturas de Telecomunic.	(10)	2 384	0	642 096	-	-	-
EIM SA	Município, SA – Emp. de Cartografia e Sist. Informação	(11)	7 837	213 261	603 977	-	-	-
EIM	MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente	(12)	396 132	0	973 969	-	-	-
EIM	Naturtejo – Empresa de Turismo	(13)	4 533	226 000	91 917	-	-	-
EIM	PERM – Parque Emp. de Recuperação de Materiais	(14)	7 849	5 247 138	1 239 453	-	-	-
EMT SA	PRIMUS – Promoção e desenvolvimento Regional	(15)	-39 905	0	677	-	-	-
EIM	Resíduos do Nordeste	(16)	144 039	10 499 958	4 481 044	-	-	-
EIM	TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos	(17)	526 972	150 067 747	12 004 030	-	-	-
EIM	VALICOM – Gestão de Infraestruturas de Telecomunic.	(18)	44 431	0	757 166	-	-	-
EIM	WRC – Agência de Desenvolvimento Regional	(19)	48	100 000	91 375	-	-	-
EIM	Resialentejo – Tratamento e Valorização de Resíduos	(20)	S/ info	S/ info	S/ info	-	-	-

* Fonte: Portal da transparência municipal, cuja fonte é a Direção-Geral das Autarquias Locais

** Fonte: Instituto Nacional de Estatística

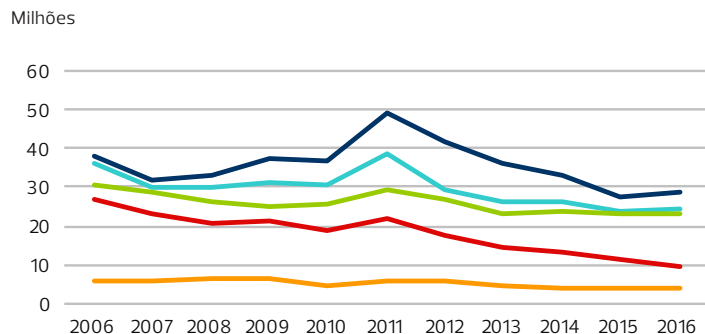
- (1) Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%).
- (2) **AMAGRA – Associação de Municípios Alentejanos (Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém, Sines, Aljustrel e Ferreira do Alentejo) – 51,00%.**
- (3) Associação de Municípios do Vale do Sousa (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel) – 100%.
- (4) Amares (3,7%), Póvoa de Lanhoso (4,2%) Terras de Bouro (2,4%), Vila Verde (5,0%), Vieira do Minho (5,7%) e Agere (Braga) (79,0%).
- (5) Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela.
- (6) **RESIURB – Associação de Municípios para o Tratamento de resíduos Sólidos (Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche e Salvaterra de Magos) – 100%.**
- (7) Boticas (16,7%), Chaves (16,7%), Montalegre (16,7%), Ribeira de Pena (16,7%), Valpaços (16,7%) e Vila Pouca de Aguiar (16,7%).
- (8) **CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa) – 60%.**
- (9) Almeirim (10,24%), Alpiarça (5,39%), Azambuja (9,28%), Cartaxo (9,69%), Chamusca (10,21%), Coruche (16,12%), Golegã (2,30%), Rio Maior (11,22%) e Santarém (25,76%).
- (10) **Associação de Municípios do Vale do Minho (Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira) – 51,0%.**
- (11) Aguiar da Beira, Albergaria-a-Velha, Alvaiázere, Ansião, Arganil, Barcelos, Boticas, Bragança, Cabeceiras de Basto, Carregal do Sal, Castelo Branco, Covilhã, Figueira da Foz, Fundão, Góis, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Ílhavo, Lagoa, Lamego, Leiria, Loulé, Mafra, Maia, Mangualde, Monchique, Mourão, Oeiras (56,71%), Olhão, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Paços de Ferreira, Paredes, Penacova, Penamacor, Ponta Delgada, Ponte da Barca, Portalegre, Portimão, Santa Marta Penaguião, Santiago do Cacém, São João da Madeira, São Pedro do Sul, Sernancelhe, Sertã, Sesimbra, Sever do Vouga, Silves, Sines, Sintra, Tavira, Trofa, Vale de Cambra, Vieira do Minho, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Poiares, Viseu, Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, Associação para o Des. Baixo Guadiana, Associação de Municípios do Vale Douro Norte, Associação de Municípios do Douro Superior (AMDS), Associação de Municípios PEFICA, Associação de Municípios do Norte Alentejano, Associação de Municípios de Alta Estremadura, e Associação de Municípios do Distrito Évora.
- (12) **AMISM – Associação de município da Ilha de São Miguel (Lagoa, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo) – 100%.**
- (13) Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Nisa e Vila Velha de Ródão.
- (14) **Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (Arouca, Oliveira de Aze-
méis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra) – 51%.**
- (15) Área Metropolitana do Porto (Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Aze-
méis, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da
Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia) – 74,68%
- (16) **Associação dos Municípios da Terra Quente Transmontana (Alfândega da Fé,
Carraceda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor) – 41,0%; Asso-
ciação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano (Bragança, Miranda
do Douro, Mogadouro, Vimioso e Vinhais) – 37,0%; Associação dos Municípios do
Douro Superior (Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Miranda do Douro, Torre de
Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa) – 22,0%.**
- (17) **AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o
Tratamento de Resíduos Sólidos – 100%.**
- (18) **Associação de Municípios do Vale do Minho (Melgaço, Monção, Paredes de Cou-
ra, Valença e Vila Nova de Cerveira) – 51,0%; Arcos de Valdevez; Caminha; Esposen-
de; Ponte da Barca; Ponte de Lima; e Viana do Castelo.**
- (19) Albergaria-a-Velha (0,55%), Almeida (0,18%), Alvaiázere (0,18%), Anadia (69,20%), Arganil (0,36%), Batalha (0,36%), Belmonte (0,18%), Cantanhede (0,73%),
Castanheira de Pera (0,18%), Castelo Branco (1,09%), Celorico da Beira (0,18%),
Coimbra (3,09%), Covilhã (1,09%), Figueira da Foz (1,27%), Figueira de Castelo Rodri-
go (0,18%), Góis (0,18%), Guarda (0,91%), Manteigas (0,18%), Mealhada (0,36%), Mira
(0,18%), Miranda do Corvo (0,18%), Montemor-o-Velho (0,55%), Mortágua (0,18%),
Nelas (0,36%), Oliveira de Frades (0,18%), Oliveira do Bairro (0,55%), Oliveira do Hos-
pital (0,36%), Pampilhosa da Serra (0,18%), Pedrogão Grande (0,18%), Penacova
(0,36%), Penalva do Castelo (0,18%), Penela (0,18%), Porto de Mós (0,18%), São Pedro
do Sul (0,36%), Sertã (0,18%), Sever do Vouga (0,18%), Soure (0,36%), Tábua (0,18%)
e Vila Nova de Poiares (0,27%).
- (20) **Almodôvar (12,5%), Barrancos (12,5%), Beja (12,5%), Castro Verde (12,5%), Mér-
toia (12,5%), Moura (12,5%), Ourique (12,5%) e Serpa (12,5%).**

ANEXO II
EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA POR MUNICÍPIO
(por ordem alfabética)

*Dados censos 2011

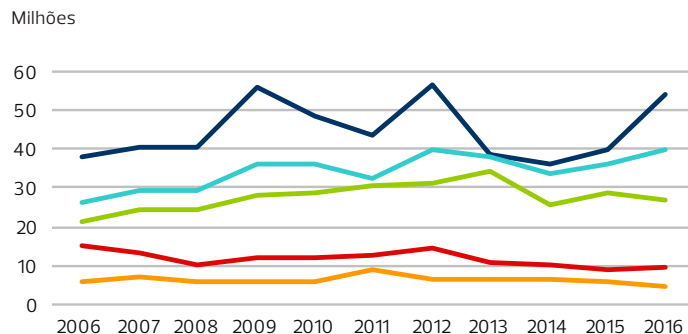
Abrantes

39 325
HABITANTES



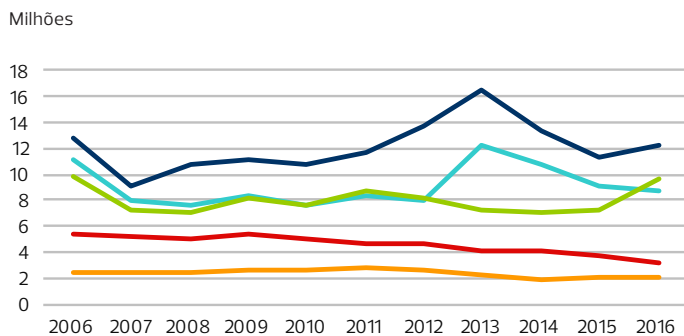
Águeda

47 729
HABITANTES



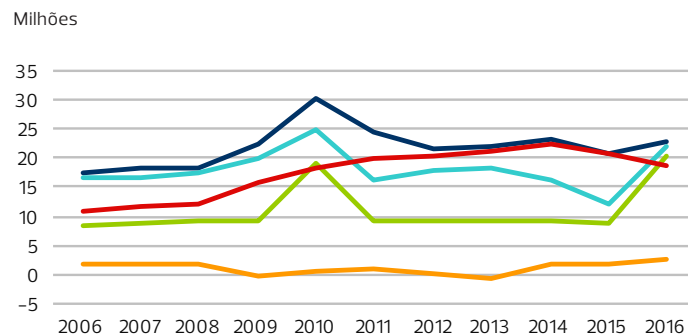
Aguiar da Beira

5 473
HABITANTES



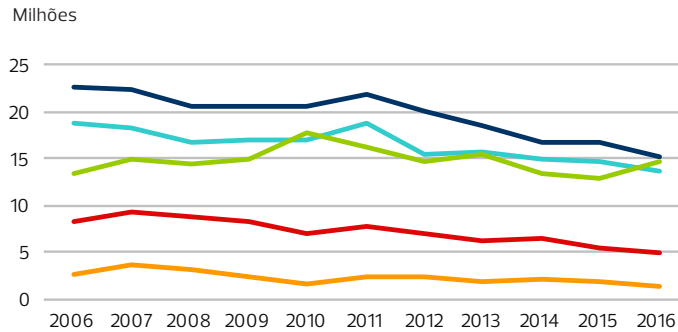
Alandroal

5 843
HABITANTES



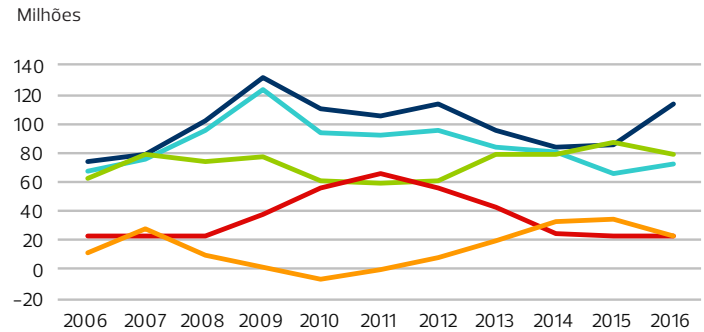
Albergaria-a-Velha

25 252
HABITANTES



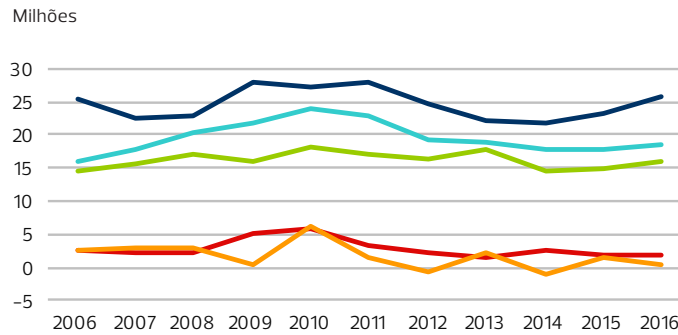
Albufeira

40 828
HABITANTES



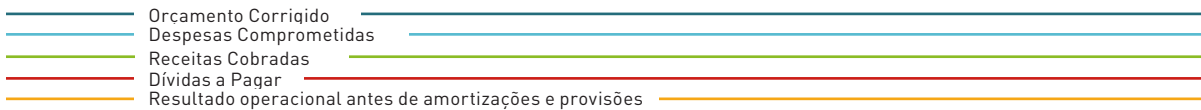
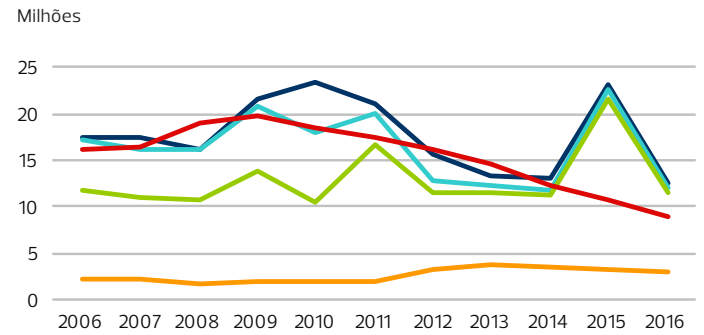
Alcácer do Sal

13 046
HABITANTES



Alcanena

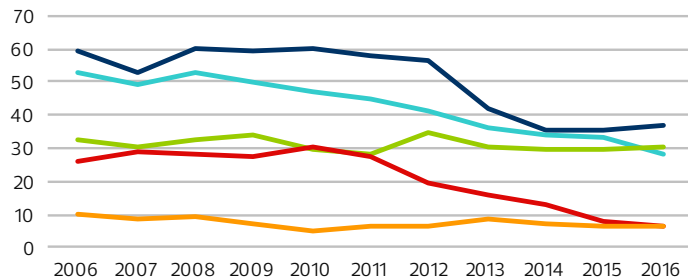
13 868
HABITANTES



Alcobaça

56 693
HABITANTES

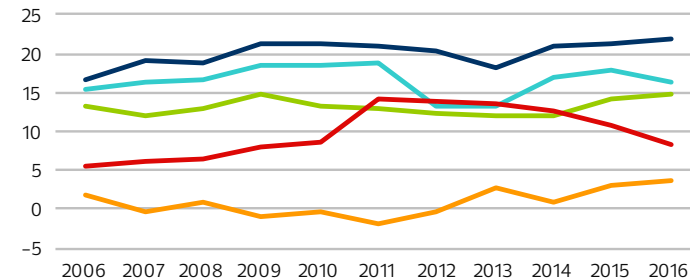
Milhões



Alcochete

17 569
HABITANTES

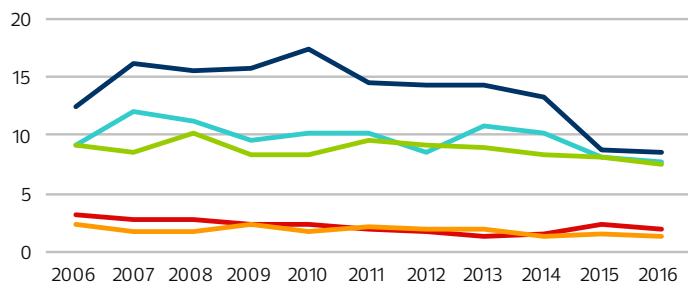
Milhões



Alcoutim

2 917
HABITANTES

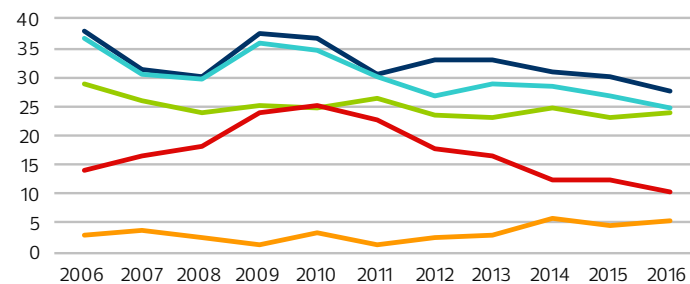
Milhões



Alenquer

43 267
HABITANTES

Milhões



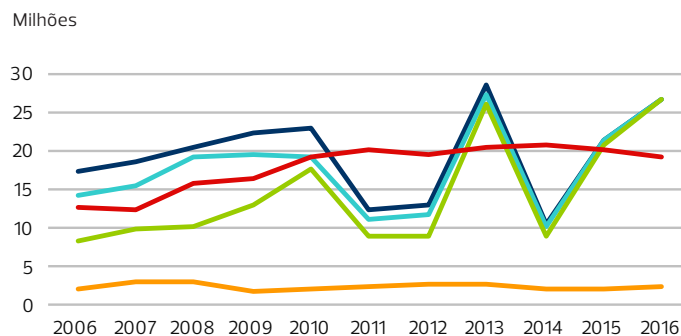
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

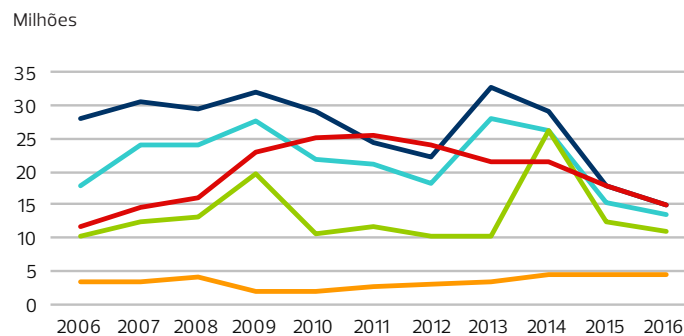
Alfândega da Fé

5 104
HABITANTES



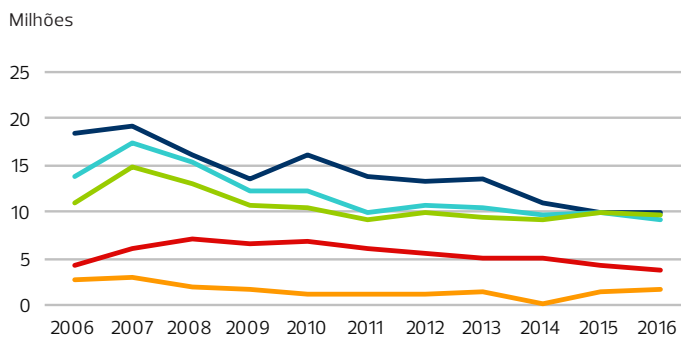
Alijó

11 942
HABITANTES



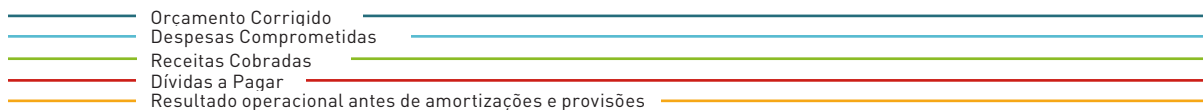
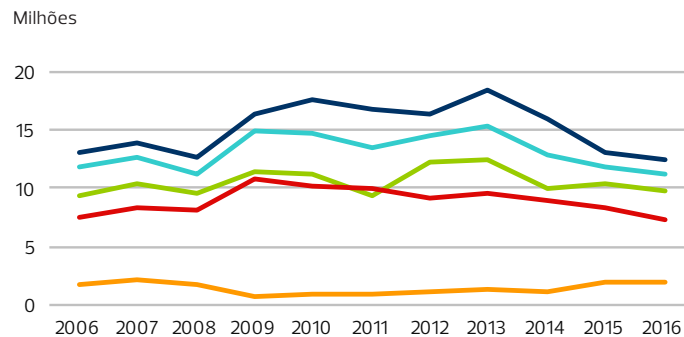
Aljezur

5 884
HABITANTES



Aljustrel

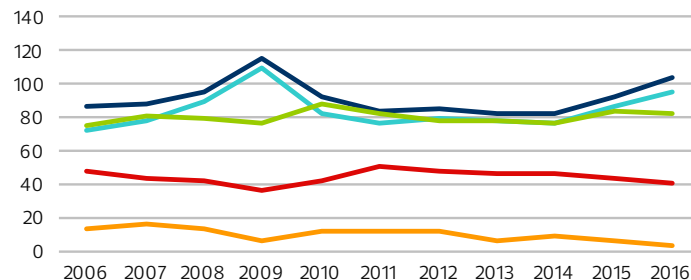
9 257
HABITANTES



Almada

174 030
HABITANTES

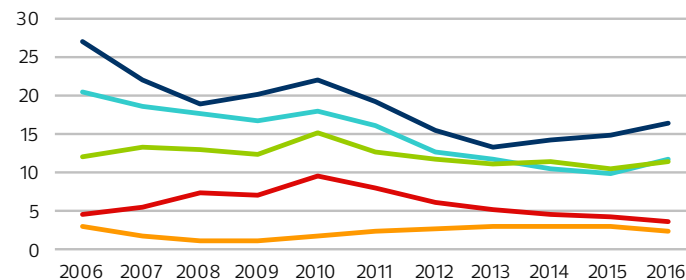
Milhões



Almeida

7 242
HABITANTES

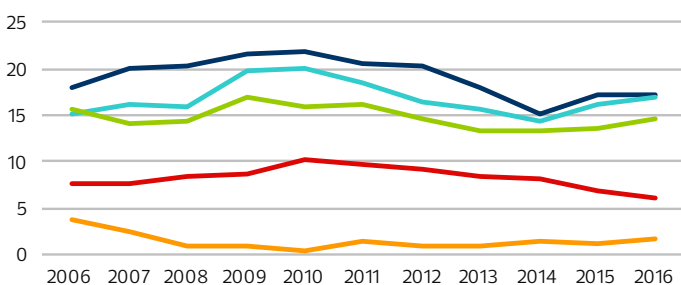
Milhões



Almeirim

23 376
HABITANTES

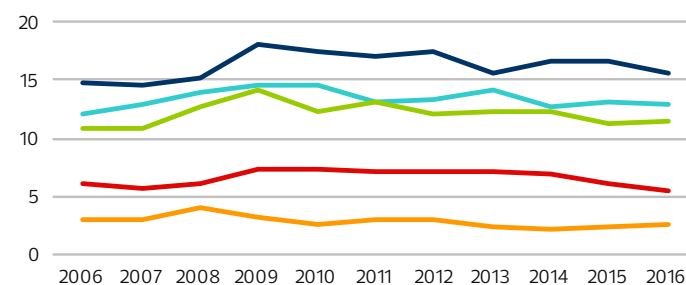
Milhões



Almodôvar

7 449
HABITANTES

Milhões



LEGENDA

Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande
>100 000 hab.

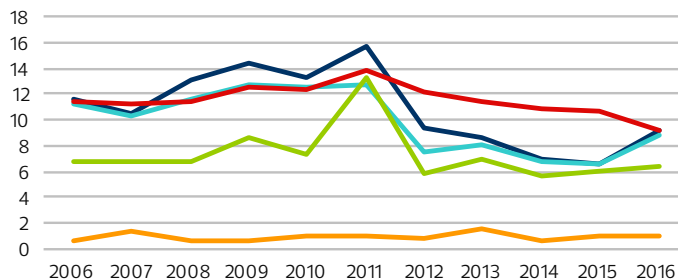
Médio
<100 000 hab.

Pequeno
<20 000 hab.

Alpiarça

7 702
HABITANTES

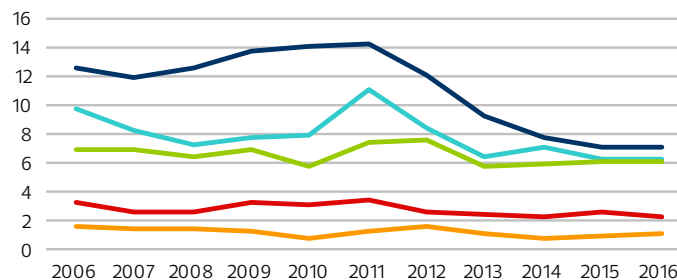
Milhões



Alter do Chão

3 562
HABITANTES

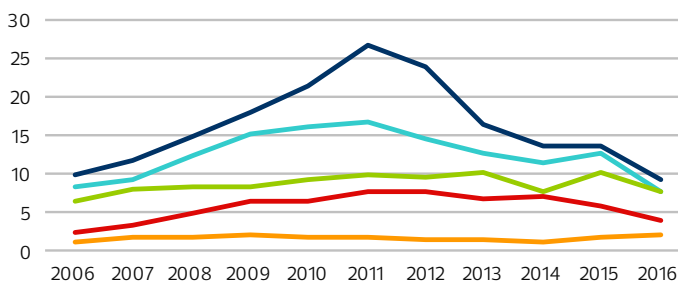
Milhões



Alvaiázere

7 287
HABITANTES

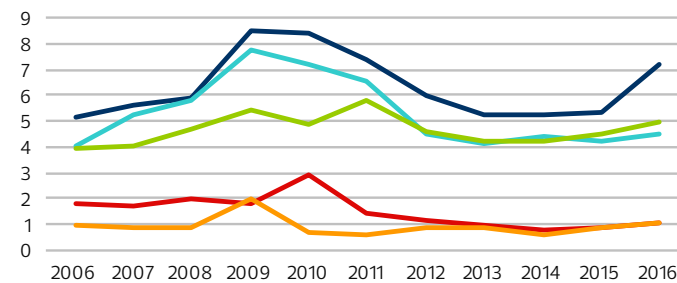
Milhões



Alvito

2 504
HABITANTES

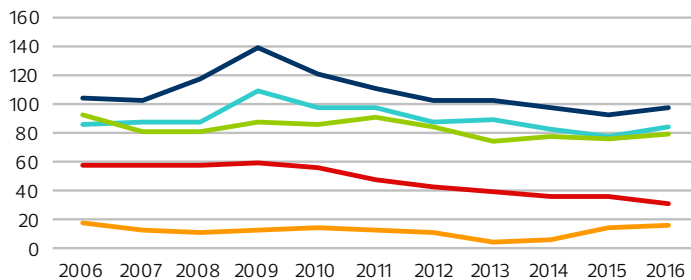
Milhões



Amadora

175 136
HABITANTES

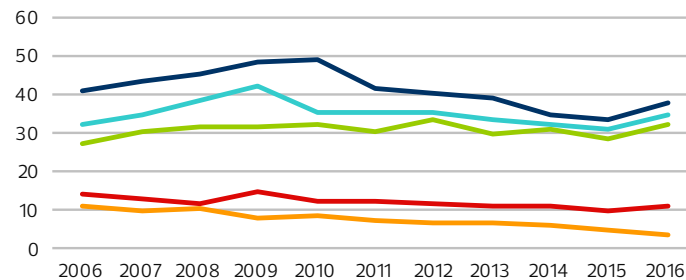
Milhões



Amarante

56 264
HABITANTES

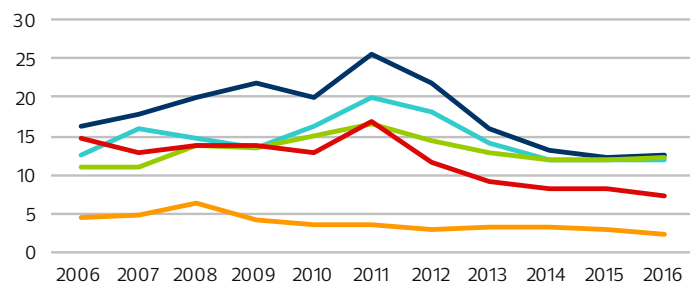
Milhões



Amares

18 889
HABITANTES

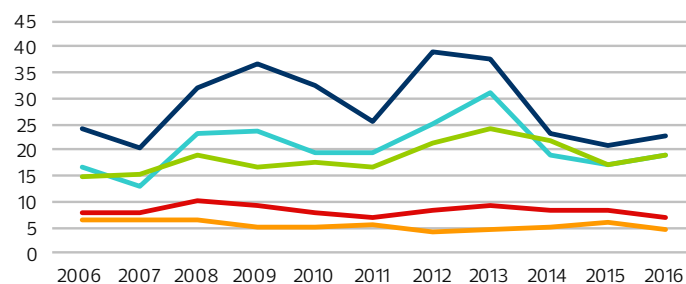
Milhões



Anadia

29 150
HABITANTES

Milhões

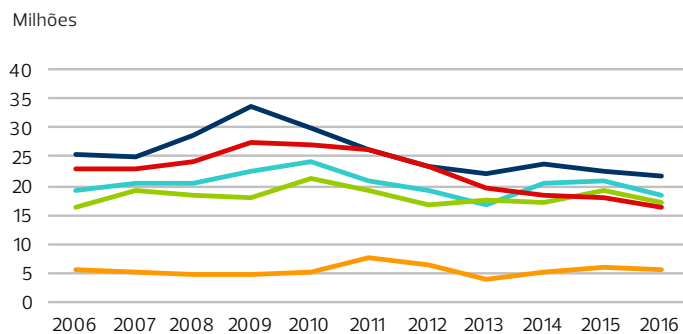


LEGENDA



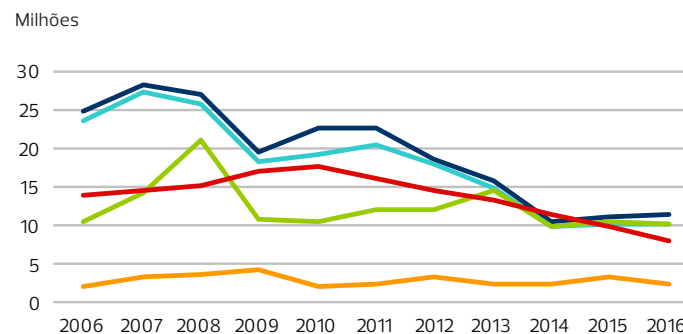
Angra do Heroísmo

35 402
HABITANTES



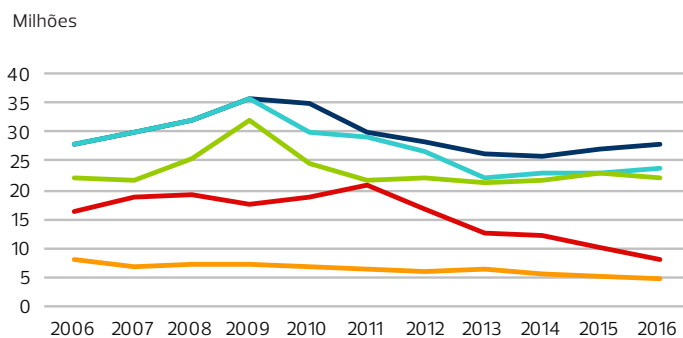
Ansião

13 128
HABITANTES



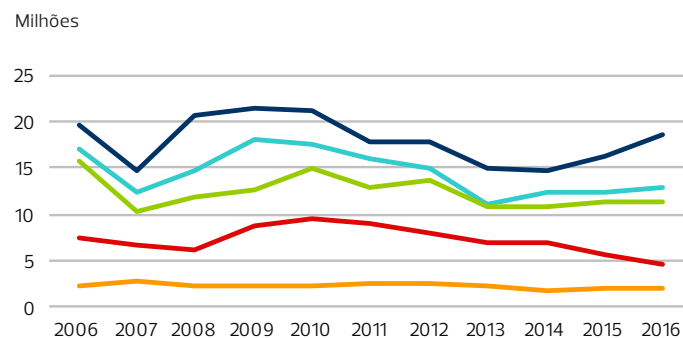
Arcos de Valdevez

22 847
HABITANTES



Arganil

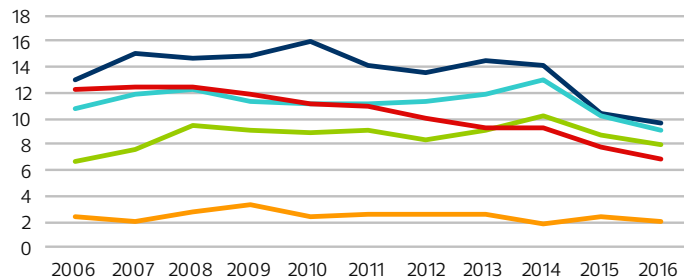
12 145
HABITANTES



Armamar

6 297
HABITANTES

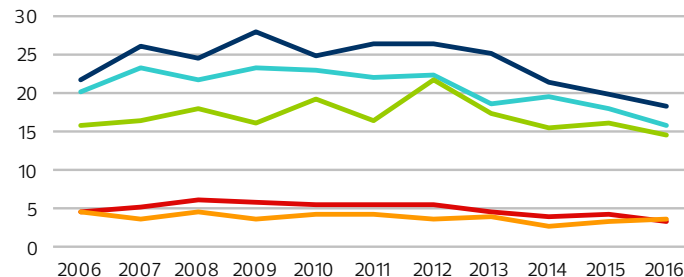
Milhões



Arouca

22 359
HABITANTES

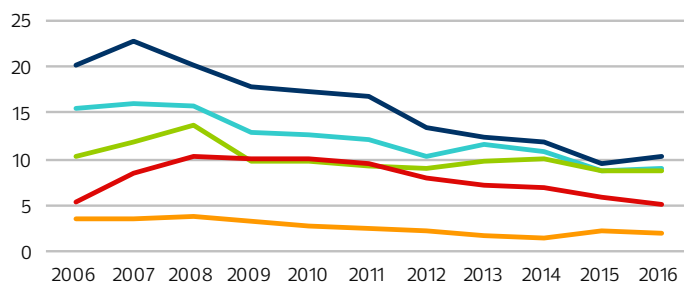
Milhões



Arraiolos

7 363
HABITANTES

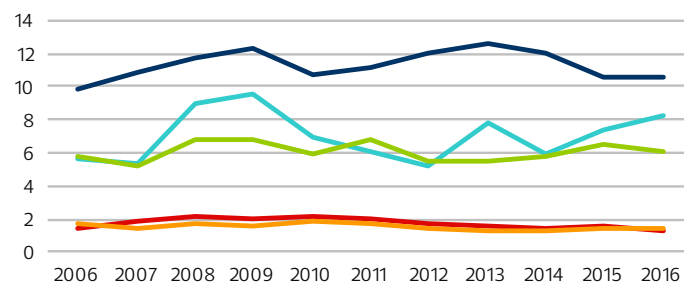
Milhões



Arronches

3 165
HABITANTES

Milhões

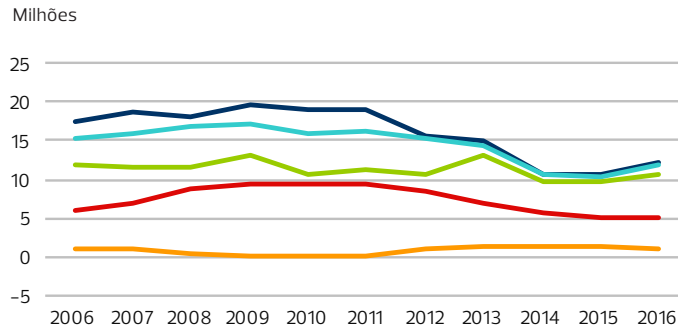


- LEGENDA
- Orçamento Corrigido
 - Despesas Comprometidas
 - Receitas Cobradas
 - Dívidas a Pagar
 - Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

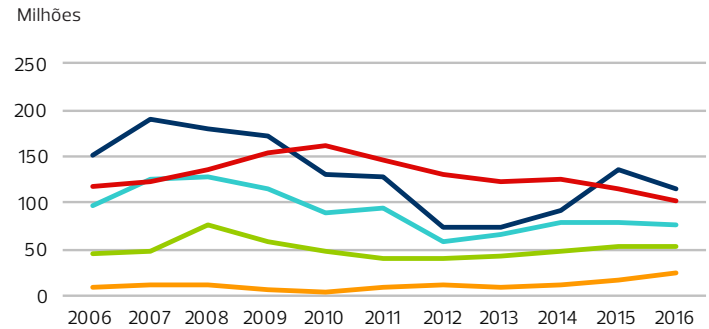
Arruda dos Vinhos

13 391
HABITANTES



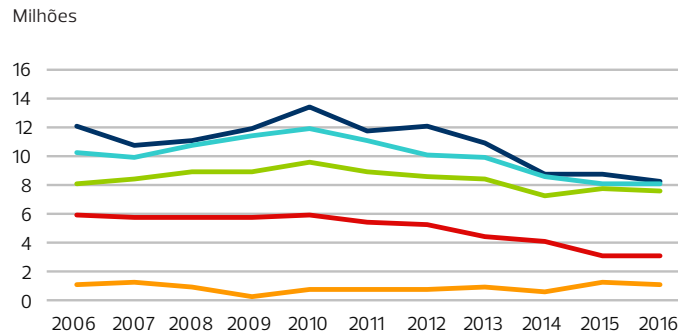
Aveiro

78 450
HABITANTES



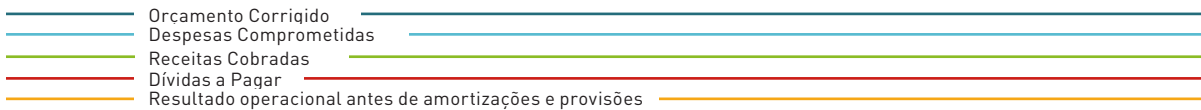
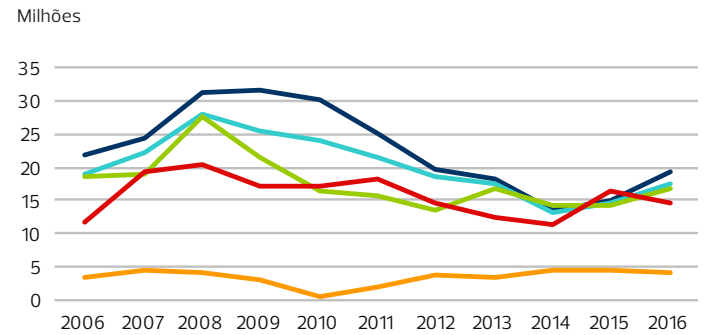
Avis

4 571
HABITANTES



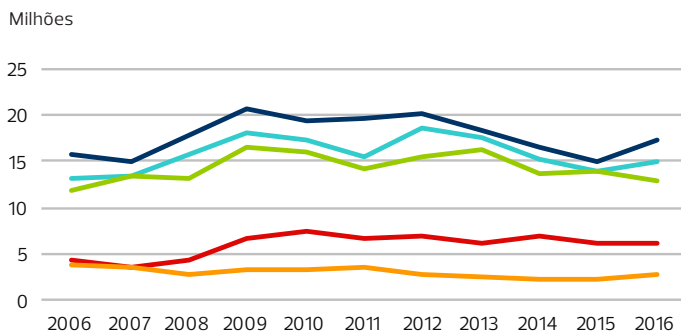
Azambuja

21 814
HABITANTES



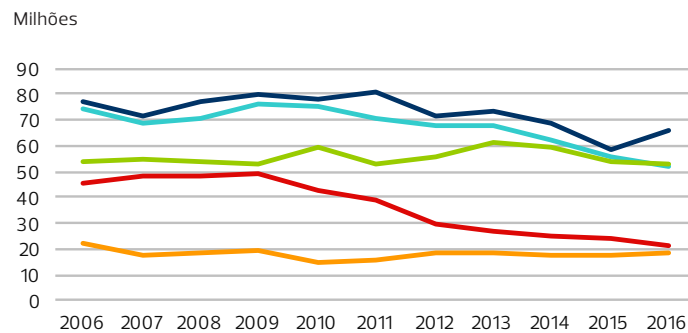
Baião

20 522
HABITANTES



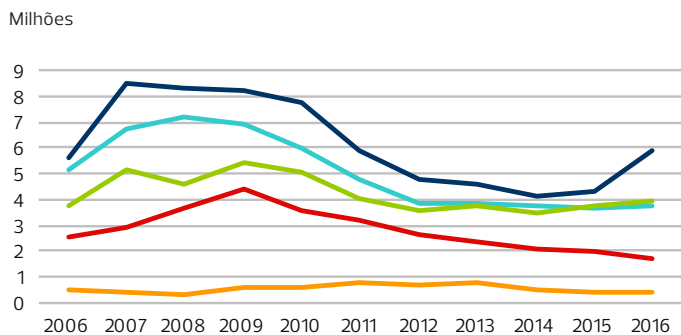
Barcelos

120 391
HABITANTES



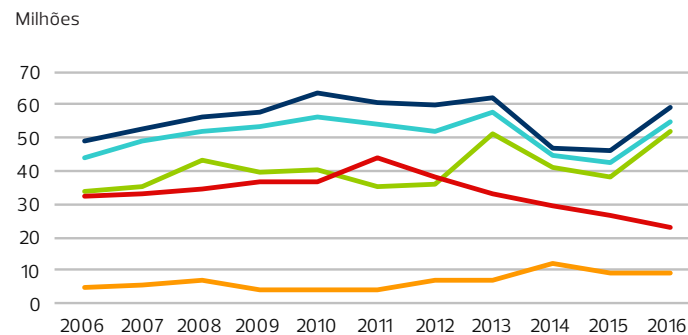
Barrancos

1 834
HABITANTES



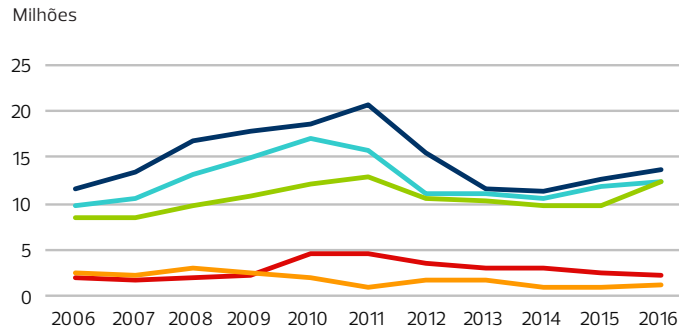
Barreiro

78 764
HABITANTES



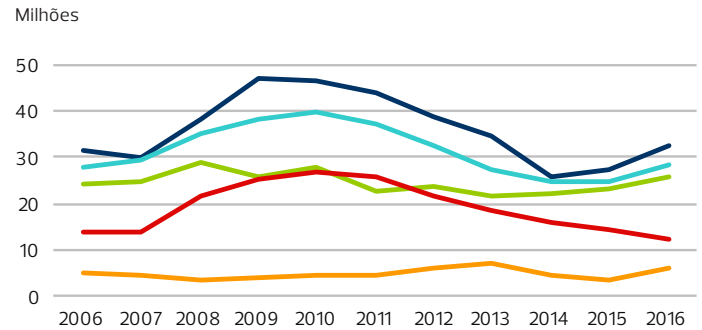
Batalha

15 805
HABITANTES



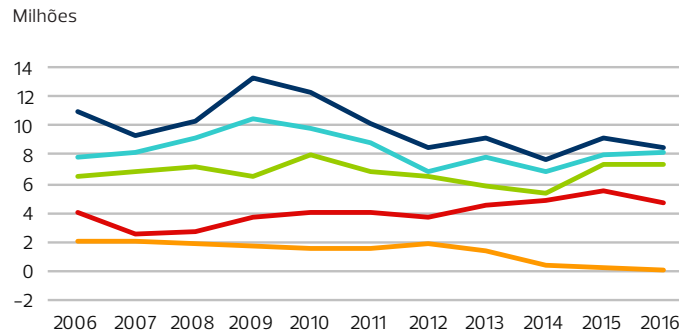
Beja

35 854
HABITANTES



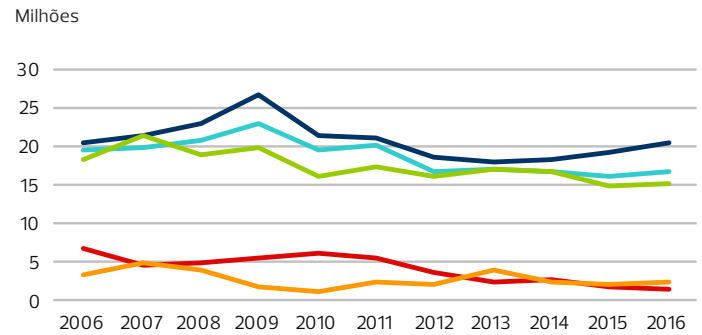
Belmonte

6 859
HABITANTES



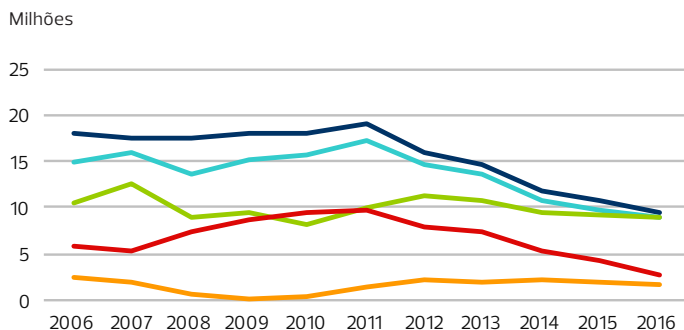
Benavente

29 019
HABITANTES



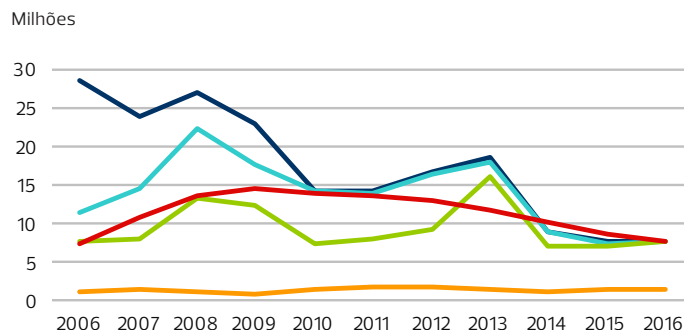
Bombarral

13 193
HABITANTES



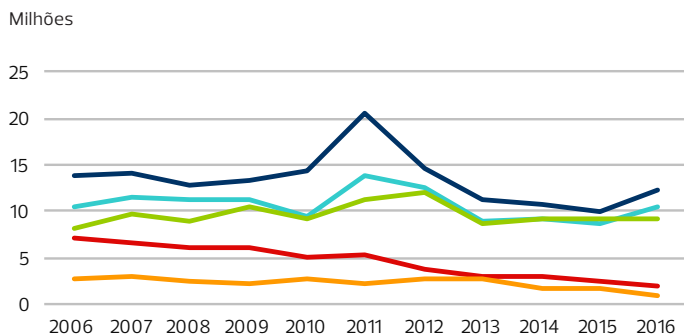
Borba

7 333
HABITANTES



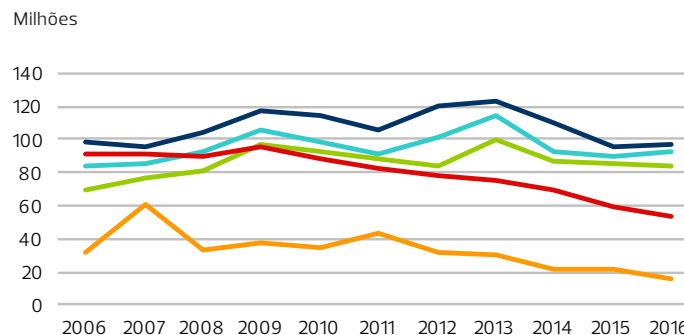
Boticas

5 750
HABITANTES



Braga

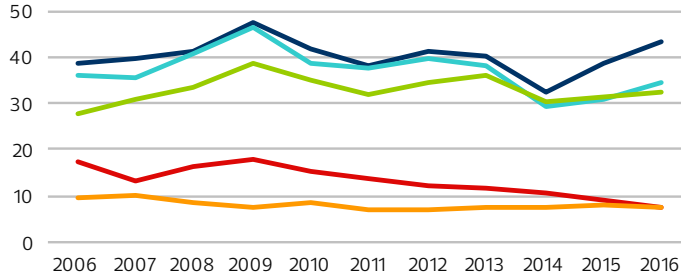
181 494
HABITANTES



Bragança

35 341
HABITANTES

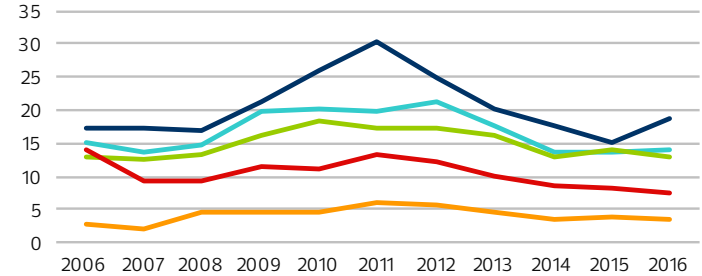
Milhões



Cabeceiras de Basto

16 710
HABITANTES

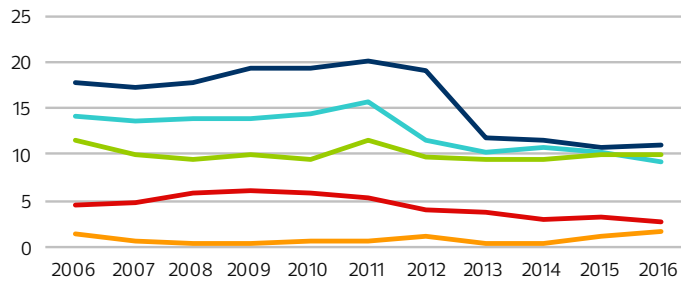
Milhões



Cadaval

14 228
HABITANTES

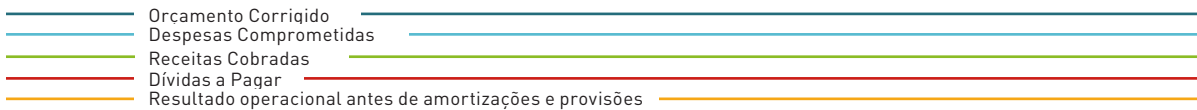
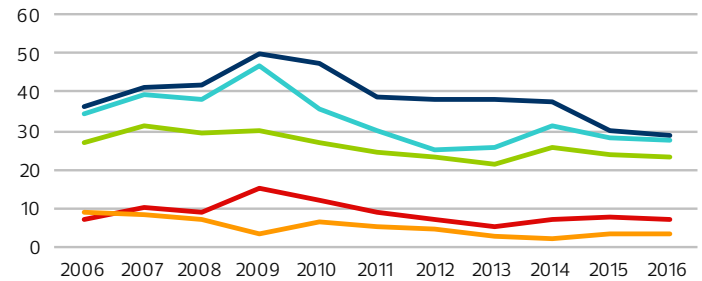
Milhões



Caldas da Rainha

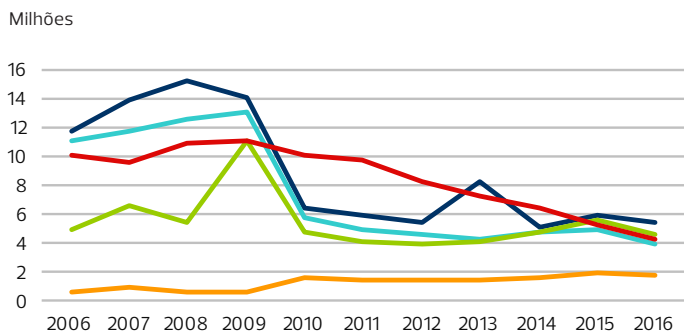
51 729
HABITANTES

Milhões



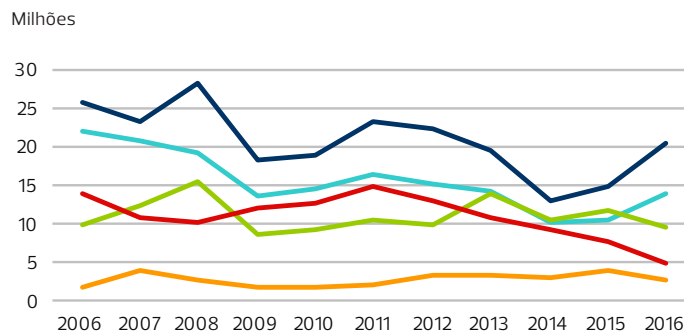
Calheta (R. A. A.)

3 773
HABITANTES



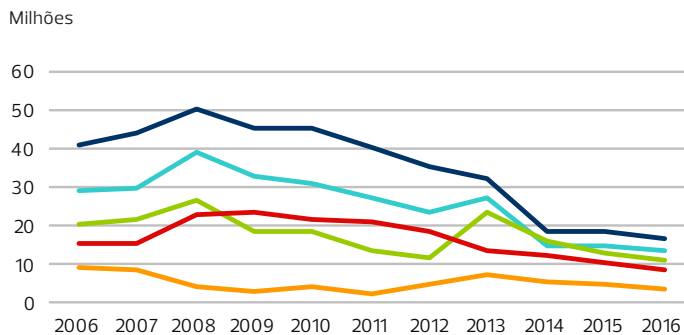
Calheta (R. A. M.)

11 521
HABITANTES



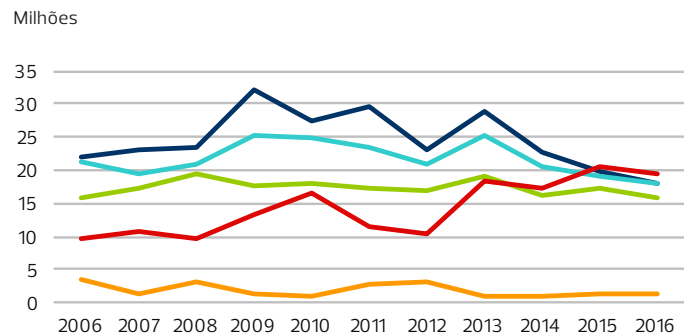
Câmara de Lobos

35 666
HABITANTES



Caminha

16 684
HABITANTES

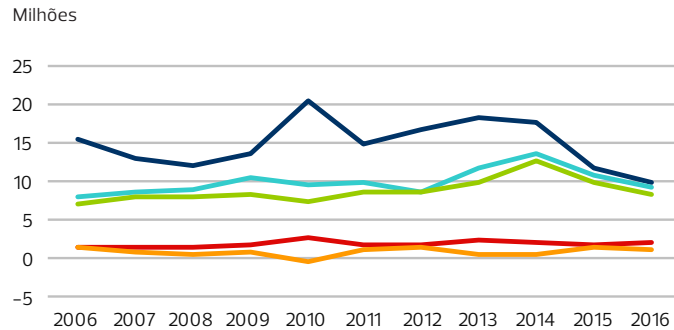


- LEGENDA
- Orçamento Corrigido
 - Despesas Comprometidas
 - Receitas Cobradas
 - Dívidas a Pagar
 - Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

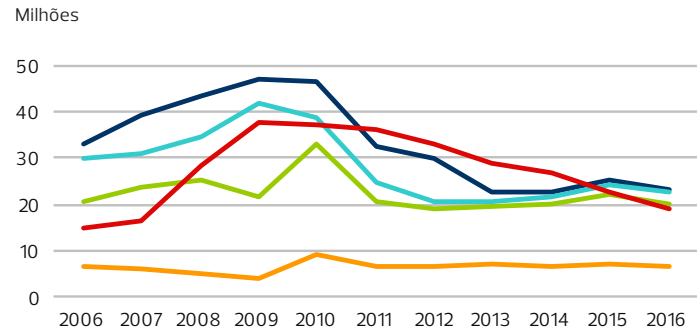
Campo Maior

8 456
HABITANTES



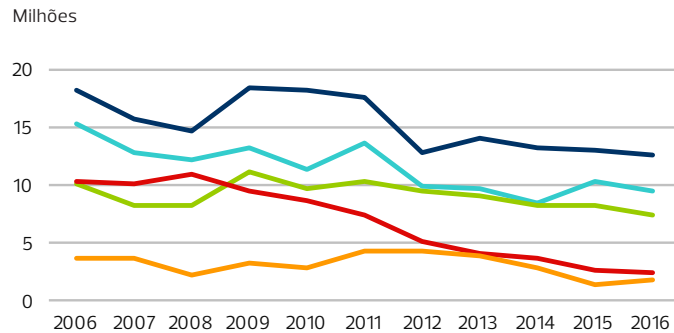
Cantanhede

36 595
HABITANTES



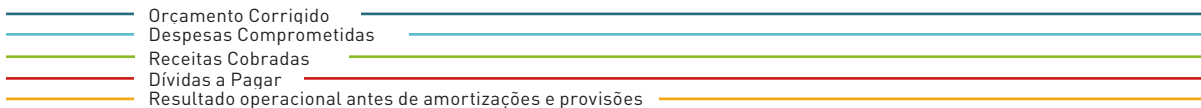
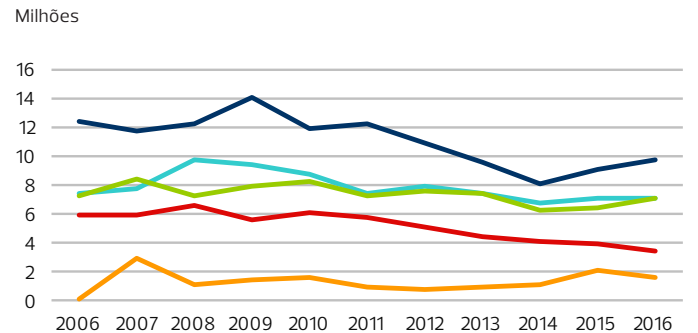
Carrazeda de Ansiães

6 373
HABITANTES



Carregal do Sal

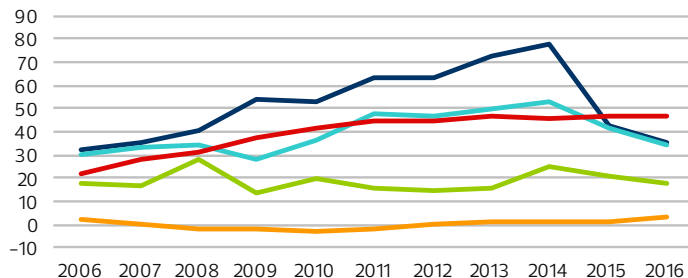
9 835
HABITANTES



Cartaxo

24 462
HABITANTES

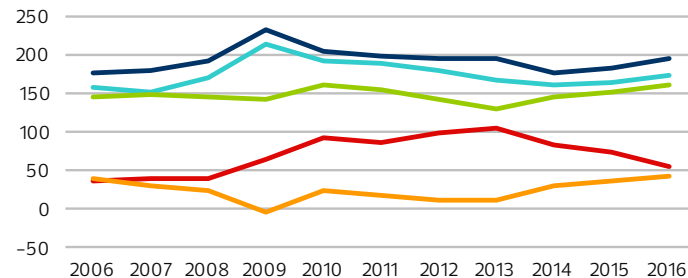
Milhões



Cascais

206 479
HABITANTES

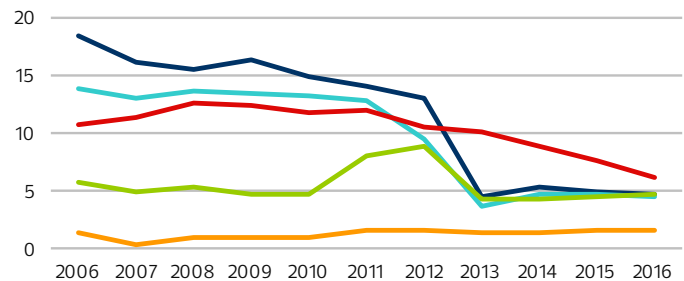
Milhões



Castanheira de Pêra

3 191
HABITANTES

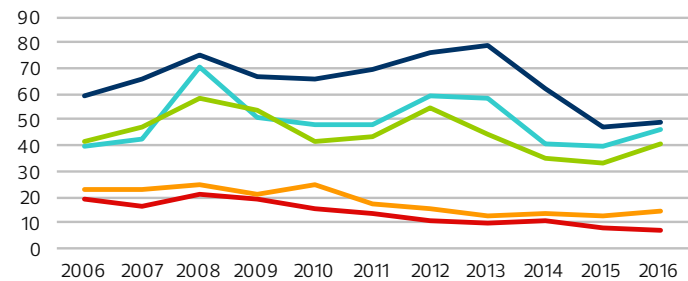
Milhões



Castelo Branco

56 109
HABITANTES

Milhões



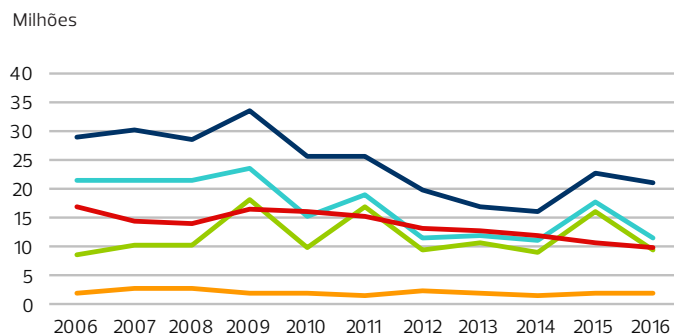
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

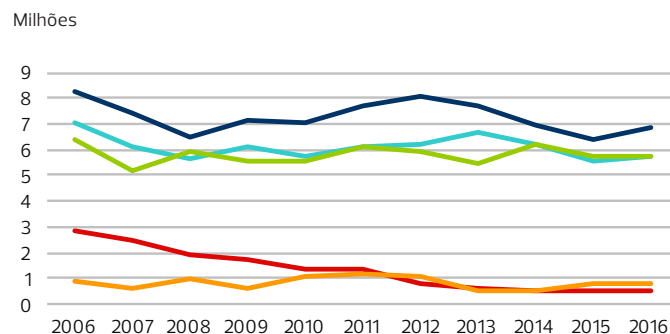
Castelo de Paiva

16 733
HABITANTES



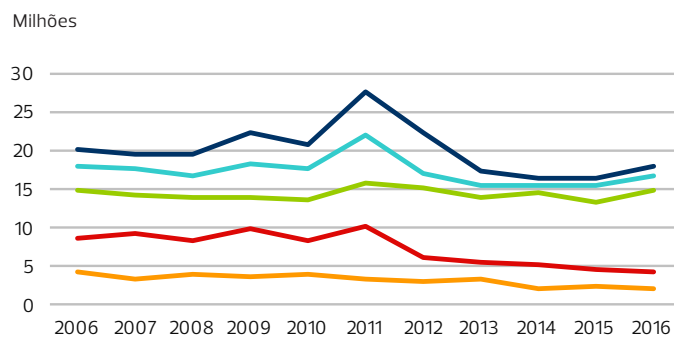
Castelo de Vide

3 407
HABITANTES



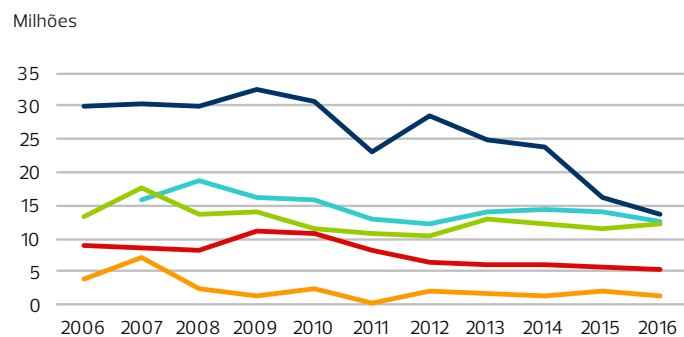
Castro Daire

15 339
HABITANTES



Castro Marim

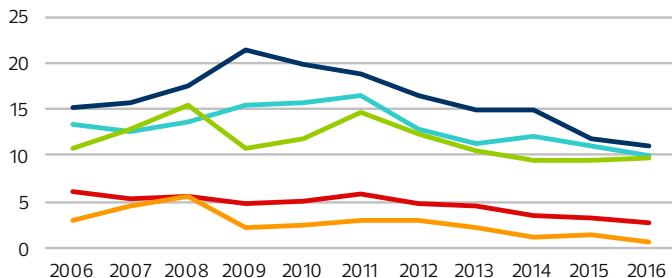
6 747
HABITANTES



Castro Verde

7 276
HABITANTES

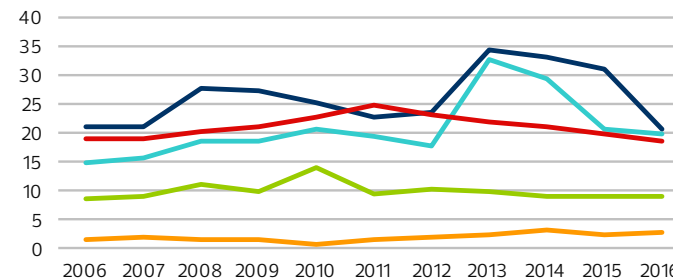
Milhões



Celorico da Beira

7 693
HABITANTES

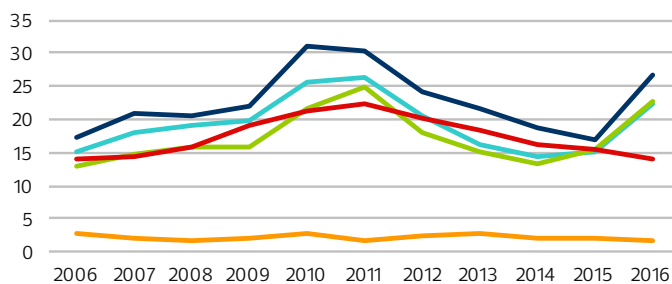
Milhões



Celorico de Basto

20 098
HABITANTES

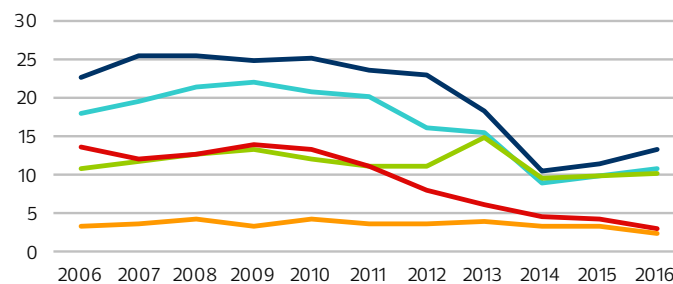
Milhões



Chamusca

10 120
HABITANTES

Milhões



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande

>100 000 hab.

Médio

<100 000 hab.

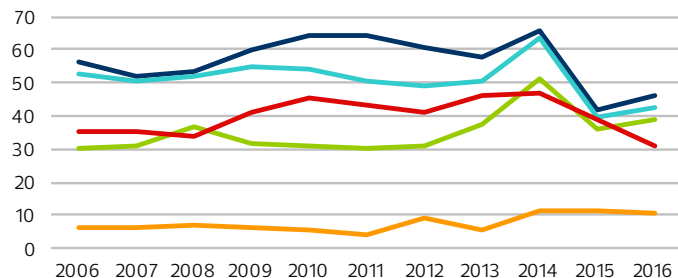
Pequeno

<20 000 hab.

Chaves

41 243
HABITANTES

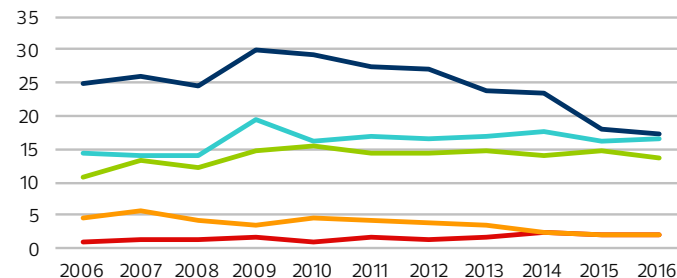
Milhões



Cinfães

20 427
HABITANTES

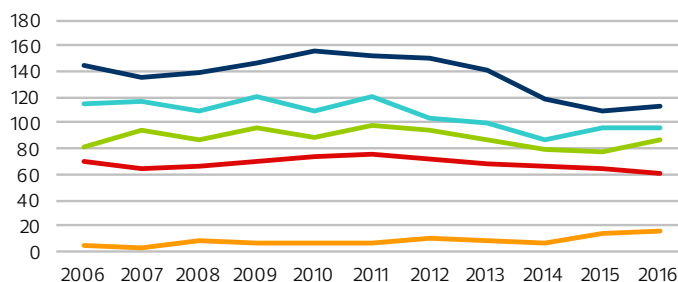
Milhões



Coimbra

143 396
HABITANTES

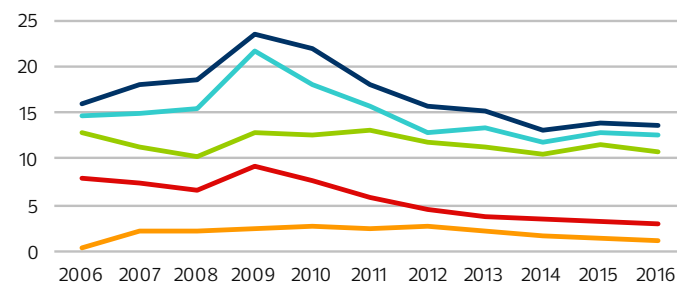
Milhões



Condeixa-a-Nova

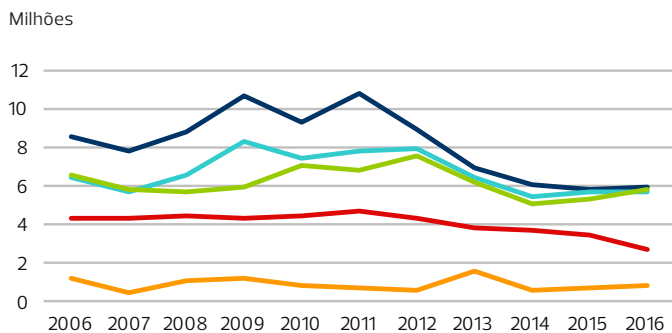
17 078
HABITANTES

Milhões



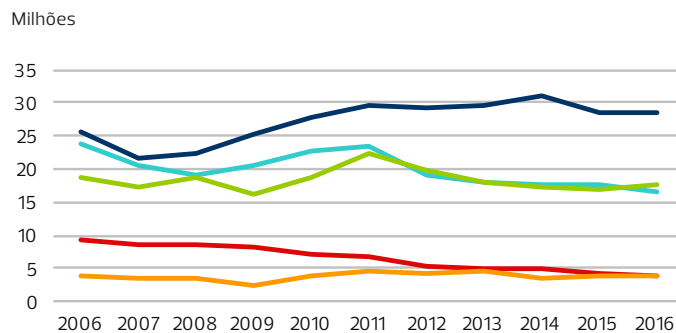
Constância

4 056
HABITANTES



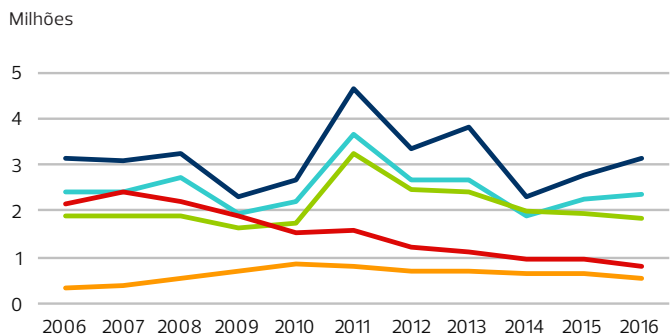
Coruche

19 944
HABITANTES



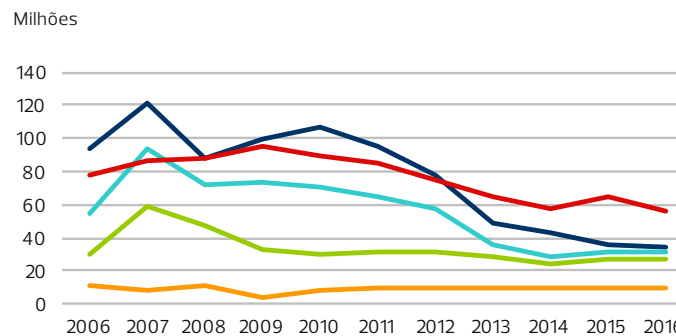
Corvo

430
HABITANTES



Covilhã

51 797
HABITANTES

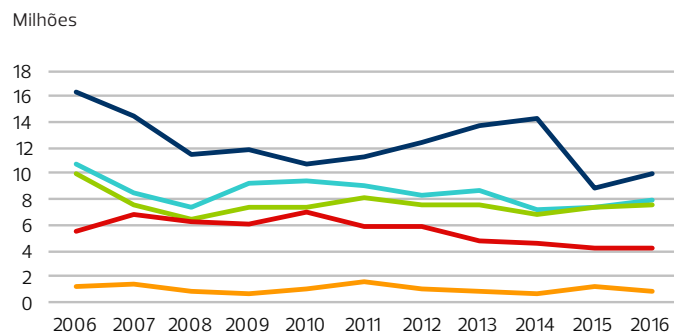


- LEGENDA
- Orçamento Corrigido
 - Despesas Comprometidas
 - Receitas Cobradas
 - Dívidas a Pagar
 - Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

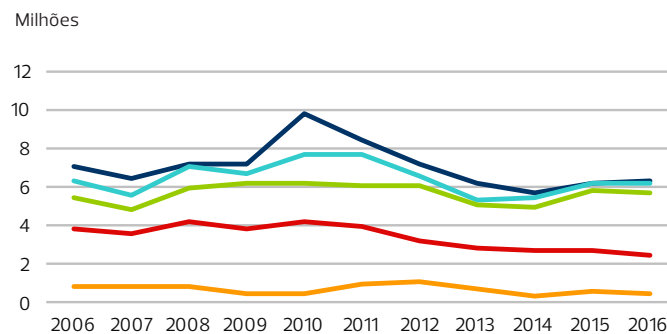
Crato

3 708
HABITANTES



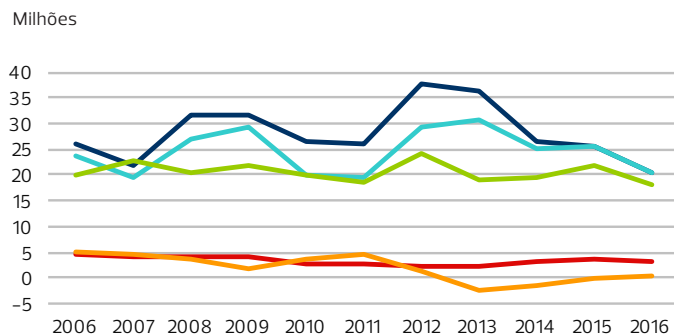
Cuba

4 878
HABITANTES



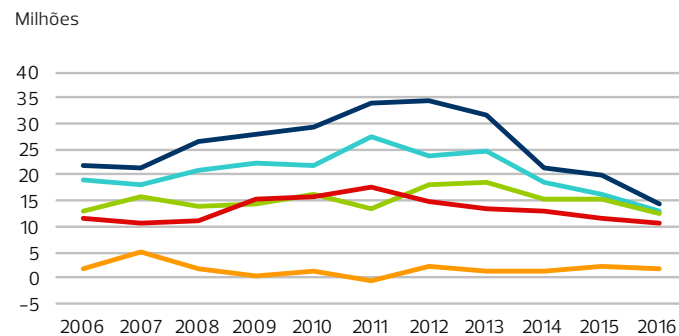
Elvas

23 078
HABITANTES



Entroncamento

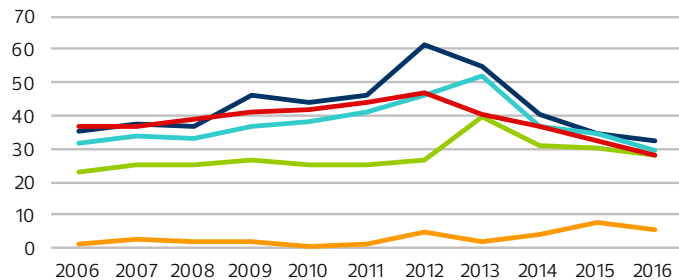
20 206
HABITANTES



Espinho

31 786
HABITANTES

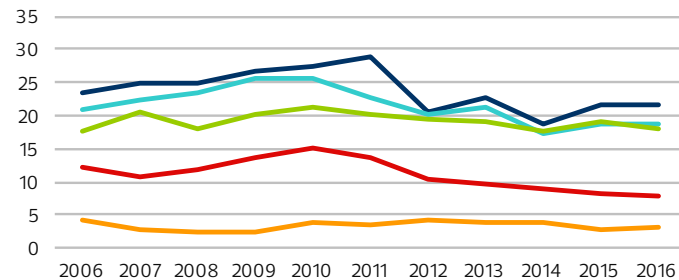
Milhões



Esposende

34 254
HABITANTES

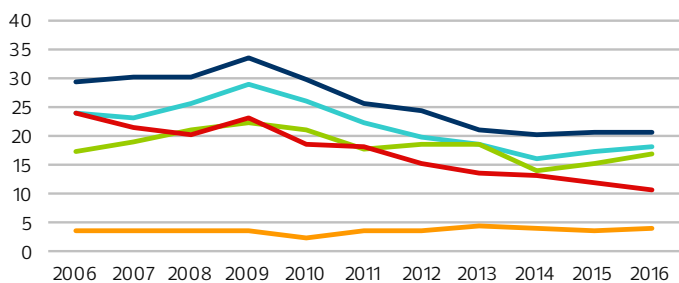
Milhões



Estarreja

26 997
HABITANTES

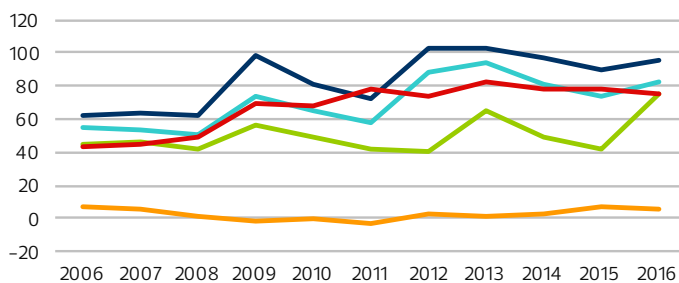
Milhões



Estremoz

14 318
HABITANTES

Milhões



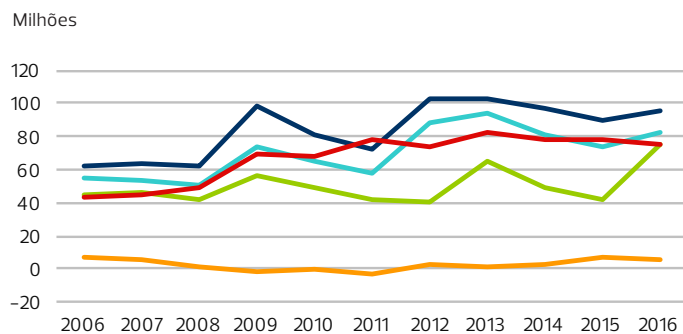
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

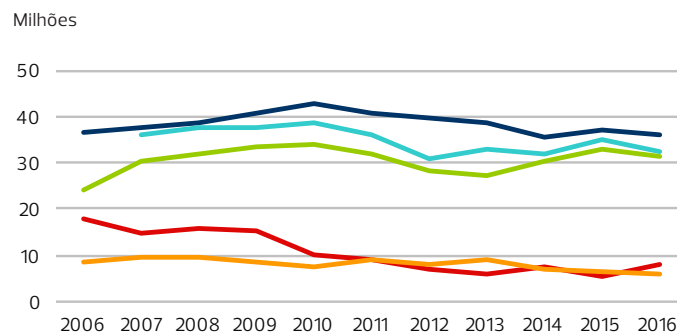
Évora

56 596
HABITANTES



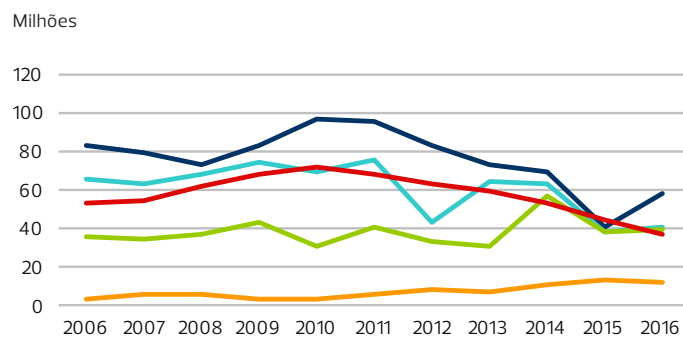
Fafe

50 633
HABITANTES



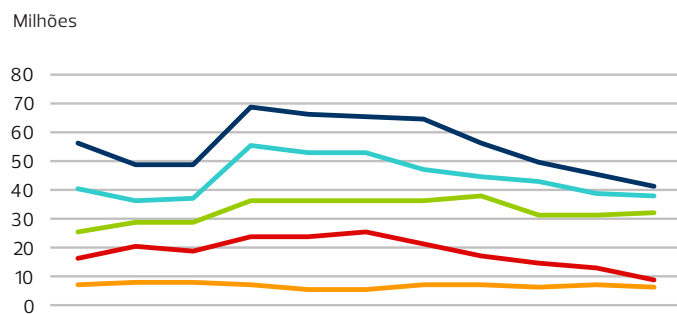
Faro

64 560
HABITANTES



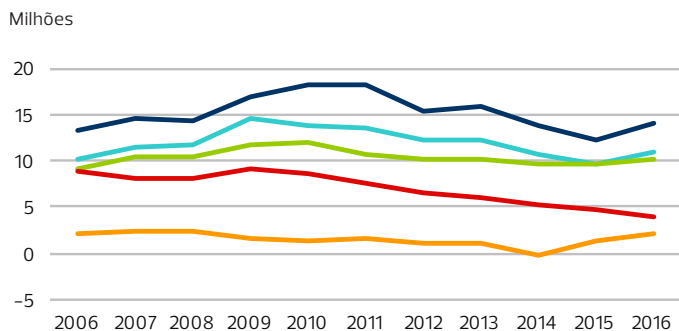
Felgueiras

58 065
HABITANTES



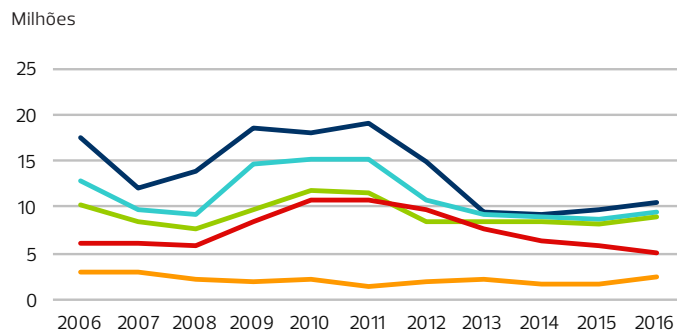
Ferreira do Alentejo

8 255
HABITANTES



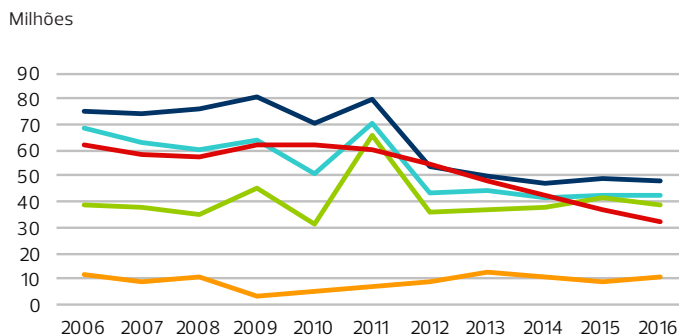
Ferreira do Zêzere

8 619
HABITANTES



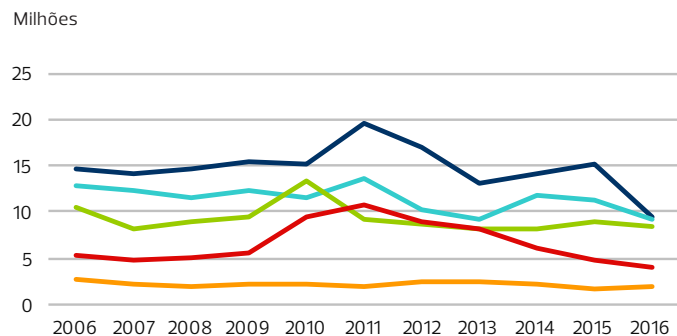
Figueira da Foz

62 125
HABITANTES



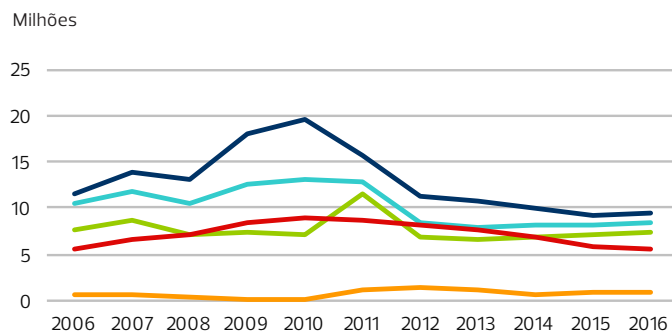
Figueira de Castelo Rodrigo

6 260
HABITANTES



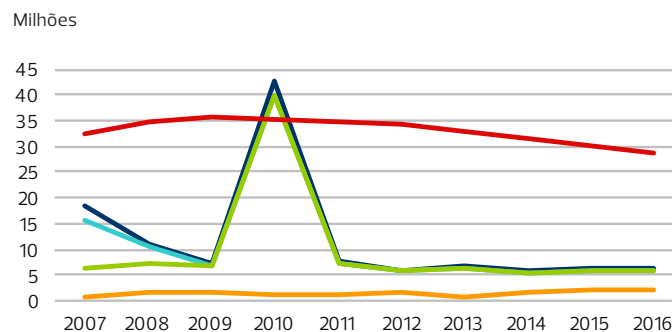
Figueiró dos Vinhos

6 169
HABITANTES



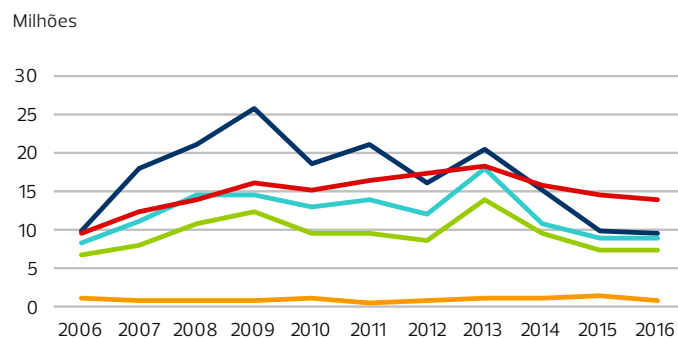
Fornos de Algodres

4 989
HABITANTES



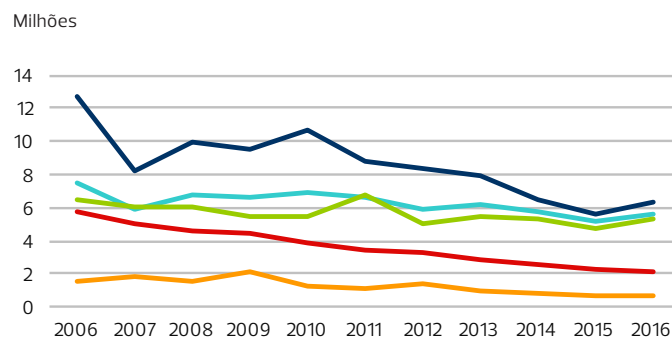
Freixo de Espada à Cinta

3 780
HABITANTES



Fronteira

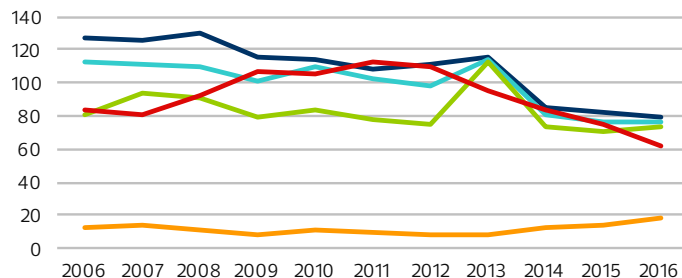
3 410
HABITANTES



Funchal

111 892
HABITANTES

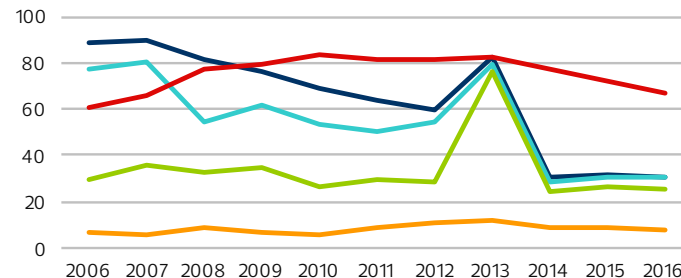
Milhões



Fundão

29 213
HABITANTES

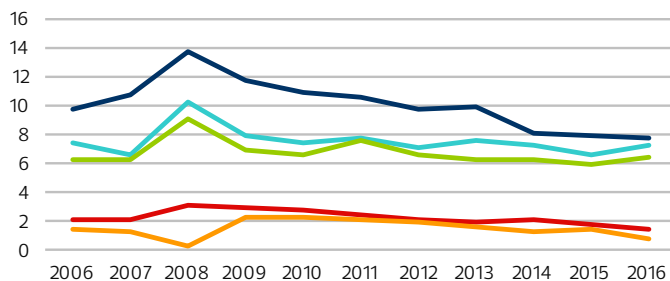
Milhões



Gavião

4 132
HABITANTES

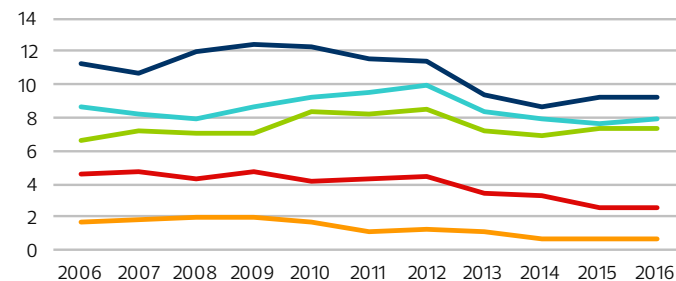
Milhões



Góis

4 260
HABITANTES

Milhões



LEGENDA

— Orçamento Corrigido
 — Despesas Comprometidas
 — Receitas Cobradas
 — Dívidas a Pagar
 — Resultado operacional antes de amortizações e provisões

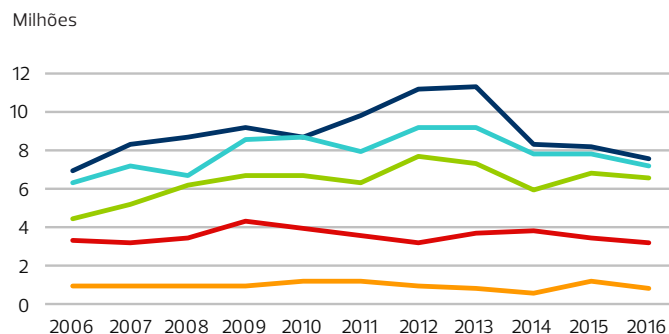
Grande
>100 000 hab.

Médio
<100 000 hab.

Pequeno
<20 000 hab.

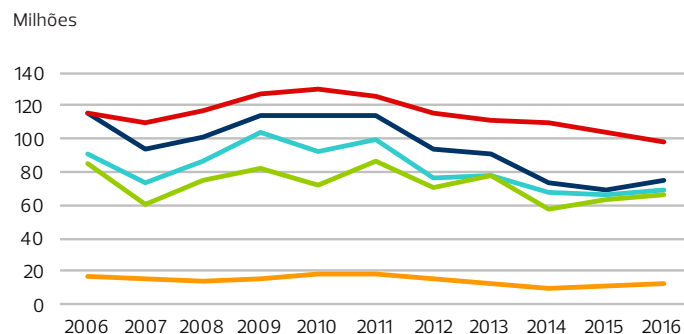
Golegã

5 465
HABITANTES



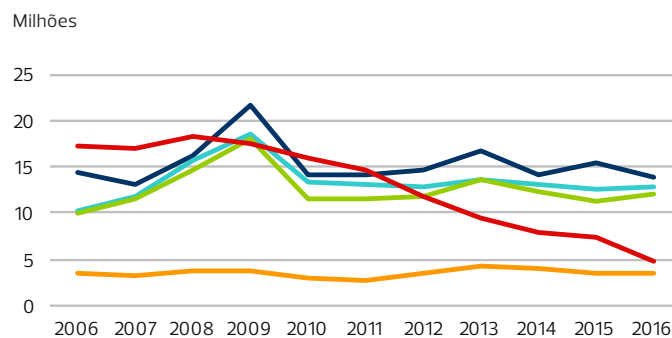
Gondomar

168 027
HABITANTES



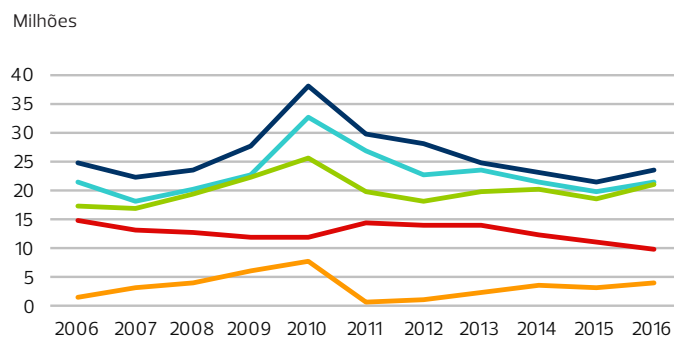
Gouveia

14 046
HABITANTES



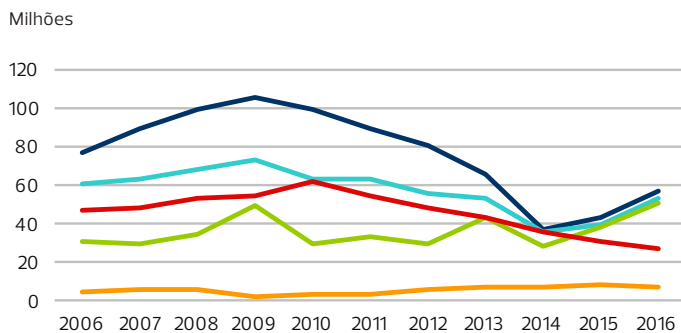
Grândola

14 826
HABITANTES



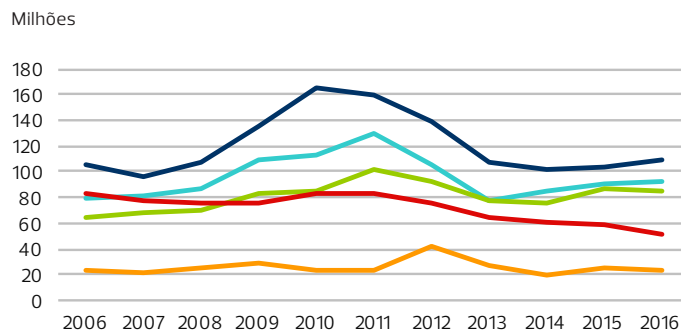
Guarda

42 541
HABITANTES



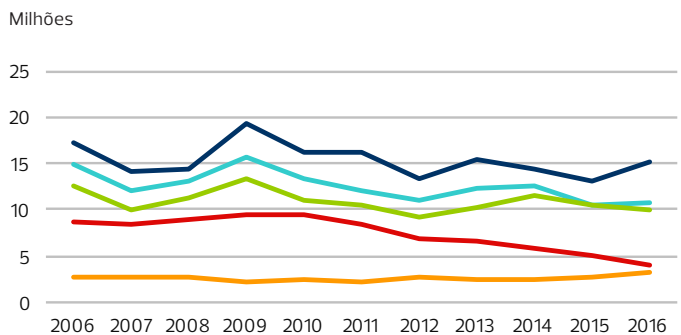
Guimarães

158 124
HABITANTES



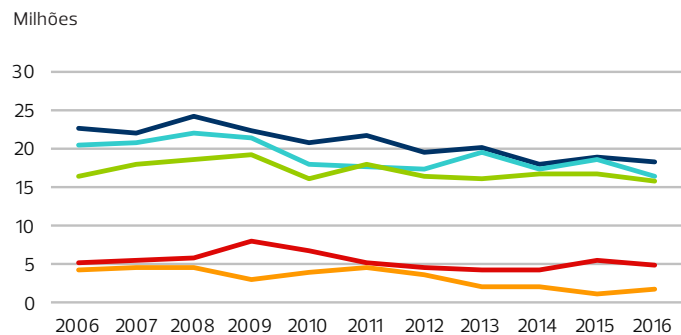
Horta

14 994
HABITANTES



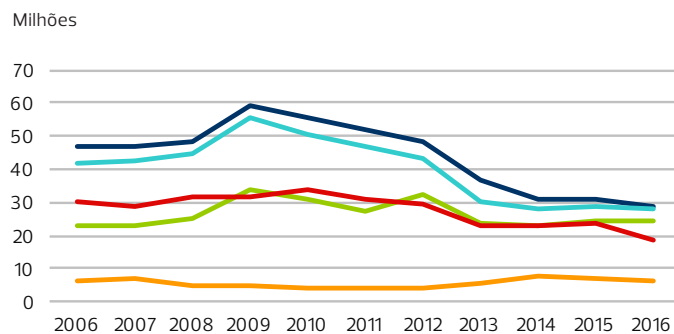
Idanha-a-Nova

9 716
HABITANTES



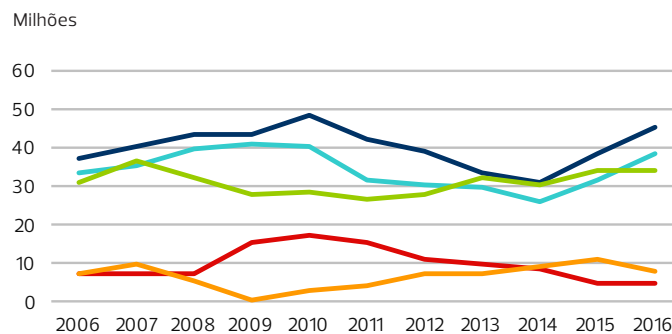
Ílhavo

38 598
HABITANTES



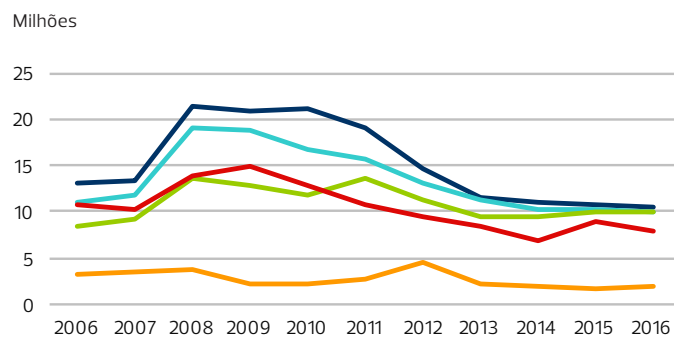
Lagoa (Algarve)

22 975
HABITANTES



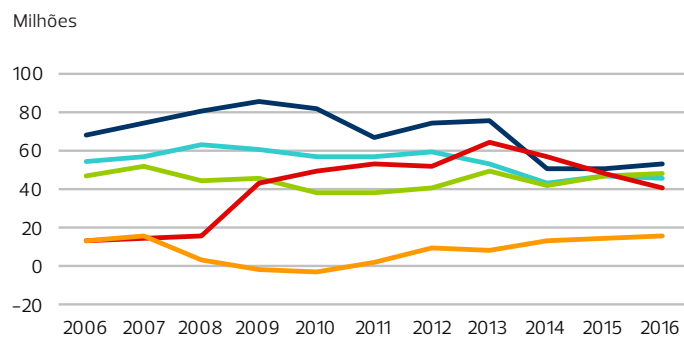
Lagoa (R.A.A)

14 442
HABITANTES



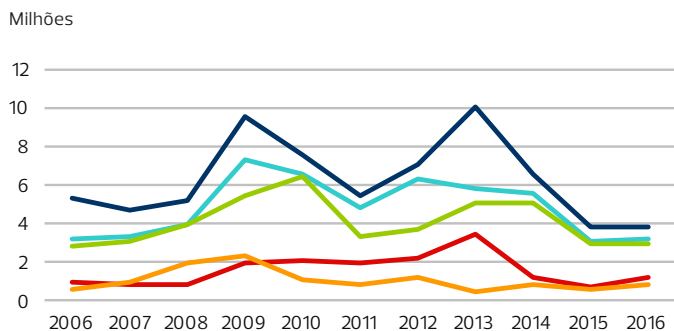
Lagos

31 049
HABITANTES



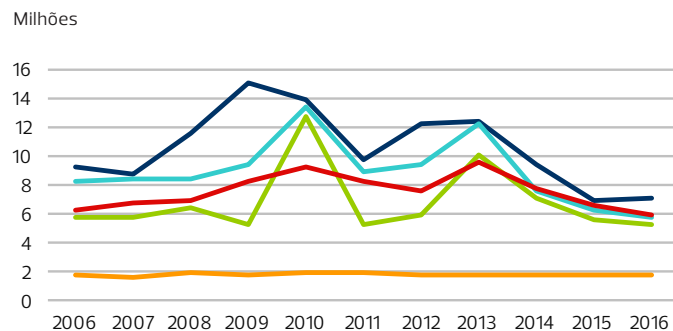
Lajes das Flores

1 504
HABITANTES



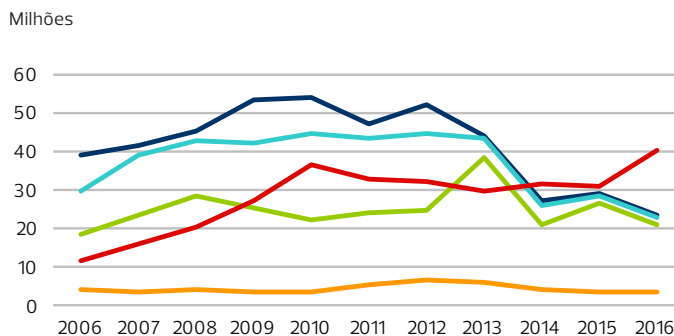
Lajes do Pico

4 711
HABITANTES



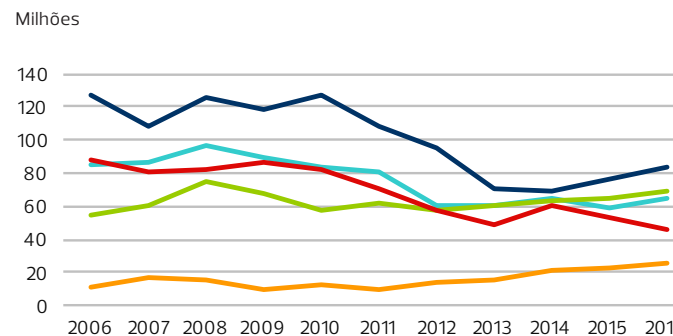
Lamego

26 691
HABITANTES



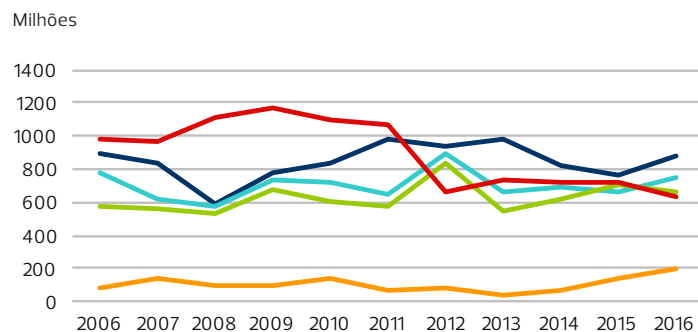
Leiria

126 897
HABITANTES



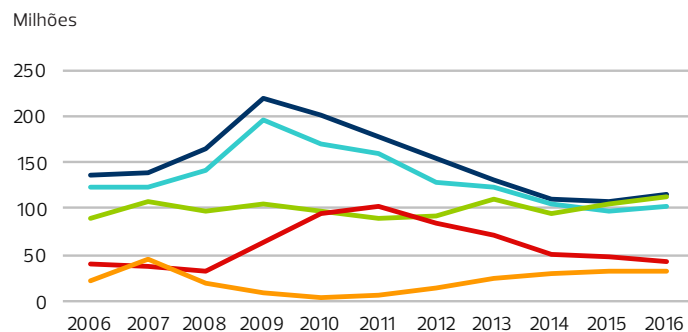
Lisboa

547 733
HABITANTES



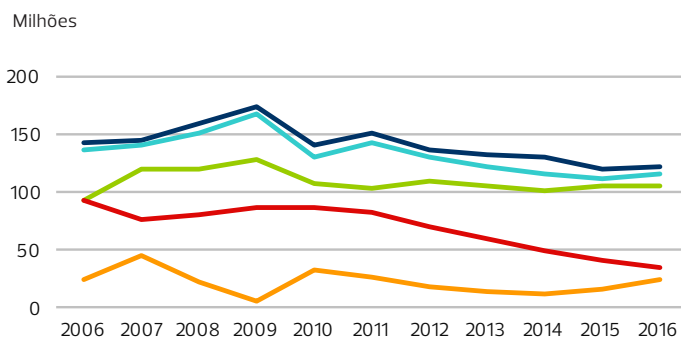
Loulé

70 622
HABITANTES



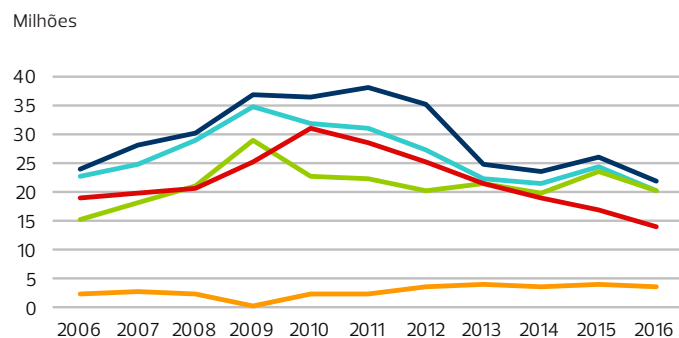
Loures

205 054
HABITANTES



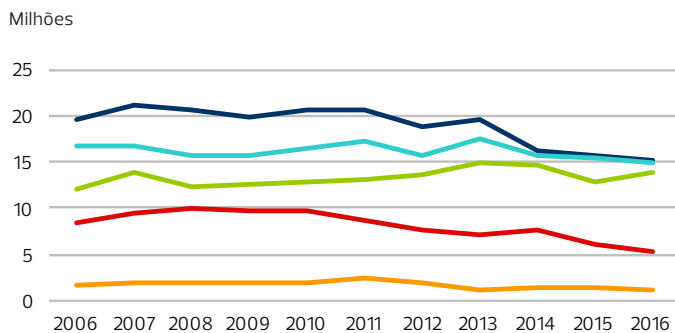
Lourinhã

25 735
HABITANTES



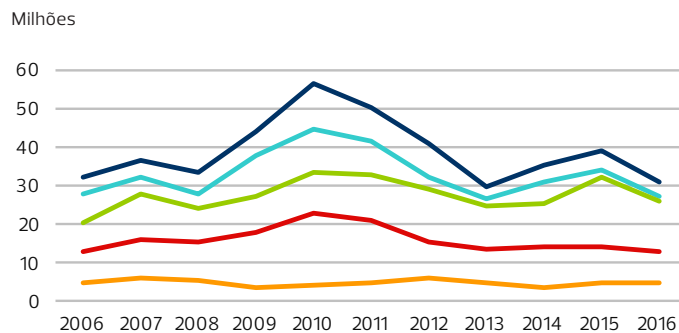
Lousã

17 604
HABITANTES



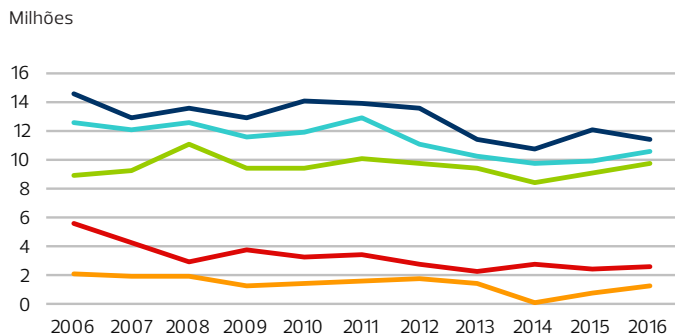
Lousada

47 387
HABITANTES



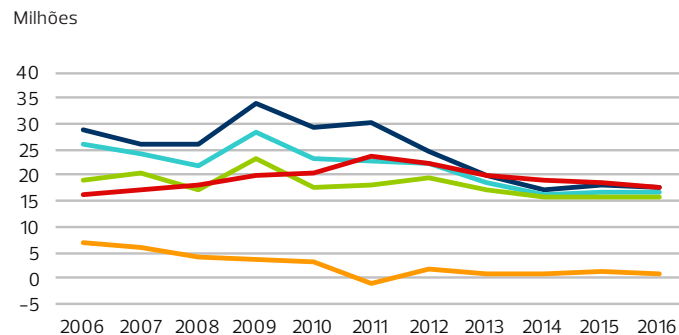
Mação

7 338
HABITANTES



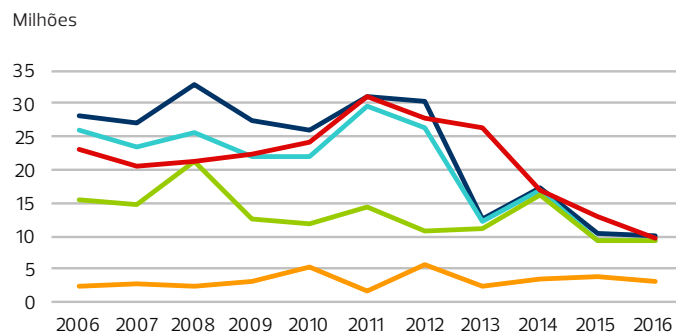
Macedo de Cavaleiros

15 776
HABITANTES



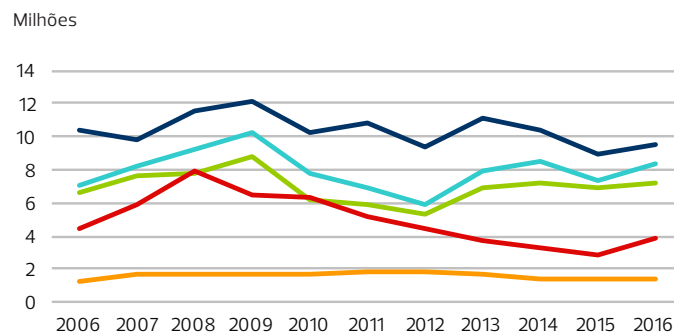
Machico

21 828
HABITANTES



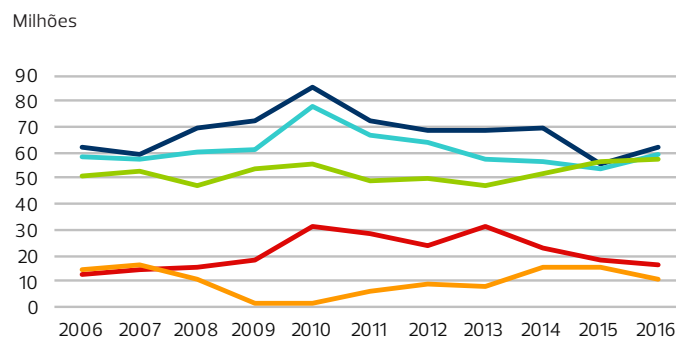
Madalena

6 049
HABITANTES



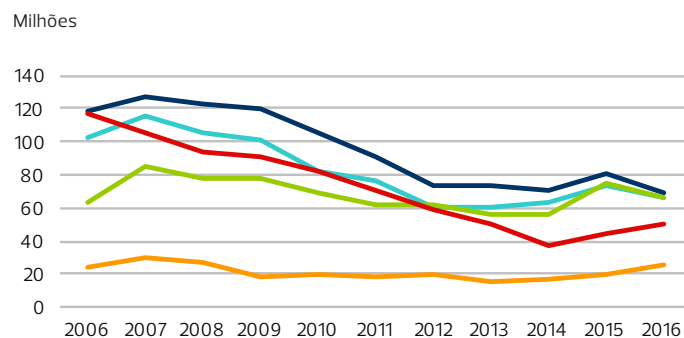
Mafra

76 685
HABITANTES



Maia

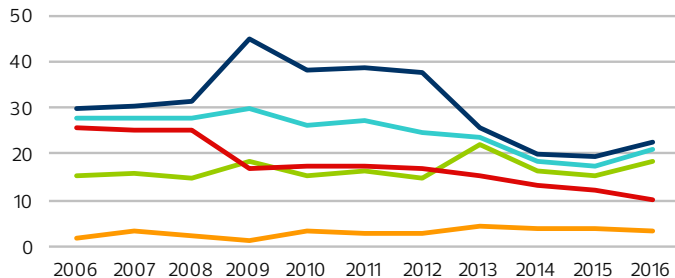
135 306
HABITANTES



Mangualde

19 880
HABITANTES

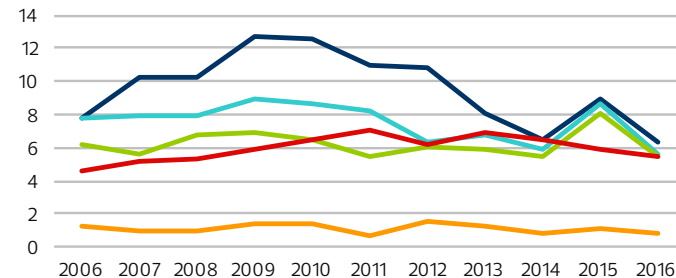
Milhões



Manteigas

3 430
HABITANTES

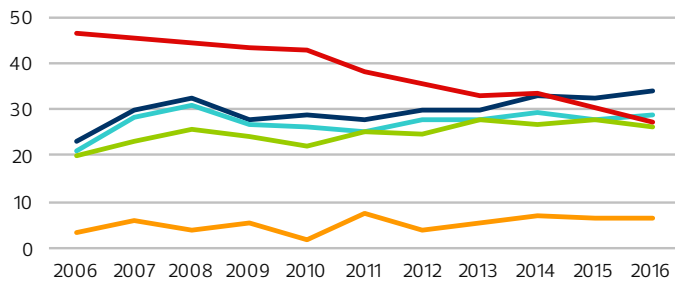
Milhões



Marco de Canaveses

53 450
HABITANTES

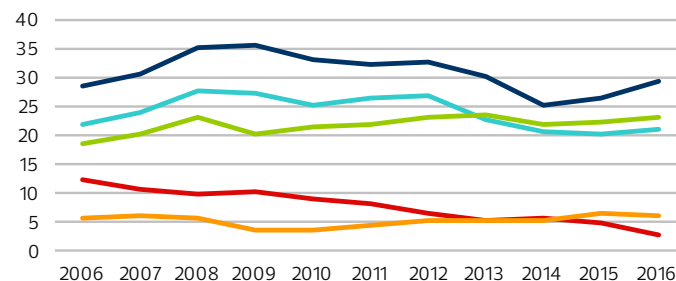
Milhões



Marinha Grande

38 681
HABITANTES

Milhões



LEGENDA

Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

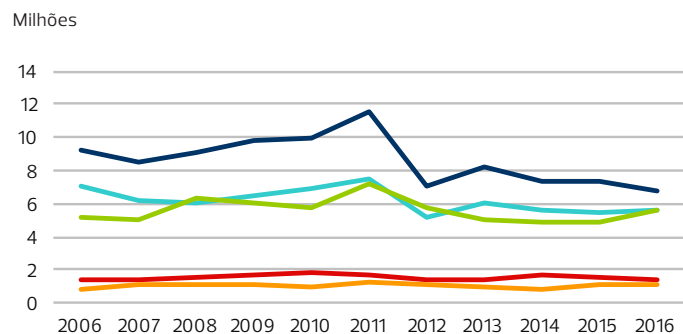
Grande
>100 000 hab.

Médio
<100 000 hab.

Pequeno
<20 000 hab.

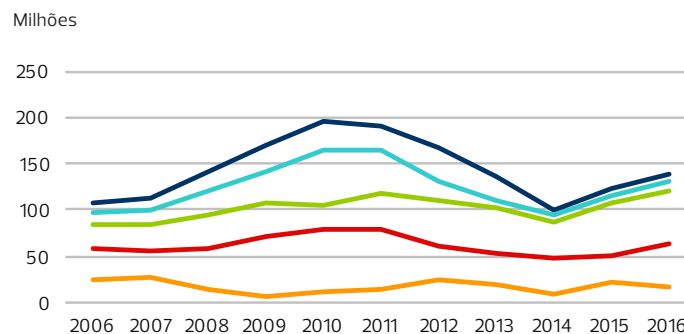
Marvão

3 512
HABITANTES



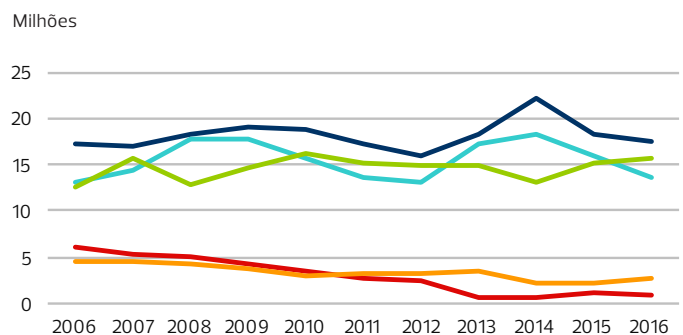
Matosinhos

175 478
HABITANTES



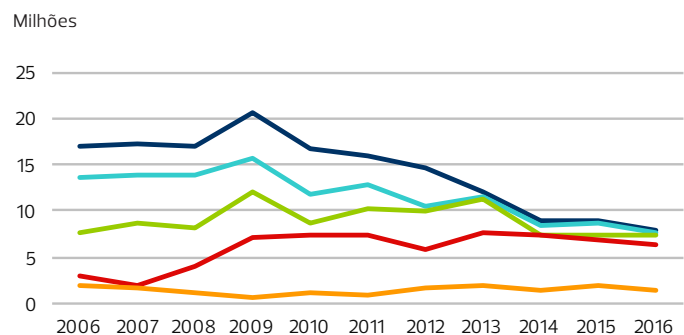
Mealhada

20 428
HABITANTES



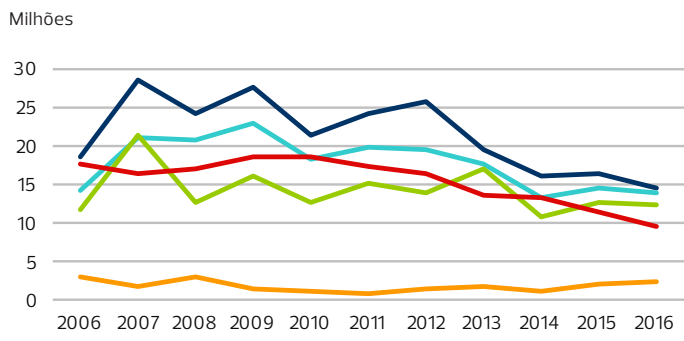
Meda

5 202
HABITANTES



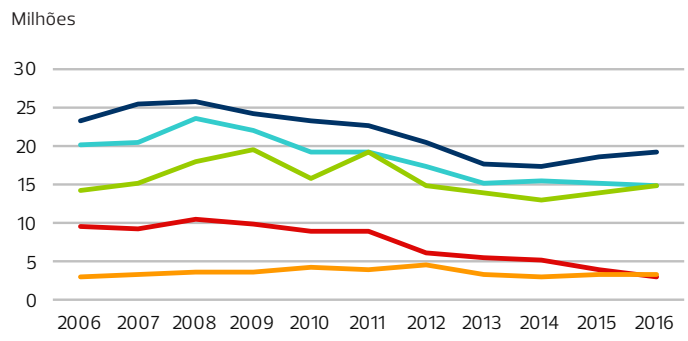
Melgaço

9 213
HABITANTES



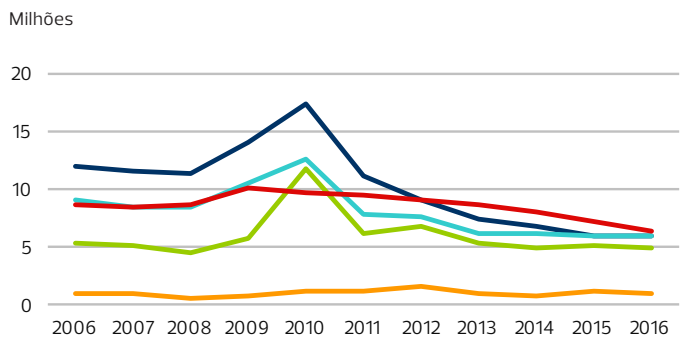
Mértola

7 274
HABITANTES



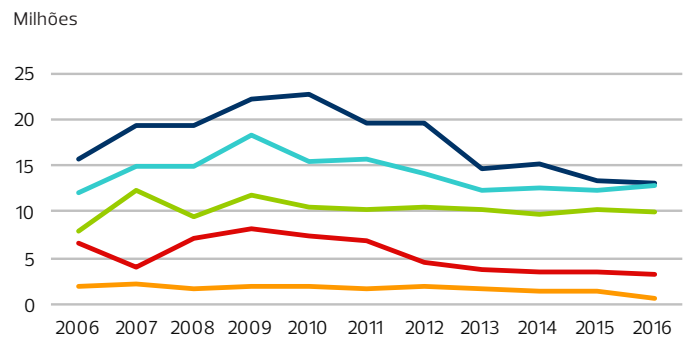
Mesão Frio

4 433
HABITANTES



Mira

12 465
HABITANTES

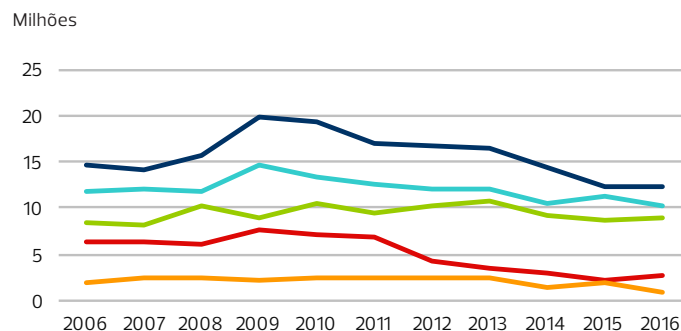


- LEGENDA
- Orçamento Corrigido
 - Despesas Comprometidas
 - Receitas Cobradas
 - Dívidas a Pagar
 - Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

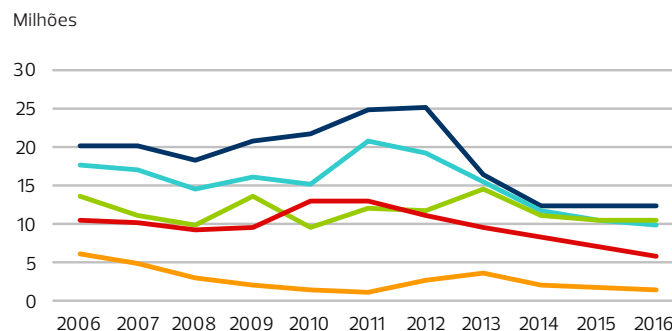
Miranda do Corvo

13 098
HABITANTES



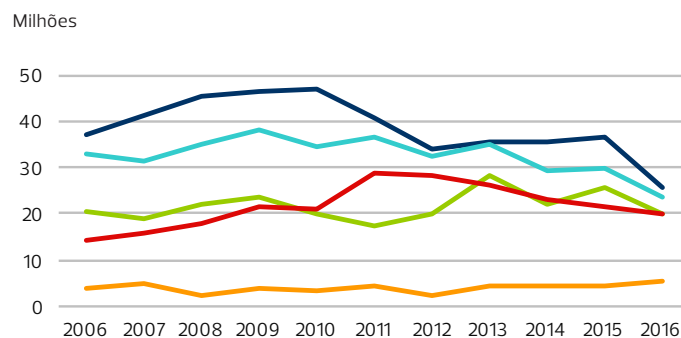
Miranda do Douro

7 482
HABITANTES



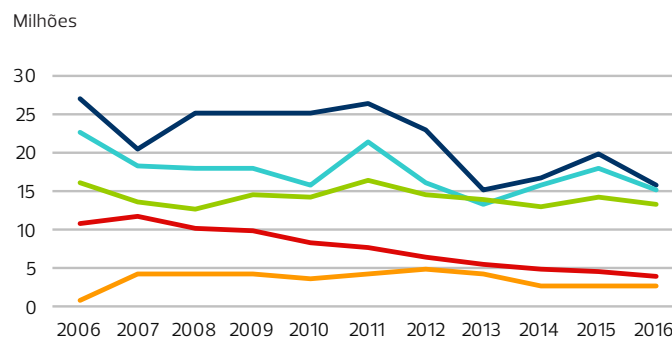
Mirandela

23 850
HABITANTES



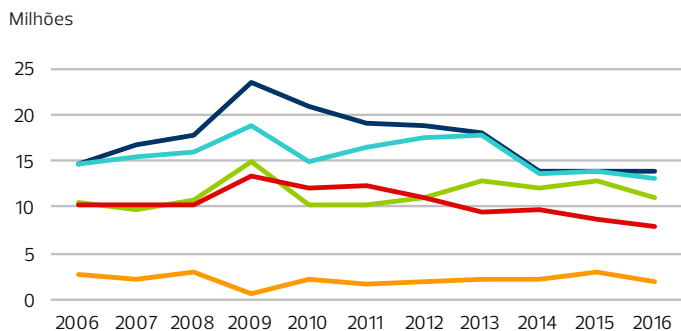
Mogadouro

9 542
HABITANTES



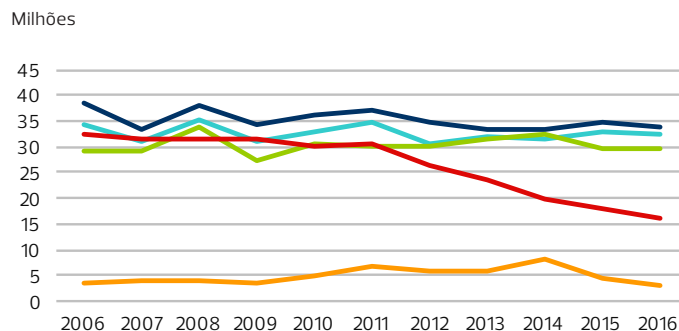
Moimenta da Beira

10 212
HABITANTES



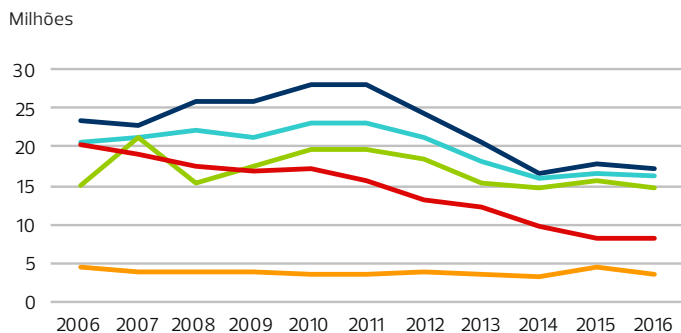
Moita

66 029
HABITANTES



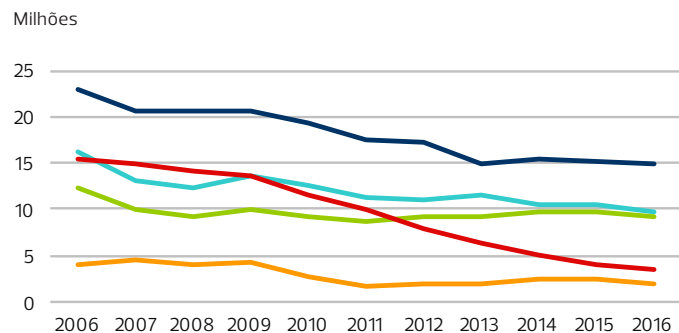
Monção

19 230
HABITANTES



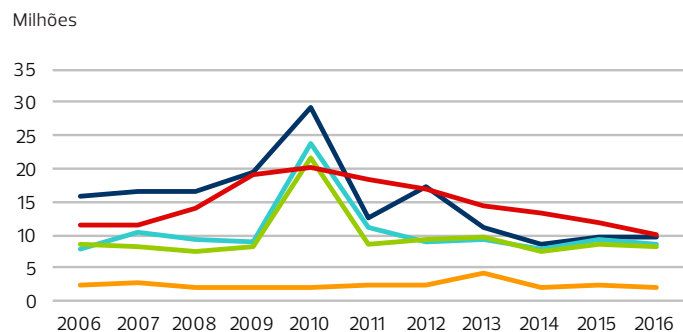
Monchique

6 045
HABITANTES



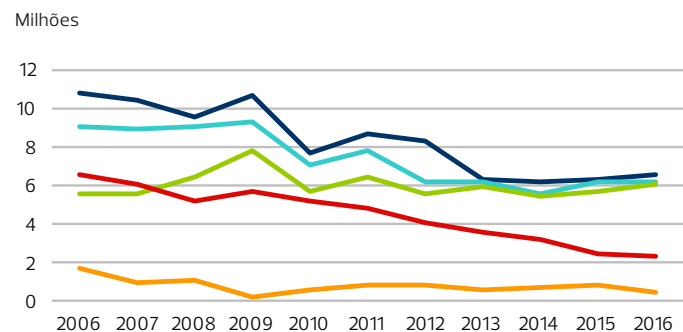
Mondim de Basto

7 493
HABITANTES



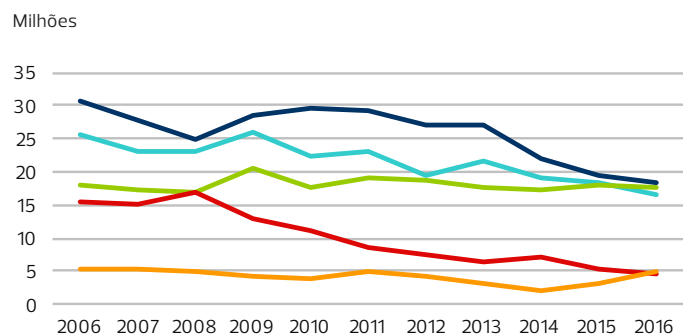
Monforte

3 329
HABITANTES



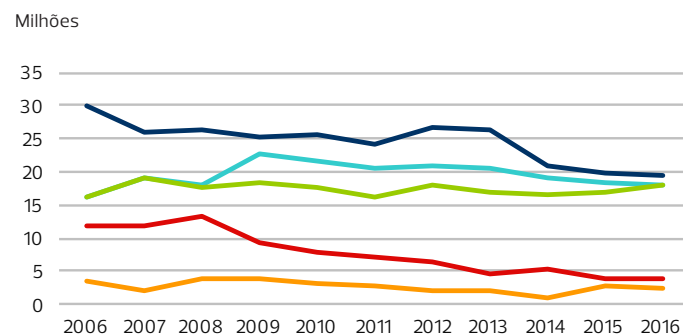
Montalegre

10 537
HABITANTES



Montemor-o-Novo

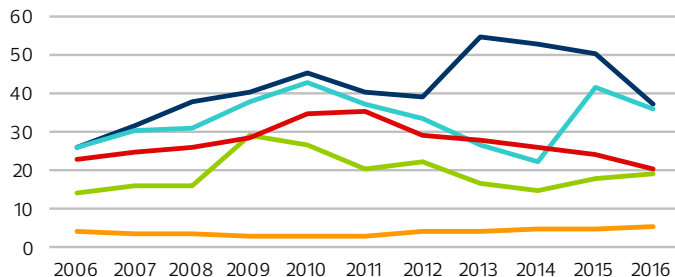
17 437
HABITANTES



Montemor-o-Velho

26 171
HABITANTES

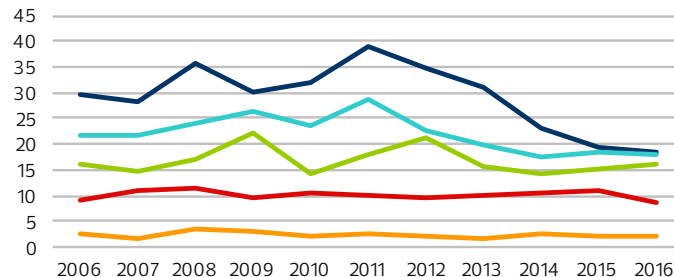
Milhões



Montijo

51 222
HABITANTES

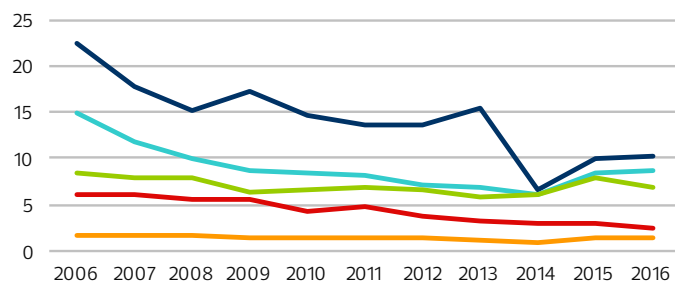
Milhões



Mora

4 978
HABITANTES

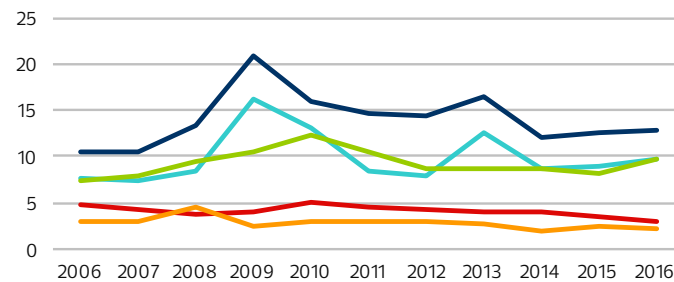
Milhões



Mortágua

9 607
HABITANTES

Milhões



LEGENDA

Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande
>100 000 hab.

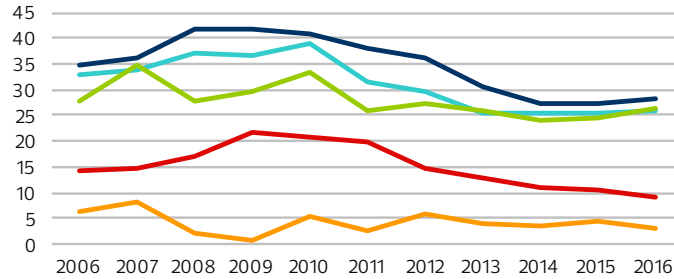
Médio
<100 000 hab.

Pequeno
<20 000 hab.

Moura

15 167
HABITANTES

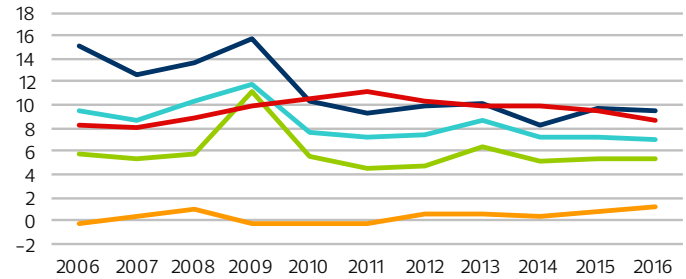
Milhões



Mourão

2 663
HABITANTES

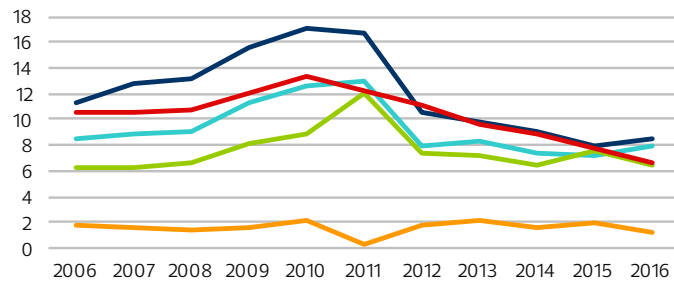
Milhões



Murça

5 952
HABITANTES

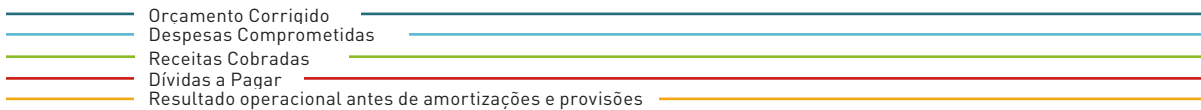
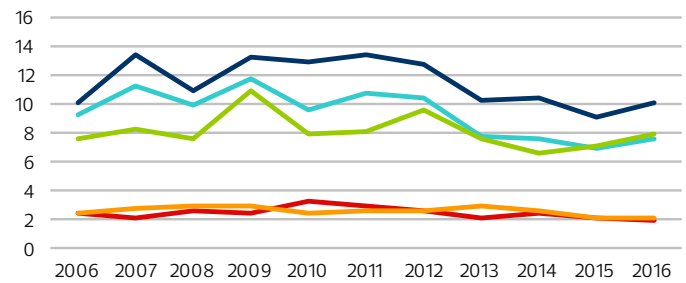
Milhões



Murtosa

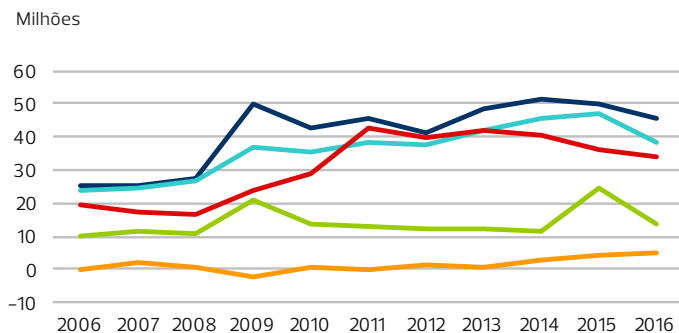
10 585
HABITANTES

Milhões



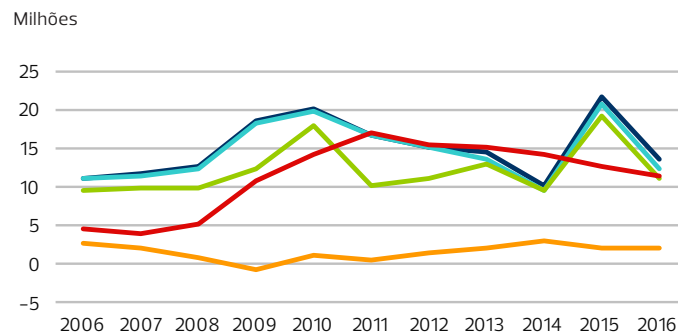
Nazaré

15 158
HABITANTES



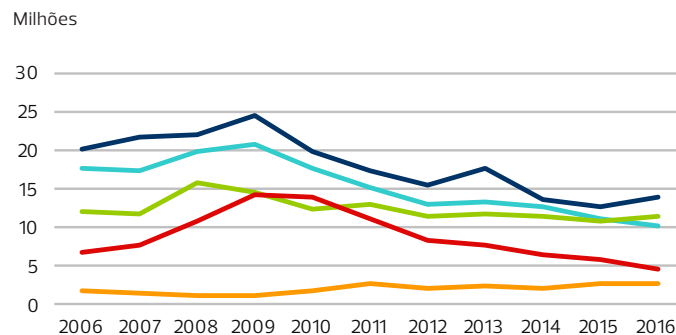
Nelas

14 037
HABITANTES



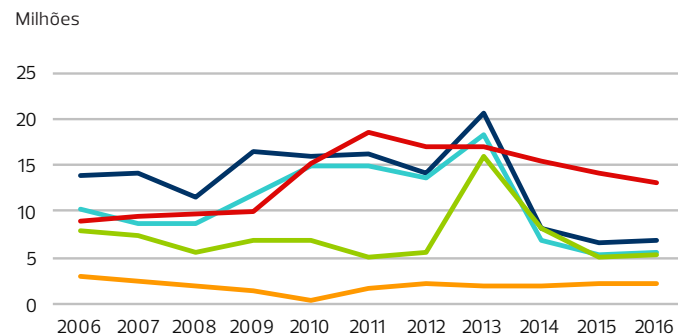
Nisa

7 450
HABITANTES



Nordeste

4 937
HABITANTES



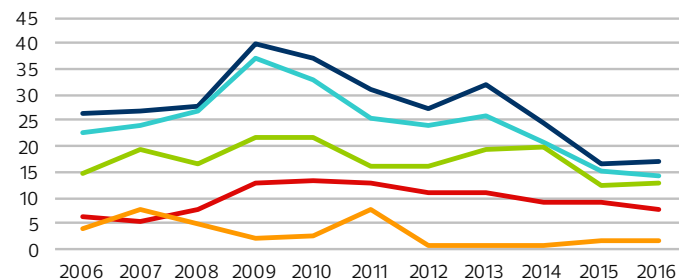
- LEGENDA
- Orçamento Corrigido
 - Despesas Comprometidas
 - Receitas Cobradas
 - Dívidas a Pagar
 - Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

Óbidos

11 772
HABITANTES

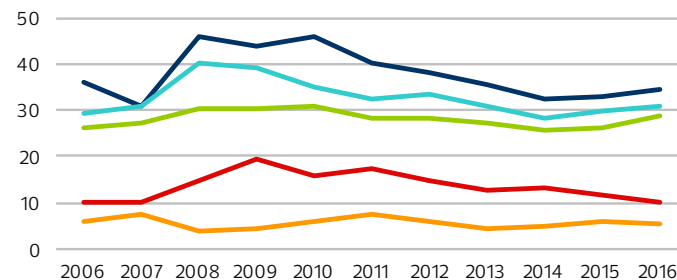
Milhões



Odemira

26 066
HABITANTES

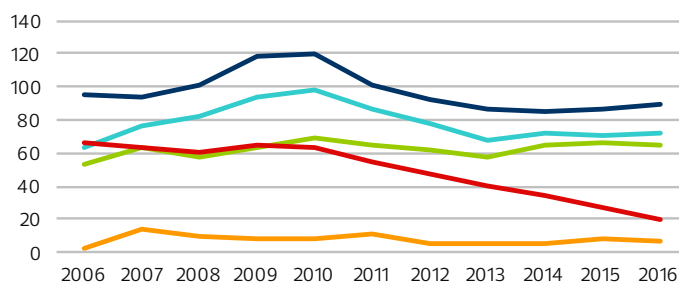
Milhões



Odivelas

144 549
HABITANTES

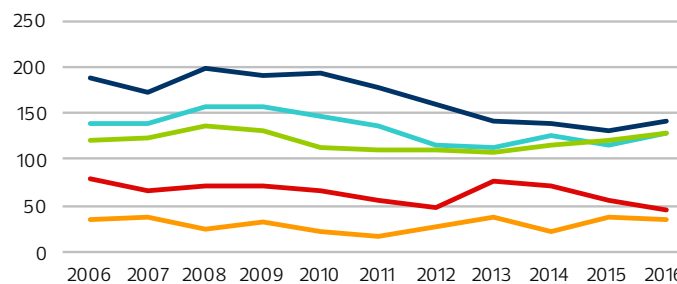
Milhões



Oeiras

172 120
HABITANTES

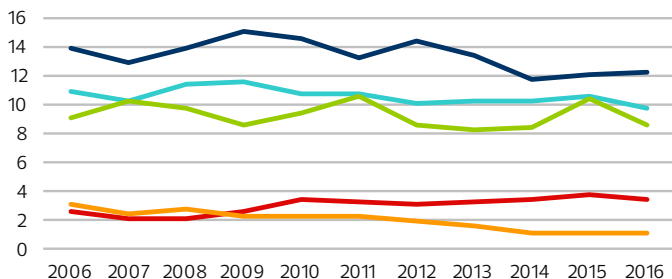
Milhões



Oleiros

5 721
HABITANTES

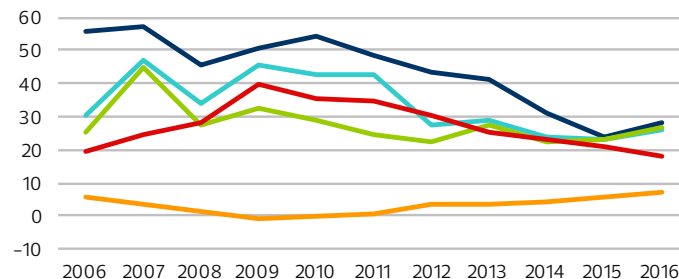
Milhões



Olhão

45 396
HABITANTES

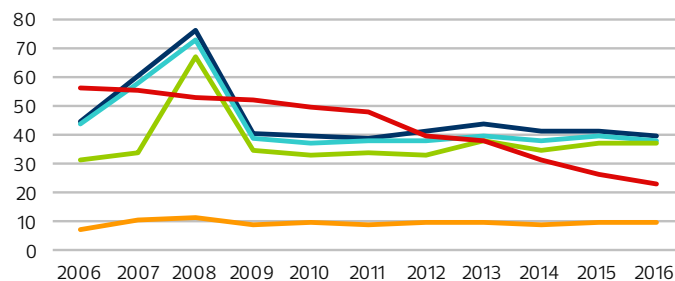
Milhões



Oliveira de Azeméis

68 611
HABITANTES

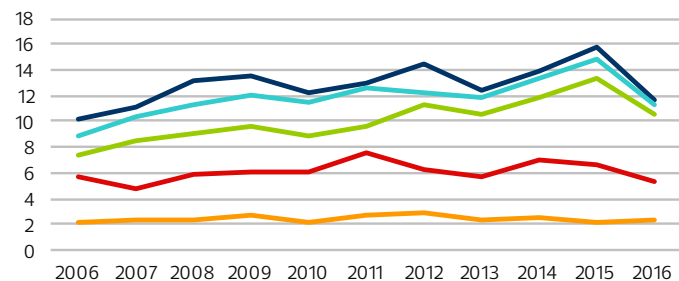
Milhões



Oliveira de Frades

10 261
HABITANTES

Milhões



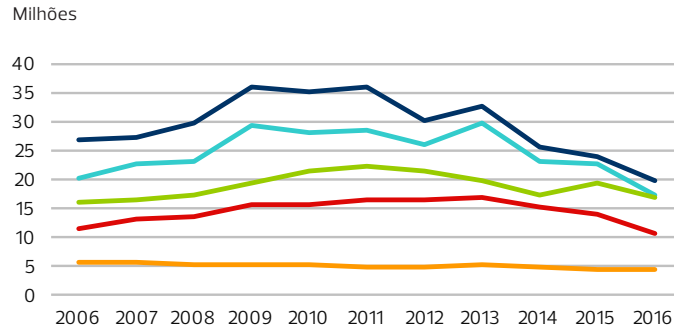
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

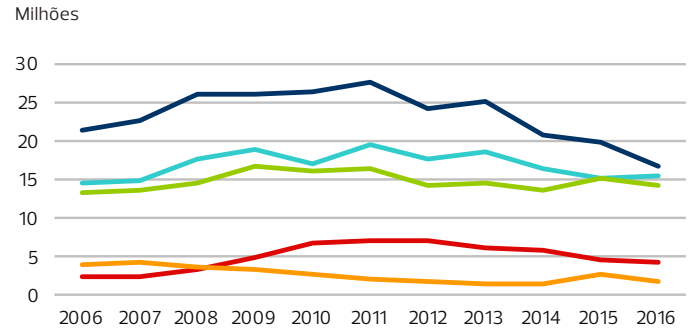
Oliveira do Bairro

23 028
HABITANTES



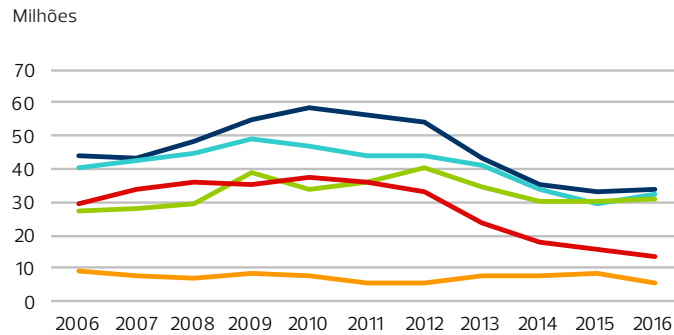
Oliveira do Hospital

20 855
HABITANTES



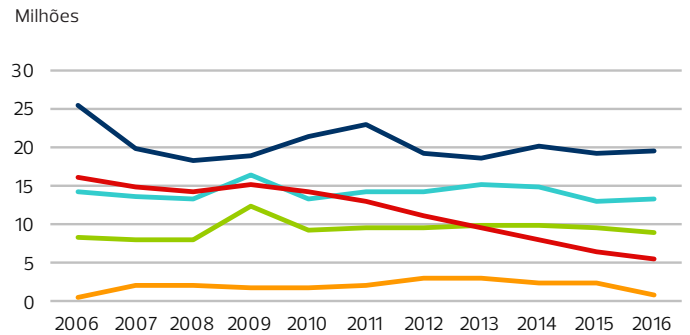
Ourém

45 932
HABITANTES



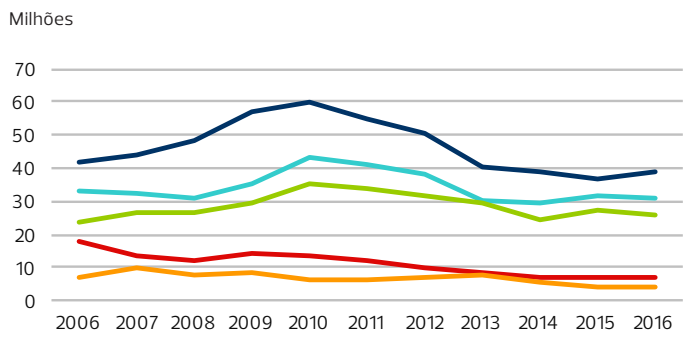
Ourique

5 389
HABITANTES



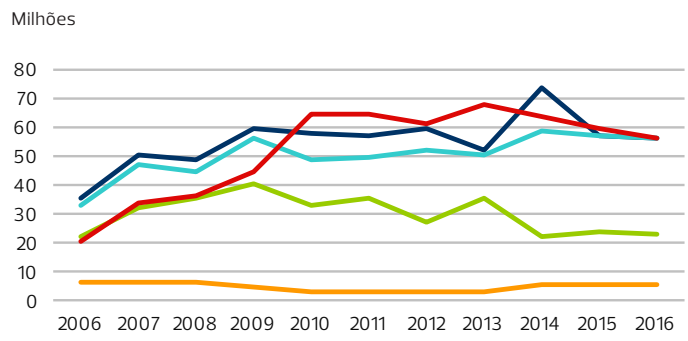
Ovar

55 398
HABITANTES



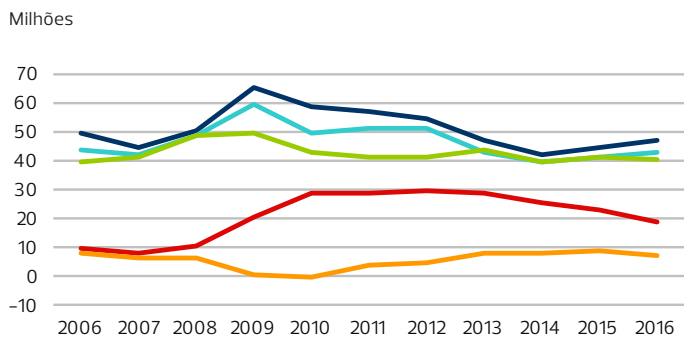
Paços de Ferreira

56 340
HABITANTES



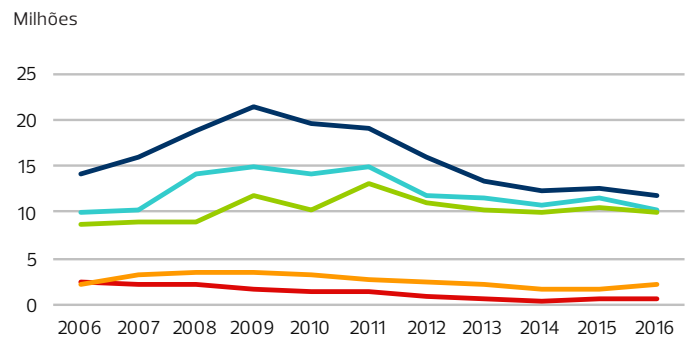
Palmela

62 831
HABITANTES



Pampilhosa da Serra

4 481
HABITANTES



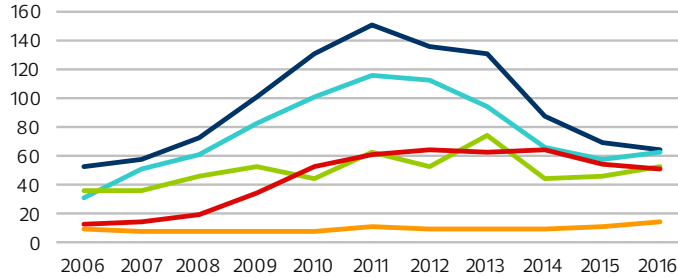
- LEGENDA
- Orçamento Corrigido
 - Despesas Comprometidas
 - Receitas Cobradas
 - Dívidas a Pagar
 - Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

Paredes

86 854
HABITANTES

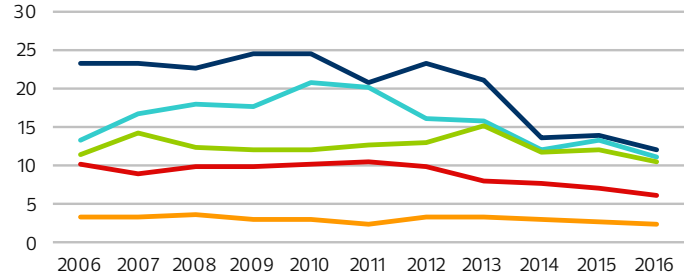
Milhões



Paredes de Coura

9 198
HABITANTES

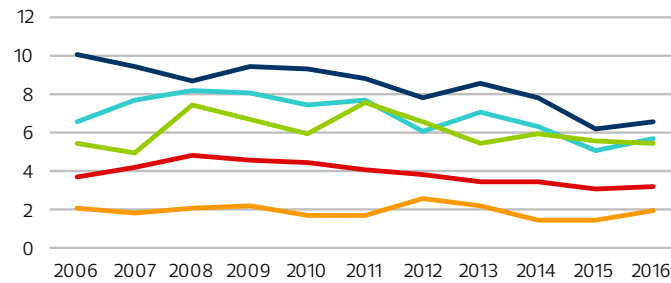
Milhões



Pedrógão Grande

3 915
HABITANTES

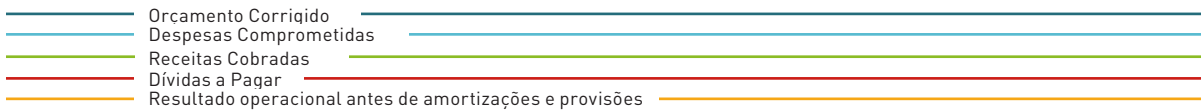
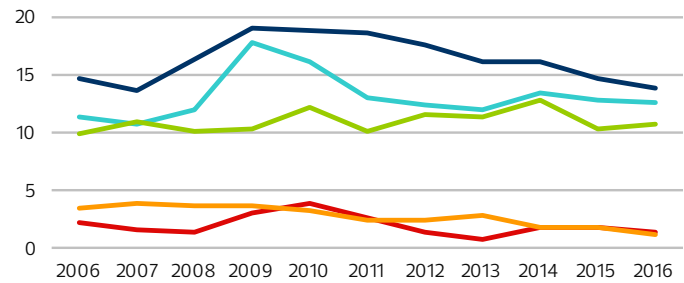
Milhões



Penacova

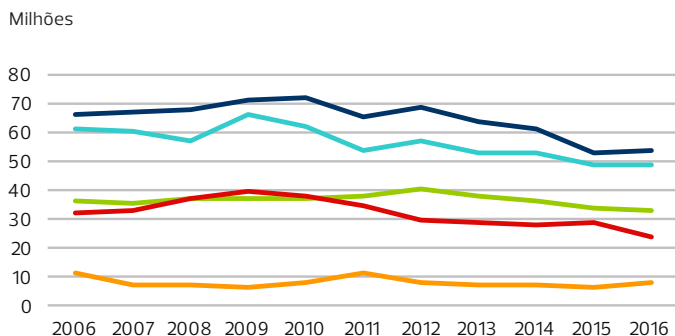
15 251
HABITANTES

Milhões



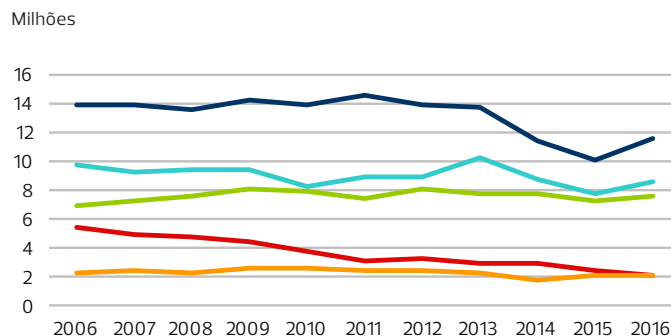
Penafiel

72 265
HABITANTES



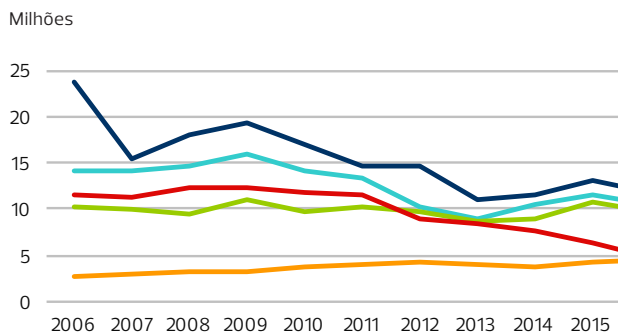
Penalva do Castelo

7 956
HABITANTES



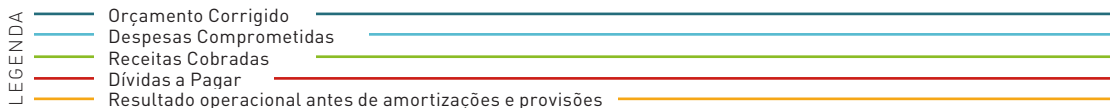
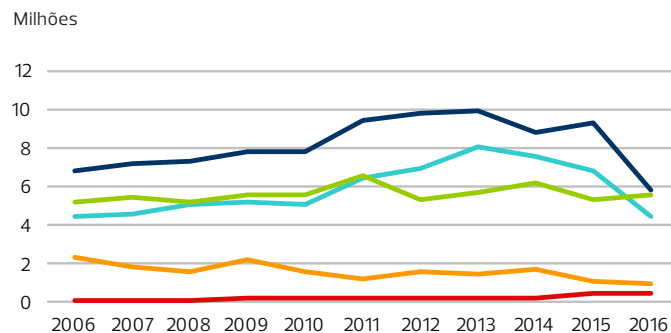
Penamacor

5 682
HABITANTES



Penedono

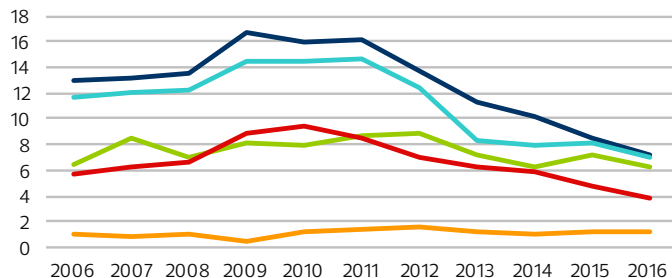
2 952
HABITANTES



Penela

5 983
HABITANTES

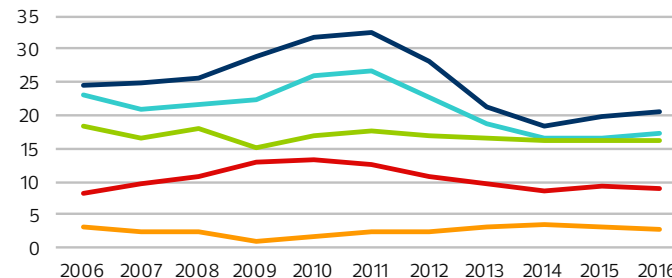
Milhões



Peniche

27 753
HABITANTES

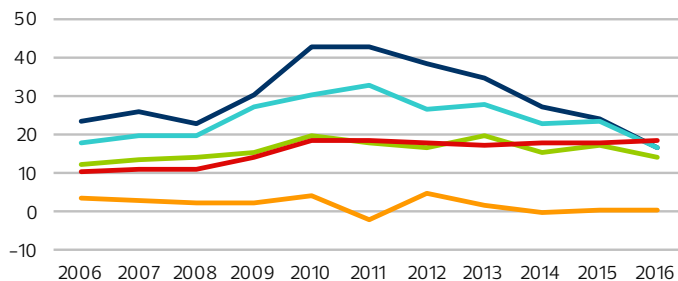
Milhões



Peso da Régua

17 131
HABITANTES

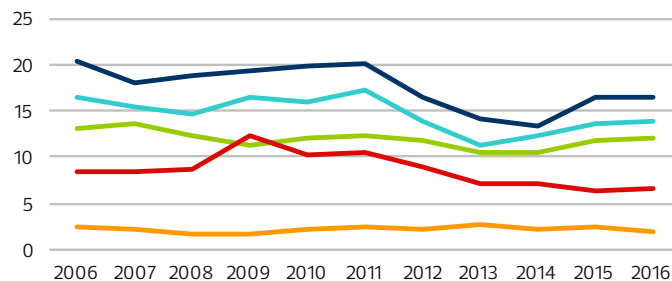
Milhões



Pinhel

9 627
HABITANTES

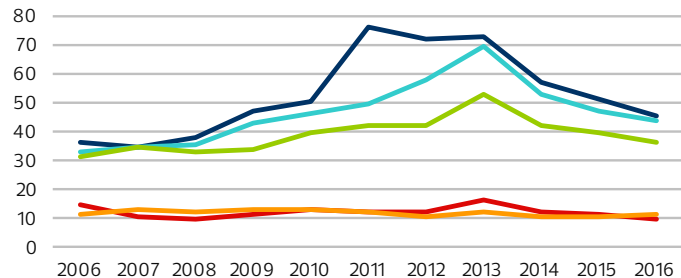
Milhões



Pombal

55 217
HABITANTES

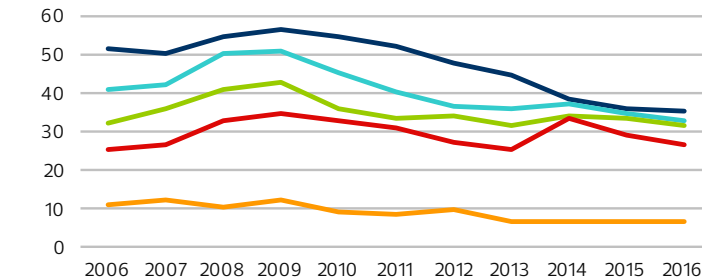
Milhões



Ponta Delgada

68 809
HABITANTES

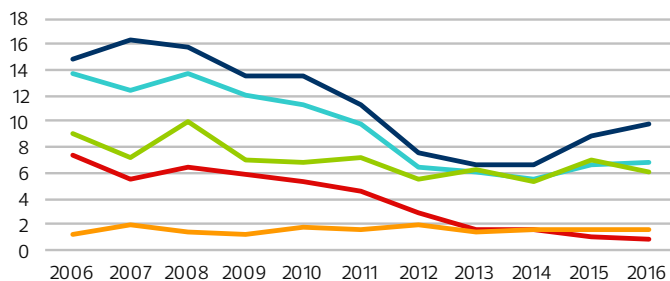
Milhões



Ponta do Sol

8 862
HABITANTES

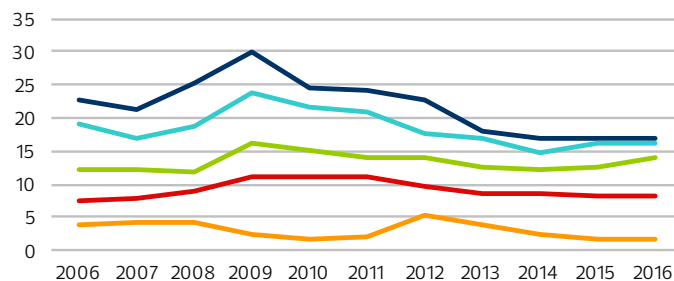
Milhões



Ponte da Barca

12 061
HABITANTES

Milhões



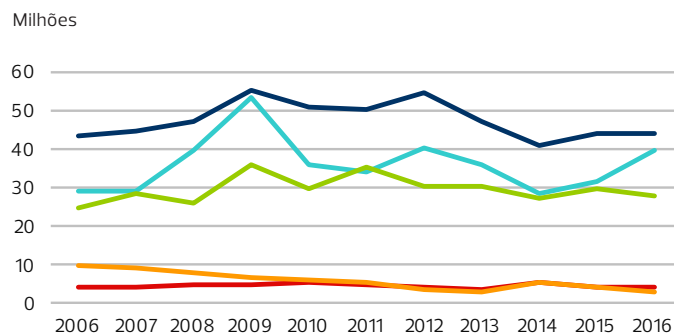
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

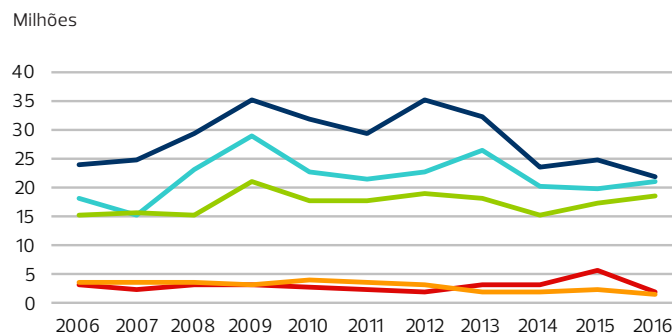
Ponte de Lima

43 498
HABITANTES



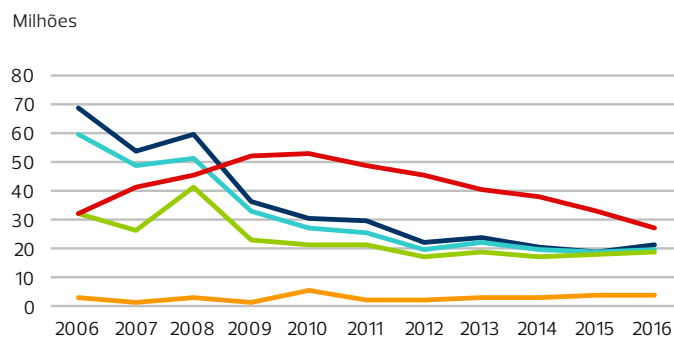
Ponte de Sor

16 722
HABITANTES



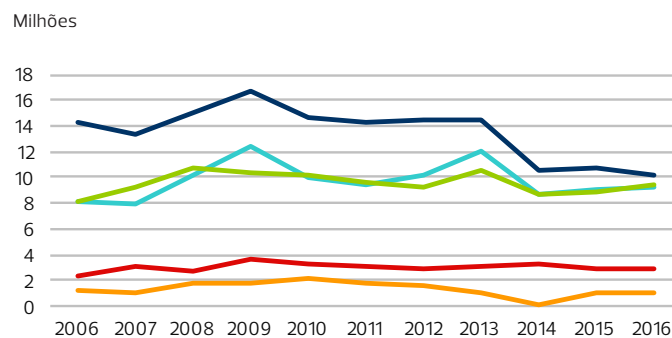
Portalegre

24 930
HABITANTES



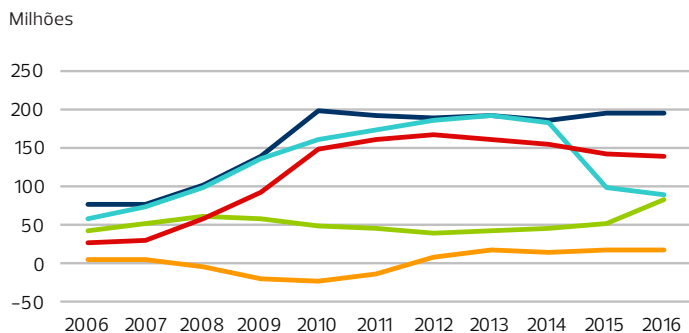
Portel

6 428
HABITANTES



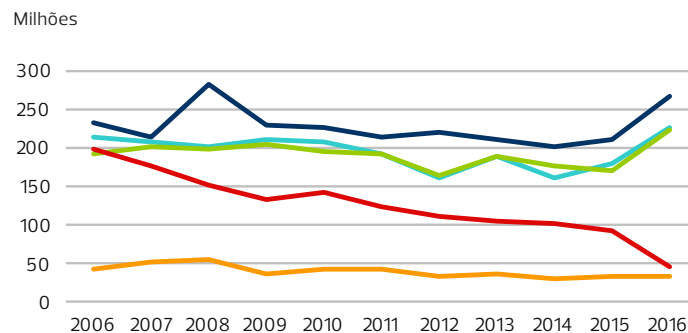
Portimão

55 614
HABITANTES



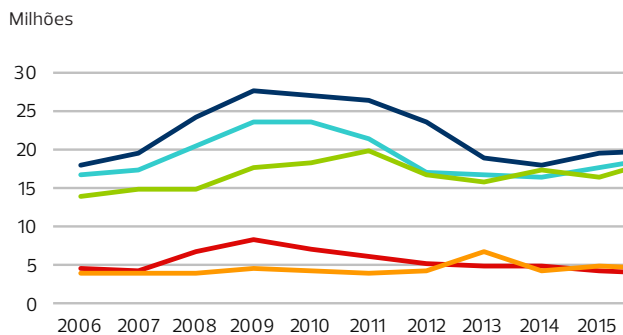
Porto

237 591
HABITANTES



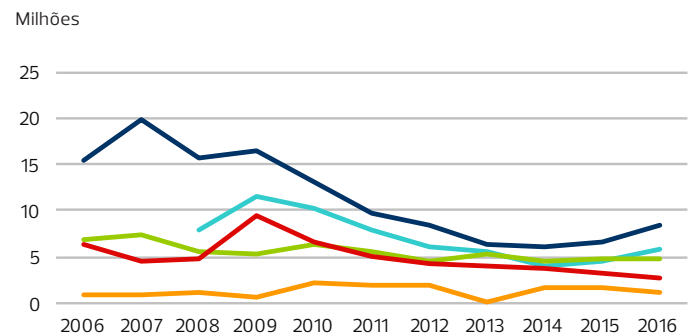
Porto de Mós

24 342
HABITANTES



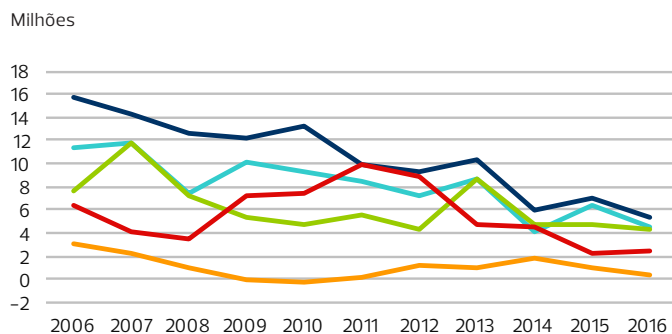
Porto Moniz

2 711
HABITANTES



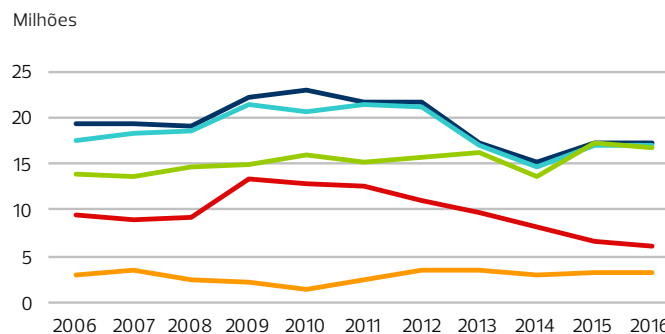
Porto Santo

5 483
HABITANTES



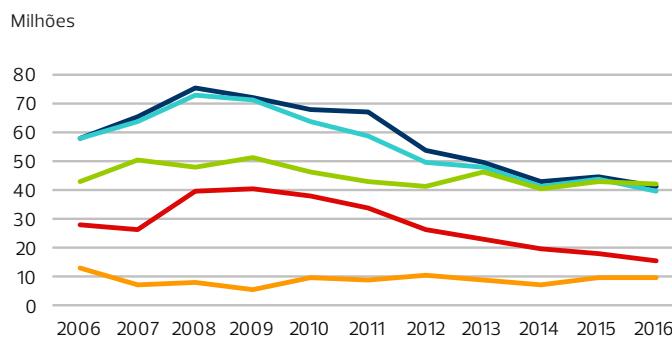
Póvoa de Lanhoso

21 886
HABITANTES



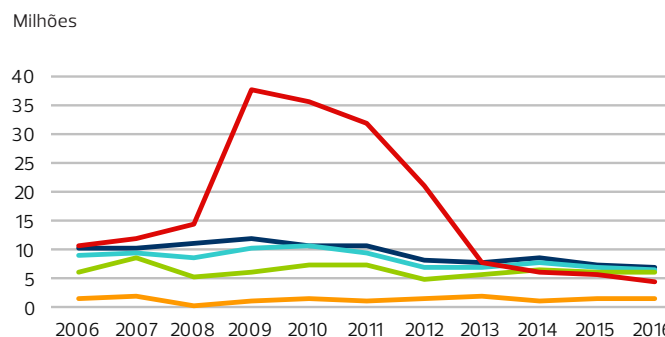
Póvoa de Varzim

63 408
HABITANTES



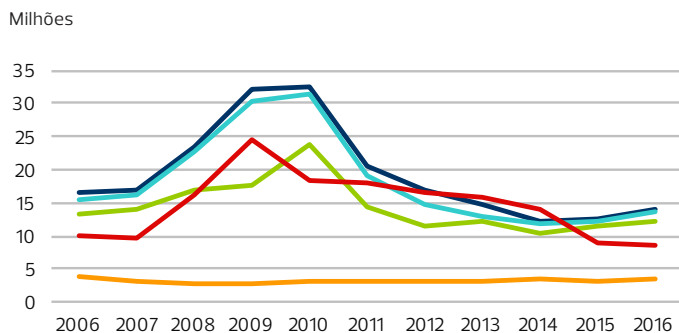
Povoação

6 327
HABITANTES



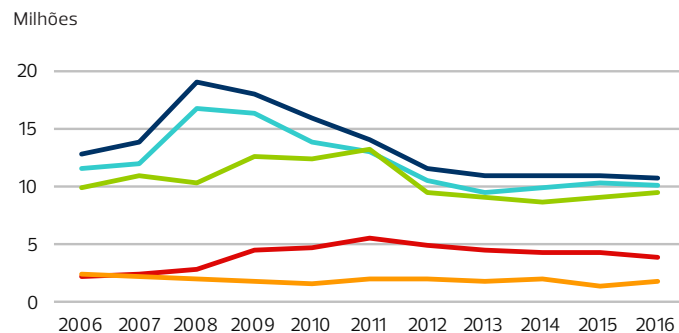
Praia da Vitória

21 035
HABITANTES



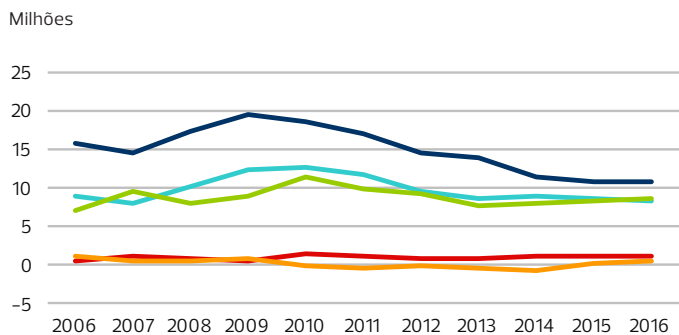
Proença-a-Nova

8 314
HABITANTES



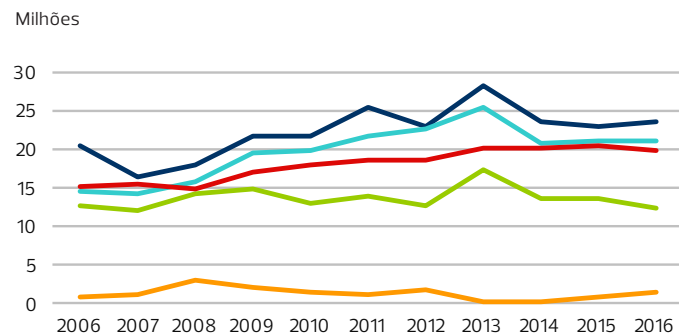
Redondo

7 031
HABITANTES



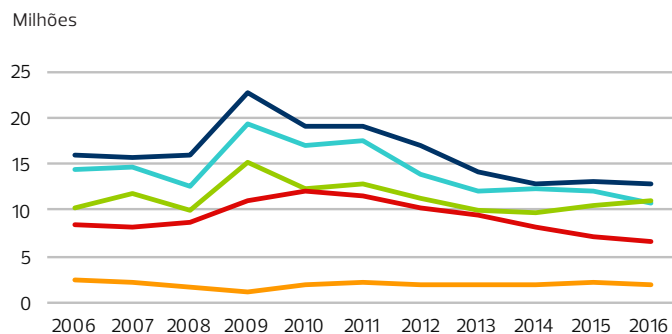
Reguengos de Monsaraz

10 828
HABITANTES



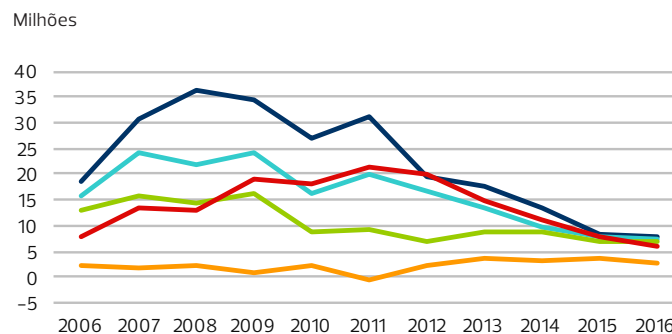
Resende

11 364
HABITANTES



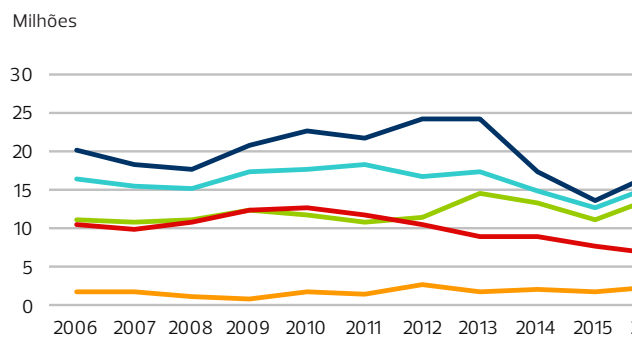
Ribeira Brava

13 375
HABITANTES



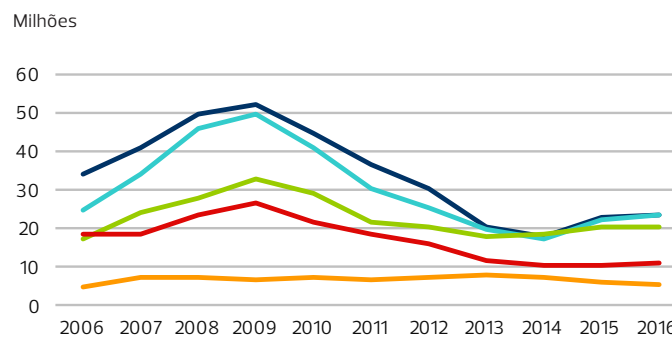
Ribeira de Pena

6 544
HABITANTES



Ribeira Grande

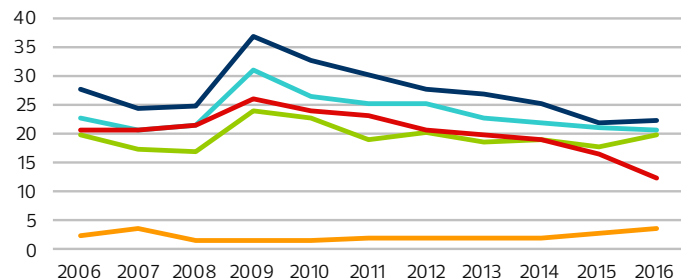
32 112
HABITANTES



Rio Maior

21 192
HABITANTES

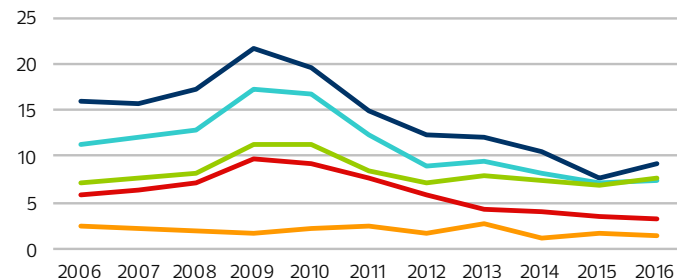
Milhões



Sabrosa

6 361
HABITANTES

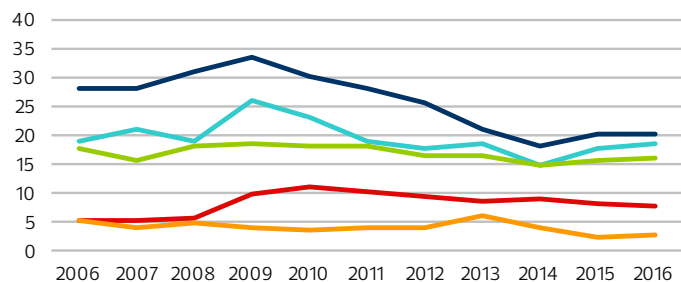
Milhões



Sabugal

12 544
HABITANTES

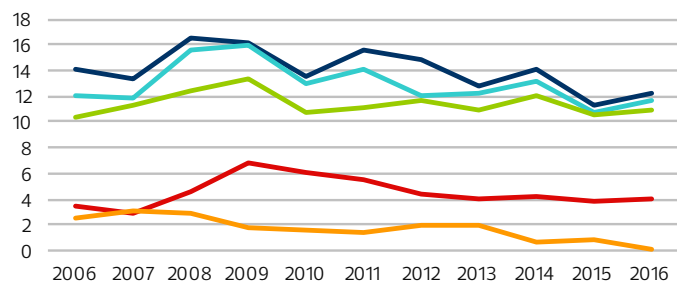
Milhões



Salvaterra de Magos

22 159
HABITANTES

Milhões



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande
>100 000 hab.

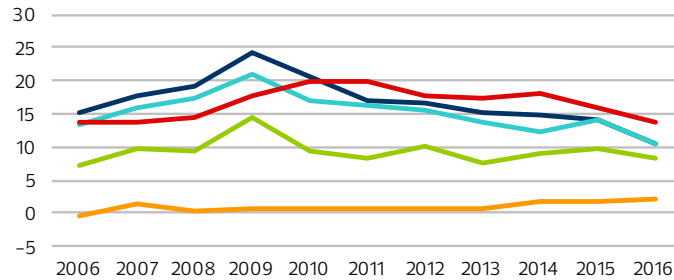
Médio
<100 000 hab.

Pequeno
<20 000 hab.

Santa Comba Dão

11 597
HABITANTES

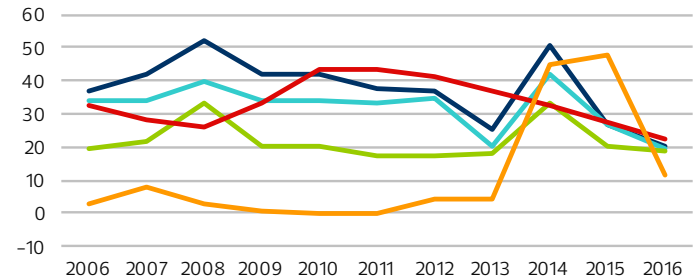
Milhões



Santa Cruz

43 005
HABITANTES

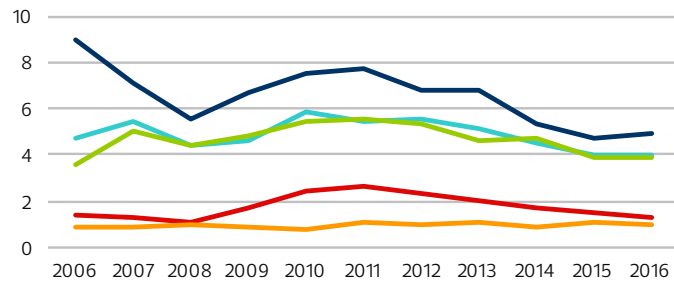
Milhões



Santa Cruz da Graciosa

4 391
HABITANTES

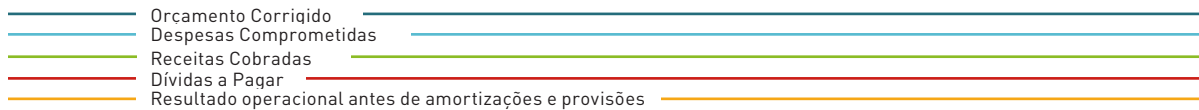
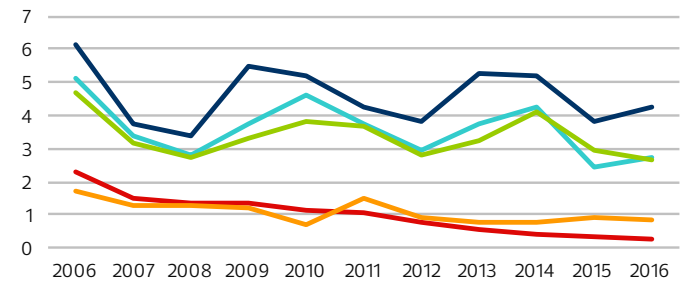
Milhões



Santa Cruz das Flores

2 289
HABITANTES

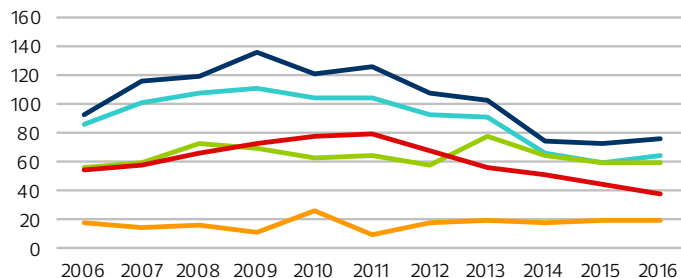
Milhões



Santa Maria da Feira

139 312
HABITANTES

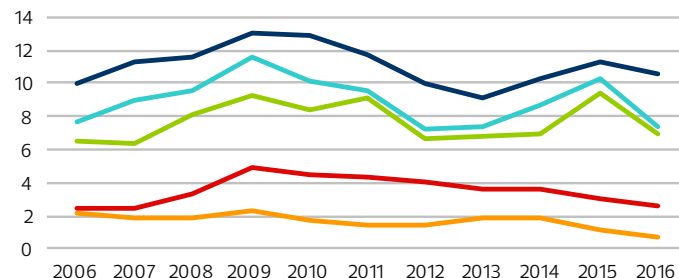
Milhões



Santa Marta de Penaguião

7 356
HABITANTES

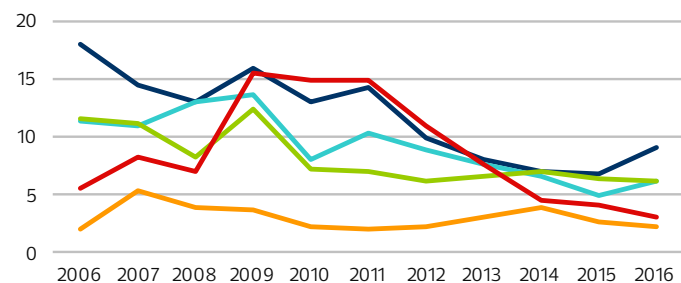
Milhões



Santana

7 719
HABITANTES

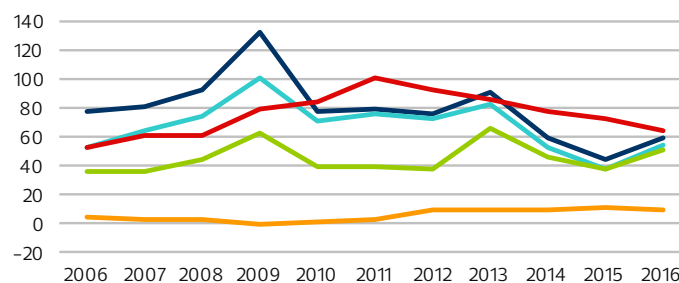
Milhões



Santarém

62 200
HABITANTES

Milhões



LEGENDA

Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande
>100 000 hab.

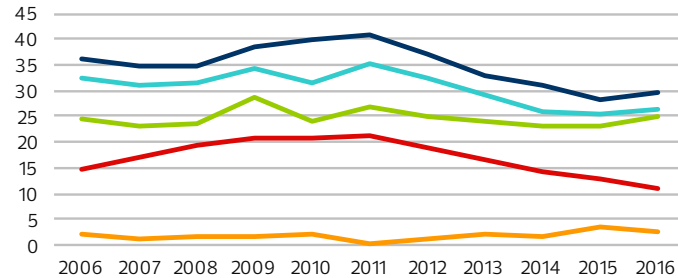
Médio
<100 000 hab.

Pequeno
<20 000 hab.

Santiago do Cacém

29 749
HABITANTES

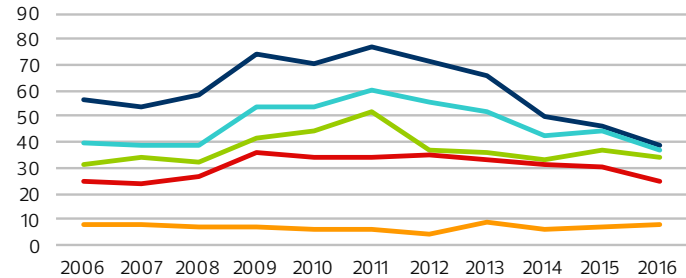
Milhões



Santo Tirso

71 530
HABITANTES

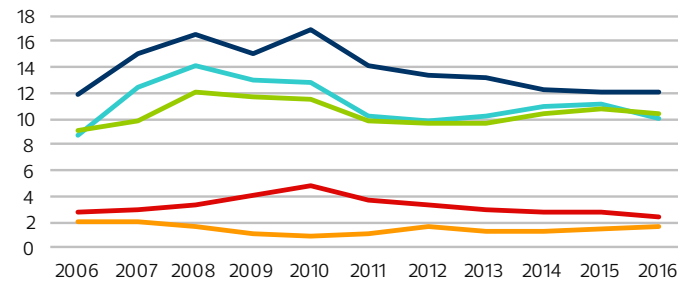
Milhões



São Brás de Alportel

10 662
HABITANTES

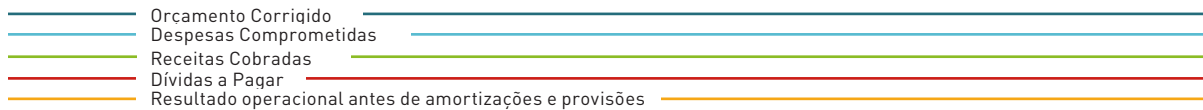
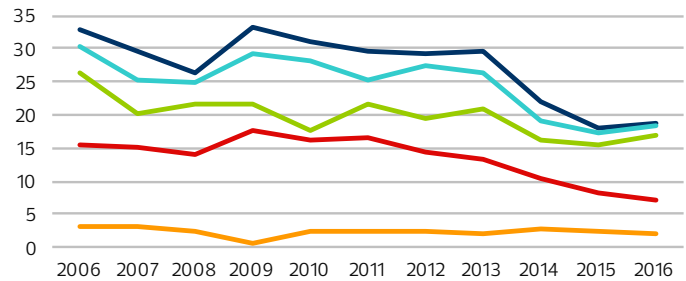
Milhões



São João da Madeira

21 713
HABITANTES

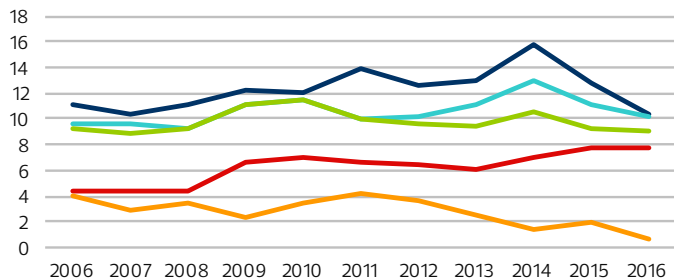
Milhões



São João da Pesqueira

7 874
HABITANTES

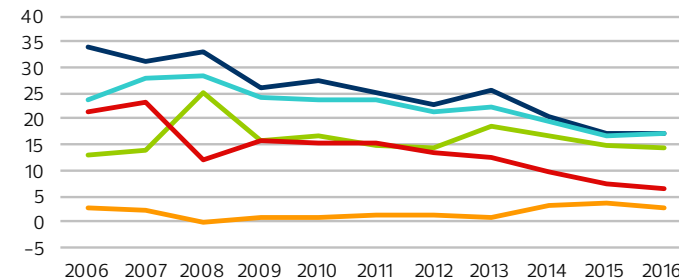
Milhões



São Pedro do Sul

16 851
HABITANTES

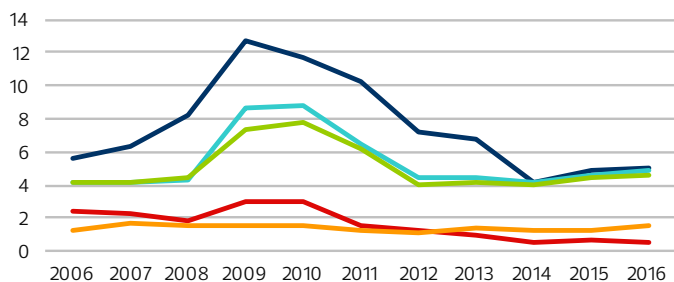
Milhões



São Roque do Pico

3 388
HABITANTES

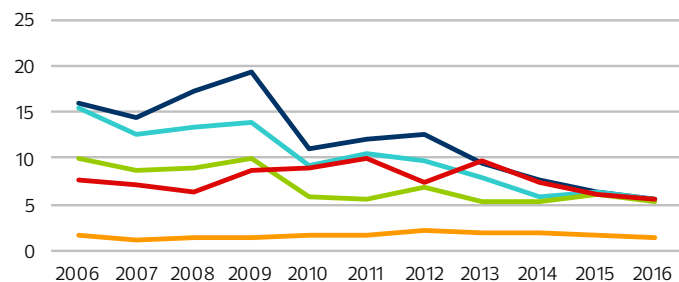
Milhões



São Vicente

5 723
HABITANTES

Milhões



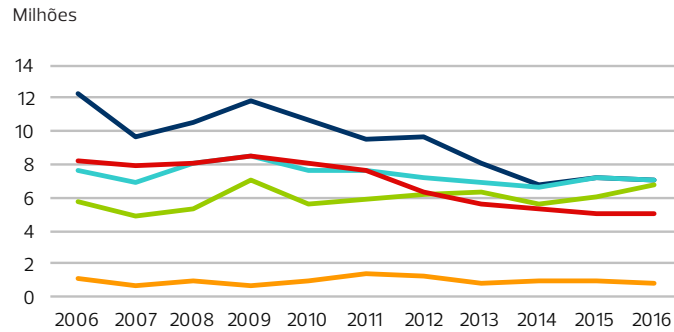
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

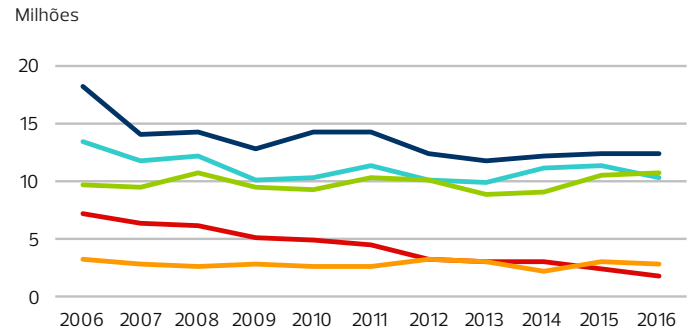
Sardoal

3 939
HABITANTES



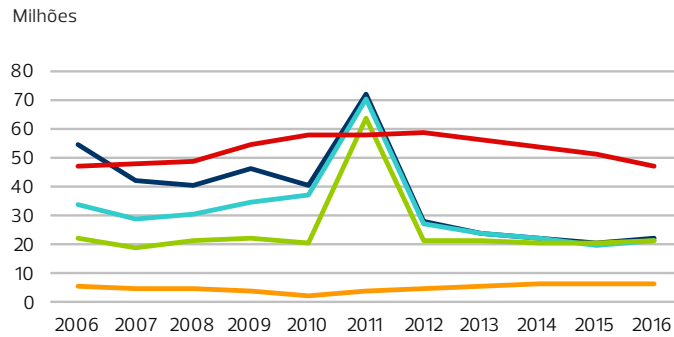
Sátão

12 444
HABITANTES



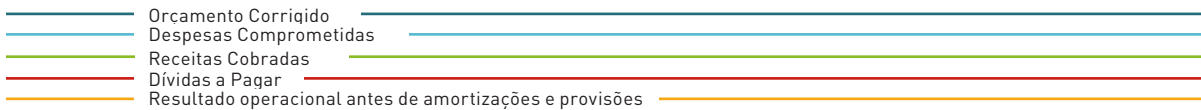
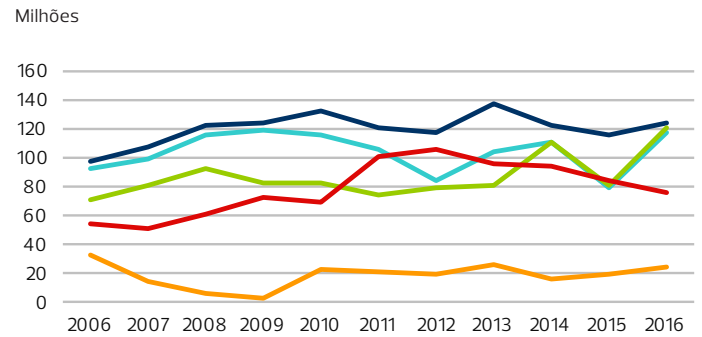
Seia

24 702
HABITANTES



Seixal

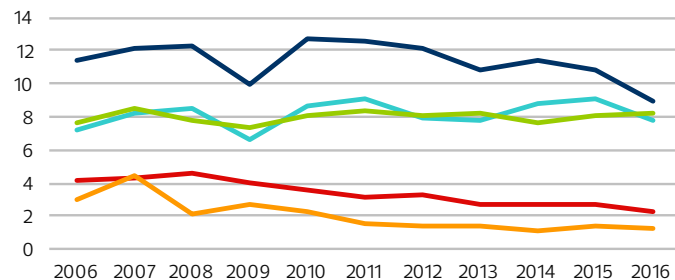
158 269
HABITANTES



Sernancelhe

5 671
HABITANTES

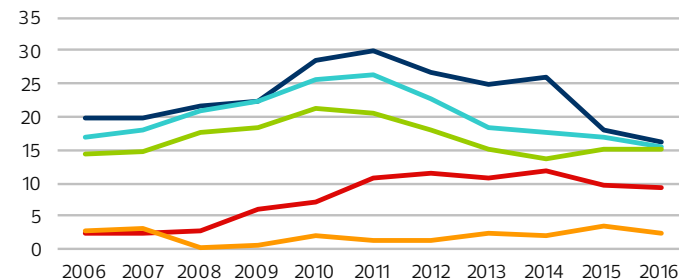
Milhões



Serpa

15 623
HABITANTES

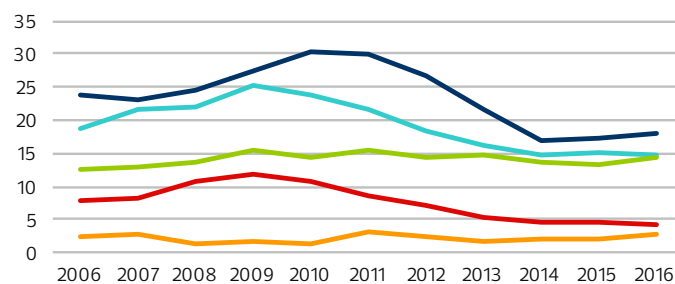
Milhões



Sertão

15 880
HABITANTES

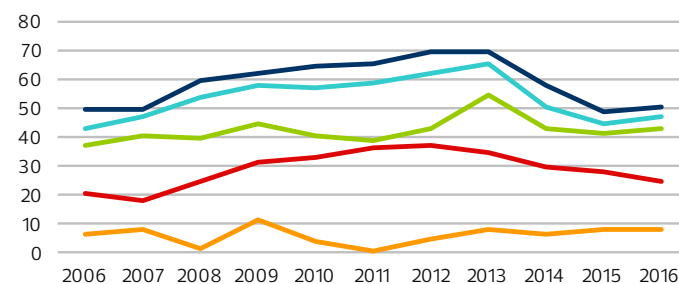
Milhões



Sesimbra

49 500
HABITANTES

Milhões



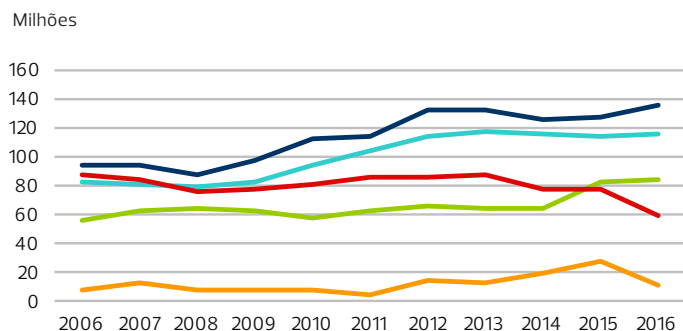
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões



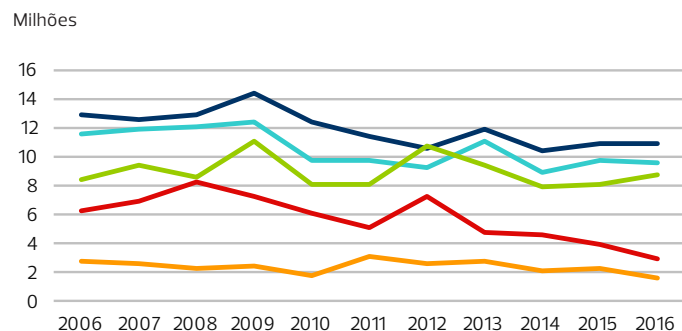
Setúbal

121 185
HABITANTES



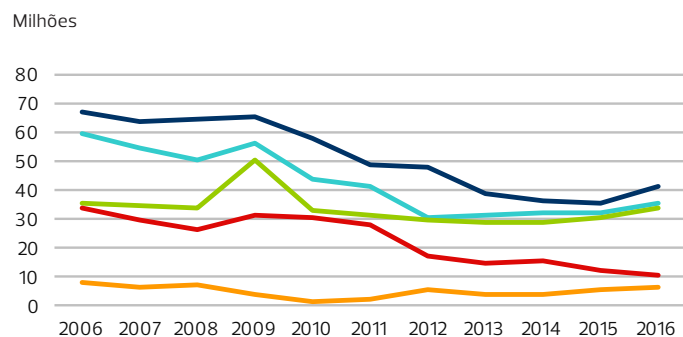
Sever do Vouga

12 356
HABITANTES



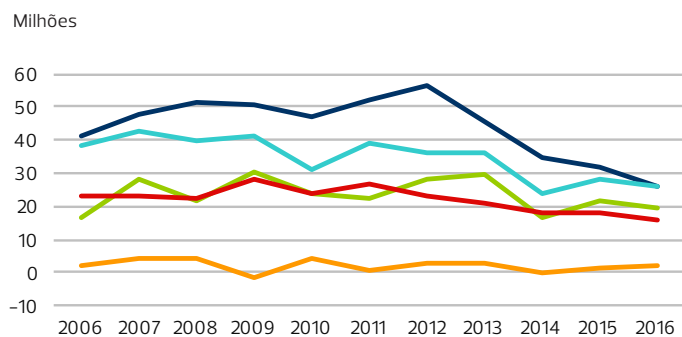
Silves

37 126
HABITANTES



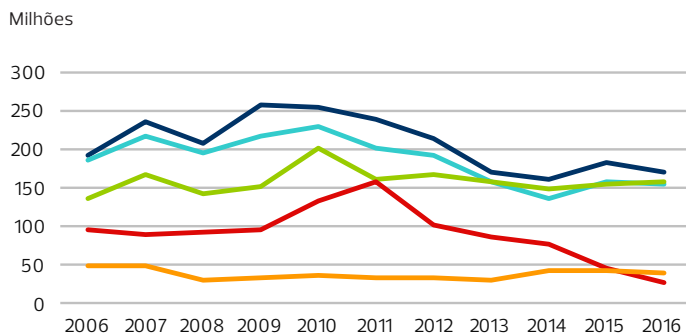
Sines

14 238
HABITANTES



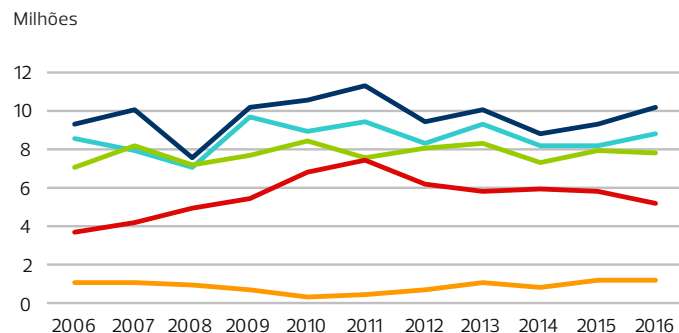
Sintra

377 835
HABITANTES



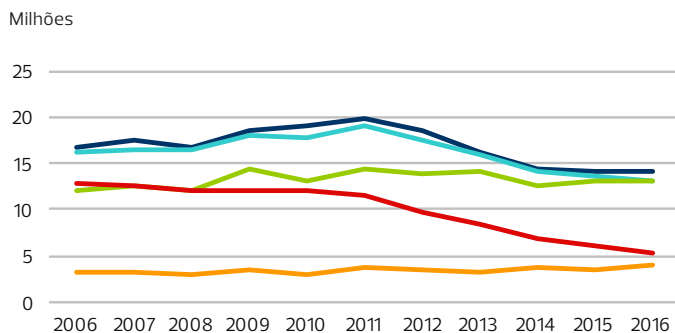
Sobral de Monte Agraço

10 156
HABITANTES



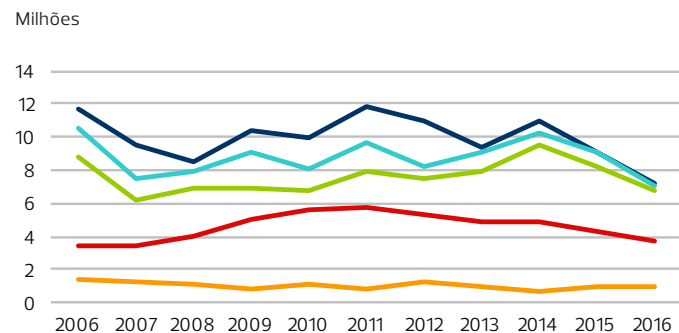
Soure

19 245
HABITANTES



Sousel

5 074
HABITANTES

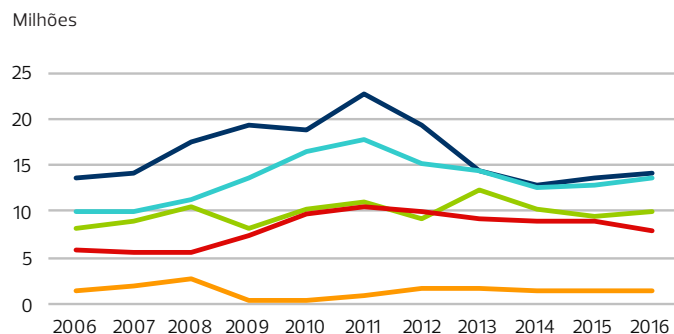


LEGENDA



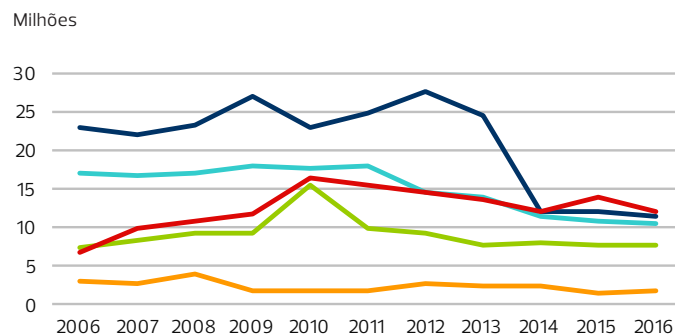
Tábua

12 071
HABITANTES



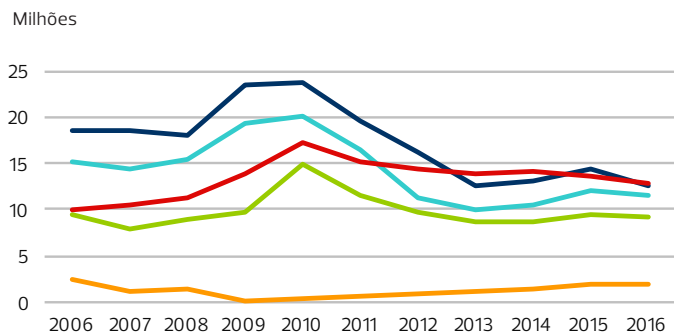
Tabuaço

6 350
HABITANTES



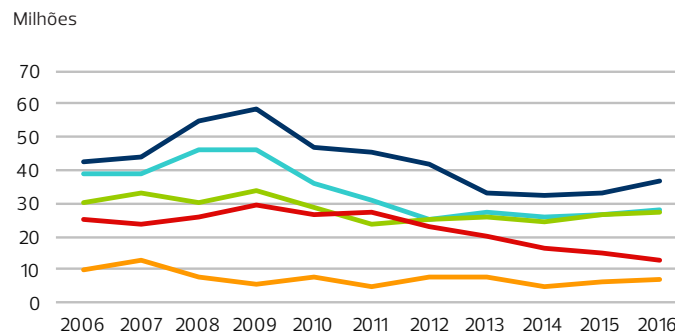
Tarouca

8 048
HABITANTES



Tavira

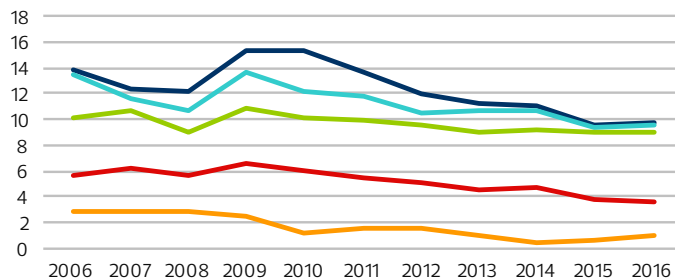
26 167
HABITANTES



Terras de Bouro

7 253
HABITANTES

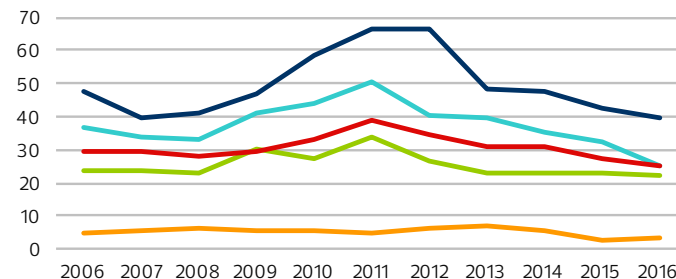
Milhões



Tomar

40 677
HABITANTES

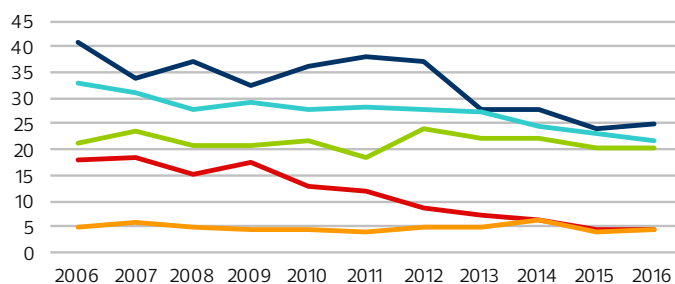
Milhões



Tondela

28 946
HABITANTES

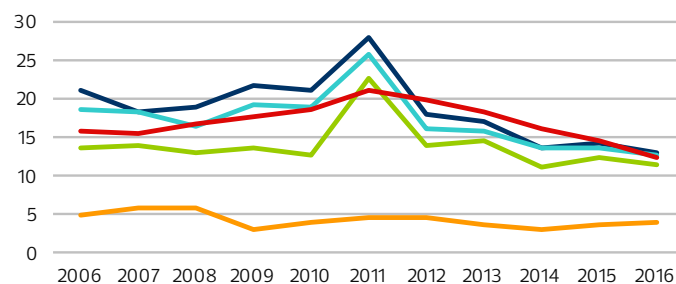
Milhões



Torre de Moncorvo

8 572
HABITANTES

Milhões



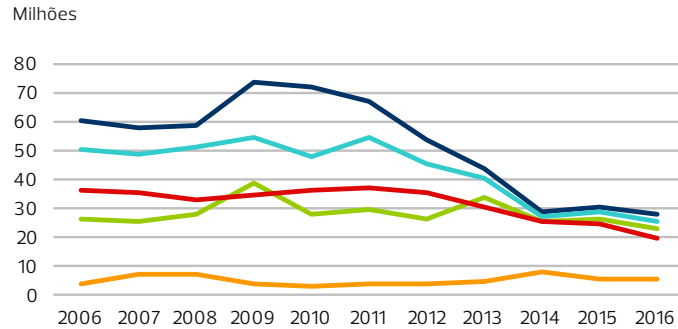
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

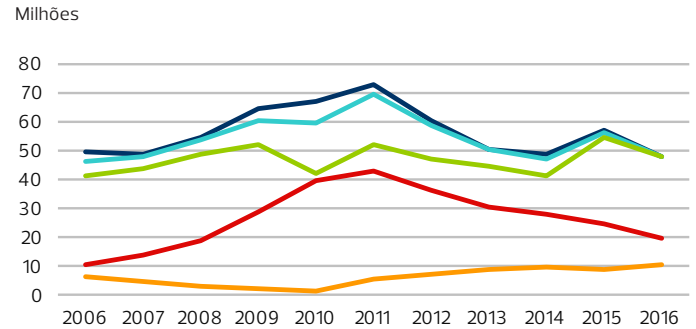
Torres Novas

36 717
HABITANTES



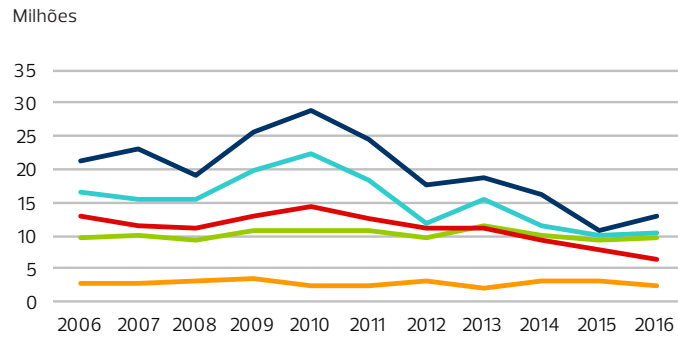
Torres Vedras

79 465
HABITANTES



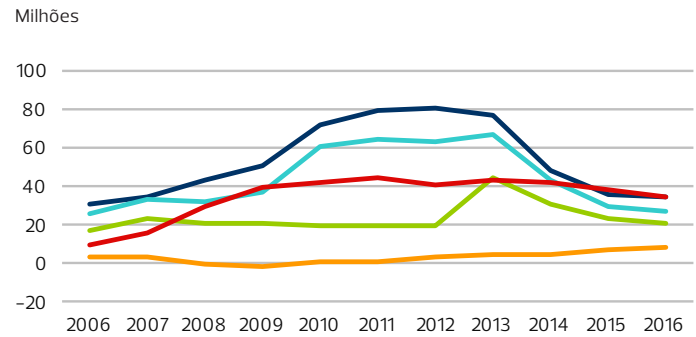
Trancoso

9 878
HABITANTES



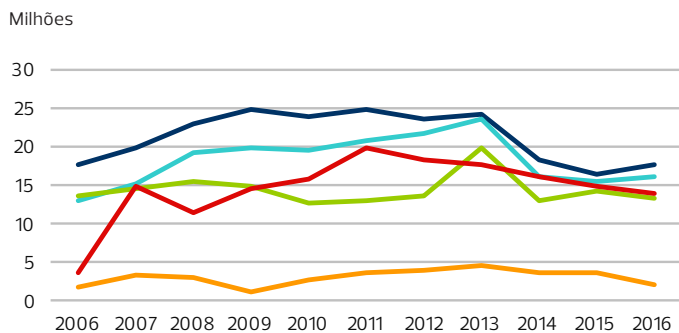
Trofa

38 999
HABITANTES



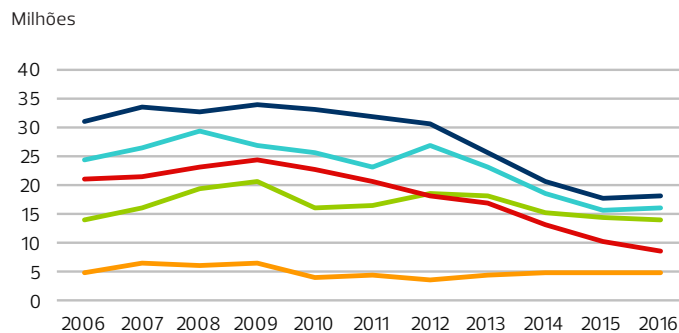
Vagos

22 851
HABITANTES



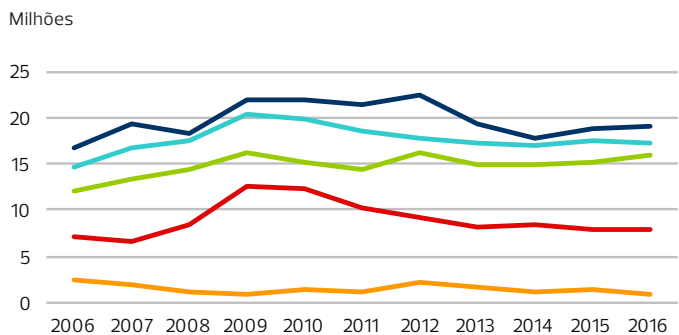
Vale de Cambra

22 864
HABITANTES



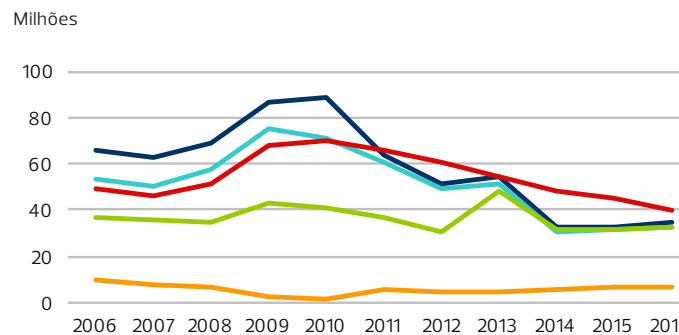
Valença

14 127
HABITANTES



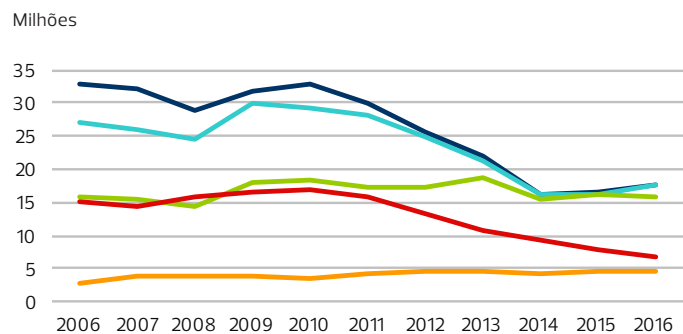
Valongo

93 858
HABITANTES



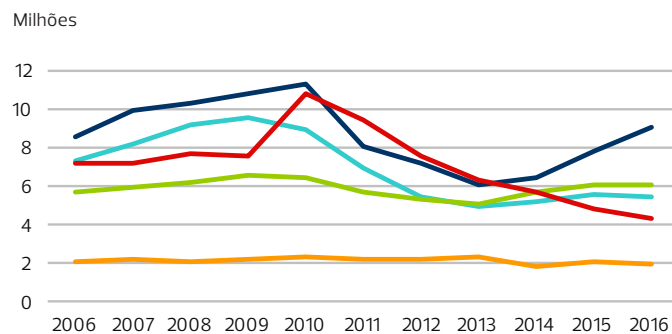
Valpaços

16 882
HABITANTES



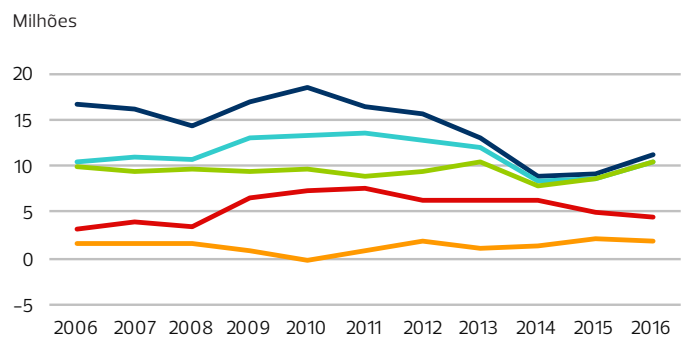
Velas

5 398
HABITANTES



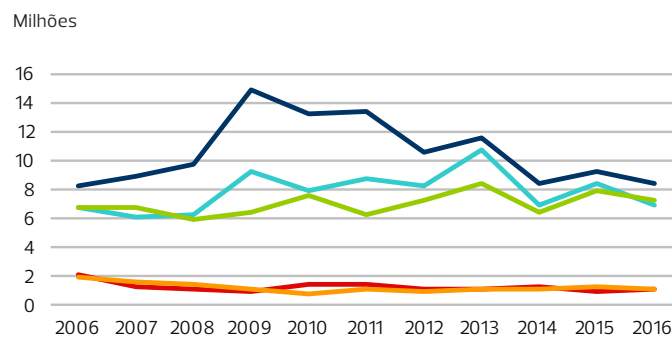
Vendas Novas

11 846
HABITANTES



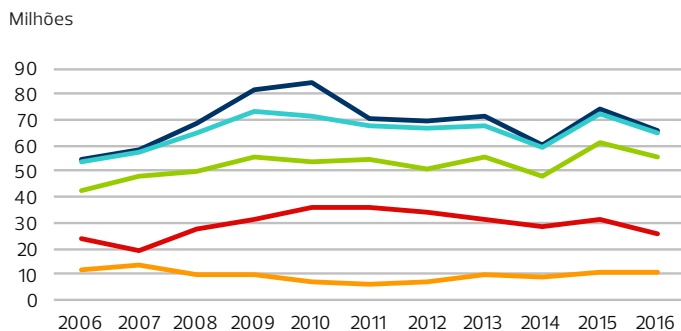
Viana do Alentejo

5 743
HABITANTES



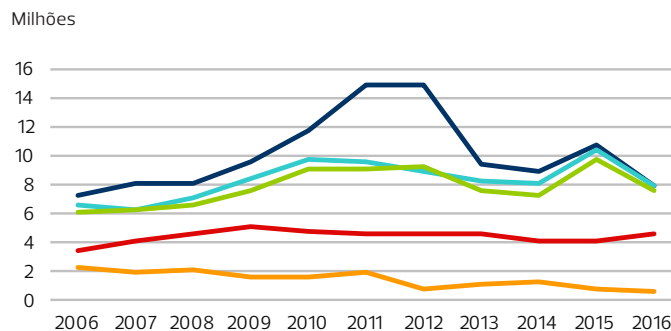
Viana do Castelo

88 725
HABITANTES



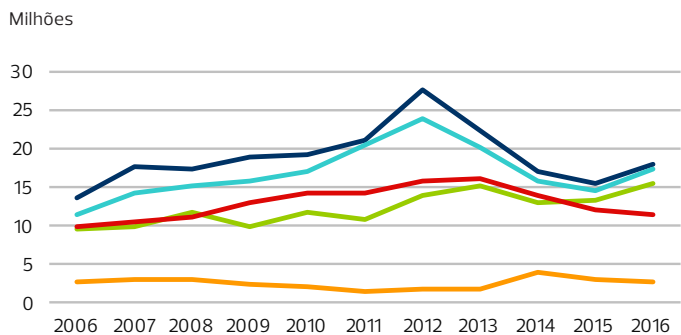
Vidigueira

5 932
HABITANTES



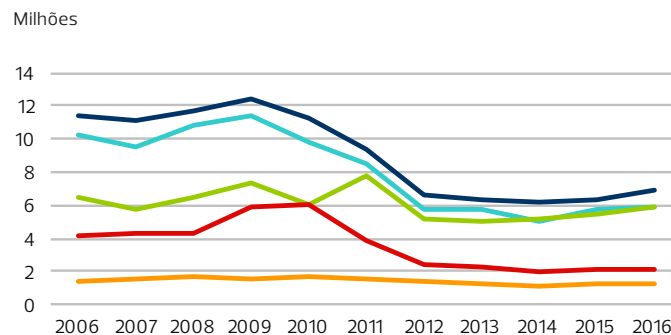
Vieira do Minho

12 997
HABITANTES



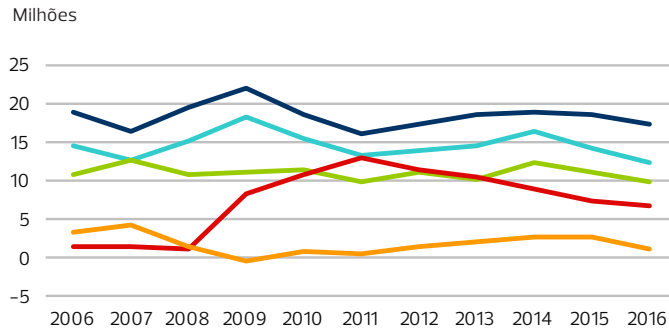
Vila de Rei

3 452
HABITANTES



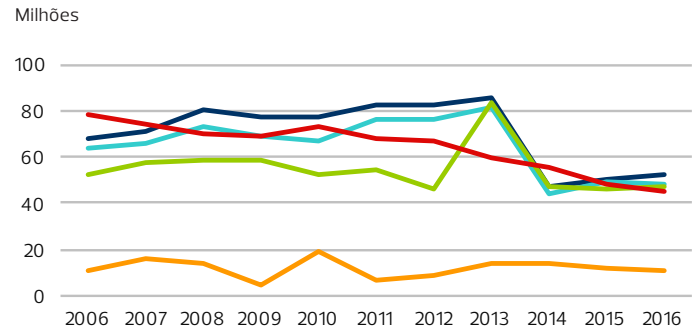
Vila do Bispo

5 258
HABITANTES



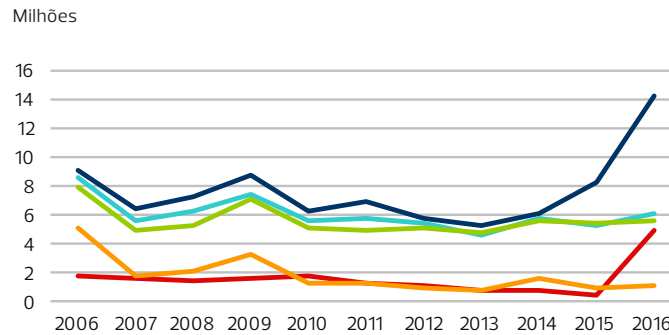
Vila do Conde

79 533
HABITANTES



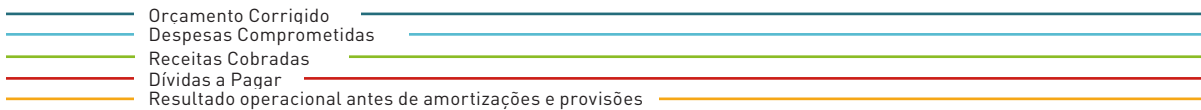
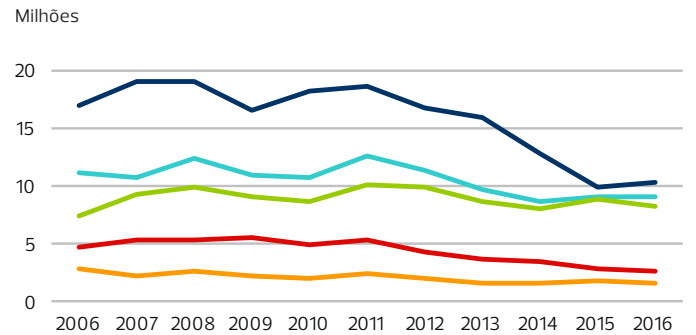
Vila do Porto

5 552
HABITANTES



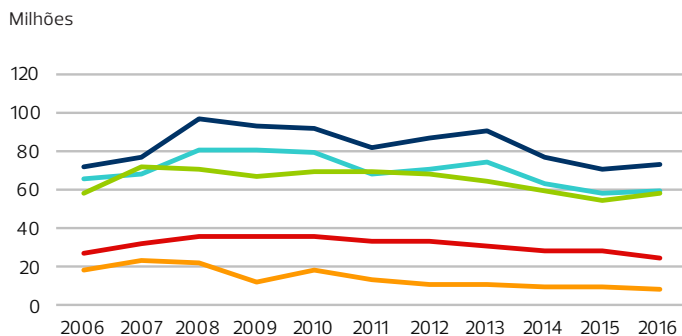
Vila Flor

6 697
HABITANTES



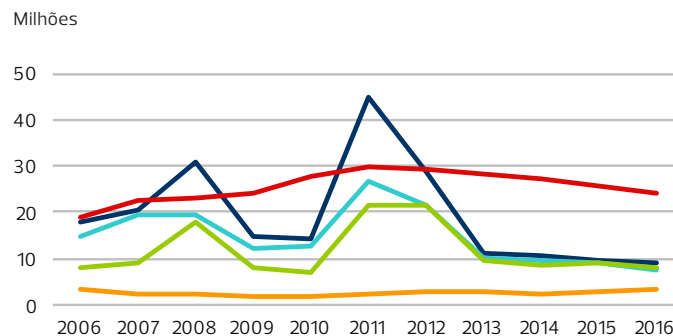
Vila Franca de Xira

136 886
HABITANTES



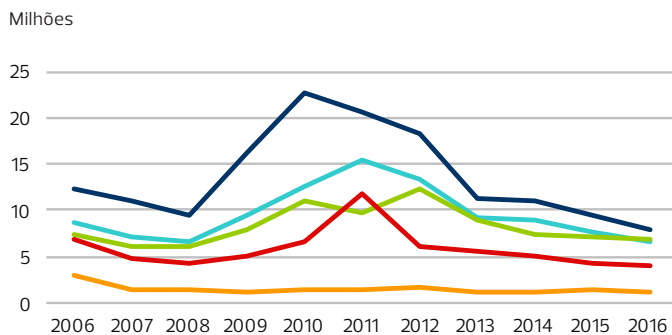
Vila Franca do Campo

11 229
HABITANTES



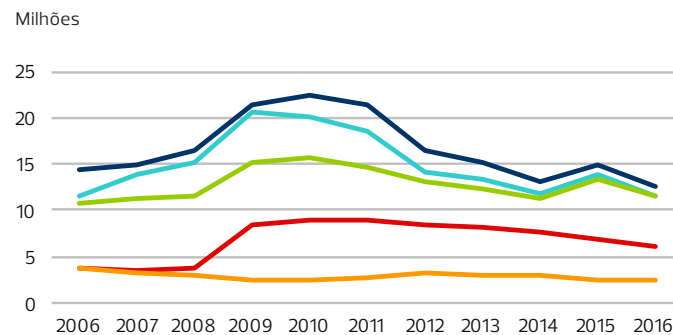
Vila Nova da Barquinha

7 322
HABITANTES



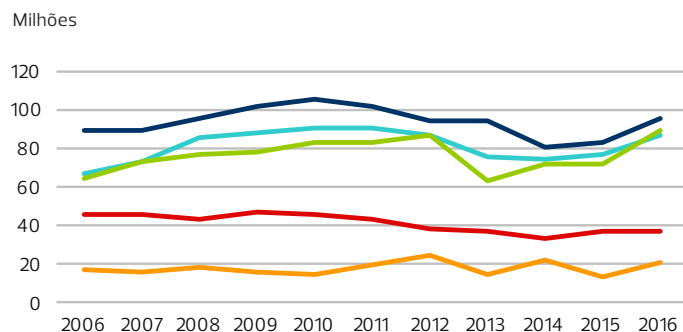
Vila Nova de Cerveira

9 253
HABITANTES



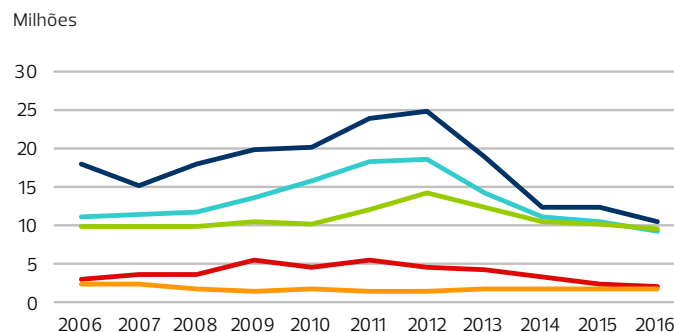
Vila Nova de Famalicão

133 832
HABITANTES



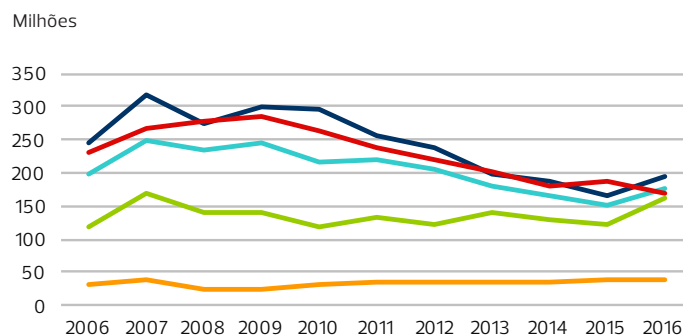
Vila Nova de Foz Côa

7 312
HABITANTES



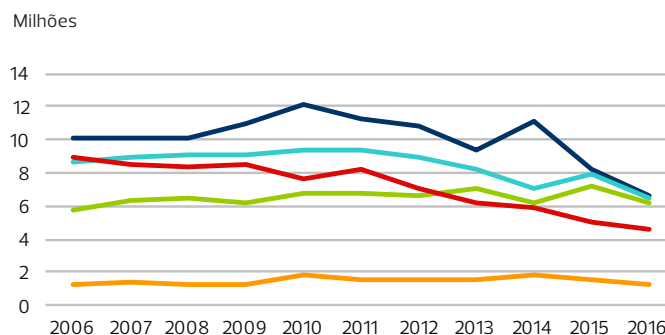
Vila Nova de Gaia

302 295
HABITANTES



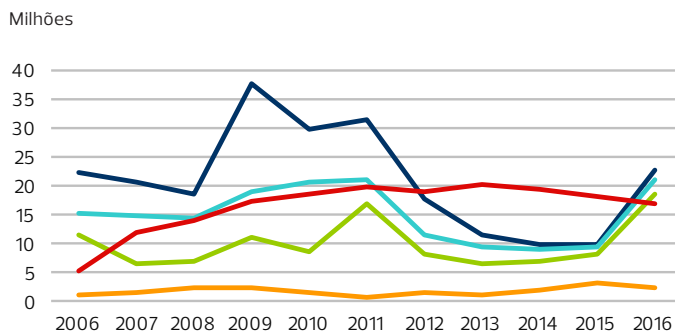
Vila Nova de Paiva

5 176
HABITANTES



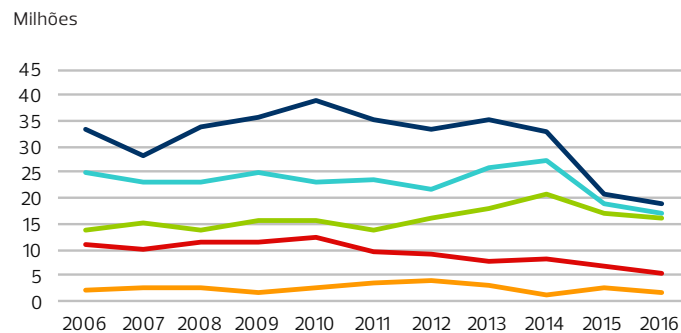
Vila Nova de Poiares

7 281
HABITANTES



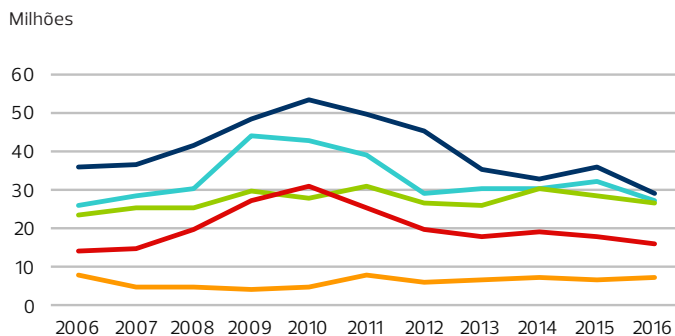
Vila Pouca de Aguiar

13 187
HABITANTES



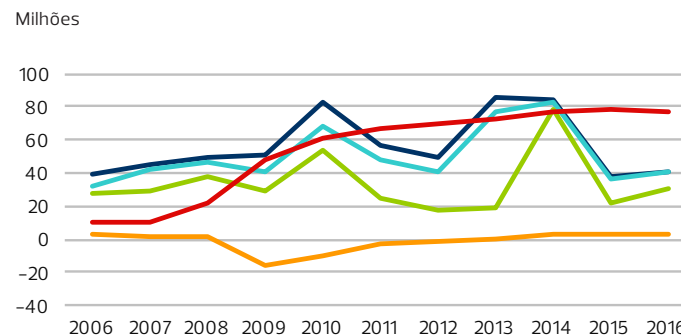
Vila Real

51 850
HABITANTES



Vila Real Santo António

19 156
HABITANTES

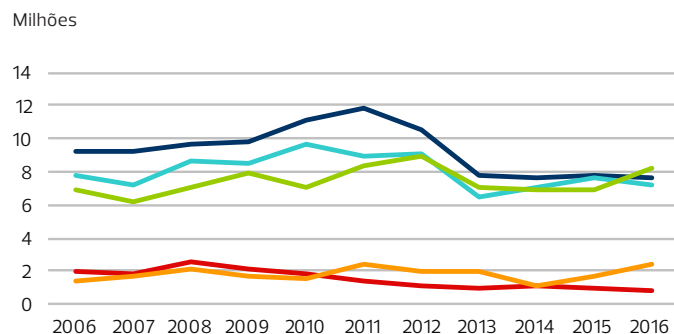


- LEGENDA
- Orçamento Corrigido
 - Despesas Comprometidas
 - Receitas Cobradas
 - Dívidas a Pagar
 - Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

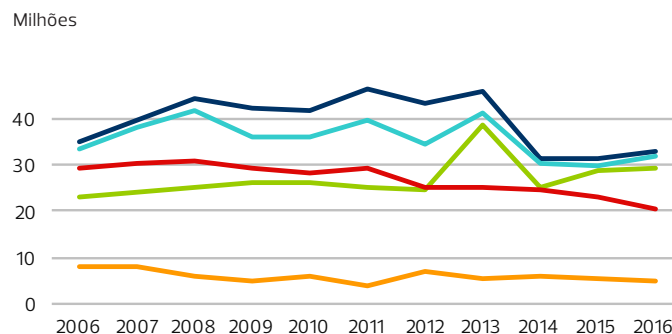
Vila Velha de Ródão

3 521
HABITANTES



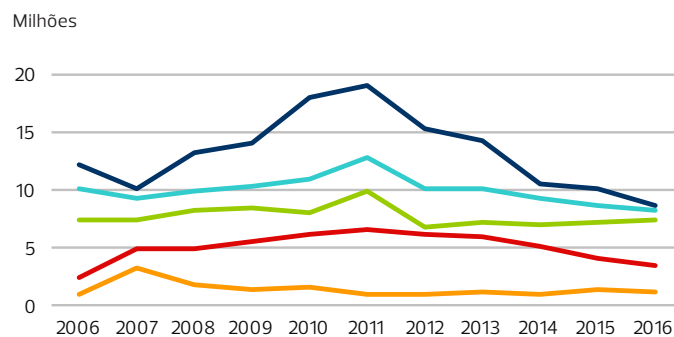
Vila Verde

47 888
HABITANTES



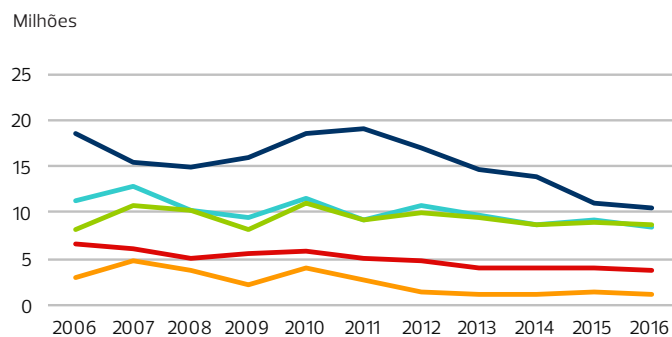
Vila Viçosa

8 319
HABITANTES



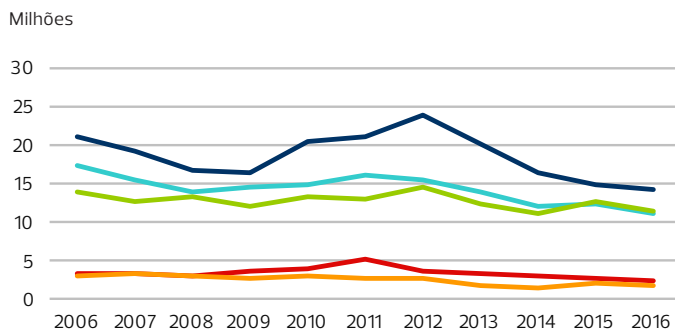
Vimioso

4 669
HABITANTES



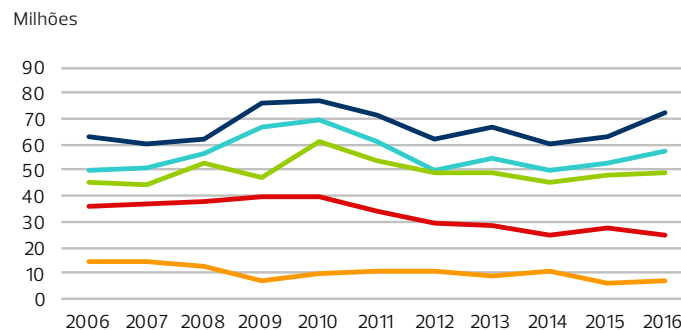
Vinhais

9 066
HABITANTES



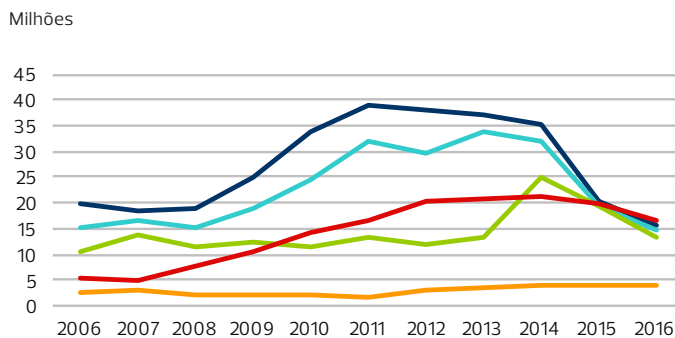
Viseu

99 274
HABITANTES



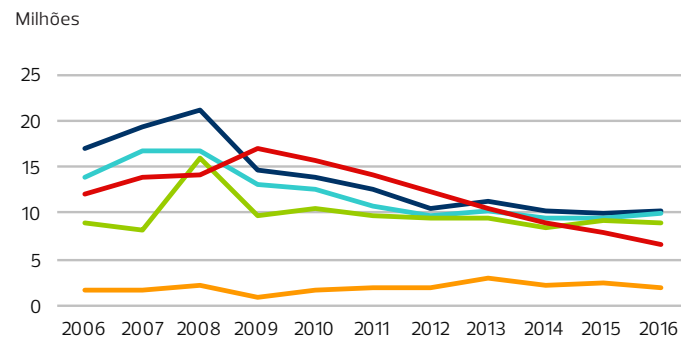
Vizela

23 736
HABITANTES



Vouzela

10 564
HABITANTES





JOÃO CARVALHO

jbccarvalho@gmail.com

Doutorado em Ciências empresariais com tese sobre contabilidade pública; Agregação em Contabilidade.

Membro do Comité de Normalização Contabilística Pública (CNCP), em representação dos professores de contabilidade.

Presidente do Colégio da Contabilidade Pública da OCC Ordem dos Contabilistas Certificados.

Autor de diversos livros e publicações em revistas nacionais e internacionais

Áreas de Investigação: Contabilidade Pública; Gestão autárquica



MARIA JOSÉ FERNANDES

mjfernandes@ipca.pt

Doutorada em Ciências Empresarias e agregada em Gestão pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG). Presidente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA). Professora coordenadora principal da Escola Superior de Gestão do IPCA.

Leciona unidades curriculares na área da Contabilidade Pública aos níveis de graduação e pós-graduação.

Autora de diversas publicações nacionais e internacionais, sendo a sua área de investigação a Contabilidade Pública. Diretora do Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do IPCA.



PEDRO CAMÕES

pedroc@eeg.uminho.pt

É professor auxiliar e vice-presidente da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, na qual lecciona nas áreas de administração e finanças públicas. Entre dezembro de 2010 e 2014 desempenhou as funções de administrador da Universidade. Tem sido formador do Curso de Alta Direção para Administração Pública (CADAP e FORGEP) da Universidade do Minho sendo responsável pelos módulos Finanças Públicas e Administração Orçamental. É doutorado pela Universidade da Carolina do Sul (EUA) com uma tese sobre a descentralização política e financeira na Europa Ocidental, e desenvolve investigação predominantemente na áreas da prestação e contratação de serviços e da administração financeira.



SUSANA JORGE

susjor@fe.uc.pt

Doutorada em Contabilidade e Finanças (Contabilidade dos Governos Locais), Universidade de Birmingham, Inglaterra. Professora auxiliar com agregação em Gestão, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Investigadora afiliada do Centro de Investigação em Ciência Política (CICP), Universidade do Minho. Membro da Direção da rede internacional de investigação CIGAR – Comparative International Governmental Accounting Research. Membro do Comité de Normalização Contabilística Pública (CNCP) da Comissão de Normalização Contabilística, na qualidade de personalidade de reconhecido mérito. Autora de diversas publicações e comunicações nacionais e internacionais na área da gestão financeira e contabilidade públicas.



IPCA

CICF CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM CONTABILIDADE E FISCALIDADE



Universidade do Minho
Centro de Investigação em Ciência Política